

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços**



**Hypermarcas S.A.**

Av. Juscelino Kubitschek, nº 1217, casa nº 7 – CEP 04543-090 – São Paulo – SP  
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91  
Companhia Aberta de Capital Autorizado

**R\$651.042.000,00**

Código ISIN da 1ª Série: BRHYPEDBS028 – Código ISIN da 2ª Série: BRHYPEDBS036 – Código ISIN da 3ª Série: BRHYPEDBS044

Classificação de Risco (*rating*): A+ (bra) pela Fitch Ratings e brA+ pela Standard & Poor's

Distribuição pública de 651.042 (seiscentos e cinquenta e uma mil e quarenta e duas) debêntures simples, não-convertíveis em ações, da espécie quirografia, em três séries, todas nominativas e escriturais, da 3ª emissão para distribuição pública da Hypermarcas S.A. ("Hypermarcas", "Companhia" ou "Emissora"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante de R\$651.042.000,00 (seiscentos e cinquenta e um milhões e quarenta e dois mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de julho de 2010 ("Oferta" e "Data de Emissão", respectivamente).

A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, a critério da Emissora, com a concordância do Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente ofertada, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A opção de Debêntures Adicionais foi exercida em 15,21%, correspondendo um aumento de 76.042 (setenta e seis mil e quarenta e duas Debêntures) ("Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais ("Opção de Debêntures Adicionais"). Adicionalmente, a Emissora concedeu aos Coordenadores, uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelo Coordenador Líder, com a concordância da Emissora, exclusivamente para atender a excesso de demanda que viesse a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures do Lote Suplementar"). A opção de Debêntures do Lote Suplementar foi exercida integralmente, correspondendo um aumento de 75.000 (setenta e cinco mil Debêntures), em relação as Debêntures inicialmente ofertadas. Aplicam-se às Debêntures Adicionais e às Debêntures do Lote Suplementar as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, observado que as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar serão colocadas em regime de melhores esforços.

A emissão foi aprovada conforme deliberação do Conselho de Administração da Emissora realizada em 10 de junho de 2010, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 23 de junho de 2010, sob o nº 214.543/10-9, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 16 de junho de 2010.

A Oferta é regida pela "Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em até Três Séries, da Hypermarcas S.A.", celebrada entre a Emissora e a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), em 23 de junho de 2010 e registrada na JUCESP em 05 de julho de 2010, sob o nº ED000552-6/000 ("Escritura de Emissão"). A taxa final a ser utilizada para cálculo da remuneração das Debêntures, foi apurada por meio de Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido neste Prospecto Definitivo), e foi ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime misto de garantia firme e melhores esforços, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de instituição intermediária líder ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), Banco Citibank S.A. ("Citi") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), e, em conjunto com o Coordenador Líder, com o Itaú BBA e com o Citi, "Coordenadores"), todos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos previstos nas Instruções da CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), e nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 400").

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) no DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e no Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA.

**A Emissão foi registrada na CVM em 29 de julho de 2010, sob o número CVM/SRE/DEB/2010/028 para as Debêntures da 1ª Série; CVM/SRE/DEB/2010/029 para as Debêntures da 2ª série e CVM/SRE/DEB/2010/030 para as Debêntures da 3ª série.**

**ESTE PROSPECTO DEFINITIVO DEVE SER LIDO EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ELABORADO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 480, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009. O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA SE ENCONTRA DISPONÍVEL PARA CONSULTA NOS SITES WWW.HYPERMARCAS.COM.BR, WWW.CVM.GOV.BR E WWW.BM&FBOVESPA.COM.BR. PARA INFORMAÇÕES DETALHADAS DE ACESSO EM CADA UM DESTES WEBSITES VER PÁGINA 79 DESTE PROSPECTO.**

**ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO COMO UMA RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUE FAÇAM SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA OPORTUNIDADE A PARTIR DA LEITURA CUIDADOSA DESTE PROSPECTO DEFINITIVO.**

**OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NA PÁGINA 67 DESTE PROSPECTO DEFINITIVO, EM CONJUNTO COM AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, CUJO ACESSO ESTÁ DEVIDAMENTE INDICADO NA PÁGINA 79 DESTE PROSPECTO, PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À EMISSORA E À OFERTA. MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDAS COM O COORDENADOR LÍDER E À CVM NOS ENDEREÇOS INDICADOS NA PÁGINA 10 DESTE PROSPECTO.**

**O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA.**

**QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE A COMPANHIA, AS DEBÊNTURES E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDOS JUNTO À COMPANHIA, AOS COORDENADORES E/OU À CVM.**



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos".

Coordenadores da Oferta



Coordenador Líder



A data deste Prospecto Definitivo é 29 de julho de 2010.

[página intencionalmente deixada em branco]

## ÍNDICE

### 1. INTRODUÇÃO

<b>DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA .....</b>	<b>3</b>
<b>DEFINIÇÕES .....</b>	<b>4</b>
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA .....</b>	<b>9</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....</b>	<b>10</b>
1. Companhia .....	10
2. Coordenadores da Oferta .....	10
3. Consultores Jurídicos .....	11
4. Auditores.....	11
<b>DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>12</b>
<b>APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>13</b>
Banco Bradesco BBI S.A. – Coordenador Líder.....	13
Itaú BBA .....	14
Citi .....	15
Santander .....	16

### 2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

<b>SUMÁRIO DA OFERTA .....</b>	<b>21</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA .....</b>	<b>31</b>
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>60</b>
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>65</b>
<b>FATORES DE RISCO.....</b>	<b>67</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO .....</b>	<b>70</b>
<b>OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA .....</b>	<b>72</b>
<b>CAPACIDADE DE PAGAMENTO .....</b>	<b>73</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO.....</b>	<b>74</b>

### 3. ANEXOS

<b>FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>79</b>
<b>ATA DA REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2010 QUE DELIBEROU SOBRE A OFERTA .....</b>	<b>377</b>
<b>ESTATUTO SOCIAL .....</b>	<b>391</b>
<b>ESCRITURA DE EMISSÃO E ADITAMENTOS .....</b>	<b>423</b>
<b>DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>503</b>
<b>DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....</b>	<b>507</b>
<b>SÚMULA DE <i>RATING</i> .....</b>	<b>511</b>

### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007, 2008 E 2009 E RESPECTIVOS PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>	<b>521</b>
<b>INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2010, E RESPECTIVO RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>	<b>641</b>

[página intencionalmente deixada em branco]



## **1. INTRODUÇÃO**

---

- Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência
- Definições
- Informações Cadastrais da Companhia
- Identificação de Administradores, Auditores e Consultores
- Declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400
- Apresentação dos Coordenadores da Oferta

[página intencionalmente deixada em branco]

## **DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA**

As informações referentes às seções relacionadas: (i) aos fatores de risco da Companhia e de seu mercado de atuação; (ii) à sua situação financeira; e (iii) a outras informações relativas à Companhia, tais como histórico, atividades, estrutura organizacional, propriedades, plantas e equipamentos, composição do capital social, administração, pessoal, contingências judiciais e administrativas, nos termos solicitados pelo Anexo III da Instrução CVM 400, itens 4 a 7, podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, que se encontra anexo a este Prospecto e disponível para consulta nos seguintes websites:

- *www.hypermarcas.com.br (neste website acessar "Investidores" e, ao ser redirecionado para a página "http://hypermarcas.infoinvest.com.br/", acessar o link "Informações Financeiras" e acessar o link "Documentos Entregues à CVM", em seguida acessar o link "Relatórios Financeiros" e selecionar "Formulário de Referência");*
- *www.cvm.gov.br (neste website, acessar "Cias abertas e estrangeiras", clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações", buscar por "Hypermarcas" e selecionar "Formulário de Referência – Em arquivo"); e*
- *www.bmfbovespa.com.br (neste website, acessar "Empresas Listadas", buscar por "Hypermarcas", clicar em "Hypermarcas" clicar na aba "Informações Relevantes" e selecionar "Formulário de Referência – Em arquivo").*

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto Definitivo, os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta Seção, salvo se de outra forma determinado ou se o contexto assim o exigir.

<b>AGD</b>	Assembleia Geral de Debenturistas
<b>Agente Fiduciário</b>	Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
<b>ANBID</b>	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de encerramento da Oferta.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da Oferta.
<b>Anúncio de Retificação</b>	Anúncio utilizado para divulgar a revogação ou qualquer modificação da Emissão, por meio do DOESP e do jornal "Valor Econômico".
<b>Aviso ao Mercado</b>	Aviso ao Mercado da Oferta.
<b>Banco Mandatário e Escriturador</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Auditores Independentes</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
<b>Banco Central ou BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>BOVESPAFIX</b>	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa da BM&FBOVESPA.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Citi</b>	Banco Citibank S.A.
<b>Companhia, Emissora ou Hypermarcas</b>	Hypermarcas S.A.
<b>Conselho de Administração</b>	Conselho de Administração da Companhia.
<b>Contrato de Distribuição</b>	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da 3ª Emissão da Hypermarcas S.A., celebrado entre a Emissora e os Coordenadores da Oferta, em 23 de junho de 2010.
<b>Coordenador Líder ou Bradesco BBI</b>	Banco Bradesco BBI S.A.

<b>Coordenadores</b>	Coordenador Líder, Itaú BBA, Citi e Santander.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Amortização</b>	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado na Data de Vencimento da 1ª Série (" <u>Data de Amortização da 1ª Série</u> "). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado na Data de Vencimento da 2ª Série (" <u>Data de Amortização da 2ª Série</u> "). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será amortizado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) a ser amortizado no 5º ano a contar da Data de Emissão e 50% (cinquenta por cento) a ser amortizado no 6º ano a contar da Data de Emissão (" <u>Data de Amortização da 3ª Série</u> ").
<b>Data de Emissão</b>	15 de julho de 2010.
<b>Data de Liquidação</b>	A liquidação financeira das operações de integralização das Debêntures, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á no último dia do Prazo de Garantia Firme.
<b>Data de Vencimento</b>	As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da Data Emissão, vencendo em 15 de julho de 2014 (" <u>Data de Vencimento da 1ª Série</u> "); as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data Emissão, vencendo em 15 de julho de 2015 (" <u>Data de Vencimento da 2ª Série</u> "); e as Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses, a contar da Data Emissão, vencendo em 15 de julho de 2016 (" <u>Data de Vencimento da 3ª Série</u> ").
<b>DDA</b>	DDA – Sistema de Distribuição de Ativos.
<b>Debêntures</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries.
<b>Debêntures Adicionais</b>	Quantidade de Debêntures aumentada a critério da Emissora, com a concordância do Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente ofertada.
<b>Debêntures do Lote Suplementar</b>	Debêntures do lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de debêntures originalmente oferecida.
<b>Debêntures em Circulação</b>	Todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas das Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau.

<b>Debenturistas</b>	Os titulares das Debêntures.
<b>Diretoria</b>	Diretoria da Companhia.
<b>DOESP</b>	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
<b>Escritura de Emissão</b>	“Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da 3ª Emissão da Hypermarchas S.A.”, celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, em 23 de junho de 2010.
<b>Estatuto Social</b>	Estatuto Social da Companhia.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de Referência elaborado nos termos da Instrução CVM 480.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 471</b>	Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.
<b>Itaú BBA</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>JUCESP</b>	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações.
<b>Oferta ou Emissão</b>	Terceira emissão para distribuição pública de 651.042 (seiscentos e cinquenta e uma mil e quarenta e duas) debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em três séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$651.042.000,00 (seiscentos e cinquenta e um milhões e quarenta e dois mil reais).
<b>Opção de Debêntures Adicionais</b>	<p>A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, a critério da Emissora, com a concordância do Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente ofertada, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 (“<u>Debêntures Adicionais</u>”). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais. A Emissora tomará todas as medidas necessárias para a emissão das Debêntures Adicionais, caso a emissão de referidas Debêntures seja definida ao final do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p> <p>A opção de Debêntures Adicionais foi exercida em 15,21%, correspondendo a um aumento de 76.042 (setenta e seis mil e quarenta e duas) Debêntures em relação às Debêntures inicialmente ofertadas. As Debêntures Adicionais, serão colocadas pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços.</p>

**Opção de Debêntures do Lote Suplementar**

A Emissora concede ao Coordenador Líder opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelo Coordenador Líder, com a concordância da Emissora, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A Emissora tomará todas as medidas necessárias para a emissão das Debêntures do Lote Suplementar.

A opção de Debêntures do Lote Suplementar foi exercida integralmente, correspondendo um aumento de 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures, em relação as Debêntures inicialmente ofertadas. As Debêntures do Lote Suplementar serão colocadas pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços.

**Período de Capitalização**

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização de cada uma das Séries, ou na data do efetivo pagamento da Remuneração imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

**Pessoa Vinculada**

Investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).

**Prazo de Distribuição**

Período máximo de 6 (seis) meses a contar da publicação do Anúncio de Início.

**Prospecto Preliminar**

O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, em até Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da espécie Quirografária da Companhia.

**Prospecto ou Prospecto Definitivo**

Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, em Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da espécie Quirografária da Companhia.

<b>Público Alvo</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.
<b>R\$, Real ou Reais</b>	Moeda corrente do Brasil.
<b>Santander</b>	Banco Santander (Brasil) S.A.
<b>SDT</b>	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>SND</b>	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Taxa DI</b>	Taxas médias diárias dos DI “ <i>over</i> extra grupo” – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano.
<b>Valor Total da Oferta</b>	R\$651.042.000,00 (seiscentos e cinquenta e um milhões e quarenta e dois mil de reais), onde a oferta base corresponde a R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescido de R\$151.042.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, quarenta e dois mil reais) em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e da emissão de Debêntures do Lote Suplementar.



## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

<b>Identificação da Companhia</b>	Hypermarcas S.A., companhia aberta, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.932.074/0001-91, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.353.251.
<b>Registro na CVM</b>	Registro de companhia aberta perante a CVM, concedido sob nº 21431 (código CVM), em 16 de abril de 2008.
<b>Sede</b>	A sede da Companhia está localizada na Av. Juscelino Kubitschek, nº 1217, casa nº 7, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	A Diretoria de Relações com Investidores localiza-se na sede da Companhia. O responsável por esta diretoria é o Sr. Martim Prado Mattos. O telefone do nosso departamento de Relações com Investidores é (0xx11) 3627-4211, o fax é (00xx11) 3627-4371 e o e-mail <a href="mailto:martim@hypermarcas.com.br">martim@hypermarcas.com.br</a> .
<b>Auditores Independentes</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
<b>Jornais nos quais divulga informações</b>	As informações referentes à Companhia, inclusive seus atos societários, são divulgadas/publicadas no DOESP e no jornal "Valor Econômico".
<b>Site na Internet</b>	<a href="http://www.hypermarcas.com.br">www.hypermarcas.com.br</a> .
<b>Informações Adicionais</b>	Quaisquer informações complementares sobre a Companhia e a Oferta podem ser obtidas junto: (i) à <b>Companhia</b> , em sua sede e em seu site na Internet; (ii) ao <b>Coordenador Líder – Bradesco BBI</b> , localizado na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, São Paulo, SP; (iii) ao <b>Itaú BBA</b> , localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar, São Paulo, SP; (iv) ao <b>Citi</b> , localizado na Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar, São Paulo, SP; (v) ao <b>Santander</b> , na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, – Bloco A, São Paulo, SP; (vi) à <b>BM&amp;FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros</b> , Praça Antonio Prado, nº 48, 4º andar, CEP 01010-901, São Paulo, SP; e (vii) à <b>Comissão de Valores Mobiliários – CVM</b> , Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ e Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP.
<b>Declarações</b>	As declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto nas páginas 503 e 507, respectivamente.

## IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Para fins do item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

### 1. Companhia

#### **Hypermarcas S.A.**

Av. Juscelino Kubitschek, nº 1217, casa nº 7  
CEP 04543-090, São Paulo, SP, Brasil  
At.: Sr. Martim Prado Mattos  
Diretor de Relações com Investidores da Companhia  
Tel.: (011) 3627-4211  
Fax: (011) 3627-4371  
Site: [www.hypermarcas.com.br](http://www.hypermarcas.com.br)

### 2. Coordenadores da Oferta

#### **Banco Bradesco BBI S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar  
CEP 01310-917, São Paulo, SP, Brasil  
At.: Sr. At.: João Carlos Zani  
Tel.: (011) 2178-4800  
Fax: (011) 2178-4880  
Site: [www.bradescobbi.com.br](http://www.bradescobbi.com.br)

#### **Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sr. Rogério Assaf G. Freire  
Tel.: (011) 3708-2502  
Fax: (011) 3708-2533  
Site: [www.itaubba.com.br](http://www.itaubba.com.br)

#### **Banco Citibank S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar  
CEP 01311-920, São Paulo, SP  
At.: Sr. Eduardo Freitas  
Tel.: (011) 4009-2823  
Fax: (011) 4009-7558  
Site: [www.corporate.citibank.com.br](http://www.corporate.citibank.com.br)

#### **Banco Santander (Brasil) S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, – Bloco A, 27º andar  
CEP 04543-011, São Paulo, SP  
At.: Sr. Ricardo Leoni  
Tel.: (011) 3012-7195  
Fax: (011) 3012-7195  
Site: [www.santander.com.br](http://www.santander.com.br)

### **3. Consultores Jurídicos**

#### ***3.1 Para a Companhia***

##### **Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. & Quiroga Advogados**

Al. Joaquim Eugênio de Lima, nº 447

CEP 01403-001, São Paulo, SP

At.: Sra. Marina Anselmo Schneider

Tel.: (011) 3147-7625

Fax: (011) 3147-7770

Site: [www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)

#### ***3.2 Para os Coordenadores da Oferta***

##### **Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados**

Rua Funchal, 418, 11º andar

CEP 04551-060, São Paulo, SP

At.: Sr. Joaquim Oliveira

Tel.: (011) 3089-6500

Fax: (011) 3089-6565

Site: [www.scbf.com.br](http://www.scbf.com.br)

### **4. Auditores**

##### **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, Torre Torino

CEP 05001-903, São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Souza de Oliveira

Tel.: (011) 3674-2000

Fax: (011) 3674-2055

Site: [www.pwc.com.br](http://www.pwc.com.br)

**DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER,  
NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder encontram-se como Anexo nas páginas 503 e 507, respectivamente, deste Prospecto.

## APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

### Banco Bradesco BBI S.A. – Coordenador Líder

O Bradesco BBI opera nas áreas de banco de investimento, destacando operações de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamento de projetos e operações estruturadas, além de contar com corretora de valores mobiliários, *private banking* e *asset management*. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, originando e estruturando operações com investidores estrangeiros.

O desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento tem os seguintes destaques:

- Líder em operações de reestruturações societárias e Ofertas Públicas de Ações em valores de operações realizadas no ano de 2009, segundo o ranking de anúncio da ANBIMA.
- Líder na prestação de serviços envolvendo operações de fusões e aquisições em número de operações realizadas no ano de 2009, segundo o ranking de fechamento da ANBIMA.
- Segunda posição em operações de renda variável por valor (distribuição) segundo o ranking ANBIMA publicado em março de 2010. Em 2010, o BBI participou como Coordenador e Joint Bookrunner de 5 (cinco) operações das 8 (oito) que foram registradas na CVM, cuja soma representa um volume de R\$5,9 bilhões (cinco bilhões e novecentos milhões de reais). Em 2009, o Bradesco BBI participou como coordenador líder e Joint Bookrunner do Initial Public Offering da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, que totalizou R\$8,4 bilhões (oito bilhões e quatrocentos milhões de reais) e como Joint Bookrunner de mais 9 (nove) ofertas públicas de ações em 2009 que totalizaram, em conjunto com Visanet, aproximadamente R\$15,7 bilhões (quinze bilhões e setecentos milhões de reais).
- Segunda posição em operações de renda fixa no mercado doméstico de acordo com o ranking de Originação ANBIMA publicado em março de 2010, com participação de mercado de 20,8% (vinte inteiros e oito décimos por cento) e volume de R\$2,7 bilhões (dois bilhões e setecentos milhões de reais); e
- Em 2009, atuou como assessor e estruturador financeiro para importantes projetos de diferentes setores da economia, dentre os quais se destacam os projetos UHE Jirau (usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada de 3.300 MW) e Usina Jataí (investimento greenfield da Cosan, com capacidade de moagem de 4 (quatro) milhões de toneladas/ano de cana-de-açúcar). Os recursos obtidos com o BNDES para a implantação dos projetos somam R\$7,2 bilhões (sete bilhões e duzentos milhões de reais) para a UHE Jirau e R\$639 milhões (seiscentos e trinta e nove milhões de reais) para a Usina Jataí.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país, de acordo com o ranking dos "50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional" divulgado pelo BACEN em março de 2010 e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, que possibilita oferecer a seus 21,2 milhões (vinte e um milhões e duzentos mil) de correntistas comodidade e segurança. Clientes e usuários têm a disposição uma extensa Rede de Atendimento, com 6.106 (seis mil, cento e seis) agências convencionais e 6.110 (seis mil, cento e dez) unidades do Banco Postal. No primeiro trimestre de 2010, o lucro líquido foi de R\$2,147 bilhões (dois bilhões e cento e quarenta e sete milhões de reais), o patrimônio líquido foi de R\$43,087 bilhões (quarenta e três bilhões e oitenta e sete milhões de reais) e os ativos totalizaram R\$532,626 bilhões (quinhentos e trinta e dois bilhões e seiscentos e vinte e seis milhões de reais).

## **Itaú BBA**

O Itaú BBA é um dos maiores bancos de atacado do Brasil, com ativos na ordem de R\$174 bilhões e patrimônio líquido de R\$11,9 bilhões em 31 de março de 2010. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo o melhor e o mais completo conjunto de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu e Bahamas, além de escritórios de representação em Buenos Aires, Nova Iorque e Xangai.

A área de Investment Banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável e fusões e aquisições.

De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA tem apresentado uma liderança consistente no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, com participações de mercado de, respectivamente, 26%, 20%, 19%, 24%, 46% e 24%. Ainda em 2009, o Itaú BBA recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio "World's Best Investment Banks", na categoria Brasil, concedido pela Global Finance, publicação americana especializada em instituições financeiras de todo o mundo. Recebeu também o prêmio de "Melhor Banco de Investimento da América Latina", concedido pela "The Banker". Recebeu da LatinFinance, pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio de "Best Local Investment Bank in Brazil". Recebeu ainda o prêmio de "Best Corporate Bond of the Year", concedido pela participação como joint-bookrunner na emissão de Senior Notes pela Telemar.

No mercado de renda fixa local, em 2009, as participações em emissões de debêntures e notas promissórias totalizaram R\$9,3 bilhões. Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Banco Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures do Grupo OHL Brasil (R\$1,4 bilhão, por meio de 3 concessionárias do grupo), da CTEEP (R\$548 milhões), da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (R\$600 milhões), da Alupar (R\$250 milhões), da Camargo Corrêa S.A. (R\$1,0 bilhão), da Anhanguera Educacional Participações S.A. (R\$200 milhões), da Vivo Participações S.A. (R\$810 milhões), da Companhia Energética do Ceará – Coelce (R\$245 milhões) e da Telemar Norte Leste S.A (R\$2,6 bilhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Redecard (R\$724 milhões), do Grupo OHL Brasil (R\$700 milhões, por meio de 3 concessionárias do grupo), da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$200 milhões), da Light Serviços de Eletricidade S.A. (R\$100 milhões), da Companhia Energética do Ceará (Coelce) (R\$245 milhões), da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A (R\$650 milhões), Elektro Eletricidade e Serviços S.A (R\$120 milhões), duas emissões para CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$180 e 200 milhões). Destacam-se ainda as operações FIDC CEEE IV-D (R\$130 milhões), e, nos anos anteriores, FIDC Paulista Veículos II (R\$100 milhões), CRI WT PIC II (R\$101,9 milhões) e CRI da BRC Securitizadora S.A. (R\$300 milhões).

No segmento de renda fixa internacional, em 2009, o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 8 ofertas de bonds de empresas latino-americanas, cujo montante total alcançou US\$4,75 bilhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú atuou como bookrunner ou joint-bookrunner, destacam-se as ofertas da Marfrig (US\$500 milhões, do Banco Panamericano (US\$500 milhões), de Globo Participações (US\$325 milhões), de Itaú (US\$1 bilhão), do Banco ABC Brasil (US\$300 milhões), de Magnesita (US\$400 milhões), do Banco Daycoval (US\$300 milhões), de BR Foods (US\$750 milhões), de Banco Votorantim (US\$750 milhões), de BicBanco (US\$275 milhões), de Gerdau (US\$1,25 bilhão), CSN (US\$750 milhões), Votorantim (US\$1.0 bilhão) e Arcos Dorados (US\$450 milhões).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2009, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$14,2 bilhões. No ranking ANBID, o banco terminou o ano de 2009 em primeiro lugar em número de operações, participando em 58% das operações ocorridas naquele ano.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de transações em 2009, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 24 operações realizadas com um volume total de R\$12,9 bilhões.

## **Citi**

O Citi, do qual o Banco Citibank é parte, é um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, está presente em mais de 100 países, reúne atualmente 200 milhões de contas de clientes, conta com cerca de 300 mil funcionários e possui ativos totais de US\$2,17 trilhões, distribuídos entre pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições, combinando recursos globais com forte presença local.

Presente há 95 anos no Brasil, o Banco Citibank, tem atuado continuamente e com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados.

Em 2006, o Banco Citibank participou de diversas emissões de debêntures, totalizando R\$11,4 bilhões distribuídos a investidores. O Banco Citibank foi o único a participar como coordenador das três maiores transações de renda fixa já realizadas no mercado de capitais brasileiro, Companhia de Bebidas das Américas – AmBev, Telemar Norte Leste S.A. – Telemar e Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, sendo uma delas a primeira Oferta de uma empresa investment grade em escala global.

Em 2007, o Banco Citibank participou de diversas emissões de debêntures, totalizando R\$4,0 bilhões distribuídos a investidores. O Banco Citibank participou como coordenador da única transação AAA realizada em 2007.

Em 2008, o Banco Citibank participou de emissões no mercado de capitais brasileiro de renda fixa, totalizando R\$705 milhões distribuídos a investidores. O Citibank foi a única instituição financeira a participar nas duas últimas emissões públicas de debêntures em setembro e outubro de 2008, quais sejam a Oferta Pública de Debêntures da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., no valor de R\$340 milhões e a Oferta Pública de Debêntures da Sabesp, no valor de R\$200 milhões. Em 2008, o Citi esteve em quarto lugar no ranking da ANBIMA no que diz respeito a Mercado de Capitais Local de longo prazo.

Em 2009, o Banco Citibank participou como coordenador-líder da Oferta Pública de Debêntures da Light S.A., no valor de R\$300.000.000,00, da emissão de Notas Promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$500.000.000,00 e das debêntures do BNDES no valor de R\$1.000.000.000,00.

## **Santander**

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha, o qual, em 2007, participou do consórcio que fechou um importante negócio na história da indústria bancária do mundo ao adquirir 96,95% das ações do banco holandês ABN AMRO, por €71 bilhões.

Fundado em 1857, o Banco Santander S.A. possui atualmente US\$1,6 trilhão em ativos, administra quase US\$1,8 trilhão em fundos, possui mais de 90 milhões de clientes, mais de 13.660 agências e está presente em 40 países. Em 2008, o Banco Santander S.A. foi considerado o melhor banco do Mundo, e o melhor banco da América Latina, segundo a revista Euromoney – Awards of Excellence (prêmio de excelência), e, em 2009, foi considerado o melhor banco do mundo e o melhor banco da Europa Ocidental, segundo a revista The Banker. Atualmente, o Banco Santander S.A. desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal.

Em 2009, o Banco Santander S.A. registrou lucro líquido de mais de €12,4 bilhões. A América Latina representa 36,0% dos resultados do Santander no mundo. Em 2009, a América Latina foi responsável por um lucro líquido de mais de €3,2 bilhões.

Em 1957, o grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.), e em 2000 adquiriu o Banespa.

Com a compra do Banco Real, realizada em 24 de julho de 2007, e a posterior incorporação de suas ações em 29 de agosto de 2008, o Santander consolidou-se como o terceiro maior banco privado do País em 2008, e continuou a ocupar esta posição em 2009, pelo ranking por ativo total do Banco Central do Brasil. O Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. A sua presença está estrategicamente concentrada nas regiões Sul e Sudeste, responsáveis pela maior fatia do PIB nacional.

O Santander possui uma participação de mercado expressiva nessas regiões. Em 2009, o Santander possuía uma carteira de mais de 10,2 milhões de contas correntes de clientes ativos, 3.593 pontos de venda e 18.094 caixas eletrônicos, encerrando o ano de 2009 com um total de ativos de R\$316,0 bilhões e patrimônio líquido de R\$69,3 bilhões.

O Santander possui uma participação de 20% dos resultados do grupo Santander no mundo e de 56% no resultado da América Latina.

O Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque no mercado de renda fixa local. No encerramento do ano de 2009, foi classificada como a quarta instituição tanto em termos de volume de originação quanto em número de operações de renda fixa da ANBIMA, tendo intermediado 31 operações que totalizaram R\$3.002 milhões, equivalente a 6,2% do volume acumulado de originação no ano.



Em 2006, o Santander estruturou e atuou como coordenador líder da maior operação da história do mercado de renda fixa brasileiro: a sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$5,5 bilhões. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações mereceram destaque: (i) a sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$250 milhões; (ii) a primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$200 milhões; (iii) a primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$202,5 milhões; (iv) a terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$600 milhões; (v) a terceira emissão pública de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no montante total de R\$300 milhões; (vi) a quinta emissão pública de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR, no montante total de R\$598 milhões; (vii) a segunda emissão pública de debêntures da Companhia Energética do Ceará – Coelce, no montante total de R\$245 milhões; e (viii) a primeira emissão pública de debêntures da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no montante de R\$600 milhões. Em 2010, o Santander foi o coordenador líder da segunda emissão pública de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no montante total de R\$366,1 milhões.

No segmento de operações estruturadas, o Santander intermediou importantes operações do mercado em 2007 e 2008, por meio de FIDCs e CRIs, quais sejam: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$126,9 milhões; (ii) alienação de quotas subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$41,8 milhões; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários devidos pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$100,2 milhões e R\$99,6 milhões, respectivamente; (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$324 milhões, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A. a ser estruturado com quotas subordinadas mezanino. Em 2010, o Santander, como coordenador líder, finalizou a distribuição de 180.000 quotas seniores do FIDC Monsanto, totalizando o montante de R\$180 milhões.

[página intencionalmente deixada em branco]

## **2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA**

---

- Sumário da Oferta
- Informações sobre a Oferta
- Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta
- Destinação dos Recursos
- Fatores de Risco
- Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro
- Operações Vinculadas à Oferta
- Capacidade de Pagamento
- Capitalização

[página intencionalmente deixada em branco]

## SUMÁRIO DA OFERTA

*Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção "Fatores de Risco", na página 67 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Companhia, cujos acessos estão devidamente indicados na seção "Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência".*

<b>Emissora</b>	Hypermarcas S.A.
<b>Breve Apresentação da Emissora</b>	A Hypermarcas é uma das maiores companhias de bens de consumo com capital de origem brasileira, segundo rankings da FGV e da revista Exame. A Hypermarcas acredita possuir o maior e mais diversificado portfólio de marcas, incluindo predominantemente marcas líderes e vice-líderes em seus respectivos segmentos. A Hypermarcas comercializa em todo território nacional produtos que acredita apresentar oportunidades de expansão e crescimento. A Hypermarcas acredita que seu portfólio de marcas líderes e produtos populares a posiciona privilegiadamente para capturar o crescimento do segmento demográfico de maior potencial de expansão do país, de acordo com a Target Marketing, as classes B, C e D.
<b>Debêntures</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries.
<b>Data de Emissão</b>	15 de julho de 2010.
<b>Agente Fiduciário</b>	Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
<b>Banco Mandatário e Escriurador</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Coordenador Líder</b>	Banco Bradesco BBI S.A.
<b>Coordenadores</b>	Banco Itaú BBA S.A., Banco Citibank S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.
<b>Agência de <i>Rating</i></b>	Fitch Ratings e Standard & Poor's.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$651.042.000,00 (seiscentos e cinquenta e um milhões e quarenta e dois mil reais), onde a oferta base corresponde a R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescido de R\$151.042.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, quarenta e dois mil reais) em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e/ou da emissão de Debêntures do Lote Suplementar.
<b>Oferta ou Emissão</b>	Terceira emissão para distribuição pública de 651.042 (seiscentas e cinquenta e uma mil e quarenta e duas) debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em três séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante de 651.042.000,00 (seiscentos e cinquenta e um milhões e quarenta e dois mil reais).

**Opção de Debêntures Adicionais**

A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, a critério da Emissora, com a concordância do Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente ofertada, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais. A Emissora tomará todas as medidas necessárias para a emissão das Debêntures Adicionais.

A opção de Debêntures Adicionais foi exercida em 15,21%, correspondendo a um aumento de 76.042 (setenta e seis mil e quarenta e duas) Debêntures em relação às Debêntures inicialmente ofertadas. As Debêntures Adicionais, serão colocadas pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços.

**Opção de Debêntures do Lote Suplementar**

A Emissora concedeu ao Coordenador Líder opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelo Coordenador Líder, com a concordância da Emissora, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A Emissora tomará todas as medidas necessárias para a emissão das Debêntures do Lote Suplementar.

A opção de Debêntures Suplementares foi exercida integralmente, correspondendo a um aumento de 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures em relação às Debêntures inicialmente ofertadas. As Debêntures Suplementares, foram colocadas pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços.

**Aprovações Societárias**

A Emissão e suas condições foram aprovadas conforme deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 10 de junho de 2010, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 23 de junho de 2010, sob o número 214.543/10-9 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico", em 16 de junho de 2010.

**Número de Séries**

A Emissão foi realizada em três séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado em cada série foi definido de comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores de acordo com a demanda pelas Debêntures conforme apurada por Procedimento de *Bookbuilding*. Qualquer uma das três séries poderia não ter sido emitida, neste caso ficando a totalidade das Debêntures emitidas alocadas a(s) série(s) emitidas, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*.

**Quantidade de Debêntures**

Foram emitidas até 651.042 (seiscentos e cinquenta e uma mil e quarenta e duas Debêntures, sendo 201.026 (duzentas e uma mil vinte e seis) Debêntures emitidas na 1ª Série, 335.601 (trezentas e trinta e cinco mil seiscentas e uma) Debêntures emitidas na 2ª Série e 114.415 (cento e catorze mil quatrocentas e quinze) Debêntures emitidas na 3ª Série.

A quantidade de Debêntures a ser emitida e alocada em cada Série foi definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

**Valor Nominal Unitário**

R\$1.000,00 (mil reais).

<b>Espécie</b>	As Debêntures são da espécie quirografária e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os titulares das Debêntures (" <u>Debenturistas</u> ") em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.
<b>Forma e Conversibilidade</b>	As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos de debêntures. As Debêntures não serão conversíveis em ações.
<b>Prazo e Data de Vencimento</b>	As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da Data Emissão, vencendo em 15 de julho de 2014 (" <u>Data de Vencimento da 1ª Série</u> ") ; as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data Emissão, vencendo em 15 de julho de 2015 (" <u>Data de Vencimento da 2ª Série</u> ") ; e as Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses, a contar da Data Emissão, vencendo em 15 de julho de 2016 (" <u>Data de Vencimento da 3ª Série</u> ").
<b>Amortização</b>	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado na Data de Vencimento da 1ª Série (" <u>Data de Amortização da 1ª Série</u> "). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado na Data de Vencimento da 2ª Série (" <u>Data de Amortização da 2ª Série</u> "). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será amortizado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) a ser amortizado no 5º ano a contar da Data de Emissão e 50% (cinquenta por cento) a ser amortizado no 6º ano a contar da Data de Emissão (" <u>Data de Amortização da 3ª Série</u> ").
<b>Preço de Subscrição e Forma de Subscrição e Integralização</b>	<p>As Debêntures serão subscritas e integralizadas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, e acrescido <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, da atualização, se houver, e pela remuneração aplicável a cada série das Debêntures conforme definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p> <p>As Debêntures serão integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos da CETIP e/ou da BM&amp;FBOVESPA, conforme o caso.</p> <p>O investimento em Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas pode ter promovido má formação da taxa final de spread ou de liquidez das Debêntures no mercado secundário, neste sentido ver Seção "Fatores de Risco – A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures e na definição da taxa de remuneração final das Debêntures", na página 69 deste Prospecto.</p>
<b>Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário</b>	As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) no SDT e no SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) no DDA e no Sistema BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA.

**Destinação dos Recursos**

Os recursos a serem captados na distribuição das Debêntures, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados ao pagamento de parte das dívidas e obrigações de responsabilidade da Emissora abaixo elencadas, sendo que o valor das dívidas e obrigações de responsabilidade da Emissora que exceder os recursos captados na distribuição das Debêntures será pago com caixa da Emissora.

- (i) 4 (quatro) parcelas referentes à aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda. conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Yoshimi Morizono, em 1º de junho de 2007, sendo 2 (duas) parcelas com vencimentos em 01 de junho de 2011 e 01 de junho de 2012, no valor em reais equivalente a R\$191,2 milhões cada, corrigidas pela variação cambial do dólar desde a data da assinatura do contrato até o vencimento das respectivas parcelas, e 2 (duas) parcelas com vencimentos em 01 de junho de 2011 e 01 de junho de 2012, no valor de R\$14,6 milhões cada, sem correção monetária;
- (ii) 2 (duas) parcelas referentes à aquisição da Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. estabelecida no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Cláudio Alionis, Claudemir Mairena Ramirez e Edson Mairena Aviles, em 27 de novembro de 2009, com vencimentos em 27 de novembro de 2010 e 27 de novembro de 2011, no valor de R\$36,0 milhões cada, corrigidas pela variação do CDI da data da assinatura do contrato até o vencimento das respectivas parcelas;
- (iii) 2 (duas) parcelas referentes à aquisição da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda. estabelecida no Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e os antigos quotistas da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda., em 6 de outubro de 2008, com vencimentos em 06 de outubro de 2010 e 06 de outubro de 2011, no valor de R\$10,6 milhões cada, corrigidas pela variação do CDI da data da assinatura do contrato até o vencimento das respectivas parcelas;
- (iv) 2 (duas) parcelas referentes à aquisição da Indústria Nacional de Artefatos de Látex S.A. estabelecida no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Adriano Dias Araújo, José Gonçalves de Araújo e Fernando Gonçalves Araújo, em 1º de dezembro de 2009, com vencimentos em 01 de dezembro de 2010 e 01 de dezembro de 2011, no valor de R\$26,3 milhões e R\$26,1 milhões, respectivamente, sem qualquer correção, ajuste ou atualização;
- (v) Nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., emitida em 26 de junho de 2009, no valor de R\$45,0 milhões, com juros de 11,25% ao ano, a ser paga em três parcelas, sendo a primeira e a segunda no valor principal de R\$4,5 milhões, devidas em 01 de junho e 01 de dezembro de 2010, e o restante à data de vencimento do contrato, em 01 de junho de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$45,5 milhões. Os recursos obtidos por meio da nota de crédito industrial foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora;



- (vi) Nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., emitida em 08 de outubro de 2009, no valor de R\$30,0 milhões, incidente encargo básico calculados como base no IRP, e encargos adicionais de 9,93% ao ano. A data de vencimento deste contrato é 28 de setembro de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$30,0 milhões. Os recursos obtidos por meio da nota de crédito industrial foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora;
- (vii) Cédula de crédito bancário, em favor do Banco Safra S.A., emitida em 21 de março de 2007 e aditada em 18 de setembro de 2009, para o repasse de empréstimo externo, no valor de US\$9,6 milhões. O pagamento do principal desta cédula se dará em 29 de agosto de 2011. Sobre o valor do principal da dívida incidem juros à taxa de 5,367475% ao ano. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$16,8 milhões. Os recursos obtidos por meio da cédula de crédito bancário foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora;
- (viii) Contrato de abertura de crédito fixo com o Banco Votorantim S.A., celebrado em 16 de setembro de 2009, no valor de R\$25,0 milhões, referentes a recursos originários de repasses do BNDES. Sobre o crédito incidem encargos 6,50% ao ano acima da TJLP. Este contrato possui uma carência de 12 meses e 24 meses para amortização do principal, em parcelas mensais e sucessivas, sendo devida a primeira em 15 de novembro de 2010, quinze dias após o fim do período de carência, e a última em 15 de outubro de 2012. O contrato é garantido por nota promissória no valor de R\$32,5 milhões. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$26,5 milhões. Os recursos obtidos por meio do contrato de abertura de crédito fixo foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora; e
- (ix) Nota de crédito industrial, em favor do Banco Bradesco S.A., emitida em 21 de março de 2006 e aditada em 3 de setembro de 2009, para o repasse de empréstimos externos, no valor de US\$37,2 milhões, equivalentes à época a R\$80 milhões, com encargos à taxa efetiva de 3,70% ao ano sobre o saldo devedor em aberto. O pagamento do principal e encargos desta nota deverá ser realizado em 24 de agosto de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$16,9 milhões. Os recursos obtidos por meio da nota de crédito industrial foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora.

**Período de Capitalização**

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da remuneração seguinte.

**Procedimento de Bookbuiding**

Procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração das Debêntures, bem como quantidade de séries e quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries.

No Procedimento de *Bookbuilding* houve participação de investidor Pessoa Vinculada, o que pode ter promovido má formação da taxa final de *spread* ou de liquidez das Debêntures no mercado secundário, neste sentido ver Seção “Fatores de Risco – A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures e na definição da taxa de remuneração final das Debêntures”, na página 69 deste Prospecto.

Se os Coordenadores verificassem excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao art. 55 da Instrução CVM 400, as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas.

**Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

**Atualização Monetária das Debêntures**

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série não serão monetariamente atualizadas. As Debêntures da 3ª Série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Remuneração da 1ª Série**

As Debêntures da 1ª Série não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado e farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, capitalizada a uma sobretaxa equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 1ª Série, até o seu efetivo pagamento.

**Remuneração da 2ª Série**

As Debêntures da 2ª Série não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado e farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada das Taxas DI, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, capitalizada a uma sobretaxa equivalente a 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, até o seu efetivo pagamento.

<b>Remuneração da 3ª Série</b>	As Debêntures da 3ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à taxa fixa equivalente a 8,43% (oito inteiros e quarenta e três centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal atualizado das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma <i>pro rata temporis</i> por dias úteis.
<b>Pagamento da Remuneração</b>	A Remuneração das Debêntures da 1ª e 2ª Séries será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento da Remuneração da 1ª e 2ª Séries devido em 15 de janeiro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de julho e janeiro de cada ano, até as respectivas Datas de Vencimento. A Remuneração das Debêntures da 3ª Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e os demais pagamentos devidos no dia 15 de julho de cada ano, até a Data de Vencimento da 3ª Série.
<b>Resgate Antecipado</b>	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente as Debêntures da 1ª Série a qualquer tempo a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, integral ou parcialmente, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (" <u>Comunicação de Resgate das Debêntures da 1ª Série</u> "). O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série e eventuais demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado.
<b>Aquisição Facultativa</b>	A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculado <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.
<b>Vencimento Antecipado</b>	Hipóteses de Vencimento Antecipado, conforme descritas no item " <i>Vencimento Antecipado</i> ", na seção " <i>Informações sobre a Oferta</i> ", na página 31 deste Prospecto.
<b>Local de Pagamento</b>	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

<b>Público Alvo</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.
<b>Inadequação do Investimento</b>	A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco”, na página 67 deste Prospecto.
<b>Fatores de Risco</b>	Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores devem atentar para os fatores de risco descritos na seção “Fatores de Risco”, na página 67 deste Prospecto, em conjunto com as seções 4 e 5 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
<b>Quorum de Instalação</b>	<p>A AGD de cada uma das séries se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva série, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas da respectiva série.</p> <p>Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos na Escritura de Emissão, consideram-se as Debêntures em Circulação todas as Debêntures da respectiva série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.</p> <p>Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.</p>
<b>Quorum de Deliberação</b>	<p>Nas deliberações da AGD de cada uma das séries, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto quorum qualificado em leis ou na presente Escritura de Emissão.</p> <p>As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva AGD.</p>

Observado o disposto acima, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas, em primeira ou segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 1a Série, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 2a Série e 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 3a Série, observado que alterações na Remuneração, nos condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas hipóteses de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quórum previsto na Cláusula 11.4.1 da Escritura de Emissão, deverão contar com a aprovação, em primeira ou segunda convocação, de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da 1a Série, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da 2a Série e 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da 3a Série.

Nenhuma alteração nas condições das Debêntures será realizada sem a prévia concordância da Emissora e o correspondente aditamento da Escritura de Emissão.

#### **Regime de Colocação das Debêntures**

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime misto de garantia firme de colocação e melhores esforços.

#### **Cronograma da Emissão**

A Oferta seguirá o cronograma da lista abaixo:

<b>Ordem dos Eventos</b>	<b>Eventos</b>	<b>Data prevista<sup>(*)</sup></b>
<b>1</b>	Reunião do Conselho de Administração que aprovou a Oferta	10/06/2010
<b>2</b>	Protocolo do Prospecto Preliminar na ANBIMA	11/06/2010
<b>3</b>	Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBIMA	11/06/2010
<b>4</b>	Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor Apresentações para potenciais investidores	24/06/2010
<b>5</b>	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	01/07/2010
<b>6</b>	Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	21/07/2010
<b>7</b>	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	30/07/2010
<b>8</b>	Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início da Oferta	02/08/2010
<b>9</b>	Liquidação Financeira da Oferta	02/08/2010
<b>10</b>	Publicação do Anúncio de Encerramento Encerramento da Oferta	04/08/2010

<sup>(\*)</sup> As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

#### **Prazo de Distribuição**

O prazo máximo para colocação pública das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.

**Prazo de Garantia Firme** O prazo de colocação e distribuição pública da totalidade das Debêntures sob regime de garantia firme será de até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as Partes.

Ao final do Prazo de Garantia Firme, cada Coordenador estará obrigado a subscrever e liquidar, até o limite da garantia firme por ele prestada, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas e/ou liquidadas junto a investidores até a Data de Liquidação.

**Classificação de risco** A Emissora contratou a Fitch Ratings, bem como a Standard & Poor's para a elaboração do relatório de classificação de risco para esta Emissão, e para a revisão anual da classificação de risco até o vencimento das Debêntures.

A Fitch Ratings atribuiu *rating* "A+ (bra)" e a Standard & Poor's atribuiu *rating* "br A+" às Debêntures (Para mais informações sobre a classificação de risco da Emissora, ver o Anexo "Súmula de *Rating*", na página 511 deste Prospecto).

**Informações Adicionais** Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver a seção "Informações Sobre a Oferta", na página 31 deste Prospecto.

Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto: (i) à Emissora; (ii) aos Coordenadores; (iii) à CVM, localizada na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20050-006, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (iv) à BM&FBOVESPA, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (v) à CETIP, localizada na Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Autorizações Societárias

A Emissão foi aprovada conforme deliberações do Conselho de Administração da Emissora realizada em 10 de junho de 2010 cuja ata foi arquivada na JUCESP em 23 de junho de 2010, sob o n.º 214.543/10-9, e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico", em 16 de junho de 2010.

### Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora é de R\$3.168.194.793,69 (três bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos), sendo representado por 541.061.447 (quinhentas e quarenta e um milhões, sessenta e um mil, quatrocentas e quarenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Estatuto Social da Emissora prevê a possibilidade de aumento do capital social independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

A distribuição do capital social da Emissora na data deste Prospecto é:

Subscrito e Integralizado		
Espécie e Classe das Ações	Quantidade	Valor (Em R\$)
Ordinárias .....	541.061.447	3.168.194.793,69

### Posição Acionária

A tabela abaixo indica a quantidade de ações ordinárias de titulares de mais de 5% das ações de emissão da Companhia na data deste Prospecto:

Acionistas	Ações	Capital Total (%)
Igarapava Participações S.A. <sup>(1)</sup> .....	149.296.510	27,59
Maiorem S.A. de C.V. <sup>(1)</sup> .....	93.371.780	17,26
Claudio Bergamo dos Santos <sup>(1)</sup> .....	1.523.458	0,28
Nelson José de Mello <sup>(1)</sup> .....	1.523.458	0,28
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves <sup>(1)</sup> .....	34.641.026	6,40
Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves <sup>(1)</sup> .....	350.000	0,07
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho <sup>(1)</sup> .....	16	0,00
Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'Anna Braga <sup>(1)</sup> .....	9.136	0,00
Ações em circulação .....	260.114.060	48,08
Administradores .....	232.003 <sup>(2)</sup>	0,04
<b>Total .....</b>	<b>541.061.447</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> Acionistas Controladores, signatários do Acordo de Acionistas da Companhia.

<sup>(2)</sup> Excluem-se as ações dos administradores que também são acionistas controladores diretos da Companhia.

Apresentamos abaixo a composição acionária dos nossos acionistas controladores pessoas jurídicas, incluindo a Monte Cristalina Ltda., controladora da Igarapava Participações S.A.

Acionistas da Igarapava Participações S.A.	ON <sup>(1)</sup>	(%)	PNA <sup>(2)</sup>	(%)	Total	(%)
Monte Cristalina Ltda. ....	280.944	63,85	—	—	280.944	57,34
João Alves Queiroz Filho .....	115.504	26,25	50.000	100,00	165.504	33,78
Maria Esmeralda Alves de Queiroz Bertuccelli .....	41.013	9,32	—	—	41.013	8,37
Outros .....	2.539	0,58	—	—	2.539	0,51
<b>Total .....</b>	<b>440.000</b>	<b>100,00</b>	<b>50.000</b>	<b>100,00</b>	<b>490.000</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> Ações Ordinárias.

<sup>(2)</sup> Ações Preferenciais Classe A.

<b>Acionistas da Maiorem S.A. de C.V.</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Capital Total (%)</b>
Roberto Hernández Ramírez <sup>(1)</sup> .....	901.920	39,74
Alfredo Harp Helú <sup>(1)</sup> .....	541.152	23,85
José G. Aguilera Medrano <sup>(1)</sup> .....	541.152	23,85
Esteban Malpica Fomperosa <sup>(1)</sup> .....	270.609	11,92
Outros .....	14.463	0,64
<b>Total .....</b>	<b>2.269.296</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> A participação é detida por meio de *trusts*.

<b>Acionistas da Monte Cristalina Ltda.</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Capital Total (%)</b>
João Alves de Queiroz Filho .....	169.929.698	76,78
Cirillo Marcos Alves .....	51.390.564	23,22
<b>Total .....</b>	<b>221.320.262</b>	<b>100,00</b>

Para maiores informações a respeito da composição do capital social da Emissora, vide itens "8" e "15" do Formulário de Referência.

## **Características e Prazos**

### ***Escritura de Emissão***

A Emissão é regulada pela Escritura de Emissão, que será arquivada na JUCESP. A Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

### ***Destinação dos Recursos***

Os recursos a serem captados na distribuição das Debêntures, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados ao pagamento de parte das dívidas e obrigações de responsabilidade da Emissora abaixo elencadas, sendo que o valor das dívidas e obrigações de responsabilidade da Emissora que exceder os recursos captados na distribuição das Debêntures será pago com caixa da Emissora.

- (i) 4 (quatro) parcelas referentes à aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda. conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Yoshimi Morizono, em 1º de junho de 2007, sendo 2 (duas) parcelas com vencimentos em 01 de junho de 2011 e 01 de junho de 2012, no valor em reais equivalente a R\$191,2 milhões cada, corrigidas pela variação cambial do dólar desde a data da assinatura do contrato até o vencimento das respectivas parcelas, e 2 (duas) parcelas com vencimentos em 01 de junho de 2011 e 01 de junho de 2012, no valor de R\$14,6 milhões cada, sem correção monetária;
- (ii) 2 (duas) parcelas referentes à aquisição da Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. estabelecida no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Cláudio Alionis, Claudemir Mairena Ramirez e Edson Mairena Aviles, em 27 de novembro de 2009, com vencimentos em 27 de novembro de 2010 e 27 de novembro de 2011, no valor de R\$36,0 milhões cada, corrigidas pela variação do CDI da data da assinatura do contrato até o vencimento das respectivas parcelas;
- (iii) 2 (duas) parcelas referentes à aquisição da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda. estabelecida no Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e os antigos quotistas da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda., em 6 de outubro de 2008, com vencimentos em 06 de outubro de 2010 e 06 de outubro de 2011, no valor de R\$10,6 milhões cada, corrigidas pela variação do CDI da data da assinatura do contrato até o vencimento das respectivas parcelas;



- (iv) 2 (duas) parcelas referentes à aquisição da Indústria Nacional de Artefatos de Látex S.A. estabelecida no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Adriano Dias Araújo, José Gonçalves de Araújo e Fernando Gonçalves Araújo, em 1º de dezembro de 2009, com vencimentos em 01 de dezembro de 2010 e 01 de dezembro de 2011, no valor de R\$26,3 milhões e R\$26,1 milhões, respectivamente, sem qualquer correção, ajuste ou atualização;
- (v) Nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., emitida em 26 de junho de 2009, no valor de R\$45,0 milhões, com juros de 11,25% ao ano, a ser paga em três parcelas, sendo a primeira e a segunda no valor principal de R\$4,5 milhões, devidas em 01 de junho e 01 de dezembro de 2010, e o restante à data de vencimento do contrato, em 01 de junho de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$45,5 milhões. Os recursos obtidos por meio da nota de crédito industrial foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora;
- (vi) Nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., emitida em 08 de outubro de 2009, no valor de R\$30,0 milhões, incidente encargo básico calculados como base no IRP, e encargos adicionais de 9,93% ao ano. A data de vencimento deste contrato é 28 de setembro de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$30,0 milhões. Os recursos obtidos por meio da nota de crédito industrial foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora;
- (vii) Cédula de crédito bancário, em favor do Banco Safra S.A., emitida em 21 de março de 2007 e aditada em 18 de setembro de 2009, para o repasse de empréstimo externo, no valor de US\$9,6 milhões. O pagamento do principal desta cédula se dará em 29 de agosto de 2011. Sobre o valor do principal da dívida incidem juros à taxa de 5,367475% ao ano. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$16,8 milhões. Os recursos obtidos por meio da cédula de crédito bancário foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora;
- (viii) Contrato de abertura de crédito fixo com o Banco Votorantim S.A., celebrado em 16 de setembro de 2009, no valor de R\$25,0 milhões, referentes a recursos originários de repasses do BNDES. Sobre o crédito incidem encargos 6,50% ao ano acima da TJLP. Este contrato possui uma carência de 12 meses e 24 meses para amortização do principal, em parcelas mensais e sucessivas, sendo devida a primeira em 15 de novembro de 2010, quinze dias após o fim do período de carência, e a última em 15 de outubro de 2012. O contrato é garantido por nota promissória no valor de R\$32,5 milhões. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$26,5 milhões. Os recursos obtidos por meio do contrato de abertura de crédito fixo foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora; e
- (ix) Nota de crédito industrial, em favor do Banco Bradesco S.A., emitida em 21 de março de 2006 e aditada em 3 de setembro de 2009, para o repasse de empréstimos externos, no valor de US\$37,2 milhões, equivalentes à época a R\$80 milhões, com encargos à taxa efetiva de 3,70% ao ano sobre o saldo devedor em aberto. O pagamento do principal e encargos desta nota deverá ser realizado em 24 de agosto de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$16,9 milhões. Os recursos obtidos por meio da nota de crédito industrial foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora.

### **Valor Nominal Unitário**

O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série não será atualizado. As Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

### **Séries**

A Emissão será realizada em três séries, sendo 201.026 (duzentas e uma mil vinte e seis) Debêntures emitidas na 1ª Série, 335.601 (trezentas e trinta e cinco mil seiscentas e uma) Debêntures emitidas na 2ª Série e 114.415 (cento e catorze mil quatrocentas e quinze) Debêntures emitidas na 3ª Série. O número de Debêntures alocado em cada série foi definido de comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores de acordo com a demanda pelas Debêntures conforme apurada por Procedimento de *Bookbuilding*.

### **Quantidade de Debêntures**

Foram emitidas 651.042 (seiscentos e cinquenta e uma mil e quarenta e duas) Debêntures, sendo 201.026 (duzentas e uma mil vinte e seis) Debêntures emitidas na 1ª Série, 335.601 (trezentas e trinta e cinco mil seiscentas e uma) Debêntures emitidas na 2ª Série e 114.415 (cento e catorze mil quatrocentas e quinze) Debêntures emitidas na 3ª Série.

A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, a critério da Emissora, com a concordância do Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente ofertada, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais. A opção de Debêntures Adicionais foi exercida em 15,21%, correspondendo um aumento de 76.042 (setenta e seis mil e quarenta e duas) Debêntures.

A Emissora concedeu ao Coordenador Líder opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de debêntures originalmente oferecida, a ser exercida pelo Coordenador Líder, com a concordância da Emissora, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A opção de Debêntures do Lote Suplementar foi exercida integralmente, correspondendo um aumento de 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures, em relação as Debêntures inicialmente ofertadas.

A Emissora tomou todas as medidas necessárias para a emissão das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures do Lote Suplementar, caso a emissão de referidas Debêntures seja definida ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.

### **Data de Emissão**

A data de emissão será 15 de julho de 2010.

### **Valor da Emissão**

R\$651.042.000,00 (seiscentos e cinquenta e um milhões e quarenta e dois mil reais) na Data de Emissão, onde a oferta base corresponde a R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescido de R\$151.042.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, quarenta e dois mil reais) em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e da emissão de Debêntures do Lote Suplementar.

### ***Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures:***

As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA S.A., será emitido pela BM&FBOVESPA extrato de custódia em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

### ***Espécie***

As Debêntures são da espécie quirografária e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os titulares das Debêntures ("Debenturistas") em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

### ***Prazo e Data de Vencimento***

As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da Data Emissão, vencendo em 15 de julho de 2014; as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data Emissão, vencendo em 15 de julho de 2015; e as Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses, a contar da Data Emissão, vencendo em 15 de julho de 2016.

### ***Procedimento de Bookbuilding***

Foi realizado coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de aquisição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, junto a investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, para a definição da Remuneração das Debêntures. O Procedimento de *Bookbuilding* podem ter participado investidores que sejam, (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c) ("Pessoas Vinculadas"), o que pode ter promovido má formação da taxa final de spread ou de liquidez das Debêntures no mercado secundário. Se os Coordenadores verificassem excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao art. 55 da Instrução CVM 400, as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas.

### ***Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série***

#### ***Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série***

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

### *Remuneração das Debêntures da 1ª Série*

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*:

As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, capitalizada a uma sobretaxa equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 1ª Série (conforme abaixo definido), até o seu efetivo pagamento, conforme definido abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 1ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J* – Valor dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

*VNe* – Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*Fator Juros* – fator de juros composto pelo *Fator DI* e *Fator Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

*Fator DI* – produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

*k* – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n<sub>DI</sub>*.

*n<sub>DI</sub>* – Número total de fatores da Taxa DI, consideradas na apuração do "FatorDI" em cada Período de Capitalização, sendo "*n<sub>DI</sub>*" um número inteiro.

$TDI_k$  – Fator da Taxa DI de ordem  $k$ , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  – Taxa DI de ordem  $k$  divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread – sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

$\text{spread} = 1,6500$ .

$n$  – número de dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização da 1ª Série, e a data de cálculo sendo " $n$ " um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será aplicada para apuração de  $TDI_k$ , em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será aplicada para apuração de  $TDI_k$ , automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários com lastro em títulos federais, apurados no Sistema de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"). Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas da 1ª Série ("AGD 1ª Série"), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para apuração da Remuneração da 1ª Série, o qual deverá refletir a metodologia utilizada em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 1ª Série"). A AGD 1ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de

quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, as fórmulas acima e para apuração de  $TDI_k$  será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD 1ª Série, a referida AGD 1ª Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série.

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, conforme definido abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da AGD 1ª Série, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da AGD 1ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. As Debêntures da 1ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 1ª Série das Debêntures da 1ª Série a serem adquiridas serão utilizadas as fórmulas da Cláusula 4.4.2.5 da Escritura de Emissão e para a apuração de  $TDI_k$  será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série pela Emissora (a) todos os Debenturistas da 1ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração da 1ª Série será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 1ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas da 1ª Série e apresentada à Emissora na referida AGD 1ª Série. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável, conforme tabela abaixo.

**Pagamento da Remuneração da 1ª Série**

15 de janeiro de 2011
15 de julho de 2011
15 de janeiro de 2012
15 de julho de 2012
15 de janeiro de 2013
15 de julho de 2013
15 de janeiro de 2014
15 de julho de 2014

**Atualização e Remuneração das Debêntures da 2ª Série**

*Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série*

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não será atualizado.

### *Remuneração das Debêntures da 2ª Série*

As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada da Taxa DI, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, capitalizada a uma sobretaxa equivalente a 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, até o seu efetivo pagamento, conforme definido abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 2ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J* – Valor dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

*VNe* – Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*Fator Juros* – fator de juros composto pelo *Fator DI* e *Fator Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

*Fator DI* – produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

*k* – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n<sub>DI</sub>*.

*n<sub>DI</sub>* – Número total de fatores da Taxas DI consideradas na apuração do "FatorDI" em cada Período de Capitalização, sendo "*n<sub>DI</sub>*" um número inteiro.

*TDI<sub>k</sub>* – Fator da Taxa DI de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

*DI<sub>k</sub>* – Taxa DI de ordem *k* divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

*Fator Spread – sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da segunda forma:*

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

*spread – 1,8500.*

*n – número de dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização da 2ª Série, a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.*

*O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.*

*Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.*

*Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.*

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será aplicada para apuração de  $TDI_k$ , em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 2ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

Durante o Período de Ausência de Taxa DI ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será aplicada para apuração de  $TDI_k$ , automaticamente no lugar da Taxa DI, a Taxa Selic. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas da 2ª Série, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para apuração da Remuneração da 2ª Série, o qual deverá refletir a metodologia utilizada em operações similares existentes à época. A AGD 2ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas as fórmulas acima e para apuração de  $TDI_k$  será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD 2ª Série, a referida AGD 2ª Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série.



Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas da 2ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série, conforme definido abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da AGD 2ª Série, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da AGD 2ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 2ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. As Debêntures da 2ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 2ª Série das Debêntures da 2ª Série a serem adquiridas serão utilizadas as fórmulas acima e para a apuração de TDIk será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pela Emissora (a) todos os Debenturistas da 2ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração da 2ª Série será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas da 2ª Série e apresentada à Emissora na referida AGD 2ª Série. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito semestralmente, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável, conforme tabela abaixo.

**Pagamento da Remuneração da 2ª Série**

15 de janeiro de 2011
15 de julho de 2011
15 de janeiro de 2012
15 de julho de 2012
15 de janeiro de 2013
15 de julho de 2013
15 de janeiro de 2014
15 de julho de 2014
15 de janeiro de 2015
15 de julho de 2015

## **Atualização e Remuneração das Debêntures da 3ª Série**

### *Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série*

As Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo o produto da Atualização da 3ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

*VNa – valor nominal unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

*VNe – Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

*C – fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:*

onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

*n – número total de índices considerados na Atualização Monetária da 3ª Série, sendo n um número inteiro;*

*NI<sub>k</sub> – valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 3ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;*

*NI<sub>k-1</sub> – valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";*

*Dup – número de dias úteis entre a data de aniversário imediatamente anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;*

*Dut – número de dias úteis contidos entre a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.*

*A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.*

*Caso, se até a data de aniversário, NI<sub>k</sub> não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI<sub>k</sub> na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:*

onde:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

*NI<sub>kp</sub>: Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;*

*Projeção: variação percentual projetada pela ANDIMA referente ao mês de atualização.*

*(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da 3ª Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e*

*(ii) o número-índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.*

*Observações:*

*i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;*

*ii. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento das Debêntures da 3ª Série e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;*

*iii. Considera-se como mês de atualização das Debêntures da 3ª Série, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários das Debêntures da 3ª Série consecutivas;*

*iv. O fator resultante da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;*

*vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.*

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, o Número-Índice Projetado do IPCA, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série ("AGD 3ª Série", na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para apuração da Remuneração da 3ª Série, a qual deverá refletir a metodologia utilizada em operações similares existentes à época. A AGD 3ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, as fórmulas acima.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da 3ª Série, a referida Assembléia de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA divulgado, voltará a ser utilizado para o cálculo da atualização das Debêntures da 3ª Série a partir da data de aniversário correspondente.

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 3ª Série entre a Emissora e Debenturistas da 3ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série, conforme definido abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da AGD 3ª Série, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 3ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da AGD 3ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da 3ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. As Debêntures da 3ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da atualização das Debêntures da 3ª Série a serem adquiridas será utilizada para o cálculo do fator "C" a última variação do IPCA apurada; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 3ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 3ª Série pela Emissora (a) todos os Debenturistas da 3ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração da 3ª Série será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 3ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas da 3ª Série e apresentada à Emissora na referida AGD 3ª Série.

#### ***Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 3ª Série***

A Atualização das Debêntures da 3ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, e na proporção do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme definido acima, exclusivamente: (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 3ª Série, conforme tabela abaixo; e/ou (ii) na ocorrência de alguma das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

<b>Data da Amortização</b>	<b>Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série a ser Amortizado</b>
15 de julho de 2015.....	50,0%
15 de julho de 2016.....	50,0%

#### ***Remuneração da 3ª Série***

As Debêntures da 3ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 3ª Série") correspondente à taxa fixa equivalente a 8,43% (oito inteiros e quarenta e três centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal atualizado das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 3ª Série foi definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

O cálculo da Remuneração da 3ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J – valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;*

*Vna – valor nominal unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

*FatorJuros – fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$\text{Fator Juros} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

*Taxa – 8,4300;*

*DP – número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data de apuração;*

### **Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série**

O pagamento da Remuneração da 3ª Série será feito anualmente e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, conforme tabela abaixo.

<b>Pagamento da Remuneração da 3ª Série</b>
15 de julho de 2011
15 de julho de 2012
15 de julho de 2013
15 de julho de 2014
15 de julho de 2015
15 de julho de 2016

### **Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

## ***Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento***

### ***Subscrição e Forma de Integralização***

As Debêntures serão subscritas e integralizadas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, e acrescido *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, da atualização, se houver, e pela remuneração aplicável a cada série das Debêntures conforme definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

As Debêntures serão integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso.

### ***Local de Pagamento***

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BOVESPAFIX e/ou ao SND.

### ***Encargos Moratórios***

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da remuneração das Debêntures, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

### ***Decadência dos Direitos aos Acréscimos***

Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### ***Imunidade de Debenturistas***

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

### ***Repactuação***

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

### **Resgate Antecipado**

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente as Debêntures da 1ª Série a qualquer tempo a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, integral ou parcialmente, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ("Comunicação de Resgate das Debêntures da 1ª Série"). O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série e eventuais demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado.

Na Comunicação de Resgate das Debêntures da 1ª Série deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado, (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial, e (iii) o valor do Resgate Antecipado, o qual será correspondente ao (a) saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido (b) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (c) do Prêmio de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) a ser calculado conforme abaixo.

A Emissora pagará um prêmio de Resgate Antecipado para as Debêntures da 1ª Série correspondente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos cento) sobre o valor do saldo devedor não amortizado das Debêntures da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* ao prazo remanescente das Debêntures da 1ª Série ("Prêmio de Resgate Antecipado"), calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$P = (1,0120^{\frac{d}{D}} - 1) \times (VNe + J)$$

onde:

*P – prêmio de resgate antecipado da 1ª Série, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;*

*d – quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado da 1ª Série e a Data de Vencimento da 1ª Série;*

*D – quantidade de dias úteis entre o 12º mês contado da Data de Emissão da 1ª Série e a Data de Vencimento da 1ª Série;*

*VNe – Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e*

*J – valor da Remuneração da 1ª Série devida na data do Resgate Antecipado da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento.*

Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures da 1ª Série, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

Não haverá hipótese de resgate antecipado para as Debêntures da 2ª e 3ª Séries.

### **Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Escritura de Emissão, por preço não superior ao respectivo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido, conforme a(s) série(s) das Debêntures a serem adquiridas, (i) da Remuneração da 1ª Série, e/ou (ii) da Remuneração da 2ª Série e/ou da (iii) da Atualização e Remuneração da 3ª Série. Os valores de atualização e Remuneração serão calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento imediatamente anterior das respectivas atualização e Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento da Escritura de Emissão.

As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação, observadas as características de sua respectiva série.

### ***Publicidade***

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

### ***Fundo de Amortização***

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

### ***Vencimento Antecipado***

As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

- (a) pedido por parte da Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (b) pedido ou decretação de insolvência civil de acionistas controladores da Emissora que detenham, individualmente ou em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social da Emissora;
- (c) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência, pedido de falência da Emissora, e/ou de quaisquer das suas controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora e controladas, não elidido no prazo legal;
- (d) não pagamento, pela Emissora, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a data em tal pagamento tornar-se exigível, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, remuneração e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (e) não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanada em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que este prazo não se aplica àquelas obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (f) redução de capital social da Emissora que resulte em capital social inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social existente na Data de Emissão, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;



- (g) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra quaisquer das suas controladas, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis de sua ocorrência;
- (h) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Emissora e/ou das suas controladas e/ou controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no mercado local ou internacional, salvo se a Emissora comprovar, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente seguintes à data de sua ocorrência, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Emissora;
- (i) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão;
- (j) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento;
- (k) cessão, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada pela maioria simples dos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (l) transformação do tipo societário da Emissora para sociedade limitada;
- (m) se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que resulte na não prevalência da Igarapava Participações S.A. e da Maiorem S.A. de C.V., em conjunto, direta ou indiretamente, como as principais acionistas do bloco de controle da Emissora; ou se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em perda do atual controle societário, direto ou indireto, da Igarapava Participações S.A. ou da Maiorem S.A. de C.V.;
- (n) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora, que comprovadamente (mediante a publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado pela Emissora, nos termos da Instrução CVM n.º 358, bem como na regulamentação aplicável), afete de forma relevante negativamente a capacidade da Emissora cumprir com suas obrigações financeiras;
- (o) não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e licenças, que impeça o funcionamento de uma ou mais unidades industriais da Emissora e/ou de suas controladas ou a produção de um ou mais produtos pela Emissora e/ou suas controladas que, em qualquer caso, representem valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do faturamento consolidado da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou de suas controladas, conforme o caso, até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (p) mudança ou alteração no objeto social da Emissora que modifique as atividades atualmente por ela praticadas de forma relevante, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas;

(q) não observância pela Emissora de qualquer dos seguintes índices financeiros, por dois semestres consecutivos, a serem calculados sempre com base nas demonstrações contábeis consolidadas de dezembro e junho da Emissora, iniciando-se com as informações contábeis de dezembro de 2010 e informados ao Agente Fiduciário, juntamente com o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, em até 15 (quinze) dias úteis após o prazo legal exigido pela CVM, na legislação em vigor, para divulgação das respectivas informações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

- 1) Dívida Financeira Líquida / EBITDA: Igual ou inferior a 3,75x, sendo que será considerado o maior EBITDA entre (i) o EBITDA acumulado dos últimos 12 (doze) meses; e (ii) o EBITDA do último trimestre multiplicado por 4,0.
- 2) Cobertura de Juros (EBITDA / Despesa de Juros Líquidos): igual ou superior a 2.0x considerando os últimos 12 (doze) meses.

Onde:

"Dívida Financeira Total": significa o somatório de (a) todas as obrigações da Emissora e/ou de suas subsidiárias por fundos tomados em empréstimo ou recebidos a título de adiantamento ou depósito; (b) todas as obrigações da Emissora e/ou de suas subsidiárias evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas ou inflação), ou instrumentos similares; (c) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Emissora e de suas subsidiárias; (d) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora e/ou de suas subsidiárias na qualidade de garantidora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais, excetuadas as cartas de crédito e/ou cartas de garantia exclusivamente relativas às importações da Emissora e/ou de suas subsidiárias; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora e/ou de suas subsidiárias em relação a aceites bancários; (f) todas as dívidas de terceiros garantidas (ou em relação às quais o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) por qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Emissora e/ou de suas subsidiárias, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; e (g) toda dívida ou obrigação da Emissora ou suas subsidiárias decorrente de aquisição de empresas, ativo imobilizado e marcas.

"Dívida Financeira Líquida": significa Dívida Financeira Total menos (i) caixa; (ii) investimentos de curto prazo; (iii) fundos de renda fixa com liquidez diária de instituições financeiras de primeira linha; e (iv) títulos de emissão do governo federal e/ou de instituições financeiras de primeira linha, desde que com liquidez diária ou liquidez diária após período de carência de no máximo 90 (noventa) dias da data do investimento;

"EBITDA": significa o somatório (a) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e as despesas financeiras); (b) todos os montantes de depreciação e amortização; (c) todo crédito tributário relativo a benefícios fiscais, incluindo, mas não se limitando a, fomentar, exemplificativamente; e (d) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "Custo de Operação", tudo determinado em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil.

"Despesa de Juros Líquidos": significa as despesas da Emissora e das suas subsidiárias relacionadas ao total de juros a pagar incidentes sobre o montante da dívida em determinado período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos na medida em que tais financiamentos constituam Dívida Financeira Total diminuída das receitas da Emissora e das suas subsidiárias em qualquer período, relacionadas ao total de juros recebidos provenientes de suas aplicações financeiras.

- (r) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora durante a vigência das Debêntures e/ou no Contrato de Distribuição;
- (s) alteração do Estatuto Social da Emissora, que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, durante a vigência das Debêntures desta Emissão, desde que haja uma retirada efetiva de acionistas que representem, individual ou conjuntamente, 15% (quinze por cento) ou mais do capital social da Emissora;
- (t) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da respectiva notificação e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora; e
- (u) se a Emissora e/ou qualquer de suas controladas promover, em uma única operação ou em uma série de operações, a alienação, direta ou indireta, total ou parcial, de ativos operacionais que, individualmente ou em conjunto, resulte em uma receita bruta de vendas consolidada da Emissora em valor inferior a R\$ 2.370.002 mil (equivalente a 80% (oitenta por cento) da receita bruta de vendas consolidada da Emissora apurada nos últimos 12 (doze) meses findos em 31 de março de 2010) ("Valor de Referência"). A apuração da receita bruta de vendas consolidada da Emissora para fins de comparação com o Valor de Referência será realizada trimestralmente, até o 45º (quadragésimo quinto) dia contado da data de encerramento de cada trimestre calendário, com base na receita bruta de vendas consolidada da Emissora relativa aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do referido trimestre, considerando-se as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou objeto de revisão especial pelos auditores independentes da Emissora, conforme o caso. A verificação do valor da redução da receita bruta de vendas em relação ao Valor de Referência será realizada a partir da data da alienação dos ativos até o 12º mês seguinte à referida data, findo o qual a respectiva alienação não mais será considerada como um potencial evento de vencimento antecipado.

Os valores mencionados nas alíneas acima não serão reajustados ou corrigidos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "b", "c", "d", "f", "g", "h", "i", "j", "l", "q", "r" e "s" acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos respectivos titulares, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas "e", "k", "m", "n", "o", "p", "t" e "u" acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral a que se refere este item deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

Caso a Assembleia Geral de Debenturistas referida acima não seja convocada pelo Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis ali previsto, tal assembleia poderá ser convocada pela Emissora, ou por Debenturistas representando no mínimo 10% das Debêntures em Circulação.

Na assembleia mencionada acima, que será instalada de acordo com o quorum previsto na Cláusula XI "Da Assembleia Geral de Debenturistas" da Escritura de Emissão, os titulares de Debêntures em Circulação, em assembléia conjunta, poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas "e", "k", "m", "n", "o", "p", "t" e "u".

Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, atualizado ou não, conforme o caso, das respectivas Debêntures em Circulação, acrescido da respectiva Remuneração aplicável a cada série das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, em até 5 (cinco) dias úteis contados (i) da data de declaração do vencimento antecipado automático das Debêntures, ou (ii) da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que tratam os parágrafos acima, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios devidos.

A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP, a BM&FBOVESPA e o Banco Mandatário sobre o pagamento de que trata o item 8.7. da Escritura de Emissão, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

Em qualquer caso, a decretação do vencimento antecipado das Debêntures de uma das séries ocasionará o vencimento antecipado das Debêntures integrantes das outras séries.

### ***Público Alvo***

O público-alvo da Oferta será composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

### ***Inadequação do Investimento***

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita. Para a adequada avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco”, na página 67 deste Prospecto.

### ***Fatores de Risco***

Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores devem atentar para os fatores de risco descritos na seção “Fatores de Risco”, na página 67 deste Prospecto, bem como para as seções 4 e 5 do Formulário de Referência.

## ***Cronograma da Emissão***

A Emissão seguirá o cronograma abaixo:

<b>Ordem dos Eventos</b>	<b>Eventos</b>	<b>Data prevista<sup>(*)</sup></b>
<b>1</b>	Reunião do Conselho de Administração que aprovou a Oferta	10/06/2010
<b>2</b>	Protocolo do Prospecto Preliminar na ANBIMA	11/06/2010
<b>3</b>	Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBIMA	11/06/2010
<b>4</b>	Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor Apresentações para potenciais investidores	24/06/2010
<b>5</b>	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	01/07/2010
<b>6</b>	Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	21/07/2010
<b>7</b>	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	30/07/2010
<b>8</b>	Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início da Oferta	02/08/2010
<b>9</b>	Liquidação Financeira da Oferta	02/08/2010
<b>10</b>	Publicação do Anúncio de Encerramento Encerramento da Oferta	04/08/2010

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Para informações sobre: (i) os procedimentos aplicáveis a eventual modificação, suspensão ou prorrogação da Oferta, ver item "Modificação, Suspensão ou Cancelamento da Emissão" nesta Seção, na página 56 deste Prospecto; (ii) subscrição, integralização e pagamento, ver item "Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento" nesta Seção, na página 46 deste Prospecto; e (iii) distribuição junto ao público, ver item "Plano de Distribuição" nesta Seção, na página 55 deste Prospecto.

## **Contrato de Distribuição de Debêntures**

### ***Regime de Colocação***

#### ***Garantia Firme***

Os Coordenadores realizaram a distribuição pública da totalidade das Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série, sob regime de garantia firme de subscrição e integralização, sem solidariedade entre os Coordenadores para esse fim, no montante de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sendo limitada a até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para a 1ª Série e limitada a até R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) para a 2ª Série, de forma não cumulativa, mediante intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, obedecendo a divisão descrita na tabela adiante:

<b>Coordenador</b>	<b>Volume Máximo em Garantia Firme, na Data de Emissão para as Debêntures da 1ª e 2ª Série por Coordenador</b>	<b>Volume Máximo em Garantia Firme, na Data de Emissão para as Debêntures da 1ª Série</b>	<b>Volume Máximo em Garantia Firme, na Data de Emissão para as Debêntures da 2ª Série</b>
Bradesco BBI .....	R\$137.500.000,00	Até R\$137.500.000,00	Até R\$38.500.000,00
Itaú .....	R\$137.500.000,00	Até R\$137.500.000,00	Até R\$38.500.000,00
Citibank .....	R\$125.000.000,00	Até R\$125.000.000,00	Até R\$35.000.000,00
Santander .....	R\$100.000.000,00	Até R\$100.000.000,00	Até R\$28.000.000,00
<b>Total .....</b>	<b>R\$500.000.000,00</b>	<b>Até R\$500.000.000,00</b>	<b>Até R\$140.000.000,00</b>

O prazo máximo para colocação pública das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início, sendo que o prazo de colocação e distribuição pública da totalidade das Debêntures sob regime de garantia firme será de até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as Partes ("Prazo de Garantia Firme").

Se, ao final do Prazo de Garantia Firme, as Debêntures objeto da garantia firme de subscrição não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores deverão subscrever o saldo remanescente, de forma *pro rata*, até o referido prazo, nos termos das respectivas garantias firmes de subscrição por eles prestadas, observadas as regras a seguir:

- (i) na hipótese de haver demanda pra colocação das Debêntures da 1ª Série e/ou da 2ª Série e/ou da 3ª Série, consideradas em conjunto, em valor igual ou superior a R\$500.000.000, (quinhentos milhões de reais), os Coordenadores estarão liberados de sua respectiva obrigação de garantia firme Relativa à 1ª Série;
- (ii) em qualquer hipótese, a Companhia poderá exigir que a garantia firme relativa à 2ª Série seja honrada até o limite total de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) estabelecidos acima e no item 5.1.3 da Escritura de Emissão; e
- (iii) os valores das garantias firmes relativas à 1ª Série e à 2ª Série não são cumulativos, sendo que o montante máximo da garantia firme não excederá em hipótese alguma de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Cada um dos Coordenadores exercerá a garantia firme com relação às Debêntures integrantes da(s) série(s) emitida(s), escolhida a critério exclusivo da Companhia, independente da demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Volume Máximo de garantia firme prestada por cada Coordenador em relação a cada série de Debêntures.

A garantia firme será exercida desde que: (i) cumpridas as Condições Precedentes, conforme estabelecidas no Contrato de Distribuição até o Anúncio de Início; e (ii) não sejam subscritas e integralizadas a totalidade das Debêntures.

A garantia firme prestada pelos Coordenadores permanecerá válida até o dia 31 de agosto de 2010, podendo ser prorrogada de comum acordo pelas Partes.

No caso de exercício de garantia firme pelos Coordenadores, a subscrição e integralização serão feitas pelo Preço de Subscrição.

#### *Melhores Esforços*

As Debêntures da 3ª Série foram colocadas exclusivamente sob regime de melhores esforços de colocação, não integrando o montante máximo total previsto na tabela acima para fins de apuração do valor da garantia firme.

Caso as Debêntures Adicionais e/ou as Debêntures do Lote Suplementar sejam emitidas, os Coordenadores realizarão sua colocação sob o regime de melhores esforços.

## Demonstrativo do Custo da Distribuição

<b>Custos para a Companhia<sup>(*)</sup></b>	<b>Montante (R\$)<sup>(**)</sup></b>	<b>% sobre o total da Oferta<sup>(**)</sup></b>
Comissão de Estruturação e Coordenação <sup>(***)</sup> .....	R\$651.042,00	0,10%
Comissão de Colocação <sup>(***)</sup> .....	R\$1.302.084,00	0,20%
Prêmio de Garantia Firme <sup>(***)</sup> .....	R\$1.000.000,00	0,20%
Comissão de Sucesso .....	R\$1.400.000,00	0,22%
Publicações .....	R\$230.000,00	0,04%
Prospectos .....	R\$15.000,00	0,00%
Road Show .....	R\$40.000,00	0,01%
Agências de Rating .....	R\$121.250,00	0,02%
CVM .....	R\$248.610,00	0,04%
ANBIMA .....	R\$13.020,84	0,00%
SND – CETIP .....	R\$11.067,71	0,00%
Assessores Legais .....	R\$190.000,00	0,03%
Agente Fiduciário .....	R\$24.000,00	0,00%
Agente Escrirador e Banco Mandatário .....	R\$14.080,00	0,00%
Auditores .....	R\$180.000,00	0,03%
Custos com Tributos Diretos Incidentes sobre o Comissionamento .....	R\$195.312,60	0,03%
Outros Custos <sup>(****)</sup> .....	R\$10.000,00	0,00%
Total dos custos .....	R\$5.645.467,15	0,87%
<b>Valor Total da Emissão .....</b>	<b>R\$651.042.000,00</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Os custos indicados acima são meramente indicativos.

(\*\*) Valores arredondados.

(\*\*\*) Incluindo comissionamento dos Coordenadores / Calculado com base na garantia firme prestada.

(\*\*\*\*) Inclui custos com viagens, hospedagem e refeições.

<b>Nº de Debêntures</b>	<b>Custo do lançamento (R\$)</b>	<b>Custo por Debênture (R\$)</b>	<b>% em relação ao preço unitário de distribuição</b>
651.042	5.645.467,15	11,29	1,13

## Plano de Distribuição

A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão das Debêntures pela CVM, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do Anúncio de Início. A subscrição e a integralização das Debêntures observarão os procedimentos previstos no regulamento de operações da CETIP e procedimentos do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.

Anteriormente à obtenção do registro da Oferta na CVM, os Coordenadores realizaram a coleta de intenções de investimento junto a potenciais investidores e disponibilizaram ao público o Prospecto Preliminar da Oferta, que foi precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400.

A colocação das Debêntures será realizada publicamente, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas dos investidores que desejarem subscrever as Debêntures e que apresentaram as melhores propostas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo consideradas como melhores as propostas que apresentaram as menores taxas de remuneração para o investidor, sendo também desejável que a colocação seja realizada de modo a alcançar maior pulverização das Debêntures, para que haja maior liquidez no mercado secundário.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, com expressa anuência da Companhia, conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores.

Os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, por preço a ser determinado com base na análise (i) de seu Valor Nominal Unitário atualizado e acrescido da Remuneração, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures; (ii) da taxa de juros praticada pelo mercado à época da efetiva integralização; (iii) do preço de negociação e colocação dos títulos públicos federais que possuam prazos de vencimento semelhantes; e (iv) da percepção de risco de crédito da Emissora. Após a publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures poderão ser revendidas de acordo com parâmetros de mercado, sem previsão de preço mínimo ou máximo. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

### ***Registro para Colocação e Negociação***

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no SDT e para negociação no mercado secundário no SND, administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no DDA e no Sistema BovespaFix, respectivamente, ambos administrados e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA.

### ***Modificação, Suspensão ou Cancelamento da Emissão***

Mediante manifestação da Emissora e dos Coordenadores, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão na CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Emissão, a Emissora e os Coordenadores poderão pleitear a CVM a modificação dos termos da Emissão.

A revogação ou qualquer modificação da Emissão será imediatamente divulgada por meio do DOESP e do jornal "Valor Econômico", veículos também utilizados para divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Retificação"). Após a publicação do Anúncio de Retificação, o Coordenador Líder somente aceitará ordens de investimento daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Emissão deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Emissão e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos, em até 7 (sete) dias úteis, integralmente aos investidores os valores dados em contrapartida à aquisição das Debêntures, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400. Não haverá dedução de encargos ou tributos, de qualquer natureza, dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores na hipótese de revogação de sua aceitação.



### ***Liquidação Financeira***

A liquidação financeira das operações de integralização das séries das Debêntures, conforme aplicável, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á até o último dia do Prazo de Garantia Firme, sendo que no caso de emissão de mais de uma série, será realizada a liquidação de uma série por dia ("Data de Liquidação").

A liquidação financeira dar-se-á por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED e/ou crédito de recursos imediatamente disponíveis, pelos Coordenadores, do valor total obtido com a distribuição das Debêntures, que deverá ser realizado até as 17h30 da Data de Liquidação, em conta corrente de titularidade da Emissora a ser informada pela própria Emissora aos Coordenadores em até 2 (dois) dias úteis antes da Data de Liquidação.

A liquidação das Debêntures do Lote Suplementar e das Debêntures Adicionais, caso sejam exercidos a opção de Debêntures Adicionais e Opção de Lote Suplementar, conforme definidos acima, ocorrerá nos mesmos moldes das Debêntures inicialmente ofertada.

### ***Cópias do Contrato de Distribuição***

A cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Emissora e dos Coordenadores.

### ***Contrato de Garantia de Liquidez/Estabilização de Preço***

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, bem como não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

### ***Classificação de Risco***

A Emissora contratou a Fitch Ratings, bem como a Standard & Poor's, para a elaboração do relatório de classificação de risco para esta Emissão. Para mais informações sobre a classificação de risco das Debêntures, ver Súmulas de *Rating* anexas nas páginas 511 e 516 deste Prospecto.

### ***Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas***

Recomenda-se aos investidores que entrem em contato com os Coordenadores para verificar prazos e procedimentos operacionais necessários para a aquisição das Debêntures. Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores em quaisquer dos endereços abaixo indicados:

### ***Coordenadores***

#### **Banco Bradesco BBI S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar

01310-917, São Paulo, SP, Brasil

At.: Sr. At.: João Carlos Zani

Tel.: (011) 2178-4800

Fax: (011) 2178-4880

E-mail: zani@bradescobbi.com.br

Site: [www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas](http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas) (neste *website* acessar "Hypermarcas", no item "Debêntures" e depois acessar "Prospecto Definitivo")

**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar

04538-132, São Paulo, SP

At.: Sr. Rogério Assaf G. Freire

Tel.: (011) 3708-2502

Fax: (011) 3708-2533

E-mail: rgfreire@itaubba.com.br

Site: <http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp> (neste *website* acessar "Hypermarcas S.A. – Prospecto Definitivo da 3ª Emissão de Debêntures")

**Banco Citibank S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar

01311-920, São Paulo, SP

At.: Sr. Eduardo Freitas

Telefone: (11) 4009-2823

Fac-símile: (11) 4009-7558

E-mail: eduardo.f.freitas@citi.com.br

Site: [www.corporate.citibank.com.br](http://www.corporate.citibank.com.br) (neste *website* acessar "clique aqui" em "Prospectos de Operações" e depois acessar "Prospecto da 3ª Emissão de Debêntures da Hypermarcas S.A.")

**Banco Santander (Brasil) S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, – Bloco A, 27º andar

CEP 04543-011, São Paulo, SP

At.: Sr. Ricardo Leoni

Tel.: (11) 3012-7195

Fax: (11) 3012-7195

E-mail: ricardoc@santander.com.br

Site: [www.santander.com.br/prospectos](http://www.santander.com.br/prospectos) (neste *website* acessar "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 3ª Emissão de Debêntures Simples da Hypermarcas S.A., totalizando R\$500.000.000,00")

**Informações Complementares**

Para maiores informações a respeito da Oferta e das Debêntures os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, ou à sede da Emissora, nos endereços abaixo indicados ou aos Coordenadores, no endereço indicado acima:

**Emissora****Hypermarcas S.A.**

Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1217, casa n.º 7

04543-090, São Paulo, SP, Brasil

At.: Sr. Martim Prado Mattos

Diretor de Relações com Investidores da Companhia

Tel.: (11) 3627-4211

Fax: (11) 3627-4371

E-mail: martim@hypermarcas.com.br

Site: <http://hypermarcas.infoinvest.com.br/> (neste *website*, acessar Informações Financeiras, Prospectos de Ofertas, Prospecto Definitivo Debêntures)

**Comissão de Valores Mobiliários – CVM**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP

Site: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) – neste *website* acessar, em "acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações" e digitar "Hypermarcas S/A" no campo disponível. Em seguida, acessar "Hypermarcas S/A" e, posteriormente, "Prospecto de Distribuição Pública". Neste item, acessar "download" em "Prospecto Definitivo".

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, São Paulo, SP

*Site:* [www.cetip.com.br/informacao\\_tecnica/prospectos\\_debentures.asp](http://www.cetip.com.br/informacao_tecnica/prospectos_debentures.asp) – neste *website*, acessar o “Preliminar” no *link* ao lado do nome “Hypermarcas S/A”.

**BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**

Praça Antônio Prado, nº 48, São Paulo, SP

*Site:* [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) – neste *website* acessar na página inicial “Empresas Listadas” e digitar “Hypermarcas S.A.” no campo disponível. Em seguida acessar “Hypermarcas S.A.” e, posteriormente, “Informações Relevantes”. Acessar “Prospecto de Distribuição Pública”. No *website* acessar “Prospecto de Distribuição Pública”.

***Outras Informações*****Agente Fiduciário****Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar

CEP 20050-005, Rio de Janeiro, RJ,

At.: Srs. Carlos Alberto Bacha e Rinaldo Rabello Ferreira

Tel.: (21) 2507-1949

Fax: (21) 2507-1773

E-mail: [bacha@pavarini.com.br](mailto:bacha@pavarini.com.br)/[rinaldo@pavarini.com.br](mailto:rinaldo@pavarini.com.br)

**Banco Mandatário e Escriturador****Banco Bradesco S.A.**

Avenida Yara, s/n, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar

CEP 06029-900, Osasco, SP

At.: Departamento de Ações e Custódia – DAC

Tel.: (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: [bradescocustodia@bradesco.com.br](mailto:bradescocustodia@bradesco.com.br)

*Site:* [www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br)

## **RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA**

### **Relacionamento entre a Companhia e Bradesco BBI – Coordenador Líder**

Além do relacionamento existente entre a Companhia e o Bradesco BBI em razão da Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Bradesco S.A. e/ou com as sociedades de seu conglomerado econômico.

Em 31 de março de 2010, a Companhia mantinha com o Banco Bradesco S.A. e/ou sociedades do seu conglomerado econômico relacionamento comercial consistente em operações que incluem serviços de cobrança, pagamentos de tributos e custódia de ações da Companhia, destacando-se as seguintes operações:

- (i) Limite para a realização de operações de conta garantida, emitida em 22.04.10, com vencimento em 20.08.10, no montante de R\$25,0 MM, sendo para a Emissora o montante de R\$15,0 MM e para Cosmed Indústria de Cosméticos o montante de R\$10,0 MM, não recebendo qualquer remuneração pela disponibilização destes limites;
- (ii) Fianças no montante de R\$145,25 MM, emitida 01.06.07 e com vencimento em 01.06.12, com fluxo anual de amortização, a uma taxa que varia entre 2,125% ao ano 0,875% ao ano e no montante de R\$25,7 MM, emitida em 09.10.07 e com vencimento em 15.04.16, a uma taxa de 1,4% ao ano cobrada de forma trimestral e antecipada;
- (iii) Operações de Swap – Via resolução 2770 no montante de R\$17,8 MM, a uma taxa de CDI + 2,15% ao ano, contra variação cambial de 3,7%, com início em 03.09.09 e vencimento em 24.08.11;
- (iv) Aplicações financeiras no montante de R\$16,0 MM em CDBs no intervalo de taxa de 100% a 105% do CDI, emitidas entre 07.10.08 a 22.03.10, com vencimentos em 22.09.11 a 12.03.12 e R\$85,4 MM em compromissadas em Debêntures no intervalo de taxa de 100% a 101% do CDI, emitidas entre 04.02.10 a 30.03.10, com vencimentos em 26.01.12 a 20.03.12;

O Coordenador Líder atuou como Coordenador Líder da 1ª Emissão de Debêntures recebendo a remuneração de R\$700 mil. Atuou também como coordenador da distribuição pública, com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da 2ª Emissão da Emissora e recebeu a remuneração de R\$175 mil e como Coordenador da distribuição pública, com esforços restritos de colocação de notas promissórias comerciais da 1ª Emissão recebendo para isso a remuneração de R\$75 mil, todas liquidadas em 2010.

Além do relacionamento descrito acima, a Companhia não mantém, com o Coordenador Líder e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico, qualquer outro relacionamento comercial relevante, sendo que, no futuro, a Companhia poderá vir a contratar com o Coordenador Líder e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico operações financeiras e bancárias necessárias à condução de atividades da Companhia.

### **Relacionamento entre a Companhia e Itaú BBA**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, nossa Companhia, nossos Acionistas Controladores e nossas Controladas, mantiveram e mantêm relacionamento comercial com o Itaú BBA e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro, no Brasil e no exterior. Tal relacionamento envolve, atualmente, a prestação de serviços de cobrança, em valor aproximado de R\$10,0 milhões por mês, e também de serviços de pagamentos, em valor aproximado de R\$1,0 milhão por mês. Além disso, possuímos aplicações financeiras, que em 09/06/10 tinham valor aproximado de R\$304 milhões em operações compromissadas lastreados em debêntures e operações de crédito com sociedades do conglomerado econômico do Itaú BBA, nos termos abaixo.

O Itaú BBA é nosso credor nas seguintes operações:

- Um convênio para emissão de cartas de fiança com prazo de até 2 anos cujo valor total, no agregado, é no máximo R\$110 MM, com comissão de fiança igual a 0,8%aa e pelo qual a Hypermarcas tem até 20/10/10 para solicitar a emissão de novas cartas. O valor das cartas atualmente emitidas é de R\$30 MM e R\$50 MM respectivamente.
- Quatro fianças nos valores de: R\$2,5 milhões, R\$2,0MM, R\$1,4MM e R\$1,5MM. As três primeiras com vencimentos em janeiro de 2014 e a última em março de 2014, com taxa de 1,2% ao ano;
- Uma fiança com valor atualizado de R\$11,5 milhões com celebração em março de 2010 e vencimento em junho de 2016, com taxa de 1,5% ao ano;
- Dois contratos de leasing com prazo de 2 anos, sendo um deles com saldo devedor aproximado de R\$23 mil com data de celebração em fevereiro de 2009 e vencimento para fevereiro de 2011 e taxa de 23,1765% ao ano e o segundo com valor aproximado de R\$160 mil com data de celebração em janeiro de 2009 e vencimento para janeiro de 2011 e taxa de 2,1327 % ao ano; e
- Dois contratos de leasing com a LUPER INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA (subsidiária recém-adquirida pela Hypermarcas) com data de celebração em julho de 2008, prazo de 3 anos e vencimento em julho de 2011. A remuneração desta operação é de 21,09% ao ano;
- Três contratos de conta garantida nos valores de R\$500 mil, R\$500 mil e R\$200 mil, com subsidiárias recém-adquiridas pela Hypermarcas, sendo o primeiro com a POM POM PRODUTOS HIGIENICOS LTD e os dois seguintes com LUPER INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. Os contratos foram celebrados entre março e maio de 2010 e os vencimentos são entre agosto e setembro de 2010. A remuneração das operações são de CDI + 0,51% ao mês e CDI + 1,51% ao mês.

O Itaú BBA atuou como Coordenador da oferta de ações (*follow on*) da Emissora, realizado em 31 de março de 2010 no montante de R\$1.095.696.000,00. O comissionamento recebido foi de aproximadamente R\$4,7 milhões.

Adicionalmente, possuímos duas apólices de seguro com o Itaú Unibanco: um seguro patrimonial, com cobertura de R\$160,0 milhões e um seguro Directors & Officers, com o propósito de proteger as pessoas diretamente envolvidas com a sua administração, sujeitas a serem responsabilizadas pessoalmente por atos praticados no exercício de sua função no valor de R\$50 milhões. O Itaú BBA não recebe nenhum tipo de remuneração referente às apólices.

Além da remuneração prevista em "Demonstrativo do Custo da Distribuição" acima, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Itaú BBA, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração. Entendemos que não há, portanto, qualquer conflito de interesse na atuação do Itaú BBA nesta Oferta.

### **Relacionamento entre a Companhia e Citi**

Além do relacionamento referente à presente Oferta, o Citi e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, no Brasil e no exterior, mantém relacionamento conosco por meio das seguintes transações financeira:

- (i) O Citi atuou na prestação de fiança com relação à dívida que contraímos na aquisição da DM, ocorrida em 1º de junho de 2007, no montante de R\$918 milhões e prazo de 5 anos, com fluxo anual de amortização ainda à vencer como segue: i) 01/06/2011 R\$226.775.000,00; e, ii) 01/06/2012 R\$263.850.000,00. Referida obrigação foi dividida entre um sindicato de bancos ("Credores"), tendo o Citi permanecido fiador de R\$218 milhões, em 31 de dezembro de 2007. A remuneração do Citi e demais membros do sindicato nessa operação é trimestral e varia entre 2,125% ao ano à 0,875% ao ano, dependendo do índice Dívida Financeira Líquida/Ebitda (conforme definidos no contrato). Referida fiança é regulada pelo IPRO - Instrumento Particular de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças ("IPRO") celebrado entre a Companhia, Monte Cristalina e o Citi, o qual estabelece diversas obrigações para a Companhia, dentre as quais se destacam de maneira resumida:
- a) não onerar, transmitir, vender e/ou transferir quaisquer de seus ativos e/ou recebíveis, bem como prestar garantias a terceiros e/ou empresas do seu grupo econômico;
  - b) não realizar ou participar de reorganizações societárias;
  - c) não alterar a natureza e/ou seu controle societário;
  - d) não alterar materialmente o seu objeto social atual;
  - e) não efetuar pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, prevista contratualmente ou no estatuto social, acima do mínimo obrigatório, conforme estabelecido por lei ou por seu contrato ou estatuto social em vigor na data de celebração do Contrato ou que venha a ser adotado na hipótese de abertura de seu capital, de acordo com as regras de novo mercado na Bovespa. Em garantia às obrigações assumidas nos termos do Contrato o Cliente entregou uma nota promissória no valor garantido, já substituída por outras de valor menor, mas totalizando o mesmo montante, em virtude da sindicalização da fiança. Ademais, foi celebrado um Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Sobre Contas Vinculadas e Outras Avenças entre o Citi, Companhia e DM (os dois últimos, em conjunto, os Clientes), em 13.06.2007, como garantia do IPRO. Por meio deste contrato e até a liquidação da totalidade das obrigações previstas no IPRO, a Hypermarchas cedeu fiduciariamente aos Credores, proporcionalmente à participação de cada Credor no IPRO, os direitos decorrentes e/ou disponíveis nas contas vinculadas de sua titularidade na qual deverá haver um fluxo mensal mínimo não inferior a R\$50 milhões mensais, além de manter disponível, 30 dias corridos de cada vencimento, 120% do valor de cada prestação devida ao vendedor.
- (ii) Em 28 de Julho de 2008, contratamos junto ao Citibank, fiança no valor de R\$3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais), tendo como beneficiário a 2ª Vara de Execuções Fiscais Federais de São Paulo, por prazo indeterminado. A remuneração do Citibank nessa operação é de 1,50% ao ano, com pagamento trimestral.

Ademais, nas transações acima mencionadas, ficamos obrigados a cumprir os seguintes índices financeiros:

- I) Endividamento (Dívida Financeira Total/EBITDA), a ser calculado trimestralmente igual ou inferior a:
  - a) 3.0x no segundo trimestre do exercício social de 2010
  - b) 4.0x à partir do terceiro trimestre do exercício social de 2010 retornando à 3.0x no terceiro trimestre do exercício social de 2011 e nos seguintes.
- II) Cobertura de Juros (EBITDA/Despesas de Juros): igual ou superior a 2.0x no encerramento de cada exercício social.

III) O Citi atuou como coordenador líder na emissão de debênture ICVM476 (HYPE12), emitidas em Junho de 2010 no valor de R\$200.000.000,00 (Duzentos Milhões de Reais), com vencimento em 04 de Fevereiro de 2013, remunerada por 113,70% do CDI. Por esta operação, o Citi recebeu da Companhia, a título de comissão, o valor de R\$515.983,89. Referida debênture possui as seguintes obrigações financeiras:

1) Dívida Financeira Líquida / EBITDA:

- i) Igual ou inferior a 4.0x no trimestre da Aquisição (conforme abaixo definido);
- ii) Igual ou inferior a 4.0x no trimestre subsequente à Aquisição (conforme abaixo definido); e
- iii) 0,25x de recuo ao índice financeiro descrito no subitem "ii" acima, ao trimestre, a partir do segundo trimestre, inclusive, após as novas Aquisições de empresas ou marcas, até a razão de 3,25x.

2) Cobertura de Juros (EBITDA / Despesa de Juros): igual ou superior a 2.0x no encerramento de cada exercício social.

O Citi atuou como coordenador líder na emissão primária de 52.176.000 ações ordinárias por parte da Companhia no valor de R\$1.095.969.000 em 31 de março de 2010. O comissionamento recebido foi de aproximadamente R\$9,6 milhões.

Ademais, a Companhia e o Citi também têm relacionamentos relativos a *cash management*, serviços de conta corrente, aplicações financeiras e operações de câmbio. Poderemos, no futuro, contratar o Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico no Brasil e no exterior para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, operações de crédito, serviços de custódia, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das nossas atividades.

Com exceção do acima descrito, não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Citi à Companhia, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pela Companhia vinculados à presente Oferta. Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Citi concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções vinculados à presente Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Citi eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado - em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Além da remuneração referente à colocação das Debêntures da presente Oferta especificada em "Demonstrativo do Custo da Distribuição" acima, o Citi não receberá de nós nenhum outro tipo de remuneração referente à presente Oferta. Além do descrito acima, não possuímos qualquer outro tipo de relacionamento com o Citi.

### **Relacionamento entre a Companhia e Santander**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, nossa Companhia, nossos Acionistas Controladores e nossas Controladas, mantiveram e mantêm relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) e demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro, no Brasil e no exterior. Tal relacionamento envolve a prestação de serviços de folha de pagamento da ordem de R\$745.201,00 (setecentos e quarenta e cinco mil duzentos e um reais) e cartões de crédito corporativo.

Além disso, o Banco Santander (Brasil) S.A. é credor nas seguintes operações de crédito:

- FINAME no valor de R\$1.551.134,00 (um milhão quinhentos cinquenta e um mil e cento e trinta e quatro reais) cujo tomador é a nossa controlada Pom Pom Produtos Higiênicos; com um custo de TJLP+1,30% a.a.; com início no dia 02/01/08 e vencimento no dia 15/01/13.
- FINAME no valor de R\$745.201,94 (setecentos e quarenta e cinco mil duzentos e hum reais) cujo tomador é a nossa controlada Pom Pom Produtos Higiênicos; com um custo de 10,90% a.a.; com início no dia 27/12/06 e vencimento no dia 15/01/12.
- Conta Garantida no valor de R\$1.000.0000,00 (um milhão de reais) cujo tomador é a nossa controlada Pom Pom Produtos Higiênicos; com um custo de CDI + 1,20% a.a.; com início dia 13/05/10 e vencimento no dia 13/08/10.
- Carta de Crédito no valor de USD58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos dólares americanos), cujo beneficiário é nossa controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos; com um custo de USD500,00; com início dia 16/04/10 e vencimento dia 20/06/10.
- Aval financeiro para Hypermarcas no valor total de R\$80.167.487,00 (oitenta milhões cento e sessenta e sete mil quatrocentos e oitenta e sete reais; com um custo de 1,625% a.a.; com início dia 27/09/07 e vencimento dia 01/06/12.
- Operação de BNDES Automático no valor de R\$35.613.961,00 (trinta e cinco milhões seiscentos e treze mil novecentos e sessenta e hum reais); com um custo de 11,25% a.a.; com início dia 25/02/10 e vencimento dia 15/03/12.
- Capital de Giro no valor de R\$108.015.405,00 (cento e oito milhões de reais, quinze mil quatrocentos e cinco reais) para a Hypermarcas; com um custo de 114% do CDI; com início dia 25/03/10 e vencimento dia 25/03/14.
- *Leasing* no valor de R\$63.674,00 (sessenta e três mil seiscentos e setenta e quatro reais) para a Hypermarcas; com um custo de 16,6271% a.a.; com início dia 24/06/08 e vencimento dia 24/06/11.

Além do relacionamento descrito acima, a Companhia não mantém, com o Santander e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico, qualquer outro relacionamento comercial relevante, sendo que, no futuro, a Companhia poderá vir a contratar com o Santander e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico operações financeiras e bancárias necessárias à condução de atividades da Companhia.



## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos a serem captados na distribuição das Debêntures, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados ao pagamento de parte das dívidas e obrigações de responsabilidade da Emissora abaixo elencadas, sendo que o valor das dívidas e obrigações de responsabilidade da Emissora que exceder os recursos captados na distribuição das Debêntures será pago com caixa da Emissora.

- (i) 4 (quatro) parcelas referentes à aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda. conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Yoshimi Morizono, em 1º de junho de 2007, sendo 2 (duas) parcelas com vencimentos em 01 de junho de 2011 e 01 de junho de 2012, no valor em reais equivalente a R\$191,2 milhões cada, corrigidas pela variação cambial do dólar desde a data da assinatura do contrato até o vencimento das respectivas parcelas, e 2 (duas) parcelas com vencimentos em 01 de junho de 2011 e 01 de junho de 2012, no valor de R\$14,6 milhões cada, sem correção monetária;
- (ii) 2 (duas) parcelas referentes à aquisição da Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. estabelecida no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Cláudio Alionis, Claudemir Mairena Ramirez e Edson Mairena Aviles, em 27 de novembro de 2009, com vencimentos em 27 de novembro de 2010 e 27 de novembro de 2011, no valor de R\$36,0 milhões cada, corrigidas pela variação do CDI da data da assinatura do contrato até o vencimento das respectivas parcelas;
- (iii) 2 (duas) parcelas referentes à aquisição da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda. estabelecida no Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e os antigos quotistas da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda., em 6 de outubro de 2008, com vencimentos em 06 de outubro de 2010 e 06 de outubro de 2011, no valor de R\$10,6 milhões cada, corrigidas pela variação do CDI da data da assinatura do contrato até o vencimento das respectivas parcelas;
- (iv) 2 (duas) parcelas referentes à aquisição da Indústria Nacional de Artefatos de Látex S.A. estabelecida no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Adriano Dias Araújo, José Gonçalves de Araújo e Fernando Gonçalves Araújo, em 1º de dezembro de 2009, com vencimentos em 01 de dezembro de 2010 e 01 de dezembro de 2011, no valor de R\$26,3 milhões e R\$26,1 milhões, respectivamente, sem qualquer correção, ajuste ou atualização;
- (v) Nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., emitida em 26 de junho de 2009, no valor de R\$45,0 milhões, com juros de 11,25% ao ano, a ser paga em três parcelas, sendo a primeira e a segunda no valor principal de R\$4,5 milhões, devidas em 01 de junho e 01 de dezembro de 2010, e o restante à data de vencimento do contrato, em 01 de junho de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$45,5 milhões. Os recursos obtidos por meio da nota de crédito industrial foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora;
- (vi) Nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., emitida em 08 de outubro de 2009, no valor de R\$30,0 milhões, incidente encargo básico calculados como base no IRP, e encargos adicionais de 9,93% ao ano. A data de vencimento deste contrato é 28 de setembro de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$30,0 milhões. Os recursos obtidos por meio da nota de crédito industrial foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora;

- (vii) Cédula de crédito bancário, em favor do Banco Safra S.A., emitida em 21 de março de 2007 e aditada em 18 de setembro de 2009, para o repasse de empréstimo externo, no valor de US\$9,6 milhões. O pagamento do principal desta cédula se dará em 29 de agosto de 2011. Sobre o valor do principal da dívida incidem juros à taxa de 5,367475% ao ano. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$16,8 milhões. Os recursos obtidos por meio da cédula de crédito bancário foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora;
- (viii) Contrato de abertura de crédito fixo com o Banco Votorantim S.A., celebrado em 16 de setembro de 2009, no valor de R\$25,0 milhões, referentes a recursos originários de repasses do BNDES. Sobre o crédito incidem encargos 6,50% ao ano acima da TJLP. Este contrato possui uma carência de 12 meses e 24 meses para amortização do principal, em parcelas mensais e sucessivas, sendo devida a primeira em 15 de novembro de 2010, quinze dias após o fim do período de carência, e a última em 15 de outubro de 2012. O contrato é garantido por nota promissória no valor de R\$32,5 milhões. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$26,5 milhões. Os recursos obtidos por meio do contrato de abertura de crédito fixo foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora; e
- (ix) Nota de crédito industrial, em favor do Banco Bradesco S.A., emitida em 21 de março de 2006 e aditada em 3 de setembro de 2009, para o repasse de empréstimos externos, no valor de US\$37,2 milhões, equivalentes à época a R\$80 milhões, com encargos à taxa efetiva de 3,70% ao ano sobre o saldo devedor em aberto. O pagamento do principal e encargos desta nota deverá ser realizado em 24 de agosto de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$16,9 milhões. Os recursos obtidos por meio da nota de crédito industrial foram utilizados para reforço de capital de giro da Emissora.

## FATORES DE RISCO

*O investimento nas Debêntures ofertadas envolve alto grau de risco. Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas na Escritura de Emissão e neste Prospecto, e, em especial, os riscos e incertezas mencionados abaixo. As atividades da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa e significativa por quaisquer desses riscos ou outros fatores. Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia atualmente acredita que poderão afetá-la de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos, ou que a Companhia atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.*

*Informações sobre os Fatores de Risco relativos ao Brasil, ao setor de atuação da Companhia e à Companhia encontram-se no Formulário de Referência, exigido pela Instrução CVM 480. Vide seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Companhia, cujo acesso está indicado na página 77 deste Prospecto.*

### Riscos Relativos às Debêntures

***A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.***

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros:

- mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido.

Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.

***As obrigações da Emissora constantes na Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.***

Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão deverão ser declaradas antecipadamente vencidas e deverá ocorrer o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*. Não há garantias de que a Companhia disporá de recursos suficientes em caixa para, no caso de vencimento antecipado das Debêntures, fazer face ao respectivo pagamento. Neste caso, a Emissora poderá ter dificuldades em obter recursos financeiros suficientes para realizar o pagamento das Debêntures, hipótese em que poderá sofrer um impacto negativo relevante em seus resultados e operações. Para maiores informações, vide seção "Informações Sobre a Oferta – Vencimento Antecipado", na página 27 deste Prospecto.

***Validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP caso se faça necessária a cobrança judicial das Debêntures (Súmula 176 do Superior Tribunal de Justiça).***

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 176, declarando ser “nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP”. As Debêntures serão remuneradas com referência à taxa paga aos Depósitos Interbancários – DI, divulgada diariamente pela CETIP. Apesar da referida súmula não vincular as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada. Caso o Poder Judiciário considere inválida a utilização da Taxa DI como fator de remuneração das Debêntures, o índice que vier a ser indicado para substituir a Taxa DI poderá conceder aos titulares das Debêntures uma remuneração inferior à remuneração inicialmente estabelecida para as Debêntures.

***A Espécie das Debêntures é Quirografária.***

As Debêntures são da espécie quirografária, não contando com nenhuma garantia ou preferência. Dessa forma, na hipótese de falência da Companhia, os titulares das Debêntures estarão subordinados aos demais credores da Companhia que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Em razão das características das Debêntures, os titulares das Debêntures somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e acionistas da Companhia em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência, não há garantia de que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

***As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI e do IPCA.***

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição da Taxa DI e do IPCA, hipótese em que a totalidade das Debêntures será cancelada antecipadamente, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração. Os adquirentes das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures em decorrência de tal resgate, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

***Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.***

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das Ofertas e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. A classificação de risco atribuída a esta Oferta baseia-se na condição e nas informações quando da respectiva Oferta. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

***A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures.***

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos seus subscritores sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures podem ter dificuldade em realizar a venda das Debêntures no mercado secundário.

***A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures e na definição da taxa de remuneração final das Debêntures.***

No contexto da Oferta, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá resultar em má formação da taxa final da remuneração das Debêntures, assim como poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

***Risco de Distribuição Parcial***

As Debêntures da 3ª Série, de acordo com o estabelecido neste Prospecto e no Contrato de Distribuição, serão distribuídas em regime de melhores esforços. Dessa forma, não há garantia de que a totalidade das Debêntures da 3ª Série será efetivamente colocada e que o montante total captado atinja o valor ofertado.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO**

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente nos itens “7” e “10” do Formulário de Referência. Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras basearam-se, principalmente, em expectativas e projeções atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam os seus negócios. Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras estão sujeitas a riscos, incertezas e estimativas, incluindo, entre outras situações, as seguintes:

- capacidade da Companhia identificar oportunidades de negócios, realizar e implementar aquisições potenciais;
- capacidade da Companhia implementar sua estratégia, incluindo sua estratégia financeira, seu plano de investimentos, sua capacidade de obter financiamentos, quando necessário e em condições razoáveis;
- capacidade da Companhia implementar sua estratégia de marketing, bem como proteger suas marcas;
- nível de endividamento e capitalização da Companhia;
- poder de compra das classes sociais menos favorecidas, assim como a demanda pelos produtos da Companhia;
- habilidade da Companhia antecipar mudanças e preferências dos consumidores, variações nos preços de mercado, assim como sua habilidade de desenvolver produtos novos e se adaptar às mudanças contínuas de mercado;
- competição abrangendo desde produtores locais até multinacionais e ainda consolidação do mercado de varejo brasileiro;
- volatilidade e aumentos dos custos das matérias-primas que a Companhia utiliza;
- riscos relativos à saúde pertinentes principalmente aos segmentos de alimentos e produtos farmacêuticos;
- habilidade da Companhia identificar e aplicar novas tecnologias ao seu processo de produção;
- interrupção nos serviços que a Companhia contratou, inclusive, em virtude de escassez de energia elétrica e respectivas medidas governamentais;
- regulamentação governamental relativa principalmente aos segmentos de medicamentos e de alimentos;
- os efeitos da crise financeira e econômica internacional no Brasil;
- a conjuntura econômica, política social e de negócios do Brasil e, em especial, nas regiões onde a Companhia atua ou pretende atuar;
- alteração nas regulamentações governamentais existentes e futuras no Brasil, incluindo o advento de novas regulamentações tributárias, sanitárias e ambientais;
- inflação e variações nas atuais taxas de juros e cambiais; e
- fatores de risco discutidos nos itens “4” e “5” do Formulário de Referência da Companhia, bem como a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, na página 67 deste Prospecto.

As palavras “acredita”, “pode”, “irá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras com significado semelhantes têm por objetivo identificar estimativas e projeções. Declarações futuras envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. A Companhia não assume a responsabilidade de atualizar publicamente ou revisar as considerações sobre estimativas e declarações futuras neste Prospecto após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A condição futura da situação financeira e resultados operacionais da Companhia, sua participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferença significativa se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

### **OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA**

Além do relacionamento referente à Oferta, os Coordenadores da Oferta mantêm o relacionamento com a Companhia, detalhado na seção “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta” na página 60 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações sobre a Oferta – Demonstrativo do Custo da Distribuição” na página 55 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, aos Coordenadores da Oferta ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.



## CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Os administradores da Companhia, com base em análise dos seus indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa, entendem que a Companhia possui condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo, incluindo as Debêntures.

A Companhia pretende pagar o montante principal da dívida de curto e longo prazo descrito na seção "Capitalização" na página 74 deste Prospecto, inclusive as Debêntures, e os respectivos juros, com recursos que possuímos em caixa e equivalentes de caixa e também provenientes da geração operacional de caixa.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia nos anos de 2007, 2008 e de 2009, bem como em 31 de março de 2010, estão descritos na tabela a seguir:

<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>		<b>Período de três meses encerrado em 31 de março de</b>
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
	(em milhares de R\$)		
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais.....	86.645	193.504	136,217
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Caixa líquido usado nas atividades de investimento .....	(364.734)	(366.320)	(178,742)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento.....	328.518	522.336	185,168
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>50.429</b>	<b>349.520</b>	<b>142,643</b>
<b>Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do período.....	99.330	149.759	499,279
No fim do período.....	149.759	499.279	641,922
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>50.429</b>	<b>349.520</b>	<b>142,643</b>

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações consolidadas sobre o caixa da Emissora e equivalentes de caixa, títulos a pagar, empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo e o patrimônio líquido da Emissora em 31 de março de 2010, tal como ajustados para refletir (i) os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures simples no montante de R\$200,0 milhões em 4 de junho de 2010 e a utilização desses recursos para a liquidação das notas promissórias no montante de R\$202,6 milhões em 31 de março de 2010; (ii) o recebimento de recursos líquidos da Oferta, estimados em aproximadamente R\$646,3 milhões, após a dedução das comissões e custos que estimamos serem devidas por nós no âmbito da Oferta; (iii) aumento de capital no montante de R\$6,6 milhões e (iv) recursos líquidos relacionados à distribuição pública primária de ações ordinárias no montante aproximado de R\$1.197,5 milhões em março de 2010.

As informações descritas abaixo relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2010 são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

	Capitalização	
	Efetivo	Ajustado
	(em milhares de R\$)	
<b>Caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>641.922</b>	<b>2.489.681</b>
<b>Títulos a pagar.....</b>	<b>1.416.047</b>	<b>1.416.047</b>
Títulos a pagar – Curto prazo .....	462.227	462.227
Títulos a pagar – Longo prazo .....	953.820	953.820
<b>Empréstimos e Financiamentos .....</b>	<b>846.074</b>	<b>643.512</b>
Financiamentos – Curto Prazo .....	362.723	160.161
Financiamentos – Longo Prazo .....	483.351	483.351
<b>Debêntures .....</b>	<b>203.394</b>	<b>1.049.654</b>
<b>Patrimônio líquido .....</b>	<b>3.529.946</b>	<b>4.734.007</b>
Capital Social .....	2.555.552	3.168.194
Reserva de Capital.....	795.762	1.387.181
Reservas de Lucros.....	116.566	462.227
Lucros Acumulados.....	62.066	953.820
<b>Capitalização Total<sup>(1)</sup> .....</b>	<b>4.579.414</b>	<b>6.427.173</b>

<sup>(1)</sup> Capitalização total corresponde à soma das debêntures, dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e do patrimônio líquido.

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

### **3. ANEXOS**

---

- Formulário de Referência
- Ata da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de junho de 2010 que deliberou sobre a Oferta
- Estatuto Social
- Escritura de Emissão e Aditamentos
- Declaração da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Súmula de Rating

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Formulário de Referência

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**FORMULÁRIO**  
**DE**  
**REFERÊNCIA**



**HYPERMARCAS S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ n.º 02.932.074/0001-91 – NIRE 35.300.353.251  
Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1.217, casa n.º 7  
CEP 04543-090 - São Paulo – SP

---

22 de julho de 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## ÍNDICE

<b>1. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....</b>	<b>91</b>
1.1. Declaração .....	91
<b>2. AUDITORES .....</b>	<b>92</b>
2.1 Identificação dos Auditores .....	92
2.2. Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados.....	93
2.3. Outras Informações que a Companhia julga relevantes .....	93
<b>3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS .....</b>	<b>94</b>
3.1 Informações financeiras selecionadas .....	94
3.2. Medições não contábeis.....	94
3.3. Eventos subsequentes a 31 de março de 2010 .....	95
3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais .....	101
3.5. Em forma de tabela, indicar, para cada um dos 3 últimos exercícios sociais.....	101
3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.....	101
3.7. Em forma de tabela, descrever o nível de endividamento da Companhia.....	101
3.8. Em forma de tabela, separando por dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias, indicar o montante de obrigações da Companhia de acordo com o prazo de vencimento.....	102
3.9. Outras Informações Relevantes.....	102
<b>4. FATORES DE RISCO .....</b>	<b>103</b>
4.1. Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento relacionados:.....	103
<i>a. a Nós .....</i>	<i>103</i>
<i>b. ao Nosso Controlador .....</i>	<i>108</i>
<i>c. aos Nossos Acionistas.....</i>	<i>109</i>
<i>d. às Nossas Controladas e Coligadas .....</i>	<i>110</i>
<i>e. aos Nossos Fornecedores.....</i>	<i>111</i>
<i>f. aos Nossos Clientes.....</i>	<i>112</i>
<i>g. aos setores da economia em que atuamos .....</i>	<i>112</i>
<i>h. à regulação dos setores em que atuamos.....</i>	<i>113</i>
<i>i. aos países estrangeiros onde atuamos .....</i>	<i>116</i>
4.2. Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados .....	116
4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.....	116
4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas .....	122

4.5.	Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.....	122
4.6.	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros.....	122
4.7.	Outras Contingências Relevantes.....	122
4.8.	Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificando: .....	122
a.	<i>restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos .....</i>	122
b.	<i>restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários .....</i>	122
c.	<i>hipóteses de cancelamento de registro.....</i>	122
d.	<i>outras questões do interesse dos investidores.....</i>	122
<b>5.</b>	<b>RISCOS DE MERCADO .....</b>	<b>123</b>
5.1.	Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros .....	123
5.2.	Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando: .....	125
a.	<i>riscos para os quais se busca proteção.....</i>	125
b.	<i>estratégia de proteção patrimonial (hedge) .....</i>	125
c.	<i>instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).....</i>	126
d.	<i>parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos .....</i>	126
e.	<i>operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.....</i>	126
f.	<i>estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.....</i>	126
g.	<i>adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.....</i>	128
5.3.	Em relação ao último exercício social, indicar alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos que adotamos.....	128
5.4.	Outras informações que julgamos relevantes.....	128
<b>6.</b>	<b>NOSSO HISTÓRICO .....</b>	<b>132</b>
6.1.	Dados da Companhia .....	132
6.2.	Prazo de Duração.....	132
6.3.	Histórico da Companhia.....	132
6.4.	Data de registro na CVM.....	134
6.5.	Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas.....	134
6.6.	Pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos.....	145
6.7.	Outras informações relevantes .....	145

<b>7. NOSSAS ATIVIDADES.....</b>	<b>146</b>
7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas .	149
7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações.....	150
a. <i>produtos e serviços comercializados.....</i>	<i>150</i>
b. <i>receita proveniente do segmento e sua participação em nossa receita líquida.....</i>	<i>165</i>
c. <i>lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação em nosso lucro líquido..</i>	<i>165</i>
7.3. Em relação aos Produtos e Serviços descritos acima, descrever:.....	165
a. <i>características do processo de produção.....</i>	<i>165</i>
b. <i>características do processo de distribuição.....</i>	<i>168</i>
c. <i>características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados.....</i>	<i>170</i>
d. <i>eventual sazonalidade.....</i>	<i>185</i>
e. <i>principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.....</i>	<i>185</i>
7.4. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total .....	187
a. <i>montante total de receitas provenientes do cliente.....</i>	<i>187</i>
b. <i>segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente.....</i>	<i>187</i>
7.5. Efeitos da Regulação Estatal sobre Nossas Atividades.....	187
a. <i>necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações .....</i>	<i>194</i>
b. <i>política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental .....</i>	<i>196</i>
c. <i>Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades .....</i>	<i>199</i>
7.6. Receitas relevantes oriundas de outros países, identificando. ....	199
a. <i>receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia .....</i>	<i>199</i>
b. <i>receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia .....</i>	<i>199</i>
c. <i>receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia.....</i>	<i>199</i>
7.7. Informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação estrangeira e de que modo tal sujeição afeta nossos negócios.....	199
7.8. Descrição das relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figuram em outra parte deste Formulário de Referência.....	200
7.9. Outras Informações Relevantes.....	200

<b>8. GRUPO ECONÔMICO .....</b>	<b>201</b>
8.1 Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia, indicando: .....	201
a. controladores diretos e indiretos.....	201
b. controladas e coligadas.....	203
c. participações da Companhia em sociedades do grupo.....	203
d. participações de sociedades do grupo na Companhia.....	203
e. sociedades sob controle comum .....	203
8.2 Organograma Societário .....	204
8.3. Descrição das operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes ocorridas no grupo.....	204
8.4 Outras Informações que julgamos relevantes .....	216
<b>9. ATIVOS RELEVANTES .....</b>	<b>217</b>
9.1. Bens do Ativo Não Circulante. ....	217
a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização .....	217
b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando.....	222
c. informações sobre as sociedades em que detemos participação .....	225
9.2. Outras Informações Relevantes.....	227
<b>10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES .....</b>	<b>228</b>
10.1 Opinião dos Nossos Diretores sobre.....	228
10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre.....	273
10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.....	277
10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre.....	278
10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.....	281
10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:.....	286
10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar.....	287
10.8. Opinião dos Nossos Diretores sobre.....	287
10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: .....	287
10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos .....	288
10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção .....	294

<b>11. PROJEÇÕES .....</b>	<b>295</b>
11.1 Projeções e Estimativas .....	295
a. objeto da projeção .....	295
b. período projetado e o prazo de validade da projeção.....	295
c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle .....	295
d. valores dos indicadores que são objeto da previsão.....	295
11.2 Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais .....	295
a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas.....	295
b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.....	295
c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas .....	295
<b>12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>296</b>
12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido em seu estatuto social e regimento interno .....	296
a. atribuições de cada órgão .....	296
b. data de instalação do conselho fiscal e de criação do Comitê de Remuneração .....	299
c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.....	299
d. em relação ao membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.....	299
e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.....	300
12.2. Regras, Políticas e Práticas Relativas às Assembleias Gerais .....	300
a. prazos de convocação.....	300
b. competências.....	300
c. endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.....	301
d. identificação e administração de conflitos de interesses .....	301
e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto .....	301
f. formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico .....	301
g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.	302
h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias .....	302
i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas .....	302
12.3 Datas e Jornais de Publicação .....	302
12.4. Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração .....	302
a. frequência das reuniões.....	303
b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho .....	303
c. regras de identificação e administração de conflito de interesses.....	303

12.5.	Descrição de cláusula compromissória inserida no estatuto social da Companhia para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem .....	303
12.6.	Informações sobre os Administradores e Membros do Conselho Fiscal .....	304
12.7.	Informações sobre os Comitês da Companhia.....	304
12.8.	Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal .....	305
a.	<i>currículos.....</i>	<i>305</i>
b.	<i>descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. ....</i>	<i>308</i>
12.9.	Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco .....	308
12.10.	Relações de Subordinação, Prestação de Serviços ou Controle Mantidas nos Últimos 3 Exercícios Sociais entre os Administradores da Companhia e: .....	308
a.	<i>sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia.....</i>	<i>308</i>
b.	<i>controlador direto ou indireto da Companhia .....</i>	<i>308</i>
c.	<i>caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas.....</i>	<i>308</i>
12.11.	Descrição das disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções .....	309
12.12.	Outras Informações Relevantes.....	309
<b>13.</b>	<b>REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES .....</b>	<b>310</b>
13.1.	Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.....	310
a.	<i>objetivos da política ou prática de remuneração.....</i>	<i>310</i>
b.	<i>composição da remuneração, indicando: .....</i>	<i>310</i>
(i)	<i>descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles .....</i>	<i>310</i>
(ii)	<i>qual a proporção de cada elemento na remuneração total .....</i>	<i>310</i>
(iii)	<i>metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração....</i>	<i>311</i>
(iv)	<i>razões que justificam a composição da remuneração.....</i>	<i>311</i>
c.	<i>principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.....</i>	<i>311</i>
d.	<i>como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.....</i>	<i>311</i>
e.	<i>como a política ou prática de remuneração se alinha aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo.....</i>	<i>311</i>
f.	<i>existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.....</i>	<i>312</i>
g.	<i>existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário.....</i>	<i>312</i>
13.2.	Remuneração nos últimos três exercícios do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria .....	312

13.3.	Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal .....	313
13.4.	Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.....	313
a.	<i>Termos e condições gerais.....</i>	313
b.	<i>Principais objetivos do plano .....</i>	317
c.	<i>Forma como o plano contribui para esses objetivos.....</i>	317
d.	<i>Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia.....</i>	318
e.	<i>Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo.....</i>	318
f.	<i>Número máximo de ações abrangidas.....</i>	318
g.	<i>Número máximo de opções a serem outorgadas .....</i>	318
h.	<i>Condições de aquisição de ações .....</i>	318
i.	<i>Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício .....</i>	320
j.	<i>Critérios para fixação do prazo de exercício .....</i>	320
k.	<i>Forma de liquidação .....</i>	321
l.	<i>Restrições à transferência das ações.....</i>	321
m.	<i>Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.....</i>	321
n.	<i>Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.....</i>	322
13.5.	Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social .....	323
13.6.	Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária .....	324
13.7.	Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social .....	325
13.8.	Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais. ....	325
13.9.	Descrição sumária das informações relevantes para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.....	325
13.10.	Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários. ....	326
13.11.	Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais. ....	326
13.12.	Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.....	326

13.13.	Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto. ....	327
13.14.	Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.....	327
13.15.	Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos. .	327
13.16	Outras Informações Relevantes .....	327
<b>14.</b>	<b>RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>328</b>
14.1.	Recursos Humanos.....	328
a.	<i>número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica) .....</i>	<i>328</i>
b.	<i>número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica) .....</i>	<i>329</i>
c.	<i>índice de rotatividade .....</i>	<i>329</i>
d.	<i>exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas.....</i>	<i>329</i>
14.2.	Alterações Relevantes no Quadro de Colaboradores .....	329
14.3.	Políticas de Remuneração dos Colaboradores. ....	329
a.	<i>política de salários e remuneração variável .....</i>	<i>329</i>
b.	<i>política de benefícios .....</i>	<i>330</i>
c.	<i>características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.....</i>	<i>330</i>
14.4.	Sindicatos.....	335
<b>15.</b>	<b>CONTROLE .....</b>	<b>338</b>
15.1	Identificação do acionista ou grupo de acionistas controladores .....	338
15.2.	Lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1 .....	338
15.3.	Descrição do Capital Social Apurado na Última Assembleia Geral de Acionistas .....	338
15.4.	Organograma dos Acionistas com mais de 5% do Capital Social .....	338
15.5.	Acordos de Acionistas.....	339
15.6	Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.....	341
15.7.	Outras Informações Relevantes .....	341



<b>16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....</b>	<b>342</b>
16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização das Transações com Partes Relacionadas .....	342
16.2. Informações sobre as transações com partes relacionadas que devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos últimos 3 exercícios sociais ou estejam em vigor .....	342
16.3. Identificação das medidas para tratar de conflito de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado .....	347
<b>17. CAPITAL SOCIAL .....</b>	<b>349</b>
17.1. Composição do Capital Social .....	349
17.2. Aumento de Capital.....	349
17.3. Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações .....	352
17.4. Reduções do Capital Social .....	352
17.5. Outras Informações Relevantes.....	352
<b>18. VALORES MOBILIÁRIOS .....</b>	<b>356</b>
18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação .....	356
a. <i>Direito a Dividendos .....</i>	<i>356</i>
b. <i>Direito a Voto .....</i>	<i>358</i>
c. <i>Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação.....</i>	<i>358</i>
d. <i>Direitos de reembolso de capital.....</i>	<i>358</i>
e. <i>Direito a participação em oferta pública por alienação de controle .....</i>	<i>359</i>
f. <i>Restrições à circulação.....</i>	<i>360</i>
g. <i>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários .....</i>	<i>360</i>
h. <i>outras características.....</i>	<i>360</i>
i. <i>emissores estrangeiros .....</i>	<i>360</i>
18.2. Descrição, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública .....	360
18.3. Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto .....	362
18.4. A tabela abaixo contém as informações de volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais....	362
18.5. Descrição de outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações .....	362
18.6. Mercados brasileiros nos quais nossos valores mobiliários são admitidos à negociação	366
18.7. Classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	366
18.8. Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia .....	366
18.9. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas por nós relativas a ações de emissão de terceiro.....	369
18.10. Outras Informações Relevantes.....	369
<b>19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA.....</b>	<b>370</b>
19.1. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria .....	370
19.2. Movimentação de valores mobiliários mantidos em tesouraria .....	370

19.3.	Valores mobiliários mantidos em tesouraria .....	371
19.4.	Outras Informações Relevantes .....	371
<b>20.</b>	<b>POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS .....</b>	<b>372</b>
20.1.	Política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutário .....	372
20.2.	Outras Informações relevantes .....	372
<b>21.</b>	<b>POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....</b>	<b>373</b>
21.1.	Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva .....	373
21.2.	Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas .....	373
21.3.	Administradores Responsáveis pela Política de Divulgação de Informações .....	373
21.4.	Outras Informações Relevantes .....	373
<b>22.</b>	<b>NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS .....</b>	<b>374</b>
22.1.	Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios .....	374
22.2.	Indicar alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios .....	374
22.3.	Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais .....	374
22.4.	Outras Informações Relevantes .....	374

## 1. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

### CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*Este Formulário de Referência ("Formulário de Referência") é elaborado com base na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480").*

*A data de última atualização deste Formulário de Referência não significa, necessariamente, que este documento teve todas as suas informações atualizadas até tal data, mas que algumas ou todas as informações nele contidas foram atualizadas conforme o Artigo 24 caput da Instrução CVM 480 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º.*

*Este Formulário de Referência não se caracteriza como um documento de oferta pública de valores mobiliários da Companhia, bem como não constitui uma oferta de venda ou uma solicitação para oferta de compra de títulos e valores mobiliários no Brasil ou em qualquer outra jurisdição.*

*Neste Formulário de Referência, utilizamos os termos "Hypermarcas", "Companhia", "nós", "nosso", "nossos", "nossa" e "nossas" para nos referirmos à Hypermarcas S.A. e suas subsidiárias, exceto quando o contexto requerer outras definições.*

#### 1.1. Declaração

Claudio Bergamo dos Santos e Martim Prado Mattos, na qualidade de Diretor Superintendente (CEO) e Diretor de Relações com Investidores, respectivamente, da **HYPERMARCAS S.A.**, sociedade por ações devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.932.074/0001-91, vêm, pela presente, nos termos do item 1 do Anexo 24, da Instrução CVM 480, declarar que:

- (i) reviram o presente Formulário de Referência;
- (ii) todas as informações contidas neste Formulário de Referência são verdadeiras, completas, consistentes e não induzem a erro, foram divulgadas de forma abrangente, equitativa e simultânea para todo o mercado, são úteis para a avaliação dos valores mobiliários emitidas pela Companhia, e, portanto, atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- (iii) o conjunto de informações contidas neste Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

## 2. AUDITORES

### 2.1 Identificação dos Auditores

#### Trimestre encerrado em 31 de março de 2010

Razão Social:	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Nome da pessoa responsável:	Sr. Douglas Souza de Oliveira
CPF/MF:	118.968.468-31
Endereço:	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino
Telefone:	05001-903, São Paulo, SP
Fax:	(0xx11) 3674-3901
E-mail:	(0xx11) 3674-2030
Data de Contratação dos Serviços:	douglas.oliveira@br.pwc.com
Descrição dos Serviços Contratados:	10 de abril de 2010
Eventual Substituição do Auditor:	Revisão das informações trimestrais de 31/03/2010.
Justificativa da Substituição	Não houve.
Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria	Não aplicável.

#### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Razão Social:	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Nome da pessoa responsável:	Sr. Douglas Souza de Oliveira
CPF/MF:	118.968.468-31
Endereço:	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino
Telefone:	05001-903, São Paulo, SP
Fax:	(0xx11) 3674-3901
E-mail:	(0xx11) 3674-2030
Data de Contratação dos Serviços:	douglas.oliveira@br.pwc.com
Descrição dos Serviços Contratados:	9 de abril de 2009
Eventual Substituição do Auditor:	(i) Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2009 e revisão das informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09/2009; (ii) serviços de auditoria, compreendendo a emissão de cartas de conforto para a emissão de ações e a emissão de laudos de avaliação contábil.
Justificativa da Substituição	Não houve.
Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria	Não aplicável.

#### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

Razão Social:	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Nome da pessoa responsável:	Sr. Wander Rodrigues Teles
CPF/MF:	153.211.511-68
Endereço:	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino
Telefone:	05001-903, São Paulo, SP
Fax:	(0xx11) 3674-3901
E-mail:	(0xx11) 3674-2030
Data de Contratação dos Serviços:	wander.teles@br.pwc.com
Descrição dos Serviços Contratados:	11 de abril de 2008
Eventual Substituição do Auditor:	Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2008 e revisão das informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09/2008
Justificativa da Substituição	Não houve.
Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria	Não aplicável.

#### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

Razão Social:	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Nome da pessoa responsável:	Sr. Paulo Sergio Miron
CPF/MF:	076.444.278-30
Endereço:	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino 05001-903, São Paulo, SP
Telefone:	(0xx11) 3674-3901
Fax:	(0xx11) 3674-2030
E-mail:	paulo.miron@br.pwc.com
Data de Contratação dos Serviços:	30 de março de 2007
Descrição dos Serviços Contratados:	Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2007 e revisão limitada de 31/03, 30/06 e 30/09/2007
Eventual Substituição do Auditor:	Não houve.
Justificativa da Substituição	Não aplicável.
Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria	Não aplicável.

#### **2.2. Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$869,8 mil, referentes aos serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Adicionalmente, foram prestados serviços relacionados a auditoria, compreendendo a emissão de cartas de conforto para a emissão de ações e a emissão de laudos de avaliação contábil, cuja remuneração referente ao último exercício social totalizou o valor de R\$928,1 mil.

#### **2.3. Outras Informações que a Companhia julga relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "2".

### 3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

#### 3.1 Informações financeiras selecionadas

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2007 <sup>(i)</sup>	2008 <sup>(i)</sup>	2009
Patrimônio Líquido (em R\$ mil) .....	691.329	1.916.528	3.437.310
Total do Ativo (em R\$ mil) .....	1.970.587	3.565.389	6.287.485
Receita Líquida (em R\$ mil) .....	837.442	1.332.994	2.025.272
Lucro bruto (em R\$ mil) .....	479.497	798.056	1.182.334
Lucro líquido (prejuízo) (em R\$ mil) .....	58.833	(207.876)	313.373
Número de Ações, ex-tesouraria (em mil) .....	122.858	198.601	481.201
Valor Patrimonial por Ação (em R\$) .....	5,63	9,65	7,14
Lucro líquido (prejuízo) por Ação (em R\$) .....	0,48	(1,05)	0,65

<sup>(i)</sup> Quantidade de ações e montantes por ação não consideram o desdobramento de ações ocorrido em 30 de dezembro de 2009.

	Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	2009	2010
Patrimônio Líquido (em R\$ mil) .....	1.992.836	3.529.946
Total do Ativo (em R\$ mil) .....	3.600.816	6.671.661
Receita Líquida (em R\$ mil) .....	384.731	656.783
Lucro bruto (em R\$ mil) .....	220.970	382.530
Lucro líquido (prejuízo) (em R\$ mil) .....	76.308	62.066
Número de Ações, ex-tesouraria (em mil) .....	198.601	481.201
Valor Patrimonial por Ação (em R\$) .....	10,03	7,34
Lucro líquido (prejuízo) por Ação (em R\$) .....	0,38	0,13

#### 3.2. Medições não contábeis

Utilizamos como medida não contábil o EBITDA, com o fim de apresentar uma medida do nosso desempenho econômico operacional, calculada observando as disposições do Ofício Circular CVM n.º 01/2006 e que consiste no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social acrescido de resultado financeiro líquido e depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade – “*International Financial Reporting Standards*”) e/ou US GAAP e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez, tampouco é um indicador de desempenho. O EBITDA não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA não pode ser comparada com o EBITDA apresentado por outras companhias.

Adotamos também o EBITDA Recorrente, que consiste no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social acrescido do resultado financeiro líquido e depreciação e amortização, assim como das despesas consideradas como descontinuadas pela nossa Administração e as estimativas do ganho do benefício fiscal Fomentar, através do qual, 70% do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) apurado mensalmente é financiado pelo Estado de Goiás, com prazo de pagamento de 20 anos e juros de 2,4% ao ano, incidentes sobre a totalidade do saldo devedor, e exigíveis mensalmente durante a vigência do respectivo contrato. O EBITDA Recorrente não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS e/ou US GAAP e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez, tampouco é um indicador de desempenho. O EBITDA Recorrente não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA Recorrente não pode ser comparada com o EBITDA apresentado por outras companhias.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de								
Cálculo do EBITDA	2007	RL%	2008	RL%	2009	RL%	2008/2007	2009/2008 <sup>(3)</sup>
	(em R\$ milhares, exceto percentuais)						Var (%)	Var (%)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e minoritários .....</b>	<b>74.292</b>	<b>8,9%</b>	<b>(322.089)</b>	<b>-24,2%</b>	<b>479.115</b>	<b>23,7%</b>	<b>-534%</b>	<b>-249%</b>
(+) Depreciações .....	18.093	2,2%	21.590	1,6%	22.900	1,1%	19%	6%
(+) Amortizações de ágios .....	163.218	19,5%	332.692	25,0%	—	0,0%	104%	-100%
(+) Outras amortizações .....	6.985	0,8%	10.836	0,8%	15.606	0,8%	55%	44%
(+) Despesas financeiras .....	(68.285)	-8,2%	318.460	23,9%	35.596	1,8%	-566%	-89%
(-) Receitas financeiras .....	(10.210)	-1,2%	(48.306)	-3,6%	(50.180)	-2,5%	373%	4%
<b>EBITDA .....</b>	<b>184.093</b>	<b>22,0%</b>	<b>313.183</b>	<b>23,5%</b>	<b>503.037</b>	<b>24,8%</b>	<b>70%</b>	<b>61%</b>
(+) Despesas não reincidentes <sup>(1)</sup> .....	13.337	1,6%	7.652	0,6%	8.677	0,4%	-43%	13%
(+) Estimativa do ganho do benefício fiscal – Fomentar <sup>(2)</sup> .....	9.052	1,1%	—	0,0%	—	0,0%	-100%	na
<b>EBITDA Recorrente .....</b>	<b>206.482</b>	<b>24,7%</b>	<b>320.835</b>	<b>24,1%</b>	<b>511.714</b>	<b>25,3%</b>	<b>55%</b>	<b>59%</b>

(1) Despesas com aeronaves e relacionadas, no montante de R\$3.522 mil em 2007 (referente ao contrato de arrendamento mercantil de uma aeronave, o qual foi cedido a uma empresa que estava fora da nossa estrutura societária em junho de 2007), CPMF, no montante de R\$5.250 mil em 2007 (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, tributo extinto em 31 de dezembro de 2007), doações e contribuições, no montante de R\$56 mil em 2007 (despesas extraordinárias com doações e contribuições que não existiram a partir de 2008, e que a nossa Administração acredita que não irão mais existir) e despesas com reorganizações (despesas incorridas durante reorganizações societárias referente a rescisões e indenizações trabalhistas, bem como despesas de serviços prestados). As despesas com reorganizações totalizaram R\$4.509 mil, R\$7.652 mil e R\$8.677 mil em 2007, 2008 e 2009, respectivamente.

(2) Estimativa de redução de despesa de ICMS no encerramento de cada período proporcionada pelo Fomentar.

(3) "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.

Período de três meses encerrado em 31 de março de					
Cálculo do EBITDA	2009	RL%	2010	RL%	2009/2010
	(em R\$ milhares, exceto percentuais)				
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e minoritários .....</b>	<b>63.399</b>	<b>16,5%</b>	<b>100.814</b>	<b>15,3%</b>	<b>59%</b>
(+) Depreciações .....	5.275	1,4%	8.680	1,3%	65%
(+) Amortizações de ágios .....	—	0,0%	—	0,0%	na
(+) Outras amortizações .....	3.491	0,9%	5.254	0,8%	51%
(+) Despesas financeiras .....	33.737	8,8%	73.917	11,3%	119%
(-) Receitas financeiras .....	(6.289)	-1,6%	(13.992)	-2,1%	122%
<b>EBITDA .....</b>	<b>99.613</b>	<b>25,9%</b>	<b>174.673</b>	<b>26,6%</b>	<b>75%</b>
(+) Despesas não reincidentes <sup>(1)</sup> .....	2.502	0,7%	4.096	0,6%	64%
<b>EBITDA Recorrente .....</b>	<b>102.115</b>	<b>26,5%</b>	<b>178.769</b>	<b>27,2%</b>	<b>75%</b>

(1) Despesas com reorganizações (despesas incorridas durante reorganizações societárias referente a rescisões e indenizações trabalhistas, bem como despesas de serviços prestados) no montante de R\$2.502 mil no 1º trimestre de 2009 e de R\$4.096 no 1º trimestre de 2010.

(\*) "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.

### 3.3. Eventos subsequentes a 31 de março de 2010

#### Terceira oferta pública de ações.

Em abril de 2010 encerramos oferta pública primária de 58.696.000 ações ordinárias de nossa emissão, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, sendo 52.176.000 ações ordinárias inicialmente ofertadas e 6.520.000 ações ordinárias decorrentes do exercício do lote de ações suplementares. O preço de venda por ação foi fixado após a finalização do procedimento de *bookbuilding* em R\$21,00, totalizando R\$1.232,6 milhões.

A distribuição pública compreendeu (i) a distribuição pública de ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos coordenadores daquela oferta, com a participação de determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e corretoras consorciadas e, simultaneamente, (ii) esforços de colocação das ações nos Estados Unidos, realizados por determinados agentes de colocação internacional e determinadas instituições por eles contratadas, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, editada ao amparo do *Securities Act* de 1933 ("*Securities Act*"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e investidores nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*, que investiram no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, e na Instrução da CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada, e na Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada. Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

Tal oferta foi registrada na CVM sob o n.º CVM/SRE/REM/2010/008, em 1º de abril de 2010.

### ***Aquisição da Luper***

Em 16 de abril de 2010, a Companhia celebrou Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças com Moacir Funada e Nelson Makoto Tachibana por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social de Luper, bem como de todos os ativos relacionados com ou necessários para a condução do negócio de fabricação e distribuição de medicamentos comercializados sob as marcas "Gastrol", "Virilon", "Dramavit", "Blumel" e "Senareti", entre outras.

O preço a ser pago pela aquisição da totalidade das quotas da Luper é de R\$52,2 milhões, dos quais R\$31,3 foram pagos à vista, contra a efetiva transferência das quotas, e o saldo remanescente, no valor de R\$20,9, será pago em cinco parcelas iguais, anuais e sucessivas, ajustadas pelo CDI.

Essa operação foi submetida à aprovação das Autoridades Governamentais Antitruste.

### ***Programa de American Depositary Receipts Nível I***

Em 3 de fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de *American Depositary Receipts* Nível I, o qual foi aprovado pela CVM em 29 de março de 2010 e pela Securities and Exchange Commission em 29 de abril de 2010 ("Programa"). O Programa visa ampliar as formas de acesso de investidores, principalmente aqueles domiciliados no exterior, bem como ampliar a liquidez das nossas ações. Para este fim, a instituição custodiante será o Itaú Unibanco S.A. e a instituição depositária nos Estados Unidos será o JPMorgan Chase Bank, N.A. Cada *Depositary Receipt* corresponde a uma ação ordinária de emissão da Companhia e será negociado no mercado de balcão sob o código "HYPMY" e CUSIP n.º 44915J 10 0. Até a data deste Formulário de Referência, não foram emitidos quaisquer *Depositary Receipts*. A aprovação do Programa não implicou na emissão de novas ações, ou qualquer alteração no capital social da Companhia.

### ***Aquisição da Sapeka***

Em 4 de maio de 2010, a Companhia celebrou Contrato de Venda e Compra de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças ("Contrato Sapeka") com Victor Hugo Alvarenga, Marco Antonio Raimundo, José Alvarenga dos Santos, Virginia Baryane Alvarenga Pires de Campos e Marilda Alves de Oliveira ("Vendedores"), detentores, em conjunto, da totalidade do capital social da Sapeka Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis Ltda. ("Sapeka"), e suas afiliadas envolvidas no negócio de fraldas descartáveis.

O Contrato Sapeka estabelece os termos e condições para:

- (i) uma vez implementada uma reorganização societária da Sapeka e suas subsidiárias Alpha Indústria e Comércio Ltda. ("Alpha"), Sapeka – Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis do Nordeste Ltda. ("Sapeka Nordeste") e Almavi Empreendimentos Ltda. ("Amalvi"), bem como dos ativos relacionados com ou necessários para a condução do negócio de fabricação, distribuição e comercialização de descartáveis comercializados sob as marcas "Sapeka", "Flutty", "Maxfral", "Soneca", "Maturidade", "Única", "Levíssima" e "Leve", com a incorporação de Alpha, Sapeka Nordeste e Almavi pela Sapeka, e posterior transformação da Sapeka em sociedade por ações, a aquisição, pela Companhia, de ações representativas de 59,5% do capital social da Sapeka ("Compra e Venda de Ações"); e



- (ii) a incorporação de ações representativas de 40,5% do capital social da Sapeka, a qual, uma vez implementada a incorporação de ações, passará a ser subsidiária integral da Companhia ("Incorporação de Ações"). Em razão da Incorporação de Ações serão emitidas, pela Companhia, 6.784.922 ações ordinárias, representativas de aproximadamente 1,25% do capital social total da Companhia, ao preço de R\$22,55 por ação, correspondente ao preço por ação da Companhia em 9 de abril de 2010, no valor de R\$21,00, conforme média de negociação em bolsa, acrescido de um prêmio de aproximadamente 7,4%, as quais serão subscritas integralmente pelos Vendedores na proporção de suas respectivas participações no capital social da Sapeka. As ações emitidas pela Companhia em razão da Incorporação de Ações ficarão restritas à venda (*locked-up*) por um período de até cinco anos conforme o Contrato Sapeka.

Em 9 de junho de 2010, por meio de Aditamento ao Contrato Sapeka ("Aditamento"), as partes acordaram em segregar o fechamento da operação de forma que a Compra e Venda de Ações e a Incorporação de Ações ocorressem em momentos distintos e independentes. Dessa forma, naquela data, os Vendedores transferiram à Companhia, proporcionalmente às participações por eles detidas no capital social da Sapeka, quotas representativas de 59,5% do seu capital social, com todos os direitos e obrigações inerentes à sua titularidade e domínio, bem como os direitos a eventuais bonificações, desdobramentos, percepção de lucros, inclusive aqueles já auferidos e pendentes de distribuição, mediante o pagamento, pela Companhia, do valor de R\$227.011.048,57.

Por meio do Aditamento as partes também acordaram a outorga, pelos Vendedores, em benefício da Companhia, do usufruto das demais quotas do capital social da Sapeka, representativas de 40,5% de seu capital social, conferindo à Companhia os direitos de sócio previstos em lei e no Contrato Social da Sapeka, dentre eles o direito de voto, direito aos dividendos, juros sobre o capital próprio e o direito de receber todo e qualquer benefício econômico ou financeiro decorrente das quotas objeto do usufruto. Tão logo seja concluída a transformação da Sapeka em sociedade por ações de capital fechado, as quotas serão substituídas pelas ações correspondentes, permanecendo válido o usufruto sobre elas.

O usufruto permanecerá em vigor até (i) a Incorporação de Ações, que implicará na conclusão das operações contempladas no Contrato Sapeka, ocasião em que a Sapeka passará a ser subsidiária integral da Companhia; ou (ii) o prazo de 90 dias contado do Aditamento, o que ocorrer primeiro. Caso ocorra a extinção do usufruto pelo decurso do prazo, e desde que por fato não imputável aos Vendedores, estes poderão optar por vender, ceder e transferir à Companhia a totalidade das quotas objeto do usufruto.

Essa operação foi submetida ao CADE em 25 de março de 2010, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.003132/2010-46).

### ***Aquisição do negócio de preservativos masculinos "Jontex"***

Em 07 de outubro de 2009, celebramos um Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual, uma vez satisfeitas as condições nele estabelecidas, que incluem a constituição de uma sociedade de propósito específico detentora de todos os direitos de propriedade intelectual relacionados à marca Jontex, além de outros ativos relacionados ao negócio de preservativos masculinos comercializados sob a marca Jontex, concordamos em adquirir a totalidade de tais quotas.

Em 7 de maio de 2010, cumpridas tais condições, a Hypermarchas concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Versoix Participações Ltda., sociedade que é, nesta data, proprietária e legítima possuidora de todos os ativos, incluindo, sem limitação, direitos de propriedade intelectual, necessários para a condução do negócio relativo aos preservativos masculinos comercializados sob a marca "Jontex".

O preço total de Aquisição pago pela Companhia foi de US\$101,0 milhões, dos quais (i) o montante equivalente a 1%, ou US\$1,0 milhão, foi pago em 30 de dezembro de 2009, como sinal e princípio de pagamento; (ii) o montante equivalente a 98,50%, ou US\$99,49 milhões, foi pago em 5 de março de 2010, à vista, contra a transferência das quotas acima referidas, e (iii) o saldo remanescente do preço de aquisição, equivalente a 0,5% do preço total de aquisição, ou US\$425,9 mil, foi pago em 7 de maio de 2010 contra a transferência da participação societária remanescente do capital social da Versoix Participações Ltda.

O contrato prevê a indenização da Companhia por perdas decorrentes de todas as responsabilidades ou obrigações decorrentes de ou relacionadas a quaisquer obrigações decorrentes de atos ou fatos anteriores à data de fechamento, violação, falsidade ou imprecisão de qualquer declaração ou garantia prestada, e qualquer violação, atraso ou inadimplemento de quais obrigações e avenças. A indenização será feita semestralmente, sempre nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro. A obrigação de indenizar deverá sobreexistir pelo prazo de 18 meses a partir da data de fechamento.

Esta operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 27 de outubro de 2009, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.008623/2009-40).

### ***Aquisição da Facilit***

Em 18 de maio de 2010 a Companhia celebrou Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças com Marlene Girão Del Prá Netto, Salomão Adir Kiperman Stemberg e Alvelino Pscheidt para aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Facilit, empresa do segmento de higiene bucal, que atua na fabricação e distribuição de escovas dentais, fios e fitas dentais e anti-sépticos bucais, entre outros, que são comercializados sob a marca "Sanifill", entre outras.

O preço pela aquisição das quotas a ser pago pela Companhia é de R\$60,4 milhões, dos quais R\$28,8 milhões, equivalentes a 47,67% do valor total, foram pagos à vista, contra a transferência da totalidade das quotas, e o saldo remanescente, no valor de R\$31,6 milhões, equivalentes a 52,33% do valor total, serão pagos em cinco parcelas iguais, anuais e consecutivas no valor de R\$6,3 milhões cada, corrigidas de acordo com a variação do CDI.

Essa operação foi submetida à aprovação das Autoridades Governamentais Antitruste.

### ***Aquisição da York***

Conforme Fato Relevante divulgado em 7 de março de 2010 ("Fato Relevante York"), em 5 de março de 2010, a Companhia celebrou um Memorando de Entendimentos que estabelece as bases, premissas e condições para a aquisição de ações representativas de até 100% do capital social da York, que atua na fabricação e distribuição de hastes flexíveis, curativos, absorventes e algodões, entre outros, que são comercializados sob as marcas "York", "Palinetes" e "Silhouette", entre outras.

Segundo o Fato Relevante York, o Negócio inclui todos os ativos e equipamentos na qual sua produção é realizada e que complementarão o parque industrial da Companhia.

A Companhia informou no Fato Relevante York que a York, de acordo com seu demonstrativo de resultados não auditados para o exercício de 2009, tal como apresentado pela então administração da York, apresentou Receita Líquida de R\$63,3 milhões. A Companhia reportou ainda que o preço a ser pago pela aquisição é estimado em R\$100,0 milhões à vista, sujeito a confirmação após os procedimentos de auditoria.

Conforme explicado pela Companhia no Fato Relevante York, o fechamento e implementação da operação deverão acontecer uma vez verificadas as condições precedentes estabelecidas no referido Memorando de Entendimentos, entre elas, a conclusão satisfatória da auditoria jurídica, contábil e tributária da York, a ser conduzida pela Companhia, e a negociação dos contratos definitivos. Além disso, o Fato Relevante York explicou que também é condição de fechamento da operação que os acionistas minoritários que não participaram da assinatura do Memorando de Entendimentos, e que são detentores de 0,864% do capital social da York, não exerçam o direito de preferência na aquisição das ações previsto no Estatuto Social da York. A Companhia espera que a operação possa ser concluída até o final de julho de 2010.

Para informações sobre o risco relativo às aquisições recentes, veja o risco *"Podemos não obter sucesso nas aquisições de novos negócios, tais como empresas, marcas e ativos, fato que poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais."*, no item 4.1 deste Formulário de Referência.

### **Debêntures Simples da 2ª Emissão**

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2010 foi aprovada a 2ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia, não conversíveis em ações, do tipo escritural e da forma nominativa, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública. A emissão ocorreu em 4 de junho de 2010, sendo emitidas 200 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante de R\$200,0 milhões.

As debêntures têm vencimento em 32 meses contados da data de emissão, ou seja, em 4 de fevereiro de 2013, e são remuneradas a uma taxa equivalente a 113,70% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP. O valor nominal unitário das debêntures será integralmente amortizado na data de vencimento. A remuneração será paga, a partir da data de emissão, nas seguintes datas: (i) 04.09.2010; (ii) 04.12.2010; (iii) 04.03.2011; (iv) 04.06.2011; (v) 04.09.2011; (vi) 04.12.2011; (vii) 04.03.2012; (viii) 04.06.2012; (ix) 04.09.2012; (x) 04.12.2012; e (xi) 04.02.2013.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado das debêntures, total ou parcialmente, pelo valor nominal unitário, acrescido da remuneração devida entre a última data de pagamento e a data do resgate. Não há previsão de prêmio.

Nos termos do artigo 60, caput, da Lei das Sociedades por Ações, o valor total das emissões de debêntures não poderá ultrapassar o capital social da Companhia, que na época da aprovação da 2ª Emissão totalizava R\$3,2 bilhões.

As debêntures da 2ª Emissão somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado o disposto nos incisos I e II, do artigo 4º da Instrução CVM 476.

Adicionalmente, as debêntures da 2ª Emissão não possuem restrições diretas em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de nova dívidas e à emissão de novos valores mobiliários. Entretanto, a dívida poderá ser vencida antecipadamente em caso de determinados eventos, tais como (i) não observância pela Companhia do índice financeiro de dívida líquida/EBTIDA; (ii) pagamento pela Companhia de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias; (iii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou quaisquer das suas controladas em valor unitário ou agregado ultrapasse R\$50,0 milhões, (iv) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50,0 milhões, (v) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50,0 milhões, (vi) incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que resulte na não prevalência da Igarapava e da Maiorem como principais acionistas do atual bloco de controle da Companhia, (vii) mudança relevante no estado financeiro da Companhia, que comprovada e justificadamente afete negativamente sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras, e (viii) não observância do índice financeiro previsto da escritura.

O Agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão é Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, cuja remuneração compreenderá parcelas anuais de R\$12.000,00, reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Adicionalmente, quaisquer alterações dos direitos assegurados pelas debêntures da 2ª emissão da Companhia dependerão da aprovação dos debenturistas reunidos em assembleia geral.

### 3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007
Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nossos acionistas poderão deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos de nossa Companhia	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nossos acionistas poderão deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos de nossa Companhia	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nossos acionistas poderão deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos de nossa Companhia
Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório
Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
Restrições à distribuição de dividendos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

### 3.5. Em forma de tabela, indicar, para cada um dos 3 últimos exercícios sociais.

Não houve distribuição de dividendos relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

### 3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

### 3.7. Em forma de tabela, descrever o nível de endividamento da Companhia

	Em 31 de março de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Montante da dívida de qualquer natureza (em R\$ mil) <sup>(1)</sup> .....	3.141.715	2.840.842
Índice de endividamento (passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido) .....	0,9x	0,8x

<sup>(1)</sup> Corresponde ao somatório do passivo circulante e não circulante, nas datas em referência.

**3.8. Em forma de tabela, separando por dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias, indicar o montante de obrigações da Companhia de acordo com o prazo de vencimento**

**Em 31 de dezembro de 2009<sup>(1)</sup>**

	<b>Prazo de Vencimento</b>				<b>Total</b>
	<b>Inferior a 1 ano</b>	<b>Superior a 1 e inferior a 3 anos</b>	<b>Superior a 3 e inferior a 5 anos</b> (em R\$ milhões)	<b>Superior a 5 anos</b>	
Garantia Real .....	25,0	37,5	20,9	17,6	<b>101,0</b>
Garantia Flutuante .....	—	—	—	—	—
Dívidas Quirografárias .....	395,2	467,0	—	111,9	<b>974,1</b>
<b>Total .....</b>	<b>420,2</b>	<b>504,5</b>	<b>20,9</b>	<b>129,5</b>	<b>1.075,1</b>

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados tomam por base os montantes constantes no Balanço Patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2009.

**Em 31 de março de 2010<sup>(1)</sup>**

	<b>Prazo de Vencimento</b>				<b>Total</b>
	<b>Inferior a 1 ano</b>	<b>Superior a 1 e inferior a 3 anos</b>	<b>Superior a 3 e inferior a 5 anos</b> (em R\$ milhões)	<b>Superior a 5 anos</b>	
Garantia Real .....	28,5	37,5	20,9	17,6	<b>104,5</b>
Garantia Flutuante .....	—	—	—	—	—
Dívidas Quirografárias .....	227,8	436,8	156,6	124,1	<b>945,3</b>
<b>Total .....</b>	<b>256,3</b>	<b>474,3</b>	<b>177,5</b>	<b>141,7</b>	<b>1.049,8</b>

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados tomam por base os montantes constantes no Balanço Patrimonial da Companhia de 31 de março de 2010.

**3.9. Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item “3”.

#### **4. FATORES DE RISCO**

*O investimento em nossas Ações envolve alto grau de risco. Os investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomar uma decisão de investimento. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das nossas Ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou a outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também prejudicar nossas atividades de maneira significativa.*

*Para os fins da presente seção, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para nós" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos nossos negócios, condições financeiras, liquidez, resultados de operações, futuros negócios e/ou valor das nossas ações. Expressões similares nesta seção devem ser lidas com o mesmo significado.*

##### **4.1. Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento relacionados:**

###### **a. a Nós**

***Podemos não conseguir implementar totalmente nossa estratégia de negócios.***

Nossa habilidade de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de nossa estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de:

- proteger e fortalecer nossas marcas, qualidade e inovação de nossos produtos;
- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em nossos mercados atuais e identificar com êxito oportunidades em novos mercados;
- expandir nossa rede de vendedores e promotores de vendas no Brasil;
- desenvolver com êxito novos conceitos de produtos, a identificação de novos ingredientes e tecnologias e a fabricação de produtos que respondam às demandas atuais do mercado;
- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infra-estrutura já instalada; e
- continuar a expansão de nossa base de clientes com foco nos consumidores das classes B, C e D da população brasileira.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Um elemento crítico de nossa estratégia é a nossa habilidade de renovar e desenvolver nosso portfólio de produtos e marcas. Se não conseguirmos identificar com sucesso as demandas do mercado, se qualquer um de nossos produtos tiver problemas de qualidade, se nossos competidores tiverem propriedade intelectual protegida que nos impeça de oferecer produtos que seriam atraentes para nossos consumidores ou se as exigências legais impuserem limites nas matérias-primas e tecnologias que podemos utilizar, poderemos ter dificuldades em fabricar produtos atraentes para nossos consumidores finais. Qualquer impacto no desenvolvimento de produtos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

***Podemos não obter sucesso nas aquisições de novos negócios, tais como empresas, marcas e ativos, fato que poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Analizamos regularmente oportunidades de crescimento estratégico por meio de aquisições. Desde o início de nossas operações em 2001, realizamos 31 aquisições de negócios com potencial de crescimento, entre sociedades, ativos e marcas em diversos segmentos do setor de bens de consumo de massa. Aquisições poderão envolver uma série de riscos e desafios que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre nossos negócios, especialmente, os seguintes:

- as aquisições podem não contribuir com nossa estratégia comercial ou com a nossa imagem;
- em razão de nosso faturamento, futuras aquisições estarão sujeitas à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e podem sofrer restrições ou não ser aprovadas ou serem aprovadas com restrições. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco – Nossas aquisições podem sofrer restrições ou podem não ser aprovadas pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência”, na página 107 deste Formulário de Referência;
- podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, bem como outras questões regulatórias;
- o processo de tais aquisições pode ser demorado e, até certo ponto, a atenção de nossa administração pode ser desviada de nossas operações usuais;
- dificuldade em integrar operações, contabilidade, pessoal e sistemas de informação gerenciais;
- poderemos gerenciar custos adicionais não programados relacionados à operação de integração;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados; e
- a estrutura de custos das sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente da nossa, e podemos não ser capazes de adequar tais estruturas à nossa.

Essas dificuldades poderão se acentuar em casos como as nossas recentes aquisições da Pom Pom, da Indústria Nacional de Artefatos de Látex S.A. (“Inal”), da Sapeka e a incorporação do Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A. (“Neo Química”), por se tratarem de empresas que atuam em segmentos dos quais não participávamos, quais sejam, fraldas, preservativos e medicamentos genéricos.

Caso venhamos a identificar uma perda potencial ou mesmo sofrer uma perda efetiva relacionada às atividades das empresas adquiridas anteriores a suas respectivas datas de aquisição, não podemos assegurar que seu valor não será discutido, se e quando eventuais garantias serão efetivamente constituídas e se os valores correspondentes a indenização ou reembolso de valores despendidos por nós estarão disponíveis quando necessitarmos.

Ademais, poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão. Se não conseguirmos obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar nossos planos de expansão, não teremos condições de implementar integralmente nossa estratégia de crescimento.



Adicionalmente, nossa recente aquisição da York, descrita no item "6.5" deste Formulário de Referência e objeto de Memorando de Entendimentos vinculante, ainda depende da realização de auditoria legal, contábil e financeira a ser conduzida por nós, incluindo a confirmação de dados financeiros como receita e EBITDA, que nos foram fornecidos exclusivamente pela administração de tal empresa, e com base nos quais realizamos nossa avaliação preliminar de referida companhia. Tais dados financeiros constam desse Formulário de Referência exclusivamente para fins informativos e não foram objeto de auditoria nem tampouco de qualquer verificação independente, de modo que não devem ser utilizados como indicativos do negócio que pretendemos adquirir. Assim, a assinatura do contrato definitivo e a efetivação de tal aquisição está condicionada a diversos fatores, os quais podem atrasar, ou até mesmo impedir a conclusão de tal negócio.

***Nossas demonstrações financeiras históricas não refletem os efeitos contábeis das nossas aquisições.***

Entre 1º de abril de 2010 e a data deste Formulário de Referência, realizamos as aquisições da Facilit, Luper e Sapeka, e estamos em processo de aquisição da York. Nós consolidamos os resultados das empresas e marcas adquiridas por nós em nossas demonstrações financeiras apenas a partir da data de cada uma das aquisições. Nós não apresentaremos demonstrações financeiras pro-forma para ilustrar os efeitos passados destas aquisições em nossas demonstrações financeiras históricas, nem demonstrações financeiras individuais para cada uma das entidades adquiridas para exercícios fiscais anteriores ou posteriores às suas aquisições.

As informações financeiras das empresas ou negócios que adquirimos podem conter ressalvas ou outras questões similares. Essas informações foram incorporadas às nossas demonstrações financeiras em decorrência das aquisições e/ou incorporações e seremos responsáveis pela resolução dessas questões bem como seremos responsáveis por eventuais passivos nessas empresas, principalmente se não tivermos sucesso em ações de ressarcimento contra os vendedores dos referidos negócios.

Neste contexto, não é possível identificar como seria o efeito das nossas aquisições em nossas demonstrações financeiras históricas.

***Nossas vendas estão sujeitas a mudanças nas preferências dos consumidores e o nosso sucesso depende de nossa habilidade de prever, identificar e interpretar tais mudanças e de nossa capacidade de desenvolver e oferecer novos produtos ou adaptar os existentes de forma a atender tais mudanças de necessidades.***

Dispomos de um portfólio de marcas e produtos tradicionais com demanda estabelecida no mercado brasileiro de consumo de bens não duráveis. Esse sucesso depende em boa medida de nossa habilidade de prever, identificar e interpretar os gostos e preferências dos consumidores. Se não formos capazes de oferecer novos produtos que atendam às necessidades dinâmicas dos consumidores, ou ainda adaptar os produtos existentes de forma a atender tais mudanças, nossas vendas e participação de mercado poderão ser adversamente afetados.

Além disso, temos o constante desafio de identificar quais mudanças de comportamento dos consumidores são passageiras, possuem uma duração de médio prazo ou ainda são definitivas. Se não formos capazes de identificar quais mudanças de comportamento são passageiras e quais são definitivas e responder introduzindo melhorias e adaptações nos produtos existentes ou ainda lançando novos produtos, nossas vendas poderão ser adversamente afetadas.

***Atuamos em segmentos de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Os segmentos de mercado em que atuamos são altamente competitivos e enfrentamos concorrência de outras companhias sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional, tais como Unilever, Procter & Gamble, Sanofi-Aventis, EMS, Aché, Kimberly-Clark e Ansel, dentre outras. Ademais, estas empresas oferecem uma grande variedade de produtos nos segmentos em que atuamos, que competem com a maior parte de nossas linhas de produtos. Enfrentamos, ainda, concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam no mercado informal e, desta forma, podem oferecer preços mais baixos que os nossos, o que poderá resultar na diminuição do volume de nossas vendas e/ou fazer com que tenhamos que reduzir nossos preços, o que poderá resultar em margens menores. Ainda, novos concorrentes poderão entrar em nossos mercados. Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Em escala global, alguns de nossos competidores possuem recursos financeiros e de marketing substanciais, têm maior facilidade do que nós para obter acesso a capital, maiores bases de consumidores e maior variedade de produtos ofertados. Adicionalmente, em níveis diferenciados, nossos atuais e futuros concorrentes podem ser bem sucedidos em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter mais recursos financeiros e melhores campanhas de marketing de forma que a competição com tais concorrentes nos mercados em que atuamos pode resultar em perda da nossa participação de mercado. Poderemos vir a ter que aumentar nossos gastos com marketing e promoção e/ou reduzir os preços de nossos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos. O sucesso de tais medidas está sujeito a riscos, incluindo incertezas sobre a sua aceitação e efeito nos consumidores. Assim, referidas medidas poderão não ser capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado, o que poderá afetar adversamente nosso resultado.

***Acreditamos que a identidade de nossas marcas é essencial para o sucesso de nosso negócio. Se não pudermos utilizar de forma eficaz ou proteger qualquer uma de nossas marcas, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.***

Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais.

Atualmente, temos mais de 170 marcas comercializadas, estando a maior parte delas registradas no INPI. No entanto, não podemos garantir que nossas marcas não serão violadas, nem que os nossos pedidos de registro em andamento serão deferidos pelo INPI ou, então, que os nossos registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros. Ainda, caso a titularidade de qualquer de nossas marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, podemos ser proibidos de continuar a explorá-la. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá diminuir o valor de nosso conjunto de marcas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, nossas marcas e identidade corporativa podem sofrer uma desvalorização caso surja qualquer problema que traga prejuízos à nossa imagem. As decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores como o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, preços e preferências subjetivas de cada consumidor. Se (i) nossa estratégia de *marketing*, incluindo campanhas publicitárias e promocionais, não tiver êxito, (ii) formos incapazes de entregar novos produtos ou tecnologias que atendam às demandas do mercado, (iii) não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços, ou (iv) por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores sejam mais atrativos, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversa e materialmente afetados.

***A eventual alteração de nossa alta administração e/ou de nosso Acionista Controlador poderá afetar a nossa capacidade de crescimento.***

No intuito de implementar nossa estratégia de negócio, a presença de profissionais da nossa alta administração e de nosso Acionista Controlador é essencial para que possamos contar com a vasta experiência na identificação de empresas passíveis de serem adquiridas, bem como na negociação da aquisição e na integração de tais empresas, desta forma permitindo o nosso contínuo crescimento. A perda dessas pessoas poderá afetar significativamente nosso crescimento. A incapacidade de atrair pessoal qualificado e a perda de qualquer dos membros da nossa alta administração poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

***Nossas aquisições podem sofrer restrições ou podem não ser aprovadas pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.***

De acordo com a Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, conforme alterada ("Lei n.º 8.884"), qualquer operação que tenha efeitos sobre o mercado brasileiro e que resulte na concentração da participação de uma empresa, em um mercado relevante, acima de 20%, ou que envolva qualquer companhia ou grupo de companhias com volume de receitas anuais igual ou superior a R\$400,0 milhões, deve ser submetida à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência determinará quando uma transação poderá afetar negativamente as condições concorrenciais no mercado em que atuamos ou afetar negativamente os consumidores deste mercado. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência pode não aprovar aquisições que viermos a realizar, ou pode, ainda, impor condições onerosas para a aprovação dessas aquisições, como por exemplo, a venda de partes de nossas operações, restrições a nossas operações ou ao uso de determinadas marcas, a fim de aprovar tais aquisições, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Na data deste Formulário de Referência, aguardamos a decisão dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência com relação às aquisições da Ceil Comércio e Distribuidora Ltda. ("Ceil"), INAL, Sapeka, Luper e Facilit, dos ativos, incluindo direitos de propriedade intelectual, relacionados à marca Hydrogen e Jontex, bem como das operações referentes às incorporações do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. ("Farmasa") e do Neo Química.

***Incêndios ou outros desastres podem afetar nossa produção, instalações e estrutura de custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Incêndios, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais podem danificar ou destruir nossa produção ou instalações, matérias-primas e estoques. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nas nossas unidades industriais podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. A ocorrência de sinistros pode não estar integralmente coberta por nossas apólices de seguros e pode vir a causar um efeito material adverso para nós.

***Nossos contratos financeiros e outros instrumentos representativos de dívidas possuem obrigações específicas, sendo que qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações poderá causar um efeito material adverso para nós.***

Em 31 de março de 2010, o valor da nossa dívida financeira era de R\$1.049,8 milhões e o valor dos títulos a pagar era de R\$1.416,0 milhões, referentes às aquisições das marcas da Brasil Global Cosméticos Ltda. ("Brasil Global"), NY Looks, Hydrogen e New Look, e das empresas DM Indústria Farmacêutica Ltda. ("DM"), Grupo Niasi e Aprov ("Grupo Niasi"), Sulquímica, Finn Administradora de Marcas Ltda. ("Finn"), Éh Cosméticos S.A. ("Éh Cosméticos"), Quimivale, Ceil, Pom Pom, Inal e à incorporação do Neo Química. Alguns dos instrumentos financeiros de que somos partes, os quais são principalmente relacionados às aquisições que realizamos, exigem manter certos índices financeiros e cumprir com outras obrigações específicas. Inadimplementos relativos a estes instrumentos que não sejam sanados ou renunciados pelos respectivos credores poderão acarretar a decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado de tais dívidas, bem como podem resultar no vencimento antecipado de outros instrumentos financeiros (*cross-default*). Nossos ativos e fluxo de caixa podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de nossas obrigações.

***Podemos não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar nossos compromissos financeiros.***

Tendo em vista que os nossos ativos e fluxo de caixa podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor dos nossos compromissos financeiros, eventuais descasamentos de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos podem resultar na nossa incapacidade de cumprir com as nossas obrigações nos prazos estabelecidos. Esta incapacidade de cumprir com as nossas obrigações poderá causar um efeito material adverso para nós.

***Riscos relacionados à terceirização de parte substancial de nossa mão-de-obra podem nos afetar adversamente.***

Atualmente terceirizamos uma parcela considerável de nossa mão-de-obra (aproximadamente 19% de nosso total de colaboradores). Respondemos, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para nosso atendimento. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

***Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente nossos resultados.***

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei n.º 11.638/07, complementada pela Lei n.º 11.941/09 (conversão, em lei, da MP 449/08), que alteraram a Lei das Sociedades por Ações e introduziram novas regras contábeis com o objetivo de convergir com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu em 2009 diversos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações, que já foram aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com aplicação mandatória a partir de 2010, inclusive para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentadas para fins de comparabilidade.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos decorrentes da adoção desses novos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações que poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras, nos nossos resultados e na nossa base de apuração de dividendos, a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, incluindo os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentados para fins de comparabilidade.

Especificamente com relação às Informações Trimestrais – ITR relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2010, estas foram apresentadas em conformidade com as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009, conforme facultado pela Deliberação CVM n.º 603, de 10 de novembro de 2009. A adoção dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações está em análise, e a apresentação de uma estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia carece: (i) da conclusão do levantamento da vida útil estimada do ativos, e dos respectivos valores residuais e custo atribuído com relação ao CPC 27; (ii) da conclusão dos estudos para reconhecimento de ágio decorrente de aquisição de empresas, conforme determina o CPC 15 – Combinação de Negócios e (iii) da conclusão dos cálculos dos demais CPCs publicados em 2009.

***b. ao Nosso Controlador***

***Os interesses de nosso Acionista Controlador podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.***

Nosso Acionista Controlador tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nosso Acionista Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos investidores e causar um efeito material adverso para nós.

***c. aos Nossos Acionistas***

***A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e ocasião que desejam.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) apresentou uma capitalização de mercado de R\$2,4 trilhões em 31 de março de 2010, e um volume médio diário de negociação de US\$3,7 bilhões de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado representavam, aproximadamente, 53,0% da capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2010. A volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar consideravelmente a capacidade dos titulares de nossas Ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

***Os titulares de nossas Ações poderão não receber dividendos.***

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo de pelo menos 25% de nosso lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

Ademais, somos parte em diversos contratos financeiros e relativos a aquisições que realizamos, nos quais nos obrigamos a não efetuar pagamento de dividendos em valor superior ao estabelecido em lei, bem como que restringem nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas se estivermos descumprindo as obrigações previstas em referidos contratos. Não podemos garantir que, no futuro, seremos capazes de atender às exigências necessárias para efetuar o pagamento de dividendos.

***A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações poderá diluir a participação acionária dos investidores em nossa Companhia.***

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações.

***Os interesses dos administradores e, em alguns casos, dos nossos empregados podem ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que lhe são outorgadas opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão.***

Temos planos de opção de compra de ações de emissão da Companhia, com os quais buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

O fato dos nossos diretores e empregados e de nossas sociedades controladas poderem receber opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão a um preço de exercício inferior ao preço de mercado das nossas ações pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, o que pode causar um impacto negativo aos nossos negócios.

***d. às Nossas Controladas e Coligadas***

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

**e. aos Nossos Fornecedores**

***Nossa exposição à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Nossas principais matérias-primas utilizadas na produção, embalagem, empacotamento e transporte de nossos principais produtos estão sujeitas a substanciais flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, incluindo, mas não limitado a, clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial. Adicionalmente, podemos não ser capazes de repassar aos nossos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos de insumos relacionados à produção de nossos produtos, o que poderá vir a diminuir nossa margem de lucro e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

***Atualmente dependemos de distribuidores intermediários para a colocação de nossos produtos no canal alimentar e no canal farma, o que apresenta riscos comerciais e operacionais, podendo afetar adversamente nossas operações e resultados financeiros.***

As estruturas de distribuição e vendas que utilizamos são fundamentais para manter nossa vantagem competitiva de larga presença no varejo no Brasil, principalmente em determinadas categorias de produtos de nosso portfólio.

Nossa dependência de distribuidores intermediários (canal indireto) limita a nossa capacidade de posicionar nossos produtos nos estabelecimentos que compõem o canal alimentar e o canal farma.

O uso de distribuidores intermediários e de uma estrutura de logística terceirizada nos submete a uma série de riscos, incluindo possíveis atrasos e interrupções na entrega de nossos produtos e a perda da qualidade como resultado de manuseio inadequado destes produtos durante o transporte.

Adicionalmente, não temos como assegurar que nossos distribuidores intermediários atuem em conformidade com a legislação aplicável, como por exemplo, a distribuição de determinados produtos apenas nos pontos de vendas autorizados. Ainda, devido à inexistência de contratos com os nossos distribuidores intermediários, existe a possibilidade que estes venham a optar por não adquirir nossos produtos em determinado mês, o que nos obrigaria a encontrar outros distribuidores intermediários para comercializar nossos produtos.

**f. aos Nossos Clientes**

***Podemos ser responsabilizados por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o uso dos produtos que fabricamos.***

O uso de produtos de limpeza, beleza e higiene pessoal, alimentos e medicamentos pode causar reações adversas a seus consumidores. Incidentes envolvendo nossos produtos poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Ações judiciais ou processos administrativos com esse fim poderão ser propostos contra nós sob as alegações de que os nossos produtos estavam deteriorados, adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas, não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de interação com outras substâncias químicas, dentre outras. Tais processos poderão resultar em custos significativos com o *recall* de nossos produtos. Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos nossos produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, pode causar a perda de confiança de nossos consumidores na segurança, eficácia e qualidade de nossos produtos. Mesmo que nossos próprios produtos não sejam afetados por contaminação, nosso setor poderá sofrer publicidade negativa se os produtos de terceiros causarem danos aos consumidores, o que pode resultar na queda de demanda por nossos produtos da classe afetada. Qualquer alegação dessa natureza contra os nossos produtos poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

***Recessões econômicas podem reduzir, interromper ou levar a substituição de nossos produtos por produtos de menor preço por parte de nossos atuais consumidores.***

A maioria de nossos produtos é focada nos consumidores das classes sócio-econômicas B, C e D da população brasileira. Acreditamos que essas classes sócio-econômica apresentam maior potencial de crescimento de consumo em cenário macroeconômico favorável, mas também representam os segmentos populacionais mais vulneráveis em tempos de recessão econômica.

A disposição dos consumidores em adquirir nossos produtos está diretamente relacionada às condições econômicas locais e nacionais, à renda real de nosso público-alvo, especificamente ao crescimento do PIB, e ao aumento do poder aquisitivo resultante de mudanças na política monetária relativas às taxas de juros e ao controle inflacionário. Em períodos de instabilidade ou recessão econômica, os consumidores de baixa renda poderão reduzir significativamente a demanda por nossos produtos ou optar por produtos de menor preço. Mudanças nas políticas monetárias governamentais que impliquem um aumento da taxa de juros e na redução do poder de compra das classes socioeconômicas B, C e D podem impactar adversamente a renda de nosso público-alvo e, consequentemente, seus hábitos de consumo. Essas mudanças nas condições dos consumidores podem ter um efeito material adverso sobre nós.

**g. aos setores da economia em que atuamos**

***A crescente consolidação do setor de varejo no Brasil poderá exercer pressões em nossas margens e resultado operacional.***

O setor de varejo no Brasil tem passado por um processo de consolidação nos últimos anos. A consolidação do varejo pode resultar em maiores e mais sofisticados clientes, com um poder de barganha crescente e capazes de operar com um estoque reduzido e resistir a aumento de preços, além de demandar preços menores e aumento de programas de promoção. Tais varejistas podem ainda vir a substituir os espaços nas gôndolas atualmente ocupados por nossos produtos por produtos de marca do próprio varejista. Se não formos capazes de responder eficazmente a estas tendências, o ritmo de crescimento de nossas vendas poderá diminuir ou seremos ainda obrigados a ter que reduzir nossos preços ou aumentar nossos gastos com promoção, os quais poderão adversamente afetar nossos resultados.



#### ***h. à regulação dos setores em que atuamos***

***Somos sujeitos a extensa regulamentação da indústria farmacêutica e da indústria alimentícia brasileira, e alterações nas exigências regulatórias para obter e renovar licenças, alvarás ou registro de produtos poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Estamos sujeitos a inúmeras leis e regulamentos locais, estaduais e federais, relativos às permissões e exigências para a obtenção de licenças, alvarás ou registros de produtos, incluindo os padrões operacionais e de segurança do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA") e do MAPA, e das secretarias estaduais e municipais de saúde e das superintendências federais de agricultura. Também estamos sujeitos à certificação de boas práticas de fabricação pela ANVISA. A regulamentação dos setores farmacêutico e alimentício brasileiros inclui as regras para aprovação de produtos e unidades industriais, promoção e visita médica e propaganda direta ao consumidor final. Não podemos assegurar que as autoridades públicas não alterarão as exigências para obter ou renovar licenças, alvarás ou registros de produtos de terceiros ou de produtos que fabricamos, ou atrasar a emissão destas licenças, alvarás ou registros de produtos, ou requisitos para a certificação das boas práticas de fabricação. Ademais, caso descumpramos quaisquer de nossas obrigações perante a ANVISA ou o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estaremos sujeitos não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também as sanções previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença entre outras. Adicionalmente, o Ministério da Saúde poderá, a qualquer momento, suspender a fabricação e a venda de qualquer produto submetido às regras da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, conforme alterada que se torne suspeito de ter efeitos nocivos à saúde. Qualquer mudança significativa em tais exigências ou nossa inabilidade para atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças, alvarás ou registros, ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, podem nos impedir de fabricar, vender e distribuir um determinado produto ou causar atrasos no lançamento de produtos ou aumentar nossos custos, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

***Mudanças nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor farmacêutico, especialmente no tocante a promoção e propaganda desses produtos, poderão afetar adversamente nossa Companhia.***

O mercado farmacêutico é altamente regulamentado. Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentações locais, estaduais e federais, incluindo as normas de operação e segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA. Mudanças nessas leis e regulamentações poderão afetar adversamente várias de nossas operações reguladas, especialmente as vendas e atividades de *marketing* dos produtos farmacêuticos, restringir nossas operações existentes, limitar a expansão de nossos negócios e regular áreas de nossos negócios não reguladas anteriormente, o que pode afetar significativamente a rentabilidade e os resultados operacionais da Companhia.

Alterações na regulamentação relativa a propagandas, publicidade, informação e outras práticas de divulgação, promoção comercial, dispensação e comercialização de medicamentos, como ocorreu nos casos da Resolução RDC n.º 96/2008 e da Resolução RDC n.º 44/2009, ambas da ANVISA, as quais criaram regras mais rígidas para a propaganda de medicamentos isentos de prescrição médica e dispensação e comercialização de medicamentos, respectivamente, podem causar um efeito negativo sobre nós.

Importante ressaltar que a Resolução RDC n.º 96/2008 da ANVISA foi objeto de questionamento por parte do Conselho Nacional de Auto Regulamentação Publicitária – CONAR, tendo sido proferido recentemente parecer favorável pelo então Advogado Geral da União, Ministro José Antonio Dias Toffoli, o qual recomendou a imediata suspensão ou revogação da RDC n.º 96/2008 da ANVISA, em razão de sua desconformidade legal e constitucional.

***Parcela significativa dos medicamentos existentes no mercado, incluindo os nossos, é sujeita à regulamentação de controle de preços. Tal controle pode limitar nossas margens e nossa capacidade de repassar o aumento aos nossos clientes, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Estamos sujeitos à legislação federal que impõe controle de preços sobre parte dos produtos farmacêuticos que produzimos. Tal controle de preços limita o reajuste e correção dos preços de tais produtos a apenas uma vez por ano, de acordo com um teto que é definido com base no IPCA, um fator de produtividade e um fator de ajuste, todos calculados em percentuais ao ano. Esses controles de preços acarretam a redução das margens de lucro. Não podemos assegurar que conseguiremos manter nossa margem de lucro no futuro. Não podemos assegurar que o governo não vai alterar ou expandir tal política de controle de preços, ou ainda criar novos fatores ou forma de cálculo para estabelecer o teto máximo de preços, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

***Riscos relativos à saúde podem prejudicar nossa capacidade de vender nossos produtos e a ampliação da regulamentação governamental sobre a segurança de produtos alimentares, saneantes domissanitários ou Medicamentos pode aumentar nossos custos e despesas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Estamos sujeitos aos riscos que afetam o setor de alimentos e medicamentos em geral, inclusive riscos causados por contaminação, deterioração, questões relativas à nutrição e saúde, reclamações de responsabilidade de produto, adulteração de produto, indisponibilidade e custo de seguro e o custo potencial de um *recall* de produto. Além disso, possuímos produtos feitos à base de materiais químicos perigosos, tais como inseticidas, aerosol e alvejantes. Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos nossos produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, pode também causar a perda de confiança de nossos clientes na segurança e qualidade de nossos produtos. Mesmo que nossos próprios produtos não sejam afetados por contaminação, nosso setor poderá sofrer publicidade negativa se os produtos de terceiros forem contaminados, e isso poderia resultar na queda de demanda do consumidor por nossos produtos da categoria afetada. Nossos sistemas para cumprimento das normas governamentais podem não ser totalmente eficientes para minimizar os riscos relativos à segurança de nossos produtos. Qualquer contaminação de produto poderá causar um efeito material adverso sobre nós.

Ademais, a crescente regulamentação da segurança alimentar e de medicamentos poderá aumentar nossos custos e causar um efeito material adverso sobre nós. Nossas instalações fabris e produtos estão sujeitos às normas federais, estaduais e locais brasileiras e regulamentos na área de segurança alimentar, incluindo controles governamentais de processamento de alimentos. As mudanças nos regulamentos governamentais relativos à segurança alimentar podem exigir que façamos investimentos ou que incorramos em despesas adicionais para atender às especificações requeridas de nossos produtos. Qualquer restrição maior dos regulamentos de saúde alimentar ou de medicamentos poderá resultar em custos adicionais e causar um efeito material adverso sobre nós.

***Temos incentivos fiscais estaduais e federais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais incentivos, bem como alterações na legislação tributária, podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Temos incentivos fiscais federais e estaduais que nos proporcionam redução de tributos, além de deferimento no pagamento de ICMS, em alguns casos. Não podemos assegurar que os programas de incentivo fiscal dos quais nos beneficiamos serão mantidos até sua data de encerramento prevista em lei, que seremos capazes de renovar ou substituir tais incentivos no futuro, ou ainda que não sejam criados novos tributos ou majoradas as alíquotas dos tributos existentes incidentes sobre nossos produtos. Adicionalmente, se formos incapazes de atender às exigências existentes sob os diversos programas de incentivo fiscal, tais como: observância às leis trabalhistas, previdenciárias e ambientais; não utilização do caixa gerado por meio de incentivos fiscais na distribuição de dividendos; submissão anual às autoridades competentes das informações requisitadas; e manutenção dos índices de liquidez e endividamentos requeridos ou se tais incentivos fiscais tiverem sua legalidade questionada por terceiros como, por exemplo, o Ministério Público Federal, outros Estados brasileiros, ou até outras autoridades públicas futuras, que resultem em processos contra nós, nossos incentivos podem ser cancelados e nós podemos ser requisitados a pagar retroativamente todo o valor do benefício que tivermos usado até a data do julgamento, sujeito aos limites prescricionais. Ademais, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos pelos Estados. Não podemos assegurar que os incentivos serão integralmente mantidos.

Qualquer suspensão, vencimento antecipado, repagamento ou incapacidade em renovar os incentivos fiscais, bem como alterações na legislação tributária poderiam causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

***Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Nossas atividades estão sujeitas a abrangente legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades. Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de gastos de capital e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à respectiva previsão atual. Os dispêndios necessários para atendimento à legislação ambiental poderão acarretar reduções de outros investimentos estratégicos que tenhamos planejado, e o consequente declínio de nossos lucros. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar de modo relevante nosso negócio, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

Além disso, se não observarmos a legislação relativa à proteção do meio ambiente podemos sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, podendo ter impacto negativo em nossas receitas ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que nos tenham sido impostas em razão do licenciamento de nossos complexos industriais, ou ainda que tenhamos assumido em razão de termos de ajustamento de conduta ou de acordos judiciais, poderá causar impacto adverso relevante em nossa imagem, em nossas receitas e em nossos resultados operacionais.

***i. aos países estrangeiros onde atuamos***

Não aplicável à Companhia.

**4.2. Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados**

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item "4.1".

**4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas**

Somos parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal-tributária, trabalhista e administrativos de natureza regulatória, no valor total de R\$405,0 milhões, sendo que desse total (i) R\$74,9 milhões são contingências decorrentes da aquisição da DM; (ii) R\$70,4 milhões são contingências decorrentes da aquisição da Ceil; (iii) R\$50,0 milhões são contingências decorrentes da incorporação do Farmasa; (iv) R\$28,7 milhões são contingências decorrentes da aquisição da Niasi (atual Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. ("Cosmed")); (v) R\$2,0 milhões são contingências decorrentes da aquisição da Aprov Comércio de Cosméticos Ltda. ("Aprov"); (vi) R\$39,3 milhões são contingências decorrentes da aquisição da Pom Pom; (vii) R\$4,2 milhões são contingências decorrentes da aquisição da Inal; e (viii) R\$91,4 milhões são contingências decorrentes da incorporação do Neo Química.

Podemos vir a ser demandados no futuro, incluindo, sem limitação, por terceiros, funcionários (próprios ou disponibilizados por prestadores de serviços) e, inclusive, por órgãos do âmbito federal, estadual ou municipal em face de operações e procedimentos realizados pelas empresas adquiridas. Contudo, ainda que essas demandas sejam instauradas contra nós, existe a previsão de ressarcimento e de responsabilidade por parte dos acionistas vendedores das empresas adquiridas, nos termos dos contratos de aquisição firmados.

Em 31 de março de 2010, o total das nossas contingências cuja possibilidade de perda é provável e/ou possuía provisão constituída nas demonstrações financeiras das empresas que adquirimos pode ser especificado da seguinte forma: (i) R\$29,2 milhões de contingências fiscais tributárias; (ii) R\$0,23 milhão de contingências cíveis; (iii) R\$10,6 milhões de contingências trabalhistas; (iv) R\$1,5 milhão de contingências administrativo-regulatória; e (v) R\$39,0 milhões já se encontrava provisionado nas demonstrações financeiras das empresas que adquirimos.

Em razão disso, em 31 de março de 2010, com base na opinião de nossos advogados externos, possuíamos uma provisão no valor total de R\$40,6 milhões, composto pelos R\$39,0 milhões que já estavam provisionados nas demonstrações financeiras das empresas que adquirimos e R\$1,6 milhão que foi provisionado especificamente pela nossa Companhia. Optamos por não constituir provisão para contingências cujo prognóstico é de perda provável, que são relativas às empresas adquiridas, no período anterior à sua aquisição e que não estavam provisionadas nas demonstrações financeiras destas empresas uma vez que, na eventualidade de as perdas se confirmarem, poderemos, conforme o caso, descontá-las do saldo a pagar ou pedir indenização aos vendedores por perdas relativas ao período anterior à respectiva aquisição, caso o saldo das parcelas a pagar, que nos foi dado em garantia, tenha sido liquidado ou não seja suficiente para o pagamento total das contingências. Dessa forma, a contingência a que estamos sujeitos está garantida, nos termos dos contratos de aquisição.

Não acreditamos que qualquer ação judicial ou processo administrativo individual pendente, se decidido de maneira desfavorável, causaria um efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre os nossos resultados operacionais.

## ***Processos Cíveis***

Em 31 de março de 2010, éramos parte passiva em processos judiciais de natureza cível no valor total de R\$56,5 milhões, sendo que tal valor engloba as ações envolvendo tanto a Hypermarchas como empresas adquiridas. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, deste montante, aproximadamente R\$0,23 milhão representava processos cuja possibilidade de perda era provável, para os quais constituímos uma provisão contábil no valor de R\$0,039 milhão, tendo em vista que o R\$0,191 milhão restante é proveniente de empresas adquiridas, contra as quais possuímos mecanismos contratuais de ressarcimento e de responsabilidade por contingências passivas por parte dos vendedores de tais empresas e/ou cujos valores foram total ou parcialmente provisionados por tais empresas em suas demonstrações financeiras.

Os nossos processos cíveis versam, em geral, sobre as seguintes matérias: indenizações em razão de utilização de produtos, sustação de protestos e nulidade de títulos, cobrança, execução de títulos e ações ligadas à propriedade intelectual (uso de marcas e de domínios na internet).

O Neo Química é réu em uma Ação Civil Pública sob o n.º 2009.39.00.008458-5, em trâmite perante a 2ª Vara da Justiça Federal do Estado do Pará, ajuizada pelo Ministério Público Federal em 20 de agosto de 2009, sob a alegação de superfaturamento dos medicamentos adquiridos pelo Estado do Pará por meio do Pregão n.º 003/2003. O Ministério Público alega que o referido pregão teria legitimado a celebração de dois contratos administrativos junto à empresa vencedora, Neo Química, e que contiveram preços expressivamente “maiores aos valores máximos das compras”, o que teria resultado em um prejuízo de aproximadamente R\$3,6 milhões aos cofres públicos, requerendo a devolução dessa quantia, tendo inclusive pleiteado liminar para a indisponibilidade dos bens dos réus, limitando a esse valor. Apresentamos manifestação quanto ao pedido de liminar requerido pelo Ministério Público, e estamos aguardando apreciação do juiz quanto a esse requerimento. De acordo com a opinião dos nossos advogados externos, a possibilidade de perda é possível, motivo pelo qual não constituímos provisão. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

Somos réus em duas ações que discutem o uso da marca *Assim*, propostas por Procter & Gamble Industrial e Comercial Ltda., subsidiária da Procter & Gamble Company e Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda., no valor total histórico de aproximadamente R\$700,0 mil em 31 de março de 2010, as quais estão descritas abaixo.

O Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda. ajuizou ação judicial em 13 de dezembro de 2005, em trâmite perante a 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ sob o n.º 20050011533363, na qual alega que é conhecida pelo nome fantasia “ASSIM – Assistência Médica Integrada” e requer que nos abstenhamos de usar a marca *Assim*, bem como o ressarcimento dos prejuízos por violação de direito de propriedade intelectual e concorrência desleal. A ação foi julgada improcedente, porém a decisão foi revertida em parte pelo Tribunal de 2ª Instância, que deu provimento em parte ao recurso para que nos abstenhamos de utilizar a marca *Assim* e manteve a improcedência quanto ao pedido de indenização. Estão pendentes nossos recursos e o recurso do Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro aos Tribunais Superiores. De acordo com a opinião dos nossos advogados externos, a possibilidade de perda é possível, motivo pelo qual não constituímos provisão. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais, uma vez que o INPI concedeu vários registros da marca *Assim* nas formas nominativa e mista e em diversas classes de produtos para a Companhia, bem como pelo fato de não haver condenação de indenização na decisão do TJ/RJ.

Em 14 de julho de 1999, a L.R. Companhia Brasileira de Produtos de Higiene e Toucador propôs ação em face de DM, em trâmite perante a 4ª Vara Cível de Barueri/SP sob o n.º 068.01.1999.001759, na qual a autora alega que a ré, ao fabricar o produto “Leite de Colônia”, teria imitado a embalagem e aparência externa do produto comercializado pela autora, o “Leite de Rosas”, o que teria lhe causado prejuízos econômicos em razão de suposta indução dos consumidores a erro. Em vista disso, a LR requereu (i) a proibição da produção, estoque, divulgação e comercialização de produtos contendo as cores rosa e branco, semelhantes as da autora; (ii) o pagamento de indenização por danos morais, no valor atualizado de R\$4,2 milhões; e (iii) o pagamento de indenização por danos materiais a serem apurados em liquidação de sentença e calculados com base na Lei de Propriedade Industrial, equivalente a 10% sobre o valor total das vendas líquidas do produto comercializado pela ré, no período da utilização de embalagem semelhante a do produto da autora. A ação foi julgada improcedente e aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela autora. Com base no posicionamento do Superior Tribunal de Justiça e de acordo com a opinião dos nossos advogados externos, o valor estimado da indenização por danos morais, neste caso, é de R\$5,0 mil (quantia esta considerada pela Companhia para efeito de cálculo das contingências cíveis). De acordo com a opinião dos nossos advogados externos, a nossa possibilidade de perda no caso é remota, motivo pelo qual não foi constituída provisão. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

Também figuramos no pólo passivo de uma ação popular movida em 12 de julho de 1999 por Sinomil Soares da Rocha e outros em face do Governador de Goiás, do Secretário da Fazenda e do Secretário da Indústria e Comércio de Goiás, em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Estadual de Goiânia, sob o n.º 137481-30-1999-8.09-0051, proposta com o objetivo de: (i) ser reconhecida a inconstitucionalidade e a ilegalidade da Lei n.º 13.436, de 30 de dezembro de 1998, conforme alterada, que dispõe sobre a possibilidade de se liquidar antecipadamente, com deságio, os contratos de financiamento derivados do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR, mediante oferta pública do referido Estado; (ii) a suspensão dos leilões que foram iniciados em 12 de julho de 1999; e (iii) a condenação dos réus a ressarcir os supostos prejuízos causados ao Erário Goiano. Segundo os autores, a liquidação antecipada com deságio equivaleria a uma renúncia fiscal. Nós, assim como outras empresas beneficiárias do leilão, fomos incluídos no pólo passivo em 2007, na qualidade de sucessora de Prátika Industrial Ltda. De acordo com a opinião dos nossos advogados externos, até a data deste Formulário de Referência, não foi possível apurar o valor envolvido nesta ação, sendo o prognóstico de perda possível, motivo pelo qual não foi constituída provisão. Entretanto, há que se ressaltar que a eventual procedência da ação acarretará na obrigação do Estado de Goiás de ressarcir os valores pagos pela Companhia a título de liquidação antecipada e o saldo do empréstimo liquidado deverá ser reconstituído a agência financiadora Goiás Fomento. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

### ***Processos Trabalhistas***

Em 31 de março de 2010, éramos parte passiva em reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados e por funcionários de nossos prestadores de serviços, nas quais fomos acionados subsidiariamente, no valor total de R\$93,4 milhões. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, aproximadamente R\$10,7 milhões representam processos cuja possibilidade de perda é provável, para os quais foi constituída uma provisão contábil no valor de R\$0,6 milhões, tendo em vista que os R\$10,0 milhões restantes são reclamações provenientes de empresas adquiridas, casos em que possuímos mecanismos contratuais de ressarcimento e de responsabilidade por contingências passivas por parte dos vendedores de tais empresas e/ou cujos valores foram total ou parcialmente provisionados por tais empresas em suas demonstrações financeiras.

Os nossos processos de natureza trabalhista versam sobre as seguintes matérias: pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária.

Figuramos como investigados em Inquérito Civil Público por meio do qual o Ministério Público do Trabalho, pela Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, verifica a possível existência de conduta discriminatória por parte da Companhia. Trata-se de procedimento investigatório a respeito do qual não temos, neste momento, como estimar os valores envolvidos e ainda não fomos formalmente intimados para nos manifestar. Figuram como investigadas, neste caso, a Hypermarcas e o Farmasa. Acreditamos que uma eventual perda decorrente de um processo judicial relacionado a este procedimento investigativo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

Somos parte em dois inquéritos policiais na cidade de São Paulo, ambos relacionados à dispensa de dirigentes sindicais, instaurados para apurar (i) eventual prática de crimes contra a honra; e (ii) eventual prática de crime de frustração fraudulenta de direito assegurado pela legislação trabalhista. Ainda em relação à dispensa de dirigentes sindicais, somos parte em um inquérito civil público na cidade de Niterói que tem por objeto a apuração de eventual violação à liberdade sindical. Até o momento trata-se de procedimentos investigativos e acreditamos que existem boas chances destes procedimentos serem arquivados antes de alcançarem a esfera judicial.

### ***Processos Tributários***

Em 31 de março de 2010, éramos parte passiva em processos judiciais e processos administrativos de natureza fiscal-tributária no valor total de R\$247,0 milhões. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, aproximadamente R\$29,2 milhões representam processos cuja possibilidade de perda é provável, para os quais constituímos provisão de R\$0,7 milhão, sendo que os R\$28,5 milhões restantes são provenientes de empresas adquiridas, contra as quais possuímos mecanismos contratuais de ressarcimento e de responsabilidade por contingências passivas por parte dos vendedores de tais empresas e/ou cujos valores foram total ou parcialmente provisionados por tais empresas em suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2009, dentre os processos de maior relevância, destacamos duas execuções fiscais estaduais movidas contra a DM, propostas pelo Estado de Goiás em 14 de fevereiro de 2005 e 13 de outubro de 2005, respectivamente, e que tramitam na 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia, no Estado de Goiás, que somadas alcançam o valor total estimado de R\$5,4 milhões, as quais se referem a suposto aproveitamento indevido de crédito de ICMS pago pelo regime de substituição tributária. Houve sentença reconhecendo a prescrição do crédito tributário em uma destas execuções fiscais, sendo possível o prognóstico de perda neste caso, estando pendente de julgamento o recurso de apelação interposto pelo Estado de Goiás. A outra execução, cujo prognóstico é de perda provável, está integralmente garantida por meio de fiança bancária no valor aproximado de R\$3,2 milhões e estamos aguardando julgamento dos Embargos à Execução Fiscal que apresentamos. Considerando que tais execuções fiscais são relativas à DM no período anterior à sua aquisição, não constituímos uma provisão contábil. Acreditamos que uma eventual perda em tais processos não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

Destacamos, ainda, Execução Fiscal Federal em nome da Ceil, proposta em 29 de setembro de 2005 pela Fazenda Nacional que tramita na 2ª Vara da Justiça Federal de São Paulo (Capital – Fiscal), cujo valor atualizado, até 31 de março de 2010, soma o montante de R\$24,4 milhões. O crédito tributário foi parcialmente extinto conforme decisão judicial de primeira instância. Quanto ao valor remanescente deste débito foi apresentada fiança bancária no valor de R\$3,8 milhões, suficiente para garantir a execução, a respeito da qual aguardamos julgamento dos Embargos à Execução Fiscal. Nossos advogados externos avaliam o prognóstico de perda como possível neste caso. Entretanto, na eventualidade de se materializar alguma perda nesse processo a companhia possui mecanismo contratual de ressarcimento perante os cotistas vendedores responsáveis por esta contingência. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

Figuramos no pólo passivo de autuação lavrada em 13 de abril de 2007, pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em nome do Somasa, decorrente de diferença de ICMS, no valor total aproximado de R\$5,9 milhões. Apresentamos impugnação, mas a autoridade julgadora (órgão de primeira instância) entendeu pela manutenção do auto de infração. Desta decisão, apresentamos recurso para o TIT (Tribunal de Impostos e Taxas) onde aguarda julgamento. O prognóstico neste caso é de perda provável, conforme estimado por nossos advogados externos. Contudo, na hipótese de se materializar alguma perda também contamos com mecanismo contratual de ressarcimento perante os sócios vendedores. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

Impetramos, em 1º de outubro de 2009, Mandado de Segurança perante a Vara Federal de Anápolis, Estado de Goiás, em face do Chefe da Delegacia da Receita Federal em Anápolis, objetivando o reconhecimento judicial de decadência e/ou prescrição para a constituição de crédito tributário decorrente da não homologação pela Receita Federal da compensação realizada pelo Neo Química para abatimento de tributos federais utilizando-se de crédito de IPI adquirido de terceiros. Houve decisões judiciais favoráveis ao Neo Química em primeiro e segundo graus de jurisdição, estando o crédito tributário suspenso, motivo pelo qual o prognóstico do valor em discussão, que é de aproximadamente R\$48 milhões, é de perda remota. De todo modo, qualquer perda eventualmente materializada é de responsabilidade dos antigos acionistas do Neo Química. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

A Niasi (atual Cosmed) protocolizou, em 26 de fevereiro de 2003, Ação Ordinária em face da União Federal que tramita na 1ª Vara Cível Federal de São Paulo, pleiteando o reconhecimento ao creditamento de créditos de IPI decorrentes da aquisição de insumos não tributados, isentos, sujeitos à alíquota zero ou imunes empregados na fabricação de produtos. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos formulados. Apresentamos Recurso de Apelação que está pendente de julgamento. Houve utilização destes créditos, acarretando perda provável de aproximadamente R\$11,9 milhões, que são de responsabilidade dos ex-quotistas da antiga Niasi (atual Cosmed), dos quais encontram-se provisionados, em 31 de março de 2010, R\$11,9 milhões nas demonstrações financeiras da antiga Niasi. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.



Ajuizamos, ainda, em 07 de março de 2008 perante a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, ação anulatória de débito fiscal em face de duas decisões desfavoráveis, referentes a processos administrativos tributários relativos à ICMS. Esta ação anulatória foi ajuizada por Hypermarcas e Monte Cristalina em face do Estado de Goiás e aguarda julgamento em primeira instância. O valor estipulado da causa é R\$4,0 milhões, valor este garantido por caução fidejussória. Nossos advogados externos entendem que o prognóstico deve ser classificado como perda remota. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

A Quimivale e a Distribuidora Clean Ltda. ("Distribuidora Clean") foram autuadas referentes a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. Apesar de impugnadas as autuações, em setembro de 2006 aderimos ao Parcelamento Excepcional – PAEX, pelo qual o débito de aproximadamente R\$21,2 milhões seria quitado em 130 parcelas, sendo que a última venceria em maio de 2017. Entretanto, solicitamos a desistência destes parcelamentos anteriores e aderimos ao Programa de Recuperação Fiscal instituído pela MP n.º 470/2009, restando em 31 de março de 2010 um saldo a pagar no valor de R\$17,5 milhões. Acreditamos que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de nossas atividades e/ou nossos resultados operacionais.

### ***Aspectos Administrativos***

Em 31 de março de 2010, éramos parte passiva em processos administrativos em trâmite perante a ANVISA, CAMED, INMETRO, SAMEB e outros, no valor total aproximado de R\$8,6 milhões, sendo que tal valor engloba as ações envolvendo tanto a Hypermarcas como empresas adquiridas.

Dentre os processos de maior relevância, destacamos o processo administrativo n.º 25351-192611/2004-58, referente à apuração de majoração indevida de preço de vários medicamentos em nome da DM, em trâmite perante a CAMED, no valor total estimado atualizado de R\$5,2 milhões. Referido processo aguarda julgamento do recurso administrativo desde 27 de março de 2007. Segundo nossos advogados externos, nossa chance de perda nessa ação é possível, sendo a responsabilidade dos ex-quotistas da DM.

### ***Conselho Administrativo de Defesa Econômica***

Atualmente, temos dez atos de concentração em instrução por parte das autoridades brasileiras de defesa da concorrência. Tais atos de concentração referem-se às aquisições pela Hypermarcas (i) do Farmasa, (ii) da Ceil, (iii) dos ativos relacionados com a condução do negócio de cosméticos para o segmento infantil da empresa SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda ("SS"), (iv) da Inal; (v) do negócio de preservativos masculinos comercializados sob a marca "Jontex"; (vi) do "Negócio Neo Química"; (vii) das empresas Sapeka, Alpha e Sapeka Nordeste; (viii) da York; (ix) da Facilit e (x) Luper.

Todos esses processos encontram-se em instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), órgão do Ministério da Fazenda, responsável pela análise antitruste de um ato de concentração no Brasil que submete seu parecer técnico e não vinculativo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (órgão julgador na esfera administrativa, responsável pela decisão final). Não há, a rigor, um prazo exato para a análise desses processos, já que a instrução dos casos compreende a constante requisição de informações adicionais sobre os mercados objetos das operações com vistas a uma melhor compreensão dos impactos da operação o que acaba por suspender o prazo legal previsto.

**4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

**4.5. Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Na presente data, não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

**4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros**

Nem a Companhia nem qualquer de suas controladas é parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

**4.7. Outras Contingências Relevantes**

A Companhia e suas controladas não possuem outras contingências relevantes.

**4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificando:**

***a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos***

Não aplicável à Companhia.

***b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários***

Não aplicável à Companhia.

***c. hipóteses de cancelamento de registro***

Não aplicável à Companhia.

***d. outras questões do interesse dos investidores***

Não aplicável à Companhia.

## **5. RISCOS DE MERCADO**

### **5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a vários riscos que são inerentes às nossas atividades. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

- risco de crédito;
- risco de liquidez; e
- risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

#### ***Risco de Crédito***

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes, poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios. A taxa inadimplência de nossos clientes era de 0,1% de nossa receita bruta no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010.

#### ***Risco de Liquidez***

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, o que pode resultar em nossa incapacidade de cumprir com nossas obrigações nos prazos estabelecidos. Nossa política geral é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possamos cumprir com nossas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

#### ***Risco de Mercado***

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor de nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio. A maior parte de nossas atividades está sujeita a riscos de mercado.

#### ***Risco de Taxa de Juros***

O risco de taxa de juros decorre da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, oscilações inesperadas na inclinação e forma das curvas de rendimento (*yield*) e alterações na correlação entre as taxas de juros de diferentes instrumentos financeiros. Estamos expostos a risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas por nós e as taxas de juros de mercado.

Em 31 de março de 2010, 67,0% de nosso endividamento total, 85,0% de nossos empréstimos e financiamentos em aberto e cerca de 54,0% de nossos títulos e outras contas a pagar estavam denominados em reais e sujeitos à flutuação de taxas como a TJLP e o CDI. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais. O aumento da despesa financeira em função do aumento da taxas de juros e do CDI, são parcialmente compensados pelo aumento da receita financeira decorrentes das nossas aplicações financeiras. Um aumento de 1 ponto percentual em tal taxa de juros aumentaria as nossas despesas de juros em aproximadamente R\$16,6 milhões ao ano, enquanto que uma redução de 1 ponto percentual em tal taxa de juros reduziria as nossas despesas de juros em aproximadamente R\$16,6 milhões ao ano.

#### ***Risco de Taxa de Câmbio***

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras.

Em 31 de março de 2010, nosso endividamento denominado em dólares ou atrelado à variação do dólar, representado por financiamentos em moeda estrangeira de curto e longo prazos, era equivalente a R\$117,9 milhões, ou 1,8%, do nosso passivo e patrimônio líquido e nosso endividamento em títulos a pagar atrelado à mesma moeda era de R\$611,7 milhões, ou 9,2%, do nosso passivo e patrimônio líquido. Este último deve-se especialmente às parcelas de aquisição da DM e Inal, as marcas da Global Brasil e NY Looks. Do total de R\$729,6 milhões denominados em dólares, temos proteção contratada de aproximadamente R\$271,9 milhões, ou seja, temos aproximadamente 37,3% da nossa exposição cambial protegida.

As referidas operações são realizadas para proteger as oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar, não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados.

Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destacamos contratos de termos de moeda, *swaps* dólar x CDI e *swaps* PRÉ x CDI.

Conforme definição do Conselho de Administração, a Companhia tem como diretriz a proteção das exposições a moeda estrangeira durante, no mínimo, os próximos 12 meses, sempre em bancos de primeira linha com forte atuação no mercado cambial e com taxas competitivas. Também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos (por exemplo, taxa de juros).

### **Análise de sensibilidade**

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 6,95% de oscilação para o dólar norte-americano e 9,80% para o iene japonês, que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação das duas moedas durante os três meses do primeiro trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar norte-americano e iene japonês, respectivamente (cenários II e III).

Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Apreciação	Depreciação	25% de oscilação		50% de oscilação	
			Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
			(em R\$ milhares)			
Cotação do dólar .....	1,657	1,905	1,336	2,226	0,891	2,672
Cotação do iene .....	0,01719	0,02093	0,01430	0,02383	0,00953	0,02859
<b>Moeda Estrangeira</b>						
<b>Hedge</b> .....	<b>-41.392</b>	<b>-2.213</b>	<b>-89.783</b>	<b>46.179</b>	<b>-157.765</b>	<b>114.160</b>
Contratos a termo .....	-25.284	-4.920	-51.727	21.523	-88.352	58.148
Swap .....	-16.108	2.708	-38.056	24.656	-69.412	56.012
<b>Objeto do hedge</b> .....	<b>39.308</b>	<b>2.808</b>	<b>84.491</b>	<b>-42.375</b>	<b>147.924</b>	<b>-105.808</b>
Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos a variação cambial de curto prazo.....	39.308	2.808	84.491	-42.375	147.924	-105.808
<b>Efeito líquido</b> .....	<b>-2.084</b>	<b>595</b>	<b>-5.292</b>	<b>3.804</b>	<b>-9.840</b>	<b>8.352</b>
<b>Outros passivos</b> .....	<b>67.575</b>	<b>-1.941</b>	<b>157.846</b>	<b>-92.211</b>	<b>282.875</b>	<b>-217.240</b>
Outros Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos a variação cambial .....	67.575	-1.941	157.846	-92.211	282.875	-217.240

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar norte-americano, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

## **5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:**

### ***a. riscos para os quais se busca proteção***

A nossa gestão de riscos de mercado é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e engloba diversas políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de risco são, de modo geral, conservadoras, e buscam limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

#### ***Risco de Liquidez***

Uma das políticas que implementamos para gerir os riscos de liquidez é identificar periodicamente mecanismos e ferramentas que nos permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

#### ***Risco de Mercado***

Nossas políticas de gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

#### ***Risco de Taxa de Juros***

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

#### ***Risco de Taxa de Câmbio***

Administramos nossa exposição cambial adotando medidas para minimizar eventuais descasamentos entre ativos e passivos, particularmente com o uso de derivativos.

### ***b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)***

Utilizamos instrumentos financeiros de derivativos locais para gerenciar riscos relacionados às alterações nas taxas de câmbio e juros. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os contratos de derivativos são lançados no balanço patrimonial com base no valor justo de mercado reconhecido nos resultados, exceto nos casos em que critérios específicos de *hedge* sejam preenchidos. As estimativas de valor de mercado serão realizadas em uma data específica, geralmente baseados em cotações de mercado (*mark-to-market*). As referidas operações são realizadas para proteger as oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar, não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados.

Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destacamos contratos de termos de moeda, *swaps* dólar x CDI e *swaps* PRÉ x CDI.

Conforme definição do Conselho de Administração, a Companhia tem como diretriz a proteção das exposições a moeda estrangeira durante, no mínimo, os próximos 12 meses, sempre em bancos de primeira linha com forte atuação no mercado cambial e com taxas competitivas. Também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos (por exemplo, taxa de juros).

**c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são *no deliverable forwards* (contratos a termo de moeda sem entrega física) e *swaps*.

**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos.

A Companhia utiliza a metodologia de Teste de *Stress* para o gerenciamento dos riscos de mercado das suas posições. Essa metodologia consiste na construção de cenários extremos das variáveis de risco de mercado às quais a Companhia possa estar exposta, para determinar o potencial impacto aos seus resultados em tais condições de mercado. Estes cenários são elaborados com base em movimentos históricos e também em cenários econômico-financeiros projetados.

Exemplificativamente, e considerando a análise realizada pela nossa Administração por ocasião da divulgação das Informações Trimestrais relativas ao primeiro trimestre do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010, tais projeções poderiam ser refletidas em três cenários (i) aproximadamente 6,95% de oscilação para o dólar norte-americano e 9,80% para o iene japonês, o que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação das duas moedas durante os três meses do primeiro trimestre do ano; (ii) deterioração de 25% da taxa de câmbio do Real contra o dólar norte-americano e o iene japonês; e (iii) deterioração de 25% da taxa de câmbio do Real contra o dólar norte-americano e o iene japonês.

Para maiores informações, vide o item 5.1. – “Análise de Sensibilidade”, neste Formulário de Referência.

**e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial (*hedge*).

**f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um comitê de gerenciamento de risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

***g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

No entendimento da Administração da Companhia, a atual estrutura operacional de controle de gerenciamento de riscos é adequada à correta monitoração e gerenciamento da exposição da Companhia aos riscos de mercado a que está sujeita.

Visando garantir a efetividade das suas políticas de gerenciamento de riscos de mercado, a Diretoria da Companhia revê mensalmente as posições de derivativos a que a Companhia está sujeita, bem como sua marcação a mercado, além de realizar as análises de sensibilidade descritas no item "d", acima.

Além disso, a Diretoria conta com uma área de auditoria interna, que é responsável por auditar o cumprimento das políticas e processos da Companhia, reportando à Diretoria os resultados de suas análises.

Em vista de tais dados, a Diretoria possui elementos necessários para verificar a aderência e cumprimento das políticas de gerenciamento de riscos de mercado a que a Companhia está sujeita.

**5.3. Em relação ao último exercício social, indicar alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos que adotamos**

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

**5.4. Outras informações que julgamos relevantes**

Além dos riscos acima referidos, também julgamos relevantes os seguintes fatores macroeconômicos:

***O Governo Federal tem exercido e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. A conjuntura econômica e política brasileira têm um impacto direto sobre as nossas atividades.***

O Governo Federal do Brasil ("Governo Federal") frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e influenciar outras políticas podem ser implementadas mediante controle de preços e salários, depreciação do real, controles sobre a remessa de recursos ao exterior, alteração da taxa básica de juros, bem como outras medidas, como o congelamento das contas bancárias ocorrido em 1990.

As companhias que atuam no segmento de bens de consumo, como nós, são altamente suscetíveis a mudanças na demanda dos consumidores. As medidas adotadas pelo Governo Federal em relação à economia poderão ter efeitos importantes sobre as companhias e outras entidades no Brasil, inclusive sobre nós, e sobre as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários brasileiros. Por exemplo, no passado, o Governo Federal manteve controles de preços domésticos, inclusive controles de preços de bens de consumo em massa, e nós não podemos assegurar que esses controles de preços não serão novamente impostos no futuro. Podemos ser adversamente afetados pelas mudanças nas políticas do Governo Federal, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- inflação;
- estagnação da economia;

- flutuações nas taxas de câmbio e desvalorização da moeda;
- alterações nas taxas de juros;
- liquidez do mercado de valores mobiliários e disponibilidade de crédito no Brasil e no exterior;
- instabilidade política e social;
- instabilidade dos preços;
- política de controle ambiental; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que afetem o País.

Historicamente, o cenário político tem influenciado o desempenho da economia brasileira. No passado, crises e escândalos políticos abalaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desenvolvimento da economia e o preço de mercado das companhias abertas.

***A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para contê-la têm, historicamente, provocado efeitos adversos sobre a economia brasileira e sobre o mercado brasileiro de valores mobiliários. Altos níveis de inflação no futuro poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Historicamente, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente elevadas. A inflação e algumas medidas adotadas pelo Governo Federal para combatê-la (combinadas com a especulação pública sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas) tiveram importantes efeitos adversos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) caiu de 20,1% em 1999 para (1,7)% em 2009. As taxas de juros oficiais no Brasil (SELIC) no final de 2007, 2008 e 2009 foram de 11,25%, 13,75% e 8,75%, respectivamente, conforme estipuladas pelo Comitê de Política Monetária ("Copom"). As medidas adotadas pelo Governo Federal, inclusive a redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumento de inflação. No caso de aumento da inflação, nós podemos não ser capazes de ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os acréscimos na nossa estrutura de custos, o que poderia significar um acréscimo nos nossos custos e redução das nossas margens operacionais líquidas. Sendo assim, caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.



***A variação das taxas de juros poderá ter um efeito prejudicial sobre nossas atividades e resultados operacionais.***

O BACEN estabelece a taxa básica de juros do sistema financeiro brasileiro por referência ao nível de crescimento econômico, o nível de inflação e outros indicadores. De fevereiro a julho de 2002, o BACEN reduziu a taxa básica de juros de 19% para 18%. De outubro de 2002 a fevereiro de 2003, o BACEN elevou a taxa básica de juros em 8,5 pontos percentuais, até alcançar 26,5% em 19 de fevereiro de 2003. A taxa básica de juros continuou a aumentar até junho de 2003, quando teve início o processo de redução. Subsequentemente, a taxa básica de juros sofreu outras variações e em 31 de dezembro de 2009 chegou a 8,75%. Em 31 de março de 2010, 67,0% de nosso endividamento total, 85,0% de nossos empréstimos e financiamentos em aberto e cerca de 54,0% de nossos títulos e outras contas a pagar estavam denominados em reais ou sujeitos à flutuação de taxas como a TJLP e o Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

***A instabilidade na taxa de câmbio poderá causar um efeito material adverso na economia brasileira, no preço de mercado das Ações e nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira tem se depreciado periodicamente durante a última década. Durante tal período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou diversas políticas de taxas de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária para mensal, sistemas de flutuação de câmbio e controle de câmbio. A depreciação da moeda brasileira a longo prazo geralmente está relacionada à taxa de inflação no Brasil, a depreciação que ocorre em períodos mais curtos tem resultado em oscilações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar e outras moedas. Em 2002, o real depreciou-se 34,7% em relação ao dólar, devido, em parte, às incertezas políticas que cercavam a eleição presidencial e à desaceleração da economia global. Apesar da apreciação (depreciação) do real em relação ao dólar ter sido de 13,4%, 9,5%, 20,7%, (24,2%) e 34,2% em 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 respectivamente, sendo a depreciação ocorrida em 2008 decorrente da atual crise de crédito mundial. Nenhuma garantia pode ser dada no sentido de que o real irá se depreciar ou apreciar em relação ao dólar no futuro. A taxa de câmbio PTAX-800 de venda divulgada pelo BACEN em 31 de março de 2010 foi de R\$1,78 por US\$1,00.

As desvalorizações do real em relação ao dólar ou outras moedas estrangeiras também podem criar pressão inflacionária por meio do aumento geral do preço de produtos importados e da exigência de políticas governamentais recessivas para conter a demanda agregada. A valorização do real em relação ao dólar poderá resultar na deterioração da conta corrente e da balança de pagamentos do Brasil, bem como travar o crescimento estimulado pelas exportações. O possível impacto da taxa de câmbio flutuante e das medidas do Governo Federal para fins de estabilização do real é incerto. Em virtude disso, nossa capacidade de financiar nossas operações por meio do acesso aos mercados de capitais internacionais poderá ser afetada, o que pode prejudicá-la, inclusive na medida em que possam levar à intervenção governamental, incluindo a implementação de políticas recessivas. Assim, a instabilidade na taxa de câmbio poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais, conforme a seguir indicado:

- em 31 de março de 2010, nosso endividamento denominado em dólares ou atrelado à variação do dólar (financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era equivalente a R\$117,9 milhões, ou 1,8%, do nosso passivo e patrimônio líquido e nosso endividamento em títulos a pagar atrelado à mesma moeda era de até R\$611,7 milhões, ou 9,2%, do nosso passivo e patrimônio líquido. Desse total de R\$729,6 milhões, possuímos hedge cambial de R\$271,9 milhões;

- estimamos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, aproximadamente 17,0% das matérias-primas e embalagens adquiridas por nós foram denominadas ou atreladas diretamente ao dólar; e
- no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, 0,8% das nossas vendas brutas consolidadas foram realizadas para o mercado externo.

Não podemos assegurar que conseguiremos proteger substancialmente todas ou quaisquer de nossas obrigações denominadas em dólares, no futuro. A flutuação do real em relação ao dólar poderá impactar em nossas despesas financeiras, custos operacionais e receitas líquidas de exportação, o que poderá causar um efeito material adverso para nós.

***Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, principalmente em países emergentes, podem afetar adversamente o valor de mercado de valores mobiliários brasileiros e o preço das Ações.***

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive países da América Latina, países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive de nossas ações. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que direta ou indiretamente afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo ser incapazes ou não estar dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação de nossas ações, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

## **6. NOSSO HISTÓRICO**

### **6.1. Dados da Companhia**

Iniciamos nossas operações em dezembro de 2001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, sob a forma de uma sociedade limitada, e em 26 de março de 2007, mediante aprovação unânime dos sócios, fomos transformados em sociedade anônima.

### **6.2. Prazo de Duração**

Nosso prazo de duração é indeterminado.

### **6.3. Histórico da Companhia**

Iniciamos nossas operações em dezembro de 2001, quando a Monte Cristalina adquiriu a Prátika Industrial Ltda., detentora da marca Assolan com atuação no mercado de higiene e limpeza, detida à época pela Unilever. Durante o ano de 2002, consolidamos nossa posição no segmento de lã de aço por meio da aquisição de outras marcas com distribuição local, em diversas regiões do País, tais como *Help* e *Brilmis*. Neste mesmo ano, construímos um novo centro de distribuição em Goiânia, dobrando nossa capacidade de produção de lã de aço e investimos na melhoria dos processos produtivos.

Em 2003, expandimos nossa atuação para outros segmentos de limpeza de superfícies, tais como esponjas sintéticas, bem como continuamos investindo na modernização de nossa planta de higiene e limpeza em Goiânia.

Em fevereiro de 2005, demos início a nossas atividades no mercado de detergentes em pó, com a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Quimivale Industrial Ltda. e da Distribuidora Clean Ltda.

Em março de 2006, adquirimos uma divisão de alimentos, com foco em atomatados e vegetais, que detinha as marcas *Etti*, *Salsaretti* e *PuroPuré*. A aquisição ocorreu por meio da compra de ações da empresa Bessan Indústria e Comércio de Alimentos S.A., posteriormente alterando sua denominação para Etti Produtos Alimentícios Ltda.

Em julho de 2006, nossa acionista Monte Cristalina adquiriu ações representativas de 50% do capital da Éh Cosméticos, empresa com atuação no segmento de produtos para cabelos, incluindo shampoos, condicionadores e finalizadores, comercializados por meio da marca *Éh!*. Em janeiro de 2008, efetivamos a aquisição das ações remanescentes da Éh Cosméticos.

Em março de 2007, adquirimos 90% do capital social da Sulquímica Ltda., proprietária das marcas *Mat Inset*, *Boa Noite*, e *No Inset*, e sua subsidiária Fluss Indústria e Comércio Ltda. ("Fluss"), detentora das marcas *Fluss* e *Sani Fleur*, adquirindo os 10% remanescentes em setembro de 2007. Ainda no primeiro trimestre de 2007, adquirimos a Finn Administradora de Marcas Ltda., detentora da marca *Finn*, juntamente com alguns dos ativos relacionados a esse negócio, expandindo nossa atuação no mercado de alimentos, no segmento de bem estar e saúde.

Posteriormente, ingressamos no mercado de medicamentos OTC e ampliamos nossa participação nos mercados de beleza e higiene pessoal e alimentos ao adquirirmos, em junho de 2007, a DM Indústria Farmacêutica, detentora das marcas *Apracur*, *Atroveran*, *Avanço*, *Benegrip*, *Biotônico Fontoura*, *Cenoura & Bronze*, *Doril*, *Engov*, *Epocler*, *Estomazil*, *Gelol*, *Lactopurga*, *Melhoral*, *Merthiolate*, *Monange*, *Paixão*, *Rastro*, *Três Marchand*, *Zero Cal*, entre outras.

Ao longo do ano de 2007, incorporamos a Etti Produtos Alimentícios Ltda. ("Etti"), Sulquímica, Fluss, Finn, DM, Quimivale e a Distribuidora Clean.

Em abril de 2008, concluímos nosso processo de abertura de capital ao ingressar no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Em junho de 2008, nossos acionistas controladores celebraram, com a nossa intermediação, o acordo de Incorporação de Ações do Farmasa, em razão do qual o Farmasa passou a ser uma subsidiária integral nossa, e que resultou na subscrição, pelos acionistas do Farmasa (Grupo GP Investments e Família Samaja), de ações representativas de 20% de nosso capital social. Com essa aquisição nos tornamos o maior fabricante de Medicamentos OTC e o quinto maior laboratório brasileiro, segundo o IMS Health Incorporated ("IMS").

Em julho de 2008, adquirimos a Ceil Comércio e Distribuidora Ltda., controlada indireta da Revlon Consumer Products Corporation, detentora das marcas Bozzano, Juvena e Campos do Jordão, bem como os direitos relativos a determinadas marcas, incluindo a marca Aquamarine, registradas em nome de outras empresas controladas da Revlon.

Também em julho de 2008, adquirimos as marcas da Brasil Global Cosméticos Ltda. e da NY Looks Indústria e Comércio Ltda., incluindo os produtos Gel e Hair Spray NY Looks, Radical Gel, Gel Summer Look, Hidratante Corporal Bia Blanc, Cremes de Tratamento Bia Blanc, dentre outros.

Em outubro de 2008, adquirimos o Grupo Niasi. A Niasi atua nos segmentos de coloração, esmaltes, shampoos, e condicionadores, tratamento para cabelos, descolorantes e desodorantes e produz e comercializa a linha de esmaltes Risqué - líder do segmento com cerca de 44% de market share, segundo dados da ACNielsen do Brasil Ltda. ("ACNielsen") – e a linha de tinturas para cabelos Biocolor. Com a aquisição, entramos no mercado de esmaltes e tinturas para cabelos, fortalecendo, assim, nossa linha de cosméticos. A Aprov era a entidade exclusivamente responsável pela distribuição dos produtos da Niasi.

Em 29 de dezembro de 2008, incorporamos as empresas Éh, Farmasa, Ceil e Aprov, com o objetivo de simplificar nossa estrutura societária.

Em 07 de outubro de 2009, celebramos um Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual, uma vez satisfeitas as condições nele estabelecidas, que incluem a constituição de uma sociedade de propósito específico detentora de todos os direitos de propriedade intelectual relacionados à marca *Jontex*, além de outros ativos relacionados ao negócio de preservativos masculinos comercializados sob a marca *Jontex*, concordamos em adquirir a totalidade de tais quotas. Em 7 de maio de 2010, cumpridas tais condições, a Hypermarchas concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Versoix Participações Ltda., sociedade que é, nesta data, proprietária e legítima possuidora de todos os ativos, incluindo, sem limitação, direitos de propriedade intelectual, necessários para a condução do negócio relativo aos preservativos masculinos comercializados sob a marca "Jontex".

Posteriormente, em 14 de outubro de 2009, adquirimos a marca Hydrogen, licenciada das marcas *Disney* e *Warner Brothers*, para produtos de cabelo infanto-juvenil no Brasil, marcando nossa entrada no segmento infanto-juvenil no Brasil, e confirmando nossos investimentos na área de produtos de higiene pessoal.

Adicionalmente, em 27 de novembro de 2009, adquirimos a Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. e, em 01 de dezembro de 2009, adquirimos a Indústria Nacional de Artefatos de Látex S.A., ampliando fortemente nossa participação no mercado de produtos de higiene pessoal.

Em 06 de dezembro de 2009, celebramos acordo de incorporação com Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limíro Gonçalves, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho e Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'anna Braga, considerados conjuntamente Família Gonçalves, então acionistas controladores da Neo Química, para incorporação das ações de emissão do Neo Química, aumentando significativamente a nossa participação no setor de medicamentos.

Em 5 de março de 2010, celebramos um Memorando de Entendimentos que estabelece as bases, premissas e condições para a aquisição de ações representativas de até 100% do capital social da York, que atua na fabricação e distribuição de hastes flexíveis, curativos, absorventes e algodões, entre outros, que são comercializados sob as marcas "York", "Palinetes" e "Silhouette", entre outras, complementando, assim, nosso portfólio em produtos no segmento de descartáveis, com a entrada no segmento de absorventes femininos e complementando o seu portfólio no mercado infantil, com a entrada em curativos descartáveis, hastes flexíveis e outros.

Em 16 de abril de 2010, adquirimos a totalidade das quotas representativas do capital social da Luper, cujo negócio consiste na fabricação e distribuição de medicamentos comercializados sob as marcas "Gastrol", "Virilon", "Dramavit", "Blumel" e "Senareti", entre outras. A aquisição vem ao encontro dos nossos objetivos estratégicos de aquisições de marcas e ativos no setor de medicamentos, complementando, assim, nosso portfólio de similares e produtos isentos de prescrição médica (OTC).

Em 4 de maio de 2010, celebramos Contrato de Venda e Compra de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças por meio do qual foram transferidos à Companhia quotas representativas de 59,5% do capital social da Sapeka e cedido o usufruto das demais quotas do capital social da Sapeka. A aquisição confirma nossos investimentos na área de produtos de higiene pessoal e complementa nossos investimentos no segmento de produtos para o público infantil.

Em 18 de maio de 2010, adquirimos a totalidade das ações representativas do capital social da Facilit, empresa do segmento de higiene bucal, que atua na fabricação e distribuição de escovas dentais, fios e fitas dentais e anti-sépticos bucais, entre outros, que são comercializados sob a marca "Sanifill", entre outras. A aquisição vem ao encontro dos objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de marcas e ativos no setor de produtos de beleza e higiene pessoal, marcando nossa entrada no mercado de higiene oral.

#### **6.4. Data de registro na CVM.**

Obtivemos o registro de companhia aberta perante a CVM em 16 de abril de 2008.

#### **6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas**

*Aquisição de Participação na Sulquímica Ltda. e Aquisição da Fluss Indústria e Comércio Ltda.*

Em 26 de janeiro de 2007, celebramos com Martin Ewaldo Streibel, Mariane Streibel e Anna Luise Martha Streibel, Contratos de Compra e Venda de Quotas, por meio dos quais acordamos a aquisição de quotas representativas de 75% do capital social da Sulquímica, uma vez cumpridas as condições precedentes estabelecidas naqueles contratos, o que ocorreu em 6 de março de 2007. Em 30 de janeiro de 2007, celebramos com Henrique Ewaldo Streibel Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual acordamos a aquisição de quotas representativas de 15% do capital social da Sulquímica e 0,5% do capital social da Fluss, uma vez cumpridas as condições precedentes estabelecidas no Contrato, o que ocorreu em 6 de março de 2007.

Também em 30 de janeiro de 2007, celebramos com Henrique Ewaldo Streibel, dentre outros documentos, Contrato de Opção de Compra e de Opção de Venda de Quotas, por meio do qual foi outorgada a Henrique uma opção de venda de sua participação remanescente na Sulquímica, e a nós uma opção de compra da mesma participação. Em 27 de setembro de 2007, exercemos referida opção de modo que passamos a deter a totalidade das quotas representativas do capital social da Sulquímica. Desse modo, concluímos a aquisição de controle nas empresas Sulquímica e Fluss, líderes de mercado na região Sul do País, no mercado de *Higiene e Limpeza*, nos segmentos de *Cuidados com o Lar* e *Controle de Pragas*.

#### *Aquisição da Divisão de Adoçantes*

A aquisição da Divisão de Adoçantes Finn foi realizada por meio de um Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, celebrado entre, de um lado, a Companhia e a Monte Cristalina, e, de outro lado, a Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. e Solana Agro Pecuária Ltda., com a interveniência da Finn, em 30 de março de 2007. O preço de aquisição foi composto por 2 parcelas (uma relativa à compra e venda das quotas da Finn e outra relativa à compra e venda de ativos e estoque). A parcela relativa à compra e venda de quotas, no montante total de R\$27.400.000,00, foi paga da seguinte forma: R\$11.950.000,00 foram pagos à vista, e o montante de R\$15.450.000,00 deverá ser pago em 36 parcelas mensais e iguais no valor de R\$429.166,67, a serem corrigidas com base na variação do CDI, calculada *pro rata die*, desde 30 de março de 2007 até a data de seu efetivo pagamento, sendo a primeira parcela devida em 30 de abril de 2007, e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes. A parcela relativa à compra e venda de ativos e estoque no montante de R\$3.500.000,00 foi paga integralmente em 16 de abril de 2007. Para garantia das obrigações de indenização assumidas pelas vendedoras, existe a nossa faculdade de retenção de valores de parcelas vincendas do preço para fazer frente a eventuais contingências relativas ao período anterior à data de aquisição. Indenizações por perdas relacionadas a obrigações das vendedoras relativas a data anterior à data de aquisição devem ser por elas integralmente assumidas.

#### *Aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda.*

Em 1º de junho de 2007, adquirimos a totalidade das quotas da DM, empresa com atuação nos mercados de *Alimentos*, *Beleza e Higiene Pessoal* e *Medicamentos OTC*, por meio de um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia e Yoshimi Morizono. O preço de aquisição foi composto por duas parcelas, no valor de R\$1.132.887.863,73 (a Parcela A) e R\$57.800.000,00 (a Parcela B), respectivamente. Com relação à Parcela A, (i) o montante de R\$375.078.863,73 foi pago à vista, (ii) o montante de R\$111.937.800,00 foi pago em 02.06.2008, (iii) o montante de R\$111.937.800,00 foi pago em 1º de junho de 2009, (iv) o montante de R\$151.561.800,00 será pago em 1º de junho de 2010, (v) o montante de R\$191.185.800,00 será pago em 1º de junho de 2011, e (vi) o montante de R\$191.185.800,00 será pago em 1º de junho de 2012, todos sem qualquer tipo de correção ou ajuste. À época do pagamento de cada uma das parcelas da Parcela A, poderá ser realizado um pagamento adicional, estabelecido de acordo com a variação da taxa de câmbio do dólar, tendo-se como parâmetro a taxa de câmbio de R\$1,9812, estabelecida no contrato. Caso a taxa de câmbio vigente à época do pagamento da respectiva parcela seja inferior à taxa de câmbio estabelecida no contrato, nos será devido o pagamento adicional, no montante da diferença, sendo-nos facultada a compensação deste valor com a parcela a ser paga. Caso a variação seja superior à taxa de câmbio de R\$1,9812, caberá a nós realizar referido pagamento. Com relação à Parcela B, (i) o montante de R\$8.537.780,00 foi pago em 2 de junho de 2008, (ii) o montante de R\$8.537.780,00 foi pago em 1º de junho de 2009, (iii) o montante de R\$11.560.000,00 será pago em 1º de junho de 2010, (iv) o montante de R\$14.582.220,00 será pago em 1º de junho de 2011, e (v) o montante de R\$14.582.220,00 será pago em 1º de junho de 2012, todos sem qualquer tipo de correção ou ajuste. Para garantia das obrigações, inclusive de indenização, assumidas pelo Sr. Yoshimi Morizono, nos termos deste Contrato, existe a nossa faculdade de retenção de valores das parcelas do preço ou a substituição correspondente por meio de apresentação de carta de fiança, pelo Sr. Yoshimi Morizono. Indenizações por perdas relacionadas a obrigações da DM relativas a data anterior à data de aquisição das quotas devem ser assumidas integralmente pelo Sr. Yoshimi Morizono. Desse modo, estamos indenizando a quaisquer perdas decorrentes de quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios ocorridos antes da data de celebração do contrato.

### *Incorporação de Ações do Farmasa*

Em 27 de junho de 2008, com o objetivo de reafirmar o processo de nossa expansão e consolidar nossa atuação no ramo de Medicamentos OTC, incorporamos a totalidade das ações representativas do capital social do Farmasa, com um significativo ganho em economia de escala, fortalecendo assim a posição de ambas as companhias no mercado.

A operação foi realizada por meio da incorporação de ações representativas de 100% do capital social do Farmasa pela Companhia, com a consequente emissão de 39.720.140 novas ações ordinárias pela Companhia, no valor total de R\$873,4 milhões, todas atribuídas aos antigos acionistas do Farmasa, à proporção de 0,428 ação da Companhia por cada ação incorporada do Farmasa, representando, na época, 20% do capital social total da Companhia.

Com a conclusão da operação, o Farmasa tornou-se nossa subsidiária integral, mantendo personalidade jurídica própria até 29 de dezembro de 2008, quando foi incorporada por nós.

O acordo de incorporação prevê, ainda, uma cláusula, por meio da qual os antigos acionistas do Farmasa se obrigam a indenizar e isentar a Companhia e suas subsidiárias de todas e quaisquer perdas decorrentes, principalmente, de (i) qualquer obrigação, responsabilidade, fato, ato, evento, atividade ou negócio do Farmasa decorrentes de atos, fatos, ou omissões causadas, verificadas ou incorridas anteriormente a data do acordo; e (ii) qualquer violação, falsidade ou imprecisão de qualquer declaração ou garantia prestada pelos antigos acionistas. A Companhia só poderá pleitear indenização quando o valor acumulado dos débitos e/ou exigências ultrapassar R\$5,0 milhões, observado que os valores de possíveis indenizações deverão ser atualizadas mensalmente. Na hipótese da indenização em questão ultrapassar o limite mínimo estabelecido, a indenização deverá se dar por seu valor integral (sem a exclusão do valor de R\$5,0 milhões). As perdas em relação às quais tenhamos direito de regresso contra terceiro, desde que tenhamos tomado todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para resguardar esse direito, somente serão consideradas efetivamente incorridas para fins de cálculo do valor acima, a partir do momento em que esgotarem as medidas extrajudiciais e judiciais razoáveis contra o terceiro ou o mesmo não tenha comprovadamente capacidade financeira de pagamento.

A tabela a seguir indica a distribuição do capital social da Companhia antes da referida operação:

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
Igarapava Participações S.A. ....	74.648.255	46,98
Maiorem S.A. de C.V. ....	46.685.890	29,38
Ações em circulação ....	36.021.847	22,67
Administradores ....	1.524.565	0,96
<b>Total .....</b>	<b>158.880.557</b>	<b>100,00</b>

A seguir indicamos a distribuição do capital social da Companhia após a referida operação:

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
Igarapava Participações S.A. ....	74.648.255	37,59
Maiorem S.A. de C.V. ....	46.685.890	23,51
Private Equity Partners C, LLC ....	19.365.554	9,75
GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações ....	494.516	0,25
Gianni Franco Samaja ....	9.930.035	5,00
Dino Samaja ....	2.482.511	1,25
Heloísa Désirée Samaia ....	2.482.508	1,25
Iolanda Samaia da Silva Coelho ....	2.482.508	1,25
Martha Samaia De Vivo ....	2.482.508	1,25
Ações em circulação ....	36.021.847	18,14
Administradores ....	1.524.565	0,77
<b>Total .....</b>	<b>198.600.697</b>	<b>100,00</b>

#### *Aquisição da CEIL Comércio e Distribuidora Ltda.*

Em 28 de julho de 2008, como complementação de nosso portfólio de produtos cosméticos e de higiene pessoal e o conseqüente crescimento de oportunidades neste setor, adquirimos a totalidade das quotas representativas do capital social da Ceil, sociedade controlada indireta da Revlon no Brasil e detentora das marcas *Bozzano*, *Juvena* e *Campos do Jordão* bem como os direitos relativos a determinadas marcas, incluindo a marca *Aquamarine*, registradas em nome de outras controladas da Revlon, pelo valor correspondente em reais a aproximadamente US\$104,0 milhões, ou R\$173,4 milhões à época, acrescido do valor existente no caixa da Ceil na data de aquisição (US\$3,6 milhões), pago à vista, integralmente com recursos próprios.

O instrumento de compra e venda prevê, ainda, uma cláusula, por meio da qual as vendedoras se obrigam, conjunta e indistintamente, a indenizar e isentar a Companhia e a Ceil de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros, (i) violação, declaração falsa ou inexatidão de qualquer declaração e garantia dada pelas vendedoras no contrato; (ii) qualquer obrigação ou responsabilidade decorrentes de atos, fatos ou omissões da Ceil anteriores à assinatura do contrato, sejam ou não divulgadas pelas vendedoras, conhecidos ou não; e (iii) quaisquer notas de empréstimos da Ceil de seus credores terceiros pendentes na data do contrato, incluindo, entre outros, quaisquer empréstimos bancários a curto prazo expressos no balanço de 30 de junho de 2008 e no balanço patrimonial na data do contrato.

#### *Aquisição das Marcas da Brasil Global Cosméticos Ltda. e da NY.Looks Indústria e Comércio Ltda.*

Ainda em 28 de julho de 2008, reforçando o nosso projeto de crescimento no setor de cosméticos e de higiene pessoal, adquirimos os direitos sobre as marcas *NY Looks*, *Bia Blanc* e *Radical* de titularidade da Brasil Global e NY.Looks utilizadas na fabricação e comercialização dos produtos Gel e Hair Spray NY Looks, Radical Gel, Gel Summer Look, Hidratante Corporal Bia Blanc, Cremes de Tratamento Bia Blanc, dentre outros, bem como adquirimos os desenhos industriais de titularidade de Alexandre de Andrade Roméro. A aquisição envolveu apenas a aquisição de ativos, tais como as marcas desenhos industriais e outros direitos de propriedade intelectual relativo às marcas, e não a participação acionária detida pelos controladores na Brasil Global e NY Looks, que continuaram atuando em seus respectivos segmentos de negócio, sob a gestão de seus respectivos executivos e controladores. A operação foi concluída pelo valor de R\$60,0 milhões, sendo (i) R\$12,0 milhões pagos à vista; (ii) R\$12,0 milhões depositados em uma conta garantia, para garantia de liquidação das obrigações, contingentes ou absolutas de qualquer natureza; e (iii) R\$36,0 milhões convertidos para Dólares a uma taxa de R\$1,5745 para cada US\$1,00 e a serem pagos em 5 parcelas iguais e anuais, vencendo a primeira em 30 de julho de 2009 e a última em 30 de julho de 2013. Como garantia dessas parcelas, apresentamos fiança bancária no valor de R\$36,0 milhões em favor dos cedentes das marcas.

O contrato de compra e venda prevê, ainda, uma cláusula que determina que a Brasil Global e NY Looks se obrigam, de forma solidária, a nos indenizar e nos manter indene de, e contra, de todas e quaisquer perdas que sejam ocorridas pelas cessionárias, ou resultantes de, entre outros: (i) qualquer responsabilidade ou outra obrigação de qualquer natureza, seja cumulativa ou fixa, absoluta ou contingente, revelada ou não, relativa aos direitos de propriedade industrial, que surja em virtude de, ou esteja relacionada a, qualquer fato ou omissão que tenha ocorrido antes ou na data de celebração do contrato; (ii) qualquer imprecisão nas, ou qualquer violação das declarações e garantias prestadas pelos cedentes no contrato; e (iii) todas e quaisquer insubsistências ativas e obrigações, contingentes ou absolutas, dos cedentes, de qualquer natureza, inclusive comercial, civil, ambiental, previdenciária, fiscal e trabalhista, em qualquer caso originárias de atos, atividades, omissões, fatos ou negócios ocorridos, pactuados ou realizados a qualquer tempo, tenham ou não sido reveladas à cessionária.



#### *Aquisição da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.*

Em 6 de outubro de 2008, dando continuidade ao projeto de expansão e aumento de oportunidades no segmento de produtos de beleza e de higiene pessoal, adquirimos a totalidade das quotas representativas do capital social do Grupo Niasi, pelo valor econômico de tais sociedades, avaliado em R\$366,0 milhões que, após a dedução do endividamento líquido do Grupo Niasi, resultou em um valor de aquisição de R\$328,4 milhões, sendo parte do preço paga à vista (R\$232,4 milhões) e o valor remanescente a ser pago em até 5 anos. Como garantias assumidas pelas partes, apresentamos fiança bancária em favor dos vendedores no valor de R\$50,0 milhões e, em contrapartida, recebemos uma primeira hipoteca sobre o imóvel de propriedade da Merano Participações Ltda. localizado na Cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, cuja hipoteca será mantida em nosso favor pelo prazo de 5 anos a contar da data das aquisições do Grupo Niasi. Em 19 de dezembro de 2008, a Niasi teve sua denominação alterada para Hypermed Industrial Ltda. Em 09 de abril de 2009, a Hypermed passou por transformação no tipo societário, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, alterando, também sua denominação social para Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.

O contrato de compra e venda prevê, ainda, uma cláusula que determina que os vendedores se obriguem, de forma ilimitada e solidária, a nos indenizar e nos manter indene, bem como o Grupo Niasi de todas e quaisquer perdas originárias de, ou resultantes de: (i) qualquer violação das declarações e garantias prestadas pelos vendedores no contrato; (ii) qualquer violação de qualquer obrigação ou acordos dos vendedores contidas no acordo; (iii) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios ocorridos na ou antes da presente data, conhecidos ou não, incluindo, sem limitação, eventuais efeitos decorrentes de pagamento de dividendos relativos ao período anterior a esta data, ainda que o seu efetivo pagamento ocorra nesta data, ou ainda posteriormente; e (iv) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios ocorridos na ou antes da data de assinatura do contrato, conhecidos ou não, incluindo, sem limitação, os já conhecidos e destacados pelos vendedores. A responsabilidade dos vendedores com respeito a qualquer perda compreenderá os danos patrimoniais diretos e indiretos, sejam ou não decorrentes de pleitos de terceiros.

Adicionalmente, poderemos descontar da última parcela a ser paga por nós aos antigos acionistas do Grupo Niasi, no valor de R\$50,0 milhões, com vencimento em 06 de outubro 2013, os valores relativos a qualquer perda ou perda potencial.

#### *Cisão Parcial com Incorporação do Acervo Líquido da Cosmed*

Em 30 de junho de 2009, nossos acionistas reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária e aprovaram a (a) nossa cisão parcial com incorporação do acervo líquido cindido na Cosmed, sociedade por ações cujo capital social é integralmente detido por nós; e (b) incorporação de ações da Cosmed por nós. As referidas matérias também foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Cosmed, realizada simultaneamente à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia mediante a celebração de protocolo e justificação de cisão parcial com incorporação do acervo líquido cindido.

Em decorrência da nossa cisão parcial, o nosso capital social foi reduzido em R\$47,7 milhões, correspondente ao valor líquido contábil do nosso acervo cindido, mediante o cancelamento de 4.758.370 ações, proporcionalmente às participações detidas pelos nossos acionistas, em 11 de junho de 2009, fazendo com que o nosso capital social passasse de R\$1,6 bilhão para R\$1,5 bilhão, representado por 193.842.327 ações. Em virtude da incorporação do nosso acervo cindido, o capital social da Cosmed foi aumentado em R\$47,7 milhões, com a emissão de 89.541.028 novas ações, subscritas e integralizadas pelos nossos acionistas, nas proporções atualmente detidas por eles no nosso capital social.

Ato contínuo às deliberações da Companhia e da Cosmed que aprovaram a nossa cisão parcial com incorporação do acervo líquido cindido pela Cosmed, os acionistas de ambas as companhias decidiram acerca da incorporação das ações da Cosmed, pela qual incorporamos as ações representativas do capital social da Cosmed que foram atribuídas aos nossos acionistas por ocasião da operação de cisão parcial. Aprovada a incorporação de ações pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da Cosmed, nosso capital social foi aumentado para R\$1,6 bilhão, aumento esse no valor de R\$47,7 milhões, mediante a emissão de 4.758.370 novas ações, que foram subscritas pelos novos acionistas da Cosmed, nas proporções por eles detidas no nosso capital social, em 11 de junho de 2009.

A distribuição do nosso capital social não foi impactada em decorrência da referida operação.

#### *Aquisição do negócio de preservativos masculinos "Jontex"*

Em 07 de outubro de 2009, celebramos um Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual, uma vez satisfeitas as condições nele estabelecidas, que incluem a constituição de uma sociedade de propósito específico detentora de todos os direitos de propriedade intelectual relacionados à marca *Jontex*, além de outros ativos relacionados ao negócio de preservativos masculinos comercializados sob a marca *Jontex*, concordamos em adquirir a totalidade de tais quotas.

Em 7 de maio de 2010, cumpridas tais condições, a Hypermarcas concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Versoix Participações Ltda., sociedade que é, nesta data, proprietária e legítima possuidora de todos os ativos, incluindo, sem limitação, direitos de propriedade intelectual, necessários para a condução do negócio relativo aos preservativos masculinos comercializados sob a marca "Jontex".

O preço total de Aquisição pago pela Companhia foi de US\$101,0 milhões, dos quais (i) o montante equivalente a 1%, ou US\$1,0 milhão, foi pago em 30 de dezembro de 2009, como sinal e princípio de pagamento; (ii) o montante equivalente a 98,50%, ou US\$99,49 milhões, foi pago em 5 de março de 2010, à vista, contra a transferência das quotas acima referidas, e (iii) o saldo remanescente do preço de aquisição, equivalente a 0,5% do preço total de aquisição, ou US\$425,9 mil, foi pago em 7 de maio de 2010 contra a transferência da participação societária remanescente do capital social da Versoix Participações Ltda.

O contrato prevê a indenização da Companhia por perdas decorrentes de todas as responsabilidades ou obrigações decorrentes de ou relacionadas a quaisquer obrigações decorrentes de atos ou fatos anteriores à data de fechamento, violação, falsidade ou imprecisão de qualquer declaração ou garantia prestada, e qualquer violação, atraso ou inadimplemento de quais obrigações e avenças. A indenização será feita semestralmente, sempre nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro. A obrigação de indenizar deverá sobreexistir pelo prazo de 18 meses a partir da data de fechamento.

Esta operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 27 de outubro de 2009, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.008623/2009-40).

#### *Aquisição do negócio de cosméticos "Hydrogen"*

Em 14 de outubro de 2009, visando a complementação do portfólio de produtos para higiene pessoal, a Companhia adquiriu da SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., os bens e ativos utilizados na comercialização de produtos cosméticos licenciados sob as marcas *Disney* e *Warner Brothers* (associadas à marca "Hydrogen"), para o segmento infante juvenil no Brasil. O preço total de aquisição dos ativos foi de R\$25 milhões, sendo R\$10 milhões pagos na data de assinatura do contrato de venda e compra de ativos, e o saldo remanescente de R\$15 milhões a ser pago em 12 parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas de acordo com a variação do CDI no período, *pro rata temporis*, tendo a primeira vencido em 14 de novembro de 2009, e a última com vencimento previsto para 13 de outubro de 2011.

O contrato prevê a indenização da Companhia por qualquer perda relacionada aos ativos alienados decorrente de, entre outros: (i) qualquer fato, ato ou omissão ocorrido antes ou na data de celebração do contrato; e (ii) qualquer imprecisão ou violação nas declarações e garantias prestadas no contrato, ou o não cumprimento de qualquer obrigação ou acordo constante do contrato. As partes deverão manter um registro extra contábil para a anotação das perdas materializadas e efetivamente desembolsadas. O saldo do registro deverá ser pago trimestralmente, nas datas de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano.

Essa operação foi submetida ao CADE em 29 de setembro de 2009, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.007728/2009-81).

#### *Aquisição da Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. ("Pom Pom")*

Em 27 de novembro de 2009, em complementação ao portfólio de produtos de higiene pessoal e o consequente crescimento de oportunidades neste setor, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Pom Pom, pelo valor total de R\$300,0 milhões, dos quais R\$120,0 milhões foram pagos no ato da assinatura do contrato de venda e compra e efetiva transferência das quotas e R\$180,0 milhões serão pagos em cinco parcelas anuais de R\$36,0 milhões, corrigidas de acordo com a variação do CDI a partir da data de aquisição até a data de efetivo pagamento, a primeira delas com vencimento em 27 de novembro de 2010 e a última com vencimento previsto para 27 de novembro de 2014.

O contrato prevê a obrigação dos vendedores, conjunta e indistintamente, de indenizar e isentar a Companhia e suas respectivas afiliadas, sucessoras e cessionárias, bem como seus respectivos administradores, gestores e representantes de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros: (i) violação das declarações e garantias dadas pelos vendedores e pela interveniente anuente no contrato; (ii) qualquer violação de qualquer das obrigações ou acordos do contrato; e (iii) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios, ocorridos na data ou anteriormente à data de aquisição da Pom Pom, divulgadas ou não pelos vendedores, conhecidos ou não.

Nos termos do contrato, ainda, a Companhia assumiu determinadas dívidas de natureza financeira e fiscal contraídas pela Pom Pom, no montante aproximado de R\$67,2 milhões.

Em 30 de dezembro de 2009, de modo a simplificar a nossa estrutura societária, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Pom Pom, com a consequente extinção da sociedade, sendo sucedida em todos os direitos e obrigações pela Companhia, nos termos do protocolo e justificação de incorporação.

Essa operação foi aprovada sem restrições pelo CADE em 25 de novembro de 2009 (Ato de Concentração nº 08012.008144/2009-23).

### *Aquisição da Indústria Nacional de Artefatos de Látex S.A. ("Inal")*

Com o objetivo de fortalecer a sua participação no mercado de higiene pessoal, a Companhia adquiriu, em 01 de dezembro de 2009, a totalidade das ações de emissão da Inal, pelo valor total de aproximadamente R\$212,6 milhões, dos quais cerca de R\$83,5 milhões foram pagos no ato da assinatura do contrato de venda e compra de ações e outras avenças, e o valor remanescente será pago em cinco parcelas anuais de: (i) aproximadamente R\$26,3 milhões em 01 de dezembro de 2010; (ii) aproximadamente R\$26,0 milhões em 01 de dezembro de 2011; (iii) cerca de R\$25,8 milhões em 01 de dezembro de 2012; (iv) aproximadamente R\$25,5 milhões em 01 de dezembro de 2013; e (v) cerca de R\$25,3 milhões em 01 de dezembro de 2014. Todas as parcelas serão pagas sem qualquer correção, ajuste ou atualização. À época do pagamento de cada uma das parcelas, poderá ser realizado um pagamento adicional, estabelecido de acordo com a variação da taxa de câmbio do dólar, tendo-se como parâmetro a taxa de câmbio de R\$1,7405, estabelecida no contrato. Caso a taxa de câmbio vigente à época do pagamento da respectiva parcela seja inferior à taxa de câmbio estabelecida no contrato, nos será devido o pagamento adicional, no montante da diferença, sendo-nos facultada a compensação deste valor com a parcela a ser paga. Caso a variação seja superior à taxa de câmbio de R\$1,7405, caberá a nós realizar referido pagamento.

O contrato prevê a obrigação dos vendedores, conjunta e indistintamente, de indenizar e isentar a Companhia e suas respectivas afiliadas, sucessoras e cessionárias, bem como seus respectivos administradores, gestores e representantes de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros: (i) violação das declarações e garantias dadas pelos vendedores e pela interveniente anuente no contrato; (ii) qualquer violação de qualquer das obrigações ou acordos do contrato; e (iii) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios, ocorridos na data ou anteriormente à data de aquisição da Inal.

O contrato prevê, também, a indenização por perdas potenciais (que possam dar origem a perdas) através de: (i) uma conta garantia mediante um banco de primeira linha para o depósito do valor referente a perdas potenciais, que deverá ser descontado das parcelas do preço de aquisição, podendo o saldo da conta garantia ser resgatado pela Companhia, mediante a materialização das perdas, ou pelos vendedores, quando comprovado que não há mais risco da materialização das mesmas; ou (ii) a emissão de uma carta de fiança pelos vendedores no montante equivalente a 120% das perdas potenciais estimadas. A opção pelo depósito na conta garantia ou a emissão de carta de fiança será feita exclusivamente a critério dos vendedores.

Em 30 de dezembro de 2009, de modo a simplificar a estrutura societária da Companhia, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Inal pela Companhia, com a conseqüente extinção da sociedade, sendo sucedida em todos os direitos e obrigações pela Companhia, nos termos do protocolo de incorporação e justificação.

Essa operação foi submetida ao CADE em 29 de outubro de 2009, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração n.º 08012.008724/2009-11).

### *Incorporação de Ações do Neo Química*

Em 06 de dezembro de 2009, a Companhia celebrou um Acordo de Incorporação de Ações, Incorporações e Outras Avenças com Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho e Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'anna Braga, com o objetivo de integrar as atividades da Companhia e do Neo Química, aumentando, desta forma, a participação da Companhia no mercado de produtos farmacêuticos, genéricos, similares, exportação, hospitalares, e correlatos.

O contrato prevê a obrigação dos vendedores, conjunta e indistintamente, de indenizar e isentar a Companhia e suas respectivas afiliadas, sucessoras e cessionárias, bem como seus respectivos administradores, gestores e representantes de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros: (i) violação das declarações e garantias dadas pelos vendedores e pela interveniente anuente no contrato; (ii) qualquer violação de qualquer das obrigações ou acordos do contrato; e (iii) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios, ocorridos na data ou anteriormente à data de aquisição.

O contrato prevê, também, a indenização por perdas potenciais (que possam dar origem a perdas) através de: (i) uma conta garantia mediante um banco de primeira linha para o depósito do valor referente a perdas potenciais, que deverá ser descontado das parcelas do preço de aquisição, podendo o saldo da conta garantia ser resgatado pela Companhia, mediante a materialização das perdas, ou pelos vendedores, quando comprovado que não há mais risco da materialização das mesmas; ou (ii) a emissão de uma carta de fiança pelos vendedores no montante equivalente a 120% das perdas potenciais estimadas. A opção pelo depósito na conta garantia ou a emissão de carta de fiança será feita exclusivamente a critério dos vendedores.

A operação foi concretizada através da incorporação da totalidade das ações representativas do capital social do Neo Química pela Hypernova, uma subsidiária da Companhia. Dessa forma, os acionistas do Neo Química passaram a ser acionistas da Hypernova, detendo ações preferenciais e ações ordinárias. Em seguida os antigos acionistas do Neo Química resgataram suas ações preferenciais, pelo valor de R\$686.737.931,00, com o conseqüente cancelamento de tais ações. O resgate destas ações será pago em três parcelas, quais sejam: (i) R\$235.737.931,00 já paga na data das incorporações; (ii) R\$225.500.000,00 a serem pagos em 30 de dezembro de 2010; e (iii) R\$225.500.000,00 a serem pagos em 30 de dezembro de 2011. Os valores das parcelas são corrigidos pelo CDI.

Ato contínuo, a Hypernova foi incorporada pela Companhia, em 30 de dezembro de 2009, recebendo os antigos acionistas a proporção de 0,02567 ações da Companhia por cada ação da Hypernova anteriormente detida. Na mesma data, entrou em vigor o Acordo de Acionistas celebrado entre Igarapava Participações S.A., Maiorem S.A. de C.V., Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho e Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'anna Braga, em 06 de dezembro de 2009, através do qual as pessoas físicas tornaram-se participantes do bloco de controle da Companhia.

Por fim, com o objetivo de simplificar nossa estrutura societária, a Companhia incorporou o Neo Química, com a conseqüente extinção da sociedade, sendo sucedida em todos os direitos e obrigações pela Companhia, tal como deliberado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de dezembro de 2009.

O Acordo de Incorporação de Ações prevê a obrigação das pessoas físicas de indenizar, individual e solidariamente, a Companhia de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros: (i) violação, declaração falsa ou imprecisão de qualquer declaração e garantia dada pelas pessoas físicas no Acordo; (ii) qualquer obrigação ou responsabilidade decorrentes de atos, fatos ou omissões do Neo Química ou relacionados ao negócio, anteriores à data das incorporações; e (iii) qualquer violação, atraso ou inadimplemento de quaisquer obrigações ou avenças do Acordo.

Essa operação foi submetida ao CADE em 23 de dezembro de 2009, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração n.º 08012.010437/2009-71).

A tabela a seguir indica a distribuição do capital social da Companhia antes da referida operação:

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
Igarapava Participações S.A. ....	74.648.255	33,46
Maiorem S.A. de C.V. ....	46.685.890	20,93
Ações em circulação ....	100.242.187	44,93
Administradores ....	1.524.365	0,68
<b>Total .....</b>	<b>223.100.697</b>	<b>100,00</b>

A seguir indicamos a distribuição do capital social da Companhia após a referida operação:

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
Igarapava Participações S.A. ....	74.648.255	31,03
Maiorem S.A. de C.V. ....	46.685.890	19,40
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves.....	17.320.424	7,20
Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves .....	175.000	0,07
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho.....	8	0,00
Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'Anna Braga.....	4.568	0,00
Ações em circulação ....	100.242.187	41,66
Administradores ....	1.524.365	0,63
<b>Total .....</b>	<b>240.600.697</b>	<b>100,00</b>

#### *Aquisição da York*

Conforme Fato Relevante divulgado em 7 de março de 2010 ("Fato Relevante York"), em 5 de março de 2010, a Companhia celebrou um Memorando de Entendimentos que estabelece as bases, premissas e condições para a aquisição de ações representativas de até 100% do capital social da York, que atua na fabricação e distribuição de hastes flexíveis, curativos, absorventes e algodões, entre outros, que são comercializados sob as marcas "York", "Palinetes" e "Silhouette", entre outras.

Segundo o Fato Relevante York, o Negócio inclui todos os ativos e equipamentos na qual sua produção é realizada e que complementarão o parque industrial da Companhia.

A Companhia informou no Fato Relevante York que a York, de acordo com seu demonstrativo de resultados não auditados para o exercício de 2009, tal como apresentado pela então administração da York, apresentou Receita Líquida de R\$63,3 milhões. A Companhia reportou ainda que o preço a ser pago pela aquisição é estimado em R\$100,0 milhões à vista, sujeito a confirmação após os procedimentos de auditoria.

Conforme explicado pela Companhia no Fato Relevante York, o fechamento e implementação da operação deverão acontecer uma vez verificadas as condições precedentes estabelecidas no referido Memorando de Entendimentos, entre elas, a conclusão satisfatória da auditoria jurídica, contábil e tributária da York, a ser conduzida pela Companhia, e a negociação dos contratos definitivos. Além disso, o Fato Relevante York explicou que também é condição de fechamento da operação que os acionistas minoritários que não participaram da assinatura do Memorando de Entendimentos, e que são detentores de 0,864% do capital social da York, não exerçam o direito de preferência na aquisição das ações previsto no Estatuto Social da York. A Companhia espera que a operação possa ser concluída até o final de julho de 2010.

### *Aquisição da Luper*

Em 16 de abril de 2010, a Companhia celebrou Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças com Moacir Funada e Nelson Makoto Tachibana por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social de Luper, bem como de todos os ativos relacionados com ou necessários para a condução do negócio de fabricação e distribuição de medicamentos comercializados sob as marcas "Gastrol", "Virilon", "Dramavit", "Blumel" e "Senareti", entre outras.

O preço a ser pago pela aquisição da totalidade das quotas da Luper é de R\$52,2 milhões, dos quais R\$31,3 foram pagos à vista, contra a efetiva transferência das quotas, e o saldo remanescente, no valor de R\$20,9, será pago em cinco parcelas iguais, anuais e sucessivas, ajustadas pelo CDI.

Essa operação foi submetida à aprovação das Autoridades Governamentais Antitruste.

### *Aquisição da Sapeka*

Em 4 de maio de 2010, a Companhia celebrou Contrato de Venda e Compra de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças ("Contrato Sapeka") com Victor Hugo Alvarenga, Marco Antonio Raimundo, José Alvarenga dos Santos, Virginia Baryane Alvarenga Pires de Campos e Marilda Alves de Oliveira ("Vendedores"), detentores, em conjunto, da totalidade do capital social da Sapeka Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis Ltda. ("Sapeka"), e suas afiliadas envolvidas no negócio de fraldas descartáveis.

O Contrato Sapeka estabelece os termos e condições para:

- (i) uma vez implementada uma reorganização societária da Sapeka e suas subsidiárias Alpha Indústria e Comércio Ltda. ("Alpha"), Sapeka – Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis do Nordeste Ltda. ("Sapeka Nordeste") e Almavi Empreendimentos Ltda. ("Amalvi"), bem como dos ativos relacionados com ou necessários para a condução do negócio de fabricação, distribuição e comercialização de descartáveis comercializados sob as marcas "Sapeka", "Flutty", "Maxfral", "Soneca", "Maturidade", "Única", "Levíssima" e "Leve", com a incorporação de Alpha, Sapeka Nordeste e Almavi pela Sapeka, e posterior transformação da Sapeka em sociedade por ações, a aquisição, pela Companhia, de ações representativas de 59,5% do capital social da Sapeka ("Compra e Venda de Ações"); e
- (ii) a incorporação de ações representativas de 40,5% do capital social da Sapeka, a qual, uma vez implementada a incorporação de ações, passará a ser subsidiária integral da Companhia ("Incorporação de Ações"). Em razão da Incorporação de Ações serão emitidas, pela Companhia, 6.784.922 ações ordinárias, representativas de aproximadamente 1,25% do capital social total da Companhia, ao preço de R\$22,55 por ação, correspondente ao preço por ação da Companhia em 9 de abril de 2010, no valor de R\$21,00, conforme média de negociação em bolsa, acrescido de um prêmio de aproximadamente 7,4%, as quais serão subscritas integralmente pelos Vendedores na proporção de suas respectivas participações no capital social da Sapeka. As ações emitidas pela Companhia em razão da Incorporação de Ações ficarão restritas à venda (*locked-up*) por um período de até cinco anos conforme o Contrato Sapeka.

Em 9 de junho de 2010, por meio de Aditamento ao Contrato Sapeka ("Aditamento"), as partes acordaram em segregar o fechamento da operação de forma que a Compra e Venda de Ações e a Incorporação de Ações ocorressem em momentos distintos e independentes. Dessa forma, naquela data, os Vendedores transferiram à Companhia, proporcionalmente às participações por eles detidas no capital social da Sapeka, quotas representativas de 59,5% do seu capital social, com todos os direitos e obrigações inerentes à sua titularidade e domínio, bem como os direitos a eventuais bonificações, desdobramentos, percepção de lucros, inclusive aqueles já auferidos e pendentes de distribuição, mediante o pagamento, pela Companhia, do valor de R\$227.011.048,57.

Por meio do Aditamento as partes também acordaram a outorga, pelos Vendedores, em benefício da Companhia, do usufruto das demais quotas do capital social da Sapeka, representativas de 40,5% de seu capital social, conferindo à Companhia os direitos de sócio previstos em lei e no Contrato Social da Sapeka, dentre eles o direito de voto, direito aos dividendos, juros sobre o capital próprio e o direito de receber todo e qualquer benefício econômico ou financeiro decorrente das quotas objeto do usufruto. Tão logo seja concluída a transformação da Sapeka em sociedade por ações de capital fechado, as quotas serão substituídas pelas ações correspondentes, permanecendo válido o usufruto sobre elas.

O usufruto permanecerá em vigor até (i) a Incorporação de Ações, que implicará na conclusão das operações contempladas no Contrato Sapeka, ocasião em que a Sapeka passará a ser subsidiária integral da Companhia; ou (ii) o prazo de 90 dias contado do Aditamento, o que ocorrer primeiro. Caso ocorra a extinção do usufruto pelo decurso do prazo, e desde que por fato não imputável aos Vendedores, estes poderão optar por vender, ceder e transferir à Companhia a totalidade das quotas objeto do usufruto.

Essa operação foi submetida ao CADE em 25 de março de 2010, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.003132/2010-46).

#### *Aquisição da Facilit*

Em 18 de maio de 2010 a Companhia celebrou Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças com Marlene Girão Del Prá Netto, Salomão Adir Kiperman Stemberg e Alvelino Pscheidt para aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Facilit, empresa do segmento de higiene bucal, que atua na fabricação e distribuição de escovas dentais, fios e fitas dentais e anti-sépticos bucais, entre outros, que são comercializados sob a marca "Sanifill", entre outras.

O preço pela aquisição das quotas a ser pago pela Companhia é de R\$60,4 milhões, dos quais R\$28,8 milhões, equivalentes a 47,67% do valor total, foram pagos à vista, contra a transferência da totalidade das quotas, e o saldo remanescente, no valor de R\$31,6 milhões, equivalentes a 52,33% do valor total, serão pagos em cinco parcelas iguais, anuais e consecutivas no valor de R\$6,3 milhões cada, corrigidas de acordo com a variação do CDI.

Essa operação foi submetida à aprovação das Autoridades Governamentais Antitruste.

Para informações sobre o risco relativo às aquisições recentes, veja o risco "Podemos não obter sucesso nas aquisições de novos negócios, tais como empresas, marcas e ativos, fato que poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.", na página 104 deste Formulário de Referência.

#### **6.6. Pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos**

Até a presente data, não foi protocolado nenhum pedido requerendo a nossa falência e/ou nossa recuperação judicial ou extrajudicial.

#### **6.7. Outras informações relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "6".



## 7. NOSSAS ATIVIDADES

### Visão Geral

Somos uma das maiores companhias de bens de consumo com capital de origem brasileira, segundo rankings da Fundação Getúlio Vargas ("FGV") e da revista Exame. Acreditamos possuir o maior e mais diversificado portfólio de marcas, incluindo predominantemente marcas líderes e vice-líderes em seus respectivos segmentos. Comercializamos em todo território nacional produtos que acreditamos apresentar oportunidades de expansão e crescimento. Acreditamos que nosso portfólio de marcas líderes e produtos populares nos posiciona privilegiadamente para capturar o crescimento do segmento demográfico de maior potencial de expansão do país, de acordo com a Target Marketing Ltda. ("Target Marketing"), as classes B, C e D.

Atualmente, nosso portfólio de marcas está distribuído em quatro linhas de negócios:

- **Medicamentos:** somos o quarto maior laboratório brasileiro e o quinto maior laboratório em operação no país, segundo dados do IMS. Somos líderes no mercado de medicamentos isentos de prescrição médica (OTC), segundo o IMS, e contamos com um portfólio que atua fortemente em todos os mercados: OTC, medicamentos com prescrição (Rx) e genéricos, todos com alto crescimento de mercado. Nossas marcas, diversas delas líderes e vice-líderes de mercado, incluem: *Benegrip*, líder em medicamentos contra os sintomas da gripe; *Engov*, líder em medicamentos para ressaca e indisposição; *Rinosoro*, líder em descongestionante nasal isento de prescrição médica; *Doril*, vice-líder em analgésicos; *Tamarine*, líder em laxantes; e *Atroveran*, vice-líder em anti-espasmódicos, segundo dados do IMS; entre outras;
- **Beleza e Higiene Pessoal:** acreditamos ser a maior empresa no canal auto-serviço com o portfólio mais abrangente de categorias, segundo dados da ACNielsen. Nossas marcas de *Beleza e Higiene Pessoal* incluem, por exemplo: *Monange*, líder em hidratantes; *Paixão*, líder em óleo para o corpo; *Risqué*, líder em esmaltes para unhas; *Bozzano*, líder em gel para cabelo, creme de barbear e loção pós-barba; *Jontex* e *Olla*, respectivamente líder e vice-líder em preservativos; *Sanifill*; *Sapeka*, líder em fraldas descartáveis infantis na região nordeste; e *Cenoura & Bronze*, vice-líder em bronzeadores solares, segundo dados da ACNielsen; entre outras;
- **Alimentos:** somos líderes no mercado de adoçantes e segundo no mercado de molho de tomate. Nossas marcas de *Alimentos* incluem, por exemplo: *Finn*, líder na categoria de adoçantes em pó; *Zero Cal*, líder na categoria de adoçantes líquidos; e *Salsaretti*, vice-líder em molho de tomate, todas as afirmações segundo dados da ACNielsen; e
- **Higiene e Limpeza:** possuímos um dos mais completos portfólios de produtos de valor agregado dentro desta linha de negócios, de acordo com dados da ACNielsen. Nossas marcas de Higiene e Limpeza incluem, por exemplo: *Assolan*, vice-líder em lâ de aço; e *Mat Inset*, líder em inseticidas elétricos, segundo dados da ACNielsen.

Nossa estratégia de crescimento alia tanto crescimento orgânico como inorgânico (via aquisições).

Realizamos 31 aquisições nos nossos nove anos de operações, objetivando a ampliação de nosso portfólio de marcas e produtos. Essa estratégia de aquisições busca agregar ao nosso portfólio marcas que acreditamos se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações: (i) tenham um potencial de consumo dormente; (ii) apresentem margens atrativas, especialmente em Medicamentos e Beleza e Higiene Pessoal; (iii) possibilitem a obtenção de sinergias com nossa estrutura de vendas, de distribuição, operacional e administrativa; ou (iv) tenham potencial de expansão não explorado em outros produtos e/ou regiões.

Para acelerar nosso crescimento e capturar as oportunidades de crescimento existentes, abrimos nosso capital na BM&FBOVESPA em abril de 2008 e fizemos duas emissões subsequentes de ações em julho de 2009 e abril de 2010, com o compromisso de realizar aquisições estratégicas para fortalecer nosso negócio e realizar investimentos que garantissem o crescimento orgânico de nossas marcas. Desde então, realizamos as incorporações do Farmasa, em 2008, e do Neo Química, em 2009, nos tornando a maior fabricante de Medicamentos OTC e o quarto maior laboratório brasileiro, segundo o IMS. Nesses últimos dois anos, realizamos, também, importantes aquisições em *Beleza e Higiene Pessoal*. Ainda no ano de 2008, adquirimos da Revlon, dentre outros ativos, a marca *Bozzano*, líder em modelador de cabelos, creme de barbear e loção pós-barba, segundo dados da ACNielsen, e adquirimos da NY Looks e da Brasil Global, a marca NY Looks, vice líder da categoria segundo dados da ACNielsen, o que nos possibilitou aproveitar as oportunidades de crescimento no segmento masculino, devido ao forte reconhecimento dessas marcas. Neste mesmo ano, realizamos a aquisição do Grupo Niasi, agregando ao nosso portfólio marcas de grande expressão nacional como Risqué, líder de esmaltes para unhas, segundo dados da ACNielsen. Em 2009, além da incorporação do Neo Química, continuamos expandindo nosso portfólio para novas categorias, realizando as aquisições da Pom Pom, criando uma avenida de crescimento em descartáveis, e Hydrogen, inaugurando o segmento infantil de cosméticos na Companhia. Nesse mesmo ano, celebramos contrato relativo à aquisição da marca Jontex, detida por controladas da Johnson&Johnson, e a marca Olla, da Inal, respectivamente líder e vice-líder no mercado de preservativos, segundo dados da ACNielsen. Em 2010, adquirimos as empresas Sapeka, Facilit e Luper e estamos em processo de aquisição da York.

Integramos de forma rápida e eficiente as aquisições realizadas e rapidamente realizamos as reduções administrativas e mudanças simples que geram ganhos importantes para o negócio. Numa segunda fase, realizamos os ajustes operacionais, como reduções de custos de compras, logístico e sinergia de plantas. Finalmente, fazemos as alterações nas estratégias dos negócios, implementamos melhorias nas linhas de produtos adquiridas, por meio de reformulação de embalagens e rótulos, lançamento de novos produtos, condução de campanhas publicitárias de impacto, promoções direcionadas aos consumidores finais, investimentos em equipes de promoção e materiais de exposição nos pontos de venda e estabelecimento de políticas de incentivo nos canais de distribuição. Estas iniciativas nos permitem aliar crescimento com captura de sinergias e escala, gerando uma rentabilidade consistente e crescente à medida que adicionamos marcas ao nosso portfólio. Possibilitam, ainda, o aumento de receitas aliada à melhorias nas margens operacionais, ampliando, assim, o retorno para os nossos acionistas.

Além das aquisições, tivemos também um crescimento orgânico expressivo e consistente de nossas marcas, consequência da implementação e execução de nossa estratégia aliada a investimentos relevantes em *marketing*, que nos tornam hoje o terceiro maior anunciante de bens de consumo não duráveis, segundo o Grupo Meio e Mensagem ("Grupo M&M"). Como resultado de nossas aquisições e do nosso crescimento orgânico, nossa receita bruta de vendas consolidada atingiu em 2009, R\$2.631,6 milhões. Nosso EBITDA Recorrente foi de R\$511,7 milhões para o ano de 2009, representando 25,3% da receita líquida.

A tabela abaixo contém alguns de nossos principais indicadores financeiros consolidados para os períodos indicados.

Dados Financeiros Consolidados	Exercício social encerrado em			Crescimento médio anual composto <sup>(9)</sup>	Período de três meses encerrado em 31 de março de		AH 1T09/1T10
	31 de dezembro de				2009	2010	
	2007	2008	2009				
(em milhares de R\$, exceto percentuais e dados operacionais)							
Receita Bruta de Vendas .....	1.102.404	1.780.935	2.631.551	55%	489.538	820.489	68%
Receita Líquida de Vendas.....	837.442	1.332.994	2.025.272	56%	384.731	656.783	71%
Despesas com marketing <sup>(1)</sup> .....	(172.468)	(289.358)	(392.627)	51%	(58.758)	(100.264)	71%
% Despesas de marketing sobre a receita líquida .....	-20,6%	-21,7%	-19,4%	—	-15,27%	-15,27%	—
Lucro Bruto .....	479.497	798.056	1.182.334	57%	220.970	382.530	73%
% Lucro Bruto sobre Receita Líquida	57,3%	59,9%	58,4%	—	57,43%	58,24%	—
Lucro (prejuízo) líquido.....	58.833	(207.876)	313.373	131%	76.308	62.066	-19%
Lucro Líquido Ajustado <sup>(2)</sup> .....	222.051	124.816	313.373	19%	76.308	62.066	-19%
Lucro Líquido Caixa <sup>(3)</sup> .....	147.798	284.692	444.384	73%	79.328	132.447	67%
Margem Lucro Líquido Caixa <sup>(4)</sup> .....	17,6%	21,3%	21,9%	—	20,62%	20,17%	—
EBITDA .....	184.093	313.183	503.037	65%	99.613	174.673	75%
Margem EBITDA <sup>(5)</sup> .....	22,0%	23,5%	24,8%	—	25,89%	26,60%	—
EBITDA Recorrente <sup>(6)</sup> .....	206.482	320.835	511.714	57%	102.115	178.769	75%
Margem EBITDA Recorrente <sup>(7)</sup> .....	24,7%	24,1%	25,3%	—	26,54%	27,22%	—
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	99.330	149.759	499.279	124%	255.603	641.922	151%
Endividamento de Curto Prazo <sup>(8)</sup> .....	(264.914)	(363.784)	(888.882)	83%	(475.711)	(828.874)	74%
Endividamento de Longo Prazo <sup>(8)</sup> .....	(813.964)	(952.496)	(1.322.305)	27%	(852.900)	(1.636.641)	92%

(1) Despesas com marketing incluem (i) Gastos com propaganda, publicidade e relacionados e (ii) Acordos, verbas comerciais e outros.

(2) Lucro Líquido Ajustado: Nosso Lucro Líquido adicionado das amortizações de ágio no valor de R\$163,2 milhões e R\$332,7 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008, respectivamente. O ágio parou de ser amortizado a partir de 1 de janeiro de 2009.

(3) Lucro Líquido Caixa: Nosso lucro líquido ajustado adicionado dos ajustes não caixa ao resultado, tais como resultado de variação cambial, despesas com reorganizações, Fomentar, Imposto de Renda e contribuição social do lucro líquido diferidos e reversão do AVP.

(4) Equivale ao Lucro Líquido Caixa sobre a Receita Líquida.

(5) Equivale ao EBITDA sobre a Receita Líquida.

(6) Para informações adicionais sobre o cálculo do EBITDA e do EBITDA Recorrente e uma reconciliação com o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, veja o item "3.2" deste Formulário de Referência.

(7) Equivale ao EBITDA Recorrente sobre a Receita Líquida.

(8) Endividamento considera os nossos empréstimos e financiamentos e títulos a pagar.

(9) O crescimento médio anual composto reflete de forma substancial nosso crescimento via aquisições durante o período analisado.

Atualmente, operamos 24 plantas em 14 complexos industriais localizados nos Estados de Goiás, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco e São Paulo. Apresentamos uma força de vendas dedicada e especializada para cada um de nossos negócios, composta por mais de 460 vendedores, suportada por uma robusta rede de promotores (mais de 700). Para a venda de medicamentos, possuímos uma força de visitação médica com cerca de 225 representantes de vendas, o que representa um grande gerador de demanda por nossos produtos.

### **7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas**

A Companhia tem por objeto:

- (a) o comércio, a indústria, a importação e a exportação de produtos de limpeza (saneantes e domissanitários) e higiene doméstica, bem como a representação por conta própria e de terceiros nos mercados; (b) a prestação de serviços de industrialização no ramo de bens de consumo; (c) a exploração da indústria e do comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, a saber: (i) laticínios, cereais, frutas e outros de origem animal ou vegetal, incluindo sucos concentrados, sucos naturais e artificiais, massas, biscoitos e doces; (ii) produtos e alimentos dietéticos, englobando a fabricação de açúcares e adoçantes de síntese, adoçantes dietéticos, de complementos dietéticos e de açúcar estévia; (iii) ração para animais; (iv) açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba; (v) alimentos para crianças; (vi) alimentos especiais enriquecidos, complementos alimentares e outros alimentos conservados; e (vii) fabricação, retificação, homogeneização e mistura de aguardente de cana de açúcar, de outras aguardentes e bebidas destiladas, refrigerantes, refrescos, xaropes e pós para refrescos; (d) a produção, a industrialização e a comercialização dos equipamentos, embalagens e insumos para os produtos mencionados na alínea "c" acima, seus derivados e conexos, e para sementes, fertilizantes, produtos químicos e produtos agropecuários; (e) o aluguel e a importação de máquinas e equipamentos; (f) a locação de mão-de-obra; (g) a fabricação, o transporte, o armazenamento, a distribuição, a importação e a comercialização de produtos de higiene pessoal, toucador, cosméticos e perfumes; (h) a fabricação, o transporte, o armazenamento, a distribuição, a importação e a comercialização de medicamentos, de produtos para saúde (correlatos) e de produtos farmacêuticos alopáticos, fitoterápicos e homeopáticos para uso humano, importação de insumos e matérias primas para sua fabricação, pesquisas tecnológicas e científicas para seu desenvolvimento, representação comercial e marketing de medicamentos alopáticos e fitoterápicos; (i) a fabricação, o comércio por atacado, a importação e a exportação de: (i) bebidas e substâncias para preparar bebidas, (ii) ervas para infusão, (iii) artigos para fumantes, (iv) lubrificantes, (v) matérias tintoriais, (vi) metais brutos ou não, inclusive preciosos, (vii) máquinas, ferramentas, equipamentos e aparelhos mecânicos e eletro-eletrônicos, (viii) instrumentos musicais, veículos e suas partes, (ix) artigos de mobiliário e utensílios domésticos, (x) couro, (xi) plásticos, (xii) materiais para construção, materiais para escritório, (xiii) fios, tecidos, tapeçarias, armarinhos, (xiv) brinquedos, (xv) roupas, (xvi) plantas e (xvii) artigos de "camping"; (j) publicações, serviços de publicidade, propaganda, eventos, administração de bens, serviços, negócios, construções e representação por conta de terceiros; (k) o comércio, a indústria, a importação e a exportação de produtos desinfetantes para controle de insetos e roedores, produtos químicos, inseticidas, defensivos para uso agrícola, aparelhos, instrumentos e engenhos de uso doméstico; (l) a prestação de serviços de assistência técnica, limpeza, conservação e imunização de móveis e imóveis, tratamento e beneficiamento de materiais em geral; (m) a confecção, comercialização, importação e exportação de calças plásticas, fraldas de algodão e congêneres, fraldas descartáveis, absorventes higiênicos, absorventes hospitalares, hastes flexíveis com algodão nas extremidades e algodão para higiene facial e corporal; (n) a fabricação e comércio de medicamentos para uso veterinário; (o) a calibração e aferição de equipamentos eletrônicos para terceiros; (p) o comércio de instrumental e materiais médico-cirúrgico-hospitalares; (q) atividades de envasamento e empacotamento (industrialização) por conta de terceiros, podendo inclusive re-embalar saís e insumos farmacêuticos e comercializá-los; (r) o comércio, a industrialização, a importação e a exportação de artefatos de látex; (s) o armazenamento, distribuição, transporte, importação e exportação dos produtos fabricados e comercializados, descritos nos itens (a) a (r) acima; e (t) a participação no capital de outras empresas, como acionista ou quotista, e a participação em investimentos que tenham por objeto as atividades listadas nos itens (a) a (s), acima.

A controlada MY Agência de Propaganda Ltda. tem por objeto social a exploração das atividades de Agência de Propaganda.

A controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. tem por objeto: (i) fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, toucador, artigos para cabeleireiros, artefatos plásticos, aparelhos elétricos e produtos químicos; (ii) importação e exportação relacionados com os objetivos acima; (iii) industrialização e comercialização de produtos de confecção de roupas e acessórios do vestuário em geral e artigos de viagem; (iv) participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionistas; (v) fabricação de medicamentos alopáticos, fitoterápicos e psicotrópicos para uso humano; (vi) importação de insumos e matérias primas para sua fabricação; (vii) pesquisas tecnológicas e científicas para seu desenvolvimento; (viii) fabricação de produtos para saúde e correlatos; (ix) escritório administrativo; (x) fabricação de produtos de limpeza (saneantes e domissanitários) e higiene domésticas; (xi) fabricação de produtos alimentícios em geral; (xii) depósito fechado; e (xiii) licenciamento do direito de uso de marcas próprias para terceiros.

A controlada Versoix Participações Ltda. possui o seguinte objeto social: (i) a venda, compra, distribuição, negociação por conta própria ou de terceiros, de produtos farmacêuticos e correlatos, produtos de toucador, perfumaria, cosméticos e higiene pessoal, incluindo preservativos; (ii) a prestação de serviços de natureza administrativa, comercial, científica e técnica, relacionadas com as suas atividades sociais; e (iii) a participação no capital de outras sociedades como quotista ou acionista no Brasil e/ou no exterior.

A controlada Luper Indústria Farmacêutica Ltda. tem por objeto a indústria e como atividades subsidiárias o comércio, distribuição, importação de produtos farmacêuticos, medicamentos alopáticos e homeopáticos, drogas, matérias primas e insumos farmacêuticos; produtos cosméticos, de perfumaria e de higiene pessoal; produtos saneantes e domissanitários; produtos e equipamentos médico-cirúrgico-hospitalares; produtos odontológicos e correlatos; produtos alimentícios, complementares nutricionais, suplementos de ração animal e produtos afins.

A controlada Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda. tem por objeto: as atividades de indústria, comércio, importação e exportação de produtos odontológicos e correlatos, de perfumaria, artigos de higiene e toucador em geral, escovas de dente, fios dentais, enxaguatórios, cremes dentais e plásticos.

A controlada Sapeka Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis Ltda. tem por objeto a indústria e comércio de fraldas descartáveis, fraldas de pano, absorventes higiênicos femininos, cosméticos, xampus, condicionadores, loções, perfumes, cremes, sabonetes, mamadeiras, bicos, chupetas, fios dentais, carrinhos e alimentos para bebês.

## **7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações**

### ***a. produtos e serviços comercializados***

#### ***Medicamentos***

Nossa linha de negócio de Medicamentos iniciou-se em 2007 no mercado de Medicamentos Isentos de Prescrição Médica (OTC) com a aquisição da DM e foi ampliada para Medicamentos com Prescrição Médica (RX) com a incorporação do Farmasa em 2008. Já no final de 2009, com a incorporação do Neo Química, fortalecemos nossa posição no mercado de Medicamentos Isentos de Prescrição Médica (OTC) e Medicamentos com Prescrição Médica (RX) e expandimos nossa atuação no segmento de Genéricos e Similares. No início de 2010, concluímos a aquisição da Luper, complementando a nossa linha de Medicamentos Isentos de Prescrição Médica (OTC).

### *Medicamentos Isentos de Prescrição Médica (OTC)*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de Medicamentos Isentos de Prescrição Médica (OTC):

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Remédios contra os sintomas da gripe.....	Benegrip	49 anos	2007
	Apracur	53 anos	2007
	Rinosoro	50 anos	2008
Analgésicos .....	Melhoral	68 anos	2007
	Lisador	48 anos	2008
	Doril	74 anos	2007
	Doralgina	13 anos	2009
Antiácidos .....	Estomazil	33 anos	2007
	Engov	51 anos	2007
	Bisuisan	31 anos	2007
	Gastrol	20 anos	2010
Laxantes .....	Lacto-Purga	50 anos	2007
	Tamarine	37 anos	2008
Calmantes.....	Maracugina	50 anos	2007
Antiespasmódicos .....	Atroveran	42 anos	2007
Ressaca e Indisposição .....	Epocler	41 anos	
	Engov	31 anos	2007
Anti-sépticos .....	Merthiolate	66 anos	2007
Tônicos e Vitaminicos .....	Biotônico Fontoura	102 anos	2007
	Vitasay	35 anos	2007
	Virilon	20 anos	2010
Antirreumáticos .....	Gelol	40 anos	2007
	Massageol	13 anos	2009
Outros .....	Anapyon	40 anos	2007
	Escabin	35 anos	2009
	Licor de Cacao	35 anos	
	Histamin	9 anos	

A linha de negócios de Medicamentos Isentos de Prescrição Médica (OTC) é composta por produtos úteis no alívio de pequenos sintomas ou incômodos, facilmente diagnosticados pelo próprio consumidor, como dores de cabeça, gripes e resfriados, acidez estomacal, entre outros. Tais produtos são distribuídos nas farmácias (canal farma), onde ficam expostos de forma a facilitar o chamado auto-serviço.

Possuímos em nosso portfólio no segmento de Medicamentos Isentos de Prescrição Médica (OTC) marcas consagradas, tradicionais e que possuem uma demanda cativa. Dentre os Medicamentos OTC, devidamente registrados na ANVISA, destacam-se as seguintes marcas: Benegrip, Apracur e Rinosoro (remédios contra sintomas da gripe), Doril, Lisador e Melhoral (analgésicos), Lacto-Purga e Tamarine (laxante), Atroveran (antiespasmódico), Estomazil (azia e má digestão), Engov e Epocler (ressaca e indisposição), Maracugina (calmante), Escabin (escabicidas), Gelol (anti-reumáticos), Merthiolate (antisséptico), Licor de Cacao (anti-helmíntico) e Biotônico Fontoura (tônicos).

Além disso, com a incorporação do Neo Química, agregamos a esse segmento produtos tais como Massageol (antirreumáticos), Histamin (anti-alérgico), Doralgina (analgésico) e Miorrelax (relaxante muscular), hoje vendidos através de uma estratégia de vendas conhecida mercadologicamente como Similares. Essa estratégia é baseada na venda a distribuidores de menor porte, com alta capilarização para farmácias através de uma política de incentivo de venda de maiores descontos comerciais, o que permite que esses distribuidores de menor porte apresentem aos distribuidores atacadistas e às farmácias margens superiores àquelas de outros medicamentos, dado que o preço máximo ao consumidor para a grande parte destes medicamentos é controlado. Esse canal de distribuição e estratégia mercadológica, que não era explorado pela Companhia até a incorporação do Neo Química, é uma alavanca para crescimento de alguns produtos de nosso portfólio com potencial para este tipo de estratégia.

Adicionalmente, possuímos oportunidades importantes de extensão de linha de marcas fortes, como por exemplo, Benegrip e Apracur (remédios contra sintomas da gripe), Merthiolate (antisséptico), Estomazil (azia e má digestão), Maracugina (calmante), Biotônico Fontoura (tônicos) e Epocler (ressaca e indisposição).

Temos ainda medicamentos lançados recentemente nesta linha de negócios, sendo os principais: Mirador (analgésico a base de dipirona sódica); Din (analgésico a base de Paracetamol); Dermil (pomada prevenção de para assaduras); e Dermalina (anti-micótico). O mercado em que esses novos medicamentos estão inseridos tem um faturamento anual de R\$1,58 bilhões, segundo o IMS.

#### *Medicamentos com Prescrição Médica (RX)*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de Medicamentos com Prescrição Médica (RX).

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Anti-inflamatórios .....	Maxsulid	12 anos	2008
Relaxante Muscular.....	Torsilax	8 anos	2009
Antilipêmicos .....	Lipanon	20 anos	2008
Relaxantes Musculares.....	Mioflex-A	9 anos	2008
Anti-alérgicos .....	Loralerg D	14 anos	2008
Anti-infecciosos .....	Gingilone	49 anos	2008
Tratamento de varizes .....	Flavonid	9 anos	2009
Corticóide .....	Corticorten	11 anos	2009
Outros .....	Tensaliv	11 anos	2009
	Neo Fedipina	9 anos	
	Neosulida	12 anos	

Em adição à nossa atuação no mercado de Medicamentos Isentos de Prescrição Médica (OTC), ingressamos no mercado de Medicamentos com Prescrição Médica (RX) com a incorporação do Farmasa e fortalecemos nossa posição com a incorporação do Neo Química. O segmento de Medicamentos com Prescrição Médica (RX) é composta por medicamentos que ajudam no tratamento de doenças e somente podem ser utilizados sob prescrição médica. A comercialização desses produtos é restrita e o consumidor só pode adquiri-los na farmácia mediante apresentação de receita médica.

O nosso portfólio de produtos de Medicamentos com Prescrição Médica (RX) é composto por produtos maduros que garantem a estabilidade da receita e ainda possuem potencial de crescimento, como por exemplo, Gingilone (anti-infecciosos), Fonergin (analgésico, anestésico e anti-inflamatório) e Lipanon (anti-lipêmico), bem como por produtos novos com alto potencial de crescimento, como por exemplo Maxsulid (anti-inflamatório), Mioflex-A (relaxante muscular e anti-inflamatório) e Loralerg D (anti-alérgico).

Com a incorporação do Neo Química, agregamos ao portfólio desse segmento produtos vendidos através da política de Similares, uma estratégia mercadológica baseada na venda a distribuidores de menor porte, com alta capilarização para farmácias através de uma política de incentivo de venda de maiores descontos comerciais, o que permite que apresentem aos distribuidores atacadistas e às farmácias margens superiores àquelas de outros medicamentos, dado que o preço máximo ao consumidor para a grande parte destes medicamentos é controlado. Alguns produtos que se enquadram nesta estratégia são Torsilax (relaxante muscular), Flavonid (tratamento de varizes) e Corticorten (corticóide). Esse canal de distribuição e estratégia mercadológica, que não era explorada pela Companhia até a incorporação do Neo Química, é uma alavanca para crescimento de alguns produtos do nosso portfólio de produtos com potencial para este tipo de estratégia.

### *Medicamentos Genéricos*

A Companhia entrou no segmento de Medicamentos Genéricos a partir da aquisição do Neo Química. A tabela abaixo detalha uma amostra de alguns dos mais de 100 medicamentos que fazem parte do nosso portfólio no segmento de Medicamentos Genéricos.

<b>Marca</b>	<b>Medicamento</b>	<b>Idade do Produto</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Neo Química Genéricos	Amoxicilina	6 anos	2009
	Rifamicina	4 anos	
	Azitromicina	1 anos	
	Maleato de enalapril	5 anos	
	Cloridrato de Ciprofloxacino	5 anos	

A Companhia acredita que pode alavancar as vendas de seu portfólio de medicamentos genéricos através de maior exposição de mídia de massa da marca Neo Química Genéricos. Esta estratégia já foi iniciada, e conta como exemplo nosso patrocínio ao Sport Clube Corinthians Paulista, que possui mais de 24 milhões de torcedores no país segundo dados da Pesquisa da pesquisa Datafolha, e através do oferecimento de um portfólio completo de Medicamentos Genéricos aos distribuidores e atacadistas.

Além das oportunidades identificadas acima que acreditamos alavancar as vendas deste tipo de produto, os Medicamentos Genéricos são o segmento que mais cresce dentro do mercado de medicamentos, segundo o IMS, especialmente pelos preços mais baixos do que os Medicamentos de Referência a que são vendidos, que estimula a demanda dos grupos de menor renda, aumentando significativamente o tamanho do mercado consumidor, e pelas margens superiores apresentadas aos distribuidores atacadistas àquelas de outros medicamentos.

### ***Beleza e Higiene Pessoal***

Nossa linha de negócios de *Beleza e Higiene Pessoal* iniciou-se em 2006 com a aquisição da marca *Éhl*, e foi ampliada em 2007, com a aquisição da DM e em 2008 com a incorporação do Farmasa e as aquisições da Ceil, das marcas da Brasil Global e NY Looks e do Grupo Niasi. Nesta linha de negócios estão incluídos os seguintes segmentos: *Cuidados com a Pele, Cuidados com as unhas, Modeladores de Cabelo, Coloração, Desodorantes e Colônias, Bronzeador e Protetor Solar, Produtos para Barbear, Modificador de Cabelo, Linha Capilar, Produtos para os Pés, Linha Profissional, Descartáveis, Preservativos e Higiene Bucal*. Esse mercado é atendido tanto por meio do serviço porta a porta, quanto pelos canais tradicionais de varejo e farma.

Além disso, investimos para garantir a melhor penetração e exposição de nossos produtos das linhas de Beleza e Higiene Pessoal, integradas aos nossos negócios após a aquisição da DM, Ceil e Grupo Niasi por meio da disponibilidade de ferramentas de suporte para nossa força de vendas, como computadores e PDAs, com o fim de otimizar a venda de tais produtos, a exemplo da estrutura que já utilizávamos para as linhas de *Higiene e Limpeza e Alimentos*.



Neste segmento, procuramos nos beneficiar do crescimento do segmento de varejo, o qual pode representar a abertura de novos pontos de vendas, centros de distribuição e aumento de estoques, dentre outras perspectivas benéficas às nossas atividades.

#### Cuidados com a Pele

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Cuidados com a Pele*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Hidratantes, Óleos, Sabonetes, Sabonete Íntimo e Tratamento da Pele.....	Monange	45 anos	2007
	Leite de Colônia	62 anos	2007
	Paixão	24 anos	2007
	Rastro	43 anos	2007
	Lucretin	18 anos	2008

Esse segmento é um dos mais representativos dentro da linha de negócios *Beleza e Higiene Pessoal*, com faturamento total de mercado de aproximadamente R\$634,0 milhões por ano, de acordo com dados da ACNielsen.

Neste segmento, nossa principal categoria é a de hidratantes, com as marcas tradicionais *Monange* e *Paixão* que passaram a integrar nosso portfólio após a aquisição da DM, presentes há 45 e 24 anos no mercado, respectivamente. Estas marcas têm recebido um alto investimento em *marketing*, com a participação de celebridades nacionais em suas campanhas, além de investimentos na renovação de rótulos e embalagens e do lançamento de três novas fragrâncias no segundo semestre de 2007.

Também realizamos investimentos na nossa categoria de óleos, na qual atuamos por meio de nossa marca *Paixão*, destinada ao público de menor potencial aquisitivo, bem como na categoria de sabonetes, por meio da marca *Rastro*, e na de tratamentos da pele, com a marca *Leite de Colônia*. Estas marcas são fortes e possuem grande apelo popular, estando presentes no mercado há mais de 24, 43 e 62 anos, respectivamente.

#### Cuidados com as unhas

A tabela abaixo apresenta a principal categoria e marca que faz parte do nosso portfólio no segmento de *Cuidados com as unhas*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Esmaltes .....	Risqué	43 anos	2008

Nesse segmento, inovamos na estratégia de *marketing*, a partir da realização de campanhas publicitárias veiculadas na televisão e reforço do relacionamento com o principal público alvo (manicures). Ainda nesse segmento, realizamos o lançamento de novas linhas de produtos, como a coleção *Rendas do Brasil*, que alavancou a cor de esmaltes *Renda*, a mais vendida do Brasil, segundo dados da ACNielsen. A consolidação dessa estratégia nos permitiu o aumento dos preços dos produtos combinado com um aumento de vendas. Somos líderes de mercado no mercado de *Cuidados com as Unhas* com a marca *Risqué*, com participação de 42% do mercado, segundo dados da ACNielsen. A *Risqué* integra o portfólio da Hypermarchas desde outubro de 2008 com a aquisição do Grupo Niasi.

### *Modeladores de Cabelo*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Modeladores de Cabelo*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Gel, Pomadas, Cola, Cera	Bozzano	63 anos	2008
e Spray .....	NY Looks	17 anos	2008

Somos líderes no segmento de *Modeladores de Cabelo*, com as marcas Bozzano e NY Looks, segundo dados da ACNielsen. Em virtude de seu grande reconhecimento, essas marcas são o alicerce para nossa estratégia de expansão e consolidação no segmento masculino.

### *Coloração*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marca que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Coloração*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Coloração em Creme, Coloração em Gel, Tonalizante, Descolorante e Água Oxigenada.....	Biocolor	51 anos	2008

Atuamos no segmento de Coloração com a marca Biocolor que ingressou no nosso portfólio de marcas em 2008, com a aquisição do Grupo Niasi. Esse segmento compreende as categorias de Coloração em Creme, Coloração em Gel, Tonalizantes, Descolorantes e Água Oxigenada.

### *Desodorantes e Colônias*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Desodorantes e Colônias*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Spray, Roll On e Aerosol .....	Très Marchand	17 anos	2007
	Avanço	44 anos	
	Italian Pine	17 anos	
	Leite de Colônia	62 anos	
	Monange	45 anos	
	Rastro	43 anos	

Atualmente, somos o segundo maior competidor no segmento de *Desodorantes e Colônias* e possuímos um portfólio de marcas amplo e diversificado.

Nossas principais marcas são *Avanço*, *Rastro*, *Très Marchand*, *Monange*, *Leite de Colônia*, *Italian Pine* e *Contouré*. Nesse segmento possuímos produtos nos principais tipos de embalagens (*Spray*, *Roll on* e *Aerosol*), o que nos proporciona uma maior exposição no ponto de venda, oferecendo mais opções ao consumidor num mercado em que a diversidade de produtos e embalagens é fundamental.

Neste segmento, constantes lançamentos são fatores chave de sucesso. Durante os últimos anos revitalizamos grande parte das marcas, lançamos novas fragrâncias de nossos desodorantes e colônias e novas apresentações (*Roll on* e *Aerosol*), capturando o potencial latente dessas marcas.

Possuímos ainda um grande potencial de crescimento que pretendemos explorar por meio de novas extensões de marcas adormecidas, bem como a continuidade da estratégia de lançamento e revitalização das marcas já existentes neste segmento.

#### *Bronzeador e Protetor Solar*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marca que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Bronzeador e Protetor Solar*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Bronzeadores, Protetores, Infantil e Pós-Sol .....	Cenoura & Bronze	32 anos	2007

O segmento de *Bronzeador e Protetor Solar* apresentou crescimento expressivo nos últimos anos, impulsionado pela crescente preocupação com os efeitos nocivos da exposição direta ao sol. Atuamos nesse segmento com a marca *Cenoura & Bronze* que passou a integrar nosso portfólio após a aquisição da DM.

Neste segmento, seguimos a estratégia de revitalização da marca com o lançamento de novas fórmulas e embalagens.

#### *Produtos para Barbear*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marca que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Produtos para Barbear*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Aparelhos de Barbear, Produtos de Preparação para o Barbear e Pós-Barba.....	Bozzano	63 anos	2008

Ingressamos no mercado de produtos para barbear, o qual compreende aparelhos de barbear, produtos de preparação para o barbear e o pós-barba, com a aquisição da Ceil em julho de 2008. Atuamos neste segmento com a marca Bozzano que é tradicional no mercado de produtos masculinos. Temos alavancado a marca Bozzano para que esta se torne sinônimo de produtos no segmento masculino, por meio, por exemplo, do relançamento das lâminas de barbear Bozzano.

#### *Modificador de Cabelo*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marca que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Modificador de Cabelo*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Alisante e Permanente .....	Zene	49 anos	2008

Atuamos no segmento de *Modificador de Cabelo* com a marca Zene, presente no nosso portfólio desde 2008 com a aquisição da Niasi. Este é um dos segmentos que apresenta maior índice de crescimento na cesta de Beleza e Higiene Pessoal, segundo dados da ACNielsen e acreditamos que podemos nos beneficiar deste crescimento, como também aumentar nossa participação, fortalecendo e aumentando a distribuição da marca Zene.

### *Linha Capilar*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Linha Capilar*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Shampoos, Condicionadores e Cremes para Pentear.....	Monange	45 anos	2007
	Éh!	4 anos	2006
	Aquamarine	49 anos	2008
	Biorene	49 anos	2008
	Paixão	24 anos	2007
	Hydrogen	3 anos	2009

No segmento de *Linha Capilar* estamos presentes nas seguintes categorias: shampoo, condicionador e cremes para pentear.

Atuamos por meio das marcas *Monange*, *Éh!*, *Aquamarine*, *Biorene*, *Paixão* e *Hydrogen*. A marca *Monange*, que passou a integrar nosso portfólio após a aquisição da DM, tem foco mais popular com produtos de alta qualidade e preços atrativos, oferecendo excelente relação de custo-benefício. A linha capilar *Paixão* foi lançada em 2008 como extensão de linha dos reconhecidos óleo e hidratante da mesma marca. A marca *Éh!* possui um apelo ecológico e de inovação (shampoo orgânico, sem produtos químicos derivados do petróleo, esfoliante para o couro cabeludo), oferecendo produtos com qualidade profissional (uso em salões de beleza), a um preço competitivo focado no mercado de maior valor agregado. A marca *Aquamarine* passou a integrar nosso portfólio após a aquisição da Ceil. Já a marca *Biorene* entrou em nosso portfólio após a aquisição do Grupo Niasi e tem um posicionamento de preço intermediário. Em 2009 adquirimos a marca Hydrogen, licenciada da marca *Disney* e *Warner Brothers*, para produtos de cabelo infanto-juvenil no Brasil, inaugurando o segmento infantil de cosméticos.

Nossas marcas desse segmento são fortemente reconhecidas no mercado brasileiro e acreditamos possuírem um grande potencial de crescimento futuro. Seguindo nossa política de *marketing*, investimos na modernização de todas as embalagens das linhas e em propaganda, com o objetivo de capturar este potencial de crescimento. Além disso, pretendemos expandir nossa atuação para nichos correlatos, investindo ainda mais para atingir uma melhor distribuição e nos calcando em estratégias agressivas de *marketing* que possibilitem maior visibilidade da marca e de nossos produtos para o consumidor.

### *Produtos para os Pés*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marca que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Produtos para os Pés*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Talco para os Pés e Aerosol para os Pés .....	Bozzano	63 anos	2008

Ingressamos neste segmento em 2008, com a marca Bozzano, através da aquisição da Ceil. Este segmento complementa nossa linha de negócios de *Beleza e Higiene Pessoal*.

### *Linha Profissional*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Linha Profissional*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Shampoo e Condicionador Profissional, Alisante	Niasi Concept		
Profissional e Coloração	Hid Trat Technique	5 anos	2008
Profissional .....	Progressive	4 anos	2008
	Nuance Tonalité	6 anos	2008

A Linha Profissional proporciona aval de qualidade de nossas marcas no segmento de *Beleza e Higiene Pessoal* pois acreditamos que tem boa aceitação junto ao público formador de opinião. Além disso, existe uma sinergia no desenvolvimento e aprimoramento de produtos com a utilização do centro técnico, essencial para garantir a qualidade e performance de nossos produtos.

### *Descartáveis*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Descartáveis*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Fraldas Infantis .....	Pompom	36 anos	2009
	Piui	30 anos	2009
	Sapeka	11 anos	2010
	Fluffy	10 anos	2010
Fraldas Geriátricas .....	BigFral	20 anos	2009
Absorventes Geriátricos .....	BigMaxi	12 anos	2009
Lenços Umedecidos .....	Lucretin	17 anos	2008

Ingressamos neste segmento em 2008, com a marca Lucretin, através da incorporação do Farmasa.

A partir da aquisição da Pompom, este segmento foi fortalecido e passou a ser mais representativo dentro da linha de negócios de *Beleza e Higiene Pessoal*, com uma maior abrangência de categorias com as marcas Pompom e Piui, na categoria de fraldas infantis, BigFral, na categoria de fraldas geriátricas e BigMaxi, na categoria absorventes geriátricos. Ainda, em 2010 ampliamos nossa participação no segmento de descartáveis com a aquisição da Sapeka, que explora as marcas "Sapeka", "Fluffy", "Maturidade", "Única" e "Leve".

Acreditamos que este segmento possui um expressivo potencial de expansão, dado o aumento de poder aquisitivo da população, aumentando a penetração deste tipo de produto, especialmente para fraldas infantis e fraldas geriátricas, utilizadas para incontinência de adultos. Além disso, acreditamos que as fraldas geriátricas têm também um alto potencial de crescimento devido ao envelhecimento da população, que faz com que aumente o uso deste tipo de produto.

### *Preservativos*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Preservativos*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Preservativos.....	Jontex	48 anos	
	Olla	31 anos	
	Lovetex	31 anos	2010
	Microtex	50 anos	2009
Gel lubrificante .....	Olla	3 anos	2009

Ingressamos neste segmento em 2009, com as marcas Olla, vice-líder de mercado, segundo dados da ACNielsen, Lovetex e Microtex, através da aquisição da Inal. Em 4 de março de 2010, concluímos a aquisição da Jontex, líder neste segmento, segundo dados da ACNielsen.

As marcas Jontex e Olla, com forte reconhecimento dos consumidores e consideradas de alta confiabilidade, são as principais neste mercado e têm um alto potencial de expansão de portfólio nos preservativos diferenciados, como saborizados e texturizados, e aumento de canais de comunicação, notadamente através de mídia de massa e ações com consumidores. Acreditamos que nossa expertise nas áreas de mídia e desenvolvimento de produtos, somada à força das marcas e ao incentivo do governo através de ações públicas promovendo o uso desses produtos, poderá auxiliar nas vendas desta categoria dentro da linha de negócios de *Beleza e Higiene Pessoal*.

### *Higiene Bucal*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marca que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Higiene Bucal*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marca</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Escovas dentais, fios e fitas dentais e anti-sépticos bucais .....	Sanifill	24 anos	2010

Ingressamos neste segmento em 2010, com a marca *Sanifill*, através da aquisição da Facilit. Este segmento complementa nossa linha de negócios de *Beleza e Higiene Pessoal*.

### **Higiene e Limpeza**

A linha de negócios de Higiene e Limpeza é dividida em quatro segmentos: Cuidados com a Louça, Cuidados com as Roupas, Cuidados com o Lar e Controle de Pragas.

#### *Cuidados com a Louça*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Cuidados com a Louça*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Lã e palha de aço, Esponjas sintéticas e Panos de limpeza .....	Assolan	52 anos	
	Help	43 anos	2002

Atuamos no segmento de *Cuidados com a Louça* com os seguintes produtos: lã e palha de aço, esponjas sintéticas e panos de limpeza. Este segmento possui produtos com um alto potencial de desenvolvimento e aumento de penetração, como o pano de limpeza e a esponja sintética.

Nossa principal marca neste segmento é a *Assolan*, com 52 anos de existência e que atualmente ocupa a segunda posição em *market share* no mercado de lã de aço, segundo dados da ACNielsen. A Assolan Industrial Ltda. ("Assolan Industrial") foi adquirida da Unilever no segundo semestre de 2001 e, na época da aquisição, estava presente somente nas categorias de lã de aço, palha de aço e esponja sintética. Adicionalmente, em 2002, realizamos a consolidação dentro do setor de lã de aço por meio da aquisição de diversas marcas com força regional de lã de aço.

Em 2003, investimos em *marketing* por meio do lançamento do "Mascote Assolan" e do patrocínio a programas televisivos de grande audiência e apelo popular. Ainda hoje, continuamos com nossa estratégia de investimentos em *marketing* por meio de campanhas de impacto, e de investimentos contínuos na promoção de produtos nos pontos de venda ao consumidor.

#### *Cuidados com as Roupas*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Cuidados com as Roupas*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Detergente em pó e líquido,	Assim	7 anos	2005
Amaciantes e Tira-Manchas .....	Sim	13 anos	2005

O nosso segmento de *Cuidados com as Roupas* é composto pelas seguintes categorias de produtos: detergentes em pó e líquido, amaciantes e produtos tira-manchas. Em 2008, o mercado que inclui as categorias deste segmento faturou R\$4,1 bilhões, segundo dados da ACNielsen.

Os detergentes em pó e líquido são empregados principalmente na lavagem de roupas, mas também podem ser usados para lavar pisos e utensílios domésticos. O principal componente ativo do detergente é o ácido sulfônico, que apresenta propriedade tensoativa.

Ingressamos neste segmento em fevereiro de 2005, com a aquisição da Distribuidora Clean e da Quimivale, produtora de detergente em pó, com capacidade de produção de 12 mil toneladas/mês, o que representa aproximadamente 21% do mercado total de detergente em pó, de acordo com dados da ACNielsen, e investimos na modernização da planta industrial localizada no município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Nossa principal marca neste segmento é a *Assim*, com produtos de qualidade utilizados principalmente para a lavagem de roupa, apoiada pela marca *Sim*, utilizada tanto na lavagem de roupa quanto na limpeza geral. Essas marcas são de posicionamento popular, destinadas aos consumidores que procuram a melhor relação custo benefício para a categoria, competindo com marcas líderes deste segmento.

Em 2006, expandimos as marcas para as categorias de amaciantes e outros produtos que são complementares no segmento de lavanderia. Os amaciantes são produtos líquidos utilizados para amaciar e perfumar as roupas. Os produtos tira-manchas são usados para clarear e remover manchas em roupas.

### *Cuidados com o Lar*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Cuidados com o Lar*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Multiuso, Desinfetantes, Limpadores, Saponáceos e Desodorizadores sanitários .....	Assim	7 anos	2005
	Sim	13 anos	2005
	Fluss	25 anos	2007
	Sani Fleur	33 anos	2007

Nosso segmento de *Cuidados com o Lar* é composto pelas seguintes categorias: multiuso, desinfetantes, limpadores, saponáceos e desodorizadores sanitários. Essas são categorias formadas por produtos de maior valor agregado, porém ainda com baixa penetração no mercado brasileiro. Estrategicamente, optamos por não entrar em mercados, como por exemplo, o de água sanitária e sabão em barra, que têm grande volume de vendas, porém com produtos de baixo valor agregado e forte concorrência regional.

Os limpadores multiuso são produtos químicos concentrados, a base de amoníaco, utilizados na limpeza geral de pisos, pias, ladrilhos, lavagem e remoção de manchas diversas. Os desinfetantes são produtos químicos que apresentam ação germicida e bactericida, usados na limpeza doméstica em geral. Os saponáceos são produtos de limpeza, a base de sabão, e contêm agentes abrasivos para polimento doméstico, de pias, louças sanitárias, box e utensílios domésticos diversos. Os desodorizadores sanitários, por sua vez, são produtos sólidos, semi-sólidos, líquidos ou em gel, a base de componentes químicos, com o efeito de higienizar, desodorizar e perfumar o ambiente.

Em 2005, iniciamos nossa atuação nas categorias de multiuso, desinfetantes e limpadores por meio das marcas *Assim* e *Sim*, após investimentos para aquisição e renovação completa de uma planta de saneantes em Goiânia pertencente, anteriormente, à Unilever. Em 2007, passamos a atuar também na categoria de desodorizadores sanitários com a aquisição da Sulquímica, proprietária das marcas *Fluss* e *SaniFleur*.

Atualmente, as nossas principais marcas nesse segmento são *Assim*, *Sim*, *Fluss* e *SaniFleur*, sendo que estas duas últimas são as únicas presentes na categoria de desodorizadores sanitários.

### *Controle de Pragas*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Controle de Pragas*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Aerosol, Elétrico, Espiral e Armadilha .....	Mat Inset	32 anos	2007
	No Inset	7 anos	
	Boa Noite	66 anos	
	Matador	72 anos	

O segmento de Controle de Pragas possui um grande potencial a ser explorado, devido a dois fatores principais: (i) condições climáticas do País, propícias ao desenvolvimento de insetos, e (ii) baixa penetração deste produto no mercado, equivalente a 38%, segundo dados da LatinPainel. Atualmente, o mercado brasileiro encontra-se concentrado em apenas dois concorrentes atuantes neste segmento.



Ingressamos no segmento de Controle de Pragas no primeiro trimestre de 2007, por meio da aquisição da Sulquímica, proprietária da marca Mat Inset, líder na região Sul, de acordo com dados da ACNielsen. Estamos presentes nas seguintes categorias: aerosol, armadilha, elétrico e espiral.

Os inseticidas em aerosol são produtos químicos, de ação fulminante, destinados a exterminar insetos nocivos, rasteiros e voadores, tais como pulgas, baratas, pernilongos, moscas e mosquitos. As armadilhas se destinam a atrair e matar insetos e são apresentadas em forma de iscas. Os inseticidas elétricos são destinados a repelir insetos, por meio da vaporização de inseticidas contidos em refil ou recarga, apresentados em forma líquida ou em pastilhas, possibilitando o uso contínuo com alta durabilidade. Os inseticidas em espiral são liberados no ambiente por meio da queima lenta e gradual do produto, possibilitando assim o seu uso contínuo, com duração máxima de oito horas.

Estes produtos já possuíam, quando da aquisição da Sulquímica, um alto índice de distribuição nesse segmento na região sul. Acreditamos ainda haver oportunidades de melhoria do índice de distribuição nacional e participação de mercado e, para capturar tal potencial, utilizaremos nossa abrangente força de vendas, que atinge todo o território nacional, e empregaremos à marca a mesma estratégia de marketing utilizada por nós para outras marcas.

Após a aquisição da Sulquímica, relançamos a linha Mat Inset com o desenvolvimento de novo logotipo e novas embalagens. Além disso, lançamos novos produtos, como o Mata Dengue que mata não só o mosquito da dengue como também suas larvas, produto de alto potencial dada a realidade brasileira. Acreditamos existir ainda potencial para o lançamento de novos produtos e inovações neste segmento.

## Alimentos

A linha de negócios de *Alimentos* é dividida nos seguintes segmentos: *Adoçantes*, *Atomatados*, *Condimentos* e *Outros*.

### *Adoçantes*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Adoçantes*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Aspartame pó, Aspartame líquido e Sacarina .....	Finn	28 anos	2007
	Zero-Cal	27 anos	
	Adocyl	51 anos	

Os produtos à base de sacarina detêm 64,0% de participação no mercado de adoçantes em valor de venda para o consumidor final, segundo dados da ACNielsen, e são os principais produtos do segmento devido ao seu custo mais atrativo. Os produtos à base de aspartame, principal substituto da sacarina, são produtos de maior valor agregado e detêm 25,0% de participação no mercado de adoçantes, em valor de venda para o consumidor final, segundo dados de novembro/dezembro de 2008 da ACNielsen.

Neste segmento, atuamos com as marcas *Finn*, *Zero-Cal* e *Adocyl*, com produtos na forma líquida (sacarina e aspartame) e pó (aspartame). A *Finn*, nossa marca *premium*, foi adquirida da Finn, detentora desta marca, no primeiro trimestre de 2007, e é atualmente líder no mercado de aspartame, de acordo com dados da ACNielsen, produto de maior valor agregado. A marca Zero-Cal, atual líder do mercado de sacarina de acordo com dados da ACNielsen, passou a integrar nosso portfólio após a aquisição da DM. Esses produtos são destinados aos consumidores que buscam qualidade e marca reconhecidas a um custo atrativo. A marca *Adocyl* também foi integrada ao nosso portfólio após a aquisição da DM, oferecendo uma excelente relação custo-benefício ao consumidor.

Acreditamos que nossas marcas do segmento de *Adoçantes* apresentam ainda grande potencial de crescimento, por meio do desenvolvimento de produtos derivados, *diet* e *light*, ainda pouco explorados no Brasil.

#### *Atomatados*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Atomatados*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Molhos, Extratos, Purês e Polpas .....	Etti	51 anos	2006
	Salsaretti	23 anos	
	Cajamar	46 anos	
	Etti PuroPurê	38 anos	
	Etti PuraPolpa	23 anos	

O segmento de *Atomatados*, apesar de já ser um segmento bem desenvolvido, apresentou um crescimento elevado nos últimos anos, especialmente devido à expansão da categoria de molhos. Este crescimento se deu especialmente devido ao aumento do poder aquisitivo da população, que fez com que os consumidores passassem a buscar produtos prontos e semi-prontos que são mais práticos e demandam menos tempo de preparo.

Em março de 2006, retornamos ao segmento de *Atomatados* com a aquisição da Etti, que detinha as marcas *Etti*, *Salsaretti*, *Etti PuraPolpa*, *Etti PuroPurê* e *Cajamar*, marcas tradicionais e reconhecidas nacionalmente, em especial no interior do Estado de São Paulo. Após sua aquisição, iniciamos um processo de investimento e modernização para aumento de capacidade de produção da planta industrial, com o objetivo de melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos. Ainda, modernizamos as logomarcas *Etti* e *Salsaretti* e reformulamos todas as embalagens e rótulos, com o posterior relançamento publicitário destas marcas, as quais há oito anos não recebiam investimentos em mídia.

O segmento de atomatados é composto por molhos de tomate refogados (prontos para serem servidos), extratos de tomate (produto concentrado para fazer molhos), purê e polpa de tomate (substituto do tomate "in natura", sem condimentação, utilizado no preparo de molhos). A principal matéria-prima é o tomate "in natura".

Nossas principais marcas no segmento são *Etti*, *Salsaretti*, *Cajamar*, *Etti PuroPurê* e *Etti PuraPolpa*. A marca *Etti* é a marca "guarda-chuva" neste segmento para as demais marcas. A *Cajamar* é uma marca tradicional de extrato de tomate na região Sul e no Estado de Minas Gerais.

Os produtos das marcas *Etti PuroPurê* (purê de tomate) e *Etti PuraPolpa* (polpa de tomate) são intermediários entre extrato e molho pronto, sem condimentação, e são usados como base para preparo de molhos e receitas diversas.

Ampliamos gradativamente nossa participação de mercado neste segmento com investimentos estratégicos visando, principalmente, o lançamento de novos produtos e melhoria nos canais de distribuição.

### *Condimentos*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio no segmento de *Condimentos*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Ketchup, Molhos líquidos e Sachês.....	Etti	51 anos	2006

O segmento de *Condimentos* é composto pelas seguintes categorias de produtos: *ketchup* (incluindo mostarda e molho *barbecue*) e molhos líquidos (molho de pimenta, molho inglês e shoyo).

Nossa principal marca no segmento é a *Etti*. Em 2007, reformulamos as embalagens e rótulos de todos os nossos produtos desse segmento.

### *Temperos*

A tabela abaixo apresenta a categoria e marca que faz parte do nosso portfólio também na linha de negócios de *Alimentos*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Caldo.....	Etti	51 anos	2006

Atuamos nesse segmento com a marca *Etti* na categoria de caldos. Este segmento possui alto valor agregado e um grande mercado com valor de R\$547,7 milhões, segundo dados da ACNielsen. Iniciamos nossa participação nesse segmento com o lançamento da linha de caldos no início de 2008, após o investimento em uma nova planta. Possuímos planos de lançamento de novos produtos para capturar ainda mais o potencial deste segmento.

### *Outros*

A tabela abaixo apresenta as principais categorias e marcas que fazem parte do nosso portfólio também na linha de negócios de *Alimentos*.

<b>Categoria de Produto</b>	<b>Marcas</b>	<b>Idade da Marca</b>	<b>Ano de Entrada no portfólio</b>
Vegetais em conserva, Doces e Bebidas ....	Etti	51 anos	2006
	Suprasumo	51 anos	2007
	Zero-Cal	27 anos	2007
	Adocyl	51 anos	2007

Atuamos ainda com a marca *Etti* nas categorias de vegetais em conserva e de doces (geleias e goiabada), com a marca *Suprasumo* nas categorias de balas e bebidas (refresco em pó) e com as marcas *Zero-Cal* e *Adocyl* nas categorias de doces (pudim, gelatina e flan) e bebidas (refresco em pó).

**b. receita proveniente do segmento e sua participação em nossa receita líquida**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
Segmento	2007 <sup>(1)</sup>		2008		2009	
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
(em R\$ milhares, exceto percentuais)						
Medicamentos .....	na	na	465.921	34,9%	724.922	35,8%
Beleza e Higiene						
Pessoal .....	na	na	398.061	29,9%	723.757	35,7%
Higiene e Limpeza .....	na	na	240.937	18,1%	310.039	15,3%
Alimentos .....	na	na	228.075	17,1%	266.554	13,2%
<b>Total .....</b>	<b>837.442</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.332.994</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.025.272</b>	<b>100,0%</b>

<sup>(1)</sup> Em 2007, a DM não monitorava a quebra de sua receita líquida por unidade de negócio, não sendo possível, assim, apresentar os dados para o respectivo ano.

Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2009		2010	
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
(em R\$ milhares, exceto percentuais)				
Medicamentos .....	158.209	41%	318.393	49%
Beleza e Higiene Pessoal .....	122.823	32%	225.914	34%
Higiene e Limpeza .....	57.109	15%	54.860	8%
Alimentos .....	46.591	12%	57.616	9%
<b>Total .....</b>	<b>384.732</b>	<b>100%</b>	<b>656.783</b>	<b>100%</b>

**c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação em nosso lucro líquido**

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que as funções de sua estrutura operacional, tais como área de compras, vendas, tecnologia da informação, logística, mídia, propaganda, finanças, administração e recursos humanos são compartilhadas entre todos os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas associadas com tais atividades para cada um deles.

**7.3. Em relação aos Produtos e Serviços descritos acima, descrever:**

**a. características do processo de produção**

Segue abaixo breve descrição do processo de produção para cada uma de nossas linhas de negócios.

**Medicamentos**

O processo de produção dos Medicamentos sólidos inicia-se com o peneiramento das matérias-primas, seguido pela adição de um fluido (álcool ou água) para auxiliar na diluição da mistura. Em seguida, a mistura é granulada e o produto é seco. O produto é então novamente transformado em pó e são adicionados os componentes que não entraram na mistura úmida. Posteriormente, ocorre a compressão, o revestimento (se necessário) e a blistagem/envelopagem. Por fim, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (*displays* ou cartuchos) e nas caixas de embarque.

Os Medicamentos semi-sólidos são produzidos a partir da mistura das matérias-primas, realizada em tanques de fabricação ou nos misturadores, seguida do envase em bisnagas de alumínio ou plástico. Posteriormente, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de embarque.

Os Medicamentos líquidos são produzidos a partir da mistura das matérias primas em tanques de fabricação (produtos com extratos passam por um período de decantação e posterior filtração) e, posteriormente, envasado nos frascos. Por fim, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de embarque.

### ***Beleza e Higiene Pessoal***

O esmalte é resultado da mistura a frio das matérias primas, base e corantes. O esmalte é filtrado e armazenado em bombonas plásticas que são enviadas para a área de envase. O esmalte é envasado por máquinas automáticas que também aplicam a tampa e o rótulo. Os frascos de esmalte são encartuchados ou são embalados em forma de blister antes de serem armazenados em caixa de papelão que serão paletizadas e enviadas para o depósito de produtos acabados.

A coloração creme é fabricada em tanques de inox por processo a quente e sob agitação. A fase oleosa é aquecida em um tanque auxiliar antes de adicionar ao tanque de fabricação. A coloração é então transferida para o tanque de armazenagem e envasada em bisnagas. A coloração é então embalada em cartuchos individuais ou em kit (água oxigenada, sachet de creme para hidratação e manual de aplicação). As bisnagas são colocadas manualmente nos cartuchos que são colados automaticamente. Os cartuchos são colocados em caixas de papelão e, estas, são paletizadas para envio ao depósito de produto acabado. Os cartuchos de kits são embalados de três em três unidades por filme plástico transparente.

O permanente é fabricado em tanque de aço inox por mistura a frio. O produto é envasado em máquina semi-automática, a tampa é aplicada e rosqueada manualmente. Os frascos são colocados em caixas que são paletizadas para envio ao depósito de produto acabado.

O shampoo é fabricado em tanques de aço inox por processo a quente e sob agitação. O shampoo é transferido para o tanque de armazenagem para ser envasado em máquina semi automática. As tampas são aplicadas manualmente e na sequência a batoqueira completa o fechamento do frasco. Na linha é aplicado o rótulo também. Os frascos são colocados em caixa de papelão que serão paletizadas e enviadas para o depósito de produtos acabados.

O desodorante é fabricado em tanques de aço inox por mistura a frio. O desodorante é enviado por tubulação até a envasadora semi-automática. A bucha com pescante é aplicada manualmente e presa no gargalo do frasco pela batoqueira automática. A tampa é aplicada e rosqueada automaticamente. A máquina aplica filme termo encolhível fazendo pacotes com 12 unidades que são paletizados diretamente sem caixa de papelão.

O preservativo é fabricado a partir de um molde que passa por uma solução com látex e posteriormente secagem. Após essa etapa, toda a produção passa por um teste elétrico, para garantir que não haja furos no preservativo. Ao final, é adicionado lubrificante e aroma (nos preservativos aromatizados), sendo que os mesmos são embalados nas embalagens primárias e secundárias (*flow pack*) automaticamente. Posteriormente, as embalagens secundárias são acondicionadas em caixas manualmente para o embarque.

A fralda é fabricada a partir de uma tira composta por celulose e gel absorvente, que passa por uma esteira que introduz camadas de não tecido com intuito de dar estrutura à fralda. Posteriormente, a fralda passa por facas que moldam o formato desejado. Após essa etapa, são colados e costurados acessórios como as barreiras de proteção internas e fitas adesivas para fechamento. Ao final, as fraldas são dobradas e acondicionadas nas embalagens primárias e secundárias para o embarque.

O fio dental tradicional é produzido do filamento de polipropileno e é banhado em cera aromatizada parafinada, isto é, cera aromatizada, mas insolúvel (cera insolúvel não libera sabor). No fio dental Premium é utilizado um filamento de polipropileno sem torções, mais macio. Os fios são banhados em uma cera aglutinante que aglutina os fios em um único filamento. Após esse processo, o filamento é embebido em cera hidrossolúvel aromatizada (cera que libera sabor).

## **Higiene e Limpeza**

A lã de aço é produzida a partir de trefilamento de arames, que são posteriormente cortados, enrolados em forma de esponja e embalados. As esponjas sintéticas são produtos à base de poliuretano e/ou outras fibras sintéticas. No modelo mais tradicional, a fibra sintética abrasiva é colada sobre a base de poliuretano, sendo que posteriormente as esponjas são cortadas e embaladas para venda. Os panos de limpeza são confeccionados à base de material sintético (não-tecido) ou de tecido de algodão e posteriormente embalados para a venda em caixas ou em rolos.

Os limpadores multi-uso, detergente líquido, amaciantes e desinfetantes são produtos químicos fabricados através da mistura de matérias-primas específicas para cada produto em tanques dedicados, sendo posteriormente envasados em frascos e acondicionados em caixa para o embarque.

Os saponáceos são produtos de limpeza com efeito de dergência e abrasividade. Ambas as apresentações, líquido e pó, são manufaturadas através da mistura de matérias-primas (químicos) específicas, envasadas em frascos previamente rotulados *in-house (sleeve)* e acondicionadas nas caixas de embarque específicas.

Os detergentes em pó são feitos à base de ingredientes tensoativos que conferem efeito de remoção das sujeiras. Esta matéria-prima é misturada a outros componentes, secada através de uma torre de secagem e envasada em caixas ou saches.

Os espirais para controle de pragas são produzidos por uma extrusão de uma mistura de serragem de madeira, cola vegetal e inseticida piretróide. Após extrusados são cortados em formato de espirais e embalados.

Os refis pastilhas são produzidos pela injeção de inseticida piretróide em uma base de papelão especialmente fabricado para esse produto. Após a injeção ocorre o corte no formato dos refis e a embalagem em saches.

O refil líquido para controle de pragas é produzido pela mistura de solvente desodorizado com inseticida piretróide e envasados em frascos apropriados para o aparelho elétrico.

As iscas (armadilhas) para o controle de pragas são produzidas com a mistura de substâncias atrativas para os insetos com estimulantes de apetites e inseticida. O pó formado por essa mistura é prensado em embalado em formato de iscas.

Os desodorizadores sanitários, os repelentes corporais, parte dos espirais e aerossóis têm sua produção terceirizada.

## **Alimentos**

Os molhos de tomate prontos são produzidos a partir da polpa de tomate, pedaços de tomate picados, cebola triturada e refogada em óleo de girassol, além de outros condimentos. A polpa de tomate é adicionada ao tomate picado, à cebola refogada e aos demais ingredientes da formulação. O produto é homogeneizado e aquecido até a concentração apropriada. Em seguida, é envasado através de dosadeiras automáticas, sendo então imediatamente fechado, esterilizado, resfriado e acondicionado em caixas de embarque.

O extrato de tomate é produzido a partir da polpa de tomate, adicionando-se sal e açúcar. A concentração é ajustada ao nível adequado e em seguida pasteurizada e envasada por meio de dosadeiras automáticas, sendo então imediatamente fechados. Posteriormente, as embalagens são esterilizadas, resfriadas e acondicionadas em caixas de papelão.

O purê e polpa são produzidos a partir da polpa de tomate, sal e açúcar. Os ingredientes são misturados e a concentração é ajustada ao nível adequado. Posteriormente, a mistura é pasteurizada e envasada. Após o envase, as embalagens são esterilizadas, resfriadas e acondicionadas em caixas de papelão.

O ketchup é produzido a partir da polpa do tomate. A polpa de tomate e os demais ingredientes da formulação são colocados em um tanque de aço inoxidável, no qual a mistura é homogeneizada e aquecida, ajustando o produto à concentração apropriada. Posteriormente, o produto é pasteurizado, resfriado e envasado por meio de dosadoras automáticas, rotulado e acondicionado em caixas de papelão.

A mostarda é produzida a partir de grãos de mostarda moídos. A mostarda em pó é transferida para um tanque de preparação, no qual é adicionado o vinagre, o sal e os demais ingredientes da formulação. O produto é homogeneizado e, em seguida, pasteurizado, resfriado e envasado.

A geleia de frutas é produzida a partir da polpa de fruta transferida para um misturador, com a adição de açúcar. A mistura é homogeneizada e aquecida até a concentração específica, sendo posteriormente envasada.

Os vegetais são produzidos a partir de grãos selecionados. Os grãos passam pelo processo de lavagem e seleção. Paralelamente, a salmoura é preparada e mantida à temperatura de ebulição. Na fase seguinte, o grão é enlatado, através de dosadeira automática, recebendo ao mesmo tempo a salmoura.

Os caldos são produzidos a partir de vegetais, gordura, sal e os ingredientes relativos a cada versão do caldo Etti. A mistura desses ingredientes é prensada e embalada em papel-alumínio. Em seguida, são acondicionados nas respectivas embalagens.

#### ***b. características do processo de distribuição***

##### ***Distribuição de Nossos Produtos***

A distribuição de nossos produtos é realizada por meio do canal farma, que envolve grandes cadeias farmacêuticas e pequenas farmácias independentes, e do canal alimentar, que compreende atacados, hipermercados, supermercados e pequenos varejistas em todas as regiões do País.

A entrega dos nossos produtos aos estabelecimentos que compõem o canal farma e o canal alimentar é feita diretamente por nós, e também por meio da utilização de distribuidores intermediários (canal indireto), os quais compram os nossos produtos e os revendem aos estabelecimentos que farão a comercialização ao consumidor final.

A distribuição por meio de distribuidores intermediários (canal indireto) é a nossa principal forma de distribuição, responsável por parte relevante do nosso faturamento total para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e período de três meses encerrado em 31 de março de 2010.

Adicionalmente, quando distribuímos nossos produtos diretamente aos estabelecimentos que compõem o canal farma ou o canal alimentar, utilizamos uma frota de caminhões totalmente terceirizada e rodoviária.

##### ***Nossa Força de Vendas***

A nossa força de vendas é abrangente e é composta por (i) nossa equipe própria de vendas, cujos integrantes são nossos empregados, registrados como tais nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); (ii) promotores de vendas, que também são nossos empregados registrados como tais nos termos da CLT; (iii) demonstradoras, que são nossos empregados registrados como tais nos termos da CLT; e (iv) representantes terceirizados, não exclusivos, cuja remuneração se dá mediante o pagamento de comissão.

O vendedor da nossa equipe própria de vendas é responsável pela venda de nossos produtos diretamente aos estabelecimentos que compõem o canal farma e o canal alimentar, enquanto que o promotor de vendas é responsável pelo reabastecimento de nossos produtos nas gôndolas dos estabelecimentos que compõem o canal farma e o canal alimentar. A demonstradora é responsável pela demonstração de nossos produtos junto os canais em que atuamos. O representante terceirizado vende os nossos produtos sem exclusividade e recebe uma comissão pelas vendas realizadas.

Nossa força de vendas atua nas nossas quatro linhas de negócios e distribui os nossos produtos por meio dos canais alimentar e farma e é apoiada por uma equipe de promoção (*merchandising*) e *trade marketing*, com o fim de garantir a melhor exposição de todos os nossos produtos nos pontos de vendas.

Apresentamos a seguir os canais de distribuição de nossos produtos de acordo com as nossas linhas de negócios:

- (i) *Medicamentos*, os nossos produtos são distribuídos exclusivamente por meio do canal farma.
- (ii) *Beleza e Higiene Pessoal*, os nossos produtos são distribuídos por meio do canal farma e do canal alimentar.
- (iii) *Higiene e Limpeza* (exceto inseticidas), os nossos produtos são distribuídos exclusivamente por meio do canal alimentar.
- (iv) *Alimentos* (exceto no segmento de Adoçantes), os nossos produtos são distribuídos exclusivamente por meio do canal alimentar.

### **Logística**

Nossa operação logística é segmentada por linha de negócio para melhor capturar sinergias e manter o foco operacional. Nossa logística apóia o processamento de produtos e informações, com cobertura nacional, entregando aproximadamente 157 milhões de caixas por ano.

Operamos com uma rede de transportadoras terceirizadas de serviços customizados. Trabalhamos com transportadoras regulamentadas para cada segmento, conforme exigências das normas aplicáveis. Ao todo, realizamos cerca de 2.459 embarques por mês diretamente de nossas plantas, por meio de frota dedicada a esta operação. Atualmente, o transporte de nossos produtos é na grande maioria terceirizado e rodoviário.

Apresentamos 12 centros de distribuição, sendo alguns integrado às fábricas, que somam um total de 92.000 metros quadrados de área construída. Esses centros de distribuição são operados por equipe própria que conta com cerca de 452 funcionários próprios (além de terceiros) dedicados e capacitados para cada uma das funções, sendo a administração dos recursos compatível com a demanda. As instalações de *Medicamentos*, *Alimentos* e *Beleza e Higiene Pessoal* cumprem com as exigências de GMP (Boas práticas de Manufatura). Todos os nossos centros de distribuição estão operando em ambiente SAP, com as informações integradas para maior captura de sinergias.



**c. características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados.**

*Descrição sumária dos mercados de atuação*

**O Setor de Medicamentos**

***Classificação dos Medicamentos Comercializados no Brasil***

Os produtos farmacêuticos comercializados no Brasil podem ser divididos em três categorias:

- **Medicamentos RX ou Tarjados:** Englobam as categorias de medicamentos de referência e de medicamentos similares, cuja aquisição e utilização dependem de prescrição médica e que apresentam, em sua embalagem, tarja (vermelha ou preta, conforme a periculosidade do remédio) indicativa desta necessidade. Também conhecidos como medicamentos “éticos”.
- **Medicamentos Genéricos:** Medicamentos idênticos, ou Bioequivalentes, aos respectivos Medicamentos de Referência na forma de dosagem, eficácia, segurança, potência, qualidade, características de desempenho e uso pretendido, desenvolvidos após a expiração, renúncia ou quebra da patente do Medicamento de Referência em que se baseiam, e utilizando fórmulas de Medicamentos de Referência. A diferença se dá no nome, no fabricante e na forma de divulgação. Os Medicamentos Genéricos não são protegidos por patente e devem ser designados pela DCB (Denominações Comuns Brasileiras) ou, na sua ausência, pela DCI (Denominações Comuns Internacionais ou *International Nonproprietary Names* – INN, adotadas pela Organização Mundial da Saúde). Devido aos menores custos com pesquisa e desenvolvimento e *marketing*, os preços dos Medicamentos Genéricos são 30% a 70% inferiores aos dos Medicamentos de Referência.
- **Medicamentos OTC (“over-the-counter”) ou Medicamentos de Venda Livre:** Medicamentos cuja venda é livre, não requerendo a apresentação de prescrição médica, utilizados para o alívio de uma condição médica. Esse grupo inclui medicamentos para tratamento de condições agudas fáceis de serem autodiagnosticadas, tais como antiácidos, remédios para tosse, dor e gripe. Também conhecidos como Medicamentos Isento de Prescrição (MIP).

Produzimos e comercializamos Medicamentos das categorias RX ou tarjados e OTC e, após a incorporação do Neo Química, também Medicamentos Genéricos.

É vedada a comercialização de nossos Medicamentos fora de farmácias e drogarias.

***Visão Geral***

O mercado farmacêutico global projetava para o ano de 2008 um faturamento de US\$773,1 bilhões, de acordo com o IMS, datado de março de 2009, demonstrando taxas de crescimento superiores às da economia mundial. Isso se deve, principalmente, ao aumento da expectativa de vida da população mundial. A tabela abaixo apresenta o crescimento deste setor.

	<b>Tamanho do Mercado</b>	<b>% de Crescimento</b>	<b>% de Crescimento</b>	<b>CAGR</b>
	<b>2008</b>	<b>% de Crescimento</b>	<b>2007</b>	<b>2003 – 2008</b>
	(US\$ bilhões)			(US\$)
<b>Total do mercado global.....</b>	<b>773,2</b>	<b>4,8%</b>	<b>6,6%</b>	<b>6,6%</b>
<b>Total do mercado global – por região</b>				
América do Norte.....	311,8	1,4%	4,4%	5,7%
Europa.....	247,5	5,8%	7,1%	6,4%
Ásia/África/Austrália.....	167,4	8,9%	9,5%	7,8%
América Latina.....	46,5	12,6%	12,8%	12,7%

(1) CAGR significa Crescimento Médio Anual Composto.  
Fonte: IMS Health.

A América Latina representa 6,0% do mercado global de medicamentos, sendo que o Brasil é o maior mercado de medicamentos desta região, segundo o IMS, representando 31% ou US\$14,2 bilhões do mercado latino-americano em 2008.

As vendas de medicamentos em 2009 no Brasil cresceram 14,4% em relação a 2008 no mercado auditado. Os Medicamentos OTC tiveram um crescimento em reais de 13,8% no Brasil enquanto os medicamentos RX apresentaram crescimento de 12,5% em reais. Já os Medicamentos Genéricos tiveram um crescimento em reais de 23,8%.

A tabela abaixo nos mostra o *ranking* das 20 maiores empresas do mercado farmacêutico, incluindo os Medicamentos OTC e Medicamentos RX no Brasil em 2009:

<b>Mercado Farma Total (OTC + RX + Genéricos)</b>			
<b>Principais Empresas do Mercado Farma no Brasil</b>			
<b>Ranking #</b>	<b>Laboratório</b>	<b>Faturamento (R\$ em milhares)</b>	<b>Market Share % (2009)</b>
1 .....	EMS Pharma	2.012.270	7%
2 .....	Ache	1.713.172	6%
3 .....	Sanofi-Aventis	1.698.049	6%
4 .....	Medley	1.545.892	5%
<b>5 .....</b>	<b>Hypermarcas</b>	<b>1.273.150</b>	<b>4%</b>
6 .....	Eurofarma	1.237.445	4%
7 .....	Novartis	1.213.454	4%
8 .....	Pfizer	874.413	3%
9 .....	Bayer Schering Ph	800.270	3%
10 .....	Astrazeneca Brasil	746.775	3%
11 .....	Boehringer Ing	649.992	2%
12 .....	Nycomed Pharma Ltd	640.893	2%
13 .....	Sandoz do Brasil	589.906	2%
14 .....	Biolab-Sanus Farma	578.376	2%
15 .....	Schering Plough	545.015	2%
16 .....	Merck	530.995	2%
17 .....	Roche	503.645	2%
18 .....	Mantecorp I Q Farm	484.472	2%
19 .....	Libbs	443.544	2%
20 .....	Abbott	409.474	1%
	Outros .....	10.489.464	36%
	<b>Total .....</b>	<b>28.980.665</b>	<b>100%</b>

Fonte: IMS/ PMB de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

Este mercado possui uma alta concentração, com 64% do faturamento distribuído entre 20 empresas. A Companhia encontra-se na 5ª posição do ranking, com 4% de *market share* em 2009.

Dentro do mercado de Medicamentos OTC a concentração é ainda maior, estando 70% do faturamento distribuído entre as 20 maiores empresas do setor. Com a aquisição da DM, e as incorporações do Farmasa e do Neo Química, a Companhia se tornou a líder no mercado brasileiro de Medicamentos OTC, com 12% do *market share*, segundo a IMS.

Segue abaixo a participação de mercado e faturamento das maiores empresas do mercado de Medicamentos OTC no Brasil em 2009:

<b>Mercado Farma Total (OTC)</b>			
<b>Principais Empresas do Mercado Farma no Brasil</b>			
<b>Ranking #</b>	<b>Laboratório</b>	<b>Faturamento (R\$ em milhares)</b>	<b>Market Share % (2009)</b>
<b>1 .....</b>	<b>Hypermarcas</b>	<b>870.436</b>	<b>12%</b>
2.....	Sanofi-Aventis	680.897	9%
3.....	Ems Pharma	465.089	6%
4.....	Nycomed Pharma Ltd	380.255	5%
5.....	Boehringer Ing	300.923	4%
6.....	Johnson Johnson	231.606	3%
7.....	Bayer Consum.Care	224.141	3%
8.....	Ache	220.267	3%
9.....	Procter Gamble	208.384	3%
10.....	Gsk Consumo	200.155	3%
11.....	Mantecorp I Q Farm	196.355	3%
12.....	Medley	193.878	3%
13.....	Bristol Myer Squib	174.724	2%
14.....	Wyeth Consumer	145.132	2%
15.....	Alcon	139.007	2%
16.....	Uniao Quimica F N	125.879	2%
17.....	Legrand	116.656	2%
18.....	Abbott	110.045	1%
19.....	Nestle	106.437	1%
20.....	Merck	99.471	1%
	Outros .....	2.270.712	30%
	<b>Total .....</b>	<b>7.460.449</b>	<b>100%</b>

Fonte: IMS / PMB de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

No mercado de Medicamentos RX temos uma participação menor, ocupando a 17ª posição, como mostra a tabela abaixo:

<b>Mercado Farma Total (RX)</b>			
<b>Principais Empresas do Mercado Farma no Brasil</b>			
<b>Ranking #</b>	<b>Laboratório</b>	<b>Faturamento (R\$ em milhares)</b>	<b>Market Share % (2009)</b>
1.....	Ems Pharma	1.547.181	7%
2.....	Ache	1.492.905	7%
3.....	Medley	1.352.014	6%
4.....	Novartis	1.199.006	6%
5.....	Eurofarma	1.155.356	5%
6.....	Sanofi-Aventis	1.017.152	5%
7.....	Pfizer	860.969	4%
8.....	Bayer Schering Ph	777.731	4%
9.....	Astrazeneca Brasil	746.775	3%
10.....	Biolab-Sanus Farma	544.816	3%
11.....	Sandoz do Brasil	544.115	3%
12.....	Schering Plough	535.593	2%
13.....	Roche	503.487	2%
14.....	Merck	431.524	2%
15.....	Libbs	427.064	2%
16.....	Glaxosmithkline	407.087	2%
<b>17 .....</b>	<b>Hypermarcas</b>	<b>402.618</b>	<b>2%</b>
18.....	Lilly	380.987	2%
19.....	Merck Sharp Dohme	374.449	2%
20.....	Janssen Cilag	371.195	2%
	Outros .....	6.445.870	30%
	<b>Total .....</b>	<b>21.517.894</b>	<b>100%</b>

Fonte: IMS/ PMB de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

No mercado de Medicamentos Genéricos a participação da Companhia chegou a 2% de *market share* após a incorporação do Neo Química, ocupando a 11ª posição do mercado em 2009, conforme nos mostra a tabela abaixo:

<b>Mercado Farma Total (Genéricos)</b>			
<b>Principais Empresas do Mercado Farma no Brasil</b>			
<b>Ranking #</b>	<b>Laboratório</b>	<b>Faturamento (R\$ em milhares)</b>	<b>Market Share % (2009)</b>
1.....	Medley	1.319.064	29%
2.....	Ems Pharma	1.192.232	26%
3.....	Ache	374.070	8%
4.....	Eurofarma	364.241	8%
5.....	Sandoz do Brasil	255.855	6%
6.....	Germed Pharma	182.455	4%
7.....	Ranbaxy	177.648	4%
8.....	Teuto Brasileiro	114.857	3%
9.....	Sanofi-Aventis	96.562	2%
10.....	Merck	75.343	2%
<b>11.....</b>	<b>Hypermarcas</b>	<b>68.768</b>	<b>2%</b>
12.....	Prati Donaduzzi	59.959	1%
13.....	Legrand	57.832	1%
14.....	Brainfarma	32.398	1%
15.....	Uniao Quimica F N	28.381	1%
16.....	Mepha	28.082	1%
17.....	Zydus	27.556	1%
18.....	Cristalia	18.064	0%
19.....	Alcon	17.718	0%
20.....	Cimed	7.002	0%
	Outros.....	34.887	1%
	<b>Total.....</b>	<b>4.532.974</b>	<b>100%</b>

Fonte: IMS/ PMB de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

Acreditamos que exista um grande potencial de crescimento do mercado de medicamentos, dado o baixo nível de gastos *per capita* da população brasileira. A despesa média *per capita* com Medicamentos no Brasil é de aproximadamente US\$43/ano, comparada com US\$514/ano nos EUA, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGC 2002-2003 e do U.S. Census Bureau 2007.

Ao contrário dos Estados Unidos e de diversos países da Europa, o Brasil e a maioria dos países da América Latina não possuem um setor público de medicamentos bem desenvolvido, nem contam com uma política forte de subsídios do governo e/ou de planos privados de saúde para a compra de medicamentos, o que faz com que a distribuição da indústria seja extremamente fragmentada.

O Sistema Único de Saúde (SUS), o plano de saúde público do Governo Brasileiro, destinado a todos os cidadãos brasileiros, oferece gratuitamente medicamentos à população. Apesar dos investimentos feitos pelo Governo Brasileiro, o SUS não recebe os investimentos necessários para cobrir as necessidades de medicamentos de todos os cidadãos brasileiros que precisam se socorrer do sistema público de saúde.

Os planos privados de saúde brasileiros normalmente não oferecem medicamentos ou subsídios para sua compra aos seus beneficiários, limitando-se a oferecer pequenos descontos em determinadas redes de drogarias conveniadas.

A ausência de tais subsídios faz com que o consumo de medicamentos no Brasil, assim como em outros países da América Latina, esteja mais relacionado ao nível de renda da população.

Como o desempenho econômico brasileiro nos últimos anos foi positivo, o quadro geral para o Brasil, que iniciou um período de crescimento econômico contínuo e de estabilidade econômica, é favorável. Em vista disso, acreditamos que a indústria farmacêutica continuará crescendo nos próximos anos.

### ***Características Comerciais do Setor de Medicamentos***

A cadeia comercial do setor de Medicamentos OTC é composta por três principais segmentos: (i) os fabricantes, responsáveis pelo desenvolvimento e produção dos Medicamentos; (ii) os distribuidores, responsáveis pela operação logística e atendimento dos pontos de venda; e (iii) as farmácias, pontos de venda responsáveis pelo atendimento ao consumidor final. Adicionalmente, a comercialização e/ou distribuição de Medicamentos OTC também se dá através de hospitais e clínicas.

Em dezembro de 2009, o Brasil possuía, segundo dados do IMS, 331 fabricantes de Medicamentos. Recentemente, observou-se tendência de consolidação do setor de distribuição. No mercado de farmácias, as redes concentravam em 2006 cerca de 41,0% da receita desse segmento.

O Brasil possuía 61.694 farmácias e drogarias em dezembro de 2009, segundo o IMS. Tendo em vista que a comercialização e/ou distribuição de Medicamentos OTC fora de farmácias e drogarias é vedada, com exceção de hospitais e clínicas, algumas redes de supermercados e hipermercados estão investindo nas suas próprias farmácias e drogarias, localizadas dentro dos seus estabelecimentos.

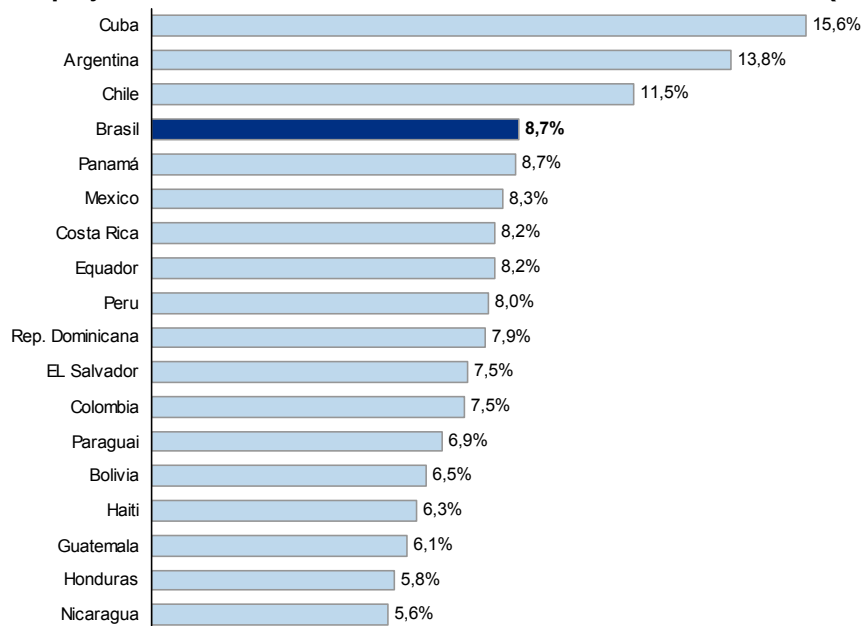
### ***Principais Fatores de Crescimento***

O setor farmacêutico superou de maneira consistente o crescimento da economia mundial nos últimos anos, como se verifica nos dados do IMS. Os principais fatores que influenciam o crescimento da demanda por produtos farmacêuticos estão abaixo descritos:

- **Nível de renda.** A demanda por medicamentos está intimamente relacionada à renda e ao padrão de vida, apresentando maior consumo per capita em países de economia mais desenvolvida. Os indivíduos dos Estados Unidos gastam, em média, US\$514,00 por ano em produtos farmacêuticos, como atestam dados do IMS; por outro lado, no Brasil gastam-se, em média, US\$43,00 por ano com produtos farmacêuticos, de acordo com o IBGE, em razão do menor poder aquisitivo da população e do difícil acesso das classes mais baixas às necessidades básicas de saúde. Este valor tende a aumentar com a melhoria da condição de vida das classes mais baixas, fato que já vem ocorrendo nos últimos anos.
- **População em processo de envelhecimento (aumento da expectativa de vida).** O consumo de medicamentos está relacionado às faixas etárias, aumentando entre pessoas de idade mais avançada. O aumento nos níveis da renda, a melhoria das condições de vida e do sistema de saúde, os avanços nos tratamentos médicos e o maior acesso da população aos medicamentos, aliados à redução dos níveis de desemprego, levaram a um maior nível de expectativa de vida tanto dos homens quanto das mulheres, especialmente nos países mais desenvolvidos. O número de habitantes do Brasil com mais de 60 anos, que constitui a parcela da população que mais consome medicamentos, totalizou 9,9 milhões em 1990; em 2000, era de 14,0 milhões; em 2010, esse número deverá atingir 19,3 milhões e 28,3 milhões em 2020. O aumento do número de habitantes do Brasil com mais de 60 anos desempenhará um papel importante na economia do País, especialmente no que se refere a gastos com artigos de saúde e serviços médicos, devido ao aumento da demanda por assistência médica. Ainda, de acordo com o IBGE, em 2020, seguindo o fenômeno de envelhecimento da população apresentado nos últimos anos, cerca de 13,7% da população brasileira estará acima dos 60 anos (contra 9,5% em 2008), o que corresponde a aproximadamente 28,3 milhões de pessoas, percentual inferior a alguns países desenvolvidos.

O gráfico abaixo mostra a proporção da população idosa em diferentes países da América Latina e Caribe.

**Proporção de Pessoas de 60 anos ou Mais de Idade em Países Selecionados (2005)**



Fonte: Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2006.

- **Automedicação Responsável.** A automedicação responsável é uma prática considerada eficaz pela ANVISA, devido aos benefícios que ela pode proporcionar à população. A limitada renda da qual dispõem inúmeros brasileiros não os permite fazer consultas médicas para a correta avaliação e prescrição médica. Deste modo, os consumidores normalmente vão às farmácias ou drogarias e descrevem os seus sintomas ao farmacêutico de modo a obterem a indicação do medicamento correto a ser usado. A automedicação responsável beneficia o sistema de saúde, já que pode reduzir as despesas ou direcioná-las aos pacientes críticos. O aumento dos níveis de automedicação está relacionado também à ineficiência do sistema público de saúde no Brasil. Apesar de algumas companhias fazerem parcerias com farmácias e drogarias que oferecem medicamentos com descontos entre 20% e 60%, as companhias de seguro de saúde, em geral, não oferecem medicamentos em seus planos, exceto pelo SUS que oferece gratuitamente medicamentos à população de baixa renda. No entanto, esta demanda não é totalmente suprida, pois o SUS não recebe os investimentos necessários para cobrir as necessidades de medicamentos de todos os cidadãos brasileiros que precisam se socorrer do sistema público de saúde.
- **Maior uso de Medicamentos Genéricos.** A introdução dos Medicamentos Genéricos, vendidos a preços mais baixos do que os Medicamentos de Referência, estimula a demanda dos grupos de menor renda, aumentando significativamente o tamanho do mercado consumidor. Cabe notar que os Medicamentos Genéricos têm apresentado aos distribuidores atacadistas margens superiores àquelas de outros medicamentos.
- **Vencimento de Patentes.** O vencimento de patentes tem impacto positivo na indústria farmacêutica na medida em que, após a perda de patente, podem ser lançados Medicamentos Genéricos e similares, criando maior concorrência no setor.
- **Introdução de novos medicamentos.** Muitas doenças ainda são mal diagnosticadas, tratadas de maneira ineficiente ou não possuem terapias eficazes. Os esforços tradicionais de pesquisa e desenvolvimento, bem como a pesquisa em novas áreas, tais como a biotecnologia e a pesquisa genética, devem continuar a gerar compostos novos e mais eficazes para atender às necessidades ainda não supridas dos pacientes.

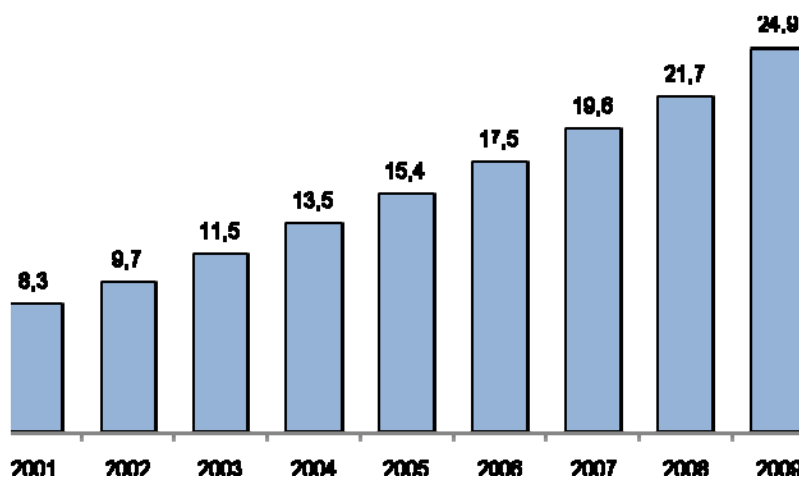
- **Programas governamentais de saúde.** Nos países em desenvolvimento, os governos desempenham um papel decisivo na melhoria da assistência à saúde fornecida à população, implementando programas tais como o fornecimento assistido de vacinas e a prevenção e o tratamento subsidiado de doenças que não têm cura e, mais recentemente, no Brasil, o Programa Farmácia Popular. No Brasil, também existe um programa para distribuição de produtos para doenças endêmicas.
- **Melhoria da qualidade de vida.** Novos medicamentos que visam à melhoria da qualidade de vida, tais como medicamentos para controle de peso, suplementos nutritivos, pílulas anticoncepcionais e produtos para disfunção erétil surgiram como um segmento novo e em crescimento da indústria.
- **Maior enfoque na prevenção de doenças.** Os médicos e a população em geral estão se conscientizando cada vez mais dos benefícios resultantes da prevenção de doenças, ao invés de tomarem medidas apenas para curá-las. Novos medicamentos podem prevenir determinadas doenças com eficácia (por exemplo, doenças relacionadas à diabetes, doenças cardíacas, dentre outras), evitando cirurgias e hospitalizações prolongadas e onerosas.
- **Maior uso de terapias com medicamentos.** Em resposta ao aumento nas despesas com a saúde, os governos e as empresas de planos de saúde adotaram medidas para contenção de custos que encorajam o uso de terapias eficientes por meio de medicamentos para o tratamento de doenças diagnosticadas, quando possível, em vez de cirurgias caras e estadas prolongadas em hospitais.

### Setor de Produtos de Beleza e Higiene Pessoal

Em 2009, segundo a ABIHPEC, o setor de Cosméticos, Higiene Pessoal e Perfumaria faturou aproximadamente R\$24,9 bilhões no Brasil, um crescimento de 14,7% em relação a 2008. Também segundo a ABIHPEC, o mercado brasileiro se tornou o terceiro maior do setor mundial. O Brasil é o primeiro mercado em desodorante e segundo mercado em produtos infantis, produtos masculinos, higiene oral, produtos para cabelos, proteção solar, perfumaria e banho.

**Evolução do Setor de Beleza e Higiene Pessoal**  
(em bilhões de R\$)

Crescimento Médio Anual = 10,5%



Fonte: ABIHPEC.

Segundo a ABIHPEC vários fatores têm contribuído para o crescimento desse setor, dentre os quais se destacam: (i) participação crescente da mulher brasileira no mercado de trabalho; (ii) a utilização de tecnologia de ponta e o conseqüente aumento da produtividade, favorecendo os preços praticados pelo setor, que tem aumentos menores do que os índices de preços da economia em geral; (iii) Lançamentos constantes de novos produtos atendendo cada vez mais às necessidades do mercado consumidor.

### **Segmentação do Setor**

O setor de *Beleza e Higiene Pessoal* é habitualmente dividido em três segmentos: (i) higiene pessoal, composto por descartáveis (fraldas, absorventes, etc.), sabonetes, produtos para higiene oral, desodorantes corporais, preservativos, shampoos e pós-shampoos, entre outros; (ii) perfumaria, composto por águas de colônia, perfumes/extratos e produtos pós barba; e (iii) cosméticos, que inclui produtos para coloração e tratamento de cabelo, fixadores e modeladores, maquiagem, protetores e bronzeadores solares, cremes, loções e óleos para pele, entre outros.

Dentre os segmentos de produtos acima citados, podemos destacar o de higiene pessoal, por incluir algumas das maiores categorias do setor como a de fraldas, papéis higiênicos e sabonetes, bem como categorias com alto potencial de crescimento do consumo per capita como a de preservativos masculinos. Destacamos também o segmento de cosméticos devido ao seu forte crescimento, com expansão principalmente nos mercados regionais, como Centro- Oeste e Nordeste, de acordo com a ABIHPEC.

A tabela abaixo apresenta volume de vendas e faturamento em Reais de algumas das principais categorias no setor de Beleza e Higiene Pessoal entre 2007 e 2009.

**Tamanho e Crescimento do Mercado Brasileiro**

	2007	2008	2009	Crescimento médio anual (2007-2009)
	(em milhões de R\$)			
Fraldas Infantis descartáveis .....	2.334,1	2.408,1	2.764,0	9,0%
Papel Higiênico .....	2.172,3	2.386,5	2.567,5	8,7%
Shampoo .....	1.671,9	1.753,5	1.881,7	6,1%
Pós - Shampoo .....	2.117,9	2.098,9	2.230,9	2,7%
Sabonetes .....	1.945,2	2.065,9	2.420,4	11,7%
Tintura e Rejuvenescedor de Cabelos .....	1.175,1	1.165,6	1.304,6	5,6%
Absorvente Higiênico .....	1.259,9	1.260,0	1.350,2	3,6%
Desodorante .....	1.653,9	1.771,7	2.035,4	11,0%
Lâminas de Barbear .....	1.062,5	1.099,5	1.211,8	6,9%
Produto Cremoso para pele .....	630,0	634,7	708,0	6,1%
Bronzeador e Protetor Solar .....	589,8	621,9	727,4	11,2%
Esmalte para Unha .....	238,2	250,2	330,1	18,5%
Modificador de Cabelo .....	250,7	249,7	275,5	5,0%
Anti-Séptico Bucal .....	325,4	383,4	413,6	12,8%
Preservativos Masculinos .....	185,1	182,4	193,8	2,4%
Aparelho de Barbear .....	42,7	42,1	52,5	11,6%
Creme para Barbear .....	93,4	97,8	107,1	7,1%

Fonte: ACNielsen.



Além da segmentação em produtos, podemos também dividir o mercado de acordo com o nicho de atividade das empresas atuantes. Nesse sentido, pode-se verificar quatro segmentos principais (i) *High Price*, focado nas classes de alta renda e composto por empresas, como por exemplo Dior e Chanel; (ii) *Medium Price*, focado na classe média alta, composto por empresas como Natura e O Boticário, entre outras; (iii) Segmento de Massa, focado nas classes de menor renda, atendido por empresas como Procter & Gamble e Unilever, entre outras; e (iv) Segmento de Pequenos e Médio, focado em mercados regionais e também de baixa renda e composto por pequenas empresas, em sua maioria regionais.

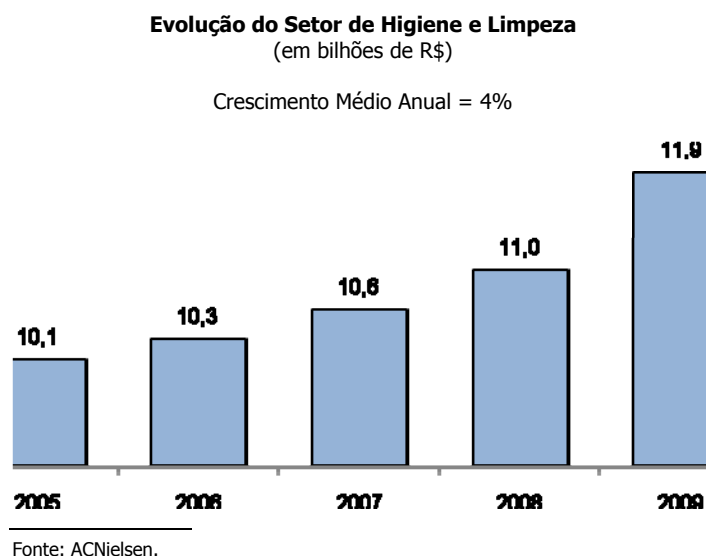
As vendas são realizadas por meio de três principais canais: distribuição tradicional, franquia, ou venda direta. A distribuição tradicional, utilizada por nós, é responsável por 65,9% das vendas do setor, de acordo com a ABIHPEC. As vendas diretas (29,3%) e por loja franqueada (7,3%) são as responsáveis pelo restante das vendas.

A evolução de preços do setor caracteriza-se por aumentos graduais ao longo do tempo, devido primordialmente a (i) aumento nos custos de produção; e (ii) aumento na demanda por produtos de maior valor agregado. Ganhos na produtividade do setor têm permitido aos fabricantes evitar o repasse de todos os aumentos nos custos aos consumidores.

### Setor de Produtos de Higiene e Limpeza

O Setor de Higiene e Limpeza movimentou em 2009 R\$11,9 bilhões, considerando-se somente os volumes auditados da cesta de limpeza caseira da ACNielsen, apresentando crescimento médio anual composto de 4% no período de 2005 a 2009.

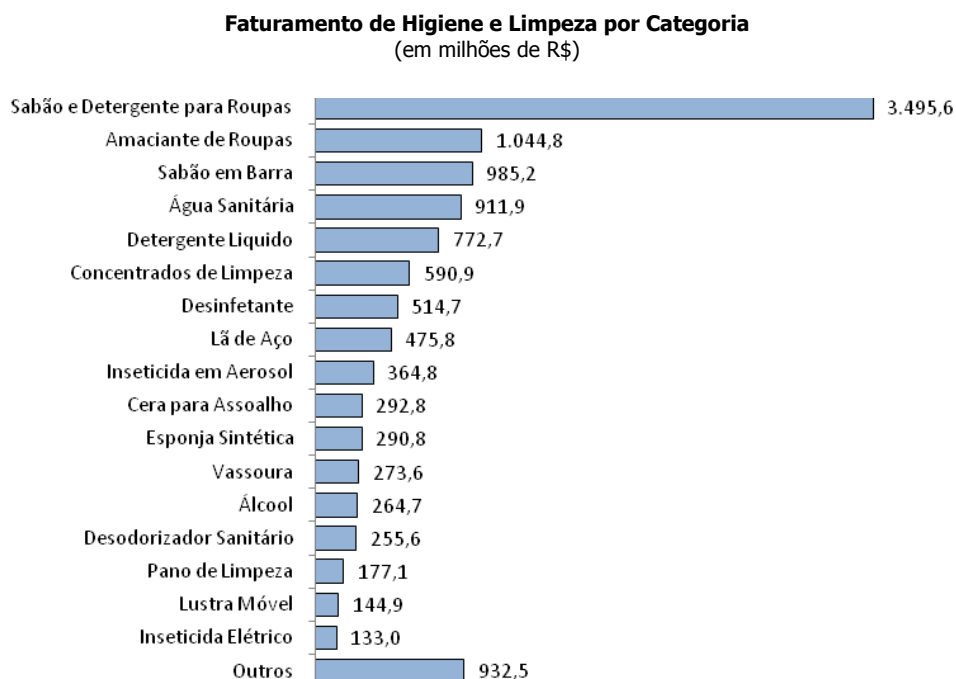
O gráfico abaixo apresenta a evolução do Setor de Higiene e Limpeza em bilhões de Reais.



O Setor de Higiene e Limpeza engloba diversos segmentos de produtos relacionados à limpeza de ambientes e utensílios, tais como, lã de aço, palha de aço, panos de limpeza, esponjas sintéticas, saponáceos, detergentes, limpadores para uso doméstico, ceras, desodorizadores para ambientes, desodorizadores sanitários, inseticidas entre outros.

As principais categorias deste mercado são (i) sabão e detergente para roupas, com faturamento de R\$3,5 bilhões ou 29,3% do total do setor; (ii) amaciadores, com faturamento de R\$1,0 bilhão ou 8,8% do total do setor; (iii) sabão em barra, com faturamento de R\$985,2 milhões ou 8,3% do total do setor; (iv) água sanitária, com faturamento de R\$911,9 milhões ou 7,7% do total do setor; (v) detergente líquido, com faturamento de R\$772,7 milhões ou 6,5% do total do setor; (vi) concentrados de limpeza, com faturamento de R\$590,9 milhões ou 5,0% do total do setor; e (vii) lã de aço, com faturamento de R\$475,8 milhões ou 4,0% do total do setor.

O gráfico abaixo demonstra o faturamento do setor por categoria no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.



Fonte: ACNielsen.

Em vista da amplitude de produtos pertencentes ao setor e pela diversidade de características de mercados, processo de produção e consumo entre os segmentos, apresentamos a seguir a descrição dos principais segmentos em que atuamos: (i) *Cuidados com a Louça*, que inclui lã de aço, esponjas sintéticas e panos para limpeza; (ii) *Cuidados com a Roupas*, que inclui detergentes em pó e líquido, amaciantes, produtos tira-manchas e de pré-lavagem e facilitadores de passar roupas; (iii) *Cuidados com o Lar*, que inclui limpadores multiuso, desinfetantes, saponáceos e desodorizadores sanitários; e (iv) *Controle de Pragas*, que inclui inseticidas elétricos e em aerosol e armadilhas.

### **Segmentação do Setor dos Produtos de Higiene e Limpeza**

#### *Cuidados com a Louça*

O segmento de *Cuidados com a Louça* apresentou faturamento total de R\$1,72 bilhão em 2009 e inclui as categorias lã de aço, esponja sintética, panos de limpeza e detergente líquido.

A lã de aço é produzida a partir de trefilamento de arames e é empregada na limpeza doméstica, especialmente na pia da cozinha, na limpeza de sujeiras de difícil remoção e para dar brilho em alumínio, vidro e cristal. As esponjas sintéticas são produtos à base de poliuretano e/ou outras fibras sintéticas, utilizadas também na limpeza doméstica. Os panos de limpeza são confeccionados à base de material sintético (não-tecido) ou de tecido de algodão e são utilizados para limpeza em geral.

O valor e o crescimento do mercado de cada uma dessas categorias são apresentados na tabela abaixo:

#### Tamanho e Crescimento do Mercado Brasileiro

	2007	2008	2009	Crescimento médio anual (2007-2009)
	(em milhões de R\$)			
Lã de Aço.....	586,0	499,8	475,8	-9,8%
Esponjas Sintéticas.....	265,7	263,0	290,8	4,8%
Detergente Líquido.....	674,1	697,5	772,7	7,1%
Pano de Limpeza.....	159,3	157,9	177,1	5,6%
<b>Total .....</b>	<b>1.685,1</b>	<b>1.618,2</b>	<b>1.716,4</b>	<b>1,0%</b>

Fonte: ACNielsen.

#### *Cuidados com a Roupa*

O segmento de *Cuidados com a Roupa* o qual teve um faturamento total em 2009 de R\$6,4 bilhões é composto de sabão e detergente em pó, amaciante de roupas, sabão em barra e água sanitária (de acordo com o auditado pela AC Nielsen). Atuamos nas categorias de sabão e detergente em pó, amaciante e produtos tira-manchas. Sabão e detergente em pó são utilizados basicamente na lavagem de roupas, mas também podem ser usados na lavagem de pisos, utensílios domésticos e talheres. Os amaciantes, por sua vez, são produtos na forma líquida que são usados para enxaguar, perfumar e amaciar as roupas. Produtos tira-manchas são usados antes ou durante a lavagem de roupas para remover sujeiras difíceis.

O valor e crescimento do mercado de cada uma dessas categorias são apresentados na tabela abaixo:

#### Tamanho e Crescimento do Mercado Brasileiro

	2007	2008	2009	Crescimento médio anual (2007-2009)
	(em milhões de R\$)			
Sabão e detergente em pó.....	3.127,0	3.179,5	3.495,6	5,8%
Amaciante de Roupas.....	895,6	954,5	1.044,8	8,0%
Sabão em Barra.....	745,6	914,0	985,2	15,2%
Facilitador de Passar roupas.....	695,4	781,2	911,9	14,5%
<b>Total .....</b>	<b>5.463,6</b>	<b>5.829,2</b>	<b>6.437,4</b>	<b>8,6%</b>

Fonte: ACNielsen.

A categoria de sabão e detergente em pó faturou R\$3,5 bilhões em 2009 e é a décima maior dentre todas as 160 categorias auditadas pela ACNielsen.

#### *Cuidados com o lar*

O segmento de *Cuidados com o Lar* faturou R\$3,7 bilhões em 2009, e é composto por concentrado de limpeza, desinfetante, desodorizador sanitário, saponáceos, lustra-móvel, limpadores para banheiro, limpa vidro, limpadores com brilho, cera para assoalho, purificador de ar, água sanitária, vassoura e álcool, sendo que estamos presente em todas as categorias, com exceção de limpadores com brilho, cera para assoalho, purificador de ar, água sanitária, vassoura e álcool, categorias de baixo valor agregado.

Os concentrados de limpeza, maior categoria que atuamos nesse segmento, incluem produtos multiuso para limpeza de pias, pisos e ladrilhos. Os limpadores para banheiros, categoria com maior crescimento dentro do segmento de cuidados com o lar, são usados para limpar, desinfetar e renovar as superfícies dos vasos sanitários ou cisternas. Os desinfetantes, por sua vez, têm ação bactericida e germicida e são empregados para limpeza e desinfecção geral. Os saponáceos possuem um componente de natureza abrasiva para dar o polimento e são usados para limpeza de pias, louças sanitárias entre outros. Lustra móveis são produtos a base de ceras, utilizados para limpar e impermeabilizar móveis de madeira. Limpadores para banheiros e limpa vidros são categorias de produtos que combinam agentes desengordurantes, bactericidas e germicidas de maneira adequada para a limpeza de áreas específicas do lar. Finalmente, os desodorizadores sanitários são utilizados para higienizar e desodorizar vasos sanitários.

A tabela abaixo apresenta o tamanho e o crescimento de mercados desse segmento:

<b>Tamanho e Crescimento do Mercado Brasileiro</b>				
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Crescimento médio anual (2007-2009)</b>
	(em milhões de R\$)			
Concentrados de limpeza .....	469,8	503,7	590,9	12,3%
Desinfetantes .....	471,0	486,5	514,7	4,5%
Desodorizadores sanitários .....	218,0	225,7	255,6	8,4%
Lustra-móveis .....	138,5	137,1	144,9	2,3%
Saponáceos.....	70,5	71,5	80,3	6,9%
Limpadores para banheiros .....	77,4	82,0	93,1	9,7%
Limpa-vidros .....	48,7	48,9	49,3	0,6%
Outras .....	1.687,1	1.776,0	1.986,7	8,6%
<b>Total .....</b>	<b>3180,9</b>	<b>3331,3</b>	<b>3715,3</b>	<b>8,1%</b>

Fonte: ACNielsen.

### *Controle de Pragas*

O segmento de Controle de Pragas é dividido basicamente em dois tipos: de ação instantânea e de ação contínua, e os produtos são comercializados com apresentações bastante distintas, em forma de aerossóis, repelentes elétricos, líquidos, armadilhas e espirais. O maior mercado é o de Aerossóis. Os inseticidas de ação instantânea são comercializados sob a forma de aerossóis ou em recipientes com líquidos para pulverização manual por meio de bombas. Já os inseticidas de ação contínua são comercializados como inseticidas elétricos (líquidos e/ou pastilhas), armadilhas e espirais.

A ACNielsen audita os mercados de inseticida em aerossol, inseticida elétrico, inseticida líquido e armadilhas. A tabela a seguir apresenta o tamanho de cada um desses mercados e suas evoluções:

<b>Tamanho e Crescimento do Mercado Brasileiro</b>				
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Crescimento médio anual (2007-2009)</b>
	(em milhões de R\$)			
Inseticida em Aerosol .....	345,9	363,0	364,8	2,7%
Inseticida Elétrico .....	143,4	149,6	133,0	-3,4%
Inseticida Líquido .....	44,6	38,1	33,6	-13,1%
Armadilhas.....	30,6	29,9	27,8	-4,7%
<b>Total .....</b>	<b>564,6</b>	<b>580,7</b>	<b>559,2</b>	<b>-0,4%</b>

Fonte: ACNielsen.

Geograficamente, o volume da categoria de inseticida em aerossol se distribui de forma relativamente similar a da distribuição dos mercados de uma forma geral, ao contrário do inseticida elétrico que apresenta uma concentração de consumo na região Sul do Brasil. Essa concentração, entretanto, vem diminuindo não em função da diminuição do mercado, mas sim em função do crescimento da participação de outras áreas. Há uma oportunidade de exploração do mercado em outras áreas, já sendo iniciada pela Hypermarcas.

Todas as categorias deste segmento apresentam uma concentração de vendas no verão, quando há uma maior quantidade de insetos e a população se desloca para regiões mais úmidas e/ou menos povoadas nas quais existem maior contato com insetos.

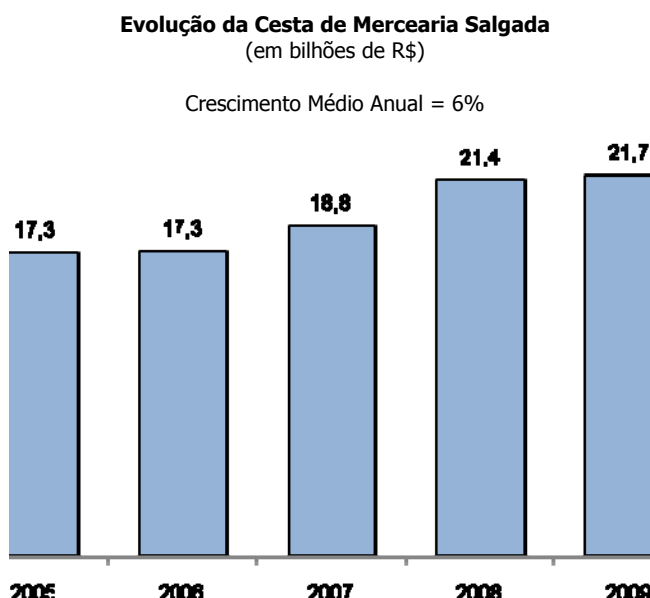
## **Setor de Alimentos no Brasil**

O setor de alimentos engloba diversos tipos de produtos, tais como farináceos, laticínios, carnes, embutidos e enlatados, dentre outros, que apresentam entre si grande diversidade de características estruturais de mercados, de processo de produção e de consumo. Tendo em vista tal amplitude, a descrição a seguir foi focada nos segmentos de Mercearia Salgada e Mercearia Doce, parte do mercado definido e auditado pela ACNielsen, que contempla os principais segmentos em que atuamos. A Mercearia Salgada inclui atomatados, condimentos como ketchup, caldos, temperos industrializados e sopas, dentre outros. Mercearia Doce inclui os adoçantes, cereais matinais e em barra, achocolatado em pó, açúcar, bolacha/biscoito, chocolate, leite condensado entre outros.

### ***Segmentação do Setor de Alimentos***

#### *Mercearia Salgada*

O crescimento anual composto da Cesta de Mercearia Salgada entre 2005 e 2009 foi de 6% chegando a um faturamento neste último ano de R\$21,7 bilhões, de acordo com dados da ACNielsen.



Fonte: ACNielsen.

As vendas são distribuídas de forma relativamente uniforme entre as principais regiões do país. Contudo, o interior do Estado de São Paulo é o maior mercado consumidor, responsável por 21,7% do faturamento total, de acordo com dados da ACNielsen. O principal canal de distribuição dos segmentos da mercearia Salgada é o auto-serviço, especialmente o varejo de médio porte.

Dentro de Mercearia Salgada, os principais segmentos em que atuamos são os de atomatados. O segmento de atomatados é composto principalmente pelas seguintes categorias: molhos de tomate refogados (prontos para serem servidos), extratos de tomate (produto concentrado para fazer molhos) e purê polpa de tomate (substituto do tomate "in natura" utilizado no preparo de molhos), categorias estas auditadas pela ACNielsen.

Entre 2007 e 2009, a categoria de molho de tomate refogado apresentou um crescimento expressivo de 11,3% em valor de renda. Além disso, está na lista das 20 categorias que apresentaram maior crescimento entre as 160 categorias auditadas pela Nielsen em 2009. Acreditamos que esse aumento se deva especialmente a (i) aumento da renda dos consumidores, provocando migração para produtos de maior valor agregado; e (ii) busca por maior praticidade. Estes fatores justificam também as quedas dos volumes de polpa e purê de tomate, categorias de menor valor agregado.

A tabela abaixo apresenta as vendas (em milhões de R\$) e o crescimento das vendas (em percentual) do segmento de Atomatados:

<b>Tamanho e Crescimento do Mercado Brasileiro</b>				
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Crescimento médio anual (2007-2009)</b>
	(em milhões de R\$)			
Molho de Tomate Refogado .....	622,1	681,3	769,8	11,3%
Extrato de Tomate.....	581,3	608,1	626,8	3,8%
Polpa e Purê de Tomate.....	136,1	121,0	114,7	-8,2%

Fonte: ACNielsen.

Além do segmento de atomatados, atuamos também no segmento de condimentos, o qual inclui ketchup, caldos e temperos industrializados. A Hypermarchas iniciou atuação nestas categorias em 2009 devido a sua representatividade na cesta e tradicional ligação com as categorias de produtos culinários, como é o caso de atomatados.

A tabela abaixo apresenta vendas (em milhões de R\$) e o crescimento das vendas (em percentual) dos mercados auditados pela AC Nielsen, no segmento de condimentos:

<b>Tamanho e Crescimento do Mercado Brasileiro</b>				
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Crescimento médio anual (2007-2009)</b>
	(em milhões de R\$)			
Tempero industrializado .....	604,6	629,6	687,7	6,7%
Caldos .....	530,3	521,7	547,7	1,7%

Fonte: ACNielsen.

### *Mercearia Doce*

Segundo a Nielsen, em seu relatório Tendências 2009, a cesta de produtos de Mercearia Doce inclui leite com sabor, leite condensado, cereais em barras, cereais matinais, cappuccino, chocolate, goma de mascar, alimentação para bebe, café solúvel, achocolatado em pó, chá, mistura para doces/bolos/salgados, drops/caramelos/pastilhas, creme de leite, bolachas/biscoitos, bolos industrializados, leite asséptico, café em pó, leite especial em pó, complemento alimentar à base de cereais, açúcar, café com leite, adoçantes, leite em pó, pudim/gelatina/flan e docinhos e coberturas. Essa cesta apresentou entre 2005 e 2009 um crescimento anual composto de 6%, com um faturamento bruto de R\$33,9 bilhões em 2009, de acordo com dados da ACNielsen.

Dentro desta cesta, o principal segmento em que atuamos é o de Adoçantes, responsável por um faturamento de R\$265,7 milhões, com um crescimento entre 2006 e 2009 de 6,7%. Esse segmento é composto basicamente por produtos a base de sacarina, aspartame ou sucralose, que são substitutos do açúcar, porém com menor teor calórico e de ingestão recomendada para diabéticos. Os produtos são comercializados na forma líquida, responsável por 70% do valor em dezembro de 2009, pó, representando 21% e granulado com 9% do valor.

O adoçante apresenta hoje, segundo pesquisa elaborada em 2005 pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos Dietéticos (ABIAD), penetração de aproximadamente 80% entre os consumidores de produtos Diet&Light.

#### *Participação e condições de competição nos mercados*

Os segmentos de mercado em que atuamos são altamente competitivos e enfrentamos concorrência de outras companhias sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional. Ademais, estas empresas oferecem uma grande variedade de produtos nos segmentos em que atuamos, que competem com a maior parte de nossas linhas de produtos. Enfrentamos, ainda, concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam no mercado informal e, desta forma, podem oferecer preços mais baixos que os nossos.

A tabela abaixo apresenta as nossas quatro linhas de negócios, os nossos principais concorrentes e suas principais marcas por linhas de negócios.

<b>Linha de Negócios</b>	<b>Principais Concorrentes</b>	<b>Principais Marcas</b>
Medicamentos .....	Sanofi Aventis Aché Eurofarma Nycomed Pfizer EMS	Dermacyd, Novalgina, Naturetti, Dorflex, Profenid, Bi-Profenid, Medley Genéricos Tandrilax, Decongex Plus, Nisulid, Sorine Proflam, Snif, Ebastel, Eurofarma Genéricos Neosaldina, Eparema, Xantinon Celebra, Feldene EMS Genéricos
Beleza e Higiene Pessoal .....	Unilever Johnson & Johnson Nívea Natura Avon Impala  L'oréal Niely Procter&Gamble Yamá BIC Kimberly Clark Ansell	Dove, Seda, Rexona Sundown, Johnson's Baby Nívea Natura Avon Impala Inmédia, Preference, Nutrisse, FX Studio, Nutrisse e Colorama Cor&Ton Koleston, Wellaton, Gillette, Pampers Yamafix BIC Turma da Monica, Huggies Blowtex
Higiene e Limpeza .....	Bombril Unilever Química Amparo Reckitt Benckiser Ceras Johson	Bombril, Mon Bijou OMO, Surf, Comfort, Fofo e Brilhante Ypê, Tixan Veja, SBP, Rodasol Raid, Baygon
Alimentos .....	Unilever Connie Express Jurema Gold Nutrition	Pomarola, Elefante, Knorr, Arisco Quero Jurema Gold, Doce Menor, Assurgin

**d. eventual sazonalidade**

*Sazonalidade de Matérias Primas*

A sazonalidade da safra de tomates ocorre no período compreendido entre junho e setembro. Neste período, o tomate é processado e transformado em polpa, que posteriormente é estocada e utilizada ao longo do ano no processo de produto acabado.

A sazonalidade do látex ocorre no período de março a maio, devido às chuvas que ocorrem na Malásia e Tailândia, principais países exportadores.

*Sazonalidade de Produtos*

A maioria dos nossos produtos não apresenta sazonalidade. Nossos poucos produtos que apresentam sazonalidade têm essa variação de vendas compensadas entre si, o que resulta numa estabilidade no nosso faturamento geral.

São produtos sujeitos à sazonalidade: (i) protetor solar, vendido principalmente nos meses de junho a novembro e estocado para ser vendido no verão; (ii) produtos para controle de pragas (inseticidas), vendidos principalmente nos meses de junho a novembro e estocados para serem vendidos no verão; e (iii) antigripais, que são mais vendidos no inverno.

- e. principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.**

***Insumos e Mercadorias***

Compramos uma ampla variedade de insumos (matérias-primas e embalagens) para o desenvolvimento das nossas atividades nas quatro linhas de negócios em que atuamos, os quais, geralmente, adquirimos mediante pagamento a prazo.

Nenhuma de nossas matérias primas representou mais de 5% do nosso custo de produtos vendidos em 31 de março de 2010.

Compramos também mercadorias de terceiros para o segmento de Beleza e Higiene Pessoal para revender para nossos clientes que representaram em 31 de março de 2010 aproximadamente 17% de nossos custos de produtos vendidos.

Os preços dos insumos e matérias primas que utilizamos nas nossas atividades não estão sujeitos a condições conjuntas relevantes de volatilidade.

Para uma descrição detalhada dos efeitos da regulação estatal sobre os insumos e matérias primas que adquirimos, vide item 7.5. deste Formulário de Referência.

***Fornecedores***

Observamos especificações rigorosas para a escolha de nossos fornecedores, baseadas não somente na qualidade e preço dos produtos, mas também na reputação e situação financeira de nossos fornecedores, garantindo os prazos de entrega e a disponibilidade dos produtos. Além disso, mantemos rigorosos controles de qualidade de forma a assegurar que os materiais atendam às especificações antes da distribuição aos canais de comercialização.



De acordo com nossa política interna, nossos prazos contratuais não excedem 24 meses, para nos proporcionar maior flexibilidade, possibilitando a constante busca de novos insumos, preços mais competitivos e maior qualidade. Contratos superiores a 24 meses são realizados apenas em casos especiais e com autorização formal da diretoria. Atualmente, possuímos ao menos um contrato que excede este prazo.

Na data deste Formulário de Referência não apresentamos níveis elevados de dependência com relação a produtos fornecidos por poucos fornecedores. Nosso relacionamento com fornecedores não está sujeito a controle ou regulamentação governamental específica. Para maiores informações acerca dos efeitos da regulação estatal sobre nossas atividades, vide item 7.5. deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo apresenta nossos principais fornecedores e insumos por eles fornecidos.

<b>Fornecedor</b>	<b>Material</b>
Provider Industria E Comercio Ltda.....	Mercadorias
Belgo Bekaert Nordeste S.A.....	Arame
Suzhou Fine Chemicals Co.,Ltd. ....	Sacarina
Cas Imp E Exp Ltda .....	Diversas M.P.
American Chemical I.C.S.A. ....	Sulfônico
Greenwood Ind E Com Ltda .....	Mercadorias
Adopac Ind E Com De Plasticos Ltda.....	Frascos e tampas
Manuchar N.V .....	Sulfato
Metalgrafica Rojek Ltda.....	Latas
Impressora Paranaense S.A.....	Cartonagem
Envasamento Tecnologia De Aerosois .....	Mercadorias
Asr Exp Imp Com Ind Prod De Barbear .....	lâminas e aparelhos de barbear e depilar
Bertin S.A. ....	Latas
Itap Bemis Ltda.....	Filme de Polietileno
Total Pack Ind E Com Ltda .....	Mercadorias
Symrise Aromas E Fragrancias Ltda .....	Fragrâncias
Scs Comercial E Servicos Quimicos S.A. ....	Sulfato
Brasil Global Cosméticos Ltda .....	Mercadorias
Orsa Celulose Papel E Emb S.A.....	Caixas de papelão
Ceil Comercio E Distribuidora Ltda .....	Mercadorias
Gerresheimer Plasticos Sao Paulo Ltda.....	Frascos
British Ind E Com Ltda .....	Fibra e Espuma
Coop Dos Cafeic E Citricult De Sp .....	Insumos Agrícolas
Ss Com De Cosm E Prods Hig Limp Ltda. ....	Mercadorias
Alcan Embalagens Do Brasil Ltda .....	Alumínio
Companhia Metalurgica Prada .....	Latas
Igaratiba Ind e Com Ltda .....	Frascos
Peeqflex Embalagens Ltda .....	Flexíveis
Vicunha Textil S.A. ....	Sulfato e Viscose
Vedat Tampas Hermeticas Ltda .....	Tampas
Iq Solucoes & Quimica S.A .....	Diversas M.P.
Akzo Nobel Ltda .....	Químicos
Sweetmix Ind Com Imp Exp Ltda .....	Aspartame
Grafica E Editora Brogota Ltda.....	Bulas e Cartonagem
Inapel Emb Ltda .....	Laminados
Corn Products Brasil-Ingredientes I .....	Químicos
Magistral Impressora Indl Ltda .....	Cartonagem
Ricera Imp Exp Com Ltda.....	Diversas M.P.

Em 31 de março de 2010, as mercadorias fornecidas pela Provider Indústria e Comércio Ltda. representaram aproximadamente 3% da nossa receita bruta total.

#### **7.4. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

##### ***a. montante total de receitas provenientes do cliente***

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

##### ***b. segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente***

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

#### **7.5. Efeitos da Regulação Estatal sobre Nossas Atividades**

Segue abaixo uma descrição sobre os principais aspectos regulatórios que abrangem as nossas atividades e linhas de negócio.

##### **Setor de consumo de bens não duráveis**

###### ***Vigilância Sanitária***

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil ("Constituição Federal"), o Governo Federal, os Estados e Municípios têm o poder de regular os assuntos relacionados à saúde e vigilância sanitária, a fim de eliminar, reduzir e prevenir problemas sanitários decorrentes da fabricação de produtos e da prestação de serviços relacionados à saúde dos indivíduos. O Governo Federal editou leis e regulamentos para aplicação genérica, os quais são reforçados e complementados por ações dos Estados e Municípios. Dessa forma, a vigilância sanitária é realizada pelas autoridades federais, estaduais e municipais, que agem de forma integrada em busca da melhoria da saúde da população.

Nos termos da Lei n.º 6.360/76, e Decretos n.º 79.094/77 e 3.961/01, as companhias que pretendam extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir ou distribuir medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e saneantes devem possuir autorização de funcionamento de empresa – AFE junto à ANVISA, que verificará a atividade industrial e/ou comercial, natureza e espécie dos produtos e comprovação da capacidade técnica, científica e operacional da companhia, bem como outras exigências aplicáveis.

Além da autorização federal, é necessário que as companhias tenham a licença de funcionamento de estabelecimento junto à respectiva autoridade sanitária local, para todos os estabelecimentos industriais e/ou comerciais que exerçam as atividades acima descritas.

Possuímos nossos estabelecimentos devidamente regularizados junto aos órgãos sanitários competentes.

###### ***Registro de Produtos***

Estamos sujeitos à regulamentação e fiscalização da ANVISA nas cinco linhas de negócios em que atuamos. Dessa forma, os nossos produtos das linhas de Saneantes; Alimentos; Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumes; Correlatos e Medicamentos estão sujeitos a aprovação da ANVISA, conforme legislações vigentes.

O registro/cadastro dos produtos sujeitos a regulamentação sanitária (alimentos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e saneantes) são válidos por um período de cinco anos, em todo o território nacional, sendo que é necessário solicitar a revalidação do registro/notificação no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade. Quanto ao alimento, a revalidação acontecerá até 60 dias antes do vencimento. Será declarada a caducidade do registro/notificação do produto, cuja revalidação não tenha sido solicitada nestes prazos.

A análise do processo de avaliação do produto é realizada pelo órgão sanitário competente, de acordo com os Regulamentos Técnicos, as Resoluções, as Portarias e outros instrumentos legais pertinentes ao produto, inclusive os de rotulagem. A ANVISA é responsável por deferir ou indeferir, com as devidas justificativas, as solicitações realizadas pelo setor regulado (empresas). Cabe à ANVISA, ainda, cancelar o registro do produto a pedido, por irregularidade ou por erro de publicação.

### ***Licença do Estabelecimento***

Todas as nossas unidades produtivas são inspecionadas e licenciadas pela autoridade sanitária local competente, para a expedição do respectivo alvará sanitário (licença de funcionamento).

De acordo com a regulamentação em vigor, é obrigatória a implementação de Boas Práticas de Fabricação e Controle, conforme a categoria do produto. Com isso, implementamos tais medidas em todas as etapas de nosso processo produtivo. Devemos, ainda, indicar uma pessoa que será responsável por nossas atividades e produtos perante os órgãos reguladores, identificada por “responsável técnico”.

Devemos (i) adotar ou assegurar que sejam adotados na cadeia produtiva, procedimentos visando assegurar o controle de pontos críticos que possam acarretar riscos à saúde do consumidor, (ii) manter atualizadas as fórmulas dos produtos, estando disponíveis à autoridade sanitária, sempre que solicitado, (iii) informar eventuais terceirizações nas etapas de produção, armazenamento e transporte, e (iv) manter atualizadas as bulas, rótulos e embalagens exatamente na forma aprovada pela ANVISA.

Possuímos todas as nossas licenças vigentes junto aos órgãos sanitários competentes.

### ***Autorização de Funcionamento para a Companhia***

Além do registro dos produtos perante a ANVISA e do licenciamento dos estabelecimentos pelas autoridades sanitárias locais, a regulamentação sanitária determina que as companhias fabricantes, distribuidoras e/ou importadoras de alimentos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e saneantes devem possuir Autorização de Funcionamento, emitida pela ANVISA, para poderem desenvolver essas atividades.

A operação sem os registros mencionados acima ou sem a presença de um profissional responsável pela operação técnica, bem como qualquer violação às leis e aos regulamentos relativos à vigilância sanitária federal, estadual ou municipal, sujeita a companhia infratora – após o devido processo administrativo – a penalidades como advertência, multa, suspensão das atividades e cancelamento da permissão ou registro junto às autoridades de vigilância sanitária, conforme dispõe a Lei n.º 6.437/77.

Na data deste Formulário de Referência, cumprimos todas as normas da ANVISA, nossos estabelecimentos estão devidamente regularizados perante os órgãos sanitários competentes aos quais estamos sujeitos, mantemos responsáveis técnicos junto aos conselhos regionais correspondentes, bem como todos os registros e/ou Notificações e/ou Cadastros de nossos produtos estão em vigor e foram validamente emitidos.

Na data deste Formulário de Referência, também possuímos o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPFC) de Produtos Farmacêuticos expedido pela ANVISA ao complexo industrial de Barueri/SP, com validade até 16 de março de 2010. O CBPFC para a unidade industrial localizada em São Paulo/SP venceu em 24 de agosto de 2009, mas já foi solicitada a nova certificação, para a qual aguardamos inspeção. O CBPFC para a unidade industrial de Anápolis/GO possui validade até 12 de julho de 2011. O CBPFC para a unidade industrial de Juiz de Fora foi publicado pela ANVISA no D.O.U. em 01 de fevereiro de 2010. O CBPFC para a unidade industrial de São Roque/SP possui validade até 2 de novembro de 2011.

## **O Setor de Medicamentos**

### ***Política de Regulação para Monitoração de Preços de Medicamentos***

Atualmente, a monitoração de preços é regida pela Lei n.º 10.742, de 6 de outubro de 2003, conforme alterada, que restabeleceu o controle de preços de medicamentos no Brasil para cerca de 18 mil apresentações de medicamentos de amplo uso pela população e que não tinham grande concorrência no mercado, bem como criou a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Para os produtos considerados “menos críticos”, existe apenas o monitoramento de preços de mercado, sem um controle rígido do governo.

Para cada uma destas 18 mil apresentações de medicamentos, os fabricantes inicialmente propõem uma lista de preços para venda aos distribuidores atacadistas, ou “custo de aquisição máximo do atacadista”, ou Preço Fábrica que fica sujeita à prévia aprovação da CMED. Juntamente com a lista Preço Fábrica, o fabricante deve fornecer informações à CMED sobre cada produto na lista Preço Fábrica, incluindo:

- preço de venda em outros países onde o produto é vendido pelo fabricante;
- custo das matérias-primas utilizadas na fabricação do medicamento;
- custo do tratamento para o paciente;
- número potencial de pacientes a serem tratados;
- Preço Fábrica proposto e uma descrição das taxas aplicáveis relacionadas;
- resumo dos custos e das despesas projetados, incluindo marketing e propaganda;
- lista de produtos similares disponíveis no mercado e seus respectivos preços;
- preço do produto que sofreu modificação, quando se tratar de mudança de fórmula ou de forma; e
- lista de produtos substitutos disponíveis no mercado e seus respectivos preços.

Com a nova política de regulação econômica do mercado farmacêutico, os fabricantes passaram a observar, para o ajuste e determinação de seus preços, as regras definidas na referida Lei, ficando estabelecido que os reajustes de preços do setor serão anuais, tendo ocorrido o primeiro em março de 2004.

Cada fabricante deve publicar anualmente a lista Preço Fábrica de cada produto farmacêutico em 31 de março. Os aumentos nos preços de acordo com a porcentagem anual média ponderada por categoria não deve ultrapassar o aumento médio ponderado estabelecido pela CMED para a categoria. Os novos Preços Fábrica entram em vigor em 31 de março de cada ano e permanecem válidos pelo período de 12 meses.

O ajuste de preços de medicamentos está baseado em modelo de teto de preços calculado com base em índice de inflação, ajustado por um fator de produtividade e um fator de preços-relativos intra-setor e entre setores.

Compete à CMED definir os critérios de composição dos fatores de reajuste e das classes terapêuticas, seja por produto, por mercado relevante ou por grupo de mercados relevantes. Os Medicamentos OTC não são submetidos ao modelo de teto de preços do reajuste.

Possuímos medicamentos tanto com preços controlados, como com preços monitorados (anti-gripais, analgésicos, etc.) e cumprimos de forma criteriosa todas as regras definidas pela nova política de regulação econômica do mercado farmacêutico descrita acima.

### ***Restrições às propagandas e mensagens publicitárias e promocionais de medicamentos***

De acordo com a Constituição Federal, a propaganda comercial de medicamentos e terapias que possam ser nocivos à saúde está sujeita às restrições legais, devendo conter, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

A Resolução RDC n.º 102/2000 da ANVISA estabeleceu as principais regras de propaganda de medicamentos no Brasil. Definiu regras distintas para os medicamentos cuja venda requer prescrição médica e para os Medicamentos isentos de prescrição (OTC), regulou as condições para divulgações na internet, determinou que todas as propagandas autorizadas de Medicamentos OTC devem conter: (i) o nome comercial do medicamento, (ii) o número de registro na ANVISA, (iii) o nome dos princípios ativos; e (iv) a advertência: "a persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado".

Como resultado dos esforços da ANVISA de prevenir a automedicação irresponsável, medicamentos RX e OTC estão submetidos a regras de propaganda diferentes. Medicamentos OTC podem ser divulgados pela televisão, rádio, revistas e drogarias. Os medicamentos RX, diferentemente dos Medicamentos OTC, só podem ser divulgados aos profissionais da área médica, em *websites* restritos da área médica, revistas especializadas e veículos de propaganda com o selo de laboratórios farmacêuticos. Tendo em vista que a comercialização de Medicamentos OTC fora de farmácias e drogarias é vedada, as maiores redes de supermercados e hipermercados estão investindo nas suas próprias farmácias e drogarias, as quais operam dentro dos seus estabelecimentos.

Ressalta-se que a realização de propaganda de produtos sob vigilância sanitária, contrariando o disposto na legislação sanitária, é considerada infração sanitária, sujeitando o infrator, após o devido processo, a pena de advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa.

Em 18 de dezembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução RDC n.º 96/2008 da ANVISA, dispondo sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos. Referida resolução impõe diversas restrições à publicidade de medicamentos, tais como a proibição da distribuição de brindes, mesmo que institucionais, e a restrição ao uso de personalidades e/ou celebridades em propagandas de medicamentos.

A Resolução RDC n.º 96/2008 entrou em vigor 180 dias após sua publicação, em 18 de julho de 2009.

### ***Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias***

Em 18 de agosto de 2009, a ANVISA publicou a RDC 44/2009, que define critérios para o controle sanitário da venda de medicamentos, correlatos e alimentos, bem como para a prestação de outros serviços farmacêuticos à população.

A RDC 44/2009 estabelece, dentre outros assuntos, a proibição da comercialização em farmácias e drogarias de produtos cuja finalidade não tenha vinculação direta com a promoção da saúde, tais como picolés, balas, chicletes, produtos de limpeza e veterinários etc. Publicadas em paralelo a esta resolução, as Instruções Normativas n.ºs 9 e 10 estabelecem, ainda, a lista de produtos que continuarão sendo comercializados nas farmácias e drogarias, tais como cosméticos, produtos de higiene pessoal, adoçantes e suplementos de vitaminas/minerais, entre outros, além dos tipos de medicamentos que continuarão ao alcance do consumidor.

O prazo de 180 dias que os estabelecimentos tinham para promoverem as adequações previstas no Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias encerrou-se em 18 de fevereiro de 2010, estando a RDC 44/2009 em vigor desde então, devendo ser cumprida por farmácias e drogarias de todo o país.

Desde sua publicação, a RDC 44/2009 vem sendo alvo de inúmeras liminares concedidas pelo Poder Judiciário. Assim, alguns estabelecimentos estão desobrigados, temporariamente, ao cumprimento de parte da regulamentação, relativa às Instruções Normativas n.ºs 9 e 10. No entanto, essas decisões somente valem para os estabelecimentos que estavam filiados às entidades amparadas por liminar no momento da propositura da ação judicial.

Os estabelecimentos amparados por liminares não estão isentos de fiscalização pelos órgãos de vigilância sanitária e continuam obrigados a atender ao disposto na Lei n.º 5.991/73 e demais normas infralegais, inclusive a própria RDC 44/09, nos aspectos não relacionados às Instruções Normativas n.ºs 9 e 10. O descumprimento da RDC 44/09 configura infração à legislação sanitária federal, estando o estabelecimento sujeito, após o devido processo administrativo, às penalidades previstas na legislação sanitária, em especial ao pagamento de multa, cujo valor pode variar de R\$2 mil a R\$1,5 milhão, apreensão ou interdição de mercadorias e até o cancelamento do alvará de funcionamento do estabelecimento comercial, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

### ***Registro de Drogas, Medicamentos e Insumos Farmacêuticos***

O registro de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos, devido às suas características sanitárias, medicamentosas ou profiláticas, curativas, paliativas ou mesmo para fins de diagnóstico, fica sujeito ao atendimento das exigências regulamentares próprias.

As informações descritivas de drogas ou medicamentos serão avaliadas pelo órgão ou pela entidade competente da ANVISA ou analisadas pelo laboratório de controle competente, em cujas conclusões deverá se basear a autoridade sanitária para conceder ou negar o registro.

O registro de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos será cancelado sempre que efetuada qualquer modificação em sua fórmula, dosagem, condições de fabricação e indicação de aplicações e especificações enunciadas em bulas, rótulos ou publicidade, não autorizada pela ANVISA. Será negado o registro de medicamento que não contenha em sua composição substância reconhecida benéfica do ponto de vista clínico e terapêutico.

O registro de medicamentos e insumos farmacêuticos terá validade por cinco anos, podendo ser revalidado sucessivamente por igual período.

Mantemos devidamente registrados junto à ANVISA nossos medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos que fabricamos e comercializamos.

## **O Setor de Produtos de Higiene e Limpeza**

### ***Registro de Produtos Saneantes***

Entende-se por Produtos Saneantes e afins as substâncias ou preparações destinadas à higienização, desinfecção, desinfestação, desodorização, odorização, de ambientes domiciliares, coletivos e/ou públicos, para utilização por qualquer pessoa, para fins domésticos, para aplicação ou manipulação por pessoas ou entidades especializadas, para fins profissionais.

De acordo com a Resolução RDC n.º 184, de 22 de outubro de 2001 e atualizações, o registro / notificação de produtos saneantes e afins, de uso domiciliar, institucional, industrial e de assistência à saúde, é efetuado levando-se em conta a avaliação e o gerenciamento do risco. Na avaliação de risco são considerados: (i) a toxicidade das substâncias e suas concentrações no produto; (ii) a finalidade de uso dos produtos; (iii) as condições de uso; (iv) a ocorrência de problemas anteriores; (v) a população provavelmente exposta; (vi) a frequência de exposição e a sua duração; e (vii) as formas de apresentação.

Mantemos devidamente regularizados junto à ANVISA os produtos saneantes que fabricamos e comercializamos.

## **O Setor de Alimentos**

### ***Registro de Alimentos***

Todo e qualquer alimento fabricado, preparado, beneficiado, acondicionado, transportado, vendido ou depositado no Brasil, definição que inclui nossos produtos, deve ser previamente registrado na ANVISA, exceto quando a própria regulamentação dispensar tal registro. O Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, e suas atualizações, estabelecem regras e padrões para rotulagem dos alimentos que cumprimos integralmente.

O registro de alimentos é válido por um período de cinco anos, em todo o território nacional, sendo que somos obrigados a solicitar sua revalidação a cada cinco anos, mantendo o mesmo número de registro anteriormente concedido. A autoridade sanitária deve proceder à inspeção sanitária na unidade fabril que, dependerá, isoladamente ou em conjunto, da natureza, do risco associado ao produto, da data da última inspeção e do histórico da empresa. No caso de sermos reprovados na referida inspeção, seremos notificados para (i) suspender a produção, e (ii) recolher o(s) produto(s) no mercado, quando a autoridade sanitária julgar necessário com base na legislação pertinente, hipótese na qual arcaremos com os custos da divulgação e notificação da população, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

A análise do processo de pedido de registro do produto é realizada pela Secretaria de Vigilância Sanitária ("VISA") do Estado, do Distrito Federal ou do Município, de acordo com os Regulamentos Técnicos, as Resoluções, as Portarias e outros instrumentos legais pertinentes ao produto, inclusive os de rotulagem. A VISA encaminhará à ANVISA parecer conclusivo e fundamentado sobre a aprovação ou indeferimento do pedido de registro do produto. A ANVISA é responsável por deferir ou indeferir, com as devidas justificativas, as solicitações de registro previamente analisadas pela VISA. Cabe à ANVISA, ainda, cancelar o registro do produto a pedido, por irregularidade ou por erro de publicação.

Deve ainda a empresa, comunicar oficialmente à autoridade sanitária, no prazo de 30 dias, a partir do início da comercialização, os locais onde estão sendo comercializados os produtos, registrados e dispensados de registro, e solicitar ao órgão de Vigilância Sanitária do Estado, do Distrito Federal ou do Município que proceda a coleta de amostra dos mesmos, visando a análise de controle.

Mantemos, conforme regras em vigor, devidamente regularizados junto à ANVISA os alimentos que fabricamos e comercializamos.

### ***Registro de Bebidas***

De acordo com a legislação brasileira, as empresas que desenvolvem atividades de produção, manufatura, importação, exportação e comercialização de bebidas estão sujeitas ao controle e fiscalização pelas entidades sanitárias, especialmente o MAPA.

A Lei n.º 8.918, de 14 de julho de 1994, conforme alterada, determina que os estabelecimentos de uma sociedade, bem como as bebidas por ela produzidos devem ser registrados perante o MAPA. Tais registros são concedidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por iguais e sucessivos períodos, tendo validade em todo o território nacional.

O MAPA poderá recusar ou cancelar o registro já concedido de quaisquer dos produtos abrangidos pela legislação em comento, caso a rotulagem, embalagem ou quaisquer outras características possam induzir o consumidor a erro quanto à classe, tipo ou natureza do produto.

O Decreto n.º 2.314, de 4 de setembro de 1997 que regulamentava a Lei n.º 8.918, de 14 de julho de 1994, foi revogado pelo Decreto n.º 6.871, publicado de 4 de junho de 2009, com vigência imediata a partir desta data.

Adicionalmente, os estabelecimentos que produzem, manufaturam, distribuem, armazenam e transportam bebidas, antes do início de suas atividades, devem estar devidamente autorizadas pela Superintendência Federal da Agricultura responsável pelo estabelecimento.

Mantemos devidamente registradas junto ao MAPA as bebidas que fabricamos e comercializamos.

### **O Setor de Produtos de Beleza e Higiene Pessoal**

#### ***Registro de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumes***

De acordo com a Lei n.º 6.360/76 e atualizações, o registro/notificação dos cosméticos, dos produtos destinados à higiene pessoal, dos perfumes e demais produtos de finalidade congênere, deverá se enquadrar na relação de substâncias declaradas inócuas, elaborada pelo órgão competente do Ministério da Saúde e publicada no Diário Oficial da União, a qual conterá as especificações pertinentes a cada categoria, bem como às drogas, aos insumos, às matérias-primas, aos corantes, aos solventes e aos demais ingredientes permitidos em sua fabricação. Não se enquadrando na relação referida anteriormente, deverá ter reconhecida a inocuidade das respectivas fórmulas, em pareceres conclusivos, emitidos pelos órgãos competentes do Ministério da Saúde.

O registro dos cosméticos, produtos destinados à higiene pessoal e outros de finalidades idênticas, que contenham substâncias medicamentosas, embora em dose infraterapêutica, obedecerá às disposições constantes da subseção "Registro de Drogas, Medicamentos e Insumos Farmacêuticos".

Os cosméticos, produtos de higiene pessoal de adultos e crianças, perfumes e congêneres poderão ter alteradas suas fórmulas de composição desde que as alterações sejam aprovadas pelo Ministério da Saúde, com base nos competentes laudos técnicos.

Mantemos devidamente regularizados junto à ANVISA os cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal que fabricamos e comercializamos.



**a. *necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações***

As companhias que pretendem extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e saneantes domissanitários devem possuir uma autorização de funcionamento junto à ANVISA, órgão de competência federal, que verificará a atividade industrial, natureza e espécie dos produtos e comprovação da capacidade técnica, científica e operacional da companhia, bem como outras exigências aplicáveis.

Além da autorização federal, é necessário que as companhias tenham o licenciamento na respectiva autoridade local sanitária, para todos os estabelecimentos industriais e/ou comerciais que exerçam as atividades de fabricação e comercialização dos produtos acima citados.

A operação sem os registros mencionados acima ou sem a presença de um profissional responsável pela operação técnica, bem como qualquer violação às leis e aos regulamentos relativos à vigilância sanitária federal, estadual ou municipal, sujeita a companhia infratora a penalidades como advertência, multas, suspensão das atividades e cancelamento da permissão ou registro junto às autoridades de vigilância sanitária.

Na data deste Formulário de Referência, cumprimos todas as normas da ANVISA, nossos estabelecimentos estão regularmente autorizados perante a ANVISA e demais vigilâncias sanitárias estaduais e municipais às quais estamos sujeitos, bem como todos os registros de nossos produtos estão em vigor e foram validamente emitidos.

***Goiânia, Goiás***

O nosso complexo industrial localizado na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, está devidamente licenciado pela autoridade sanitária municipal competente, mediante a expedição do alvará para fabricação, importação e distribuição de produtos saneantes, bem como distribuição de cosméticos, com validade até 31 de dezembro de 2010.

Possuímos autorização de funcionamento, registrada perante a ANVISA sob o n.º 1.07.287-6, para armazenar, distribuir, embalar, expedir, fabricar, produzir, reembalar e transformar medicamentos e importar insumos farmacêuticos nesse complexo industrial.

***Itajaí, Santa Catarina***

Nosso complexo industrial localizado na cidade de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, encontra-se devidamente licenciado pela autoridade sanitária municipal competente mediante a expedição do alvará para fabricação de produtos domissanitários com validade até 30 de junho de 2010.

***Araçatuba, São Paulo***

O nosso complexo industrial localizado na cidade de Araçatuba, no Estado de São Paulo, está devidamente licenciado pela autoridade sanitária municipal competente, mediante a expedição de alvará sem prazo de validade.

Possuímos o cadastro da empresa, registrada perante a ANVISA sob o n.º 6.05.441-5, para fabricar produtos alimentícios nesse complexo industrial.

Adicionalmente, a Etti, companhia que incorporamos, possui o cadastro da empresa, registrada perante a ANVISA sob o n.º 4.00.599-4, para fabricar, produzir, reembalar e transportar produtos alimentícios nesse complexo industrial.

### ***Barueri, São Paulo***

O nosso complexo industrial localizado na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, está devidamente licenciado pela autoridade sanitária municipal competente, mediante a expedição do alvará para fabricação de medicamentos, com validade até 24 de fevereiro de 2011. O complexo industrial também possui licenças de funcionamento para adoçantes e balas válidas e sem prazo de vencimento, bem como uma licença de funcionamento para cosméticos válida até 20 de outubro de 2010.

Possuímos o cadastro da empresa, devidamente registrada perante a ANVISA sob o n.º 6.06.381-4, para fabricar produtos alimentícios nesse complexo industrial.

Possuímos duas autorizações de funcionamento, devidamente registradas perante a ANVISA sob os n.ºs 1.02.283-1 e 6.05.933-5, sendo a primeira autorização para armazenar, distribuir, embalar, expedir, exportar, fabricar, importar, produzir, reembalar e transportar medicamentos, produtos dietéticos e insumos farmacêuticos; e a outra para fabricar produtos alimentícios, todas nesse complexo industrial.

### ***São Paulo, SP***

O nosso complexo industrial localizado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, está devidamente licenciado pela autoridade sanitária municipal competente, mediante a expedição dos alvarás para fabricação de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal, com validade até 27 de janeiro de 2010, bem como para fabricação de medicamentos, com validade até 23 de outubro de 2009, cujos pedidos de renovação foram apresentados respectivamente em 6 de janeiro de 2010 e 16 de outubro de 2009. Podemos operar normalmente durante o processo de renovação de licença.

Possuímos três autorizações de funcionamento, devidamente registradas perante a ANVISA sob os n.ºs 2.04.641-7, 6.06.391-9 e 3.02.817-1, sendo a primeira autorização para armazenar, distribuir, embalar, exportar, fabricar, reembalar e transportar cosméticos, perfumes e produtos de higiene; a segunda para fabricar alimentos; e a última para armazenar, distribuir, embalar, expedir, fabricar, importar, reembalar e transportar produtos domissanitários, todas no complexo industrial localizado na Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo.

Possuímos cinco autorizações de funcionamento, devidamente registradas perante a ANVISA sob os n.ºs 1.20.091-8, 1.00.394-0, Y9738Y8L83M1, 4.09.835-5 e 2.03.350-5, sendo a primeira autorização especial para armazenar, distribuir, embalar, expedir, exportar, fabricar, importar, reembalar e transportar insumos farmacêuticos e medicamentos; a segunda para armazenar, distribuir, embalar, expedir, exportar, fabricar, importar, reembalar e transportar medicamentos, produtos dietéticos e insumos farmacêuticos; a terceira para armazenar, distribuir, embalar, expedir, exportar, fabricar, importar, reembalar e transportar produtos para saúde (correlatos); a quarta para exportar, fabricar e importar alimentos; e a última para distribuir, embalar, expedir, exportar, fabricar, importar e reembalar cosméticos, perfumes e produtos de higiene, todas no complexo industrial localizado no Brooklin, na cidade de São Paulo.

Possuímos uma autorização de funcionamento, devidamente registrada perante a ANVISA sob o n.º 2.00.017-7, para exportar, fabricar e importar cosméticos, perfumes e produtos de higiene, no complexo industrial localizado no Itaim Bibi, na cidade de São Paulo.

### ***Taboão da Serra, SP***

O nosso complexo industrial localizado na cidade de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo, está devidamente licenciado pela autoridade sanitária municipal competente, mediante a expedição do alvará para fabricação de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal, com validade até 9 de fevereiro de 2011.

Possuímos autorização de funcionamento, registrada perante a ANVISA sob o n.º 2.00.003-8, para exportar, fabricar e importar cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal, no complexo industrial localizado na cidade de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo.

***b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental***

***Aspectos Legais***

Nossas atividades estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal.

A violação à legislação ambiental pode caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os nossos administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica. Pode, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$50,0 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os envolvidos de forma direta ou indireta, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

***Licenciamento Ambiental***

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento, quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. Segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") n.º 1/1986, o licenciamento ambiental de certas atividades modificadoras de meio ambiente, nela explicitadas, está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Ademais, a Lei Federal n.º 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.848/2009, dispõe sobre o Sistema Nacional das Unidades de Conservação ("SNUC"). De acordo com referida Lei, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidades de Conservação, mediante o pagamento de uma compensação ambiental, cujo valor será fixado proporcionalmente ao impacto ambiental causado pelo empreendimento, por meio de EIA/RIMA. Caberá ao IBAMA realizar o cálculo da compensação ambiental, sendo que o seu valor será fixado entre 0 e 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

A competência para licenciar, no que se refere aos empreendimentos de impacto ambiental nacional ou regional é do IBAMA. Nos demais casos, a competência é dos órgãos ambientais estaduais ou municipais, caso o impacto seja local.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$10,0 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos.

A legislação ambiental também nos impõe diversas outras obrigações, incluindo, por exemplo, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos e a obtenção de autorizações para a captação de água e para o lançamento de efluentes.

Estamos sujeitos à fiscalização pelas autoridades ambientais competentes dos Estados de Goiás, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, locais em que estão localizados nossos complexos industriais e, entre tais autoridades, destacamos o IBAMA, a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – FATMA, o Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB e a Agência Ambiental de Goiás (AAG).

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de Goiânia***

Em 27 de abril de 2009, obtivemos uma licença de operação emitida pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás que autorizou a operação do nosso complexo industrial localizado na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás. Esta licença é válida até 14 de dezembro de 2014.

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de Itajaí***

Em 27 de abril de 2006, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra a Companhia, objetivando a regularização ambiental da nossa unidade industrial de Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Em 16 de abril de 2007, foi firmado um acordo no âmbito desta ação, por meio do qual ficamos obrigados a demolir algumas construções da unidade industrial localizadas em área de preservação permanente e a instalar uma estação de tratamento para os efluentes gerados por nossas atividades, além de implementar diversas outras melhorias ambientais no complexo industrial. Em 10 de dezembro de 2007, cumprimos integralmente todas as nossas obrigações com relação a este acordo e, diante de tal fato, o juízo determinou o arquivamento dos autos e a baixa na distribuição. Atualmente, a unidade industrial de Itajaí possui uma licença de operação emitida em 14 de agosto de 2008 pela Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina ("FATMA"). Esta licença é validada até 14 de agosto de 2012.

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de Araçatuba***

Em 01 de outubro de 2007, obtivemos uma licença de operação emitida pela CETESB que autorizou a operação do nosso complexo industrial localizado no município de Araçatuba, no Estado de São Paulo. Esta licença é válida por prazo indeterminado.

A antiga proprietária do nosso complexo industrial de Araçatuba é parte em um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental que tem como principal obrigação a recomposição de áreas de preservação permanente localizadas no interior do imóvel deste complexo, além da instalação de uma estação de tratamento de efluentes (ETE). A antiga proprietária nos informou que o projeto de reflorestamento já foi concluído e a ETE já instalada, restando apenas a apresentação periódica dos relatórios de situação do plantio à CETESB. Desta forma, entendemos que não restarão obrigações do referido TCRA a serem cumpridas subsidiariamente pela Companhia em caso de não cumprimento pela antiga proprietária.

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de Barueri***

Em 03 de junho de 2008, obtivemos uma licença de operação emitida pela CETESB que autorizou a operação do nosso complexo industrial localizado na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo. Esta licença possuía validade até 03 de junho de 2010. Protocolizamos o pedido de renovação desta licença em 28 de maio de 2010.

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de São Paulo***

Em 02 de outubro de 2008, obtivemos uma licença de operação emitida pela CETESB que autorizou a operação do nosso complexo industrial localizado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. Esta licença é válida até 02 de outubro de 2010.

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de Taboão da Serra***

Em 18 de novembro de 2008, obtivemos uma licença de operação emitida pela CETESB que autorizou a operação do nosso complexo industrial localizado na cidade de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo. Esta licença é válida até 18 de novembro de 2010.

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de São Roque***

Em 12 de junho de 2008, obtivemos uma licença de operação emitida pela CETESB que autorizou a operação do nosso complexo industrial localizado na Cidade de São Roque, no Estado de São Paulo. Esta licença é válida até 12 de junho de 2011.

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de Guarulhos***

Em 07 de julho de 2005, obtivemos uma licença de operação emitida pela CETESB que autorizou a operação do nosso complexo industrial localizado na Cidade de Guarulhos, no Estado de São Paulo. Esta licença é válida até 07 de julho de 2009. Protocolizamos o pedido de renovação desta licença em 18 de dezembro de 2009.

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de Anápolis***

Em 29 de janeiro de 2009, obtivemos uma licença de operação emitida pela Agência Ambiental de Goiás que autorizou a operação do nosso complexo industrial localizado na Cidade de Anápolis, no Estado de Goiás. Esta licença é válida até 04 de janeiro de 2011.

#### ***Licenciamento Ambiental do Complexo Industrial de Juiz de Fora***

Em 12 de junho de 2007, obtivemos uma licença de operação emitida pela Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora que autorizou a operação do nosso complexo industrial localizado na Cidade de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. Esta licença é válida até 12 de junho de 2011.

## ***Nossa Política Ambiental***

Consideramos o respeito à natureza um fator essencial para a evolução da vida e fundamental para o nosso crescimento. Para isso, implementamos o Programa de Gestão Ambiental, que inclui a educação ambiental e a preservação do meio ambiente. No contexto deste Programa, realizamos a coleta seletiva dos resíduos, reciclagem e incineração de resíduos perigosos, além de promovermos palestras e eventos objetivando despertar o respeito ao meio ambiente.

Embora diligentes em nossas atividades para preservação do meio ambiente, e cientes das nossas responsabilidades, conforme demonstrado acima, e da regulamentação brasileira do meio ambiente, não aderimos a padrões internacionais ambientais.

A Companhia não apresenta custos relevantes para obtenção das autorizações ambientais para o exercício de seus negócios junto à administração pública competente.

Adicionalmente, acreditamos nunca ter tido dificuldades relevantes na obtenção das autorizações mencionadas acima junto à administração pública.

### ***c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades***

Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais. Atualmente, temos mais de 170 marcas comercializadas, estando a maior parte delas registradas ou em processo de registro no INPI.

## **7.6. Receitas relevantes oriundas de outros países, identificando.**

### ***a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia***

A Companhia não obtém receitas relevantes em outros países que não o Brasil.

### ***b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia***

Não aplicável.

### ***c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia***

Não aplicável.

## **7.7. Informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação estrangeira e de que modo tal sujeição afeta nossos negócios**

Não estamos sujeitos a regulação estrangeira.

## **7.8. Descrição das relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figuram em outra parte deste Formulário de Referência**

Não existem relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste Formulário de Referência.

## **7.9. Outras Informações Relevantes**

### ***Política de Marketing***

Nossa política de *marketing* tem como objetivo atrair e fidelizar clientes em nossas diversas linhas de negócios e, para isso, realizamos campanhas de *marketing* integradas e diferenciadas para cada produto e região em que operamos, que são estruturadas e direcionadas ao público-alvo de cada produto. Possuímos equipes dedicadas em desenvolver o *marketing* para o produto e também para o consumidor, tendo uma grande expertise na área de mídia.

Realizamos nosso *marketing* de produtos com base no conhecimento do público-alvo, dado por diretrizes estratégicas internas, como também por meio de pesquisas com consumidores e auditorias de mercado. Este conhecimento adquirido, aliado à experiência de nossa equipe, possibilita o desenvolvimento e alterações de produtos, em comitês de desenvolvimento, englobando integrantes das áreas de *marketing*, pesquisa e desenvolvimento, produção e registros, se necessário.

Desenvolvemos materiais para cada tipo de cliente, canal e produto, com foco no público-alvo específico e para apoio aos pontos de vendas. Além desses materiais, são desenvolvidas campanhas e ações promocionais nos pontos de vendas, com abordagens, entregas de brindes e sorteios, para atrair e fidelizar nossos consumidores.

Adicionalmente, possuímos uma agência de propaganda interna que centraliza o desenvolvimento de campanhas publicitárias e de todas as nossas negociações de espaços de mídia. Esta agência, por ser exclusiva, possui um vasto conhecimento dos produtos das nossas quatro linhas de negócios, tendo uma interação direta, ágil e eficiente com o departamento de *marketing*, garantindo o alinhamento entre a campanha desenvolvida, tanto para TV como para outras mídias, com os objetivos estratégicos de cada linha de negócios e com o foco e abordagem correta para o público-alvo.

A agência interna, além de estar alinhada com nossos objetivos estratégicos e de possuir conhecimento dos produtos e público-alvo, nos proporciona ganhos de escala tanto na elaboração de propagandas, quanto na negociação de espaços de mídia, com maior poder de negociação para o desenvolvimento de filmes.

Na data deste Formulário de Referência, somos o terceiro maior anunciante de bens de consumo não duráveis, segundo o Grupo M&M. Veiculamos mais de 50 campanhas publicitárias e os nossos gastos com propaganda, publicidade e relacionados em 2009 totalizaram R\$209,1 milhões; produzimos 23 filmes e também investimos em mídias de apoio como revistas, jornais, táxis, metrô, ônibus e relógios nas principais vias de São Paulo, além de painéis de estradas. Apoiamos também diversos projetos na TV Globo como Som & Fúria, Divas do Roberto Carlos, No Limite, Menina Fantástica e Cinquentinha; no Multishow, o BBB 9, bem como celebramos contratos de patrocínio junto a grandes clubes de futebol.

## 8. GRUPO ECONÔMICO

### 8.1 Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia, indicando:

#### a. controladores diretos e indiretos

A tabela abaixo contém informações sobre a titularidade das nossas ações ordinárias na data deste Formulário de Referência.

Acionistas	Ações	Capital Total (%)
Igarapava Participações S.A. <sup>(1)</sup>	149.296.510	27,59
Maiorem S.A. de C.V. <sup>(1)</sup>	93.371.780	17,26
Claudio Bergamo dos Santos <sup>(1)</sup>	1.523.458	0,28
Nelson José de Mello <sup>(1)</sup>	1.523.458	0,28
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves <sup>(1)</sup>	34.641.026	6,40
Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves <sup>(1)</sup>	350.000	0,07
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho <sup>(1)</sup>	16	0,00
Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'Anna Braga <sup>(1)</sup>	9.136	0,00
Ações em circulação	260.114.060	48,08
Administradores	232.003 <sup>(2)</sup>	0,04
<b>Total</b>	<b>541.061.447</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> Acionistas Controladores, signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, conforme descrito abaixo.

<sup>(2)</sup> Excluem-se as ações dos administradores que também são acionistas controladores diretos da Companhia.

Apresentamos abaixo a composição acionária dos nossos acionistas controladores pessoas jurídicas, incluindo a Monte Cristalina Ltda., controladora da Igarapava Participações S.A.

Acionistas da Igarapava Participações S.A.	ON <sup>(1)</sup>	(%)	PNA <sup>(2)</sup>	(%)	Total	(%)
Monte Cristalina Ltda.	280.944	63,85	–	–	280.944	57,34
João Alves Queiroz Filho	115.504	26,25	50.000	100,00	165.504	33,78
Maria Esmeralda Alves de Queiroz Bertuccelli	41.013	9,32	–	–	41.013	8,37
Outros	2.539	0,58	–	–	2.539	0,51
<b>Total</b>	<b>440.000</b>	<b>100,00</b>	<b>50.000</b>	<b>100,00</b>	<b>490.000</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> Ações Ordinárias.

<sup>(2)</sup> Ações Preferenciais Classe A.

Acionistas da Maiorem S.A. de C.V.	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Roberto Hernández Ramírez <sup>(1)</sup>	901.920	39,74
Alfredo Harp Helú <sup>(1)</sup>	541.152	23,85
José G. Aguilera Medrano <sup>(1)</sup>	541.152	23,85
Esteban Malpica Fomperosa <sup>(1)</sup>	270.609	11,92
Outros	14.463	0,64
<b>Total</b>	<b>2.269.296</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> A participação é detida por meio de *trusts*.

Acionistas da Monte Cristalina Ltda.	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
João Alves de Queiroz Filho	169.929.698	76,78
Cirillo Marcos Alves	51.390.564	23,22
<b>Total</b>	<b>221.320.262</b>	<b>100,00</b>



Segue abaixo uma descrição dos nossos acionistas controladores pessoas físicas e jurídicas, incluindo a Monte Cristalina Ltda., controladora da Igarapava Participações S.A.

#### **Igarapava Participações S.A. ("Igarapava")**

A Igarapava é uma sociedade por ações, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.277, sala 01-A, cujo objeto social consiste na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista, e iniciou suas atividades em 23 de março de 2007.

Na data deste Formulário de Referência, a Igarapava é um de nossos acionistas controladores, por meio de um Acordo de Acionista, cuja descrição segue abaixo.

#### **Maiorem S.A. de C.V. ("Maiorem")**

A Maiorem é uma sociedade por ações, constituída de acordo com as leis dos Estados Unidos Mexicanos, com sede nos Estados Unidos Mexicanos, na cidade do México, Cordoba 8, Col. Roma Norte, D.F. 06700, cujo objeto social inclui, entre outros, a administração de empresas ou entidades jurídicas de qualquer gênero e a participação no capital social de outras sociedades. Essa sociedade adquiriu participação no nosso capital em 1º de junho de 2007.

Na data deste Formulário de Referência, a Maiorem é um de nossos acionistas controladores, por meio de um Acordo de Acionista, cuja descrição segue abaixo.

#### **Monte Cristalina Ltda. ("Monte Cristalina")**

A Monte Cristalina é uma sociedade por ações, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.939, Bloco I, sala 304, e com escritório na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.277, conjunto 603, cujo objeto social consiste na participação (*holding*) em outras sociedades, e iniciou suas atividades em 29 de março de 2000.

O seu capital social é detido pelos Srs. João Alves de Queiroz Filho e Cirillo Marcos Alves. A Monte Cristalina controla a Igarapava, um de nossos acionistas controladores, detendo 57,34% do seu capital social.

#### **Claudio Bergamo dos Santos**

Brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 8.765.296-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 101.110.688-43, residente e domiciliado na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.217, Casa 07, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, detendo ações representativas de 0,28% do nosso capital social.

Na data deste Formulário de Referência, o Sr. Santos é um de nossos acionistas controladores por meio de um Acordo de Acionista, cuja descrição segue abaixo.

#### **Nelson José de Mello**

Brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 493.340 SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob o nº 130.110.221-00, residente e domiciliado na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.217, Casa 07, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, detendo ações representativas de 0,28% do nosso capital social.

Na data deste Formulário de Referência, o Sr. Nelson é um de nossos acionistas controladores por meio de um Acordo de Acionista, cuja descrição segue abaixo.

### **Marcelo Henrique Limírio Gonçalves**

Brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 20.443.681 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 077.009.701-49, residente e domiciliado na Avenida 136, n.º 425, apartamento 100, Setor Marista, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, detendo ações representativas de 6,40% do nosso capital social.

Na data deste Formulário de Referência, o Sr. Gonçalves é um de nossos acionistas controladores por meio de um Acordo de Acionista, cuja descrição segue abaixo.

### **Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves**

Brasileira, casada, industrial, portadora da cédula de identidade RG n.º 249.977 SSP/DF e inscrita no CPF/MF sob o nº 660.415.031-34, residente e domiciliada na Avenida 136, n.º 425, apartamento 100, Setor Marista, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, detendo ações representativas de 0,06% do nosso capital social.

Na data deste Formulário de Referência, a Sra. Gonçalves é um de nossos acionistas controladores por meio de um Acordo de Acionista, cuja descrição segue abaixo.

### **Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho**

Brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 3564.754 SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob o nº 692.126.601-00, residente e domiciliado na Rua das Grevilleas, Quadra 18-A, lote 11, Residencial Aldeia do Vale, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, detendo ações representativas de 0,0% do nosso capital social.

Na data deste Formulário de Referência, o Sr. Gonçalves Filho é um de nossos acionistas controladores por meio de um Acordo de Acionista, cuja descrição segue abaixo.

### **Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'Anna Braga**

Brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º 3.564.753 SPTC/GO e inscrita no CPF/MF sob o nº 814.481.801-63, residente e domiciliada na Rua Ficus, Quadra 12, lote 04, Residencial Aldeia do Vale, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, detendo ações representativas de 0,0% do nosso capital social.

Na data deste Formulário de Referência, a Sra. Braga é um de nossos acionistas controladores por meio de um Acordo de Acionista, cuja descrição segue abaixo.

#### ***b. controladas e coligadas***

A Companhia possui como controladas diretas a MY Agência de Propaganda Ltda., a Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., a Versoix Participações Ltda., a Luper Indústria Farmacêutica Ltda., a Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda. e a Sapeka Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis Ltda.

#### ***c. participações da Companhia em sociedades do grupo***

A Companhia não possui participação em qualquer sociedade além de suas controladas diretas, conforme indicado no item "b" acima.

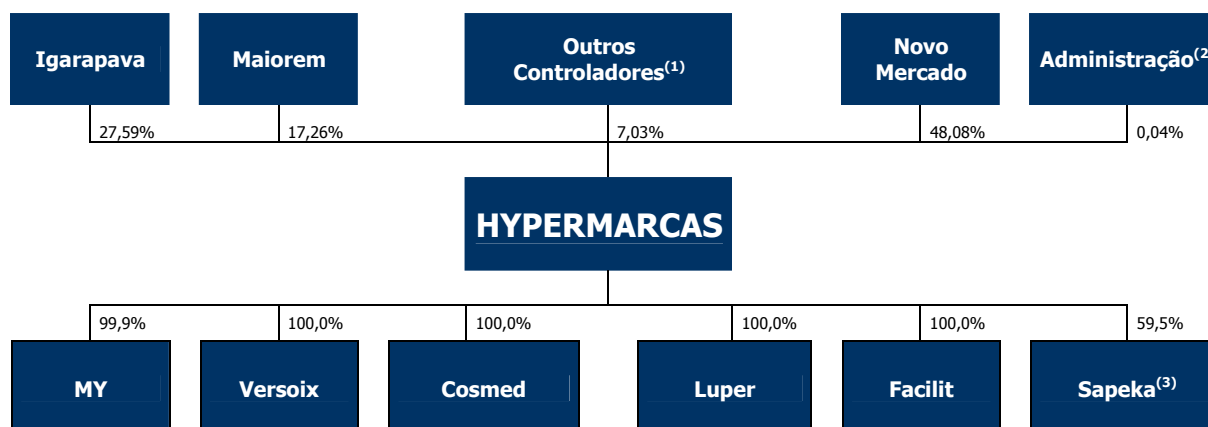
#### ***d. participações de sociedades do grupo na Companhia***

Nenhuma das sociedades do grupo possui qualquer participação no capital social da Companhia, exceto conforme disposto no item "a" acima.

#### ***e. sociedades sob controle comum***

Não aplicável, tendo em vista que não há no grupo da Companhia qualquer sociedade sob controle comum.

## 8.2 Organograma Societário



(1) Compreende a participação de Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho, Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'Anna Braga, Claudio Bergamo dos Santos e Nelson José de Mello.

(2) Excluem-se as ações dos administradores que também são acionistas controladores diretos da Companhia.

(3) Em decorrência de Aditamento ao Contrato Sapeka, datado de 9 de junho de 2010, foi constituído, naquela data, usufruto em favor da Companhia sobre as quotas remanescentes da Sapeka, representativas de 40,5% do seu capital social, as quais serão substituídas pelas ações correspondentes tão logo seja concretizada a transformação da Sapeka em sociedade por ações de capital fechado. Para mais informações sobre a aquisição da Sapeka pela Companhia, veja o item 6.5 - *Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas* deste Formulário de Referência.

## 8.3. Descrição das operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes ocorridas no grupo

### *Aquisição de Participação na Sulquímica Ltda. e Aquisição da Fluss Indústria e Comércio Ltda.*

Em 26 de janeiro de 2007, celebramos com Martin Ewaldo Streibel, Mariane Streibel e Anna Luise Martha Streibel, Contratos de Compra e Venda de Quotas, por meio dos quais acordamos a aquisição de quotas representativas de 75% do capital social da Sulquímica, uma vez cumpridas as condições precedentes estabelecidas naqueles contratos, o que ocorreu em 6 de março de 2007. Em 30 de janeiro de 2007, celebramos com Henrique Ewaldo Streibel Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual acordamos a aquisição de quotas representativas de 15% do capital social da Sulquímica e 0,5% do capital social da Fluss, uma vez cumpridas as condições precedentes estabelecidas no Contrato, o que ocorreu em 6 de março de 2007.

Também em 30 de janeiro de 2007, celebramos com Henrique Ewaldo Streibel, dentre outros documentos, Contrato de Opção de Compra e de Opção de Venda de Quotas, por meio do qual foi outorgada a Henrique uma opção de venda de sua participação remanescente na Sulquímica, e a nós uma opção de compra da mesma participação. Em 27 de setembro de 2007, exercemos referida opção de modo que passamos a deter a da totalidade das quotas representativas do capital social da Sulquímica. Desse modo, concluímos a aquisição de controle nas empresas Sulquímica e Fluss, líderes de mercado na região Sul do País, no mercado de *Higiene e Limpeza*, nos segmentos de *Cuidados com o Lar e Controle de Pragas*.

### *Aquisição da Divisão de Adoçantes*

A aquisição da Divisão de Adoçantes Finn foi realizada por meio de um Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, celebrado entre, de um lado, a Companhia e a Monte Cristalina, e, de outro lado, a Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. e Solana Agro Pecuária Ltda., com a interveniência da Finn, em 30 de março de 2007. O preço de aquisição foi composto por 2 parcelas (uma relativa à compra e venda das quotas da Finn e outra relativa à compra e venda de ativos e estoque). A parcela relativa à compra e venda de quotas, no montante total de R\$27.400.000,00, foi paga da seguinte forma: R\$11.950.000,00 foram pagos à vista, e o montante de R\$15.450.000,00 deverá ser pago em 36 parcelas mensais e iguais no valor de R\$429.166,67, a serem corrigidas com base na variação do CDI, calculada *pro rata die*, desde 30 de março de 2007 até a data de seu efetivo pagamento, sendo a primeira parcela devida em 30 de abril de 2007, e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes. A parcela relativa à compra e venda de ativos e estoque no montante de R\$3.500.000,00 foi paga integralmente em 16 de abril de 2007. Para garantia das obrigações de indenização assumidas pelas vendedoras, existe a nossa faculdade de retenção de valores de parcelas vincendas do preço para fazer frente a eventuais contingências relativas ao período anterior à data de aquisição. Indenizações por perdas relacionadas a obrigações das vendedoras relativas a data anterior à data de aquisição devem ser por elas integralmente assumidas.

### *Aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda.*

Em 1º de junho de 2007, adquirimos a totalidade das quotas da DM, empresa com atuação nos mercados de *Alimentos, Beleza e Higiene Pessoal e Medicamentos OTC*, por meio de um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia e Yoshimi Morizono. O preço de aquisição foi composto por duas parcelas, no valor de R\$1.132.887.863,73 (a Parcela A) e R\$57.800.000,00 (a Parcela B), respectivamente. Com relação à Parcela A, (i) o montante de R\$375.078.863,73 foi pago à vista, (ii) o montante de R\$111.937.800,00 foi pago em 02.06.2008, (iii) o montante de R\$111.937.800,00 foi pago em 1º de junho de 2009, (iv) o montante de R\$151.561.800,00 será pago em 1º de junho de 2010, (v) o montante de R\$191.185.800,00 será pago em 1º de junho de 2011, e (vi) o montante de R\$191.185.800,00 será pago em 1º de junho de 2012, todos sem qualquer tipo de correção ou ajuste. À época do pagamento de cada uma das parcelas da Parcela A, poderá ser realizado um pagamento adicional, estabelecido de acordo com a variação da taxa de câmbio do dólar, tendo-se como parâmetro a taxa de câmbio de R\$1,9812, estabelecida no contrato. Caso a taxa de câmbio vigente à época do pagamento da respectiva parcela seja inferior à taxa de câmbio estabelecida no contrato, nos será devido o pagamento adicional, no montante da diferença, sendo-nos facultada a compensação deste valor com a parcela a ser paga. Caso a variação seja superior à taxa de câmbio de R\$1,9812, caberá a nós realizar referido pagamento. Com relação à Parcela B, (i) o montante de R\$8.537.780,00 foi pago em 2 de junho de 2008, (ii) o montante de R\$8.537.780,00 foi pago em 1º de junho de 2009, (iii) o montante de R\$11.560.000,00 será pago em 1º de junho de 2010, (iv) o montante de R\$14.582.220,00 será pago em 1º de junho de 2011, e (v) o montante de R\$14.582.220,00 será pago em 1º de junho de 2012, todos sem qualquer tipo de correção ou ajuste. Para garantia das obrigações, inclusive de indenização, assumidas pelo Sr. Yoshimi Morizono, nos termos deste Contrato, existe a nossa faculdade de retenção de valores das parcelas do preço ou a substituição correspondente por meio de apresentação de carta de fiança, pelo Sr. Yoshimi Morizono. Indenizações por perdas relacionadas a obrigações da DM relativas a data anterior à data de aquisição das quotas devem ser assumidas integralmente pelo Sr. Yoshimi Morizono. Desse modo, estamos indenidos a quaisquer perdas decorrentes de quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios ocorridos antes da data de celebração do contrato.

### *Incorporação de Ações do Farmasa*

Em 27 de junho de 2008, com o objetivo de reafirmar o processo de nossa expansão e consolidar nossa atuação no ramo de Medicamentos OTC, incorporamos a totalidade das ações representativas do capital social do Farmasa, com um significativo ganho em economia de escala, fortalecendo assim a posição de ambas as companhias no mercado.

A operação foi realizada por meio da incorporação de ações representativas de 100% do capital social do Farmasa pela Companhia, com a consequente emissão de 39.720.140 novas ações ordinárias pela Companhia, no valor total de R\$873,4 milhões, todas atribuídas aos antigos acionistas do Farmasa, à proporção de 0,428 ação da Companhia por cada ação incorporada do Farmasa, representando, na época, 20% do capital social total da Companhia.

Com a conclusão da operação, o Farmasa tornou-se nossa subsidiária integral, mantendo personalidade jurídica própria até 29 de dezembro de 2008, quando foi incorporada por nós.

O acordo de incorporação prevê, ainda, uma cláusula, por meio da qual os antigos acionistas do Farmasa se obrigam a indenizar e isentar a Companhia e suas subsidiárias de todas e quaisquer perdas decorrentes, principalmente, de (i) qualquer obrigação, responsabilidade, fato, ato, evento, atividade ou negócio do Farmasa decorrentes de atos, fatos, ou omissões causadas, verificadas ou incorridas anteriormente a data do acordo; e (ii) qualquer violação, falsidade ou imprecisão de qualquer declaração ou garantia prestada pelos antigos acionistas. A Companhia só poderá pleitear indenização quando o valor acumulado dos débitos e/ou exigências ultrapassar R\$5,0 milhões, observado que os valores de possíveis indenizações deverão ser atualizadas mensalmente. Na hipótese da indenização em questão ultrapassar o limite mínimo estabelecido, a indenização deverá se dar por seu valor integral (sem a exclusão do valor de R\$5,0 milhões). As perdas em relação às quais tenhamos direito de regresso contra terceiro, desde que tenhamos tomado todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para resguardar esse direito, somente serão consideradas efetivamente incorridas para fins de cálculo do valor acima, a partir do momento em que esgotarem as medidas extrajudiciais e judiciais razoáveis contra o terceiro ou o mesmo não tenha comprovadamente capacidade financeira de pagamento.

A tabela a seguir indica a distribuição do capital social da Companhia antes da referida operação:

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
Igarapava Participações S.A. ....	74.648.255	46,98
Maiorem S.A. de C.V. ....	46.685.890	29,38
Ações em circulação ....	36.021.847	22,67
Administradores ....	1.524.565	0,96
<b>Total .....</b>	<b>158.880.557</b>	<b>100,00</b>

A seguir indicamos a distribuição do capital social da Companhia após a referida operação:

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
Igarapava Participações S.A. ....	74.648.255	37,59
Maiorem S.A. de C.V. ....	46.685.890	23,51
Private Equity Partners C, LLC ....	19.365.554	9,75
GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações ....	494.516	0,25
Gianni Franco Samaja ....	9.930.035	5,00
Dino Samaja ....	2.482.511	1,25
Heloísa Désirée Samaia ....	2.482.508	1,25
Iolanda Samaia da Silva Coelho ....	2.482.508	1,25
Martha Samaia De Vivo ....	2.482.508	1,25
Ações em circulação ....	36.021.847	18,14
Administradores ....	1.524.565	0,77
<b>Total .....</b>	<b>198.600.697</b>	<b>100,00</b>

#### *Aquisição da CEIL Comércio e Distribuidora Ltda.*

Em 28 de julho de 2008, como complementação de nosso portfólio de produtos cosméticos e de higiene pessoal e o conseqüente crescimento de oportunidades neste setor, adquirimos a totalidade das quotas representativas do capital social da Ceil, sociedade controlada indireta da Revlon no Brasil e detentora das marcas *Bozzano*, *Juvena* e *Campos do Jordão* bem como os direitos relativos a determinadas marcas, incluindo a marca *Aquamarine*, registradas em nome de outras controladas da Revlon, pelo valor correspondente em reais a aproximadamente US\$104,0 milhões, ou R\$173,4 milhões à época, acrescido do valor existente no caixa da Ceil na data de aquisição (US\$3,6 milhões), pago à vista, integralmente com recursos próprios.

O instrumento de compra e venda prevê, ainda, uma cláusula, por meio da qual as vendedoras se obrigam, conjunta e indistintamente, a indenizar e isentar a Companhia e a Ceil de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros, (i) violação, declaração falsa ou inexatidão de qualquer declaração e garantia dada pelas vendedoras no contrato; (ii) qualquer obrigação ou responsabilidade decorrentes de atos, fatos ou omissões da Ceil anteriores à assinatura do contrato, sejam ou não divulgadas pelas vendedoras, conhecidos ou não; e (iii) quaisquer notas de empréstimos da Ceil de seus credores terceiros pendentes na data do contrato, incluindo, entre outros, quaisquer empréstimos bancários a curto prazo expressos no balanço de 30 de junho de 2008 e no balanço patrimonial na data do contrato.

#### *Aquisição das Marcas da Brasil Global Cosméticos Ltda. e da NY.Looks Indústria e Comércio Ltda.*

Ainda em 28 de julho de 2008, reforçando o nosso projeto de crescimento no setor de cosméticos e de higiene pessoal, adquirimos os direitos sobre as marcas *NY Looks*, *Bia Blanc* e *Radical* de titularidade da Brasil Global e NY.Looks utilizadas na fabricação e comercialização dos produtos Gel e Hair Spray NY Looks, Radical Gel, Gel Summer Look, Hidratante Corporal Bia Blanc, Cremes de Tratamento Bia Blanc, dentre outros, bem como adquirimos os desenhos industriais de titularidade de Alexandre de Andrade Roméro. A aquisição envolveu apenas a aquisição de ativos, tais como as marcas desenhos industriais e outros direitos de propriedade intelectual relativo às marcas, e não a participação acionária detida pelos controladores na Brasil Global e NY Looks, que continuaram atuando em seus respectivos segmentos de negócio, sob a gestão de seus respectivos executivos e controladores. A operação foi concluída pelo valor de R\$60,0 milhões, sendo (i) R\$12,0 milhões pagos à vista; (ii) R\$12,0 milhões depositados em uma conta garantia, para garantia de liquidação das obrigações, contingentes ou absolutas de qualquer natureza; e (iii) R\$36,0 milhões convertidos para Dólares a uma taxa de R\$1,5745 para cada US\$1,00 e a serem pagos em 5 parcelas iguais e anuais, vencendo a primeira em 30 de julho de 2009 e a última em 30 de julho de 2013. Como garantia dessas parcelas, apresentamos fiança bancária no valor de R\$36,0 milhões em favor dos cedentes das marcas.

O contrato de compra e venda prevê, ainda, uma cláusula que determina que a Brasil Global e NY Looks se obrigam, de forma solidária, a nos indenizar e nos manter indene de, e contra, de todas e quaisquer perdas que sejam ocorridas pelas cessionárias, ou resultantes de, entre outros: (i) qualquer responsabilidade ou outra obrigação de qualquer natureza, seja cumulativa ou fixa, absoluta ou contingente, revelada ou não, relativa aos direitos de propriedade industrial, que surja em virtude de, ou esteja relacionada a, qualquer fato ou omissão que tenha ocorrido antes ou na data de celebração do contrato; (ii) qualquer imprecisão nas, ou qualquer violação das declarações e garantias prestadas pelos cedentes no contrato; e (iii) todas e quaisquer insubsistências ativas e obrigações, contingentes ou absolutas, dos cedentes, de qualquer natureza, inclusive comercial, civil, ambiental, previdenciária, fiscal e trabalhista, em qualquer caso originárias de atos, atividades, omissões, fatos ou negócios ocorridos, pactuados ou realizados a qualquer tempo, tenham ou não sido reveladas à cessionária.

#### *Aquisição da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.*

Em 6 de outubro de 2008, dando continuidade ao projeto de expansão e aumento de oportunidades no segmento de produtos de beleza e de higiene pessoal, adquirimos a totalidade das quotas representativas do capital social do Grupo Niasi, pelo valor econômico de tais sociedades, avaliado em R\$366,0 milhões que, após a dedução do endividamento líquido do Grupo Niasi, resultou em um valor de aquisição de R\$328,4 milhões, sendo parte do preço paga à vista (R\$232,4 milhões) e o valor remanescente a ser pago em até 5 anos. Como garantias assumidas pelas partes, apresentamos fiança bancária em favor dos vendedores no valor de R\$50,0 milhões e, em contrapartida, recebemos uma primeira hipoteca sobre o imóvel de propriedade da Merano Participações Ltda. localizado na Cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, cuja hipoteca será mantida em nosso favor pelo prazo de 5 anos a contar da data das aquisições do Grupo Niasi. Em 19 de dezembro de 2008, a Niasi teve sua denominação alterada para Hypermed Industrial Ltda. Em 09 de abril de 2009, a Hypermed passou por transformação no tipo societário, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, alterando, também sua denominação social para Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.

O contrato de compra e venda prevê, ainda, uma cláusula que determina que os vendedores se obriguem, de forma ilimitada e solidária, a nos indenizar e nos manter indene, bem como o Grupo Niasi de todas e quaisquer perdas originárias de, ou resultantes de: (i) qualquer violação das declarações e garantias prestadas pelos vendedores no contrato; (ii) qualquer violação de qualquer obrigação ou acordos dos vendedores contidas no acordo; (iii) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios ocorridos na ou antes da presente data, conhecidos ou não, incluindo, sem limitação, eventuais efeitos decorrentes de pagamento de dividendos relativos ao período anterior a esta data, ainda que o seu efetivo pagamento ocorra nesta data, ou ainda posteriormente; e (iv) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios ocorridos na ou antes da data de assinatura do contrato, conhecidos ou não, incluindo, sem limitação, os já conhecidos e destacados pelos vendedores. A responsabilidade dos vendedores com respeito a qualquer perda compreenderá os danos patrimoniais diretos e indiretos, sejam ou não decorrentes de pleitos de terceiros.

Adicionalmente, poderemos descontar da última parcela a ser paga por nós aos antigos acionistas do Grupo Niasi, no valor de R\$50,0 milhões, com vencimento em 06 de outubro 2013, os valores relativos a qualquer perda ou perda potencial.

#### *Cisão Parcial com Incorporação do Acervo Líquido da Cosmed*

Em 30 de junho de 2009, nossos acionistas reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária e aprovaram a (a) nossa cisão parcial com incorporação do acervo líquido cindido na Cosmed, sociedade por ações cujo capital social é integralmente detido por nós; e (b) incorporação de ações da Cosmed por nós. As referidas matérias também foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Cosmed, realizada simultaneamente à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia mediante a celebração de protocolo e justificação de cisão parcial com incorporação do acervo líquido cindido.

Em decorrência da nossa cisão parcial, o nosso capital social foi reduzido em R\$47,7 milhões, correspondente ao valor líquido contábil do nosso acervo cindido, mediante o cancelamento de 4.758.370 ações, proporcionalmente às participações detidas pelos nossos acionistas, em 11 de junho de 2009, fazendo com que o nosso capital social passasse de R\$1,6 bilhão para R\$1,5 bilhão, representado por 193.842.327 ações. Em virtude da incorporação do nosso acervo cindido, o capital social da Cosmed foi aumentado em R\$47,7 milhões, com a emissão de 89.541.028 novas ações, subscritas e integralizadas pelos nossos acionistas, nas proporções atualmente detidas por eles no nosso capital social.

Ato contínuo às deliberações da Companhia e da Cosmed que aprovaram a nossa cisão parcial com incorporação do acervo líquido cindido pela Cosmed, os acionistas de ambas as companhias decidiram acerca da incorporação das ações da Cosmed, pela qual incorporamos as ações representativas do capital social da Cosmed que foram atribuídas aos nossos acionistas por ocasião da operação de cisão parcial. Aprovada a incorporação de ações pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da Cosmed, nosso capital social foi aumentado para R\$1,6 bilhão, aumento esse no valor de R\$47,7 milhões, mediante a emissão de 4.758.370 novas ações, que foram subscritas pelos novos acionistas da Cosmed, nas proporções por eles detidas no nosso capital social, em 11 de junho de 2009.

A distribuição do nosso capital social não foi impactada em decorrência da referida operação.

#### *Aquisição do negócio de preservativos masculinos "Jontex"*

Em 07 de outubro de 2009, celebramos um Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual, uma vez satisfeitas as condições nele estabelecidas, que incluem a constituição de uma sociedade de propósito específico detentora de todos os direitos de propriedade intelectual relacionados à marca *Jontex*, além de outros ativos relacionados ao negócio de preservativos masculinos comercializados sob a marca *Jontex*, concordamos em adquirir a totalidade de tais quotas.

Em 7 de maio de 2010, cumpridas tais condições, a Hypermarcas concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Versoix Participações Ltda., sociedade que é, nesta data, proprietária e legítima possuidora de todos os ativos, incluindo, sem limitação, direitos de propriedade intelectual, necessários para a condução do negócio relativo aos preservativos masculinos comercializados sob a marca "Jontex".

O preço total de Aquisição pago pela Companhia foi de US\$101,0 milhões, dos quais (i) o montante equivalente a 1%, ou US\$1,0 milhão, foi pago em 30 de dezembro de 2009, como sinal e princípio de pagamento; (ii) o montante equivalente a 98,50%, ou US\$99,49 milhões, foi pago em 5 de março de 2010, à vista, contra a transferência das quotas acima referidas, e (iii) o saldo remanescente do preço de aquisição, equivalente a 0,5% do preço total de aquisição, ou US\$425,9 mil, foi pago em 7 de maio de 2010 contra a transferência da participação societária remanescente do capital social da Versoix Participações Ltda.

O contrato prevê a indenização da Companhia por perdas decorrentes de todas as responsabilidades ou obrigações decorrentes de ou relacionadas a quaisquer obrigações decorrentes de atos ou fatos anteriores à data de fechamento, violação, falsidade ou imprecisão de qualquer declaração ou garantia prestada, e qualquer violação, atraso ou inadimplemento de quais obrigações e avenças. A indenização será feita semestralmente, sempre nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro. A obrigação de indenizar deverá sobreexistir pelo prazo de 18 meses a partir da data de fechamento.

Esta operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 27 de outubro de 2009, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.008623/2009-40).



#### *Aquisição do negócio de cosméticos "Hydrogen"*

Em 14 de outubro de 2009, visando a complementação do portfólio de produtos para higiene pessoal, a Companhia adquiriu da SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., os bens e ativos utilizados na comercialização de produtos cosméticos licenciados sob as marcas *Disney* e *Warner Brothers* (associadas à marca "Hydrogen"), para o segmento infante juvenil no Brasil. O preço total de aquisição dos ativos foi de R\$25 milhões, sendo R\$10 milhões pagos na data de assinatura do contrato de venda e compra de ativos, e o saldo remanescente de R\$15 milhões a ser pago em 12 parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas de acordo com a variação do CDI no período, *pro rata temporis*, tendo a primeira vencido em 14 de novembro de 2009, e a última com vencimento previsto para 13 de outubro de 2011.

O contrato prevê a indenização da Companhia por qualquer perda relacionada aos ativos alienados decorrente de, entre outros: (i) qualquer fato, ato ou omissão ocorrido antes ou na data de celebração do contrato; e (ii) qualquer imprecisão ou violação nas declarações e garantias prestadas no contrato, ou o não cumprimento de qualquer obrigação ou acordo constante do contrato. As partes deverão manter um registro extra contábil para a anotação das perdas materializadas e efetivamente desembolsadas. O saldo do registro deverá ser pago trimestralmente, nas datas de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano.

Essa operação foi submetida ao CADE em 29 de setembro de 2009, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.007728/2009-81).

#### *Aquisição da Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. ("Pom Pom")*

Em 27 de novembro de 2009, em complementação ao portfólio de produtos de higiene pessoal e o conseqüente crescimento de oportunidades neste setor, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Pom Pom, pelo valor total de R\$300,0 milhões, dos quais R\$120,0 milhões foram pagos no ato da assinatura do contrato de venda e compra e efetiva transferência das quotas e R\$180,0 milhões serão pagos em cinco parcelas anuais de R\$36,0 milhões, corrigidas de acordo com a variação do CDI a partir da data de aquisição até a data de efetivo pagamento, a primeira delas com vencimento em 27 de novembro de 2010 e a última com vencimento previsto para 27 de novembro de 2014.

O contrato prevê a obrigação dos vendedores, conjunta e indistintamente, de indenizar e isentar a Companhia e suas respectivas afiliadas, sucessoras e cessionárias, bem como seus respectivos administradores, gestores e representantes de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros: (i) violação das declarações e garantias dadas pelos vendedores e pela interveniente anuente no contrato; (ii) qualquer violação de qualquer das obrigações ou acordos do contrato; e (iii) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios, ocorridos na data ou anteriormente à data de aquisição da Pom Pom, divulgadas ou não pelos vendedores, conhecidos ou não.

Nos termos do contrato, ainda, a Companhia assumiu determinadas dívidas de natureza financeira e fiscal contraídas pela Pom Pom, no montante aproximado de R\$67,2 milhões.

Em 30 de dezembro de 2009, de modo a simplificar a nossa estrutura societária, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Pom Pom, com a conseqüente extinção da sociedade, sendo sucedida em todos os direitos e obrigações pela Companhia, nos termos do protocolo e justificação de incorporação.

Essa operação foi aprovada sem restrições pelo CADE em 25 de novembro de 2009 (Ato de Concentração nº 08012.008144/2009-23).

### *Aquisição da Indústria Nacional de Artefatos de Látex S.A. ("Inal")*

Com o objetivo de fortalecer a sua participação no mercado de higiene pessoal, a Companhia adquiriu, em 01 de dezembro de 2009, a totalidade das ações de emissão da Inal, pelo valor total de aproximadamente R\$212,6 milhões, dos quais cerca de R\$83,5 milhões foram pagos no ato da assinatura do contrato de venda e compra de ações e outras avenças, e o valor remanescente será pago em cinco parcelas anuais de: (i) aproximadamente R\$26,3 milhões em 01 de dezembro de 2010; (ii) aproximadamente R\$26,0 milhões em 01 de dezembro de 2011; (iii) cerca de R\$25,8 milhões em 01 de dezembro de 2012; (iv) aproximadamente R\$25,5 milhões em 01 de dezembro de 2013; e (v) cerca de R\$25,3 milhões em 01 de dezembro de 2014. Todas as parcelas serão pagas sem qualquer correção, ajuste ou atualização. À época do pagamento de cada uma das parcelas, poderá ser realizado um pagamento adicional, estabelecido de acordo com a variação da taxa de câmbio do dólar, tendo-se como parâmetro a taxa de câmbio de R\$1,7405, estabelecida no contrato. Caso a taxa de câmbio vigente à época do pagamento da respectiva parcela seja inferior à taxa de câmbio estabelecida no contrato, nos será devido o pagamento adicional, no montante da diferença, sendo-nos facultada a compensação deste valor com a parcela a ser paga. Caso a variação seja superior à taxa de câmbio de R\$1,7405, caberá a nós realizar referido pagamento.

O contrato prevê a obrigação dos vendedores, conjunta e indistintamente, de indenizar e isentar a Companhia e suas respectivas afiliadas, sucessoras e cessionárias, bem como seus respectivos administradores, gestores e representantes de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros: (i) violação das declarações e garantias dadas pelos vendedores e pela interveniente anuente no contrato; (ii) qualquer violação de qualquer das obrigações ou acordos do contrato; e (iii) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios, ocorridos na data ou anteriormente à data de aquisição da Inal.

O contrato prevê, também, a indenização por perdas potenciais (que possam dar origem a perdas) através de: (i) uma conta garantia mediante um banco de primeira linha para o depósito do valor referente a perdas potenciais, que deverá ser descontado das parcelas do preço de aquisição, podendo o saldo da conta garantia ser resgatado pela Companhia, mediante a materialização das perdas, ou pelos vendedores, quando comprovado que não há mais risco da materialização das mesmas; ou (ii) a emissão de uma carta de fiança pelos vendedores no montante equivalente a 120% das perdas potenciais estimadas. A opção pelo depósito na conta garantia ou a emissão de carta de fiança será feita exclusivamente a critério dos vendedores.

Em 30 de dezembro de 2009, de modo a simplificar a estrutura societária da Companhia, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Inal pela Companhia, com a conseqüente extinção da sociedade, sendo sucedida em todos os direitos e obrigações pela Companhia, nos termos do protocolo de incorporação e justificação.

Essa operação foi submetida ao CADE em 29 de outubro de 2009, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração n.º 08012.008724/2009-11).

### *Incorporação de Ações do Neo Química*

Em 06 de dezembro de 2009, a Companhia celebrou um Acordo de Incorporação de Ações, Incorporações e Outras Avenças com Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho e Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'anna Braga, com o objetivo de integrar as atividades da Companhia e do Neo Química, aumentando, desta forma, a participação da Companhia no mercado de produtos farmacêuticos, genéricos, similares, exportação, hospitalares, e correlatos.

O contrato prevê a obrigação dos vendedores, conjunta e indistintamente, de indenizar e isentar a Companhia e suas respectivas afiliadas, sucessoras e cessionárias, bem como seus respectivos administradores, gestores e representantes de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros: (i) violação das declarações e garantias dadas pelos vendedores e pela interveniente anuente no contrato; (ii) qualquer violação de qualquer das obrigações ou acordos do contrato; e (iii) quaisquer atos, fatos, omissões, atividades, responsabilidades, eventos ou negócios, ocorridos na data ou anteriormente à data de aquisição.

O contrato prevê, também, a indenização por perdas potenciais (que possam dar origem a perdas) através de: (i) uma conta garantia mediante um banco de primeira linha para o depósito do valor referente a perdas potenciais, que deverá ser descontado das parcelas do preço de aquisição, podendo o saldo da conta garantia ser resgatado pela Companhia, mediante a materialização das perdas, ou pelos vendedores, quando comprovado que não há mais risco da materialização das mesmas; ou (ii) a emissão de uma carta de fiança pelos vendedores no montante equivalente a 120% das perdas potenciais estimadas. A opção pelo depósito na conta garantia ou a emissão de carta de fiança será feita exclusivamente a critério dos vendedores.

A operação foi concretizada através da incorporação da totalidade das ações representativas do capital social do Neo Química pela Hypernova, uma subsidiária da Companhia. Dessa forma, os acionistas do Neo Química passaram a ser acionistas da Hypernova, detendo ações preferenciais e ações ordinárias. Em seguida os antigos acionistas do Neo Química resgataram suas ações preferenciais, pelo valor de R\$686.737.931,00, com o conseqüente cancelamento de tais ações. O resgate destas ações será pago em três parcelas, quais sejam: (i) R\$235.737.931,00 já paga na data das incorporações; (ii) R\$225.500.000,00 a serem pagos em 30 de dezembro de 2010; e (iii) R\$225.500.000,00 a serem pagos em 30 de dezembro de 2011. Os valores das parcelas são corrigidos pelo CDI.

Ato contínuo, a Hypernova foi incorporada pela Companhia, em 30 de dezembro de 2009, recebendo os antigos acionistas a proporção de 0,02567 ações da Companhia por cada ação da Hypernova anteriormente detida. Na mesma data, entrou em vigor o Acordo de Acionistas celebrado entre Igarapava Participações S.A., Maiorem S.A. de C.V., Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho e Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'anna Braga, em 06 de dezembro de 2009, através do qual as pessoas físicas tornaram-se participantes do bloco de controle da Companhia.

Por fim, com o objetivo de simplificar nossa estrutura societária, a Companhia incorporou o Neo Química, com a conseqüente extinção da sociedade, sendo sucedida em todos os direitos e obrigações pela Companhia, tal como deliberado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de dezembro de 2009.

O Acordo de Incorporação de Ações prevê a obrigação das pessoas físicas de indenizar, individual e solidariamente, a Companhia de todas e quaisquer perdas decorrentes de, entre outros: (i) violação, declaração falsa ou imprecisão de qualquer declaração e garantia dada pelas pessoas físicas no Acordo; (ii) qualquer obrigação ou responsabilidade decorrentes de atos, fatos ou omissões do Neo Química ou relacionados ao negócio, anteriores à data das incorporações; e (iii) qualquer violação, atraso ou inadimplemento de quaisquer obrigações ou avenças do Acordo.

Essa operação foi submetida ao CADE em 23 de dezembro de 2009, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração n.º 08012.010437/2009-71).

A tabela a seguir indica a distribuição do capital social da Companhia antes da referida operação:

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
Igarapava Participações S.A. ....	74.648.255	33,46
Maiorem S.A. de C.V. ....	46.685.890	20,93
Ações em circulação ....	100.242.187	44,93
Administradores ....	1.524.365	0,68
<b>Total .....</b>	<b>223.100.697</b>	<b>100,00</b>

A seguir indicamos a distribuição do capital social da Companhia após a referida operação:

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
Igarapava Participações S.A. ....	74.648.255	31,03
Maiorem S.A. de C.V. ....	46.685.890	19,40
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves.....	17.320.424	7,20
Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves .....	175.000	0,07
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho.....	8	0,00
Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'Anna Braga.....	4.568	0,00
Ações em circulação ....	100.242.187	41,66
Administradores ....	1.524.365	0,63
<b>Total .....</b>	<b>240.600.697</b>	<b>100,00</b>

#### *Aquisição da York*

Conforme Fato Relevante divulgado em 7 de março de 2010 ("Fato Relevante York"), em 5 de março de 2010, a Companhia celebrou um Memorando de Entendimentos que estabelece as bases, premissas e condições para a aquisição de ações representativas de até 100% do capital social da York, que atua na fabricação e distribuição de hastes flexíveis, curativos, absorventes e algodões, entre outros, que são comercializados sob as marcas "York", "Palinetes" e "Silhouette", entre outras.

Segundo o Fato Relevante York, o Negócio inclui todos os ativos e equipamentos na qual sua produção é realizada e que complementarão o parque industrial da Companhia.

A Companhia informou no Fato Relevante York que a York, de acordo com seu demonstrativo de resultados não auditados para o exercício de 2009, tal como apresentado pela então administração da York, apresentou Receita Líquida de R\$63,3 milhões. A Companhia reportou ainda que o preço a ser pago pela aquisição é estimado em R\$100,0 milhões à vista, sujeito a confirmação após os procedimentos de auditoria.

Conforme explicado pela Companhia no Fato Relevante York, o fechamento e implementação da operação deverão acontecer uma vez verificadas as condições precedentes estabelecidas no referido Memorando de Entendimentos, entre elas, a conclusão satisfatória da auditoria jurídica, contábil e tributária da York, a ser conduzida pela Companhia, e a negociação dos contratos definitivos. Além disso, o Fato Relevante York explicou que também é condição de fechamento da operação que os acionistas minoritários que não participaram da assinatura do Memorando de Entendimentos, e que são detentores de 0,864% do capital social da York, não exerçam o direito de preferência na aquisição das ações previsto no Estatuto Social da York. A Companhia espera que a operação possa ser concluída até o final de julho de 2010.

### *Aquisição da Luper*

Em 16 de abril de 2010, a Companhia celebrou Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças com Moacir Funada e Nelson Makoto Tachibana por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social de Luper, bem como de todos os ativos relacionados com ou necessários para a condução do negócio de fabricação e distribuição de medicamentos comercializados sob as marcas "Gastrol", "Virilon", "Dramavit", "Blumel" e "Senareti", entre outras.

O preço a ser pago pela aquisição da totalidade das quotas da Luper é de R\$52,2 milhões, dos quais R\$31,3 foram pagos à vista, contra a efetiva transferência das quotas, e o saldo remanescente, no valor de R\$20,9, será pago em cinco parcelas iguais, anuais e sucessivas, ajustadas pelo CDI.

Essa operação foi submetida à aprovação das Autoridades Governamentais Antitruste.

### *Aquisição da Sapeka*

Em 4 de maio de 2010, a Companhia celebrou Contrato de Venda e Compra de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças ("Contrato Sapeka") com Victor Hugo Alvarenga, Marco Antonio Raimundo, José Alvarenga dos Santos, Virginia Baryane Alvarenga Pires de Campos e Marilda Alves de Oliveira ("Vendedores"), detentores, em conjunto, da totalidade do capital social da Sapeka Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis Ltda. ("Sapeka"), e suas afiliadas envolvidas no negócio de fraldas descartáveis.

O Contrato Sapeka estabelece os termos e condições para:

- (i) uma vez implementada uma reorganização societária da Sapeka e suas subsidiárias Alpha Indústria e Comércio Ltda. ("Alpha"), Sapeka – Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis do Nordeste Ltda. ("Sapeka Nordeste") e Almavi Empreendimentos Ltda. ("Amalvi"), bem como dos ativos relacionados com ou necessários para a condução do negócio de fabricação, distribuição e comercialização de descartáveis comercializados sob as marcas "Sapeka", "Flutty", "Maxfral", "Soneca", "Maturidade", "Única", "Levíssima" e "Leve", com a incorporação de Alpha, Sapeka Nordeste e Almavi pela Sapeka, e posterior transformação da Sapeka em sociedade por ações, a aquisição, pela Companhia, de ações representativas de 59,5% do capital social da Sapeka ("Compra e Venda de Ações"); e
- (ii) a incorporação de ações representativas de 40,5% do capital social da Sapeka, a qual, uma vez implementada a incorporação de ações, passará a ser subsidiária integral da Companhia ("Incorporação de Ações"). Em razão da Incorporação de Ações serão emitidas, pela Companhia, 6.784.922 ações ordinárias, representativas de aproximadamente 1,25% do capital social total da Companhia, ao preço de R\$22,55 por ação, correspondente ao preço por ação da Companhia em 9 de abril de 2010, no valor de R\$21,00, conforme média de negociação em bolsa, acrescido de um prêmio de aproximadamente 7,4%, as quais serão subscritas integralmente pelos Vendedores na proporção de suas respectivas participações no capital social da Sapeka. As ações emitidas pela Companhia em razão da Incorporação de Ações ficarão restritas à venda (*locked-up*) por um período de até cinco anos conforme o Contrato Sapeka.

Em 9 de junho de 2010, por meio de Aditamento ao Contrato Sapeka ("Aditamento"), as partes acordaram em segregar o fechamento da operação de forma que a Compra e Venda de Ações e a Incorporação de Ações ocorressem em momentos distintos e independentes. Dessa forma, naquela data, os Vendedores transferiram à Companhia, proporcionalmente às participações por eles detidas no capital social da Sapeka, quotas representativas de 59,5% do seu capital social, com todos os direitos e obrigações inerentes à sua titularidade e domínio, bem como os direitos a eventuais bonificações, desdobramentos, percepção de lucros, inclusive aqueles já auferidos e pendentes de distribuição, mediante o pagamento, pela Companhia, do valor de R\$227.011.048,57.

Por meio do Aditamento as partes também acordaram a outorga, pelos Vendedores, em benefício da Companhia, do usufruto das demais quotas do capital social da Sapeka, representativas de 40,5% de seu capital social, conferindo à Companhia os direitos de sócio previstos em lei e no Contrato Social da Sapeka, dentre eles o direito de voto, direito aos dividendos, juros sobre o capital próprio e o direito de receber todo e qualquer benefício econômico ou financeiro decorrente das quotas objeto do usufruto. Tão logo seja concluída a transformação da Sapeka em sociedade por ações de capital fechado, as quotas serão substituídas pelas ações correspondentes, permanecendo válido o usufruto sobre elas.

O usufruto permanecerá em vigor até (i) a Incorporação de Ações, que implicará na conclusão das operações contempladas no Contrato Sapeka, ocasião em que a Sapeka passará a ser subsidiária integral da Companhia; ou (ii) o prazo de 90 dias contado do Aditamento, o que ocorrer primeiro. Caso ocorra a extinção do usufruto pelo decurso do prazo, e desde que por fato não imputável aos Vendedores, estes poderão optar por vender, ceder e transferir à Companhia a totalidade das quotas objeto do usufruto.

Essa operação foi submetida ao CADE em 25 de março de 2010, e encontra-se em fase de instrução na Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.003132/2010-46).

#### *Aquisição da Facilit*

Em 18 de maio de 2010 a Companhia celebrou Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças com Marlene Girão Del Prá Netto, Salomão Adir Kiperman Stemberg e Alvelino Pscheidt para aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Facilit, empresa do segmento de higiene bucal, que atua na fabricação e distribuição de escovas dentais, fios e fitas dentais e anti-sépticos bucais, entre outros, que são comercializados sob a marca “Sanifill”, entre outras.

O preço pela aquisição das quotas a ser pago pela Companhia é de R\$60,4 milhões, dos quais R\$28,8 milhões, equivalentes a 47,67% do valor total, foram pagos à vista, contra a transferência da totalidade das quotas, e o saldo remanescente, no valor de R\$31,6 milhões, equivalentes a 52,33% do valor total, serão pagos em cinco parcelas iguais, anuais e consecutivas no valor de R\$6,3 milhões cada, corrigidas de acordo com a variação do CDI.

Essa operação foi submetida à aprovação das Autoridades Governamentais Antitruste.

A tabela abaixo ilustra as datas de nossas aquisições recentes a partir da qual passamos a incluir em nossas demonstrações financeiras consolidadas:

<b>Companhia/marca adquirida</b>	<b>Unidade de Negócio</b>	<b>Data da aquisição</b>
DM .....	Alimentos, Medicamentos e Beleza e Higiene Pessoal	1º de junho de 2007
Farmasa.....	Medicamentos e Beleza e Higiene Pessoal	27 de junho de 2008
Ceil .....	Beleza e Higiene Pessoal	28 de julho de 2008
Brasil Global e NY Looks.....	Beleza e Higiene Pessoal	28 de julho de 2008
Grupo Niasi .....	Beleza e Higiene Pessoal	6 de outubro de 2008
Hydrogen (Disney e Warner Brothers) ...	Higiene Pessoal	14 de outubro de 2009
Pom Pom .....	Higiene Pessoal	27 de novembro de 2009
Inal .....	Higiene Pessoal	1 de dezembro de 2009
Neo Química .....	Medicamentos	6 de dezembro de 2009
Jontex.....	Higiene Pessoal	5 de março de 2010
Luper.....	Medicamentos	16 de abril de 2010
Facilit.....	Higiene Pessoal	18 de maio de 2010
Sapeka .....	Higiene Pessoal	9 de junho de 2010 <sup>(1)</sup>
York.....	Higiene Pessoal	Prevista até o final de julho de 2010

<sup>(1)</sup> Em decorrência de Aditamento ao Contrato Sapeka, datado de 9 de junho de 2010, foi transferido, naquela data, à Companhia quotas representativas de 59,5% do capital social da Sapeka, bem como foi constituído usufruto em favor da Companhia sobre as quotas remanescentes da Sapeka, representativas de 40,5% do seu capital social, as quais serão substituídas pelas ações correspondentes tão logo seja concretizada a transformação da Sapeka em sociedade por ações de capital fechado. Para mais informações sobre a aquisição da Sapeka pela Companhia, veja o item *Aquisição da Sapeka* acima.

#### **8.4 Outras Informações que julgamos relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "8".

## **9. ATIVOS RELEVANTES**

### **9.1. Bens do Ativo Não Circulante.**

#### ***a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização***

##### **Complexos Industriais**

Atualmente, possuímos 13 complexos industriais no Brasil, que constituem nossos principais ativos imobilizados, os quais estão estrategicamente localizados em: Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Itajaí (SC), Araçatuba (SP), Barueri (SP), São Paulo (SP), Taboão da Serra (SP), Anápolis (GO), São Roque (SP), Bragança Paulista (SP), Curitiba (PR), Cabo de Santo Agostinho (PE) e Guarulhos (SP). As nossas unidades industriais se beneficiam de posicionamento logístico eficiente, além de estarem próximas aos principais mercados consumidores. Todos os complexos industriais contam com centros de distribuição integrados às plantas com capacidade de distribuição em nível nacional.

Esses complexos industriais são compostos por 24 plantas, compostas por maquinários e equipamentos que representam parte relevante do nosso ativo imobilizado. Após as aquisições que realizamos, investimos na modernização dos complexos industriais. As aquisições mais relevantes em 2005 e 2006 foram da Etti e da Quimivale, quando foi realizada a modernização das instalações e do maquinário dos complexos industriais de Araçatuba e Itajaí. Em Araçatuba, os principais investimentos foram destinados à linha de Atomatados, à linha de vegetais e à nova linha de caldos. Em Itajaí, fizemos a reforma da torre e das principais máquinas de envase e tanques de matérias-primas, após a aquisição da Quimivale. Além disso, modernizamos o Complexo Industrial de Goiânia, especialmente com investimentos para produção de produtos líquidos da linha de Higiene e Limpeza. Em 2008 tivemos a aquisição da Niasi, adicionando as fábricas de esmaltes e colorações ao nosso complexo e no final de 2009, com a aquisição de INAL e da Pom Pom e a incorporação do Neo Química, agregamos as fábricas de preservativos, fraldas descartáveis e medicamentos, respectivamente. Em 2010, com a aquisição da Luper, Facilit e Sapeka, complementamos nossa linha de medicamentos sólidos e líquidos, de higiene pessoal com a produção de fio dental e escova dental e de produção de fraldas.



A tabela abaixo resume a capacidade instalada total de nossas unidades industriais em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de março de 2010:

Planta	Produtos	Em 31 de dezembro de 2009			Em 31 de março de 2010		
		Capacidade	Produção Atual	Utilização	Capacidade	Produção Atual	Utilização
		(unidades/ano)		(%)	(unidades/ano)		(%)
Goiânia .....	Lã de aço	25,9 mil tons	10,2 mil tons	39%	25,9 mil tons	9 mil tons	35%
Goiânia .....	Esponja sintética	110 milhões	26 milhões	24%	110 milhões	25 milhões	23%
		esponjas	esponjas		esponjas	esponjas	
Goiânia .....	Líquidos	51 milhões de litros	18 milhões de litros	35%	51 milhões de litros	18 milhões de litros	35%
Goiânia .....	Pastilhas	480 mil caixas	153 mil caixas	32%	480 mil caixas	153 mil caixas	32%
Aparecida de Goiânia...	Fraldas descartáveis	N/A	N/A	N/A	818 milhões de fraldas	654 milhões de fraldas	80%
Cabo. Sto. Agostinho....	Fraldas descartáveis	N/A	N/A	N/A	1,8 bilhões de fraldas	1,4 bilhões de fraldas	80%
Itajaí .....	Detergente em pó	144 mil tons	56 mil tons	39%	144 mil tons	56 mil tons	39%
Araçatuba ...	Molhos	86 mil tons	26 mil tons	30%	86 mil tons	28 mil tons	33%
Araçatuba ...	Extratos	58 mil tons	9,5 mil tons	16%	58 mil tons	9,5 mil tons	16%
Araçatuba ...	Ketchup	12 mil tons	1,7 mil tons	14%	12 mil tons	1,7 mil tons	14%
Araçatuba ...	Caldos	430 milhões de unid.	193 milhões de unid.	45%	430 milhões de unid.	131 milhões de unid.	30%
Barueri.....	Medicamentos Sólidos	6.765 milhões de blísteres	2.280 milhões de blísteres	34%	6.765 milhões de blísteres	2.280 milhões de blísteres	34%
Barueri.....	Medicamentos Líquidos	11,58 milhões de litros	2,9 milhões de litros	25%	11,58 milhões de litros	2,9 milhões de litros	25%
Barueri.....	Hidratantes	109 milhões de unid.	57 milhões de unid.	52%	N/A	N/A	N/A(*)
Barueri.....	Shampoo/Condicionador	N/A	N/A	N/A(*)	120 milhões de unid.	60 milhões de unid.	50% <sup>1</sup>
Barueri.....	Desodorante	N/A	N/A	N/A(*)	N/A	N/A	N/A(*)
Barueri.....	Leite de Colônia	N/A	N/A	N/A(*)	N/A	N/A	N/A(*)
Barueri.....	Adoçantes Líquidos	11 milhões de litros	7 milhões de litros	64%	11 milhões de litros	7 milhões de litros	64%
Barueri.....	Adoçantes Pó	767 milhões de doses	502 milhões de doses	65%	767 milhões de doses	502 milhões de doses	65%
Taboão .....	Esmaltes	168 milhões de unid.	134 milhões de unid.	80%	168 milhões de unid.	156 milhões de unid.	93%
Taboão .....	Coloração	68 milhões de unid.	13,6 milhões de unid.	19%	68 milhões de unid.	20 milhões de unid.	29%
Brooklin .....	Medicamentos Sólidos	47,7 milhões de blísteres	25,7 milhões de blísteres	54%	47,7 milhões de blísteres	25,7 milhões de blísteres	54%
Brooklin .....	Medicamentos Líquidos	1,5 milhões de litros	520 mil litros	35%	1,5 milhões de litros	520 mil litros	35%
São Roque ..	Preservativos	284 milhões de unid.	93 milhões de unid.	33%	284 milhões de unid.	120 milhões de unid.	42%
São Roque ..	Gel lubrificante	1.333 toneladas	50 toneladas	4%	1.333 toneladas	50 toneladas	4%
Guarulhos ...	Fraldas descartáveis	485 milhões de tiras	410 milhões de tiras	85%	660 milhões de tiras	560 milhões de tiras	85%
Curitiba.....	Fio dental	N/A	N/A	N/A	122,3 milhões de metros	69,2 milhões de metros	57%
Curitiba.....	Escova dental	N/A	N/A	N/A	2,8 milhões de unid.	2,3 milhões de unid.	83%
Brag. Pta.....	Medicamentos Sólidos	N/A	N/A	N/A	3,9 milhões de unid.	3,7 milhões de unid.	95%
Brag. Pta.....	Medicamentos Líquidos	N/A	N/A	N/A	3,3 milhões de unid.	2,2 milhões de unid.	66%
Brag. Pta.....	Medicamentos Semi-sólidos (cremes/pomadas)	N/A	N/A	N/A	641 mil unid.	741 mil unid.	115%
Anápolis.....	Medicamentos Sólidos	381 milhões de blísteres	245 milhões de blísteres	64%	381 milhões de blísteres	245 milhões de blísteres	64%
Anápolis.....	Medicamentos Líquidos	3,6 milhões de litros	2 milhões de litros	56%	3,6 milhões de litros	2 milhões de litros	56%
Anápolis.....	Medicamentos Semi-sólidos (cremes/pomadas)	500 mil kg	238 mil kg	48%	500 mil kg	238 mil kg	48%
Anápolis.....	Medicamentos Antibióticos Penicil. (pós/cáps)	25,6 milhões de unid.	15 milhões de unid.	59%	25,6 milhões de unid.	15 milhões de unid.	59%

(\*) Indica utilização de serviço de industrialização de terceiros, em relação aos quais a Companhia não tem ingerência sobre capacidade de produção ou produção atual.

### ***Complexo Industrial de Goiânia, Goiás***

Nosso primeiro complexo industrial, localizado na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, iniciou suas operações sob nosso comando em dezembro de 2001, conta com cinco plantas e está instalado em um terreno de 258,4 mil metros quadrados, com 31,5 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo são produzidos lã e palha de aço, esponjas sintéticas, panos de limpeza, líquidos (produtos para limpeza), comercializadas por meio das marcas *Assolan*, *Assim* e *Help* e inseticidas. Em 2008 verticalizamos a produção de esponjas sintéticas passando a produzir espuma e fibra abrasiva. No mesmo ano transferimos a produção de inseticidas e desodorizadores, anteriormente localizada em Cachoeirinha, Rio Grande do Sul, para este complexo. As capacidades instaladas são 2,2 mil toneladas/mês de lã e palha de aço, 9,2 milhões esponjas/mês, 4,3 milhões litros/mês de líquidos e 40 mil caixas de pastilhas inseticidas.

O complexo industrial é de nossa propriedade e foi onerada com hipotecas que foram constituídas em favor do Banco do Brasil S.A., decorrentes de duas Cédulas de Crédito Industrial firmadas em 2003 e 2005, que perfazem mais de R\$12,0 milhões (valor histórico em 2005).

### ***Complexo Industrial de Aparecida de Goiânia, Goiás - Sapeka***

Este complexo industrial, localizado na cidade de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás, iniciou suas operações sob o nosso comando em junho de 2010 com a aquisição da Sapeka e está instalado em um terreno de 13,8 mil metros quadrados com capacidade instalada de 8,2 milhões/mês de fraldas geriátricas e 33,6 milhões/mês de lenços umedecidos.

### ***Complexo Industrial de Aparecida de Goiânia, Goiás - Alpha***

Este complexo industrial, localizado na cidade de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás, iniciou suas operações sob o nosso comando em junho de 2010 com a aquisição da Sapeka e está instalado em um terreno de 21,9 mil metros quadrados com capacidade instalada de 60 milhões/mês de fraldas infantis e 18,72 milhões/mês de absorventes femininos.

### ***Complexo Industrial de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco***

Este complexo industrial, localizado em Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco, iniciou suas operações sob o nosso comando em junho de 2010 com a aquisição da Sapeka e está instalado em um terreno de 58 mil metros quadrados com capacidade instalada de 149 milhões/mês de fraldas infantis. Neste complexo são produzidos fraldas descartáveis infantis e adultas, além de absorventes femininos.

### ***Complexo Industrial de Itajaí, Santa Catarina***

Este complexo industrial, localizado em Itajaí, no Estado de Santa Catarina, iniciou suas operações sob o nosso comando em fevereiro de 2005 e conta com uma planta instalada em um terreno de 15,1 mil metros quadrados, com 8,9 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de detergente em pó, comercializada por meio das marcas *Assim*, *Assolan* e *Sim*. A capacidade instalada é de 12 mil toneladas/mês.

### ***Complexo Industrial de Araçatuba, São Paulo***

O complexo industrial de Araçatuba, no Estado de São Paulo, iniciou suas operações sob o nosso comando em março de 2006 e conta com quatro plantas instaladas, sendo que a última construída no início de 2008 para a fabricação de temperos. Nossas plantas estão instaladas em um terreno de 201,8 mil metros quadrados, com 28,3 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de atomatados, condimentos, temperos, vegetais em conserva e doces, comercializadas por meio das marcas *Etti*, *Salsaretti* e *Cajamar*. As capacidades instaladas são 7,2 mil toneladas/mês (molho de tomate), 4,8 mil toneladas/mês (extrato de tomate), 1,0 mil toneladas/mês (condimentos) e 35,8 milhões de unidades.

### ***Complexo Industrial de Barueri, São Paulo***

O nosso principal complexo industrial está localizado no município de Barueri, no Estado de São Paulo e iniciou suas operações sob nosso comando em junho de 2007, com a aquisição da DM. O complexo conta com quatro plantas instaladas em um terreno de 100,7 mil metros quadrados, com 20,1 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de Medicamentos OTC, balas, Cosméticos (shampoo e condicionadores) e adoçantes. As capacidades instaladas são 564,6 milhões de blísteres/mês (medicamentos sólidos), 965 mil litros/mês (medicamentos líquidos), 9,2 milhões de litros/mês (adoçantes líquidos) e 63,9 milhões de doses/mês (adoçantes em pó).

### ***Complexo Industrial de São Paulo, São Paulo***

O complexo industrial de São Paulo está localizado na cidade de São Paulo e iniciou suas operações sob o nosso comando em julho de 2008, com a incorporação do Farmasa. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 20.000 metros quadrados, com 12.945 metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de *Medicamentos OTC e Medicamentos RX*. As capacidades instaladas são 4,0 milhões de blísteres/mês (medicamentos sólidos), e 125 mil de litros/mês (medicamentos líquidos).

### ***Complexo Industrial de Taboão da Serra, São Paulo***

O complexo industrial de Taboão da Serra está localizado no Estado de São Paulo e iniciou suas operações sob o nosso comando em outubro de 2008, com a aquisição do Grupo Niasi. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 54.000 metros quadrados, com 17.500 metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de produtos de *Beleza e Higiene Pessoal*. As capacidades instaladas são 14 milhões de unidades de esmaltes/mês, 5,7 milhões unidades de colorações/mês.

### ***Complexo Industrial de São Roque, São Paulo***

O complexo industrial de São Roque está localizado na cidade de São Roque, no Estado de São Paulo e iniciou suas operações sob o nosso comando em Dezembro de 2009, com a aquisição da Indústria Nacional de látex (Inal). O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 16 mil metros quadrados. Nessa planta é realizada a produção de preservativos e Géis lubrificantes. A capacidade instalada é 24 milhões de unidades de preservativos/mês.

### ***Complexo Industrial de Guarulhos, São Paulo***

Localizado em Guarulhos, iniciou suas operações sob o nosso comando em Dezembro de 2009, com a aquisição da Pompom. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 34 mil metros quadrados, com 24 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de fraldas descartáveis. A capacidade instalada é 40 milhões de unidades de fraldas/mês.

### ***Complexo Industrial de Anápolis, Goiás***

O complexo industrial está localizado no município de Anápolis, no Estado de Goiás e iniciou suas operações sob nosso comando em Dezembro de 2009, com a incorporação do Neo Química. O complexo conta com quatro plantas instaladas em um terreno de 215,5 mil metros quadrados, com 49,0 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de Medicamentos OTC, Similares e Genéricos. As capacidades instaladas são 31,788 milhões de blísteres/mês (medicamentos sólidos), 300 mil litros/mês (medicamentos líquidos), 41,67 ton/mês (semi-sólidos) e 2,130 milhões de uni/mês (penicilínicos).

### ***Complexo Industrial de Bragança Paulista, São Paulo***

O complexo industrial de Bragança Paulista está localizado na cidade de Bragança Paulista e iniciou suas operações sob o nosso comando em abril de 2010, com a aquisição da Luper. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 16.555 metros quadrados, com 11.033 metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de *Medicamentos OTC e Medicamentos Genéricos*. As capacidades instaladas são 325 mil de unid./mês (medicamentos sólidos), 275 mil de unid./mês (medicamentos líquidos) e 53 mil unid./mês (medicamentos semi-sólidos).

### ***Complexo Industrial de Curitiba, Paraná***

O complexo industrial está localizado no município de Curitiba, no Estado do Paraná e iniciou suas operações sob nosso comando em Maio de 2010, com a aquisição da Facilit. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 15.642 mil metros quadrados, com 7.364 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de Descartáveis para Higiene Bucal. As capacidades instaladas são 10,2 milhões de metros/mês (fio dental) e 233 mil unid./mês (escovas dentais).

### **Propriedades, Plantas e Equipamentos**

Nossa sede está localizada na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1.217, casa n.º 07, Vila Nova Conceição, CEP 04543-090, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Somos proprietários dos imóveis onde se localizam nossas unidades industriais de Araçatuba, Goiânia, Itajaí, Curitiba, Cabo de Santo Agostinho, Bragança Paulista e Anápolis. Possuímos contrato de aluguel com vencimento em junho de 2011 para a unidade industrial de Barueri, contrato de aluguel com vencimento em dezembro de 2011 para a unidade industrial de São Paulo, contrato de aluguel com vencimento em outubro de 2013 para a unidade industrial de Taboão da Serra, contrato de aluguel com vencimento em novembro de 2014 para a unidade industrial de Guarulhos e contrato de aluguel com vencimento em novembro de 2014 para a unidade industrial de São Roque.

A tabela a seguir relaciona tais unidades e indica as localidades de cada imóvel:

<b>Local</b>	<b>Estado</b>	<b>Direito sobre a propriedade</b>
Goiânia .....	GO	Própria
Aparecida de Goiânia .....	GO	Própria
Araçatuba .....	SP	Própria
Itajaí .....	SC	Própria
Anápolis.....	GO	Própria
Bragança Paulista .....	SP	Própria
Curitiba.....	PR	Própria
Cabo de Santo Agostinho .....	PE	Própria
Barueri.....	SP	Alugada
Guarulhos .....	SP	Alugada
São Roque .....	SP	Alugada
São Paulo.....	SP	Alugada
Taboão da Serra.....	SP	Alugada

O contrato de locação da unidade industrial de Taboão da Serra, firmado em 06 de outubro de 2008, prevê que no caso de rescisão do contrato sem justa causa, seremos obrigados ao pagamento de uma multa correspondente aos aluguéis pendentes até o prazo final de cinco anos a contar do início da locação, de forma mensal, salvo acordo expresso em contrário entre as partes. O aluguel atual da unidade de Taboão da Serra é de R\$200,0 mil mensais.

Em geral, nossas unidades industriais, próprias e alugadas, possuem infra-estrutura adequada para o alto nível de qualidade e eficiência de produção que buscamos manter. Além disso, tais unidades industriais estão bem dimensionadas para nossa necessidade de produção atual e para atender nosso planejamento de expansão de capacidade futuro. Atualmente, não possuímos nenhum plano de expansão em andamento. A maioria dos equipamentos e máquinas usados no nosso processo produtivo são próprios.

Em 31 de março de 2010, o valor de nosso ativo imobilizado consolidado era de R\$296,7 milhões. Desse valor total, R\$143,9 milhões são relativos a nossas máquinas, equipamentos e instalações que integram nossos complexos industriais, líquido de depreciação acumulada de R\$197,7 milhões, ou 57,9% do custo total das nossas máquinas, equipamentos e instalações (R\$341,7 milhões). Nossos principais maquinários e equipamentos são: misturadores, estufas de secagem, compressoras e blistadoras (utilizados para a fabricação de medicamentos sólidos), agitadores, envasadoras, reatores e tanques de fabricação (utilizados para a fabricação de medicamentos líquidos), linha de envase para líquidos (utilizada para a fabricação de adoçantes líquidos), linha de envase para pó (utilizada para a fabricação de adoçantes em pó), concentradores de tomate, túneis de pasteurização e linha de envase (utilizados para a fabricação de atomatados), linha de envase (utilizada para a fabricação de temperos), torre de secagem e linha de acondicionamento (utilizados para a fabricação de sabão em pó), fresadoras, tesouras de corte e agrupamento e embaladoras (utilizados para a fabricação de lã de aço), reatores, maker para preparação de fibra abrasiva e empacotadora (utilizados para a fabricação de esponjas sintéticas), linha de envase (utilizada para a fabricação de líquidos saneantes), prensas e empacotadoras (utilizado para a fabricação de pastilhas inseticidas), linha de acondicionamento (utilizada para a fabricação de esmaltes) e linha de acondicionamento (utilizada para a fabricação de colorações), além de equipamentos de utilidades (caldeiras, compressores de ar, torres de resfriamento de água, sub-estações elétricas e estações de tratamento de efluentes).

Não paralisamos a produção de nossas unidades industriais e realizamos manutenção preventiva de nossas máquinas e equipamentos durante o ano.

***b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando***

***Marcas***

Nossas principais propriedades intelectuais consistem nas nossas marcas. No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de renovações. Enquanto o pedido não é deferido, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Somos titulares, em nosso nome e/ou em nome de empresas por nós incorporadas e/ou adquiridas, de diversos registros e pedidos de registro de marcas no Brasil, em diferentes apresentações (p.ex. marcas nominativas, marcas mistas, figurativas e tridimensionais).

Nossas principais marcas registradas ou em processo de registro junto ao INPI, de acordo com as nossas linhas de negócios, são: (i) *Medicamentos: Benegrip, Doril, Lisador, Apracur, Tamarine, Virilon e Neo Química Genéricos*; (ii) *Beleza e Higiene Pessoal: Risqué, Paixão, Monange, Bozzano, Leite de Colônia, Biocolor, Éh!, NY Looks, Pom Pom, Bigfral, Jontex, Olla, Sapeka e Sanifill*; (iii) *Alimentos: (a) no segmento de Atomatados: Etti, Salsaretti e Cajamar*; e (b) no segmento de Adoçantes: Finn, Zero-Cal e Adocyt; e (iv) *Higiene e Limpeza: Assolan, Assim, Sim, Help, Mat Inset, SaniFleur e Fluss*.

No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem ser negados. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) ingressem com processos de nulidade ou caducidade de tais marcas. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas e titular dos domínios listados, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.

Ademais, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a conseqüente cessação dos direitos do titular. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está adimplente quanto ao pagamento de tais retribuições.

Somos réus em duas ações que discutem o uso da marca Assim, propostas por Procter & Gamble Industrial e Comercial Ltda. e Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda. Nesse sentido, cabe destacar que, apesar da discussão judicial citada, recentemente o INPI nos concedeu diversos registros da marca Assim, em diferentes classes, tanto na forma nominativa, quanto na forma mista. Ainda, ressaltamos que além desses registros, existem outros registros da marca Assim que sofrem processo administrativo de nulidade junto ao INPI, bem como pedidos de registros de marcas contendo o termo "ASSIM", os quais sofreram oposições de terceiros e aguardam decisão do INPI. Estas oposições são as mesmas apresentadas nos casos onde obtivemos os registros pelo INPI.

Alguns de nossos diversos pedidos de registro de marca ainda não foram deferidos pelo INPI devido a oposições apresentadas por terceiros e sobrestamento (suspensão do andamento) de pedidos em face da pré-existência de processos de terceiros. É o caso de dois pedidos de registro da marca *Adocyl* nas classes 1 e 33, que, contudo, serão deferidos devido ao fato de os obstáculos administrativos outrora apontados já foram superados. Além disso, destacamos também que dois de nossos registros da marca *Zero-Cal* sofreram pedido de nulidade por parte de terceiros, que alegaram a colidência (extrema similaridade) das marcas *Zero-Cal* e *Zero* (de titularidade do terceiro que fez o pedido de nulidade).

Não obstante, com relação às marcas aqui mencionadas que sofreram qualquer tipo de manifestação de terceiros, cabe enfatizar que, uma vez que já detemos o registro dessas marcas em outras classes, nossas chances de êxito (face às manifestações desses terceiros) são altas e, mesmo que estes pedidos sejam indeferidos ou que a nulidade dos registros seja concedida, poderemos continuar a usar essas marcas em diversas atividades, para as quais as marcas se destinam.

Cumpramos também destacar que obtivemos o registro da marca *Leite de Colônia* na classe relacionada a cosméticos, mas foi interposto um processo administrativo de nulidade contra tal registro. No entanto, desde já ressaltamos que nos manifestamos contra o pedido de nulidade em tela e acreditamos que o INPI não irá anular nosso registro da marca *Leite de Colônia*. Outrossim, já possuímos registros mais antigos da marca *Leite de Colônia*, com prioridade de 26 de fevereiro de 1948 e 31 de dezembro de 1957, respectivamente, que garantem o uso da marca sem possibilidade de objeção por terceiros.

Ressaltamos que, em janeiro de 2008, os pedidos de registro da marca *Éh!* foram cedidos pela Phábrica Moda e Beleza Ltda. para a Companhia. A maioria dos pedidos de anotação dessa transferência de titularidade referentes à marca *Éh!* já foram publicados pelo INPI em 2010, de forma que já constam de titularidade da Companhia. No entanto, recentemente alguns destes pedidos de registro foram indeferidos pelo INPI, que alegou que os mesmos eram similares a marcas de terceiros ou ainda que não eram passíveis de registro por serem forma necessária, comum, vulgar ou indissociável de efeito técnico (no caso para as marcas tridimensionais). Neste sentido, interpusemos recurso contra os indeferimentos em questão e, atualmente, aguardamos uma nova análise do INPI. Ainda, destacamos que um dos pedidos de registro da marca *“Éh”* sofreu oposição de terceiro, titular da marca *“Est”* na classe de cosméticos, mas que já nos manifestamos contra tal oposição e acreditamos que nossas chances de êxito são boas.

Somos também titulares do pedido de registro da marca *No Inset* no INPI, que inicialmente foi indeferido, por ser considerado de caráter genérico. Apresentamos recurso contra a referida decisão e, tendo em vista a nossa titularidade do registro de marcas como *Mat Inset*, acreditamos que nossas chances de êxito são boas.

Os pedidos de registro das marcas NY Looks, recém-adquiridas pela Companhia, foram objeto de uma disputa judicial. Destacamos que a disputa judicial em referência teve decisão favorável à Companhia, já transitada em julgado, mas que por este motivo, os pedidos de registro envolvendo as marcas NY Looks ainda estão sob análise do INPI. Ademais, a Companhia adquiriu recentemente a marca NEW LOOK da Industrial e Comercial Bella Plus Ltda., cujo processo de transferência de titularidade está em procedimento no INPI.

Finalmente possuímos 23 pedidos de registros da marca institucional “HYPERMARCAS”, nas formas nominativa e mista no Brasil. Destes, 16 pedidos de registros na forma nominativa foram indeferidos pelo INPI por serem considerados de caráter genérico. Apresentamos recurso contra estas decisões e nossas chances de êxito são boas. Possuímos, ainda, 102 pedidos de registros para a marca institucional “HYPERMARCAS” na forma mista no exterior, sendo 15 pedidos de registros já foram concedidos pelos escritórios de marcas e patentes dos seguintes países: Austrália, Colômbia e Peru. Alguns países como a Alemanha já deferiram o pedido de registro, de forma que aguardamos a publicação da concessão.

### ***Desenho Industrial, Patentes, Contratos e Domínios***

Somos titulares de diversos registros e pedidos de registro de desenhos industriais perante o INPI. Esses desenhos industriais referem-se aos desenhos e configurações das embalagens e frascos de nossos produtos.

Até a data deste Formulário de Referência, não licenciamos nossos *direitos* de propriedade intelectual *para* terceiros.

Somos titulares de diversos domínios, dentre os quais se destacam o domínios hypermarcas.com.br, assolan.com.br e finn.com.br no Brasil. Possuímos também os seguintes nomes de domínio registrados no exterior: niasi.com e assolan.com.

**c. informações sobre as sociedades em que detemos participação**

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007**

<b>Denominação social</b>	<b>MY Agência de Propaganda Ltda.<sup>(1)</sup></b>	<b>Éh Cosméticos S.A</b>
Sede .....	Brasil	Brasil
Atividades .....	Publicidade e propaganda	
Participação da Companhia .....	99,9%	50%
Controlada ou coligada .....	Controlada Direta	Controlada Direta
Registro na CVM .....	Não possui registro	Não possui registro
Valor contábil da participação.....	R\$10,0 mil	R\$1,3 milhões
Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social .....	Não aplicável	Não aplicável
Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil ...	Não houve	Não houve (exceto ajuste por equivalência patrimonial no montante de R\$(1,8) milhões)
Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com valor de mercado, conforme cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social .....	Não aplicável	Não aplicável
Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais .....	—	—
Razões para aquisição e manutenção de tal participação .....	Sinergia nas áreas de mídia	Aumento de participação no mercado de Higiene Pessoal

<sup>(1)</sup> Nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008, o investimento detido na MY Agência de Propaganda Ltda. constava como Outros investimentos. A partir das demonstrações financeiras relativa aos exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, tal investimento foi reclassificado para Investimentos em controladas.

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008**

<b>Denominação social</b>	<b>MY Agência de Propaganda Ltda.<sup>(1)</sup></b>	<b>Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.</b>
Sede .....	Brasil	Brasil
Atividades .....	Publicidade e propaganda	Segmentos de coloração, esmaltes, shampoos, e condicionadores, tratamento para cabelos, descolorantes e desodorantes
Participação da Companhia .....	99,9%	100%
Controlada ou coligada .....	Controlada Direta	Controlada Direta
Registro na CVM .....	Não possui registro	Não possui registro
Valor contábil da participação.....	R\$10,0 mil	R\$17,7 milhões
Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social .....	Não aplicável	Não aplicável
Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil ..	Não houve	Não houve (exceto ajuste por equivalência patrimonial no montante de R\$(999) milhões)
Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com valor de mercado, conforme cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social .....	Não aplicável	Não aplicável
Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais .....	—	—
Razões para aquisição e manutenção de tal participação .....	Sinergia nas áreas de mídia	Ganhos de escala de produção, redução de custos e ganhos de produtividade

<sup>(1)</sup> Nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008, o investimento detido na MY Agência de Propaganda Ltda. constava como Outros investimentos. A partir das demonstrações financeiras relativa aos exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, tal investimento foi reclassificado para Investimentos em controladas.



**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009**

<b>Denominação social</b>	<b>MY Agência de Propaganda Ltda.</b>	<b>Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.</b>
Sede .....	Brasil	Brasil
Atividades .....	Publicidade e propaganda	Segmentos de coloração, esmaltes, shampoos, e condicionadores, tratamento para cabelos, decolorantes e desodorantes
Participação da Companhia .....	99,9%	100%
Controlada ou coligada .....	Controlada Direta	Controlada Direta
Registro na CVM .....	Não possui registro	Não possui registro
Valor contábil da participação.....	R\$183,0 mil	R\$82,2 milhões
Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social .....	Não aplicável	Não aplicável
Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil ...	Não houve (exceto ajuste por equivalência patrimonial no montante de R\$173,0 mil)	Não houve (exceto ajuste por equivalência patrimonial no montante de R\$16,7 milhões)
Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com valor de mercado, conforme cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social .....	Não aplicável	Não aplicável
Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais.....	—	—
Razões para aquisição e manutenção de tal participação .....	Sinergia nas áreas de mídia	Ganhos de escala de produção, redução de custos e ganhos de produtividade

**Período de três meses encerrado em 31 de março de 2010**

<b>Denominação social</b>	<b>MY Agência de Propaganda Ltda.</b>	<b>Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.</b>	<b>Versoix Participações Ltda.</b>
Sede .....	Brasil	Brasil	Brasil
Atividades .....	Publicidade e propaganda	Segmentos de coloração, esmaltes, shampoos, e condicionadores, tratamento para cabelos, descolorantes e desodorantes	Segmento de Preservativos
Participação da Companhia .....	99,9%	100%	99,9%
Controlada ou coligada .....	Controlada Direta	Controlada Direta	Controlada Direta
Registro na CVM .....	Não possui registro	Não possui registro	Não possui registro
Valor contábil da participação.....	R\$327,0 mil	R\$113,3 milhões	R\$2.278 mil
Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social .....	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil .....	Não houve (exceto ajuste por equivalência patrimonial no montante de R\$144,0 mil)	Não houve (exceto ajuste por equivalência patrimonial no montante de R\$6,2 milhões)	Não houve (exceto ajuste por equivalência patrimonial no montante de R\$(53) mil)
Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com valor de mercado, conforme cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social .....	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais.....	—	—	—
Razões para aquisição e manutenção de tal participação.....	Sinergia nas áreas de mídia	Ganhos de escala de produção, redução de custos e ganhos de produtividade	Entrada no mercado de preservativos

## **9.2. Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item “9”.

## **10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**

### **10.1 Opinião dos Nossos Diretores sobre**

#### ***a. condições financeiras e patrimoniais gerais***

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

#### ***b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate***

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

#### ***c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos***

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos (ii) cronograma de pagamentos de nossas aquisições, (iii) impostos indiretos relacionados a nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e IPI.

Nossas principais fontes de recursos são o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais e o recebimento pela emissão de ações.

Acreditamos que os recursos existentes, a nossa geração de caixa operacional e os recursos gerados por nossas captações serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

Nosso EBITDA Recorrente, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2007, foi de R\$206,5 milhões e o nosso resultado financeiro líquido, deduzindo-se as variações cambiais e realização de ajuste a valor presente de empréstimos e financiamentos e títulos a pagar das despesas financeiras somadas aos rendimentos financeiros, no mesmo período, foi de R\$35,9 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA Recorrente apresentou índice de cobertura de 5,8 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício (exceto variação cambial, relacionada a passivos de longo prazo e exceto despesa de realização de ajuste a valor presente, despesa esta que não afeta o caixa). O saldo da nossa dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos e títulos a pagar deduzidos de nosso caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2007, era de R\$979,5 milhões, ou seja, 4,7 vezes nosso EBITDA Recorrente de R\$206,5 milhões do período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2007.

Nosso EBITDA Recorrente, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008, foi de R\$320,8 milhões e o nosso resultado financeiro líquido, deduzindo-se as variações cambiais e realização de ajuste a valor presente de empréstimos e financiamentos e títulos a pagar das despesas financeiras somadas aos rendimentos financeiros, no mesmo período, foi de R\$3,7 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA Recorrente apresentou índice de cobertura de 86,3 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício (exceto variação cambial, relacionada a passivos de longo prazo e exceto despesa de realização de ajuste a valor presente, despesa esta que não afeta o caixa). O saldo da nossa dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos e títulos a pagar deduzidos de nosso caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$1.166,5 milhões, ou seja, 3,6 vezes nosso EBITDA Recorrente de R\$320,8 milhões do período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008.

Nosso EBITDA Recorrente, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, foi de R\$511,7 milhões e o nosso resultado financeiro líquido, deduzindo-se as variações cambiais e realização de ajuste a valor presente de empréstimos e financiamentos e títulos a pagar das despesas financeiras somadas aos rendimentos financeiros, no mesmo período, foi de R\$28,8 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA Recorrente apresentou índice de cobertura de 17,8 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício (exceto variação cambial, relacionada a passivos de longo prazo e exceto despesa de realização de ajuste a valor presente, despesa esta que não afeta o caixa). O saldo da nossa dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos e títulos a pagar deduzidos de nosso caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$1.711,9 milhões, ou seja, 3,3 vezes nosso EBITDA Recorrente de R\$511,7 milhões do período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009.

No período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de março de 2010, nosso EBITDA Recorrente foi de R\$178,8 milhões e o nosso resultado financeiro líquido, deduzindo-se as variações cambiais e realização de ajuste a valor presente de empréstimos e financiamentos e títulos a pagar das despesas financeiras somadas aos rendimentos financeiros, no mesmo período, foi de R\$32,4 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA Recorrente apresentou índice de cobertura de 5,5 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício (exceto variação cambial, relacionada a passivos de longo prazo e exceto despesa de realização de ajuste a valor presente, despesa esta que não afeta o caixa). O saldo da nossa dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos e títulos a pagar deduzidos de nosso caixa e equivalentes de caixa, em 31 de março de 2010, era de R\$1.823,6 milhões, ou seja, 3,1 vezes nosso EBITDA Recorrente de R\$588,4 milhões do período compreendido entre 1º de abril de 2009 e 31 de março de 2010.

***d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas***

Atualmente, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Também utilizamos as linhas de capital de giro dos bancos privados e operações de mercado de capitais brasileiro como alternativas de financiamento.

***e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

Acreditamos que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante, sobretudo referente às rubricas de Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo contamos com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

***f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas***

*(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

## Endividamento Bancário

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, possuíamos contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$1.049,5 milhões, sendo que R\$366,6 milhões representavam empréstimo de curto prazo e R\$682,8 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, nosso endividamento bancário foi de R\$795,8 milhões, R\$444,4 milhões e R\$296,4 milhões, respectivamente, representando 28,0%, 26,9% e 23,2% do nosso passivo circulante e não circulante, que somados totalizaram R\$2.840,8 milhões, R\$1.648,9 milhões e R\$1.277,9 milhões nos mesmos períodos. Nossa dívida foi adquirida para financiar nossas aquisições e para nosso capital de giro.

A tabela abaixo apresenta a composição de nosso endividamento em 31 de março de 2010.

<b>Empréstimos e Financiamentos<sup>(2)</sup></b>	<b>Taxa anual de juros</b>	<b>Saldo em 31 de março de 2010</b> (em milhares de R\$)	<b>AV%</b>
Financiamento Centro-Oeste – FCO .....	8,5% a.a.	35.800	3,4%
Capital de giro .....	CDI + 1,6% a.a.	338.413	32,2%
Comissão carta fiança .....		3.236	0,3%
Financiamento em moeda estrangeira de curto prazo .....	US\$ + 3,7% a 5,3% a.a./ Iene(¥) + 5,8225% a.a.	24.201	2,3%
Financiamento em moeda estrangeira de longo prazo .....	US\$ + 3,7% a 5,3% a.a.	84.397	8,0%
Leasing .....	CDI + 4,8% a.a.	2.638	0,3%
FINAME e outros .....	TJLP + 4,5% + a.a.	5.279	0,5%
FINIMP .....	US\$ + 4,5% a.a.	2.709	0,3%
FINEP .....	TJLP <sup>(1)</sup>	7.698	0,7%
	Pré-fixada de 4,65% a		
BNDES – PROFARMA .....	6% a.a. + TJLP	132.514	12,6%
Banco Regional de Brasília – BRB – Pro-DF ....	2,4265% a.a.	36	0,0%
Hedge .....		6.591	0,6%
Debêntures não conversíveis em ações .....	113,72% da CDI	203.394	19,4%
Notas promissórias .....	113,70% da CDI	202.562	19,3%
<b>Total .....</b>		<b>1.049.468</b>	<b>100,0%</b>
Circulante .....		366.647	34,9%
Não Circulante .....		682.821	65,1%

<sup>(1)</sup> Juros variáveis, calculado trimestralmente pela URTJ01, que é um valor de referência, com reajuste baseado na TJLP. Sua cotação sai trimestralmente logo após a divulgação da TJLP para o período pelo Banco Central.

<sup>(2)</sup> A tabela acima apresenta nosso endividamento bancário em 31 de março de 2010, cujas datas de vencimento são variáveis.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento de nossa dívida no valor total de R\$1.049,5 milhões, conforme apurado em 31 de março de 2010:

<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>Fluxo de amortização data-base 31 de março de 2010</b>	
	<b>AV%</b>	
	(em milhares de R\$)	
<b>Curto Prazo .....</b>	<b>366.647</b>	<b>34,9%</b>
2010 .....	366.647	34,9%
<b>Longo Prazo .....</b>	<b>682.821</b>	<b>65,1%</b>
2011 .....	141.652	13,5%
2012 .....	95.097	9,1%
2013 .....	359.829	34,3%
2014 e outros .....	86.243	8,2%
<b>Total .....</b>	<b>1.049.468</b>	<b>100,0%</b>

Nossos empréstimos contam basicamente com quatro espécies de garantia: (i) duplicatas a receber; (ii) carta de fiança; (iii) aval por parte de nossos acionistas controladores; e (iv) hipoteca e penhor sobre parte do maquinário das fábricas e outros bens.

Acreditamos que nosso fluxo de caixa operacional, que totalizou R\$136,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, e R\$193,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como os recursos atualmente disponíveis pela Companhia em 31 de março de 2010, são suficientes para atender às nossas necessidades de liquidez para os próximos 12 meses.

### ***Contratos Financeiros***

Na data deste Formulário de Referência, estão em vigor os contratos financeiros abaixo descritos:

#### *Contratos celebrados entre a Companhia e o Banco Safra S.A.*

Em 1º de março de 2007, emitimos cédula de crédito bancário em favor do Banco Safra S.A., para o repasse de empréstimo externo no valor de US\$28,3 milhões, a qual foi aditada em 17 de fevereiro de 2010. A cédula possui vencimento em 7 de fevereiro de 2012 e incidência de taxa de juros de 5,65% ao ano. Com relação a esse contrato, celebramos na mesma data operação de *swap* no valor de R\$54,8 milhões, com vigência até 7 de fevereiro de 2012, que representa a troca do resultado financeiro apurado pela aplicação da variação do dólar, acrescida de juros de 5,65% ao ano, para variação do CDI, acrescida de 1,5688% ao ano. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$52,7 milhões.

Em 21 de março de 2007, emitimos cédula de crédito bancário, conforme aditada em 18 de setembro de 2009, em favor do Banco Safra S.A., para o repasse de empréstimo externo, no valor de US\$9,6 milhões. Foi também emitida nota promissória no valor total do débito. O pagamento do principal desta cédula se dará em 29 de agosto de 2011. Sobre o valor do principal da dívida incidem juros à taxa de 5,367475% ao ano. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$16,8 milhões.

Com relação a este contrato, em 18 de setembro de 2009, celebramos com o Banco Safra S.A. contrato de *swap*, com vigência até 29 de agosto de 2011, que representa a troca do resultado financeiro apurado pela aplicação da variação do dólar, acrescida de juros de 5,367475% ao ano, para variação do CDI, acrescida de 2,00% ao ano. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$0,9 milhões.

Em 23 de novembro de 2009, emitimos cédula de crédito bancário, em favor do Banco Safra S.A., no valor de R\$70,0 milhões, com encargos incidentes à taxa de 1,55% ao ano somados a 100% da taxa DI-CETIP, ambas as taxas calculadas exponencialmente, *pro rata temporis*. A data de vencimento deste contrato é 23 de novembro de 2011, data em que deveremos efetuar o pagamento integral do valor correspondente ao principal e aos juros remuneratórios. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$72,5 milhões.

Os contratos acima descritos apresentam cláusulas de vencimento antecipado usuais, dentre as quais se destacam: (i) ocorrência de cessão, transferência ou alienação de nosso controle societário e/ou de empresas que sejam coligadas, controladoras, interligadas ou controladas a nós, e/ou de avalistas e/ou de fiadores pessoas jurídicas; (ii) operação envolvendo nossa transformação, incorporação, fusão ou cisão e/ou de empresas que sejam coligadas, controladoras, interligadas ou controladas a nós, e/ou de avalistas e/ou de fiadores pessoas jurídicas, sem o expresse consentimento do Banco Safra; e (iii) inadimplemento de qualquer outra obrigação com qualquer das empresas pertencentes às organizações Safra.

*Contratos celebrados entre a Companhia e o Banco Bradesco S.A.*

Em 21 de março de 2006, emitimos nota de crédito industrial, conforme aditada em 3 de setembro de 2009, em favor do Banco Bradesco S.A., para o repasse de empréstimos externos, no valor de US\$37,2 milhões, equivalentes à época a R\$80 milhões. O pagamento do principal e encargos desta nota deverá ser realizado em 24 de agosto de 2011. Ficamos obrigados a pagar encargos à taxa efetiva de 3,70% ao ano sobre o saldo devedor em aberto. É facultado ao Banco Bradesco S.A. considerar o vencimento antecipado da dívida, dentre outras hipóteses, no caso de (i) transferirmos, sem a prévia e expressa anuência do Banco Bradesco S.A., os direitos e obrigações decorrentes do contrato; (ii) legitimamente protestarmos títulos de nossa responsabilidade, figurarmos como executado ou réu em cobrança judicial ou sentença condenatória transitada em julgado, respondermos a processo de execução por quantia certa, desde que nestes casos o protesto, a cobrança judicial ou a execução tenha valor igual ou superior a R\$7 milhões; (iii) haver mudança ou transferência, a qualquer título, do nosso controle acionário; (iv) operações envolvendo nossa incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária; e (v) figurarmos como devedores em situação de mora ou inadimplemento junto ao Banco Bradesco S.A. ou qualquer outro banco. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$16,9 milhões.

Com relação a este contrato, em 3 de setembro de 2009, celebramos com o Banco Bradesco S.A. contrato de *swap*, no valor equivalente a US\$37,2 milhões, com vigência até 24 de agosto de 2011, que representa a troca do resultado financeiro apurado pela aplicação da variação do dólar, acrescida de juros de 3,70% ao ano, para variação do CDI, acrescida de 2,15% ao ano. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$2,1 milhões.

*Contratos celebrados entre a Companhia e o Banco do Brasil S.A.*

Em 23 de março de 2007, celebramos com o Banco do Brasil S.A. contrato de abertura de crédito fixo para financiar a aquisição de bens e serviços, no valor de 1,1 bilhão de ienes, equivalente à época a R\$20,0 milhões. O pagamento do principal deste contrato originalmente deveria ser realizado em 8 de março de 2010, tendo sido prorrogado até o dia 8 de março de 2011. A parcela de 50% do valor total deste empréstimo encontra-se garantida por recebíveis da Companhia, sendo que sobre o saldo devedor incide taxa de juros efetiva de 5,82% ao ano. É facultado ao Banco do Brasil S.A. considerar o vencimento antecipado da dívida, dentre outras hipóteses, na ocorrência de transferência do nosso controle, substituição de qualquer um de nossos dirigentes ou alteração do nosso contrato social, sem a expressa concordância do Banco do Brasil S.A.

Com relação a este contrato, em 8 de março de 2010, celebramos com o Banco do Brasil S.A. contrato de *swap*, no valor de R\$22,8 milhões, com vigência até 8 de março de 2011. Este contrato envolve a troca do resultado financeiro apurado pela aplicação da variação do iene, acrescida de juros de 5,82% ao ano, para 107% da CDI. Em 31 de março de 2010, o saldo deste contrato era de R\$1,2 milhões.

Em 26 de junho de 2009, emitimos nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$45,0 milhões, incidente encargo à taxa de 11,25% ao ano. O pagamento será efetuado em três parcelas, a primeira e a segunda no valor principal de R\$4,5 milhões, devidas em 01 de junho e 01 de dezembro de 2010, e o restante à data de vencimento do contrato, em 01 de junho de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$45,5 milhões.

Em 08 de outubro de 2009, emitimos nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$30,0 milhões, incidente encargo básico calculados como base no IRP, e encargos adicionais de 9,93% ao ano. A data de vencimento deste contrato é 28 de setembro de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta nota era de R\$30,0 milhões.

Em 22 de abril de 2009, o Neo Química emitiu cédula de crédito industrial em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$21,8 milhões, com aval do Sr. Marcelo Henrique Limirio Gonçalves e da Sra. Cleonice Barbosa Limirio Gonçalves. O pagamento do principal desta cédula deverá ser realizado em 78 prestações mensais, vencendo a primeira em 1º de dezembro de 2009 e a última em 1º de maio de 2016. Sobre o saldo devedor incide taxa de juros efetiva de 10,0% ao ano. Esta cédula é garantida por alienação fiduciária em garantia de bens no valor total de R\$31,1 milhões. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$17,5 milhões.

Em 23 de junho de 2010, emitimos cédula de crédito bancário em favor do Banco do Brasil S.A. para financiamento de capital de giro no valor de R\$60,0 milhões, incidente juros à taxa efetiva de 11,25% ao ano, exigidos na primeira prestação e, a partir de 15 de julho de 2011, semestralmente, a cada data-base (dia 15), no vencimento e na liquidação da dívida. O pagamento será devido após o período de carência de seis meses, sendo o valor pago em três prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2011, a segunda em 15 de janeiro de 2012 e a última em 15 de julho de 2012. Na hipótese de descumprimento do pagamento desta cédula, o Banco do Brasil S.A. poderá considerar vencidas antecipadamente, de pleno direito, todas as demais parcelas ainda vincendas, assumidas não só nesta cédula como em outras que a Companhia tenha firmado com o Banco do Brasil S.A., e exigir o total da dívida delas resultante, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, dentre outras hipóteses usuais de vencimento antecipado.

Com exceção dos contratos acima descritos em que há menção expressa à cláusula de vencimento antecipado, em todos os demais contratos é facultado ao Banco do Brasil S.A. considerar o vencimento antecipado da dívida, dentre outras hipóteses, no caso de (i) sofrermos ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas no contrato; (ii) inadimplemento de outras obrigações por nós assumidas com o Banco do Brasil S.A.; e (iii) desviarmos, no todo ou em parte, os bens dados em garantia às obrigações por nós assumidas.

#### *Contratos celebrados entre a Companhia e o Banco Citibank S.A.*

Em decorrência da aquisição da DM, em 1º de junho de 2007, nós e a Monte Cristalina Ltda. celebramos com o Banco Citibank S.A. um Instrumento Particular de Reconhecimento de Obrigação e Outras Avenças ("IPRO"), em 13 de junho de 2007, de modo a garantir a dívida, por meio da prestação de fiança, no montante de R\$918 milhões e prazo de 5 anos, e fluxo anual de amortização como segue: (i) 02/06/2008 R\$124.300.000,00; (ii) 01/06/2009 R\$127.125.000,00; (iii) 01/06/2010 R\$175.950.000,00; (iv) 01/06/2011 R\$226.775.000,00; e (v) 01/06/2012 R\$263.850.000,00. Referida obrigação foi dividida entre um sindicato de bancos composto pelo Coordenador Líder (R\$218.000.000,00), Banco ABN AMRO Real S.A. (R\$150.000.000,00), Banco HSBC Bank Brasil S.A.- Banco Múltiplo (R\$50.000.000,00), Banco Safra S.A. (R\$100.000.000,00), Banco Bradesco S.A. (R\$200.000.000,00) e Banco Votorantim S.A. (R\$200.000.000,00) ("Credores"), tendo o Coordenador Líder permanecido fiador de R\$218,0 milhões, em 31 de dezembro de 2007. A remuneração do Banco Citibank S.A. nesta operação é trimestral e varia entre 2,125% ao ano a 0,875% ao ano, calculada com base no valor em aberto da carta de fiança, a ser determinada de acordo com o índice dívida financeira líquida/EBITDA.

O IPRO estabelece diversas obrigações para nós, dentre as quais se destacam de maneira resumida: (i) não onerar, transmitir, vender e/ou transferir quaisquer de seus ativos e/ou recebíveis, bem como prestar garantias a terceiros e/ou empresas do seu grupo econômico; (ii) não realizar ou participar de reorganizações societárias; (iii) não alterar a natureza e/ou controle societário; (iv) não alterar materialmente o objeto social atual; (v) não efetuar pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, contratual ou estatutariamente prevista, acima do mínimo obrigatório, conforme estabelecido por lei ou pelo estatuto social em vigor na data de celebração do contrato ou que venha a ser adotado na hipótese de abertura de seu capital, de acordo com as regras de Novo Mercado na BM&FBOVESPA.



Em garantia às obrigações assumidas nos termos do IPRO, entregamos uma nota promissória no valor garantido, já substituída por outras de valor menor, mas totalizando o mesmo montante, em virtude da sindicalização da fiança. Ademais, nós e a DM celebramos Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Sobre Contas Vinculadas e Outras Avenças com o Coordenador Líder, também em 13 de junho de 2007, como garantia do IPRO. Por meio deste contrato e até a liquidação da totalidade das obrigações previstas no IPRO, cedemos fiduciariamente aos Credores, proporcionalmente à participação de cada Credor na sindicalização da fiança pelo IPRO, os direitos decorrentes e/ou disponíveis nas contas vinculadas de suas respectivas titularidades, nas quais deverá haver um fluxo mensal mínimo não inferior a R\$50,0 milhões mensais, além de manter disponível, com antecedência de 30 dias corridos de cada vencimento, 110% do valor de cada prestação devida ao vendedor das quotas da DM. Os Credores poderão considerar o vencimento antecipado da dívida, dentre outras hipóteses, no caso de (i) vencimento antecipado de qualquer de nossas obrigações em valor superior a R\$40 milhões; (ii) não substituímos ou reforçamos as garantias oferecidas em cumprimento às obrigações assumidas no IPRO que eventualmente tenham seu valor e/ou eficácia diminuídos; e (iii) mudança, direta e indireta no nosso controle acionário.

O pagamento adicional em razão de eventual variação cambial superior à taxa de câmbio de R\$1,9812, a favor do vendedor não é garantido pela fiança bancária mencionada acima, e tem garantia de pagamento de nossa acionista controladora indireta, a Monte Cristalina, por meio de obrigação por ela assumida no contrato celebrado com o vendedor.

Além disso, contratamos com o Banco Citibank S.A. outra fiança bancária, cuja beneficiária é a Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda., relacionada à aquisição da marca de adoçantes "FINN", no valor total de R\$15,4 milhões, em 30 de março de 2007, prazo de 36 meses, contados de 30 de abril de 2007. Referida fiança é regulada pelo IPRO – Instrumento Particular de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças ("IPRO Finn") conforme aditado, celebrado entre nós e o Coordenador Líder, em 30 de março de 2007, o qual estabelece diversas obrigações para a Companhia, dentre as quais se destacam de maneira resumida: (i) não onerar e não alienar parte substancial dos seus ativos; (ii) não realizar ou participar de reorganizações societárias; e (iii) não efetuar pagamento de dividendos em valor superior ao estabelecido em lei, a menos que esteja em dia com todas as obrigações previstas no IPRO Finn. Em garantia às obrigações assumidas nos termos do contrato entregamos uma nota promissória no valor de R\$15,6 milhões. A remuneração do Banco Citibank S.A. nesta operação é equivalente a 1,20% ao ano. O IPRO Finn não possui cláusulas de vencimento antecipado. O saldo devedor desta fiança em 31 de março de 2010 era de R\$0,6 milhões.

Ademais, em ambas as operações acima mencionadas, somos obrigados a manter os seguintes índices financeiros: (i) endividamento (dívida financeira total/EBITDA), a ser calculado trimestralmente igual ou inferior a: (a) 5,5x durante o exercício social de 2007 e nos três primeiros trimestres de 2008, sendo que até 30 de junho de 2008 serão utilizados para este cálculo também os resultados de EBITDA da DM na consolidação dos nossos resultados, antes de sua aquisição pela Companhia; (b) 4,0x no quarto trimestre do exercício social de 2008 e nos três primeiros trimestres do exercício social de 2009; (c) 3,0x no quarto trimestre do exercício social de 2009 e nos anos seguintes; e (ii) cobertura de juros (EBITDA/despesas de juros): igual ou superior a 2,0x no encerramento de cada exercício social.

#### *Contratos Celebrados entre a Companhia e o Banco Santander S.A.*

Em 25 de março de 2010, emitimos cédula de crédito bancário em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R\$108,0 milhões, incidente encargo de 114% da taxa do CDI. A cédula possui vencimento em 25 de março de 2014, quando deverá ser liquidado o valor do principal acrescido dos encargos.

Em 10 de março de 2010, emitimos quatro cédulas de crédito bancário em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., três delas no valor de R\$10 milhões cada, e a última no valor de R\$5,6 milhões, incidente encargo à taxa de 11,25% ao ano. Todas as cédulas possuem vencimento em 15 de março de 2012, sendo o valor amortizado em 12 meses, após igual período de carência.

Os contratos acima descritos apresentam cláusulas de vencimento antecipado usuais, dentre as quais se destacam: (i) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10,0 milhões, (ii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou quaisquer das suas controladas em valor unitário ou agregado ultrapasse R\$1,0 milhões, (iii) mudança relevante no estado financeiro da Companhia, que comprovada e justificadamente afete negativamente sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras, (iv) incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária da Companhia, sem que o Banco tenha manifestado formalmente o interesse em manter vigente tais Cédulas, (v) alteração do objeto social da Companhia, e (vi) não observância pela Companhia dos índices financeiros previstos nos contratos.

*Contratos celebrados entre a Companhia e o Itaú BBA S.A.*

Em 23 de janeiro de 2008, o Farmasa celebrou com o Banco Itaú BBA S.A. contrato de prestação de fiança no valor de R\$28,0 milhões para garantir financiamento no mesmo valor obtido pelo Farmasa junto ao BNDES em contrato celebrado em 28 de novembro de 2007. A fiança tem vencimento em 15 de junho de 2016 e a comissão cobrada é de 1,5% ao ano calculada de forma linear sobre o valor atualizado da fiança. Em contra-garantia à fiança, o Farmasa emitiu uma Nota Promissória no valor de R\$35,0 milhões, que teve como avalistas Dino Samaja e Gianni Franco Samaja.

*Contratos Celebrados entre a Companhia e o Banco Votorantim S.A.*

Em 6 de outubro de 2008, celebramos com o Banco Votorantim S.A. contrato de prestação de fiança no valor de R\$50,0 milhões, exclusivamente para garantir as nossas obrigações pecuniárias referentes à aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social do Grupo Niasi. A fiança tem vencimento em 7 de outubro de 2013 e a comissão originalmente estabelecida foi de 2,0% ao ano calculada de forma linear sobre o valor atualizado da fiança. Em contra garantia à fiança, emitimos uma Nota Promissória no valor de R\$65,0 milhões. Em 6 de outubro de 2009 o contrato foi aditado para: (i) reduzir a comissão para 1,0% ao ano; (ii) ceder fiduciariamente os direitos creditórios que a Companhia possui contra o Banco Votorantim S.A. no valor total de R\$50,4 milhões, decorrente de operação compromissada de recompra de título; e (iii) liberar a nota promissória emitida como contra garantia.

Em 16 de setembro de 2009, celebramos com o Banco Votorantim S.A. o contrato de abertura de crédito fixo, no valor de R\$25,0 milhões, referentes a recursos originários de repasses do BNDES. Sobre o crédito incidem encargos 6,50% ao ano acima da TJLP. Este contrato possui uma carência de 12 meses e 24 meses para amortização do principal, em parcelas mensais e sucessivas, sendo devida a primeira em 15 de novembro de 2010, quinze dias após o fim do período de carência, e a última em 15 de outubro de 2012. Como garantia ao contrato, emitimos nota promissória no valor de R\$32,5 milhões. O contrato possui, dentre outras hipóteses usuais de vencimento antecipado, as seguintes: (i) não comprovação física ou financeira da realização do projeto objeto do contrato, ou aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa; e (ii) mudança, transferência ou cessão do nosso controle acionário, ou incorporação, fusão ou cisão que afete nosso controle acionário. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$26,5 milhões.

Em 6 de outubro 2009, contratamos com o Banco Votorantim S.A. a prestação de fiança no valor de R\$11,8 milhões para garantir a parcela de mesmo valor referente à aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social do Grupo Niasi. Esta prestação de fiança é remunerada por comissão à taxa de 1% ao ano, paga trimestralmente. O contrato tem como garantia nota promissória no valor de R\$15,3 milhões e cessão fiduciária de direitos creditórios. A data de vencimento deste contrato é 06 de outubro de 2010. O contrato possui, dentre outras hipóteses usuais de vencimento antecipado, as seguintes: (i) inadimplência ou vencimento antecipado de contratos celebrados por nós com empresas ligadas ao Banco Votorantim S.A. em valor igual ou superior a R\$2,0 milhões; (ii) mudança no nosso estado econômico financeiro que comprovadamente comprometa o cumprimento das obrigações assumidas no contrato; e (iii) mudança, transferência ou cessão do nosso controle acionário.

*Contratos Celebrados entre a Companhia e o Banco BTG Pactual S.A.*

Em 20 de outubro de 2009, celebramos vinte e quatro Contratos de Swap de Taxa de Juros sem Liquidação Física (contratos de swap) com o Banco BTG Pactual S.A., com termos e condições similares, cujo valor total agregado é de aproximadamente R\$25,0 milhões, nos quais ficamos ativos em uma taxa pré fixada de 12,50% ao ano e passivos a CDI+1,25% ao ano. Tais contratos têm vencimentos entre os períodos de 16 de novembro de 2010 e 15 de outubro de 2012. Em 31 de março de 2010, o valor de mercado agregado destes contratos era de R\$220,0 mil.

*Contratos Celebrados entre a Companhia e o HSBC Bank Brasil S.A.*

Em 3 de novembro de 2008, celebramos contrato para financiamento de capital ou abertura de crédito com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo no valor de R\$10,0 milhões, acrescido de taxa CDI + 0,205% ao ano e vigência até 18 de junho de 2009. Em 18 de junho de 2009 o contrato foi aditado, tendo seu vencimento prorrogado para 10 de dezembro de 2010, com IOF antecipado, acrescido de CDI + 2,8% aa. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$10,9 milhões.

Em 27 de abril de 2009, celebramos contrato de empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A., sob o nº 0454-0853040, no valor de R\$40,0 milhões, com incidência de IOF no valor de R\$750,6 mil à vista no ato da liberação do crédito e juros à taxa efetiva de 0,23% ao mês, acrescido da taxa flutuante de 100% da taxa do CDI-Over-Cetip. O pagamento do valor do empréstimo será realizado em parcela única na data do vencimento em 19 de outubro de 2010. O contrato é garantido por penhor de duplicatas no montante de 50% do valor, ou R\$20,0 milhões. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$40,7 milhões.

Em 13 de outubro 2009, contratamos com o HSBC Bank Brasil S.A. três contratos de fiança no valor de total de R\$28,7 milhões para garantir as obrigações de pagamento assumidas por meio do Contrato de Cessão e Transferência de Marcas e Desenhos Industriais e Outras Avenças, celebrado em 28 de julho de 2008. Os contratos são remunerados por comissão à taxa de 0,5% ao ano, paga mensalmente. Possuem como garantia fidejussória notas promissórias no valor total de R\$37,5 milhões e como garantia real o penhor de CDBs no valor total de R\$28,8 milhões. A data de vencimento dos contratos é 31 de agosto de 2010. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor destes contratos era de R\$28,7 milhões.

*Contratos celebrados entre a Companhia e o BNDES*

Em 27 de setembro de 2007, o Farmasa celebrou com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 07.2.0668.1, no valor de R\$50,7 milhões, destinado à aquisição da Barrene Indústria Farmacêutica Ltda. O crédito será disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado, não podendo exceder 27 meses. A dívida será amortizada em 66 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 3% ao ano acima da TJLP, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2010. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$51,8 milhões.

A dívida foi garantida mediante fiança prestada pelo Banco Votorantim S.A. e pelo Banco Bradesco S.A. Celebramos o contrato de prestação de fiança nº 10053756 com o Banco Votorantim S.A. que garante o pagamento de 49,3%, ou R\$25,0 milhões, relativo à parte principal do contrato, incidindo juros à taxa efetiva de 1,25% ao ano. O contrato de prestação de fiança prevê contra garantia em favor do fiador Banco Votorantim S.A. através de Nota Promissória no valor de R\$35,5 milhões emitida pelos então acionistas controladores Dino Samaja e Gianni Franco Samaja. Celebramos com o Banco Bradesco S.A. o instrumento particular de contrato de constituição de garantias e outras avenças nº 2.026.296-6 que garante o pagamento de 50,7%, ou R\$25,7 milhões, relativo à parte principal do contrato, incidindo juros à taxa efetiva de 1,40% ao ano. O contrato de prestação de fiança prevê contra garantia em favor do fiador Banco Bradesco S.A. através de Nota Promissória no valor de R\$38,5 milhões emitida por Dino Samaja, Gianni Franco Samaja, Sonia Marques Samaja e Thereza Cavalcanti Samaja.

Em 09 de outubro de 2008, o Neo Química celebrou com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 08.2.0637-1, no valor de R\$52,5 milhões, dividido em dois subcréditos (A: R\$48,488 milhões; e B: R\$4,048 milhões), destinado à expansão da sua unidade produtiva localizada em Anápolis/GO (subcrédito A) e ao desenvolvimento de cinco novos medicamentos genéricos (subcrédito B). O crédito será disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado, não podendo exceder 12 meses no caso do subcrédito A, e 27 meses em relação ao subcrédito B. A dívida decorrente do subcrédito A será amortizada em 72 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 1,5% ao ano acima da TJLP, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2010. A dívida do subcrédito B será amortizada em 87 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 4,5% ao ano, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$50,0 milhões.

A dívida foi garantida mediante fiança prestada por Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves, e MCLG Empreendimentos e Participações Ltda. O contrato de financiamento ainda prevê cláusula de vencimento antecipado, que faculta ao BNDES declarar vencido o contrato nas seguintes hipóteses: (i) nos termos dos artigos 39 e 40 das "Disposições aplicáveis aos contratos do BNDES"; (ii) redução do quadro pessoal da Companhia; (iii) existência de sentença condenatória em face da Companhia, já transitada em julgado, em razão da prática de discriminação de raça ou gênero, ou de emprego de mão de obra infantil ou escrava; e (iv) inclusão pela Companhia de dispositivo que possa torná-la incapaz de honrar com as suas obrigações financeiras.

Em 17 de abril de 2006, o Neo Química celebrou com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 06.2.0058-1, no valor de R\$43,3 milhões, dividido em três subcréditos (A: R\$28,0 milhões; B: R\$13,7 milhões; e C: R\$1,5 milhões), destinado à adequação das exigências da ANVISA e para a construção de novas instalações (subcrédito A), ao apoio de atividades de desenvolvimento de novos genéricos (subcrédito B), e à construção do Centro de Desenvolvimento Infantil em Anápolis/GO (subcrédito C). O crédito será disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado. A dívida decorrente do subcrédito A será amortizada em 54 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 3% ao ano acima da TJLP, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 2008, enquanto que a dívida do subcrédito B será amortizada em 54 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 6,0% ao ano acima da TJLP, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 2008, e por fim, a dívida do subcrédito C será amortizada em 45 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 1,7% ao ano acima da TJLP, vencendo-se a primeira em 15 de setembro de 2007. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$19,1 milhões.

A dívida foi garantida mediante fiança prestada por Marcelo Henrique Limírio Gonçalves e Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves. Adicionalmente, a fim de assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do Contrato, a Companhia cede e transfere ao BNDES, em primeira hipoteca, todos os imóveis descritos em Contrato de sua propriedade, que compõem a sua unidade industrial situada em Anápolis/GO. Esta cédula é garantida por (i) terrenos avaliados em R\$59,0 mil; (ii) benfeitorias e edificações avaliadas em R\$28,1 milhões; e (iii) máquinas e equipamentos no valor de R\$29,6 milhões, totalizando aproximadamente R\$58,8 milhões.

O contrato de financiamento ainda prevê cláusula de vencimento antecipado, que faculta ao BNDES declarar vencido o contrato nas seguintes hipóteses: (i) nos termos dos artigos 39 e 40 das "Disposições aplicáveis aos contratos do BNDES"; (ii) redução do quadro pessoal da Companhia; e (iii) inclusão de dispositivo que exija quorum especial para deliberação de matérias que limitem o controle da Companhia por seus controladores, ou que importem em restrições de crescimento, acesso a novos mercados, ou ainda, à capacidade de pagamento das obrigações contraídas pela Companhia.

## Obrigações Contratuais

### *Títulos a pagar*

A tabela abaixo sintetiza as datas de vencimento das nossas obrigações contratuais relevantes em 31 de março de 2010. Nossas obrigações contratuais representadas por títulos a pagar no total de R\$1.416,0 milhões, em 31 de março de 2010, eram:

<b>Títulos a pagar</b>	<b>Total</b>	<b>AV%</b>
	(em milhares de R\$)	
Aquisição da Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.....	56.546	4,0%
Aquisição da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda.....	50.995	3,6%
Aquisição de Direito de Uso.....	7.228	0,5%
Aquisição da Quimivale Industrial Ltda. e Distribuidora Clean Ltda.....	389	0,0%
Aquisição da Sul Química Ltda.....	13.729	1,0%
Aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda.....	490.726	34,7%
Aquisição da Éh Cosméticos S/A.....	974	0,1%
Aquisição da Ceil Comércio e Distribuidora Ltda.....	116	0,0%
Aquisição NY Looks Indústria e Comércio Ltda. ....	44.480	3,1%
Incorporação do Neo Química .....	449.027	31,7%
Aquisição Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. ....	175.596	12,4%
Aquisição Ind. Nacional de Artefatos de Latex S.A .....	116.317	8,2%
Aquisição de Marcas Hydrogen .....	9.034	0,6%
Aquisição Versoix Participações Ltda .....	890	0,1%
<b>Títulos a pagar.....</b>	<b>1.416.047</b>	<b>100,0%</b>
Circulante .....	462.227	32,6%
Não circulante .....	953.820	67,4%

Conforme demonstrado acima, nossas obrigações são decorrentes de nossas aquisições.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento dos passivos que compõem a rubrica de títulos a pagar, no total de R\$1.416,0 milhões, conforme apurado em 31 de março de 2010:

<b>Títulos a pagar</b>	<b>Em 31 de março de 2010</b>	<b>AV%</b>
	(em milhares de R\$)	
<b>Curto Prazo.....</b>	<b>462.227</b>	<b>32,6%</b>
2010.....	462.227	32,6%
<b>Longo Prazo.....</b>	<b>953.820</b>	<b>67,4%</b>
2011.....	480.263	33,9%
2012.....	267.270	18,9%
2013.....	144.859	10,2%
2014.....	61.428	4,3%
<b>Total .....</b>	<b>1.416.047</b>	<b>100,0%</b>

### ***Eventuais Restrições***

Nos termos do artigo 60, caput, da Lei das Sociedades por Ações, o valor total das emissões de debêntures não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Vale ressaltar que o valor das emissões de debêntures da Companhia em aberto é inferior ao seu capital social integralizado. Ademais, as debêntures da primeira emissão e as notas promissórias da primeira emissão da Companhia prevêem: (i) restrição ao pagamento de dividendos acima do mínimo de 25% enquanto a Companhia estiver em mora com suas obrigações estabelecidas nas escrituras de emissão; (ii) restrição a qualquer alienação, cessão ou transferência de ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias, cujo valor seja igual ou superior a 10% do patrimônio líquido da Companhia ou de suas subsidiárias, cujo produto da venda não seja utilizado integralmente para a redução da dívida; e (iii) cláusulas determinando níveis de endividamento máximo.

#### ***g. limites de utilização dos financiamentos já contratados***

Entre os contratos em vigor, na data deste Formulário de Referência, em alguns deles a Companhia é requerida a utilizar os recursos de forma estabelecida em contrato. Abaixo são descritas essas restrições:

##### ***Contratos celebrados entre a Companhia e o Banco do Brasil S.A.***

Em 26 de junho de 2009, emitimos nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$45,0 milhões, incidente encargo à taxa de 11,25% ao ano. Esse financiamento tem como objetivo o reforço do capital de giro visando a comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária ou de insumos utilizados na atividade agropecuária.

Em 08 de outubro de 2009, emitimos nota de crédito industrial, em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$30,0 milhões, incidente encargo básico calculados como base no IRP, e encargos adicionais de 9,93% ao ano. Esse financiamento tem como objetivo a compra de insumos agrícolas diretamente de produtores rurais e/ou suas cooperativas.

Em 22 de abril de 2009, o Neo Química emitiu cédula de crédito industrial em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$21,8 milhões, incidente encargo à taxa de 10,0% ao ano. Os recursos desse financiamento são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Tais recursos deverão ser utilizados no cumprimento de orçamento previamente acordado entre a Companhia e o Banco, de acordo com o contrato celebrado.

##### ***Contratos celebrados entre a Companhia e o BNDES***

Em 27 de setembro de 2007, o Farmasa celebrou com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 07.2.0668.1, no valor de R\$50,7 milhões, destinado à aquisição da Barrene Indústria Farmacêutica Ltda. O crédito será disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado.

Em 09 de outubro de 2008, o Neo Química celebrou com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 08.2.0637-1, no valor de R\$52,5 milhões, dividido em dois subcréditos (A: R\$48,488 milhões; e B: R\$4,048 milhões), destinado à expansão da sua unidade produtiva localizada em Anápolis/GO (subcrédito A) e ao desenvolvimento de cinco novos medicamentos genéricos (subcrédito B). O crédito será disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado.

Em 17 de abril de 2006, o Neo Química celebrou com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 06.2.0058-1, no valor de R\$43,3 milhões, dividido em três subcréditos (A: R\$28,0 milhões; B: R\$13,7 milhões; e C: R\$1,5 milhões), destinado à adequação das exigências da ANVISA e para a construção de novas instalações (subcrédito A), ao apoio de atividades de desenvolvimento de novos genéricos (subcrédito B), e à construção do Centro de Desenvolvimento Infantil em Anápolis/GO (subcrédito C). O crédito será disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado.

#### ***h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras***

##### **Descrição das Principais Contas da Demonstração de Resultado**

###### ***Receita Bruta de Vendas***

Quase a totalidade (99,4%, 99,4% e 99,3% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2007, 2008 e 2009, respectivamente, e 99,3% e 99,2% nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2010) de nossa receita bruta de vendas é denominada em reais e provém da venda de nossos produtos em todo o território nacional para clientes varejistas, que realizam a venda para o consumidor final, e atacadistas que distribuem nossos produtos para os pontos de vendas não atendidos diretamente por nós.

###### ***Deduções de Vendas***

As deduções das receitas decorrem da incidência de tributos sobre a receita bruta, a venda de produtos industrializados e sobre a circulação de mercadorias, respectivamente gravados pelas contribuições ao Programa de Integração Social (PIS), para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e pelos Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como das devoluções de vendas realizadas. Quanto a esses tributos, apresentamos abaixo a respectiva descrição dos tributos exigidos por lei sobre as receitas e consequentemente o tratamento tributário ao qual estamos sujeitos relativamente as nossas vendas e as devoluções de vendas:

- ***PIS/COFINS.*** O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, são contribuições sociais federais incidentes sobre o total da receita bruta decorrente das vendas que realizamos, passíveis de dedução da base de cálculo das devoluções de venda, cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme a sistemática "não-cumulativa". Da mesma forma, é passível de dedução, nesta sistemática, o montante do IPI recolhido, nos termos da legislação em vigor. Ainda, tendo em vista que somos obrigados à tributação pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) pela sistemática do Lucro Real e, consequentemente, sujeitos à sistemática "não-cumulativa" de recolhimento do PIS e da COFINS, podemos descontar créditos destas contribuições calculados em relação a custos e despesas determinados, conforme a legislação em vigor, incorridos no desenvolvimento de nossas atividades, considerados pela legislação como insumos da atividade produtiva. Tais créditos são compensáveis com nossas obrigações tributárias de PIS e COFINS incidentes sobre as nossas operações, e em caso de exportação de mercadorias, passíveis de ressarcimento em espécie. Considerando que atuamos em diversos segmentos – Alimentos; Higiene e Limpeza; Beleza e Higiene Pessoal e Medicamentos, e que alguns dos produtos que fabricamos e comercializamos estão sujeitos ao recolhimento do PIS e da COFINS à alíquota concentrada, i.e., sujeitos à tributação "monofásica", na qualidade de fabricante de tais produtos, o direito ao aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS é assegurado em determinadas operações sujeitas ao regime não-cumulativo de tais contribuições. No entanto, quando atuamos como revendedores de mercadorias adquiridas sujeitas à tributação monofásica, não nos é permitido o crédito destas contribuições. Em determinados casos, também, não temos direito ao crédito nas operações em que resultem na saída de produtos sujeitos à alíquota zero. Em regra, a alíquota nominal combinada do PIS e da COFINS incidentes, sobre a receita que auferimos pelas vendas de produtos sujeitos à tributação monofásica é de 12% para determinados medicamentos (dependendo de sua inclusão em listas específicas), e de 12,5% para determinados produtos da linha de higiene e beleza pessoal. Já sobre a receita decorrente das vendas dos produtos não sujeitos à tributação monofásica, a alíquota nominal combinada de PIS e da COFINS, em regra aplicada, é de 9,25%.

- **IPI.** O Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI é um imposto federal incidente sobre a saída de estabelecimento industrial ou equiparado a industrial de produtos industrializados, inclusive sobre a sua importação. Quando importamos produtos industrializados ou fabricamos produtos Alimentos; de Higiene e Limpeza; Beleza e Higiene Pessoal e de Medicamentos, estamos sujeitos ao IPI, o qual é calculado, via de regra, sobre o valor aduaneiro, acrescido do Imposto de Importação (I.I.), na hipótese de importação, ou sobre o valor da operação, nas vendas no mercado interno. O IPI é calculado de acordo com a correspondente classificação fiscal mediante a aplicação da alíquota constante na Tabela de Incidência do IPI (TIPI), a qual pode variar de 0% a 365%, de acordo com a essencialidade do produto. Medicamentos e determinados alimentos, por exemplo, estão atualmente sujeitos à alíquota de 0%. O IPI é imposto não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas operações anteriores. Assim, podemos nos aproveitar, a título de crédito, do IPI incidente sobre as operações anteriores realizadas por nossos fornecedores, quando do fornecimento de insumos, produtos intermediários e materiais de embalagem, por exemplo, compensáveis com o IPI devido nas operações que realizamos.
- **ICMS.** O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS é um tributo estadual incidente sobre o valor da operação, na hipótese de operações/prestações no mercado interno, e sobre o valor aduaneiro, acrescido do I.I., do IPI, do PIS-Importação e da COFINS-Importação e do próprio ICMS, na hipótese de importação. Via de regra, incide sobre o valor da operação em cada etapa da cadeia de produção e comercialização de bens, à alíquotas que variam de acordo com o produto e os Estados da Federação nos quais os produtos são vendidos. Similar ao IPI, o ICMS é imposto não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas operações anteriores. Portanto, relativamente à aquisição de matéria-prima e materiais de embalagem, por exemplo, aproveitamos de créditos do ICMS para compensação com o débito incidente sobre as subseqüentes saídas.

Os tributos mencionados acima, somados às devoluções de vendas, que correspondem a mercadorias devolvidas por nossos clientes, por meio de solicitações à equipe de vendas e coordenadas pela área logística, por motivos tais como, por exemplo, discordância com o pedido realizado, estão refletidos na linha de deduções de vendas de nossas demonstrações contábeis.

### ***Custo dos Produtos Vendidos***

Nosso custo dos produtos vendidos é composto pelos custos de produção, formado por custos de matéria-prima, embalagens, mão-de-obra direta, utilidades e gastos gerais de fabricação. Os gastos gerais de fabricação incluem rateios das áreas de apoio (ex: engenharia, laboratórios, manutenção) e gastos com depreciação. No caso dos custos de matéria-prima e embalagem, utilidades e serviços, estes se encontram líquidos dos impostos não-cumulativos, tais como PIS e COFINS de 9,25%, ICMS, e no caso de higiene e limpeza, o IPI.

### ***Receitas (Despesas) Operacionais***

Nossas despesas operacionais compreendem despesas com vendas, propaganda, publicidade e relacionados, administrativas, gerais e tributárias, despesas com amortização de ágios e deságios, e despesas e receitas financeiras e outras receitas e despesas operacionais líquidas.

As despesas com vendas são compostas por despesas comerciais e despesas com força de vendas. Dentre as despesas comerciais, temos despesas com logística, acordos e verbas comerciais. Nossas despesas com força de venda consistem nos salários, comissões e prêmios de nossos vendedores e promotores, custos relativos a estadia e transporte (passagens, locação de veículos, combustível, etc.) e despesas com comunicações e alimentação destes funcionários.



Nossas despesas com propaganda, publicidade e relacionados incluem despesas substanciais com produção e veiculação de campanhas publicitárias, eventos para o lançamento de novos produtos e promoções de vendas.

As despesas administrativas, gerais e tributárias são compostas principalmente por salários, encargos sociais e outras, doações e contribuições, serviços prestados (por exemplo, serviços de consultoria, advogados, auditores, entre outros), CPMF, contribuições e impostos.

## Resultados Operacionais Consolidados

Para mais informações sobre o risco da falta de demonstrações financeiras *pro-forma* mostrando o impacto de nossas recentes aquisições em nossos resultados, veja o risco "Nossas demonstrações financeiras históricas não refletem os efeitos contábeis das nossas aquisições" na página 105 deste Formulário de Referência.

### ***Período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 comparado ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2010***

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2010.

	Período encerrado em 31 de março de				2009/2010
Demonstrações de Resultado Consolidadas	2009	RL%	2010	RL%	Var (%)
	(em milhares de R\$)				
Receita bruta de vendas .....	489.538	127,2%	820.489	124,9%	68%
Mercado interno .....	486.016	126,3%	813.801	123,9%	67%
Mercado externo .....	3.522	0,9%	6.688	1,0%	90%
Deduções de vendas.....	(104.807)	-27,2%	(163.706)	-24,9%	56%
Receita líquida de vendas .....	384.731	100,0%	656.783	100,0%	71%
Custo dos produtos vendidos.....	(163.761)	-42,6%	(274.253)	-41,8%	67%
Lucro bruto.....	220.970	57,4%	382.530	58,2%	73%
Despesas com vendas e marketing .....	(108.625)	-28,2%	(193.887)	-29,5%	78%
Despesas gerais, administrativas e tributárias.....	(21.711)	-5,6%	(50.378)	-7,7%	132%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	213	0,1%	22.474	3,4%	10451%
Resultado operacional antes do resultado financeiro .....	90.847	23,6%	160.739	24,5%	77%
Despesas financeiras .....	(33.737)	-8,8%	(73.917)	-11,3%	119%
Receitas financeiras.....	6.289	1,6%	13.992	2,1%	122%
Resultado antes do IR/CSLL e minoritários .....	63.399	16,5%	100.814	15,3%	59%
Imposto de renda e contribuição social .....	12.909	3,4%	(38.748)	-5,9%	-400%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....	76.308	19,8%	62.066	9,5%	-19%

### ***Receita Bruta de Vendas***

Nossa receita bruta de vendas foi de R\$820,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, comparada a R\$489,5 milhões no mesmo período em 2009, um aumento de 68%, ou R\$331,0 milhões.

Esse crescimento decorreu, substancialmente, dos seguintes fatores: (i) crescimento de 24% ou R\$118,3 milhões sem considerar as aquisições realizadas no final de 2009 e início de 2010; e (ii) aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, realizadas no final de 2009 nos segmentos de Medicamentos e Higiene e Beleza Pessoal, sendo elas Neo Química, Pom Pom, Inal e da marca Hydrogen e aquisição realizada no início de 2010 da marca Jontex, que conjuntamente contribuíram com receitas brutas de R\$212,7 milhões.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, 99,2% da nossa receita bruta de vendas foi proveniente do mercado interno, em comparação a 99,3% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009.

#### *Deduções de Vendas*

As deduções de vendas foram de R\$163,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, comparadas a R\$104,8 milhões do mesmo período em 2009, um aumento de 56%, ou R\$58,9 milhões, relacionado ao crescimento da receita bruta de vendas da Companhia através de aquisições e organicamente. Como percentual da receita líquida de vendas, as deduções de vendas passaram para 24,9% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, em comparação a 27,2% no mesmo período em 2009.

#### **Receita Líquida de Vendas**

A receita líquida de vendas foi de R\$656,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, comparada a R\$384,7 milhões do mesmo período em 2009, um aumento de 71%, ou R\$272,1 milhões, em razão do exposto anteriormente, ou seja, um aumento de 68% ou R\$331,0 milhões da receita bruta acompanhado de um aumento de 56%, ou R\$58,9 milhões das deduções de venda. As empresas Neo Química, Pom Pom, Inal e as marcas Hydrogen e Jontex, que foram adquiridas no final de 2009 e início de 2010, conjuntamente contribuíram com receita líquida de R\$175,8 milhões, conforme demonstrado a seguir:

	Período encerrado em 31 de março de				2009/2010 <sup>(3)</sup> Var (%)
Receita Líquida por origem da marca	2009 <sup>(2)</sup>	RL%	2010 <sup>(2)</sup>	RL%	
	(em milhares de R\$)				
Hypermarcas <sup>(1)</sup> .....	384.731	100,0%	481.043	73,2%	25%
Neo Química .....	—	0,0%	105.154	16,0%	na
Pom Pom + Hydrogen .....	—	0,0%	50.582	7,7%	na
Inal + Jontex .....	—	0,0%	20.004	3,0%	na
<b>Receita Líquida.....</b>	<b>384.731</b>	<b>100,0%</b>	<b>656.783</b>	<b>100,0%</b>	<b>71%</b>

<sup>(1)</sup> Sem considerar Neo Química, Pom Pom, Hydrogen, Inal e Jontex.

<sup>(2)</sup> Estes valores refletem a receita gerada por empresas por nós adquiridas, a partir da efetivação das respectivas aquisições, em nossas demonstrações financeiras.

<sup>(3)</sup> "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.

A composição da receita líquida por unidade de negócio nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2010 é demonstrada na tabela a seguir:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de				2009/2010 Var (%)
Receita Líquida por UN	2009 <sup>(1)</sup>	RL%	2010 <sup>(1)</sup>	RL%	
	(em milhares de R\$)				
Medicamentos.....	158.208	41,1%	318.393	48,5%	101%
Beleza e Higiene Pessoal.....	122.823	31,9%	225.914	34,4%	84%
Higiene e Limpeza .....	57.109	14,8%	54.860	8,4%	-4%
Alimentos.....	46.591	12,1%	57.616	8,8%	24%
<b>Receita Líquida.....</b>	<b>384.731</b>	<b>100,0%</b>	<b>656.783</b>	<b>100,0%</b>	<b>71%</b>

<sup>(1)</sup> Estes valores refletem a receita gerada por empresas por nós adquiridas, a partir da efetivação das respectivas aquisições, em nossas demonstrações financeiras.

### *Custo dos Produtos Vendidos*

O custo dos produtos vendidos foi de R\$274,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$163,8 milhões no mesmo período em 2009, representando um aumento de 67%, ou R\$110,5 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, os custos dos produtos vendidos diminuíram, passando para 41,8% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 de 42,6% observados no mesmo período em 2009.

Essa variação bruta deveu-se principalmente a ao aumento de 68% da receita bruta do exercício social encerrado de 31 de março de 2010 em relação ao mesmo período de 2009, sendo que o principal motivo da variação da receita bruta, assim como o aumento do custo dos produtos vendidos, está relacionado às aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, da Neo Química, Pom Pom, Inal e das marcas Hydrogen e Jontex.

### **Lucro Bruto**

Nosso lucro bruto atingiu R\$382,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, comparado a R\$221,0 milhões no mesmo período em 2009, representando um aumento de 73%, ou R\$161,5 milhões. Nossa margem bruta aumentou para 58,2% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 em comparação a 57,4% verificado no mesmo período em 2009.

Essa variação bruta está relacionada essencialmente ao aumento da receita líquida de 71%, ou R\$272,1 milhões, acompanhada de um aumento de 67%, ou R\$110,5 milhões do custo dos produtos vendidos. O aumento da margem do lucro bruto em relação à receita líquida é função principalmente do fato de o exercício social encerrado em 31 de março de 2009 ter sido impactado negativamente por uma combinação pontual da depreciação do Real e níveis elevados dos preços das commodities utilizadas pela Companhia gerando um impacto não recorrente no custo dos produtos vendidos.

### **Receitas (Despesas) operacionais**

<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>Período de três meses encerrado em 31 de março de</b>				
	<b>2009</b>	<b>RL%</b>	<b>2010</b>	<b>RL%</b>	<b>2010/ 2009 Var (%)</b>
(em milhares de R\$)					
Despesas com vendas e marketing .....	(108.625)	-28,2%	(193.887)	-29,5%	78%
Despesas gerais, administrativas e tributárias .....	(21.711)	-5,6%	(50.378)	-7,7%	132%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas...	213	0,1%	22.474	3,4%	10451%
Despesas financeiras .....	(33.737)	-8,8%	(73.917)	-11,3%	119%
Receitas financeiras .....	6.289	1,6%	13.992	2,1%	122%
<b>Receitas (despesas) operacionais .....</b>	<b>(157.571)</b>	<b>-41,0%</b>	<b>(281.716)</b>	<b>-42,9%</b>	<b>79%</b>

As despesas operacionais foram de R\$281,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, comparado a R\$157,6 milhões em despesas operacionais no mesmo período em 2009, representando um aumento de 79%, ou R\$124,1 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas operacionais aumentaram para 42,9% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 em relação a um percentual de 41,0% observado no mesmo período do ano em 2009.

Estes aumentos ocorreram principalmente devido a um aumento de 78%, ou R\$85,3 milhões e 132% ou R\$28,7 milhões, nas despesas com vendas e marketing e gerais, administrativas e tributárias, respectivamente, que passaram de um valor combinado de R\$130,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2009 para R\$244,3 milhões no mesmo período em 2010, em função do crescimento da Companhia tanto organicamente quanto através de aquisições e aumento de sua estrutura organizacional para suportar tal crescimento.

*Despesas com vendas e marketing*

<b>Despesas com vendas e marketing</b>	<b>Período de três meses encerrado em 31 de março de</b>				<b>2010/2009 Var (%)</b>
	<b>2009</b>	<b>RL%</b>	<b>2010</b>	<b>RL%</b>	
	(em milhares de R\$)				
Despesas com marketing .....	58.758	15,3%	100.264	15,3%	71%
Gastos com propaganda, publicidade e relacionados...	28.902	7,5%	44.840	6,8%	55%
Promoções, brindes e amostras.....	5.010	1,3%	1.748	0,3%	-65%
Despesas de visitação médica .....	6.078	1,6%	6.681	1,0%	10%
Acordos, verbas comerciais e outros.....	18.767	4,9%	46.995	7,2%	150%
Despesas comerciais.....	36.212	9,4%	70.812	10,8%	96%
Salários, encargos sociais e outros .....	16.085	4,2%	30.281	4,6%	88%
Serviços prestados .....	5.465	1,4%	8.384	1,3%	53%
Depreciações e amortizações .....	2.840	0,7%	4.314	0,7%	52%
Outras despesas .....	11.823	3,1%	27.833	4,2%	135%
Fretes.....	10.934	2,8%	22.329	3,4%	104%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa .....	2.721	0,7%	482	0,1%	-82%
<b>Despesas com vendas e marketing.....</b>	<b>108.625</b>	<b>28,2%</b>	<b>193.887</b>	<b>29,5%</b>	<b>78%</b>

As despesas com vendas atingiram R\$193,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, quando comparado aos gastos de R\$108,6 milhões no mesmo período em 2009 representando um aumento de 78%, ou R\$85,3 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas aumentaram em 1,4% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 na comparação com o mesmo período no ano anterior, em decorrência do que foi mencionado anteriormente.

*Despesas gerais, administrativas e tributárias*

<b>Despesas gerais, administrativas e tributárias</b>	<b>Período de três meses encerrado em 31 de março de</b>				<b>2010/2009 Var (%)</b>
	<b>2009</b>	<b>RL%</b>	<b>2010</b>	<b>RL%</b>	
	(em milhares de R\$)				
Salários, encargos sociais e outros.....	9.894	2,6%	25.694	3,9%	160%
Doações e contribuições .....	230	0,1%	919	0,1%	300%
Serviços prestados.....	6.576	1,7%	13.971	2,1%	112%
Contribuições e impostos .....	148	0,0%	28	0,0%	-81%
Outros .....	4.863	1,3%	9.766	1,5%	101%
<b>Despesas gerais, administrativas e tributárias.....</b>	<b>21.711</b>	<b>5,6%</b>	<b>50.378</b>	<b>7,7%</b>	<b>132%</b>

As despesas gerais, administrativas e tributárias foram de R\$50,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, contra R\$21,7 milhões no mesmo período em 2009, o que significou um aumento de 132%, ou R\$28,7 milhões. Como percentual da receita líquida, as despesas gerais, administrativas e tributárias aumentaram para 7,7% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 em comparação a um percentual de 5,6% verificado no mesmo período em 2009, em função da explicação dada anteriormente.

## Despesas financeiras

Despesas financeiras	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2009	RL%	2010	RL%	2010/2009 Var (%)
	(em milhares de R\$)				
Juros sobre empréstimos .....	3.788	1,0%	10.579	1,6%	179%
Juros sobre financiamentos em moeda local...	1.858	0,5%	2.057	0,3%	11%
Juros sobre financiamentos em moeda estrangeira.....	4.394	1,1%	2.414	0,4%	-45%
Juros sobre títulos a pagar e outros .....	4.131	1,1%	17.992	2,7%	336%
Juros e comissão sobre carta fiança.....	3.344	0,9%	2.040	0,3%	-39%
Debêntures.....	–	0,0%	4.222	0,6%	na
Notas promissórias .....	–	0,0%	2.779	0,4%	na
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros.....	2.795	0,7%	4.297	0,7%	54%
Variação cambial .....	(747)	-0,2%	16.295	2,5%	-2281%
Realização de Ajuste a Valor Presente.....	14.174	3,7%	11.242	1,7%	-21%
<b>Despesas financeiras .....</b>	<b>33.737</b>	<b>8,8%</b>	<b>73.917</b>	<b>11,3%</b>	<b>119%</b>

As despesas financeiras foram de R\$73,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, comparados a R\$33,7 milhões no mesmo período em 2009 representando um aumento de 119%, ou R\$40,2 milhões. Como percentual da receita líquida as despesas financeiras aumentaram para 11,3% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 em comparação a um percentual de 8,8% no mesmo período em 2009.

Esta variação decorreu principalmente (i) da captação de debêntures e notas promissórias no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 no montante de R\$400 milhões que contribuiu para uma despesa financeira adicional no período de R\$7,0 milhões; além de (ii) um aumento dos juros sobre títulos a pagar de R\$13,9 milhões no período encerrado em 31 de março de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior devido às aquisições realizadas no final de 2009, a saber, Neo Química, Pom Pom, Inal e a marca Hydrogen, que aumentaram o balanço de Títulos a Pagar; e, por último, (iii) um aumento nas despesas com variação cambial no montante de R\$17,0 milhões quando comparado a 2009.

## Receitas Financeiras

As receitas financeiras foram de R\$14,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, contra R\$6,3 milhões no mesmo período em 2009 representando um aumento de R\$7,7 milhões. Como percentual da receita líquida, a receita financeira aumentou para 2,1% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, em comparação a um percentual de 1,6% observado no mesmo período em 2009.

O principal motivo desta variação foi um aumento no caixa e equivalentes de caixa.

## Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

As outras receitas operacionais líquidas foram de R\$22,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, contra R\$0,2 milhões no mesmo período em 2009, representando um acréscimo de R\$22,3 milhões. Tal variação é justificada principalmente pelo reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Cofins monofásico de exercícios anteriores.

### ***Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social***

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de R\$100,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, comparado a um lucro de R\$63,4 milhões no mesmo período em 2009, representando uma variação positiva de R\$37,4 milhões. Como percentual da receita líquida, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social diminuiu para 15,3% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 em comparação a um percentual positivo em 16,5% verificado no mesmo período de 2009.

Este aumento bruto em relação ao exercício anterior ocorreu essencialmente em decorrência do crescimento orgânico da companhia juntamente com as aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, realizadas ao final do ano de 2009 e início de 2010 nos segmentos de Medicamentos e Higiene e Beleza Pessoal, sendo elas Neo Química, Pom Pom, Inal e marcas Hydrogen e Jontex, enquanto a queda como percentual da Receita Líquida pode ser justificada principalmente pelo maior montante de despesas financeiras no período encerrado em 31 de março de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A despesa de imposto de renda e contribuição social foi de R\$38,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, em contraste a uma receita de R\$12,9 milhões no mesmo período em 2009 representando uma variação de R\$51,7 milhões.

A composição desta variação é explicada por: (i) aumento de R\$19,1 milhões no imposto de renda e contribuição social corrente; e (ii) redução de R\$70,7 milhões no imposto de renda e contribuição social diferidos. O resultado positivo do imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de março de 2009 é justificado pela contabilização de créditos tributários referentes a 2008 decorrentes de prejuízo antes do IR/CSLL em função de despesa com amortização de ágio e variação cambial significativa não existentes a partir de 2009, enquanto a partir do exercício social referente ao período de três meses encerrados em 30 de setembro 2009 houve alteração na legislação contábil, determinando a necessidade de contabilização de IR/CSLL à alíquota de 34% dos valores de amortização dos ágios.

### ***Lucro líquido (prejuízo) do exercício***

O lucro líquido do exercício foi de R\$62,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, em comparação a um lucro de R\$76,3 milhões no mesmo período em 2009, representando uma variação negativa de R\$14,2 milhões, em função das razões explicitadas acima, ou seja, em virtude principalmente de aquisições realizadas nos segmentos de Medicamentos e Beleza e Higiene Pessoal, crescimento orgânico e alterações no tratamento contábil do ágio que impactaram imposto de renda e contribuição social.

### **EBITDA**

O EBITDA atingiu R\$174,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, em contraste a R\$99,6 milhões verificados no mesmo período em 2009, representando um aumento de 75%, ou R\$75,1 milhões.

O EBITDA Recorrente, que não leva em consideração as despesas não recorrentes do período relacionadas principalmente a despesas com reorganizações, foi de R\$178,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 versus um EBITDA Recorrente de R\$102,1 milhões no mesmo período em 2009, o que representou um aumento de 75%, ou R\$76,7 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, o EBITDA Recorrente aumentou para 27,2% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 quando comparado a margem de 26,5% do mesmo período em 2009.

A tabela abaixo apresenta os componentes do EBITDA nos períodos indicados:

<b>Cálculo do EBITDA</b>	<b>Período de três meses encerrado em 31 de março de</b>				
	<b>2009</b>	<b>RL%</b>	<b>2010</b>	<b>RL%</b>	<b>2010/2009 Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social .....</b>	<b>63.399</b>	<b>16,5%</b>	<b>100.814</b>	<b>15,3%</b>	<b>59%</b>
(+) Depreciações.....	5.275	1,4%	8.680	1,3%	65%
(+) Amortizações de ágios .....	—	0,0%	—	0,0%	na
(+) Outras Amortizações.....	3.491	0,9%	5.254	0,8%	51%
(+) Despesas financeiras .....	33.737	8,8%	73.917	11,3%	119%
(-) Receitas financeiras .....	(6.289)	-1,6%	(13.992)	-2,1%	122%
<b>EBITDA .....</b>	<b>99.613</b>	<b>25,9%</b>	<b>174.673</b>	<b>26,6%</b>	<b>75%</b>
(+) Despesas não recorrentes <sup>(1)</sup> .....	2.502	0,7%	4.096	0,6%	64%
<b>EBITDA Recorrente .....</b>	<b>102.115</b>	<b>26,5%</b>	<b>178.769</b>	<b>27,2%</b>	<b>75%</b>

<sup>(1)</sup> Despesas com reorganizações (despesas incorridas durante reorganizações societárias referente a rescisões e indenizações trabalhistas, bem como despesas de serviços prestados) que totalizaram R\$4.096 mil e R\$2.502 mil nos períodos encerrados em 31 de março de 2010 e 2009, respectivamente.

## Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2010**

Balço Patrimonial Consolidado	Em 31 de dezembro de 2009	AV%	Em 31 de março de 2010	AV%	2010/2009 <sup>(1)</sup> Var (%)
(em milhares de R\$)					
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo Circulante .....</b>	<b>1.836.317</b>	<b>29,2%</b>	<b>2.050.758</b>	<b>30,7%</b>	<b>12%</b>
Caixa e equivalentes de caixa .....	499.279	8,0%	641.922	9,6%	29%
Contas a receber .....	724.630	11,5%	633.260	9,5%	-13%
Estoques .....	319.492	5,1%	328.971	4,9%	3%
Adiantamentos diversos .....	20.132	0,3%	26.975	0,4%	34%
Impostos a recuperar .....	206.499	3,3%	271.613	4,1%	32%
Créditos tributários .....	27.916	0,4%	59.529	0,9%	113%
Outros créditos .....	5.844	0,1%	7.290	0,1%	25%
Despesas antecipadas .....	32.525	0,5%	81.198	1,2%	150%
<b>Não circulante .....</b>	<b>4.441.835</b>	<b>70,8%</b>	<b>4.620.903</b>	<b>69,3%</b>	<b>4%</b>
<b>Realizável a longo prazo .....</b>	<b>310.407</b>	<b>4,9%</b>	<b>312.480</b>	<b>4,7%</b>	<b>1%</b>
Sociedades ligadas .....	—	0,0%	—	0,0%	na
Créditos tributários .....	279.378	4,5%	279.925	4,2%	0%
Impostos a recuperar .....	1.280	0,0%	1.218	0,0%	-5%
Depósitos judiciais e outros .....	12.503	0,2%	14.011	0,2%	12%
Despesas antecipadas .....	1.059	0,0%	1.431	0,0%	35%
Investimentos temporários .....	16.187	0,3%	15.895	0,2%	-2%
<b>Permanente .....</b>	<b>4.131.428</b>	<b>65,8%</b>	<b>4.308.423</b>	<b>64,6%</b>	<b>4%</b>
Investimentos .....	287	0,0%	287	0,0%	0%
Imobilizado .....	295.539	4,7%	296.732	4,4%	0%
Intangível .....	3.835.052	61,1%	4.010.946	60,1%	5%
Diferido .....	550	0,0%	458	0,0%	-17%
<b>Total do ativo .....</b>	<b>6.278.152</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.671.661</b>	<b>100,0%</b>	<b>6%</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Passivo Circulante .....</b>	<b>1.291.781</b>	<b>20,6%</b>	<b>1.210.127</b>	<b>18,1%</b>	<b>-6%</b>
Fornecedores .....	120.477	1,9%	141.120	2,1%	17%
Empréstimos e financiamentos .....	398.885	6,4%	366.647	5,5%	-8%
Salários e encargos sociais .....	46.158	0,7%	49.590	0,7%	7%
Imposto de renda e contribuição social .....	4.931	0,1%	2.831	0,0%	-43%
Impostos a recolher .....	73.769	1,2%	62.498	0,9%	-15%
Dividendos propostos .....	27.685	0,4%	—	0,0%	-100%
Contas a pagar .....	129.879	2,1%	125.214	1,9%	-4%
Títulos a pagar .....	489.997	7,8%	462.227	6,9%	-6%
<b>Não circulante .....</b>	<b>1.549.061</b>	<b>24,7%</b>	<b>1.931.588</b>	<b>29,0%</b>	<b>25%</b>
Empréstimos e financiamentos .....	396.937	6,3%	682.821	10,2%	72%
Imposto de renda e contribuição social .....	157.236	2,5%	225.311	3,4%	43%
Títulos a pagar .....	925.368	14,7%	953.820	14,3%	3%
Outras contas a pagar .....	29.563	0,5%	28.991	0,4%	-2%
Provisão para contingências .....	39.957	0,6%	40.645	0,6%	2%
<b>Participação minoritária em controladas .....</b>	<b>—</b>	<b>0,0%</b>	<b>—</b>	<b>0,0%</b>	<b>na</b>
<b>Patrimônio líquido .....</b>	<b>3.437.310</b>	<b>54,8%</b>	<b>3.529.946</b>	<b>52,9%</b>	<b>3%</b>
Capital social .....	2.555.552	40,7%	2.555.552	38,3%	0%
Reserva de capital .....	792.877	12,6%	795.762	11,9%	0%
Reservas de lucros .....	88.881	1,4%	116.566	1,7%	31%
Lucros (prejuízos) acumulados .....	—	0,0%	62.066	0,9%	na
<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>	<b>6.278.152</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.671.661</b>	<b>100,0%</b>	<b>6%</b>

(1) "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.



### *Ativo Circulante*

O ativo circulante era de R\$2.050,8 milhões em 31 de março de 2010 em comparação a um saldo de R\$1.836,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um aumento de 12%, ou R\$214,4 milhões. Como percentual do total do ativo, o Ativo circulante era de 30,7% em 31 de março de 2010, e 29,2% em 31 de dezembro de 2009.

Esse crescimento ocorreu principalmente em virtude das seguintes alterações: (i) aumento de 32% ou R\$65,1 milhões, na conta de impostos a recuperar relacionado a incrementos de Impostos federais (PIS/COFINS/IPI/outros) e ICMS (saldo credor e substituição tributária); (ii) aumento de 29% ou R\$142,6 milhões na rubrica de caixa e equivalentes de caixa em função de uma maior geração de caixa no exercício social encerrado em 31 de março de 2010 em relação ao término do ano anterior; e (iii) redução de 13% ou R\$91,4 milhões em Contas a receber, que reduziu de 11,5% em 31 de dezembro de 2009 para 9,5% em 31 de março de 2010 como percentual do total do ativo, em decorrência do fluxo de caixa operacional do período.

### *Ativo Não Circulante – Realizável a longo prazo*

O ativo não circulante – realizável a longo prazo era de R\$312,5 milhões em 31 de março de 2010 e de R\$310,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 1%, ou R\$2,1 milhões. Como percentual do total do ativo, o ativo não circulante – realizável a longo prazo passou para 4,7% em 31 de março de 2010 em comparação a um percentual de 4,9% verificado em 31 de dezembro de 2009.

### *Permanente*

O permanente era de R\$4.308,4 milhões em 31 de março de 2010 em contraste a um saldo de R\$4.131,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um aumento de 4%, ou R\$177,0 milhões. Como percentual do total do ativo, o permanente passou para 64,6% em 31 de março de 2010 em comparação a um percentual de 65,8% verificado em 31 de dezembro de 2009.

Este aumento ocorreu principalmente em função da aquisição da marca Jontex durante o exercício dos três meses encerrados em 31 de março de 2010, gerando um ágio adicional registrado na conta de intangível no montante de R\$178,9 milhões.

### *Passivo Circulante*

O passivo circulante era de R\$1.210,1 milhões em 31 de março de 2010 em comparação a um saldo de R\$1.291,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um decréscimo de 6%, ou R\$81,7 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 18,1% em 31 de março de 2010 em comparação a um percentual de 20,6% em 31 de dezembro de 2009.

Esta redução ocorreu principalmente em virtude de: (i) redução de 6%, ou R\$27,8 milhões, no saldo da rubrica de títulos a pagar relacionado ao pagamento de parcelas referentes às aquisições de anos anteriores (primordialmente DM); (ii) redução de 8% ou R\$32,2 milhões na conta empréstimos e financiamentos sobretudo devido à redução na conta de financiamento em moeda estrangeira de curto prazo e (iii) redução de 100% ou R\$27,7 milhões na conta de dividendos propostos em função da reversão para a conta de Reserva de Lucros a Realizar.

### *Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo*

O passivo não circulante – exigível a longo prazo era de R\$1.931,6 milhões em 31 de março de 2010, versus um saldo de R\$1.549,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um aumento de 25%, ou R\$382,5 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 29,0% em 31 de março de 2010 em comparação a um percentual de 24,7% observado em 31 de dezembro de 2009.

Este crescimento deveu-se fundamentalmente: (i) a um aumento na rubrica de empréstimos e financiamentos em 72% ou R\$285,9 milhões em função da emissão de debêntures e notas promissórias; e (ii) ao aumento de 43%, ou R\$68,1 milhões, na conta de imposto de renda e contribuição a pagar devido ao reconhecimento de passivos fiscais diferidos para as diferenças temporárias referentes ao período de três meses encerrados em 31 de março de 2010, sendo lançado como uma obrigação fiscal diferida no passivo não circulante.

#### *Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido era de R\$3.529,9 milhões em 31 de março de 2010 em contraste a um saldo de R\$3.437,3 milhões verificado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 3%, ou R\$92,6 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido passou para 52,9% em 31 de março de 2010 em comparação a um percentual de 54,8% observado em 31 de dezembro de 2009.

Esse aumento deve-se às seguintes principais razões: (i) aumento da reserva de lucros em R\$27,7 milhões devido à reversão dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2009 por conta de decisão deliberada em AGO de 26 de março de 2010; (ii) aumento da conta de lucros / prejuízos acumulados em R\$62,1 milhões decorrentes do lucro acumulado do trimestre encerrado em 31 de março de 2010.

#### ***Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009***

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009.

<b>Demonstrações de Resultado Consolidadas</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2008</b>	<b>RL%</b>	<b>2009</b>	<b>RL%</b>	<b>2009/2008 Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
<b>Receita bruta de vendas .....</b>	<b>1.780.935</b>	<b>133,6%</b>	<b>2.631.551</b>	<b>129,9%</b>	<b>48%</b>
Mercado interno .....	1.769.783	132,8%	2.613.838	129,1%	48%
Mercado externo .....	11.152	0,8%	17.713	0,9%	59%
Deduções de vendas .....	(447.941)	-33,6%	(606.279)	-29,9%	35%
<b>Receita líquida de vendas .....</b>	<b>1.332.994</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.025.272</b>	<b>100,0%</b>	<b>52%</b>
Custo dos produtos vendidos .....	(534.938)	-40,1%	(842.938)	-41,6%	58%
<b>Lucro bruto .....</b>	<b>798.056</b>	<b>59,9%</b>	<b>1.182.334</b>	<b>58,4%</b>	<b>48%</b>
Despesas com vendas e marketing .....	(437.355)	-32,8%	(663.701)	-32,8%	52%
Despesas gerais, administrativas e tributárias .....	(72.521)	-5,4%	(128.071)	-6,3%	77%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas .....	(7.423)	-0,6%	73.969	3,7%	-1096%
<b>Resultado operacional antes das despesas de amortizações de ágio e resultado financeiro .....</b>	<b>280.757</b>	<b>21,1%</b>	<b>464.531</b>	<b>22,9%</b>	<b>65%</b>
Amortizações de ágio .....	(332.692)	-25,0%	—	0,0%	-100%
Despesas financeiras .....	(318.460)	-23,9%	(35.596)	-1,8%	-89%
Receitas financeiras .....	48.306	3,6%	50.180	2,5%	4%
<b>Resultado antes do IR/CSLL e minoritários .</b>	<b>(322.089)</b>	<b>-24,2%</b>	<b>479.115</b>	<b>23,7%</b>	<b>-249%</b>
Imposto de renda e contribuição social .....	114.213	8,6%	(165.742)	-8,2%	-245%
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....</b>	<b>(207.876)</b>	<b>-15,6%</b>	<b>313.373</b>	<b>15,5%</b>	<b>-251%</b>

### **Receita Bruta de Vendas**

Nossa receita bruta de vendas foi de R\$2.631,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparada a R\$1.780,9 milhões no mesmo período em 2008, um aumento de 48%, ou R\$850,7 milhões.

Esse crescimento decorreu, substancialmente, dos seguintes fatores: (i) crescimento de 21% ou R\$297,2 milhões sem considerar as aquisições realizadas em meados de 2008 e final de 2009; e (ii) aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, realizadas a partir de meados de 2008 nos segmentos de Medicamentos e Higiene e Beleza Pessoal, sendo elas Farmasa, Bozzano, Niasi e da marca NY Looks e as aquisições no final de 2009 das empresas Neo Química, Pom Pom e Inal e da marca Hydrogen, que conjuntamente contribuíram com receitas brutas de R\$553,5 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, 99,3% da nossa receita bruta de vendas foi proveniente do mercado interno, em comparação a 99,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

### **Deduções de Vendas**

As deduções de vendas foram de R\$606,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparadas a R\$447,9 milhões do mesmo período em 2008, um aumento de 35%, ou R\$158,4 milhões, relacionado às aquisições realizadas no exercício social de 2009, dado o aumento proporcional ao aumento da receita bruta de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as deduções de vendas passaram para 29,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em comparação a 33,6% no mesmo período em 2008.

### **Receita Líquida de Vendas**

A receita líquida de vendas foi de R\$2.025,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparada a R\$1.333,0 milhões do mesmo período em 2008, um aumento de 52%, ou R\$692,3 milhões, em razão do exposto anteriormente, ou seja, um aumento de 48% ou R\$850,6 milhões da receita bruta acompanhado de um aumento de 35%, ou R\$158,4 milhões das deduções de venda, causados pelas aquisições realizadas a partir de meados de 2008 nos segmentos de *Medicamentos e Beleza e Higiene Pessoal*, a saber, Farmasa, Bozzano, Niasi, e a marca NY Looks. As empresas Neo Química, Pom Pom, Inal e a marca Hydrogen, que foram adquiridas no final de 2009, conjuntamente contribuíram com receita líquida de R\$105,2 milhões, conforme demonstrado a seguir:

<b>Receita Líquida por origem da marca</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2008<sup>(2)</sup></b>	<b>RL%</b>	<b>2009<sup>(2)</sup></b>	<b>RL%</b>	<b>2008/2009<sup>(3)</sup> Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
Hypermarcas <sup>(1)</sup> .....	1.332.994	100,0%	1.920.105	94,8%	44%
Neo Química .....	—	0,0%	62.746	3,1%	na
Pom Pom .....	—	0,0%	32.657	1,6%	na
Inal .....	—	0,0%	8.645	0,4%	na
Hydrogen .....	—	0,0%	1.119	0,1%	na
<b>Receita Líquida .....</b>	<b>1.332.994</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.025.272</b>	<b>100,0%</b>	<b>52%</b>

<sup>(1)</sup> Sem considerar Neo Química, Pom Pom, Hydrogen e Inal.

<sup>(2)</sup> Estes valores refletem a receita gerada por empresas por nós adquiridas, a partir da efetivação das respectivas aquisições, em nossas demonstrações financeiras.

<sup>(3)</sup> "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.

A incorporação do Neo Química, em 06 de dezembro de 2009, contribuiu ao resultado líquido consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em R\$62,7 milhões, que afetaram principalmente as receitas da linha de negócios de Medicamentos. Já as aquisições da Pom Pom, ocorrida em 27 de novembro de 2009, a aquisição da Hydrogen, ocorrida em 14 de outubro de 2009, e a aquisição da INAL, ocorrida em 01 de dezembro de 2009, contribuíram em R\$42,4 milhões para as receitas da linha de negócios de *Beleza e Higiene Pessoal*. Observamos também um crescimento nas mesmas bases nas linhas de negócios, especialmente *Medicamentos, Beleza e Higiene Pessoal e Alimentos*, advindas da implementação efetiva da estratégia proposta para estas divisões, com investimentos de *marketing*, esforço de aumentos de distribuição e lançamentos/extensões de linhas de produtos e marcas. A composição, portanto, da receita líquida por unidade de negócio nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 são demonstradas na tabela a seguir:

<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>					
<b>Receita Líquida por UN</b>	<b>2008<sup>(1)</sup></b>	<b>RL%</b>	<b>2009<sup>(1)</sup></b>	<b>RL%</b>	<b>2009/2008 Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
Medicamentos .....	465.921	34,9%	724.922	35,8%	56%
Beleza e Higiene Pessoal.....	398.061	29,9%	723.757	35,7%	82%
Higiene e Limpeza .....	240.937	18,1%	310.039	15,3%	29%
Alimentos.....	228.075	17,1%	266.554	13,2%	17%
<b>Receita Líquida.....</b>	<b>1.332.994</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.025.272</b>	<b>100,0%</b>	<b>52%</b>

<sup>(1)</sup> Estes valores refletem a receita gerada por empresas por nós adquiridas, a partir da efetivação das respectivas aquisições, em nossas demonstrações financeiras.

#### *Custo dos Produtos Vendidos*

O custo dos produtos vendidos foi de R\$842,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$534,9 milhões no mesmo período em 2008, representando um aumento de 58%, ou R\$308,0 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, os custos dos produtos vendidos aumentaram, passando para 41,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 de 40,1% observados no mesmo período em 2008.

Essa variação bruta deveu-se principalmente ao aumento de 48% da receita bruta do exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, sendo que o principal motivo da variação da receita bruta, assim como o aumento do custo dos produtos vendidos, está relacionado às aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, do Farmasa, Bozzano, Niasi, Neo Química, Pom Pom e Inal e das marcas NY Looks e Hydrogen.

#### **Lucro Bruto**

Nosso lucro bruto atingiu R\$1.182,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparado a R\$798,1 milhões no mesmo período em 2008, representando um aumento de 48%, ou R\$384,2 milhões. Nossa margem bruta diminuiu para 58,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em comparação a 59,9% verificado no mesmo período em 2008.

Essa variação bruta está relacionada essencialmente ao aumento da receita líquida de 52%, ou R\$692,3 milhões, acompanhada de um aumento de 58%, ou R\$308,0 milhões do custo dos produtos vendidos. A redução da margem do lucro bruto em relação à receita líquida é função principalmente da adição dos resultados dos negócios de produtos descartáveis e Medicamentos Genéricos adquiridos em 2009, cuja margem bruta é mais baixa em relação à margem bruta dos segmentos nos quais a Hypermarchas atuava até essas aquisições. Os segmentos de Medicamentos e Beleza e Higiene Pessoal, nos quais produtos descartáveis e Medicamentos Genéricos se inserem, são os que possuem maior participação na receita bruta da Companhia, tendo apresentado, conjuntamente, receita bruta de R\$1.154,6 milhões no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2008, ou 64,8% da receita bruta total contra R\$1.869,6 milhões no mesmo período de 2009, ou 71,0% da receita bruta.

### ***Receitas (despesas) operacionais***

<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2008</b>	<b>RL%</b>	<b>2009</b>	<b>RL%</b>	<b>2009/ 2008 Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
Despesas com vendas e marketing .....	(437.355)	-32,8%	(663.701)	-32,8%	52%
Despesas gerais, administrativas e tributárias.....	(72.521)	-5,4%	(128.071)	-6,3%	77%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas .....	(7.423)	-0,6%	73.969	3,7%	-1096%
Amortizações de ágio.....	(332.692)	-25,0%	—	0,0%	-100%
Despesas financeiras .....	(318.460)	-23,9%	(35.596)	-1,8%	-89%
Receitas financeiras .....	48.306	3,6%	50.180	2,5%	4%
<b>Receitas (despesas) operacionais.....</b>	<b>(1.120.145)</b>	<b>-84,0%</b>	<b>(703.219)</b>	<b>-34,7%</b>	<b>-37%</b>

As despesas operacionais foram de R\$703,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparado a R\$1.120,1 milhões em despesas operacionais no mesmo período em 2008, representando uma redução de 37%, ou R\$416,9 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas operacionais diminuíram para 34,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em relação a um percentual de 84,0% observado no mesmo período do ano em 2008.

Estas reduções ocorreram principalmente devido a (i) redução de 100%, ou R\$332,7 milhões, nas despesas relacionadas à amortização do ágio que passaram de R\$332,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R\$0 milhões no mesmo período em 2009, em função de alteração no tratamento contábil do ágio, que parou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009; e (ii) redução de 89%, ou R\$282,9 milhões, nas despesas financeiras, que passaram de R\$318,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, explicada por despesas com variação cambial em função de um passivo não circulante denominado em moeda estrangeira, para R\$35,6 milhões no mesmo período em 2009. As despesas com variação cambial passaram de uma despesa de R\$251,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para uma receita de R\$114,7 milhões no mesmo período em 2009.

### ***Despesas com vendas e marketing***

<b>Despesas com vendas e marketing</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2008</b>	<b>RL%</b>	<b>2009</b>	<b>RL%</b>	<b>2009/ 2008 Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
Despesas com marketing .....	289.358	21,7%	392.627	19,4%	36%
Gastos com propaganda, publicidade e relacionados.....	180.912	13,6%	209.081	10,3%	16%
Promoções, brindes e amostras .....	5.635	0,4%	17.264	0,9%	206%
Despesas de visitação médica .....	13.854	1,0%	26.000	1,3%	88%
Acordos, verbas comerciais e outros .....	88.957	6,7%	140.282	6,9%	58%
Despesas comerciais.....	99.398	7,5%	181.879	9,0%	83%
Salários, encargos sociais e outros.....	45.947	3,4%	80.052	4,0%	74%
Serviços prestados.....	11.767	0,9%	23.336	1,2%	98%
Depreciações e amortizações.....	6.717	0,5%	12.891	0,6%	92%
Outras despesas.....	34.967	2,6%	65.600	3,2%	88%
Frete.....	42.156	3,2%	73.301	3,6%	74%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	6.443	0,5%	15.894	0,8%	147%
<b>Despesas com vendas e marketing.....</b>	<b>437.355</b>	<b>32,8%</b>	<b>663.701</b>	<b>32,8%</b>	<b>52%</b>

As despesas com vendas atingiram R\$663,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando comparado aos gastos de R\$437,4 milhões no mesmo período em 2008 representando um aumento de 52%, ou R\$226,3 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas se mantiveram estáveis em 32,8% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2009 e 2008.

O aumento é devido às aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, realizadas ao longo do exercício social de 2009 (Neo Química, Pom Pom e Inal e a marca Hydrogen). O incremento de receita dessas aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, demandou aumento nas despesas com vendas e *marketing*, em linha com a estratégia da Companhia de investir nos negócios adquiridos, sendo esta a principal razão para um aumento nas despesas de *marketing*, que aumentaram em 36%, ou R\$103,3 milhões, as despesas comerciais, que aumentaram em 83%, ou R\$82,5 milhões e a rubrica de fretes, que aumentou em 74%, ou R\$31,1 milhões.

#### *Despesas gerais, administrativas e tributárias*

Despesas gerais, administrativas e tributárias	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2008	RL%	2009	RL%	2009/2008 Var (%)
	(em milhares de R\$)				
Salários, encargos sociais e outros .....	31.011	2,3%	58.361	2,9%	88%
Doações e contribuições .....	676	0,1%	509	0,0%	-25%
Serviços prestados .....	18.515	1,4%	32.335	1,6%	75%
Contribuições e impostos .....	778	0,1%	1.392	0,1%	79%
Outros.....	21.541	1,6%	35.474	1,8%	65%
<b>Despesas gerais, administrativas e tributárias .....</b>	<b>72.521</b>	<b>5,4%</b>	<b>128.071</b>	<b>6,3%</b>	<b>77%</b>

As despesas gerais, administrativas e tributárias foram de R\$128,1 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 contra R\$72,5 milhões no mesmo período em 2008, o que significou um aumento de 77%, ou R\$55,6 milhões. Como percentual da receita líquida, as despesas gerais, administrativas e tributárias aumentaram para 6,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um percentual de 5,4% verificados no mesmo período em 2008.

Essa variação deveu-se principalmente: (i) às aquisições ocorridas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 que impactaram principalmente as rubricas de salários, encargos sociais e outras despesas gerais e administrativas e (ii) à despesas não-caixa com plano de opções de ações no montante de R\$5,2 milhões ou 0,03% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

#### *Amortização de ágio*

A despesa de amortização de ágio foi de R\$332,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, ou 25,0% da receita líquida de vendas.

Não houve despesa de amortização de ágio no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência da alteração no tratamento contábil do ágio, que parou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009.

#### *Despesas financeiras*

Despesas financeiras	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2008	RL%	2009	RL%	2009/2008 Var (%)
	(em milhares de R\$)				
Juros sobre empréstimos .....	4.488	0,3%	19.272	1,0%	329%
Juros sobre financiamentos em moeda local .....	6.225	0,5%	7.288	0,4%	17%
Juros sobre financiamentos em moeda estrangeira .....	13.971	1,0%	16.857	0,8%	21%
Juros sobre títulos a pagar e outros .....	7.462	0,6%	16.822	0,8%	125%
Juros e comissão sobre carta fiança .....	12.248	0,9%	9.452	0,5%	-23%
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros.....	7.629	0,6%	9.313	0,5%	22%
Variação cambial .....	251.621	18,9%	(114.675)	5,7%	-146%
Realização de Ajuste a Valor Presente .....	14.816	1,1%	71.267	3,5%	381%
<b>Despesas financeiras .....</b>	<b>318.460</b>	<b>23,9%</b>	<b>35.596</b>	<b>1,8%</b>	<b>-89%</b>

As despesas financeiras foram de R\$35,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparados a R\$318,5 milhões no mesmo período em 2008 representando uma redução de 89%, ou R\$282,9 milhões. Como percentual da receita líquida as despesas financeiras diminuíram para 1,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um percentual de 23,9% no mesmo período em 2008.

Esta variação decorreu principalmente de despesas com variação cambial significativas no período encerrado em 31 de dezembro de 2008 em função de passivos financeiros denominados em moeda estrangeira. As despesas com variação cambial passaram de uma despesa de R\$251,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para uma receita de R\$114,7 milhões no mesmo período em 2009.

#### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras foram de R\$50,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, contra R\$48,3 milhões no mesmo período em 2008 representando um aumento de R\$1,9 milhões. Como percentual da receita líquida a receita financeira reduziu-se para 2,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um percentual de 3,6% observados no mesmo período em 2008.

O principal motivo desta variação foi um aumento do caixa e equivalentes de caixa, em contrapartida a uma queda nas taxas de juros no ano de 2009.

#### *Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas*

As outras receitas operacionais líquidas foram de R\$74,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 contra uma despesa de R\$7,4 milhões no mesmo período em 2008, representando um acréscimo de R\$81,4 milhões. Tal variação é justificada principalmente pelo reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Cofins monofásico de exercícios anteriores.

#### ***Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social***

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de R\$479,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado a um prejuízo de R\$322,1 milhões no mesmo período em 2008, representando uma variação positiva de R\$801,2 milhões. Como percentual da receita líquida, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou para 23,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um percentual negativo de 24,2% verificados no mesmo período de 2008.

Este aumento em relação ao exercício anterior ocorreu essencialmente em decorrência (i) das despesas com amortização de ágio no montante de R\$332,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 não existentes no mesmo período de 2009, (ii) das despesas com variação cambial no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 de R\$251,6 milhões que passaram a ser positivas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando uma receita de R\$114,7 milhões, e (iii) do crescimento orgânico da companhia juntamente com as aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, realizadas ao final do ano de 2009 nos segmentos de Medicamentos e Higiene e Beleza Pessoal, sendo elas Farmasa, Bozzano, Niasi, Neo Química, Pom Pom e Inal e das marcas NY Looks e Hydrogen.

#### *Imposto de renda e contribuição social*

A despesa de imposto de renda e contribuição social foi de R\$165,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, em contraste a uma receita de R\$114,2 milhões no mesmo período em 2008 representando uma variação de R\$279,9 milhões.

A composição desta variação é explicada por: (i) aumento de R\$56,9 milhão no imposto de renda e contribuição social corrente; e (ii) redução de R\$336,8 milhões no imposto de renda e contribuição social diferidos. O resultado positivo do imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2008 é justificado por um prejuízo antes do IR/CSLL em função de despesa com amortização de ágio e variação cambial significativa não existentes no mesmo período de 2009 resultando em contabilização de créditos tributários no ano de 2008, enquanto no exercício social de 2009 houve alteração na legislação contábil, determinando a necessidade de contabilização de IR/CSLL à alíquota de 34% dos valores de amortização dos ágios.

### **Lucro líquido (prejuízo) do exercício**

O lucro líquido do exercício foi de R\$313,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um prejuízo de R\$207,9 milhões no mesmo período em 2008, representando uma variação positiva de R\$521,3 milhões, em função das razões explicitadas acima, ou seja, em virtude principalmente de aquisições realizadas nos segmentos de *Medicamentos e Beleza e Higiene Pessoal*, crescimento orgânico e de alterações no tratamento contábil do ágio que impactaram despesas operacionais e imposto de renda e contribuição social, e de despesa com variação cambial positiva no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

### **EBITDA**

O EBITDA atingiu R\$503,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, em contraste a R\$313,2 milhões verificados no mesmo período em 2008, representando um aumento de 61%, ou R\$189,9 milhões.

O EBITDA Recorrente, que não leva em consideração as despesas não reincidentes do período relacionadas principalmente a despesas com reorganizações, foi de R\$511,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 versus um EBITDA Recorrente de R\$320,8 milhões no mesmo período em 2008, o que representou um aumento de 59%, ou R\$190,9 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, o EBITDA Recorrente aumentou para 25,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 quando comparado a margem de 24,1% do mesmo período em 2008.

A tabela abaixo apresenta os componentes do EBITDA:

<b>Cálculo do EBITDA</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2008</b>	<b>RL%</b>	<b>2009</b>	<b>RL%</b>	<b>2009/2008 Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.....</b>	<b>(322.089)</b>	<b>-24,2%</b>	<b>479.115</b>	<b>23,7%</b>	<b>-249%</b>
(+) Depreciações.....	21.590	1,6%	22.900	1,1%	6%
(+) Amortizações de ágios .....	332.692	25,0%	–	0,0%	-100%
(+) Outras Amortizações.....	10.836	0,8%	15.606	0,8%	44%
(+) Despesas financeiras .....	318.460	23,9%	35.596	1,8%	-89%
(-) Receitas financeiras .....	(48.306)	-3,6%	(50.180)	-2,5%	4%
<b>EBITDA .....</b>	<b>313.183</b>	<b>23,5%</b>	<b>503.037</b>	<b>24,8%</b>	<b>61%</b>
(+) Despesas não reincidentes <sup>(1)</sup> .....	7.652	0,6%	8.677	0,4%	13%
<b>EBITDA Recorrente .....</b>	<b>320.835</b>	<b>24,1%</b>	<b>511.714</b>	<b>25,3%</b>	<b>59%</b>

<sup>(1)</sup> Despesas com reorganizações (despesas incorridas durante reorganizações societárias referente a rescisões e indenizações trabalhistas, bem como despesas de serviços prestados) que totalizaram R\$7.652 mil e R\$8.677 mil em 2008 e 2009, respectivamente.



## Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008**

	Em 31 de dezembro de				2009/2008 <sup>(1)</sup>
Balço Patrimonial Consolidado	2008	AV%	2009	AV%	Var (%)
	(em milhares de R\$)				
Ativo					
Ativo Circulante.....	1.045.698	29,3%	1.836.317	29,2%	76%
Caixa e equivalentes de caixa .....	149.759	4,2%	499.279	8,0%	233%
Contas a receber .....	492.196	13,8%	724.630	11,5%	47%
Estoques.....	210.130	5,9%	319.492	5,1%	52%
Adiantamentos diversos .....	18.191	0,5%	20.132	0,3%	11%
Impostos a recuperar .....	82.584	2,3%	206.499	3,3%	150%
Créditos tributários .....	84.047	2,4%	27.916	0,4%	-67%
Outros créditos .....	642	0,0%	5.844	0,1%	810%
Despesas antecipadas.....	8.149	0,2%	32.525	0,5%	299%
Não circulante .....	2.519.691	70,7%	4.441.835	70,8%	76%
Realizável a longo prazo .....	239.096	6,7%	310.407	4,9%	30%
Sociedades ligadas .....	51	0,0%	–	0,0%	-100%
Créditos tributários .....	215.843	6,1%	279.378	4,5%	29%
Impostos a recuperar .....	1.327	0,0%	1.280	0,0%	-4%
Depósitos judiciais e outros .....	8.561	0,2%	12.503	0,2%	46%
Despesas antecipadas.....	5.585	0,2%	1.059	0,0%	-81%
Investimentos temporários.....	7.729	0,2%	16.187	0,3%	109%
Permanente.....	2.280.595	64,0%	4.131.428	65,8%	81%
Investimentos .....	296	0,0%	287	0,0%	-3%
Imobilizado .....	138.371	3,9%	295.539	4,7%	114%
Intangível .....	2.140.955	60,0%	3.835.052	61,1%	79%
Diferido .....	973	0,0%	550	0,0%	-43%
Total do ativo .....	3.565.389	100,0%	6.278.152	100,0%	76%
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo Circulante.....	644.083	18,1%	1.291.781	20,6%	101%
Fornecedores .....	86.462	2,4%	120.477	1,9%	39%
Empréstimos e financiamentos .....	248.840	7,0%	398.885	6,4%	60%
Salários e encargos sociais .....	27.476	0,8%	46.158	0,7%	68%
Imposto de renda e contribuição social .....	2.265	0,1%	4.931	0,1%	118%
Impostos a recolher.....	27.302	0,8%	73.769	1,2%	170%
Dividendos propostos .....	–	0,0%	27.685	0,4%	Na
Contas a pagar.....	136.794	3,8%	129.879	2,1%	-5%
Títulos a pagar .....	114.944	3,2%	489.997	7,8%	326%
Não circulante .....	1.004.778	28,2%	1.549.061	24,7%	54%
Empréstimos e financiamentos .....	195.520	5,5%	396.937	6,3%	103%
Imposto de renda e contribuição social .....	5.689	0,2%	157.236	2,5%	2664%
Títulos a pagar .....	756.976	21,2%	925.368	14,7%	22%
Outras contas a pagar .....	16.546	0,5%	29.563	0,5%	79%
Provisão para contingências .....	30.047	0,8%	39.957	0,6%	33%
Participação minoritária em controladas.....	–	0,0%	–	0,0%	na
Patrimônio líquido.....	1.916.528	53,8%	3.437.310	54,8%	79%
Capital social.....	1.592.177	44,7%	2.555.552	40,7%	61%
Reserva de capital .....	521.158	14,6%	792.877	12,6%	52%
Reservas de lucros .....	–	0,0%	88.881	1,4%	na
Lucros (prejuízos) acumulados .....	(196.807)	-5,5%	–	0,0%	-100%
Total do passivo e patrimônio líquido...	3.565.389	100,0%	6.278.152	100,0%	76%

(1) "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.

### *Ativo Circulante*

O ativo circulante era de R\$1.836,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um saldo de R\$1.045,7 milhões em 31 de dezembro de 2008, o que representou um aumento de 76%, ou R\$790,6 milhões. Como percentual do total do ativo, o Ativo circulante se manteve em 29,2% em 31 de dezembro de 2009 versus 29,3% no mesmo período em 2008.

Esse crescimento ocorreu principalmente em virtude das seguintes principais alterações: (i) aumento de 47%, ou R\$232,4 milhões, na rubrica de contas a receber e de um aumento de 52% ou R\$109,4 milhões na conta de estoques aumentos estes relacionados ao aumento do tamanho das nossas atividades operacionais após as aquisições ocorridas ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; (ii) aumento de R\$123,9 milhões, na conta de impostos a recuperar relacionado a incrementos de Impostos federais (PIS/COFINS/IPI/outros) e ICMS (saldo credor e substituição tributária); e (iii) aumento de 233% ou R\$349,5 milhões na rubrica de caixa e equivalentes de caixa em função de uma maior geração de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em relação ao mesmo período do ano anterior.

### *Ativo Não Circulante – Realizável a longo prazo*

O ativo não circulante – realizável a longo prazo era de R\$310,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 e de R\$239,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 30%, ou R\$71,3 milhões. Como percentual do total do ativo, o ativo não circulante – realizável a longo prazo passou para 4,9% em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um percentual de 6,7% verificado em 31 de dezembro de 2008.

Esse crescimento ocorreu, sobretudo, pelo aumento da rubrica de créditos tributários em R\$63,5 milhões relacionada a constituição de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

### *Permanente*

O permanente era de R\$4.131,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 em contraste a um saldo de R\$2.280,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, o que representou um aumento de 81%, ou R\$1.850,8 milhões. Como percentual do total do ativo, o permanente passou para 65,7% em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um percentual de 64,0% verificado em 31 de dezembro de 2008.

Este aumento ocorreu principalmente em função das aquisições da Pom Pom e da Inal e da incorporação do Neo Química realizadas durante o exercício de 2009 e da incorporação dessas subsidiárias, gerando um ágio adicional registrado na conta de intangível no montante de R\$1.155,2 milhões, R\$318,1 milhões e R\$184,3 milhões, respectivamente correspondente a cada uma das aquisições.

### *Passivo Circulante*

O passivo circulante era de R\$1.291,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um saldo de R\$644,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 101%, ou R\$647,7 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 20,6% em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um percentual de 18,1% em 31 de dezembro de 2008.

Este crescimento ocorreu principalmente em virtude de: (i) aumento de 326%, ou R\$375,1 milhões, no saldo da rubrica de títulos a pagar relacionado às aquisições do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; (ii) aumento de 60% ou R\$150,0 milhões na conta empréstimos e financiamentos sobretudo devido ao aumento na conta de financiamento para capital de giro em R\$300,3 milhões e empréstimos e financiamentos herdados em decorrência da incorporação do Neo Química referente a linha Profarma do BNDES; e (iii) aumento da rubrica de fornecedores em 39%, ou R\$34,0 milhões, em decorrência do aumento das atividades operacionais da Companhia após as aquisições realizadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

#### *Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo*

O passivo não circulante – exigível a longo prazo era de R\$1.549,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 versus um saldo de R\$1.004,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, o que representou um aumento de 54%, ou R\$544,3 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 24,7% em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um percentual de 28,2% observados em 31 de dezembro de 2008.

Este crescimento deveu-se fundamentalmente: (i) ao aumento de 2.664%, ou R\$151,5 milhões, na conta de imposto de renda e contribuição a pagar devido ao reconhecimento de passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias, sendo lançado como uma obrigação fiscal diferida no passivo não circulante; (ii) ao aumento de 103%, ou R\$201,4 milhões, na conta de empréstimos e financiamentos pelas razões especificadas no item anterior; e (ii) ao aumento de 22%, ou R\$168,4 milhões, na conta de títulos a pagar em função das parcelas remanescentes relativas às aquisições da Pom Pom e da Inal e da incorporação do Neo Química a serem pagas a seus ex-sócios.

#### *Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido era de R\$3.437,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 em contraste a um saldo de R\$1.916,5 milhões verificado em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 79%, ou R\$1.520,8 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido passou para 54,8% em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um percentual de 53,8% observado em 31 de dezembro de 2008.

Esse aumento deve-se às seguintes principais razões: (i) aumento do capital social em R\$681,6 milhões devido à incorporação do Neo Química, mediante emissão de 17,5 milhões de ações para troca de ações na incorporação da Hypernova em dezembro de 2009; (ii) aumento do capital social em R\$281,8 milhões decorrentes da distribuição pública primária de ações ordinárias pela Companhia em julho de 2009, e um montante de R\$281,8 milhões destinados à reserva de capital.; e (iii) lucro acumulado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 quando comparado ao prejuízo apresentado no mesmo exercício do ano anterior, havendo constituição de reserva de lucros no montante de R\$88,9 milhões no ano de 2009.

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008.

Demonstrações de Resultado	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2007	RL%	2008	RL%	2008/2007 Var (%)
	(em milhares de R\$)				
<b>Receita bruta de vendas .....</b>	<b>1.102.404</b>	<b>131,6%</b>	<b>1.780.935</b>	<b>133,6%</b>	<b>62%</b>
Mercado interno.....	1.095.273	130,8%	1.769.783	132,8%	62%
Mercado externo .....	7.131	0,9%	11.152	0,8%	56%
Deduções de vendas .....	(264.962)	-31,6%	(447.941)	-33,6%	69%
<b>Receita líquida de vendas .....</b>	<b>837.442</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.332.994</b>	<b>100,0%</b>	<b>59%</b>
Custo dos produtos vendidos .....	(357.945)	-42,7%	(534.938)	-40,1%	49%
<b>Lucro bruto .....</b>	<b>479.497</b>	<b>57,3%</b>	<b>798.056</b>	<b>59,9%</b>	<b>66%</b>
Despesas com vendas e <i>marketing</i> .....	(270.708)	-32,3%	(437.355)	-32,8%	62%
Despesas gerais, administrativas e tributárias....	(48.207)	-5,8%	(72.521)	-5,4%	50%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas .....	(1.567)	-0,2%	(7.423)	-0,6%	374%
<b>Resultado operacional antes das despesas de amortizações de ágio e resultado financeiro .....</b>	<b>159.015</b>	<b>19,0%</b>	<b>280.757</b>	<b>21,1%</b>	<b>77%</b>
Amortizações de ágio .....	(163.218)	-19,5%	(332.692)	-25,0%	104%
Despesas financeiras .....	68.285	8,2%	(318.460)	-23,9%	-566%
Receitas financeiras.....	10.210	1,2%	48.306	3,6%	373%
<b>Resultado antes do IR/CSLL e minoritários.....</b>	<b>74.292</b>	<b>8,9%</b>	<b>(322.089)</b>	<b>-24,2%</b>	<b>-534%</b>
Imposto de renda e contribuição social .....	(16.576)	-2,0%	114.213	8,6%	-789%
<b>Resultado antes das participações de minoritários .....</b>	<b>57.716</b>	<b>6,9%</b>	<b>(207.876)</b>	<b>-15,6%</b>	<b>-460%</b>
Participações de minoritários.....	1.117	0,1%	-	0,0%	-100%
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....</b>	<b>58.833</b>	<b>7,0%</b>	<b>(207.876)</b>	<b>-15,6%</b>	<b>-453%</b>

**Receita Bruta de Vendas**

Nossa receita bruta de vendas foi de R\$1.780,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparada a R\$1.102,4 milhões no mesmo período em 2007, um aumento de 62%, ou R\$678,5 milhões.

Esse crescimento decorreu, substancialmente, de dois fatores: (i) crescimento da Companhia antes das aquisições realizadas em 2008, onde tivemos um aumento de 30%, ou R\$335,0 milhões; em grande parte em função da aquisição da DM, realizada em junho de 2007; e (ii) das aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, realizadas ao longo do exercício de 2008, a saber, Farmasa, Ceil e Marca NY Looks e Grupo Niasi, que conjuntamente contribuíram com receitas brutas de R\$343,5 milhões.

Tanto em 2008 quanto em 2007, 99,4% da nossa receita bruta de vendas foi proveniente do mercado interno.

**Deduções de Vendas**

As deduções de vendas foram de R\$447,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparadas a R\$265,0 milhões do mesmo período em 2007, um aumento de 69%, ou R\$182,9 milhões, relacionado às aquisições realizadas no exercício social de 2008, dado o aumento proporcional ao aumento da receita bruta de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as deduções de vendas passaram para 33,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação a 31,6% no mesmo período em 2007.

### Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas foi de R\$1.333,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparada a R\$837,4 milhões do mesmo período em 2007, um aumento de 59%, ou R\$495,6 milhões, em razão do exposto anteriormente, ou seja, um aumento de 62% ou R\$678,5 milhões da receita bruta acompanhado de um aumento de 69%, ou R\$182,9 milhões das deduções de venda causados pelas aquisições e/ou incorporações, conforme o caso, realizadas no período, a saber, DM, Farmasa, Ceil, Marca NY Looks e Grupo Niasi.

A quebra da Receita Líquida por origem da marca é demonstrada a seguir:

Receita Líquida por origem da marca	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2007 <sup>(2)</sup>	RL%	2008 <sup>(2)</sup>	RL%	2008/2007 <sup>(3)</sup> Var (%)
(em milhares de R\$)					
Hypermarcas <sup>(1)</sup> .....	837.442	100,0%	1.095.133	82,2%	31%
Farmasa.....	—	0,0%	116.441	8,7%	na
Ceil + Marca NYLooks.....	—	0,0%	55.851	4,2%	na
Grupo Niasi .....	—	0,0%	65.569	4,9%	na
<b>Receita Líquida .....</b>	<b>837.442</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.332.994</b>	<b>100,0%</b>	<b>59%</b>

(1) Sem considerar Farmasa, Bozzano, Marca NY Looks e Grupo Niasi.

(2) Estes valores refletem a receita gerada por empresas por nós adquiridas, a partir da efetivação das respectivas aquisições, em nossas demonstrações financeiras.

(3) "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.

A incorporação das ações de emissão do Farmasa, ocorrida em 27 de junho de 2008 contribuiu ao resultado consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em R\$116,4 milhões, que afetaram majoritariamente para as receitas da linha de negócios de Medicamentos. Já as aquisições da marca Bozzano, por meio da aquisição da Ceil, e da Marca NY Looks, ocorridas em 28 de julho de 2008, e a aquisição do Grupo Niasi, ocorrida em 6 de outubro de 2008 contribuíram em R\$121,4 milhões para as receitas da linha de negócios de *Beleza e Higiene Pessoal*. Observamos também um crescimento nas mesmas bases nas linhas de negócios, especialmente *Medicamentos*, *Beleza e Higiene Pessoal* e *Alimentos*, advindas da implementação efetiva da estratégia proposta para estas divisões, com investimentos de *marketing*, esforço de aumentos de distribuição e lançamentos/extensões de linhas de produtos e marcas. Por outro lado, a divisão de *Higiene e Limpeza* foi impactada pelo aumento da competitividade do segmento de lâ de aço, com a entrada de novos *players* neste segmento e maior intensidade de competitividade de preço do líder da categoria. A composição, portanto, da Receita Líquida por Unidade de Negócio no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e em 2007 são demonstradas na tabela a seguir:

Receita Líquida por UN	Exercício encerrado em 31 de dezembro de <sup>(1)</sup>				
	2007 <sup>(2)</sup>	RL%	2008	RL%	2008/2007 <sup>(3)</sup> Var (%)
(em milhares de R\$)					
Medicamentos.....	—	—	465.921	34,9%	na
Beleza e Higiene Pessoal.....	—	—	398.061	29,9%	na
Higiene e Limpeza .....	—	—	240.937	18,1%	na
Alimentos .....	—	—	228.075	17,1%	na
<b>Receita Líquida .....</b>	<b>837.442</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.332.994</b>	<b>100,0%</b>	<b>59%</b>

(1) Estes valores refletem a receita gerada por empresas por nós adquiridas, a partir da efetivação das respectivas aquisições, em nossas demonstrações financeiras.

(2) Em 2007, a DM não monitorava a quebra de sua receita líquida por unidade de negócio, não sendo possível, assim, apresentar os dados para o respectivo ano.

(3) "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.

### *Custo dos Produtos Vendidos*

O custo dos produtos vendidos foi de R\$534,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$357,9 milhões no mesmo período em 2007, representando um aumento de 49%, ou R\$177,0 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, os custos dos produtos vendidos reduziram, passando para 40,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 de 42,7% observados no mesmo período em 2007.

Essa variação bruta deveu-se principalmente ao aumento de 62% da receita bruta do exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2008 em relação ao mesmo período de 2007, sendo que o principal motivo da variação da receita bruta, assim como o aumento do custo dos produtos vendidos, está relacionado à incorporação do Farmasa e às aquisições da DM, Ceil, Marca NY Looks e Grupo Niasi.

### **Lucro Bruto**

Nosso lucro bruto atingiu R\$798,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado a R\$479,5 milhões no mesmo período em 2007, representando um aumento de 66%, ou R\$318,6 milhões. Nossa margem bruta aumentou para 59,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação a 57,3% verificado no mesmo período em 2007.

Essa variação bruta está relacionada essencialmente ao aumento da receita líquida de 59% ou R\$495,6 milhões, acompanhada de um aumento de 49%, ou R\$177,0 milhões do custo dos produtos vendidos. O aumento da margem do lucro bruto em relação à receita líquida é função principalmente da maior participação na receita bruta de segmentos de maior margem tais como Medicamentos e Beleza e Higiene Pessoal que apresentaram receita bruta de R\$488,2 milhões no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2007, ou 44,3% da receita bruta total contra R\$1.154,6 milhões no mesmo período de 2008, ou 64,8% da receita bruta.

### **Receitas (Despesas) operacionais**

<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2007</b>	<b>RL%</b>	<b>2008</b>	<b>RL%</b>	<b>2008/2007 Var (%)</b>
(em milhares de R\$)					
Despesas com vendas e <i>marketing</i> .....	(270.708)	-32,3%	(437.355)	-32,8%	62%
Despesas gerais, administrativas e tributárias.....	(48.207)	-5,8%	(72.521)	-5,4%	50%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas....	(1.567)	-0,2%	(7.423)	-0,6%	374%
Amortizações de ágio .....	(163.218)	-19,5%	(332.692)	-25,0%	104%
Despesas financeiras .....	68.285	8,2%	(318.460)	-23,9%	-566%
Receitas financeiras.....	10.210	1,2%	48.306	3,6%	373%
<b>Receitas (despesas) operacionais .....</b>	<b>(405.205)</b>	<b>-48,4%</b>	<b>(1.120.145)</b>	<b>-84,0%</b>	<b>176%</b>

As despesas operacionais foram de R\$1.120,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado a R\$405,2 milhões em despesas operacionais no mesmo período em 2007, representando um aumento de 176%, ou R\$714,9 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas operacionais aumentaram para 84,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em relação a um percentual de 48,4% observado no mesmo período do ano em 2007.

Estes aumentos ocorreram principalmente devido ao (i) aumento de 62%, ou R\$166,7 milhões nas despesas com vendas e *marketing* que passaram de R\$270,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, ou 32,3% como percentual da receita líquida, para R\$437,4 milhões, ou 32,8%, no mesmo período de 2008; (ii) aumento de 104%, ou R\$169,5 milhões, nas despesas relacionadas à amortização do ágio que passaram de R\$163,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R\$332,7 milhões no mesmo período em 2008, sobretudo referente à incorporação do Farmasa e às aquisições da Ceil e Grupo Niasi; e (iii) aumento de 566%, ou R\$386,7 milhões, nas despesas financeiras, que passaram de uma receita de R\$68,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para uma despesa de R\$318,5 milhões no mesmo período em 2008 explicada por despesas com variação cambial em função de um passivo não circulante denominado em moeda estrangeira. As despesas com variação cambial foram de R\$251,6 milhões dada uma depreciação do Real que se desvalorizou 24% para R\$2,337 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

#### *Despesas com vendas e marketing*

<b>Despesas com vendas e marketing</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2007</b>	<b>RL%</b>	<b>2008</b>	<b>RL%</b>	<b>2008/2007<sup>(1)</sup> Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
Despesas com <i>marketing</i> .....	172.468	20,6%	289.358	21,7%	68%
Gastos com propaganda, publicidade e relacionados.....	124.321	14,8%	180.912	13,6%	46%
Promoções, brindes e amostras.....	–	0,0%	5.635	0,4%	na
Despesas de visitação médica.....	–	0,0%	13.854	1,0%	na
Acordos, verbas comerciais e outros.....	48.147	5,7%	88.957	6,7%	85%
Despesas comerciais.....	63.443	7,6%	99.398	7,5%	57%
Salários, encargos sociais e outros.....	31.973	3,8%	45.947	3,4%	44%
Serviços prestados.....	6.799	0,8%	11.767	0,9%	73%
Depreciações e amortizações.....	6.239	0,7%	6.717	0,5%	8%
Outras despesas.....	18.432	2,2%	34.967	2,6%	90%
Frete.....	33.701	4,0%	42.156	3,2%	25%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	1.096	0,1%	6.443	0,5%	488%
<b>Despesas com vendas e marketing.....</b>	<b>270.708</b>	<b>32,3%</b>	<b>437.355</b>	<b>32,8%</b>	<b>62%</b>

(1) “na” indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.

As despesas com vendas atingiram R\$437,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, quando comparado aos gastos de R\$270,7 milhões no mesmo período em 2007 representando um aumento de 62%, ou R\$166,7 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas sofreram um pequeno aumento, passando para 32,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2008 em comparação a um percentual 32,3% no mesmo período em 2007.

O aumento em valores absolutos é devido às aquisições e/ou incorporação, conforme o caso, realizadas ao longo do exercício social de 2008 (Farmasa, Ceil e Marca NY Looks e Grupo Niasi). O incremento de receita dessas aquisições demandou aumento nas despesas com vendas e *marketing*, em linha com a estratégia da Companhia de investir nos negócios adquiridos, sendo esta a principal razão para um aumento nas despesas de *marketing*, que aumentaram 68%, ou R\$116,9 milhões, as despesas comerciais, que aumentaram 57%, ou R\$36,0 milhões e a rubrica de fretes, que aumentou 25%, ou R\$8,5 milhões. Vale ressaltar que, para as despesas comerciais, houve um incremento nos custos relativo a pagamentos de salários de representantes de vendas de medicamentos advindos da incorporação do Farmasa, que estrategicamente fortalece as bases de medicamentos para um novo crescimento alavancando o potencial de vendas junto aos médicos, um *expertise* ainda não existente na Companhia até o momento da aquisição.

### *Despesas gerais, administrativas e tributárias*

<b>Despesas gerais, administrativas e tributárias</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2007</b>	<b>RL%</b>	<b>2008</b>	<b>RL%</b>	<b>2008/2007 Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
Salários, encargos sociais e outros .....	14.651	1,7%	31.011	2,3%	112%
Doações e contribuições .....	56	0,0%	676	0,1%	1107%
Serviços prestados .....	13.676	1,6%	18.515	1,4%	35%
Contribuições e impostos .....	1.811	0,2%	778	0,1%	-57%
Outros .....	18.013	2,2%	21.541	1,6%	20%
<b>Despesas gerais, administrativas e tributárias .....</b>	<b>48.207</b>	<b>5,8%</b>	<b>72.521</b>	<b>5,4%</b>	<b>50%</b>

As despesas gerais, administrativas e tributárias foram de R\$72,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 contra R\$48,2 milhões no mesmo período em 2007, o que significou um aumento de 50%, ou R\$24,3 milhões. Como percentual da receita líquida, as despesas gerais, administrativas e tributárias reduziram-se para 5,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 5,8% verificados no mesmo período em 2007.

Essa variação deveu-se principalmente às aquisições ocorridas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 que impactaram principalmente as rubricas de salários, encargos sociais e outras despesas gerais e administrativas.

### *Amortização de ágio*

A despesa de amortização de ágio foi de R\$332,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, em comparação a R\$163,2 milhões do mesmo período de 2007, representando um aumento de 104%, ou R\$169,5 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, a amortização de ágio aumentou para 25,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 19,5% verificados no mesmo período em 2007.

Esse aumento é resultado principalmente das amortizações decorrentes do ágio incorrido na incorporação do Farmasa e nas aquisições da Ceil e do Grupo Niasi realizadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

### *Despesas financeiras*

<b>Despesas financeiras</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>				
	<b>2007</b>	<b>RL%</b>	<b>2008</b>	<b>RL%</b>	<b>2008/2007<sup>(1)</sup> Var (%)</b>
	(em milhares de R\$)				
Juros sobre empréstimos .....	2.369	0,3%	4.488	0,3%	89%
Juros sobre financiamentos em moeda local .....	6.864	0,8%	6.225	0,5%	-9%
Juros sobre financiamentos em moeda estrangeira .....	12.797	1,5%	13.971	1,0%	9%
Juros sobre títulos a pagar e outros .....	3.073	0,4%	7.462	0,6%	143%
Juros e comissão sobre carta fiança .....	11.711	1,4%	12.248	0,9%	5%
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros .....	4.223	0,5%	7.629	0,6%	81%
Variação cambial .....	(109.322)	-13,1%	251.621	18,9%	-330%
Realização de Ajuste a Valor Presente .....	—	0,0%	14.816	1,1%	na
<b>Despesas financeiras .....</b>	<b>(68.285)</b>	<b>-8,2%</b>	<b>318.460</b>	<b>23,9%</b>	<b>-566%</b>

<sup>(1)</sup> "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.



As despesas financeiras foram de R\$318,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparados a um resultado positivo de R\$68,3 milhões no mesmo período em 2007 representando uma variação de R\$386,8 milhões. Como percentual da receita líquida as despesas financeiras elevaram-se para 23,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 8,2% positivos no mesmo período em 2007.

O saldo positivo da rubrica de variação cambial em 2007 no valor de R\$109,3 milhões, em contrapartida a uma despesa de variação cambial de R\$251,6 milhões em 2008 derivada de passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, justificam a diferença de R\$386,8 milhões na conta de despesas financeiras na comparação entre os anos 2007 e 2008.

#### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras foram de R\$48,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, contra R\$10,2 milhões no mesmo período em 2007 representando um aumento de R\$38,1 milhões. Como percentual da receita líquida a receita financeira ampliou-se para 3,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 1,2% observados no mesmo período em 2007.

O principal motivo desta variação foi o incremento de R\$42,8 milhões, da rubrica de rendimentos de aplicações financeiras, receitas com descontos obtidos de fornecedores e outros que passaram de R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$46,8 milhões no final do mesmo período em 2008.

#### *Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas*

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram de R\$1,6 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 contra uma despesa de R\$7,4 milhões no mesmo período em 2008, representando um acréscimo de R\$5,8 milhões, principalmente em função de ajustes de inventário.

#### **Resultado antes do IR/CSLL e minoritários**

O prejuízo antes do IR/CSLL e minoritários foi de R\$322,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado a um lucro de R\$74,3 milhões no mesmo período em 2007, representando uma variação negativa de R\$396,4 milhões. Como percentual da receita líquida, o resultado antes do IR/CSLL e minoritários reduziu-se para 24,2% negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 8,9% verificados no mesmo período de 2007.

Esta diminuição em relação ao mesmo período do ano anterior ocorreu essencialmente em decorrência do aumento de 104% ou R\$169,5 milhões nas amortizações de ágio relacionado à incorporação do Farmasa e às aquisições da DM, Ceil, Marca NY Looks e Grupo Niasi e de um aumento de 444%, ou R\$348,7 milhões, nas despesas financeiras líquidas relacionada sobretudo a depreciação do Real frente ao Dólar, apesar do aumento de 77%, ou R\$121,7 milhões, no resultado operacional antes das despesas de amortizações de ágio, e despesas financeiras líquidas.

#### **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social foi positivo em R\$114,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, em contraste a uma despesa de R\$16,6 milhões no mesmo período em 2007 representando uma variação de R\$130,8 milhões.

A composição desta variação é explicada por: (i) aumento de R\$0,9 milhão, no imposto de renda e contribuição social corrente; e (ii) variação de R\$131,7 milhões representado pela constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, baseado em estudo de realização feito pela administração considerando a geração de resultados tributáveis.

### **Participação de minoritários**

A participação de minoritários foi nula no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 versus uma receita de R\$1,1 milhão no mesmo período em 2007.

Essa variação decorre da inexistência de minoritários nas subsidiárias da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em contraste a participações minoritárias na Êh Cosméticos e Sulquímica durante o mesmo período em 2007.

### **Lucro líquido (prejuízo) do exercício**

O prejuízo do exercício foi de R\$207,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um lucro líquido de R\$58,8 milhões no mesmo período em 2007 representando uma variação negativa de R\$266,7 milhões, em função das razões explicitadas acima, ou seja, em virtude da redução de R\$396,3 milhões no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social e minoritários em parte compensado por um aumento de R\$130,8 milhões no imposto de renda e contribuição social.

### **EBITDA**

O EBITDA atingiu R\$313,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, em contraste a R\$184,1 milhões verificados no mesmo período em 2007, representando um aumento de 70%, ou R\$129,1 milhões.

O EBITDA Recorrente, que não leva em consideração as despesas não reincidentes do período relacionadas principalmente a despesas com reorganizações e ao ganho do Fomentar, foi de R\$320,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 versus um EBITDA Recorrente de R\$206,5 milhões no mesmo período em 2007, o que representou um aumento de 55%, ou R\$114,3 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, o EBITDA Recorrente reduziu-se levemente para 24,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 quando comparado a margem de 24,7% do mesmo período em 2007.

A tabela abaixo apresenta os componentes do EBITDA:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				2008/2007 Var (%)
Cálculo do EBITDA	2007	RL%	2008	RL%	
	(em milhares de R\$)				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social e minoritários.....	74.292	8,9%	(322.089)	-24,2%	-534%
(+) Depreciações .....	18.093	2,2%	21.590	1,6%	19%
(+) Amortizações de ágios.....	163.218	19,5%	332.692	25,0%	104%
(+) Outras Amortizações .....	6.985	0,8%	10.836	0,8%	55%
(+) Despesas financeiras .....	(68.285)	-8,2%	318.460	23,9%	-566%
(-) Receitas financeiras.....	(10.210)	-1,2%	(48.306)	-3,6%	373%
EBITDA.....	184.093	22,0%	313.183	23,5%	70%
(+) Despesas não reincidentes <sup>(1)</sup> .....	13.337	1,6%	7.652	0,6%	-43%
(+) Estimativa do ganho do benefício fiscal – Fomentar <sup>(2)</sup> .....	9.052	1,1%	–	0,0%	-100%
EBITDA Recorrente.....	206.482	24,7%	320.835	24,1%	55%

<sup>(1)</sup> Despesas com aeronaves e relacionadas, no montante de R\$3.522 mil em 2007 (referente ao contrato de arrendamento mercantil de uma aeronave, o qual foi cedido a uma empresa que estava fora da nossa estrutura societária em junho de 2007), CPMF, no montante de R\$5.250 mil em 2007 (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, tributo extinto em 31 de dezembro de 2007), doações e contribuições, no montante de R\$56 mil em 2007 (despesas extraordinárias com doações e contribuições que a nossa Administração acredita que não irão mais existir a partir de 2008) e despesas com reorganizações (despesas incorridas durante reorganizações societárias referente a rescisões e indenizações trabalhistas, bem como despesas de serviços prestados). As despesas com reorganizações totalizaram R\$4.509 mil e R\$7.652 mil em 2007 e 2008, respectivamente.

<sup>(2)</sup> Estimativa de redução de despesa de ICMS no encerramento de cada período proporcionada pelo Fomentar.

## Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008**

Balanco Patrimonial	Balanco patrimonial encerrado em 31 de				
	2007	AV%	2008	AV%	2008/2007 <sup>(1)</sup> Var (%)
(em milhares de R\$)					
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo Circulante .....</b>	<b>469.092</b>	<b>23,8%</b>	<b>1.045.698</b>	<b>29,3%</b>	<b>123%</b>
Caixa e equivalentes de caixa .....	99.330	5,0%	149.759	4,2%	51%
Contas a receber .....	222.828	11,3%	492.196	13,8%	121%
Estoques .....	118.374	6,0%	210.130	5,9%	78%
Adiantamentos diversos .....	2.037	0,1%	18.191	0,5%	793%
Impostos a recuperar .....	6.087	0,3%	82.584	2,3%	1257%
Créditos tributários .....	–	0,0%	84.047	2,4%	na
Outros créditos .....	598	0,0%	642	0,0%	7%
Despesas antecipadas .....	19.838	1,0%	8.149	0,2%	-59%
<b>Não circulante .....</b>	<b>1.501.495</b>	<b>76,2%</b>	<b>2.519.691</b>	<b>70,7%</b>	<b>68%</b>
<b>Realizável a longo prazo .....</b>	<b>133.820</b>	<b>6,8%</b>	<b>239.096</b>	<b>6,7%</b>	<b>79%</b>
Sociedades ligadas .....	196	0,0%	51	0,0%	-74%
Créditos tributários .....	120.918	6,1%	215.843	6,1%	79%
Impostos a recuperar .....	788	0,0%	1.327	0,0%	68%
Depósitos judiciais e outros .....	4.021	0,2%	8.561	0,2%	113%
Despesas antecipadas .....	7.897	0,4%	5.585	0,2%	-29%
Investimentos temporários .....	–	0,0%	7.729	0,2%	na
<b>Permanente .....</b>	<b>1.367.675</b>	<b>69,4%</b>	<b>2.280.595</b>	<b>64,0%</b>	<b>67%</b>
Investimentos .....	296	0,0%	296	0,0%	0%
Imobilizado .....	110.761	5,6%	138.371	3,9%	25%
Intangível .....	1.255.545	63,7%	2.140.955	60,0%	71%
Diferido .....	1.073	0,1%	973	0,0%	-9%
<b>Total do ativo .....</b>	<b>1.970.587</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.565.389</b>	<b>100,0%</b>	<b>81%</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Passivo Circulante .....</b>	<b>400.620</b>	<b>20,3%</b>	<b>644.083</b>	<b>18,1%</b>	<b>61%</b>
Fornecedores .....	30.817	1,6%	86.462	2,4%	181%
Empréstimos e financiamentos .....	129.602	6,6%	248.840	7,0%	92%
Salários e encargos sociais .....	11.315	0,6%	27.476	0,8%	143%
Imposto de renda e contribuição social .....	6.536	0,3%	2.265	0,1%	-65%
Impostos a recolher .....	26.967	1,4%	27.302	0,8%	1%
Contas a pagar .....	60.071	3,0%	136.794	3,8%	128%
Títulos a pagar .....	135.312	6,9%	114.944	3,2%	-15%
<b>Não circulante .....</b>	<b>877.279</b>	<b>44,5%</b>	<b>1.004.778</b>	<b>28,2%</b>	<b>15%</b>
Empréstimos e financiamentos .....	166.779	8,5%	195.520	5,5%	17%
Imposto de renda e contribuição social .....	29.570	1,5%	5.689	0,2%	-81%
Títulos a pagar .....	647.185	32,8%	756.976	21,2%	17%
Outras contas a pagar .....	31.428	1,6%	16.546	0,5%	-47%
Provisão para contingências .....	2.317	0,1%	30.047	0,8%	1197%
<b>Participação minoritária</b>					
<b>em controladas .....</b>	<b>1.359</b>	<b>0,1%</b>	<b>–</b>	<b>0,0%</b>	<b>-100%</b>
<b>Patrimônio líquido .....</b>	<b>691.329</b>	<b>35,1%</b>	<b>1.916.528</b>	<b>53,8%</b>	<b>177%</b>
Capital social .....	410.650	20,8%	1.592.177	44,7%	288%
Reserva de capital .....	240.200	12,2%	521.158	14,6%	117%
Reservas de lucros .....	40.479	2,1%	–	0,0%	-100%
Lucros (prejuízos) acumulados .....	–	0,0%	(196.807)	-5,5%	na
<b>Total do passivo e patrimônio líquido ....</b>	<b>1.970.587</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.565.389</b>	<b>100,0%</b>	<b>81%</b>

(1) "na" indica cálculos não aplicáveis, em virtude da divisão pelo numeral zero.

### *Ativo Circulante*

O ativo circulante era de R\$1.045,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um saldo de R\$469,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, o que representou um aumento de 123%, ou R\$576,6 milhões. Como percentual do total do ativo, o Ativo circulante passou para 29,3% em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 23,8% em 31 de dezembro de 2007.

Esse crescimento ocorreu principalmente em virtude das seguintes principais alterações: (i) aumento de 121%, ou R\$269,4 milhões, na rubrica de contas a receber e de um aumento de 78% ou R\$91,8 milhões na conta de estoques aumentos estes relacionados ao aumento do tamanho das nossas atividades operacionais após as aquisições ocorridas ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; (ii) aumento de R\$76,5 milhões, na conta de impostos a recuperar relacionado a incrementos de Impostos federais (PIS/COFINS/IPI/outros) e ICMS (saldo credor e substituição tributária); e (iii) aumento de R\$84,0 milhões na rubrica de créditos tributários em virtude da constituição de crédito sobre prejuízo fiscal do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 bem como de constituição de crédito relacionado a ágio em nas incorporações das empresas Setiba e Erches Participações Ltda. ("Erches").

### *Ativo Não Circulante – Realizável a longo prazo*

O ativo não circulante – realizável a longo prazo era de R\$239,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 e de R\$133,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de 79%, ou R\$105,3 milhões. Como percentual do total do ativo, o ativo não circulante – realizável a longo prazo passou para 6,7% em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 6,8% verificado em 31 de dezembro de 2007.

Esse crescimento ocorreu, sobretudo, pelo aumento da rubrica de créditos tributários em R\$94,9 milhões relacionada a constituição de crédito sobre prejuízo fiscal do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 bem como de constituição de crédito relacionado a ágio em nas incorporações das empresas Setiba e Erches.

### *Permanente*

O permanente era de R\$2.280,6 milhões em 31 de dezembro de 2008 em contraste a um saldo de R\$1.367,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, o que representou um aumento de 67,0%, ou R\$912,9 milhões. Como percentual do total do ativo, o permanente passou para 64,0% em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 69,4% verificado em 31 de dezembro de 2007.

Este aumento ocorreu principalmente em decorrência da incorporação do Farmasa e das aquisições da Ceil e Grupo Niasi realizadas durante o exercício de 2008 e da incorporação dessas subsidiárias, exceto a Niasi. Em decorrência da adoção da Lei no 11.638, reclassificamos o saldo em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$1.275,0 milhões, da conta de ágio de empresas incorporadas para a conta de intangível. Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, registramos adições na conta de intangível referente a ágios adquiridos no montante de R\$1.299,4 milhões e amortização dos ágios de R\$332,7 milhões.

### *Passivo Circulante*

O passivo circulante era de R\$644,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um saldo de R\$400,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de 61%, ou R\$243,5 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 18,1% em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 20,3% observados em 31 de dezembro de 2007.

Este crescimento ocorreu principalmente em virtude de: (i) aumento da rubrica de fornecedores em 181%, ou R\$55,6 milhões, em decorrência do aumento das atividades operacionais da Companhia após as aquisições realizadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; (ii) aumento de 92% ou R\$119,2 milhões na conta empréstimos e financiamentos sobretudo devido a empréstimos e financiamentos herdados na incorporação do Farmasa e na aquisição do Grupo Niasi; e (iii) aumento de 128%, ou R\$76,7 milhões, no saldo da rubrica de contas a pagar também relacionado as aquisições do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

#### *Passivo Não Circulante*

O passivo não circulante – exigível a longo prazo era de R\$1.004,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 versus um saldo de R\$877,3 milhões em 31 de dezembro de 2007, o que representou um aumento de 15%, ou R\$127,5 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 28,2% em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 44,5% observados em 31 de dezembro de 2007.

Este crescimento deveu-se fundamentalmente ao aumento de 17%, ou R\$109,8 milhões, na conta de títulos a pagar em função das parcelas de aquisição do Grupo Niasi a serem pagas a seus ex-sócios quotistas.

#### *Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido era de R\$1.916,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 em contraste a um saldo de R\$691,3 milhões verificado em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de 177%, ou R\$1.225,2 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido passou para 53,8% em 31 de dezembro de 2008 em comparação a um percentual de 35,1% observado em 31 de dezembro de 2007.

Esse aumento deve-se às seguintes principais razões: (i) aumento de R\$1.181,5 milhões, decorrente dos aumentos de capital do período sendo o primeiro a Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia concluída em 17 de abril de 2008 e a emissão de 39,9 milhões de ações para a incorporação por ações do Farmasa realizada em 27 junho de 2008; (ii) aumento de 117%, ou R\$281,0 milhões, na conta de reserva de capital ocorrida quando da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia concluída em 17 de abril de 2008.

### **Fluxo de Caixa**

#### ***Períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2010***

O aumento líquido do Caixa no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 foi de R\$142,6 milhões, sendo que foram gerados R\$136,2 milhões com as atividades operacionais, foram investidos R\$178,7 milhões nas atividades de investimento e R\$185,2 milhões de caixa líquido foram provenientes das atividades de financiamento, conforme abaixo:

<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>	<b>Período de três meses encerrado em 31 de março de</b>	
	<b>2009</b>	<b>2010</b>
	(em milhares de R\$)	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais .....	126,047	136,217
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Caixa líquido usado nas atividades de investimento .....	1,703	(178,742)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento .....	(21,906)	185,168
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>105,844</b>	<b>142,643</b>
<b>Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período .....	149,759	499,279
No fim do período .....	255,603	641,922
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>105,844</b>	<b>142,643</b>

### *Atividades Operacionais*

Nossa geração de caixa operacional decorre substancialmente de nossas, operações, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas de nossos negócios, dos custos dos nossos produtos, das despesas operacionais e de nosso resultado financeiro.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, o caixa gerado por nossas atividades operacionais foi de R\$136,2 milhões, R\$10,1 milhões superior aos R\$126,1 milhões gerados no mesmo período de 2009. Essa variação deveu-se, principalmente, a uma geração de resultado antes do imposto de renda e contribuição social de R\$100,8 milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2010 em contrapartida a um lucro líquido de R\$63,4 milhões no mesmo período de 2009.

### *Atividades de Investimento*

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquidos na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; (iii) à aquisição de ativos intangíveis; (iv) ao recebimento pela venda de equipamentos; e (v) aos juros recebidos.

Nossas atividades de investimento alteraram de um caixa aplicado de R\$178,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 para um recebimento de caixa de R\$1,7 milhões no mesmo período de 2009. Esta diferença se deve principalmente a inexistência de aquisição de empresas no período encerrado em 31 de março de 2009 enquanto no mesmo período do ano seguinte o valor correspondente ao dispêndio líquido na aquisição de empresas foi de R\$181,3 milhões.

### *Atividades de Financiamento*

Nossos recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em recebimento pela emissão de ações, incluindo integralização de capital por parte de nossos acionistas, captação e pagamento de empréstimos.

O caixa proveniente das atividades de financiamentos no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 foi de R\$185,2 milhões, R\$207,1 milhões superior ao valor de R\$21,9 milhões aplicado no mesmo período de 2009. Essa diferença deveu-se, principalmente, a um recebimento por empréstimos tomados no período encerrado em 31 de março de 2010 no valor de R\$400,6 milhões correspondente às notas promissórias e debêntures e pagamento por empréstimos no montante de R\$219,4 milhões, enquanto o recebimento por empréstimos tomados no mesmo período do ano anterior foi de R\$53,8 milhões e o pagamento por empréstimos tomados de R\$66,7 milhões.

### ***Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009***

O aumento líquido do Caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$349,5 milhões, sendo que foram gerados R\$193,5 milhões com as atividades operacionais, foram investidos R\$366,3 milhões nas atividades de investimento e houve R\$522,3 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2007<sup>(1)</sup></b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
	(em milhares de R\$)		
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais.....	–	86.645	193.504
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Caixa líquido usado nas atividades de investimento .....	–	(364.734)	(366.320)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento.....	–	328.518	522.336
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>–</b>	<b>50.429</b>	<b>349.520</b>
<b>Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do período.....	–	99.330	149.759
No fim do período.....	–	149.759	499.279
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>–</b>	<b>50.429</b>	<b>349.520</b>

<sup>(1)</sup> Passamos a preparar as Demonstrações dos Fluxos de Caixa a partir da adoção da Lei n.º 11.638/2007, em 1º de janeiro de 2008.

#### ***Atividades Operacionais***

Nossa geração de caixa operacional decorre substancialmente de nossas operações, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas de nossos negócios, dos custos dos nossos produtos, das despesas operacionais e de nosso resultado financeiro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, o caixa gerado por nossas atividades operacionais foi de R\$193,5 milhões, R\$106,9 milhões acima dos R\$86,6 milhões gerados no mesmo período de 2008. Essa variação deveu-se, principalmente, a uma geração de lucro líquido de R\$313,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 em contrapartida a um prejuízo de R\$207,9 milhões no mesmo período de 2008.

#### ***Atividades de Investimento***

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquidos na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; (iii) à aquisição de ativos intangíveis; (iv) ao recebimento pela venda de equipamentos; e (v) aos juros recebidos.

Nossas atividades de investimento alteraram de um caixa aplicado de R\$366,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma aplicação de caixa de R\$364,7 milhões no mesmo período de 2008, ambos consistentes com os dispêndios na aquisição de empresas, na compra de intangíveis e de ativo imobilizado no período encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação com o mesmo período de 2009.

#### ***Atividades de Financiamento***

Nossos recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em recebimento pela emissão de ações, incluindo integralização de capital por parte de nossos acionistas, captação e pagamento de empréstimos.

O caixa proveniente das atividades de financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$522,3 milhões, R\$193,8 milhões acima do valor de R\$328,5 milhões aplicado no mesmo período de 2008. Essa diferença deveu-se, principalmente, a um maior volume de captações de empréstimos ocorridas em 2009.

## **10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre**

### **a. resultados das nossas operações**

#### *i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Quase a totalidade (99,4%, 99,4% e 99,3% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2007, 2008 e 2009, respectivamente, e 99,3% e 99,2% nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2010) de nossa receita bruta de vendas é denominada em reais e provém da venda de nossos produtos em todo o território nacional para clientes varejistas, que realizam a venda para o consumidor final, e atacadistas que distribuem nossos produtos para os pontos de vendas não atendidos diretamente por nós.

#### *ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

### **Principais Fatores que Podem Afetar as Operações e Condição Financeira da Companhia**

#### ***Cenário macroeconômico brasileiro***

Nos últimos exercícios sociais, nossa situação financeira e o resultado de nossas operações foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito e os níveis de média salarial.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais.

O Real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao Dólar de 20,7% em dezembro de 2007. A taxa média anual de desemprego diminuiu de 10,0% em 31 de dezembro de 2006 para 9,3% em 31 de dezembro de 2007 nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com estimativas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento – IED. Em 31 de dezembro de 2007, a taxa de inflação, medida pelo IPCA, foi de 4,5% e a média da taxa de juros TJLP foi de 6,3% ao ano. O PIB cresceu 5,7% no mesmo ano.

O ano de 2008 foi marcado por um agravamento da crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano. O principal impacto dessa crise sobre a economia brasileira foi a deterioração das expectativas em relação à atividade econômica em 2009 e, com menor relevância, em 2010. Essa mudança nas expectativas provocou, principalmente a partir de outubro, elevação do custo de capital de terceiros, desvalorização cambial, queda da cotação das ações na BM&FBOVESPA e retração na produção industrial.

No ano de 2008 a taxa de inflação medida pelo IPCA foi 5,9%. Esse percentual ficou dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da taxa Selic ao longo do ano, passando de 11,25% ao ano em 31 de dezembro de 2007 para 13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2008.



Adicionalmente, pôde-se observar alguns movimentos em relação à expectativa do consumidor. No primeiro semestre de 2008 o comércio varejista permaneceu aquecido. Segundo a IBGE, o setor contou com uma taxa de crescimento das vendas de 19,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. No segundo semestre, a economia passou a sentir os efeitos da crise internacional, com a restrição de liquidez e menor oferta de crédito ao consumidor e, conseqüentemente, desaceleração de alguns segmentos, destacando-se o de veículos, que apresentou queda de 10,8% no volume de vendas no quarto trimestre de 2008 quando comparado ao mesmo período de 2007 segundo o IBGE. Por outro lado, a SERASA apontou um crescimento de 2,8% nas vendas de Natal quando comparadas ao ano anterior.

No ano de 2009, a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise. Os indicadores macroeconômicos melhoraram e, apesar da esperada desaceleração do crescimento do PIB para o ano de 2009, o relatório Focus do Banco Central, divulgado em 8 de janeiro de 2010, indica somente uma ligeira queda do PIB (0,3% de variação) em 2009, já prevendo crescimento substancial de 5,2% para 2010.

As expectativas para a economia brasileira melhoraram em 2010. De acordo com o relatório Focus do BACEN divulgado em 30 de abril de 2010, o mercado espera uma variação de 6,1% do PIB para 2010 e inflação, medida pelo IPCA, de 4,8% para o mesmo período.

Adicionalmente, fundamentos macroeconômicos sólidos e a maior estabilidade econômica permitiram ao Banco Central voltar à trajetória de redução das taxas de juros, de maneira que a taxa SELIC atingiu seu nível mais baixo na história, equivalente a 8,7%, desde o final de julho de 2009. De forma semelhante, o Real apresentou apreciação com relação ao Dólar de 34,2% ao longo do ano de 2009.

As reservas internacionais, segundo o Banco Central, têm se mantido em patamares acima de US\$200 bilhões (US\$239,05 bilhões em 31 de dezembro de 2009), esboçando aumento considerável, comparativamente ao final de 2008.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	2007	2008	2009	2009	2010
Crescimento do PIB <sup>(1)</sup> .....	5,7%	5,1%	0,2%	-1,8%	n.d.
Inflação (IGP-M) <sup>(2)</sup> .....	7,8%	9,8%	(1,2%)	(0,9%)	2,8%
Inflação (IPCA) <sup>(3)</sup> .....	4,5%	5,9%	4,3%	1,2%	2,1%
CDI <sup>(4)</sup> .....	11,8%	12,3%	9,8%	12%	8,6%
TJLP <sup>(5)</sup> .....	6,3%	6,3%	6,0%	6,25%	6%
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar .....	17,0%	(31,9%)	25,3%	0,9%	(2,3%)
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$1,00 .....	R\$1,771	R\$2,337	R\$1,741	R\$2,315	R\$1,781
Taxa média de câmbio – R\$ por US\$1,00 <sup>(6)</sup> .....	R\$1,948	R\$1,837	R\$1,995	R\$2,31	R\$1,80

(1) Fonte: IBGE.

(2) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados para o período apresentado.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados para o período apresentado.

(4) A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada nos últimos 12 meses de cada período).

(5) Representa a taxa de juros anual aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

(6) Média das taxas de câmbio durante o período.

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP.

### ***Efeitos dos principais fatores macroeconômicos que afetam os nossos resultados***

Embora as taxas inflacionárias no Brasil tenham sido muito voláteis no passado, há alguns anos elas têm sido estáveis. As taxas inflacionárias (IPCA) diminuíram em 2006, subiram cerca de 1 ponto percentual em 2007 e subiram 1,44% em 2008. Essas reduções nas taxas inflacionárias resultam principalmente da política monetária restritiva imposta pelo Governo Federal, incluindo mudanças periódicas nas taxas de juros, além da valorização do real em relação ao dólar nos últimos três anos.

Nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação. Nossa receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar o aumento dos custos para nossos clientes no futuro.

As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro nosso resultado financeiro e endividamento dado que, em 31 de março de 2010, nosso endividamento denominado em moeda estrangeira ou atrelado à variação de moeda estrangeira (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R\$117,9 milhões, ou 1,8%, do nosso passivo e patrimônio líquido, e nosso endividamento em títulos a pagar atrelado ao dólar, basicamente relacionado às aquisições da DM, da NY Looks, da Inal e da Jontex, era de R\$611,7 milhões, ou 9,2% do nosso passivo e patrimônio líquido.

### ***Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais***

O setor varejista é geralmente afetado pelas mudanças das condições econômicas locais e nacionais, taxa de desemprego, confiança dos consumidores, taxas de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais e, em menor escala, pelos preços de tarifas públicas, uma vez que tais fatores afetam o poder aquisitivo do nosso público-alvo.

As nossas operações estão no Brasil, e, por isso, nosso negócio é afetado pelas condições econômicas gerais do País. Dessa forma, as incertezas políticas e as condições econômicas gerais do País podem ter efeitos adversos no poder aquisitivo do consumidor, custos das mercadorias adquiridas, disponibilidade de mão-de-obra e de mercadorias e outros fatores que afetam nossos negócios e o setor varejista em geral. Em períodos de crises econômicas, as taxas de desemprego aumentam, os consumidores compram menos mercadorias, os preços caem e os financiamentos se tornam mais dispendiosos, o que afeta nosso resultado operacional. Embora o PIB do Brasil tenha crescido pouco nos últimos anos, nosso negócio cresceu substancialmente devido à nossa expansão, aos nossos ganhos de produtividade e às melhorias nos processos produtivos.

Atuamos nas linhas de negócios de Medicamentos, Beleza e Higiene Pessoal, Alimentos e Higiene e Limpeza, as quais podem ser afetadas por determinados fatores típicos do setor varejista, como por exemplo: (i) concorrência; (ii) sazonalidade de certos produtos; (iii) preços; e (iv) demanda.

#### ***Concorrência***

Os segmentos de mercado em que atuamos são altamente competitivos e enfrentamos concorrência de outras companhias sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional. Ademais, enfrentamos grande competição de variedade de produtos nos segmentos em que atuamos. Dessa forma, nosso negócio é afetado pelas condições concorrenciais, sendo que podemos precisar aumentar nossos gastos com marketing e promoção e/ou reduzir os preços de nossos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos para nos mantermos competitivos no mercado. Estas adequações podem afetar sensivelmente nosso desempenho.

### *Sazonalidade*

Nossos produtos que apresentam sazonalidade tendem a ter suas vendas compensadas entre si, na medida em que o período sazonal de menores vendas de um produto tem seu resultado neutralizado pela venda de outros produtos, sujeitos as maiores vendas sazonais nestes períodos. Acreditamos que esta compensação resulta em uma relativa estabilidade no nosso faturamento total. Como exemplo podemos citar os antigripais, que apresentam maior volume de venda no inverno e os repelentes e protetores solar, que têm uma demanda maior no verão. Caso a diminuição de vendas de nossos produtos não seja compensada pelo aumento de vendas de outros produtos, nossos resultados poderão ser negativamente afetados.

### *Preços*

Os preços do setor caracterizam-se por aumentos graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, aos seguintes fatores (i) aumento nos custos de produção; e (ii) aumento na demanda por produtos de maior valor agregado por conta do crescimento do poder aquisitivo de nossos consumidores. Ganhos consistentes na produtividade do setor têm permitido aos fabricantes evitar o repasse de todos os aumentos nos custos aos consumidores.

Adicionalmente, no setor de medicamentos, a Lei n.º 10.742, de 6 de outubro de 2003, conforme alterada, restabeleceu o controle de preços de medicamentos no Brasil para cerca de 20 mil apresentações de medicamentos de amplo uso pela população e que não tinham grande concorrência no mercado. Para os produtos considerados “menos críticos” pela ANVISA, existe apenas o monitoramento de preços de mercado, sem um controle rígido do Governo Federal.

Esperamos que os preços aos consumidores continuem a crescer de maneira gradual, e que as companhias continuem a obter ganhos de produtividade para evitar o repasse integral do aumento dos custos aos consumidores.

### *Demanda*

Possuímos um portfólio amplo, composto por marcas e produtos diversificados que possuem demanda estabelecida em níveis diferentes, com sólido fluxo de caixa e potencial de crescimento. Nossa demanda é influenciada por diversos fatores, incluindo o envelhecimento da população que tende a aumentar a demanda por nossos medicamentos, a melhoria do nível médio de renda que provoca aumento na demanda de nossos produtos direcionados às classes B e C, a introdução de novos produtos e a concessão de subsídios concedidos pelo Governo Federal a consumidores de baixa renda que provoca aumento na demanda de nossos produtos direcionados às classes B e C, entre outros.

#### ***b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços***

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços bem como pela introdução de novos produtos em seu portfólio.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou um aumento de 71% em relação ao mesmo período no ano anterior. Estimamos que os principais lançamentos ou introduções de novos produtos no portfólio da Companhia impactaram nossa receita positivamente em aproximadamente R\$35,0 milhões ou 5,8% do nosso faturamento no ano de 2009 considerando a base de produtos pré-existente antes das aquisições

Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou um aumento de 52% em relação ao ano anterior, aumento este que totalizou R\$692,3 milhões, tendo em vista que a Companhia incorporou R\$105,2 milhões em receita adicional proveniente das aquisições feitas no exercício de 2009, além de ter crescido organicamente a uma taxa de 21%. Estimamos que os principais lançamentos ou introduções de novos produtos no portfólio da Companhia impactaram nossa receita positivamente em aproximadamente R\$72,1 milhões ou 3,6% do nosso faturamento no ano de 2009 considerando a base de produtos pré-existente antes das aquisições.

Os principais impactos nas variações de receitas nos períodos encerrados em 31 de março de 2009 e 2010, bem como entre os exercícios de 2007, 2008 e 2009 são explicados pelas alterações em volumes de vendas e introdução de novos produtos e serviços da Companhia.

***c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro***

Nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação. Nossa receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar o aumento dos custos para nossos clientes no futuro.

As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro nosso resultado financeiro e endividamento dado que, em 31 de março de 2010, nosso endividamento denominado em moeda estrangeira ou atrelado à variação de moeda estrangeira (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R\$117,9 milhões, ou 1,8%, do nosso passivo e patrimônio líquido, e nosso endividamento em títulos a pagar atrelado ao dólar, basicamente relacionado às aquisições da DM, da NY Looks, da Inal e da Jontex, era de R\$611,7 milhões, ou 9,2% do nosso passivo e patrimônio líquido.

**10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados**

***a. da introdução ou alienação de segmento operacional***

Na opinião de nossos Diretores, temos buscado constantemente a diversificação de nossa receita nos principais segmentos dos setores de Medicamentos, Beleza e Higiene Pessoal, Higiene e Limpeza e Alimentos. Buscamos atingir este objetivo e com isto provocar o crescimento do nosso faturamento tanto por meio da aquisição de empresas ou marcas de atuação nestes segmentos quanto pelo desenvolvimento, quando possível, de um produto atrelado a uma marca da Companhia.

***b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

Na opinião de nossos Diretores, é parte de nossa estratégia de negócios a aquisição de empresas. Neste sentido, desde a nossa fundação, já realizamos diferentes aquisições que adicionaram ao nosso portfólio de produtos receitas oriundas dessas empresas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita de empresas adquiridas e/ou incorporadas, conforme o caso, ao longo do exercício, a saber, Pom-Pom, Inal e Neo Química, representou R\$105,2 milhões, ou 5,2% da receita líquida do exercício.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, empresas adquiridas e/ou incorporadas, conforme o caso, ao longo do exercício, a saber, Farmasa, Ceil, NY Looks e Grupo Niasi, representaram R\$237,9 milhões ou 17,8% da receita líquida do exercício.

**c. *dos eventos ou operações não usuais***

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

**10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre**

**a. *mudanças significativas nas práticas contábeis***

Com a promulgação da Lei n.º 11.638/07 e a edição da Medida Provisória n.º 449/08, foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao seu capítulo XV, que trata de matéria contábil, com vigência a partir das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto e sociedades de grande porte.

Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores e pela CVM em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu em 2009 diversos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações, que já foram aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com aplicação mandatória a partir de 2010, inclusive para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentadas para fins de comparabilidade.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos decorrentes da adoção desses novos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações que poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras, nos nossos resultados e na nossa base de apuração de dividendos, a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, incluindo os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentados para fins de comparabilidade.

Na opinião de nossos Diretores, as principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei n.º 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da Medida Provisória n.º 449/08, convertida na Lei n.º 11.941, aplicáveis à Companhia e sua controlada, e adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 estão descritas no item “b” abaixo.

**b. *efeitos significativos das alterações em práticas contábeis***

Os saldos de balanço e o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 incluídos nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificados visando a comparabilidade em relação à apresentação após a introdução da Lei n.º 11.638. No entanto, conforme facultado pelo pronunciamento técnico CPC 13, “Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08”, nós elaboramos o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008, aplicando os efeitos da Lei n.º 11.638 e dos CPCs vigentes em 2008, sem efeitos retroativos sobre as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

Nossas informações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e para o exercício social encerrado nessa data não foram reapresentadas para refletir as novas práticas contábeis introduzidas em 2008. Portanto, essas informações financeiras não são comparativas em relação às informações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e nos exercícios findos nessas datas.

Na opinião de Nossos Diretores, as principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei n.º 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da Medida Provisória n.º 449/08 aplicáveis à Companhia e sua controlada, e adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram as seguintes:

- a) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- b) Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme regulamentação do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado;
- c) Criação de novo subgrupo de contas, denominado “Intangível”, que inclui o ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial;
- d) Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido (teste de “impairment”), conforme regulamentado pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos;
- e) Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, seguindo os critérios regulamentados pelo CPC 12 – Ajuste a Valor Presente;
- f) Reserva de reavaliação de ativos. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a lei entrar em vigor, sendo no caso 31 de dezembro de 2008;
- g) Requerimentos de que instrumentos financeiros sejam classificados pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses contratos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, custos de transição atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado;
- h) Custos incorridos na emissão de ações: os custos incorridos na captação de recursos quando da emissão de ações, tais como, comissões pagas a instituições financeiras, honorários de consultores, auditores independentes, etc., passaram a ser registrados diretamente na conta de Reserva de Capital, a qual registrou os prêmios recebidos nas emissões de novas ações;
- i) Revogação e restrição de lançamentos nas contas “Ativo Diferido”, onde os saldos existentes foram substancialmente reclassificados para o “Ativo Intangível”;
- j) Eliminação das contas de Receitas e Despesas não operacionais na demonstração do resultado, sendo os referidos saldos reclassificados para Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais; e

- k) Plano de opções de ações: a despesa referente ao Plano de opções de ações, quando houver, deve ser reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício, a qual é representada pelos benefícios dessas opções outorgadas a administradores e empregados. A Companhia possui Planos de opções aprovados nas AGEs de 24 de março e 29 de dezembro de 2008, sendo que estas não foram outorgadas no exercício; conseqüentemente, não houve qualquer reconhecimento de despesa no exercício de 2008.

A Administração da Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de Janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, todos os ajustes com impacto no resultado poderiam ser efetuados contra a conta de prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras. O principal impacto no patrimônio líquido está associado a apuração do ajuste a valor presente.

Alguns saldos patrimoniais de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações financeiras de 2008. As reclassificações efetuadas foram decorrentes principalmente da criação do Grupo Ativo Intangível, e não tiveram impacto no resultado nem no patrimônio líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, estando assim representadas:

<b>Controladora</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>			
	<b>Original</b>	<b>Saldos Reclassificado</b>	<b>Valor Reclassificado</b>
		(em milhares de R\$)	
Ativo não circulante			
Créditos tributários.....	37.268	120.918	83.650
Ágio em empresas incorporadas.....	1.274.971		(1.274.971)
Imobilizado.....	156.712	110.425	(46.287)
Intangível.....		1.246.798	1.246.798
Diferido.....	10.263	1.073	(9.190)
<b>Consolidado</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>			
	<b>Original</b>	<b>Saldos Reclassificado</b>	<b>Valor Reclassificado</b>
		(em milhares de R\$)	
Ativo não circulante			
Créditos tributários.....	37.268	120.918	83.650
Investimentos em controladas.....	8.166		(8.166)
Ágio em empresas incorporadas.....	1.274.971		(1.274.971)
Imobilizado.....	157.300	110.761	(46.539)
Intangível.....		1.255.545	1.255.545
Diferido.....	10.592	1.073	(9.519)

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores. Da mesma forma, o relatório de revisão especial das nossas demonstrações financeiras relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2010 não possui parágrafo de ressalva, e possui parágrafo de ênfase relativa à alteração das práticas contábeis em decorrência da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08.

As demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008 também contém parágrafo de ênfase relativa à alteração das práticas contábeis em decorrência da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08.

A opinião dos Diretores e detalhamento dos impactos decorrentes de tais alterações nas práticas contábeis estão descritos no item "b" acima.

**10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

A elaboração de nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas.

Com o intuito de fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas, na opinião de Nossos Diretores.

**Instrumentos financeiros**

***Classificação e mensuração***

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

***Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado***

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

***Empréstimos e recebíveis***

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.



### ***Valor justo***

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

### ***Instrumentos derivativos e atividades de hedge***

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre seus títulos a pagar. Esses derivativos não são utilizados para fins especulativos e são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados também ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

### **Investimentos em controladas**

#### ***Custo e/ou valor patrimonial***

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo os ajustes reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia.

#### ***Ágio***

O ágio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio é registrado no grupo de intangível.

Os ágios apurados pela controladora nas aquisições de empresas incorporadas estão fundamentados em rentabilidade futura. Até 31 de dezembro de 2008, os ágios eram amortizados, e a partir desta data, os saldos são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável (impairment).

Os ágios das empresas incorporadas foram transferidos para Intangível, assim como o ágio da empresa consolidada.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece perdas adicionais, em virtude de obrigações ou pagamentos em nome dessas sociedades.

#### ***Conversão em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

## ***Intangível***

### ***Pesquisa e desenvolvimento***

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos.

### ***Programas de computador (softwares)***

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos relacionados a implantação de sistemas, principalmente, serviços de consultoria, são reconhecidos como ativo e são amortizados usando-se o método linear.

### ***Ágio***

Os ágios das empresas incorporadas e também os ágios das empresas consolidadas são classificados no Intangível.

### ***Redução ao valor recuperável de ativos***

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

### ***Demonstrações financeiras consolidadas e critérios de consolidação***

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Assim sendo, são eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas de ativos e passivos, e as receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas controladas. Os lucros não realizados entre as empresas são eliminados.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2008 abrangem as demonstrações financeiras da controladora Hypermarchas S.A. e da controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (atual denominação da Niasi). Na controladora, as demonstrações de resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado abrangem também as operações do mês de dezembro de 2008 das controladas incorporadas em 29 de dezembro de 2008: ÉH Cosméticos S.A., Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – FARMASA, CEIL Comércio e Distribuidora Ltda., e APROV Comércio de Cosméticos Ltda.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2009 abrangem as demonstrações financeiras da controladora Hypermarchas S.A. e das controladas Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (atual denominação da Niasi) e My Agência de Propaganda Ltda. (apenas 2009).

Contempla também as operações concomitantes de cisão parcial da Hypermarchas, incorporação pela Cosmed do acervo cindido e aumento de capital na Hypermarchas mediante incorporação de ações da Cosmed, de modo que a participação acionária, o número de ações e o Capital Social da Hypermarchas permaneceram os mesmos de antes dos referidos atos. As variações nos saldos das contas, entre a data do laudo e a data da efetiva da incorporação, foram tratadas como mútuo.

Na controladora, as demonstrações de resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado abrangem também as operações dos meses de novembro e dezembro de 2009 das controladas incorporadas em 31 de dezembro de 2009: Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda., Indústria Nacional de Artefatos de Látex Ltda. (Inal), Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A. e Hypernova Medicamentos Participações S.A.

Os referidos atos societários de incorporação foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2009 e 30 de dezembro de 2009.

A seguir, demonstramos os principais saldos dos balanços patrimoniais das empresas cindidas, cindendas e incorporadas.

Cisão e incorporação em junho de 2009:

			<b>30 de junho de 2009</b>
<b>Hypermarcas S.A.</b>	<b>Saldo antes da Cisão</b>	<b>Parcela cindida</b>	<b>Saldo após Cisão</b>
		(em milhares de R\$)	
<b>Balanco patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>			
Circulante .....	1.075.475	(81.752)	993.723
Não circulante .....	2.591.203	(62.862)	2.528.341
<b>Total do ativo .....</b>	<b>3.666.678</b>	<b>(144.614)</b>	<b>3.522.064</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante .....	754.104	(45.698)	708.406
Não circulante .....	725.259	(51.169)	674.090
Patrimônio líquido.....	2.187.315	(47.747)	2.139.568
<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>	<b>3.666.678</b>	<b>(144.614)</b>	<b>3.522.064</b>

			<b>30 de junho de 2009</b>
<b>Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.</b>	<b>Saldo antes da Incorporação</b>	<b>Parcela incorporada</b>	<b>Saldo após Incorporação</b>
		(em milhares de R\$)	
<b>Balanco patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>			
Circulante .....	23.478	81.752	105.230
Não circulante .....	48.372	34.900	83.272
<b>Total do Ativo .....</b>	<b>71.850</b>	<b>116.652</b>	<b>188.502</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante .....	29.885	45.698	75.583
Não circulante .....	15.690	23.207	38.897
Patrimônio líquido.....	26.275	47.747	74.022
<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>	<b>71.850</b>	<b>116.652</b>	<b>188.502</b>

Incorporações efetuadas pela Hypermarchas S.A. em dezembro de 2009:

	<b>Pom Pom</b>	<b>Inal</b>	<b>Hypernova</b>	<b>Neo Química</b>
	(em milhares de R\$)			
<b>Balanco patrimonial</b>				
<b>Ativo</b>				
Circulante .....	63.518	35.149		199.517
Não circulante .....	7.495	6.523	1.368.926	158.155
<b>Total do Ativo .....</b>	<b>71.013</b>	<b>41.672</b>	<b>1.368.926</b>	<b>357.672</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante .....	33.884	25.654	225.685	70.544
Não circulante .....	64.828		225.685	81.940
Patrimônio líquido.....	(27.699)	16.018	917.556	205.188
<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>	<b>71.013</b>	<b>41.672</b>	<b>1.368.926</b>	<b>357.672</b>

#### *Créditos tributários*

Constituímos créditos tributários sobre os saldos de prejuízo fiscal acumulado, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre diferenças temporárias (decorrentes das provisões para contingências), baseados em estudo preparado pela Administração considerando a expectativa de nossa rentabilidade e conseqüente geração de lucros tributáveis.

Periodicamente analisamos nossos créditos e obrigações de imposto de renda e contribuição social levando em consideração quaisquer mudanças relevantes na aplicação das alíquotas pertinentes ou para o período durante o qual o prejuízo fiscal acumulado, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias se tornem tributáveis ou dedutíveis.

#### *Provisão para devedores duvidosos*

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir prejuízos na realização das contas a receber de clientes em caso de não recebimento. Nossa prática contábil para a constituição da provisão para devedores duvidosos leva em consideração o histórico de perdas e a situação de risco da carteira.

#### *Provisão para Contingências*

Constituímos provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e administrativos de natureza regulatória em que estamos envolvidos, quando a possibilidade de perda é considerada provável por nossos advogados externos. Tais provisões são constituídas em montante que nossa Administração acredite ser suficiente para fazer face a eventuais perdas nas instâncias administrativas e judiciais.

Nos casos de contingências relativas a certas empresas que adquirimos, as responsabilidades anteriores às respectivas aquisições estão contratualmente atribuídas aos antigos sócios e acionistas, de maneira que não constituímos provisão.

#### *Incentivos Fiscais*

##### Fomentar

O empréstimo Fomentar está relacionado ao incentivo fiscal de ICMS, em que 70% do ICMS apurado mensalmente é financiado pelo Estado de Goiás, com prazo de pagamento de 20 anos e juros de 2,4% ao ano, incidentes sobre a totalidade do saldo devedor, e exigíveis mensalmente durante a vigência do contrato. Periodicamente, o Estado de Goiás tem a faculdade de realizar leilão desses créditos, com deságio de até 89%.

Considerando (i) a usualidade dos referidos leilões nos últimos anos, que têm ocorrido semestralmente, (ii) a possibilidade de exercermos o direito de aquisição da dívida, (iii) a Lei nº 11.638/07 que obriga empresas a contabilizarem ativos e passivos de longo prazo a seu valor presente, os ganhos reconhecidos para o ICMS financiado pelo Fomentar foi de R\$10,7 milhões, R\$15,3 milhões e R\$12,5 milhões para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, respectivamente.

Com relação aos exercícios sociais de 2008 e 2009, com a aprovação da Lei nº 11.638/07, a qual tornou obrigatória a adoção da prática contábil de reconhecimento dos ajustes a valor presente de ativos e passivos de longo prazo nas demonstrações financeiras, o lançamento contábil efetuado em nossas demonstrações financeiras deixou de ser reconhecido via receita financeira (no momento da recompra da dívida, isto é, em regime de caixa) e passou a ser reconhecido via redução das despesas com ICMS, pelo regime de competência.

É importante destacar que o empréstimo Fomentar tem como característica ser de longo prazo (20 anos), com uma taxa de 2,4% ao ano o que acreditamos ser substancialmente mais baixa que a taxa Selic ou outra taxa de mercado. Deste modo, a apuração dessa dívida a valor presente, utilizando o custo de captação médio da Companhia, resultou em um ajuste similar aos valores que seriam obtidos com o deságio do leilão.

#### **10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

##### ***a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las***

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições nos controles internos da Companhia. Apesar disto, tendo em vista o acelerado crescimento da Companhia, a Companhia decidiu implantar a partir de 2008 o Sistema SAP de informações gerenciais, de modo a melhorar seus controles internos. Adicionalmente, a partir do ano 2009, a Companhia criou um departamento de auditoria interna, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente a Companhia mantém padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, a Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los e mantê-los sempre confiáveis e eficientes.

##### ***b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente***

Os Diretores da Companhia consideram a ausência de formalização tempestiva de determinados processos internos a principal deficiência sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente. Em razão disso os Diretores da Companhia, a fim de solucionar essa deficiência, determinaram que fosse adotado os controles necessários e as respectivas formalizações. Dessa forma, no decorrer de 2009, foi implementado o SAP na subsidiária integral Cosmed.

Ainda, tendo em visto o crescimento acelerado da Companhia, o aumento da complexidade das operações e a necessidade de verificação e avaliação dos sistemas e procedimentos foi implantando no início de 2010 o departamento de Auditoria Interna.

No entendimento dos Diretores da Companhia, não há outras recomendações relevantes dos auditores independentes nos seus respectivos relatórios.

**10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar**

**a. *como os recursos resultante da oferta foram utilizados***

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, realizamos três ofertas públicas de ações, cujos recursos foram investidos primordialmente em aquisições e/ou incorporações de novas empresas, marcas e ativos tais como Farmasa, Grupo Niasi, Ceil, NY Looks, Hydrogen, Pom-Pom, Inal, Neo Química, Luper, Sapeka e Sanifill.

**b. *se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição***

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas nos prospectos.

**c. *caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios***

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas nos prospectos.

**10.8. Opinião dos Nossos Diretores sobre**

**a. *os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items),***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**b. *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a. *Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**b. *natureza e o propósito da operação***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**c. *Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos**

**a. investimentos, incluindo:**

*(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção dos maquinários de nossas plantas industriais.

Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção ou demais investimentos de capital principalmente dado que acreditamos que a atual capacidade produtiva da companhia será capaz de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

*(ii) fontes de financiamento dos investimentos*

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costumam ser realizados nos nossos complexos industriais tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento do governo com taxas de juros subsidiadas.

*(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não realizamos quaisquer desinvestimentos de capital nos três últimos exercícios sociais, bem como não possuímos desinvestimentos de capital em andamento.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva**

A influência na capacidade produtiva de todas as aquisições realizadas pela Companhia encontra-se refletida na tabela abaixo, a qual ilustra a capacidade instalada total de nossas unidades industriais em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de março de 2010:

Planta	Produtos	Em 31 de dezembro de 2009			Em 31 de março de 2010		
		Capacidade	Produção Atual	Utilização	Capacidade	Produção Atual	Utilização
		(unidades/ano)		(%)	(unidades/ano)		(%)
Goiânia.....	Lã de aço	25,9 mil tons	10,2 mil tons	39%	25,9 mil tons	9 mil tons	35%
Goiânia.....	Esponha sintética	110 milhões esponjas	26 milhões esponjas	24%	110 milhões esponjas	25 milhões esponjas	23%
Goiânia.....	Líquidos	51 milhões de litros	18 milhões de litros	35%	51 milhões de litros	18 milhões de litros	35%
Goiânia.....	Pastilhas	480 mil caixas	153 mil caixas	32%	480 mil caixas	153 mil caixas	32%
Aparecida de Goiânia.....	Fraldas descartáveis	N/A	N/A	N/A	818 milhões de fraldas	654 milhões de fraldas	80%
Cabo. Sto. Agostinho.....	Fraldas descartáveis	N/A	N/A	N/A	1,8 bilhões de fraldas	1,4 bilhões de fraldas	80%
Itajaí.....	Detergente em pó	144 mil tons	56 mil tons	39%	144 mil tons	56 mil tons	39%
Araçatuba.....	Molhos	86 mil tons	26 mil tons	30%	86 mil tons	28 mil tons	33%
Araçatuba.....	Extratos	58 mil tons	9,5 mil tons	16%	58 mil tons	9,5 mil tons	16%
Araçatuba.....	Ketchup	12 mil tons	1,7 mil tons	14%	12 mil tons	1,7 mil tons	14%
Araçatuba.....	Caldos	430 milhões unid.	193 milhões de unid.	45%	430 milhões unid.	131 milhões de unid.	30%
Barueri.....	Medicamentos Sólidos	6.765 milhões de blísteres	2.280 milhões de blísteres	34%	6.765 milhões de blísteres	2.280 milhões de blísteres	34%
Barueri.....	Medicamentos Líquidos	11,58 milhões de litros	2,9 milhões de litros	25%	11,58 milhões de litros	2,9 milhões de litros	25%
Barueri.....	Hidratantes	109 milhões de unid.	57 milhões de unid	52%	N/A	N/A	N/A(*)
Barueri.....	Shampoo/Condicionador	N/A	N/A	N/A(*)	120 milhões unid.	60 milhões unid.	50%
Barueri.....	Desodorante	N/A	N/A	N/A(*)	N/A	N/A	N/A(*)
Barueri.....	Leite de Colônia	N/A	N/A	N/A(*)	N/A	N/A	N/A(*)
Barueri.....	Adoçantes Líquidos	11 milhões de litros	7 milhões de litros	64%	11 milhões de litros	7 milhões de litros	64%
Barueri.....	Adoçantes Pó	767 milhões de doses	502 milhões de doses	65%	767 milhões de doses	502 milhões de doses	65%
Taboão.....	Esmaltes	168 milhões de unid.	134 milhões de unid.	80%	168 milhões de unid.	156 milhões de unid.	93%
Taboão.....	Coloração	68 milhões de unid.	13,6 milhões de unid.	19%	68 milhões de unid.	20 milhões de unid.	29%
Brooklin.....	Medicamentos Sólidos	47,7 milhões de blísteres	25,7 milhões de blísteres	54%	47,7 milhões de blísteres	25,7 milhões de blísteres	54%
Brooklin.....	Medicamentos Líquidos	1,5 milhões de litros	520 mil litros	35%	1,5 milhões de litros	520 mil litros	35%
São Roque.....	Preservativos	284 milhões de unid.	93 milhões de unid.	33%	284 milhões de unid.	120 milhões de unid.	42%
São Roque.....	Gel lubrificante	1.333 toneladas	50 toneladas	4%	1.333 toneladas	50 toneladas	4%
Guarulhos.....	Fraldas descartáveis	485 milhões de tiras	410 milhões de tiras	85%	660 milhões de tiras	560 milhões de tiras	85%
Curitiba.....	Fio dental	N/A	N/A	N/A	122,3 milhões de metros	69,2 milhões de metros	57%
Curitiba.....	Escova dental	N/A	N/A	N/A	2,8 milhões de unid.	2,3 milhões de unid.	83%
Brag. Pta.....	Medicamentos Sólidos	N/A	N/A	N/A	3,9 milhões de unid.	3,7 milhões de unid.	95%
Brag. Pta.....	Medicamentos Líquidos	N/A	N/A	N/A	3,3 milhões de unid.	2,2 milhões de unid.	66%
Brag. Pta.....	Medicamentos Semi-sólidos (cremes/pomadas)	N/A	N/A	N/A	641 mil unid.	741 mil unid.	115%
Anápolis.....	Medicamentos Sólidos	381 milhões de blísteres	245 milhões de blísteres	64%	381 milhões de blísteres	245 milhões de blísteres	64%
Anápolis.....	Medicamentos Líquidos	3,6 milhões de litros	2 milhões de litros	56%	3,6 milhões de litros	2 milhões de litros	56%
Anápolis.....	Medicamentos Semi-sólidos (cremes/pomadas)	500 mil kg	238 mil kg	48%	500 mil kg	238 mil kg	48%
Anápolis.....	Medicamentos Antibióticos Penicil. (pós/cáps)	25,6 milhões de unid.	15 milhões de unid.	59%	25,6 milhões de unid.	15 milhões de unid.	59%

(\*) Indica utilização de serviço de industrialização de terceiros, em relação aos quais a Companhia não tem ingerência sobre capacidade de produção ou produção atual.

### **Complexos Industriais**

Atualmente, possuímos 13 complexos industriais no Brasil, que constituem nossos principais ativos imobilizados, os quais estão estrategicamente localizados em: Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Itajaí (SC), Araçatuba (SP), Barueri (SP), São Paulo (SP), Taboão da Serra (SP), Anápolis (GO), São Roque (SP), Bragança Paulista (SP), Curitiba (PR), Cabo de Santo Agostinho (PE) e Guarulhos (SP). As nossas unidades industriais se beneficiam de posicionamento logístico eficiente, além de estarem próximas aos principais mercados consumidores. Todos os complexos industriais contam com centros de distribuição integrados às plantas com capacidade de distribuição em nível nacional.



Esses complexos industriais são compostos por 24 plantas, compostas por maquinários e equipamentos que representam parte relevante do nosso ativo imobilizado. Após as aquisições que realizamos, investimos na modernização dos complexos industriais. As aquisições mais relevantes em 2005 e 2006 foram da Etti e da Quimivale, quando foi realizada a modernização das instalações e do maquinário dos complexos industriais de Araçatuba e Itajaí. Em Araçatuba, os principais investimentos foram destinados à linha de Atomatados, à linha de vegetais e à nova linha de caldos. Em Itajaí, fizemos a reforma da torre e das principais máquinas de envase e tanques de matérias primas, após a aquisição da Quimivale. Além disso, modernizamos o Complexo Industrial de Goiânia, especialmente com investimentos para produção de produtos líquidos da linha de Higiene e Limpeza. Em 2008 tivemos a aquisição da Niasi, adicionando as fábricas de esmaltes e colorações ao nosso complexo e no final de 2009, com a aquisição de INAL e da Pom Pom e a incorporação do Neo Química, agregamos as fábricas de preservativos, fraldas descartáveis e medicamentos, respectivamente. Em 2010, com a aquisição da Luper, Facilit e Sapeka, complementamos nossa linha de medicamentos sólidos e líquidos, de higiene pessoal com a produção de fio dental e escova dental e de produção de fraldas.

### ***Complexo Industrial de Goiânia, Goiás***

Nosso primeiro complexo industrial, localizado na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, iniciou suas operações sob nosso comando em dezembro de 2001, conta com cinco plantas e está instalado em um terreno de 258,4 mil metros quadrados, com 31,5 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo são produzidos lã e palha de aço, esponjas sintéticas, panos de limpeza, líquidos (produtos para limpeza), comercializadas por meio das marcas Assolan, Assim e Help e inseticidas. Em 2008 verticalizamos a produção de esponjas sintéticas passando a produzir espuma e fibra abrasiva. No mesmo ano transferimos a produção de inseticidas e desodorizadores, anteriormente localizada em Cachoeirinha, Rio Grande do Sul, para este complexo. As capacidades instaladas são 2,2 mil toneladas/mês de lã e palha de aço, 9,2 milhões esponjas/mês, 4,3 milhões litros/mês de líquidos e 40 mil caixas de pastilhas inseticidas.

O complexo industrial é de nossa propriedade e foi onerada com hipotecas que foram constituídas em favor do Banco do Brasil S.A., decorrentes de duas Cédulas de Crédito Industrial firmadas em 2003 e 2005, que perfazem mais de R\$12,0 milhões (valor histórico em 2005).

### ***Complexo Industrial de Aparecida de Goiânia, Goiás – Sapeka***

Este complexo industrial, localizado na cidade de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás, iniciou suas operações sob o nosso comando em junho de 2010 com a aquisição da Sapeka e está instalado em um terreno de 13,8 mil metros quadrados com capacidade instalada de 8,2 milhões/mês de fraldas geriátricas e 33,6 milhões/mês de lenços umedecidos.

### ***Complexo Industrial de Aparecida de Goiânia, Goiás – Alpha***

Este complexo industrial, localizado na cidade de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás, iniciou suas operações sob o nosso comando em junho de 2010 com a aquisição da Sapeka e está instalado em um terreno de 21,9 mil metros quadrados com capacidade instalada de 60 milhões/mês de fraldas infantis e 18,72 milhões/mês de absorventes femininos.

### ***Complexo Industrial de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco***

Este complexo industrial, localizado em Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco, iniciou suas operações sob o nosso comando em junho de 2010 com a aquisição da Sapeka e está instalado em um terreno de 58 mil metros quadrados com capacidade instalada de 149 milhões/mês de fraldas infantis. Neste complexo são produzidos fraldas descartáveis infantis e adultas, além de absorventes femininos.

### ***Complexo Industrial de Itajaí, Santa Catarina***

Este complexo industrial, localizado em Itajaí, no Estado de Santa Catarina, iniciou suas operações sob o nosso comando em fevereiro de 2005 e conta com uma planta instalada em um terreno de 15,1 mil metros quadrados, com 8,9 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de detergente em pó, comercializada por meio das marcas Assim, Assolan e Sim. A capacidade instalada é de 12 mil toneladas/mês.

### ***Complexo Industrial de Araçatuba, São Paulo***

O complexo industrial de Araçatuba, no Estado de São Paulo, iniciou suas operações sob o nosso comando em março de 2006 e conta com quatro plantas instaladas, sendo que a última construída no início de 2008 para a fabricação de temperos. Nossas plantas estão instaladas em um terreno de 201,8 mil metros quadrados, com 28,3 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de atomatados, condimentos, temperos, vegetais em conserva e doces, comercializadas por meio das marcas Etti, Salsaretti e Cajamar. As capacidades instaladas são 7,2 mil toneladas/mês (molho de tomate), 4,8 mil toneladas/mês (extrato de tomate), 1,0 mil toneladas/mês (condimentos) e 35,8 milhões de unidades.

### ***Complexo Industrial de Barueri, São Paulo***

O nosso principal complexo industrial está localizado no município de Barueri, no Estado de São Paulo e iniciou suas operações sob nosso comando em junho de 2007, com a aquisição da DM. O complexo conta com quatro plantas instaladas em um terreno de 100,7 mil metros quadrados, com 20,1 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de Medicamentos OTC, balas, Cosméticos (shampoo e condicionadores) e adoçantes. As capacidades instaladas são 564,6 milhões de blísteres/mês (medicamentos sólidos), 965 mil litros/mês (medicamentos líquidos), 9,2 milhões de litros/mês (adoçantes líquidos) e 63,9 milhões de doses/mês (adoçantes em pó).

### ***Complexo Industrial de São Paulo, São Paulo***

O complexo industrial de São Paulo está localizado na cidade de São Paulo e iniciou suas operações sob o nosso comando em julho de 2008, com a incorporação do Farmasa. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 20.000 metros quadrados, com 12.945 metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de Medicamentos OTC e Medicamentos RX. As capacidades instaladas são 4,0 milhões de blísteres/mês (medicamentos sólidos), e 125 mil de litros/mês (medicamentos líquidos).

### ***Complexo Industrial de Taboão da Serra, São Paulo***

O complexo industrial de Taboão da Serra está localizado no Estado de São Paulo e iniciou suas operações sob o nosso comando em outubro de 2008, com a aquisição do Grupo Niasi. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 54.000 metros quadrados, com 17.500 metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de produtos de Beleza e Higiene Pessoal. As capacidades instaladas são 14 milhões de unidades de esmaltes/mês, 5,7 milhões unidades de colorações/mês.

### ***Complexo Industrial de São Roque, São Paulo***

O complexo industrial de São Roque está localizado na cidade de São Roque, no Estado de São Paulo e iniciou suas operações sob o nosso comando em Dezembro de 2009, com a aquisição da Indústria Nacional de látex (Inal). O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 16 mil metros quadrados. Nessa planta é realizada a produção de preservativos e Géis lubrificantes. A capacidade instalada é 24 milhões de unidades de preservativos/mês.

### ***Complexo Industrial de Guarulhos, São Paulo***

Localizado em Guarulhos, iniciou suas operações sob o nosso comando em Dezembro de 2009, com a aquisição da Pompom. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 34 mil metros quadrados, com 24 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de fraldas descartáveis. A capacidade instalada é 40 milhões de unidades de fraldas/mês.

### ***Complexo Industrial de Anápolis, Goiás***

O complexo industrial está localizado no município de Anápolis, no Estado de Goiás e iniciou suas operações sob nosso comando em Dezembro de 2009, com a incorporação do Neo Química. O complexo conta com quatro plantas instaladas em um terreno de 215,5 mil metros quadrados, com 49,0 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de Medicamentos OTC, Similares e Genéricos. As capacidades instaladas são 31,788 milhões de blísteres/mês (medicamentos sólidos), 300 mil litros/mês (medicamentos líquidos), 41,67 ton/mês (semi-sólidos) e 2,130 milhões de uni/mês (penicilínicos).

### ***Complexo Industrial de Bragança Paulista, São Paulo***

O complexo industrial de Bragança Paulista está localizado na cidade de Bragança Paulista e iniciou suas operações sob o nosso comando em abril de 2010, com a aquisição da Luper. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 16.555 metros quadrados, com 11.033 metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de Medicamentos OTC e Medicamentos Genéricos. As capacidades instaladas são 325 mil de unid./mês (medicamentos sólidos), 275 mil de unid./mês (medicamentos líquidos) e 53 mil unid./mês (medicamentos semisólidos).

### ***Complexo Industrial de Curitiba, Paraná***

O complexo industrial está localizado no município de Curitiba, no Estado do Paraná e iniciou suas operações sob nosso comando em Maio de 2010, com a aquisição da Facilit. O complexo conta com uma planta instalada em um terreno de 15.642 mil metros quadrados, com 7.364 mil metros quadrados de área construída. Neste complexo é realizada a produção de Descartáveis para Higiene Bucal. As capacidades instaladas são 10,2 milhões de metros/mês (fio dental) e 233 mil unid./mês (escovas dentais).

### ***Propriedades, Plantas e Equipamentos***

Nossa sede está localizada na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1.217, casa n.º 07, Vila Nova Conceição, CEP 04543-090, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Somos proprietários dos imóveis onde se localizam nossas unidades industriais de Araçatuba, Goiânia, Itajaí, Curitiba, Cabo de Santo Agostinho, Bragança Paulista e Anápolis. Possuímos contrato de aluguel com vencimento em junho de 2011 para a unidade industrial de Barueri, contrato de aluguel com vencimento em dezembro de 2011 para a unidade industrial de São Paulo, contrato de aluguel com vencimento em outubro de 2013 para a unidade industrial de Taboão da Serra, contrato de aluguel com vencimento em novembro de 2014 para a unidade industrial de Guarulhos e contrato de aluguel com vencimento em novembro de 2014 para a unidade industrial de São Roque.

A tabela a seguir relaciona tais unidades e indica as localidades de cada imóvel:

<b>Local</b>	<b>Estado</b>	<b>Direito sobre a propriedade</b>
Goiânia .....	GO	Própria
Aparecida de Goiânia .....	GO	Própria
Araçatuba .....	SP	Própria
Itajaí .....	SC	Própria
Anápolis.....	GO	Própria
Bragança Paulista .....	SP	Própria
Curitiba.....	PR	Própria
Cabo de Santo Agostinho .....	PE	Própria
Barueri .....	SP	Alugada
Guarulhos .....	SP	Alugada
São Roque .....	SP	Alugada
São Paulo.....	SP	Alugada
Taboão da Serra.....	SP	Alugada

O contrato de locação da unidade industrial de Taboão da Serra, firmado em 06 de outubro de 2008, prevê que no caso de rescisão do contrato sem justa causa, seremos obrigados ao pagamento de uma multa correspondente aos aluguéis pendentes até o prazo final de cinco anos a contar do início da locação, de forma mensal, salvo acordo expresso em contrário entre as partes. O aluguel atual da unidade de Taboão da Serra é de R\$200,0 mil mensais.

Em geral, nossas unidades industriais, próprias e alugadas, possuem infra-estrutura adequada para o alto nível de qualidade e eficiência de produção que buscamos manter. Além disso, tais unidades industriais estão bem dimensionadas para nossa necessidade de produção atual e para atender nosso planejamento de expansão de capacidade futuro. Atualmente, não possuímos nenhum plano de expansão em andamento. A maioria dos equipamentos e máquinas usados no nosso processo produtivo são próprios.

Em 31 de março de 2010, o valor de nosso ativo imobilizado consolidado era de R\$296,7 milhões. Desse valor total, R\$143,9 milhões são relativos a nossas máquinas, equipamentos e instalações que integram nossos complexos industriais, líquido de depreciação acumulada de R\$197,7 milhões, ou 57,9% do custo total das nossas máquinas, equipamentos e instalações (R\$341,7 milhões). Nossos principais maquinários e equipamentos são: misturadores, estufas de secagem, compressoras e blistadoras (utilizados para a fabricação de medicamentos sólidos), agitadores, envasadoras, reatores e tanques de fabricação (utilizados para a fabricação de medicamentos líquidos), linha de envase para líquidos (utilizada para a fabricação de adoçantes líquidos), linha de envase para pó (utilizada para a fabricação de adoçantes em pó), concentradores de tomate, túneis de pasteurização e linha de envase (utilizados para a fabricação de atomatados), linha de envase (utilizada para a fabricação de temperos), torre de secagem e linha de acondicionamento (utilizados para a fabricação de sabão em pó), fresadoras, tesouras de corte e agrupamento e embaladoras (utilizados para a fabricação de lâ de aço), reatores, maker para preparação de fibra abrasiva e empacotadora (utilizados para a fabricação de esponjas sintéticas), linha de envase (utilizada para a fabricação de líquidos saneantes), prensas e empacotadoras (utilizado para a fabricação de pastilhas inseticidas), linha de acondicionamento (utilizada para a fabricação de esmaltes) e linha de acondicionamento (utilizada para a fabricação de colorações), além de equipamentos de utilidades (caldeiras, compressores de ar, torres de resfriamento de água, subestações elétricas e estações de tratamento de efluentes).

Não paralisamos a produção de nossas unidades industriais e realizamos manutenção preventiva de nossas máquinas e equipamentos durante o ano.

- c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Desenvolvemos constantemente novos produtos para todas as nossas Unidades de Negócio como parte de renovação e melhoria de nosso portfólio de produtos. A esse respeito, esclarecemos que (i) na data deste Formulário de Referência não há pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) na data deste Formulário de Referência não há projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iii) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, destinamos R\$3,1 milhões ao desenvolvimento de novos produtos ou serviços (considerados como Intangível).

**10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

## **11. PROJEÇÕES**

### **11.1 Projeções e Estimativas**

#### ***a. objeto da projeção***

Não aplicável.

#### ***b. período projetado e o prazo de validade da projeção***

Não aplicável.

#### ***c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle***

Não aplicável.

#### ***d. valores dos indicadores que são objeto da previsão***

Não aplicável.

### **11.2 Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais**

#### ***a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas***

Não aplicável.

#### ***b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções***

Não aplicável.

#### ***c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas***

Não aplicável.

## **12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO**

### **12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido em seu estatuto social e regimento interno**

#### ***a. atribuições de cada órgão***

##### **Conselho de Administração**

Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) aprovar o planejamento anual da Companhia, estabelecendo objetivos, metas e planos de negócio para cada área de atuação da Companhia;
- (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, bem como fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (d) aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria, o qual deverá dispor sobre a estrutura administrativa e funcional;
- (e) deliberar sobre a emissão de ações da Companhia, bem como redução ou exclusão do direito de preferência, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia;
- (f) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembleia Geral Extraordinária, bem como determinar as situações em que deverá haver aumento do prazo de convocação, nos termos do Artigo 13, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social da Companhia;
- (g) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício social e examinar os balancetes mensais;
- (h) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia, bem como deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia e na lei;
- (i) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia;
- (j) escolher, fiscalizar e destituir os auditores independentes e demais assessores da Companhia;
- (k) sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (l) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;
- (m) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral;
- (n) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria e, neste último caso, deliberar acerca da eventual alienação;

- (o) aprovar qualquer aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor, considerado de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$20,0 milhões;
- (p) aprovar a outorga de garantias de obrigações que não sejam de sociedades controladas pela Companhia, cujo valor seja igual ou superior a R\$5,0 milhões;
- (q) aprovar emissão de notas promissórias para distribuição pública, estabelecendo seus termos e condições em que a emissão será realizada;
- (r) outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores ou empregados da Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, observado o plano aprovado pela Assembleia Geral;
- (s) deliberar sobre qualquer transação ou transações sucessivas no período de um ano cujo valor seja igual ou superior a R\$5,0 milhões entre a Companhia e (i) seus Acionistas Controladores, (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia, ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições comutativas de mercado. Fica assegurado a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso;
- (t) aprovar quaisquer operações com partes relacionadas à Companhia;
- (u) determinar a distribuição entre Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração dos administradores, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- (v) deliberar, ad referendum da Assembleia Geral, sobre proposta de participação nos lucros para os administradores da Companhia;
- (w) aprovar qualquer operação de natureza financeira que resulte em endividamento da Companhia, perante instituição financeira ou semelhante, em montante igual ou superior a R\$100,0 milhões; e
- (x) aprovar quaisquer decisões relativas à aquisição, disposição, oneração e renúncia de itens de propriedade industrial da Companhia, inclusive nomes de domínio, marcas e patentes, salvo decisões relativas à sua simples exploração, que caberão à Diretoria.

### **Diretoria**

Sem prejuízo do disposto na legislação societária vigente, compete à diretoria especialmente:

- (a) deliberar sobre a condução dos negócios, conforme orientação fixada pelo Conselho de Administração, organizando planos gerais do desenvolvimento da Companhia;
- (b) solucionar as dúvidas e divergências suscitadas no exercício das competências de seus membros e conceder-lhes licenças;
- (c) autorizar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, dependências, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior;
- (d) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado, da Companhia e suas controladas;



- (e) apresentar anualmente ao Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (f) observar e fazer cumprir este Estatuto Social, bem como fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração;
- (g) representar a Companhia perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas de serviços públicos e quaisquer outros órgãos do Poder Público;
- (h) aprovar qualquer aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor, considerado de forma individual ou agregada, seja inferior a R\$20,0 milhões;
- (i) aprovar a outorga de garantias de obrigações que não sejam de sociedades controladas pela Companhia, cujo valor seja inferior a R\$50,0 milhões; e
- (j) aprovar qualquer operação de natureza financeira que resulte em endividamento da Companhia, perante instituição financeira ou semelhante, em montante inferior a R\$100,0 milhões.

### **Conselho Fiscal**

Sem prejuízo das competências disciplinadas em lei, compete ao Conselho Fiscal:

- (a) fiscalizar a contratação e a prestação dos serviços de auditoria independente, se houver;
- (b) supervisionar o relacionamento da Companhia com os auditores independentes, se houver;
- (c) reunir-se periodicamente com os auditores independentes da Companhia, se houver, sem a presença da Diretoria, para discussão e análise dos procedimentos e práticas contábeis, bem como das demonstrações financeiras da Companhia;
- (d) propor à Assembleia Geral alterações nos procedimentos e práticas contábeis da Companhia ou nas demonstrações financeiras, para que reflitam adequadamente a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, se for o caso;
- (e) elaborar pareceres sobre práticas, procedimentos e/ou demonstrações financeiras da Companhia, a pedido de outros órgãos;
- (f) solicitar reunião individual com Diretor ou auditores independentes, se houver, sempre que julgar necessário;
- (g) revisar o documento de recomendações dos auditores independentes, se houver, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Geral, emitindo parecer sobre o mesmo; e
- (h) certificar que as transações com partes relacionadas estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras e tenham sido feitas por escrito e em condições de mercado.

### **Comitê de Remuneração**

Compete ao Comitê de Remuneração:

- a) examinar e discutir a política e diretriz de remuneração dos Administradores, com base nas metas, objetivos e performance da Companhia;
- b) examinar e discutir a política de remuneração global e individual, prêmios, bônus, gratificações, participações nos lucros, planos de opções de aquisição de ações e de previdência complementar;

- c) recomendar as formas alternativas de remuneração para os executivos, assegurando estímulo ao desempenho, motivação e melhoria contínua corporativa; e
- d) revisar e redimensionar anualmente das diretrizes e da política geral de remuneração.

***b. data de instalação do conselho fiscal e de criação do Comitê de Remuneração***

Na data deste Formulário de Referência, não possuíamos conselho fiscal instalado.

O Comitê de Remuneração da Companhia foi criado em 5 de agosto de 2008, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

***c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê***

Na data deste Formulário de Referência, não possuíamos mecanismos de avaliação de órgãos e comitês.

***d. em relação ao membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais***

**Diretor Superintendente (CEO):** (a) coordenar as ações dos demais Diretores, traçando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia; (b) revisar o orçamento, plano de investimentos e plano de negócios da Companhia; (c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (d) planejar, executar e administrar as atividades de recursos humanos da Companhia; (e) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional, financeira e de marketing da Companhia; e (f) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**Diretor Presidente (Presidente):** (a) coordenar as ações dos demais Diretores, traçando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia; (b) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades comerciais e de marketing da Companhia; (c) planejar, executar e administrar as atividades comerciais da Companhia; (d) planejar, executar e administrar as atividades de marketing da Companhia; e (e) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**Diretor de Relação com os Investidores:** (a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação; (b) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias; (c) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (d) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (e) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Superintendente (CEO).

**Diretor de Operações:** (a) planejar, executar e administrar as atividades de compras e suprimentos da Companhia; (b) planejar, executar e administrar as atividades de logísticas e distribuição da Companhia; (c) coordenar a implementação, estruturar, negociar e acompanhar o desenvolvimento dos empreendimentos e projetos nos quais a Companhia participe, direta ou indiretamente; e (d) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos determinadas pelo Diretor Superintendente (CEO).

**Diretor Administrativo e Financeiro (CFO):** (a) planejar, executar e administrar as atividades de tecnologia da informação da Companhia; (b) coordenar procedimentos de controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia; (c) otimizar e gerir as informações e os resultados econômico-financeiros da Companhia; (d) promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico financeiro da Companhia, inclusive auxiliando o Diretor Superintendente (CEO) na elaboração do plano anual de negócios e orçamento anual da Companhia; (e) preparar as demonstrações financeiras da Companhia; (f) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais; (g) definir as políticas de planejamento tributário da Companhia; (h) planejar, executar e administrar as atividades financeiras da Companhia; (i) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Companhia e com as partes envolvidas; (j) gerir os serviços de tesouraria, incluindo elaboração dos fluxos de caixa da Companhia; (k) coordenar escritórios e instalações onde se desenvolvam atividades técnico-operacionais; (l) responsabilizar-se pelo departamento jurídico da Companhia, inclusive gerenciando os escritórios terceirizados contratados; e (m) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos determinadas pelo Diretor Superintendente (CEO).

Compete aos Diretores assistir e auxiliar os Diretores Superintendente (CEO) e Presidente (Presidente) na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social de Companhia.

***e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria***

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos membros do seu Conselho de Administração nem do seu comitê.

Os diretores da Companhia são avaliados pelo Diretor Superintendente (CEO). A avaliação tem por objetivo verificar se foram atingidas as metas individuais previamente estabelecidas, bem como a performance e o alcance de certas metas financeiras e operacionais da respectiva área.

## **12.2. Regras, Políticas e Práticas Relativas às Assembleias Gerais**

***a. prazos de convocação***

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas assembleias gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em outro jornal de grande circulação, o qual, no caso da Companhia, é o jornal Valor Econômico. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com oito dias de antecedência, devendo ser instaladas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e presididas pelo presidente do Conselho de Administração, ao qual caberá designar o secretário. A assembleia geral que deliberar sobre o cancelamento do nosso registro de companhia aberta, ou que tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a nossa Companhia, em determinadas circunstâncias, prorrogar a data da assembleia geral para que seja feita em até 30 dias após a data de convocação.

***b. competências***

A Assembleia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, e a ela competirá: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, dependerá da aprovação da Assembleia Geral a prática dos seguintes atos: qualquer aumento no capital social da Companhia (exceto por capitalização de reservas, ou dentro do limite do capital autorizado, ou conforme exigido por lei), desdobramento ou grupamento de ações, resgate de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de quaisquer valores mobiliários da Companhia, sejam ou não conversíveis em ações, incluindo, mas não se limitando à criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, opções de compra ou ainda bônus ou opção de subscrição de ações; (b) a definição da remuneração de todos e quaisquer membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (c) a alteração do Estatuto Social; (d) atribuição de bonificações em ações; (e) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle; (f) a redução do número de membros do Conselho de Administração ou a redução das atribuições do Conselho de Administração; (g) a fusão, cisão, incorporação, reorganização com ou da Companhia com outra, conversão em novo tipo societário ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia; (h) a autorização para os administradores da Companhia requererem falência voluntária ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (i) a liquidação ou dissolução da Companhia; (j) a celebração de qualquer cessão em benefício de quaisquer credores da Companhia em situação de insolvência; (k) saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (l) qualquer alteração do objeto social da Companhia; (m) qualquer alteração da política de dividendos da Companhia; (n) escolha de empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração; e (o) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

***c. endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise***

Os documentos estão disponíveis na sede da Companhia no endereço Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.217, casa n.º 7, CEP 04543-090, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou no endereço eletrônico [www.hypermarcas.com.br/ri](http://www.hypermarcas.com.br/ri).

***d. identificação e administração de conflitos de interesses***

Nos termos da lei, os conflitos de interesses são identificados e administrados pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de análise de objeto e contra partes do contrato. Ressaltamos, contudo, que os conflitos de interesses relacionados aos Negócios Remanescentes (conforme definição constante no item "15.5" abaixo deste Formulário de Referência) poderão ser submetidos por qualquer acionista ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia, que, por sua vez, submeterá a questão a qualquer um dos advogados indicados no Acordo de Acionistas, caso concorde sobre a existência de tal interesse conflitante.

***e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto***

A Companhia admite a solicitação de procurações pela administração, desde que o representante esteja validamente constituído e que a procuração contenha o teor do voto a ser proferido.

***f. formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico***

As procurações devem ser enviadas com firma reconhecida e com comprovação de poderes dos signatários, até o nível do acionista. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

***g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias***

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

***h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias***

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou áudio das assembleias.

***i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas***

Não há.

**12.3 Datas e Jornais de Publicação**

		<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras.....	Data(s) de publicação em Jornais	–	–	–
	Jornal(is) de Publicação	–	–	–
Convocação da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras.....	Data(s) de publicação em Jornais	02.03.2010	02.04.2009	–
	Jornal(is) de Publicação	Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico		
Ata da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras.....	Data(s) de publicação em Jornais	07.04.2010	12.05.2009	19.03.2008
	Jornal(is) de Publicação	Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico		
Demonstrações financeiras.....	Data(s) de publicação em Jornais	23.02.2010	14.03.2009	01.02.2008
	Jornal(is) de Publicação	Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico		

**12.4. Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração**

Nosso Estatuto Social prevê que nosso Conselho de Administração será composto de, no mínimo, nove e, no máximo, 11 membros, sendo um Conselheiro Presidente e um Vice Presidente, que são eleitos pela maioria absoluta de voto dos acionistas, em assembleia geral de acionistas. Os conselheiros são eleitos em assembleia geral de acionistas por um prazo de um ano, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer momento por nossos acionistas reunidos em assembleia geral. O regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA estabelece que pelo menos 20% dos membros do nosso Conselho de Administração sejam Conselheiros Independentes.

**a. *frequência das reuniões***

O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada três meses, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente, através de carta registrada, entrega pessoal, correio eletrônico ou fac-símile enviado aos demais conselheiros com pelo menos três dias úteis de antecedência das reuniões.

**b. *se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho***

Nos termos do acordo de acionistas da Companhia, celebrado entre Igarapava, Maiorem, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho, e Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'anna Braga, pelo menos dois dias antes de qualquer reunião do Conselho de Administração, as Partes deverão realizar uma reunião preliminar para decidir os votos a serem proferidos pelos Conselheiros por elas designados relativamente a cada uma das matérias submetidas à discussão na respectiva reunião do Conselho de Administração. As decisões tomadas na reunião preliminar exigirão o voto afirmativo das Partes que representem 60% do total das ações do bloco de controle, exceto se exigido quorum qualificado.

**c. *regras de identificação e administração de conflito de interesses***

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

**12.5. Descrição de cláusula compromissória inserida no estatuto social da Companhia para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem**

Nosso Estatuto Social em sua cláusula 57 prevê que a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, podendo as partes, nos termos deste mesmo regulamento, escolher em comum acordo outra câmara ou centro de arbitragem para resolver seus litígios.

## 12.6. Informações sobre os Administradores e Membros do Conselho Fiscal

### Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Outros cargos ocupados na Companhia	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do mandato	Eleito pelo Controlador
João Alves de Queiroz Filho .....	57	Industrial	575.794.908-20	Presidente do Conselho de Administração	Membro do Comitê de remuneração	26.03.2010	26.03.2010	AGO 2011	Sim
Luciana Cavalheiro Fleischner .....	35	Engenheira de alimentos	179.594.798-52	Conselheiro	–	26.03.2010	26.03.2010	AGO 2011	Sim
Claudio Bergamo dos Santos .....	44	Administrador de empresas	101.110.688-43	Conselheiro	Diretor Superintendente (CEO)/Membro do Comitê de Remuneração	26.03.2010	26.03.2010	AGO 2011	Sim
Esteban Malpica Fomperosa .....	60	Contador público	060.627.497-95	Conselheiro	Membro do Comitê de remuneração	26.03.2010	26.03.2010	AGO 2011	Sim
Bernardo Malpica Hernández.....	45	Banqueiro	060.627.487-13	Conselheiro	Membro do Comitê de remuneração	26.03.2010	26.03.2010	AGO 2011	Sim
Jairo Eduardo Loureiro .....	69	Empresário	006.161.338-04	Conselheiro Independente	–	26.03.2010	26.03.2010	AGO 2011	Não
Hélio Robles de Oliveira .....	47	Empresário	063.747.478-36	Conselheiro Independente	–	26.03.2010	26.03.2010	AGO 2011	Não
Marcelo Henrique Limirio Gonçalves ...	56	Empresário	077.009.701-49	Conselheiro	–	26.03.2010	26.03.2010	AGO 2011	Sim
Marcelo Henrique Limirio Gonçalves Filho .....	32	Empresário	692.126.601-00	Conselheiro	–	26.03.2010	26.03.2010	AGO 2011	Sim

### Diretoria

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Outros cargos ocupados na Companhia	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do mandato	Eleito pelo Controlador
Claudio Bergamo dos Santos.....	44	Administrador de empresas	101.110.688-43	Diretor Superintendente (CEO)	Conselheiro/ Membro do Comitê de Remuneração	01.02.2008	01.02.2008	1ª RCA após AGO 2011	Sim
Nelson José de Mello .....	51	Economista	130.110.221-00	Diretor Presidente (Presidente)	–	01.02.2008	01.02.2008	1ª RCA após AGO 2011	Sim
Martim Prado Mattos.....	30	Administrador de empresas	221.793.328-07	Diretor Administrativo e Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores	–	08.06.2010 e 01.02.2008	08.06.2010 e 01.02.2008	1ª RCA após AGO 2011	Sim
Carlos Roberto Scorsi .....	48	Administrador de empresas	030.408.158-22	Diretor de Controladoria	–	10.06.2009	10.06.2009	1ª RCA após AGO 2011	Sim

### Conselho Fiscal

Na data deste Formulário da Referência, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.

## 12.7. Informações sobre os Comitês da Companhia

O nosso Conselho de Administração aprovou em reunião de 05 de agosto de 2008 a criação de um comitê de remuneração com a função de estabelecer critérios e fixar a remuneração individual dos nossos administradores. Na data deste Formulário de Referência, o Comitê é composto pelos Srs. João Alves de Queiroz Filho, Claudio Bergamo dos Santos, Esteban Malpica Fomperosa e Bernardo Malpica Hernandez, eleitos na reunião do Conselho de Administração de 05 de agosto de 2008.

Adicionalmente, esclarecemos que os itens solicitados no item 12.7 do anexo 24 da Instrução CVM 480 foram apresentados no subitem 12.6, acima, uma vez que os membros do Comitê de Remuneração são, também, membros do Conselho de Administração da Companhia.

## **12.8. Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal**

### **a. currículos**

#### **Conselho de Administração**

*João Alves de Queiroz Filho.* O Sr. Queiroz Filho é Presidente do nosso Conselho de Administração. Em 1969, fundou a Arisco Produtos Alimentícios S.A. ("Arisco") com o seu pai, e foi o seu Diretor Presidente e Presidente do seu Conselho de Administração por mais de 20 anos. Sob sua gestão, a Arisco rapidamente se tornou o maior grupo do setor alimentício brasileiro e foi vendida para a Bestfoods no ano 2000. Desde então o Sr. Queiroz Filho tem gerido seu patrimônio através de operações no mercado financeiro, bem como buscado oportunidades de aquisição de empresas. Em 2000, ele fundou a Monte Cristalina, com o fim de buscar oportunidades de investimentos em companhias brasileiras, e desde então investiu em mais de 10 empresas, entre as quais podemos ressaltar a Assolan Industrial, cuja participação no mercado de esponjas de aço subiu de 8,0% para 29,0% no período de sua gestão. O Sr. Queiroz Filho é formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração Dom Pedro II. O Sr. Queiroz Filho possui escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.277, cj. 603, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

*Luciana Cavaleiro Fleischner.* A Sra. Fleischner integra o nosso Conselho de Administração. Iniciou sua carreira em 1996 como engenheira de alimentos na Arisco, grupo que atua no setor alimentício brasileiro. Em 1998 foi para o Goldman Sachs como estagiária da área de Mergers & Acquisitions (M&A). Em 1998 retornou para a Arisco, na posição de Gerente de Planejamento. Em 2000, participou do processo de venda da Arisco para a Bestfoods, grupo que também atua no setor alimentício. Após a venda, atuou como Gerente de Produto na Bestfoods e, posteriormente, na Unilever, empresa que atua no segmento de bens de consumo. Em 2002 foi para a Monte Cristalina, na posição de Gerente de Planejamento, tendo atuado na área de aquisições da empresa. Posteriormente, assumiu a área de Finanças e Tesouraria da Monte Cristalina, onde é a responsável pela gestão e controle dos ativos financeiros. A Sra. Fleischner ingressou na Companhia em 2002 e é formada em Engenharia de Alimentos pela Escola de Engenharia Mauá, em 1999. A Sra. Fleischner possui escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.277, cj. 603, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

*Claudio Bergamo dos Santos.* O Sr. Bergamo ingressou no grupo em 1998 e é membro do nosso Conselho de Administração desde 2007, ocupando também o cargo de Diretor Superintendente (CEO) da Companhia desde 2007. O Sr. Bergamo trabalhou na McKinsey & Company de 1989 a 1998, empresa de consultoria que assessora diversas empresas líderes nacionais e multinacionais em temas de reestruturação, programas de *turnaround*, estratégias de crescimento, melhorias operacionais e reorganizações. Iniciou sua carreira como Diretor de Planejamento da Arisco entre 1998 a 2001. Entre 2001 e 2007, ocupou o cargo de Diretor de Investimentos da Monte Cristalina, onde tem atuado ativamente no desenvolvimento da Hypermarchas nas áreas de Estratégia e Programa de Aquisições. O Sr. Bergamo é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Getúlio Vargas em 1988, com pós-graduação (MBA) pelo *Institute for Management Development* (IMD), em 1992. O Sr. Bergamo possui escritório na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 5º andar, Torre III, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.



*Esteban Malpica Fomperosa.* O Sr. Malpica é membro do nosso Conselho de Administração. Desde 2004, o Sr. Malpica é Sócio Diretor da Praemia S.C., um banco de investimento mexicano. Ele é conselheiro de empresas importantes no México, como El Puerto de Liverpool, S.A.B. de C.V., companhia aberta mexicana que atua no segmento de lojas de departamento; Kimberly Clark de México, S.A.B. de C.V., companhia aberta mexicana cuja a principal atividade é a produção, marketing e venda de produtos descartáveis de papel e Empresas ICA, S.A.B. de C.V., companhia aberta mexicana que atua no segmento de engenharia e construção. Entre 1995 e 2001 foi Vice – presidente Executivo do Grupo financeiro Banamex – Accival S.A de C.V., um banco mexicano. De 1992 a 1995 foi Vice-presidente da Bolsa Mexicana de Valores e Presidente do Conselho de Administração do México Equity & Income Fund., companhia aberta mexicana que atua no segmento de private equity. De 1978 a 1995 trabalhou no Acciones y Valores de México, corretora de valores, como Diretor Geral, Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Análise de Ações e Diretor de Vendas. O Sr. Malpica formou-se em 1971 em contabilidade pela Universidad Iberoamericana da Cidade do México, e posteriormente concluiu pós graduação (MBA) pela Universidade de Notre Dame em 1974. O Sr. Malpica possui escritório na calle de Córdoba 8, México D.F. 06700, México.

*Bernardo Malpica Hernández.* O Sr. Malpica Hernández é membro do nosso Conselho de Administração. Desde 2004, o Sr. Malpica Hernández é Sócio da Praemia, S.C., um banco de investimento mexicano. De 2001 a 2003, ele foi responsável pelas fusões e aquisições do Banco ING do México. Antes de se juntar ao grupo, Sr. Malpica Hernández atuou como assessor financeiro na Artikos, uma *joint venture* de *e-commerce* entre Banamex e Commerce One, entre 2000 e 2001. De 1996 a 2000, atuou como Diretor de Banco de Investimento na Operadora de Bolsa Serfin, corretora de valores, onde foi responsável por ofertas públicas de ações. O Sr. Malpica Hernández graduou-se em Administração de Empresas pela Universidad Iberoamericana na cidade do México em 1990, e concluiu pós-graduação (MBA) pela Kellogg Graduate School of Management da Universidade de Northwestern em 1993. O Sr. Hernández possui escritório na Av. Chapultepec 218, México D.F. 06700, México.

*Jairo Eduardo Loureiro.* O Sr. Loureiro é membro independente do nosso Conselho de Administração. Atualmente, o Sr. Loureiro é Diretor Presidente da Planibanc Investimentos e sócio da Latin America Enterprise Fund., um gestor de fundos de private equity. Até 2002 foi Diretor Presidente da Planibanc Corretora de Valores S.A. e até 1983 foi Diretor do Chase Manhattan Bank. Até 1972 foi Diretor Vice-Presidente do Banco Comercial Brasul. Até 1971 foi Diretor Executivo do Banco Comercial do Estado de São Paulo. O Sr. Loureiro cursou o Graduate College – Colégio São Luiz Start Economic Program – Colégio São Luiz Financial Analysis. Em 1966 cursou o Program – Manufactures Manover Trust e, em 1975, o Financial Analysis Program do Chase Manhattan Bank, ambos em Nova Iorque. O Sr. Loureiro possui escritório na Rua Tenente Negrão, n.º 170, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

*Hélio Robles de Oliveira.* O Sr. Oliveira é membro independente do nosso Conselho de Administração. No período entre 1981 e 1993, o Sr. Oliveira trabalhou na Q-Refres-ko Indústria Alimentícia, empresa que atua no segmento alimentício, onde atuou como Gerente e Diretor de Marketing. Atuou também na Embalagens Flexíveis Diadema, empresa que atua no segmento de embalagens, como Sócio e Diretor Presidente entre 1993 e 2005. Atualmente, o Sr. Oliveira é Diretor Comercial da Josil Empreendimentos Imobiliários (desde 1993), incorporadora imobiliária, sócio da HRO Empreendimentos Agropecuários Ltda. O Sr. Oliveira graduou-se em engenharia mecânica de produção em 1986 pelo IEEP - Instituto de Ensino de Engenharia Paulista, tendo concluído pós-graduação em Administração e Marketing pela Fundação Getulio Vargas em 1988. O Sr. Oliveira possui escritório na Av. Fundibem, n.º 184, no município de Diadema, no Estado de São Paulo.

*Marcelo Henrique Limírio Gonçalves.* O Sr. Gonçalves foi presidente do Neo Química. Em 1980 juntamente com seu pai e irmão adquiriu o Neo Química, então uma pequena indústria farmacêutica no Rio de Janeiro. Em 1991 comprou as partes de seus sócios e a partir daí transformou o Neo Química em uma das maiores indústrias farmacêuticas do Brasil. Durante este período comprou e se tornou sócio de outras indústrias em diversos segmentos. Atua também com agropecuária e no setor imobiliário, tendo recentemente adquirido o Hotel Nacional no Rio de Janeiro. O Sr. Gonçalves possui escritório na rua Gomes de Carvalho, n.º 1510, 14º andar, conj. 141 Ed. Atrium VI Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

*Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho.* O Sr. Marcelo Filho cursou Administração e Marketing na Universidade Católica de Goiás, iniciou sua carreira no Neo Química em 1995 como estagiário da Área Industrial. Em 1997 ao finalizar seu estágio, passou por diversas áreas da empresa na posição de Coordenador. Em 1998 foi sócio diretor da Logus Propaganda. Posteriormente assumiu a Diretorias de Marketing e Industrial no Neo Química em tempos distintos. Atuou também na Diretoria de Planejamento Corporativo, onde foi responsável por toda área de planejamento estratégico e novos negócios. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Marcelo Filho possui escritório na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1510, 14º andar, conj. 141 Ed. Atrium VI Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

### **Diretoria**

*Nelson José de Mello.* O Sr. Mello ocupa o cargo de Diretor-Presidente desde nossa fundação. Iniciou sua carreira no Moinho Goiás S.A. em 1973 como *office boy*, chegando a gerente de vendas, em 1976. No ano de 1977 atuou como subgerente no Banco Mercantil de São Paulo S.A. Em 1978 iniciou sua carreira na Cremalho Produtos Alimentícios Ltda. (posteriormente adquirida pela Arisco) como gerente de vendas, passando por diversas posições até chegar, em 2001, a Diretor da Divisão Arisco, grupo que atua no setor alimentício brasileiro, nas gestões Bestfoods, empresa que atua no setor alimentício e Unilever, empresa de bens de consumo. O Sr. Mello é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Goiás, em 1982. O Sr. Mello possui escritório na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 5º andar, Torre III, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

*Carlos Roberto Scorsi.* O Sr. Scorsi ingressou na Companhia em 2002, assumiu a posição de Diretor Administrativo e Financeiro e atualmente ocupa a posição de Diretor de Operações. Iniciou sua carreira na Arisco, em 1977, na posição de Técnico em Edificações, ocupando diversos cargos, tais como Gerente de Crédito e Cobrança, Gerente Financeiro e Administrativo e Diretor Administrativo-Financeiro, sendo responsável pela transição do departamento Financeiro de Goiânia para São Paulo até o ano 2000. Em 2001 voltou trabalhar com o Grupo Monte Cristalina, assumindo a Diretoria-Geral da TV Serra Dourada Ltda. O Sr. Scorsi é formado em Administração de Empresas pela Universidade Paulista - UNIP em 2003. O Sr. Scorsi possui escritório na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 5º andar, Torre III, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

*Martim Prado Mattos.* O Sr. Mattos ingressou na Companhia em 2008 como Diretor de Relações com Investidores. Trabalhou na Monte Cristalina como analista financeiro da presidência, onde acompanhou e assessorou todas as empresas do grupo em assuntos financeiros, estratégicos e societários, incluindo a Hypermarchas. Entre 2002 e 2004 trabalhou como operador de mesa da BM&FBOVESPA na Corretora Souza Barros e, entre 1999 e 2001 atuou como analista de pesquisa de mercado na TR&Associados, empresa de Pesquisa de Mercado. O Sr. Martim graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em 2005. O Sr. Martim possui escritório na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 5º andar, Torre III, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

- b. *descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.***

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros de nossa Administração.

#### **12.9. Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco**

Declaramos que não há qualquer outra relação conjugal, de união estável ou parentesco além das descritas abaixo.

**a. *Administradores da Companhia***

Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, membro do nosso Conselho de Administração, é pai do Sr. Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho, também membro do nosso Conselho de Administração.

**b. *(i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia***

Não há.

**c. *(i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia***

Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, membro do nosso Conselho de Administração, é casado com Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves, e pai de Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho e Luana Barbosa Limírio Gonçalves Sant'Anna Braga, todos signatários do acordo de acionistas da Companhia.

**d. *(i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia***

Não há.

#### **12.10. Relações de Subordinação, Prestação de Serviços ou Controle Mantidas nos Últimos 3 Exercícios Sociais entre os Administradores da Companhia e:**

**a. *sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia***

Não há.

**b. *controlador direto ou indireto da Companhia***

Não há.

**c. *caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas***

Não há.

**12.11. Descrição das disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções**

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil de conselheiro, diretores e/ou administradores de sociedades comerciais, emitida por Itaú Seguro Seguros S.A., com cobertura válida até 12 de maio de 2011, para os diretores da Companhia e suas subsidiárias, respeitadas as limitações impostas pela respectiva apólice.

A referida apólice possui limite máximo de cobertura no valor R\$50,0 milhões e cobre ações judiciais ou processos administrativos propostos contra os administradores da Companhia e suas subsidiárias, conforme acima expostos, decorrentes de, mas não limitados a, responsabilização tributária, trabalhista ou por danos morais causados a terceiros, bem como para gerenciamento de crise, penhora *on-line* e para acordos realizados com consentimento da seguradora, respeitadas os limites e exclusões de cobertura impostos pelos respectivos endossos à mencionada apólice.

**12.12. Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "12".

### **13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

#### **13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.**

##### ***a. objetivos da política ou prática de remuneração***

Buscamos compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário de nossos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base e, dependendo do cargo, bônus.

##### ***b. composição da remuneração, indicando:***

###### ***(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles***

###### Conselho de Administração

Os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus apenas a remuneração fixa simbólica.

###### Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária

Os membros da nossa Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa (a qual inclui um salário fixo mensal e benefícios diversos, tais como seguro de vida, assistência médica e odontológica) e a uma remuneração variável (a qual inclui a participação nos resultados da Companhia e a remuneração com base nos planos de opção de compra de ações da Companhia).

###### Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos um Conselho Fiscal instalado.

###### Comitês

Os membros do nosso Comitê de Remuneração são administradores da Companhia, e não recebem remuneração específica pelo fato de participarem do Comitê.

O objetivo de cada elemento da remuneração dos nossos administradores é incentivar o alinhamento de seus interesses com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados. Ademais, por meio dos planos de opções de compra de ações, a Companhia busca estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Por fim, os planos visam possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da mesma, nos termos e condições previstos nos planos.

###### ***(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total***

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Já no caso da Diretoria, a remuneração fixa correspondeu, em 2009, a aproximadamente 25,0% da remuneração total, enquanto que a remuneração variável correspondeu aos demais 75,0%, incluindo a parcela relativa à remuneração baseada em ações.

***(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores são comparados periodicamente com o mercado, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração, além do desempenho desses executivos em suas respectivas áreas de responsabilidade.

***(iv) razões que justificam a composição da remuneração***

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

***c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração***

Consideramos o alcance dos seguintes indicadores e métricas operacionais e financeiras da Companhia para compor a remuneração dos executivos da Companhia, dentre outros (i) valor EBITDA, (ii) margem EBITDA, (iii) valor do fluxo de caixa operacional, e (iv) crescimento de vendas, bem como a avaliação individual, que leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, desenvolvimento de talentos, empreendedorismo, gestão de marcas, gestão logística, competitividade, custo médio das dívidas, *market share*, entre outros.

***d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho***

A parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

Sendo assim, os valores a serem pagos a nossos administradores à título de bônus, participação nos resultados da Companhia, ou outorga de opções de compra de nossas ações, dependem da evolução da Companhia e do alcance de metas individuais dos nossos administradores.

***e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo***

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores.

Em longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados por meio da outorga de opções de compra de nossas ações aos membros de nossa administração.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário**

Nos termos do Plano II, na ocorrência de operações que resultem na transferência do controle acionário da Companhia ou em sua saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o Conselho de Administração poderá deliberar que as opções outorgadas (i) tenham seus prazos de carência antecipados, de forma que possam ser exercidas imediatamente; ou (ii) sejam reembolsadas pela Companhia, de forma que o Beneficiário receba o pagamento em dinheiro ou o equivalente em ações da quantia a que faria jus nos termos do respectivo Programa.

**13.2. Remuneração nos últimos três exercícios do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal <sup>(1)</sup>	Total
Número de membros .....	8,5	5	–	13,5
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore .....	99.517,20	2.838.776,00	–	2.938.293,20
Benefícios diretos e indiretos .....	0,00	162.279,21	–	162.279,21
Remuneração por participação em Comitês .....	0,00	0,00	–	0
Outros .....	0,00	0,00	–	0
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus .....	0,00	3.940.827,00	–	3.940.827,00
Participação nos resultados .....	0,00	2.755,38	–	2.755,38
Remuneração por participação em reuniões .....	0,00	0,00	–	0
Comissões .....	0,00	0,00	–	0
Outros .....	0,00	0,00	–	0
Benefícios pós-emprego .....	0,00	0,00	–	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo ...	0,00	0,00	–	0
Remuneração baseada em ações...	0,00	0,00	–	0
Valor por órgão da remuneração ...	99.517,20	6.944.637,59	–	7.044.154,79

<sup>(1)</sup> O Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Em 2010, a remuneração global dos nossos administradores, sujeita à aprovação de nossos acionistas em Assembléia Geral, está estimada em R\$12,0 milhões, já incluídos benefícios de qualquer natureza e verbas de remuneração, sendo R\$6,0 milhões destinados às parcelas fixas e R\$6,0 milhões destinados às parcelas variáveis, e excluídos quaisquer ganhos, se houver, decorrentes dos nossos planos de opção de compra de ações.

### 13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal <sup>(1)</sup>	Total
<b>Número de membros.....</b>	<b>8,5</b>	<b>5</b>	<b>–</b>	<b>13,5</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração .....	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração .....	–	–	–	na
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas ....	–	–	–	–
Valor efetivamente reconhecido no resultado .....	0,00	3.940.827,00	–	3.940.827,00
<b>Participação no resultado</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração .....	–	–	–	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração .....	–	–	–	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas ....	–	–	–	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado .....	–	2.755,38	–	2.755,38

<sup>(1)</sup> O Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia esclarece que não há um valor mínimo ou máximo determinado de pagamento de participação nos resultados ou bônus para os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária ou Conselho Fiscal.

### 13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

#### a. Termos e condições gerais

Em 24 de março de 2008, os nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações da Companhia ("Plano I"). Em 29 de dezembro de 2008, nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram (i) a criação de um novo plano de opção de compra de ações da Companhia ("Plano II", e em conjunto com o Plano I, "Planos"); e (ii) a ratificação da vigência parcial do Plano I, que poderá ser exercida por seus beneficiários de acordo com os termos e condições da outorga.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criarão, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações, nos quais serão definidos: (i) os Beneficiários dos Planos; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) eventuais prazos de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas-limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) eventuais restrições à alienação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício da opção; e (vi) eventuais metas relacionadas ao desempenho dos empregados, dos administradores ou da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição de beneficiários e a determinação do número de opções.



Ambos os Planos determinam que as opções para aquisição de nossas ações poderão ser extintas ou terem seus prazos e condições de exercício modificados nas hipóteses de desligamento, por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez ou falecimento, do seu respectivo titular.

No caso de exercício da opção de compra de nossas ações, nosso Conselho de Administração deverá aprovar a emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado ou, desde que previamente autorizado pela CVM, autorizar a alienação de ações mantidas em tesouraria. Caso o exercício da opção de compra de ações ocorra por meio da emissão de novas ações, haverá aumento do nosso capital social e os nossos acionistas não terão direito de preferência para a subscrição de tais ações, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, tendo, portanto, suas respectivas participações diluídas em nosso capital social.

Os nossos acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com os Planos, conforme previsto no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos dos Planos manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado eventual disposição em contrário estabelecida pelo nosso Conselho de Administração. Entretanto, nenhum beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de nossos acionistas até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos dos Planos e do respectivo contrato de opção.

No âmbito do Plano II, aprovamos, em 30 de maio de 2008, opções de compra de ações a determinados beneficiários, conforme termos e condições descritos abaixo. No âmbito do Plano II, nosso Conselho de Administração aprovou dois Programas de Opção de Compra de Ações de 2008, em reunião realizada em 29 de dezembro de 2008, o qual foi aditado em 06 de fevereiro de 2009, e em reunião realizada em 17 de dezembro de 2009.

Os termos específicos para cada plano, bem como a descrição das outorgas realizadas estão descritos a seguir.

#### Plano I

O Plano I é direcionado aos nossos administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob o seu controle ("Beneficiários Plano I", cujos termos e condições específicas são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração ou Comitê). Atualmente o Plano I só está vigente em relação às opções aprovadas em 30 de maio de 2008.

Nos termos do Plano I, que é administrado pelo nosso Conselho de Administração ou por opção deste, por um comitê composto por três membros, sendo necessariamente pelo menos um deles membro do Conselho de Administração, foram outorgadas aos seus Beneficiários opções de compra de ações, o qual acarreta uma potencial diluição correspondente a 0,45% do total do nosso capital social à época da outorga.

As opções para aquisição das nossas ações ordinárias são pessoais e intransferíveis, não podendo ser cedidas, transferidas ou de qualquer forma alienadas.

Na hipótese de operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão envolvendo a Companhia, o Conselho de Administração e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar (i) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia, (ii) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão, e/ou (iii) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano I, sendo que, no caso de demissão, sem justa causa, de um beneficiário no período de 24 meses após uma mudança no controle acionário da Companhia, os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se seu prazo de carência.

O Conselho de Administração é o responsável por determinar os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações nos termos do Plano I, o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições relativas a tais opções.

Nesse sentido, em 30 de maio de 2008, nosso Conselho de Administração aprovou a eleição de determinados beneficiários como Beneficiários do Plano I, os quais poderão adquirir até 1.802.212 ações, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembleia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009. Tendo em vista que esta foi a primeira outorga aprovada no âmbito dos Planos, o preço de exercício da opção foi baseado no valor de lançamento das ações no âmbito da realização da primeira oferta pública de ações ordinárias de emissão da Companhia, em 17 de abril de 2008, no valor de R\$8,50 por ação, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembleia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, desde a data da outorga da opção até o efetivo pagamento. O preço de exercício será pago nos termos do Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato de Opção") a ser celebrado com os Beneficiários. O Prazo máximo para o exercício da opção será o último dia útil do 96º mês seguinte a data de outorga.

A opção poderá ser exercida pelo Beneficiário do Plano I da seguinte forma: (i) até 20% após o 25º mês contado da outorga da opção; (ii) até 50% após o 37º mês contado da outorga da opção; e (iii) 100% após o 49º mês contado da outorga da opção. Não há qualquer restrição à negociação das ações adquiridas pelos Beneficiários do Plano I em decorrência do exercício de suas opções.

No Plano I, na data deste Formulário de Referência, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembleia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, havia 1.802.212 opções de compra ou de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia por um preço de exercício de R\$8,50, das quais nenhuma era passível de exercício.

## Plano II

O Plano II é direcionado aos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob o seu controle indicados pelo nosso Conselho de Administração ou Comitê ("Beneficiários").

Nos termos do Plano II, que é administrado pelo nosso Conselho de Administração ou por opção deste, por um comitê composto por três membros, sendo necessariamente pelo menos um deles membro do Conselho de Administração, poderão ser outorgadas aos seus Beneficiários opções de compra de ações até o limite de 2,55% do total de ações do nosso capital social à época da outorga, sem considerar, neste total, o efeito da eventual diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

O preço de emissão ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria, das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários do Plano II em decorrência do exercício das opções será equivalente à média aritmética dos 20 pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção. O preço de exercício poderá ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê. Adicionalmente, o Comitê ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderão prever, quando da determinação do preço do exercício em cada programa, um ajuste de até 10%, para mais ou para menos. Em casos excepcionais e devidamente fundamentados, o Comitê ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderão definir ajustes em percentuais superiores.

Em 29 de dezembro de 2008, nosso Conselho de Administração aprovou Programa de Opção de Compra de Ações de 2008, o qual foi aditado em 06 de fevereiro de 2009 ("Programa 2008"). O Programa 2008 possui como Beneficiários os determinados diretores e empregados da Companhia, os quais, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, poderão adquirir até 8.800.000 ações ou 2,22% do nosso capital social à época da outorga, nas proporções individuais estabelecidas pelo Contrato de Opção. O preço de exercício da opção é de R\$10,72 por ação (R\$5,32 por ação, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009), equivalente à média aritmética dos 20 pregões imediatamente anteriores a 01 de novembro de 2008, corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, desde a data da outorga da opção até o efetivo pagamento. O preço de exercício será pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício da opção. No âmbito do Programa 2008, foram exercidas opções que resultaram em um aumento de capital da Companhia, em 16 de abril de 2010, no valor de R\$6.565.258,92, mediante a emissão de 1.164.056 novas ações ao preço de subscrição de R\$5,64.

Em 17 de dezembro de 2009, nosso Conselho de Administração aprovou Programa de Opção de Compra de Ações de 2009 ("Programa 2009"). O Programa 2009 possui como Beneficiários os determinados diretores e empregados da Companhia, os quais, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, poderão adquirir até 2.800.000 ações ou 0,58% do nosso capital social à época da outorga, nas proporções individuais estabelecidas pelo Contrato de Opção. O preço de exercício da opção é de R\$34,11 por ação (R\$17,06 por ação, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009), equivalente à média aritmética dos 20 pregões imediatamente anteriores a 17 de dezembro de 2009 e ajustado por 10% para menos. O preço de exercício será pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício da opção.

Em ambos os Programas a opção poderá ser exercida pelos Beneficiários da seguinte forma: (i) até 10% após 01 de novembro de 2008; (ii) até 20% após um ano da outorga; (iii) até 40% após dois anos da outorga; (iv) até 60% após três anos da outorga; (v) até 80% após quatro anos da outorga; e (vi) até 100% após cinco anos da outorga. Os lotes anuais poderão ser exercidos sempre: (i) em até 30 dias a contar do recebimento de gratificação, bônus ou participação nos lucros distribuída pela Companhia ao Beneficiário do Plano II ("Bônus") de cada ano; ou (ii) em até 30 dias a contar do encerramento do período de 180 dias contados a partir do pagamento do Bônus.

Exceto quanto ao 1º lote de ações do Programa 2008, cujo prazo de carência para exercício encerrou em 1º de novembro de 2008, os Beneficiários do Plano II deverão destinar pelo menos 50% do Bônus para subscrever ou adquirir ações decorrentes das opções de compra passíveis de serem adquiridas. Caso os Beneficiários tenham exercido opções com recursos próprios, a quantidade de ações adquiridas poderá ser deduzida da quantidade de ações necessárias para atingir o percentual mínimo de destinação do Bônus. Na hipótese em que o Beneficiário tenha adquirido ações da Companhia no mercado, com recursos próprios, a quantidade de ações adquiridas poderá ser deduzida da quantidade de ações necessárias para cumprir a obrigatoriedade de destinação do Bônus.

A totalidade das ações subscritas e/ou adquiridas pelos Beneficiários do Plano II ficará indisponível para alienação pelo período de um ano contado a partir do encerramento do período de exercício. A Companhia terá direito de preferência para a aquisição das ações que o Beneficiário do Plano II pretender vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar, inclusive em qualquer hipótese de término do contrato de trabalho entre o Beneficiário do Plano II e a Companhia.

Na hipótese de qualquer operação em que se configure a transferência de controle acionário da Companhia, ou na hipótese da Companhia deixar de ter suas ações admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, as opções emitidas no contexto do Plano II, a critério do Conselho de Administração (i) poderão ter seus prazos de carência antecipados por determinado prazo, para que possam ser imediatamente exercidas pelo Beneficiário, (ii) poderão ser transferidas para a companhia sucessora, (iii) poderão ser reembolsadas pela Companhia e o beneficiário receber o pagamento em dinheiro ou o equivalente em ações da quantia a que faria jus nos termos do Plano II, sendo que, a eventual demissão, sem justa causa, de um beneficiário detentor de opções dos Planos II em até dois anos a contar da operação na qual se configurou a mudança de controle da Companhia acarretará em antecipação do direito de exercício das opções por ele detidas.

No Plano II, na data deste Formulário de Referência, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, havia (i) no âmbito do Programa 2008, considerando as opções já exercidas, 8.800.000 opções de compra ou de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia por um preço de exercício de R\$5,32, das quais 1.191.894 eram passíveis de exercício; e (ii) no âmbito do Programa 2009, 2.800.000 opções de compra ou de subscrição de ações, das quais nenhuma era passível de exercício.

De acordo com o Pronunciamento CPC 10 "Pagamentos Baseados em Ações", a Companhia contabiliza a despesa correspondente às ações dos Planos, entre a data de outorga da opção e a data na qual as opções podem ser exercidas, com base no valor justo das opções concedidas na data da outorga. Durante o período no qual o direito é adquirido após o atendimento das condições específicas, a Companhia reconheceu o valor de R\$5,2 milhões como despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Conforme o Pronunciamento CPC 10, as opções exercidas não geram qualquer efeito na Demonstração de Resultados da Companhia uma vez que a despesa é reconhecida durante o período de *vesting*.

#### ***b. Principais objetivos do plano***

O Plano I tem por objetivo permitir que administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob o seu controle, assim como os administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle, sujeitos a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculados administradores, empregados e prestadores de serviços.

O objetivo do Plano II é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas, diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

#### ***c. Forma como o plano contribui para esses objetivos***

Por meio dos Planos, a Companhia visa alcançar o desenvolvimento de seus objetivos sociais e o atendimento dos interesses de seus acionistas.

**d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Os Planos constituem instrumentos incentivadores do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

**e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

Os Planos alinham os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações da Companhia. Por meio dos Planos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, os Planos visam possibilitar a Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos nos Planos.

**f. Número máximo de ações abrangidas**

Plano I: até 3% do total de ações do capital social da Companhia computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano II: até 2,55% do total de ações do capital social da Companhia, sem considerar, neste total, o efeito da eventual diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

**g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

Vide item "f" acima.

**h. Condições de aquisição de ações**

*Plano I*

As opções outorgadas nos termos do Plano I poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazo de carência indicados na tabela abaixo:

<b>Prazo de carência (a partir da outorga das opções)</b>	<b>Percentual de ações passíveis de serem adquiridas com o exercício das opções na primeira outorga</b>	<b>Percentual de ações passíveis de serem adquiridas com o exercício das opções nas outorgas seguintes</b>
Até o 24º mês.....	Nenhuma opção poderá ser exercida	Nenhuma opção poderá ser exercida
Do 25º ao 36º mês .....	Nenhuma opção poderá ser exercida	Até 20% das opções
Do 37º ao 48º mês .....	Até 50% das opções	Até 30% das opções mais eventuais sobras não exercidas no prazo de carência precedente (ou até 50% no total)
Do 49º ao 96º mês .....	50% restantes (ou 100% no total)	50% restantes (ou 100% no total)

O Beneficiário do Plano I que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso. A Companhia informará ao Beneficiário do Plano I, no prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento de tal comunicação, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários do Plano I. Nenhum Beneficiário do Plano I terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano I e respectivo Contrato de Opção. Nenhuma ação será entregue ao titular em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

## *Plano II*

As opções outorgadas nos termos do Programa 2008 poderão ser exercidas da seguinte forma:

<b>Prazo de carência (a partir da outorga das opções)</b>	<b>Percentual de ações passíveis de serem adquiridas mediante o exercício das opções</b>
1º de novembro de 2008 .....	Até 10%
1º ano .....	Até 20%
2º ano .....	Até 40%
3º ano .....	Até 60%
4º ano .....	Até 80%
5º ano .....	Até 100%

As opções outorgadas nos termos do Programa 2009 poderão ser exercidas da seguinte forma:

<b>Prazo de carência (a partir da outorga das opções)</b>	<b>Percentual de ações passíveis de serem adquiridas mediante o exercício das opções</b>
17 de dezembro de 2009 .....	0%
1º ano .....	Até 20%
2º ano .....	Até 40%
3º ano .....	Até 60%
4º ano .....	Até 80%
5º ano .....	Até 100%

Os lotes anuais poderão ser exercidos sempre: (i) em até 30 dias a contar do recebimento de gratificação, bônus ou participação nos lucros distribuída pela Companhia ao Beneficiários ("Bônus") de cada ano; ou (ii) em até 30 dias a contar do encerramento do período de 180 dias contados a partir do pagamento do Bônus ("Lotes Anuais").

Exceto em relação ao 1º Lote Anual a ser exercido pelos Beneficiários do Plano II no âmbito do Programa 2008 (referente ao prazo de carência de 1º de novembro de 2008), os Beneficiários do Plano II, tanto do Programa de 2008 como do de 2009, deverão, necessariamente, destinar pelo menos 50% do Bônus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, para subscrever ou adquirir ações decorrentes das opções passíveis de serem adquiridas, sob pena de extinção de todas as opções passíveis de serem exercidas do lote anual do exercício correspondente.

Caso o Beneficiário do Plano II tenha exercido opções com recursos próprios até um ano antes do pagamento do Bônus, a quantidade de ações adquiridas com tais recursos será deduzida da quantidade de ações necessárias ao atingimento do percentual mínimo de destinação do Bônus. Esta quantidade de ações será deduzida da quantidade total de opções passíveis de serem exercidas do lote anual do exercício correspondente.

Na hipóteses em que o Beneficiário do Plano II tenha adquirido ações da Companhia no mercado, com recursos próprios, a quantidade de ações adquiridas poderá ser deduzida da quantidade de ações necessárias para cumprir a obrigatoriedade de destinação do Bônus, a critério do Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso. Esta quantidade de ações será deduzida da quantidade total de opções passíveis de serem exercidas no período em questão.

Os Lotes Anuais poderão ser exercidos até o prazo final e extintivo de 10 anos a contar da data de cada Programa.

***i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício***

Plano I: Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê (conforme o caso) fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, respeitado o preço mínimo de 85% da média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada nos pregões na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, durante o mês anterior ao da outorga da opção, corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso), desde a data da outorga até a data do efetivo pagamento. Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções foi baseado no valor de lançamento das ações da Companhia, quando da realização da primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia, corrigido monetariamente de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

Plano II: O preço de emissão ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções, das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários do Plano II em decorrência do exercício das opções será equivalente à média aritmética dos 20 pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção. O preço de exercício poderá ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê.

***j. Critérios para fixação do prazo de exercício***

Plano I: a opção poderá ser exercida da seguinte forma: (i) até 20% após o 25º mês contado da outorga da opção; (ii) até 50% após o 37º mês contado da outorga da opção; e (iii) 100% após o 49º mês contado da outorga da opção. Não há qualquer restrição à negociação das ações adquiridas pelos Beneficiários do Plano I em decorrência do exercício de suas opções.

Plano II:

*Programa 2008:* a opção poderá ser exercida da seguinte forma: (i) até 10% após 01 de novembro de 2008; (ii) até 20% após um ano da outorga; (iii) até 40% após dois anos da outorga; (iv) até 60% após três anos da outorga; (v) até 80% após quatro anos da outorga; e (vi) até 100% após cinco anos da outorga. Os lotes anuais poderão ser exercidos sempre: (i) em até 30 dias a contar do recebimento de gratificação, bônus ou participação nos lucros distribuída pela Companhia ao Beneficiário do Plano II ("Bônus") de cada ano; ou (ii) em até 30 dias a contar do encerramento do período de 180 dias contados a partir do pagamento do Bônus.

*Programa 2009:* a opção poderá ser exercida da seguinte forma: (i) 0% após 17 de dezembro de 2009; (ii) até 20% após um ano da outorga; (iii) até 40% após dois anos da outorga; (iv) até 60% após três anos da outorga; (v) até 80% após quatro anos da outorga; e (vi) até 100% após cinco anos da outorga. Os lotes anuais poderão ser exercidos sempre: (i) em até 30 dias a contar do recebimento de gratificação ou Bônus de cada ano; ou (ii) em até 30 dias a contar do encerramento do período de 180 dias contados a partir do pagamento do Bônus.

***k. Forma de liquidação***

Plano I: A liquidação do exercício da opção de ações do Plano I deverá ser dar no prazo de cinco dias úteis a contar da emissão das respectivas ações, por meio de depósito bancário.

Plano II: A liquidação do exercício da opção de ações do Plano II, tanto do Programa de 2008 como do de 2009, deverá se dar através de pagamento à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício da opção.

***l. Restrições à transferência das ações***

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício das opções, bem como impor restrições à transferência e alienação das ações de emissão da Companhia subscritas e/ou adquiridas pelos Beneficiários no âmbito dos Planos, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário das ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas. O período mínimo de indisponibilidade das Ações eventualmente estabelecido em cada Programa nunca será superior a cinco anos, a contar da data de aquisição ou subscrição das ações. O Beneficiário deverá se obrigar a não onerar as Ações e a não instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto nos Planos.

***m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano***

Plano I: A outorga de opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano. Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia ou ao Comitê (conforme o caso) realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano.

Plano II: Se as ações da Companhia forem aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustes apropriados no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustes nas opções serão feitos sem mudança no valor total das opções não exercidas, mas com ajuste correspondente ao Preço de Exercício. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida segundo o Plano II ou qualquer desses ajustes. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão, alienação ou qualquer operação em que se configure a transferência de controle acionário da Companhia, ou na hipótese da Companhia deixar de ter suas ações admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, as opções dos Programas em vigência, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso: (i) poderão ter seus prazos de carência antecipados por determinado prazo, para que possam ser imediatamente exercidas pelo Beneficiário, sendo que após o referido prazo, o Plano II terminará e todas as opções não exercidas caducarão sem direito à indenização; (ii) poderão ser transferidas para a companhia sucessora, se tal for previsto em plano aprovado pela assembleia geral desta última; (iii) poderão ser reembolsadas pela Companhia e o Beneficiário receber o pagamento em dinheiro ou o equivalente em ações da quantia a que faria jus nos termos do respectivo Programa; ou (iv) o Conselho de Administração ou Comitê poderá, a seu critério, promover uma combinação das hipóteses previstas nos subitens (i), (ii) e (iii).



***n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações***

Plano I: Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário do Plano I por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano I poderão ser extintos ou modificados.

Assim, se a qualquer tempo durante a vigência do Plano I, o Beneficiário do Plano I:

- (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, rescisão do contrato de prestação de serviços pela Companhia por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, rescisão do contrato de prestação de serviços pela Companhia sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o desligamento ocorrer em até 24 meses após uma mudança no controle acionário da Companhia, hipótese em que os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência; (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento permanecerão inalterados, podendo ser exercidos normalmente, nos termos do Contrato; e
- (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário do Plano I exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de um ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário do Plano I, desde que o façam no prazo de um ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

## Plano II:

Na hipótese de término do contrato de trabalho do Beneficiário do Plano II por justa causa, todas as opções não exercidas caducarão sem indenização, tendo ou não decorrido os prazos de carência. Ademais, a restrição para alienação de ações permanecerá em vigor, podendo a Companhia exercer eventual opção de recompra dessas ações.

Quando o término do contrato de trabalho do Beneficiário do Plano II se der sem justa causa, pedido de demissão ou renúncia voluntária ou aposentadoria, exceto no caso de permanência do Beneficiário do Plano II como Conselheiro da Companhia, serão observadas as seguintes disposições: (i) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido caducarão sem indenização; (ii) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de 90 dias a contar do evento que originar o término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário do Plano II, ou até o término do prazo para o exercício das opções, se restar o prazo inferior a 90 dias; e (iii) o período de restrição para alienação das ações permanecerá em vigor, podendo a Companhia, exercer eventual opção de recompra dessas ações.

No caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário do Plano II sem justa causa em até dois anos a contar das hipóteses de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão, alienação ou qualquer operação em que se configure a transferência de controle acionário da Companhia, o Beneficiário do Plano II terá direito, sem necessidade de prévio consentimento do Conselho de Administração ou Comitê, a ter os prazos de carência das opções dos Programas em vigência antecipados por 30 dias a contar do término do contrato de trabalho ou mandato, para que possam ser imediatamente exercidas pelo Beneficiário do Plano II, sendo que após o referido prazo todas as opções não exercidas caducarão sem direito à indenização.

Se o Beneficiário do Plano II tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, os direitos decorrentes de todas as opções serão antecipados e poderão ser exercidos por um período de um ano, a contar da data do evento que causar a invalidez permanente.

Em caso de falecimento do Beneficiário do Plano II, os direitos decorrentes de todas as opções serão antecipados e estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores que poderão exercer as opções pelo maior prazo entre um ano a contar da data do óbito e 90 dias a contar da data do término do inventário.

As ações que vierem a ser subscritas nos termos acima estarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento, desde que respeitado o direito de preferência e eventual opção de recompra da Companhia.

### **13.5. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

<b>Órgão</b>	<b>Hypermarcas</b>	<b>Igarapava</b>	<b>Maiorem</b>	<b>Monte Cristalina</b>
Conselho de Administração ....	1.523.472 <sup>(1)</sup>	165.504	207.609	169.929.698
Diretoria .....	1.755.447 <sup>(1)</sup>	—	—	—
Conselho Fiscal .....	—	—	—	—

<sup>(1)</sup> Considera as ações dos administradores que também são acionistas controladores da Companhia.

**13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009					
	Diretoria Executiva <sup>(1)</sup>			Conselho de Administração	
	Plano I	Plano II		Plano I	Plano II
		Programa 2008	Programa 2009		
Número de membros.....	12	20	12	—	—
Outorga de opções de compra de ações					
Data(s) da(s) outorga(s).....	30/05/08	29/12/08	17/12/09	—	—
Quantidade de opções outorgadas .....	1.229.364	5.500.000	850.000	—	—
Prazo para que as opções se tornem exercíveis .....	(i) até 20% após o 25º mês contado da outorga da opção; (ii) até 50% após o 37º mês contado da outorga da opção; e (iii) 100% após o 49º mês contado da outorga da opção.	(i) até 10% após 01.11.2008; (ii) até 20% após um ano da outorga; (iii) até 40% após dois anos da outorga; (iv) até 60% após três anos da outorga; (v) até 80% após quatro anos da outorga; e (vi) até 100% após cinco anos da outorga	(i) 0% após 17.12.2009; (ii) até 20% após um ano da outorga; (iii) até 40% após dois anos da outorga; (iv) até 60% após três anos da outorga; (v) até 80% após quatro anos da outorga; e (vi) até 100% após cinco anos da outorga	—	—
Prazo máximo para exercício das opções .....	30/06/2016	29/12/2018	17/12/2009	—	—
Prazo máximo de restrição à transferência de ações .....	na	12 meses após cada período de exercício, exceto o 1º	12 meses após cada período de exercício	—	—
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções.....					
Em aberto no início do exercício social.....	R\$8,50	R\$5,36	R\$17,06	—	—
Perdidas durante o exercício social .....	na	na	na	—	—
Exercidas durante o exercício social.....	na	na	na	—	—
Expiradas durante o exercício social .....	na	na	na	—	—
Valor justo das opções na data de outorga ....	R\$0,53	R\$1,54	R\$6,56	—	—
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.....	0,25%	1,14%	0,18%	—	—

<sup>(1)</sup> Não estão contempladas as opções de titularidade de nossos diretores não estatutários.

### 13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009					
	Diretoria Executiva			Conselho de Administração	
	Plano I	Plano II		Plano I	Plano II
		Programa 2008	Programa 2009		
Número de membros .....	12	20	12	–	–
Em relação às opções ainda não exercíveis					
Quantidade .....	1.229.364	4.950.000	850.000	–	–
Data em que se tomarão exercíveis.....	(i) até 20% após o 25º mês contado da outorga da opção; (ii) até 50% após o 37º mês contado da outorga da opção; e (iii) 100% após o 49º mês contado da outorga da opção.	(i) até 10% após 01.11.2008; (ii) até 20% após um ano da outorga; (iii) até 40% após dois anos da outorga; (iv) até 60% após três anos da outorga; (v) até 80% após quatro anos da outorga; e (vi) até 100% após cinco anos da outorga	(i) 0% após 17.12.2009; (ii) até 20% após um ano da outorga; (iii) até 40% após dois anos da outorga; (iv) até 60% após três anos da outorga; (v) até 80% após quatro anos da outorga; e (vi) até 100% após cinco anos da outorga	–	–
Prazo máximo para exercício das opções .....	30/06/2016	29/12/2018	17/12/2009	–	–
Prazo de restrição à transferência de ações....	–	12 meses após cada período de exercício, exceto o 1º	12 meses após cada período de exercício	–	–
Preço médio ponderado de exercício.....	R\$8,50	R\$5,36	R\$17,06		
Valor justo das opções no último dia do exercício social .....	R\$7,00	R\$11,64	R\$7,16	–	–
Em relação às opções exercíveis.....					
Quantidade .....	–	550.000	–	–	–
Prazo máximo para exercício das opções .....	30/06/2016	29/12/2018	17/12/2009	–	–
Prazo de restrição à transferência de ações....	–	–	12 meses após cada período de exercício	–	–
Preço médio ponderado de exercício.....	R\$8,50	R\$5,36	R\$17,06	–	–
Valor justo das opções no último dia do exercício social .....	R\$7,00	R\$11,64	R\$7,16	–	–
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social .....	R\$8.605.548,00	R\$57.618.000,00	R\$6.086.000,00	–	–

### 13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número de membros .....	–	–
Em relação às opções exercidas		
Número de ações .....	0	0
Preço médio ponderado de exercício.....	–	–
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas.....	–	–
Em relação às ações entregues		
Número de ações .....	–	–
Preço médio ponderado de aquisição .....	–	–
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.....	–	–

### 13.9. Descrição sumária das informações relevantes para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- as opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (*vesting*), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia;

- indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições;
- avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano; e
- atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções européias simples, utilizando a SELIC e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

### **13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.**

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

### **13.11. Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.**

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros .....	8,5	05	–
Valor da maior remuneração individual (em R\$) .....	14.216,74	2.877.919,78	–
Valor da menor remuneração individual (em R\$) .....	14.216,74 <sup>(1)</sup>	353.889,56	–
Valor médio de remuneração individual (em R\$) .....	11.057,47	1.388.927,52	–

<sup>(1)</sup> Dois conselheiros da Companhia não receberam qualquer remuneração em 2009, sendo que os demais conselheiros receberam o mesmo valor a título de remuneração.

### **13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.**

Nos termos do Plano I, as opções de compra de ações de titularidade do Beneficiário que desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente permanecem válidos, sendo que: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento permanecerão inalterados, podendo ser exercidos normalmente, nos termos do Contrato.

Adicionalmente, nos termos do Plano II, quando o término do contrato de trabalho do Beneficiário se der sem justa causa, pedido de demissão ou renúncia voluntária ou aposentadoria, exceto no caso de permanência do Beneficiário do Plano II como Conselheiro da Companhia, serão observadas as seguintes disposições: (i) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido caducarão sem indenização; (ii) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de 90 dias a contar do evento que originar o término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário do Plano II, ou até o término do prazo para o exercício das opções, se restar o prazo inferior a 90 dias; e (iii) o período de restrição para alienação das ações permanecerá em vigor, podendo a Companhia, exercer eventual opção de recompra dessas ações.

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

<b>Órgão</b>	<b>2009</b>
Conselho de Administração .....	58,7%
Diretoria Estatutária.....	0%
Conselho Fiscal.....	0%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não há.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

#### **13.16 Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".

## 14. RECURSOS HUMANOS

### 14.1. Recursos Humanos

#### *a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)*

Em 31 de março de 2010, o nosso quadro de empregados era composto por 7.325 colaboradores nas áreas operacional e administrativa, dos quais 4.096 colaboradores são da área operacional e 3.229 são da área administrativa.

A tabela abaixo apresenta o número de nossos colaboradores para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, bem como o número de colaboradores por funções administrativas (cargos relacionados à administração dos negócios da Companhia, tais como setor financeiro, jurídico, de marketing, contabilidade, dentre outros) e operacionais (cargos relacionados às atividades operacionais da Companhia, tais como logística, fabricação de produtos, vendas, dentre outros).

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de
	2009	2008	2007	2010
Administrativo .....	2.619	1.556	789	3.229
Operacional .....	4.053	2.413	1.847	4.096
<b>Número total de colaboradores .....</b>	<b>6.672</b>	<b>3.969</b>	<b>2.636</b>	<b>7.325</b>

O número médio de nossos colaboradores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 foi de 2.099, 3.007 e 4.173, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta o número de colaboradores da Companhia por localização geográfica de nossos complexos industriais.

<b>Complexos Industriais (CI), Centros de Distribuição (CD) e Escritórios (ES)</b>	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de
	2009	2008	2007	2010
São Paulo (ES) .....	1.283	–	–	1.390
Goiânia (CI) .....	870	820	905	983
Itajaí (CI) .....	111	105	77	110
Cachoeirinha (CI) .....	–	20	76	–
Araçatuba (CI) .....	262	243	336	257
Porto Alegre (CD) .....	17	–	–	17
São Paulo (CD) .....	6	23	–	9
Cajamar (CD) .....	116	–	–	191
Contagem (CD) .....	9	78	–	11
Maceió (CD) .....	15	69	–	15
Pouso Alegre (CD) .....	–	20	–	–
Curitiba (CD) .....	–	51	–	–
Rio de Janeiro (CD) .....	–	48	–	–
Barueri (CD) .....	10	136	–	10
São Roque (CI) .....	372	–	–	412
Guarulhos (CI) .....	481	–	–	574
Anápolis (CI) .....	1.487	–	–	1.552
Fortaleza (CD) .....	2	29	–	2
Juiz de Fora (CI) .....	17	–	–	21
Barueri (CI) .....	982	1.510	1.242	1.068
Taboão da Serra (CI) .....	413	489	–	476
Taboão da Serra (CD) .....	–	51	–	–
São Paulo (CI) .....	219	277	–	227
<b>Número total de colaboradores .....</b>	<b>6.672</b>	<b>3.969</b>	<b>2.636</b>	<b>7.325</b>

**b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Registrarmos em 31 de março de 2010 um total de 1.195 terceirizados, distribuídos por atividade desempenhada em nossas localizações conforme a tabela abaixo:

Localização	Portaria e Vigilância	Produção/ laboratório	Menor aprendiz	Carregamento/ logística	Limpeza e jardinagem	Medicina do trabalho	Ginástica Laboral/ Telecurso	Refeitório	Sucata	Operação Caldeira	Motorista	Consultoria	Administrativo	Office boy	Telefonia	Creche	Total
São Paulo (ES).....	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	15
Goiânia (CI).....	10	-	18	10	20	02	03	12	01	04	01	07	02	01	-	-	91
Itajaí (CI).....	04	-	-	-	07	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	12
Araçatuba (CI).....	12	-	-	01	10	01	-	05	-	-	-	04	01	-	-	-	34
Porto Alegre (CD).....	-	-	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
São Paulo (CD).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cajamar (CD).....	-	27	-	103	16	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	151
Contagem (CD).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maceió (CD).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pouso Alegre (CD).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barueri (CD).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Roque (CI).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guarulhos (CI).....	09	-	-	-	17	-	-	11	-	-	01	-	-	-	-	-	38
Anápolis (CI).....	29	-	36	-	142	-	-	36	-	-	-	-	-	-	02	48	293
Fortaleza (CD).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juiz de Fora (CD).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barueri (CI).....	27	500	0	3	95	0	0	30	0	0	0	0	7	0	0	0	662
Taboão da Serra (CI).....	20	149	0	0	25	0	1	18	0	0	0	0	0	0	0	0	213
São Paulo (CI).....	14	100	0	0	26	0	0	13	0	0	0	0	1	0	0	0	154
<b>Total .....</b>	<b>61</b>	<b>776</b>	<b>0</b>	<b>106</b>	<b>174</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>61</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1195</b>

**c. índice de rotatividade**

O índice de rotatividade da Companhia foi de 2,4%, 2,9% e 1,6% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

**d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas**

Atualmente terceirizamos uma parcela considerável de nossa mão-de-obra (aproximadamente 19% de nosso total de colaboradores). Respondemos, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para nosso atendimento. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas, veja os itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 deste Formulário.

**14.2. Alterações Relevantes no Quadro de Colaboradores**

O expressivo aumento no número de nossos colaboradores deve-se às aquisições recentes realizadas pela Companhia.

**14.3. Políticas de Remuneração dos Colaboradores.**

**a. política de salários e remuneração variável**

Buscamos compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário de nossos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base e, dependendo do cargo, bônus.



### *Programa de Participação nos Lucros ou Resultados*

No âmbito do Acordo Coletivo de Araçatuba, que se encontra em processo de assinatura, homologaremos o programa de participação nos lucros e resultados ("PPR") com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Afins de Araçatuba e Região, que é aplicável aos colaboradores do nosso complexo industrial localizado no município de Araçatuba, no Estado de São Paulo. Serão elegíveis ao recebimento do PPR somente aqueles colaboradores que atingirem as metas estabelecidas no respectivo programa. O valor da participação tem como base de cálculo o salário nominal de cada colaborador.

Celebramos, ainda, programas de participação nos lucros e resultados relativos aos (i) anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 aplicável aos colaboradores do nosso complexo industrial localizado na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, (ii) anos de 2008 e 2009 aplicável aos colaboradores do nosso complexo industrial localizado no município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Os valores distribuídos a cada empregado elegível aos programas são calculados aplicando-se o percentual correspondente às metas atingidas pelo colaborador ao seu salário nominal, conforme regras previstas em cada programa.

Celebramos igualmente, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, um acordo que estabelece a forma de participação nos lucros e resultados para os colaboradores do complexo industrial de Guarulhos (SP), válido para os anos de 2009 e 2010.

### *Bônus*

Alguns de nossos colaboradores, dentre os quais os membros de nossa Diretoria, são elegíveis ao recebimento de um bônus, o qual está relacionado e visa premiar o atingimento de metas extraordinárias estabelecidas por nossa administração. Os valores e formas de pagamento de valores distribuídos a título de bônus aos nossos colaboradores são estabelecidos de forma discricionária por nossa administração.

No caso da Diretoria, os valores distribuídos a título de bônus estão compreendidos no limite global de remuneração estabelecido anualmente por nossos acionistas.

### ***b. política de benefícios***

Nossos colaboradores são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas ou por liberalidade da Companhia. Tais benefícios são disponibilizados aos nossos colaboradores a partir do momento de sua admissão, sem qualquer distinção em decorrência do tempo de serviço.

Todos os nossos colaboradores são elegíveis aos seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, transporte.

Os seguintes benefícios são conferidos a apenas alguns de nossos colaboradores, de acordo com o cargo que ocupam na Companhia: estacionamento interno para diretores estatutários e não estatutários e alta gerência e maior valor de reembolso no plano médico, com isenção de co-participação, para diretores estatutários e não estatutários.

### ***c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano***

Em 24 de março de 2008, os nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações da Companhia ("Plano I"). Em 29 de dezembro de 2008, nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram (i) a criação de um novo plano de opção de compra de ações da Companhia ("Plano II", e em conjunto com o Plano I, "Planos"); e (ii) a ratificação da vigência parcial do Plano I, que poderá ser exercida por seus beneficiários de acordo com os termos e condições da outorga.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criarão, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações, nos quais serão definidos: (i) os Beneficiários dos Planos; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) eventuais prazos de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas-limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) eventuais restrições à alienação das ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício da opção; e (vi) eventuais metas relacionadas ao desempenho dos empregados, dos administradores ou da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição de beneficiários e a determinação do número de opções.

Ambos os Planos determinam que as opções para aquisição de nossas ações poderão ser extintas ou terem seus prazos e condições de exercício modificados nas hipóteses de desligamento, por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez ou falecimento, do seu respectivo titular.

No caso de exercício da opção de compra de nossas ações, nosso Conselho de Administração deverá aprovar a emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado ou, desde que previamente autorizado pela CVM, autorizar a alienação de ações mantidas em tesouraria. Caso o exercício da opção de compra de ações ocorra por meio da emissão de novas ações, haverá aumento do nosso capital social e os nossos acionistas não terão direito de preferência para a subscrição de tais ações, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, tendo, portanto, suas respectivas participações diluídas em nosso capital social.

Os nossos acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com os Planos, conforme previsto no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos dos Planos manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado eventual disposição em contrário estabelecida pelo nosso Conselho de Administração. Entretanto, nenhum beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de nossos acionistas até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos dos Planos e do respectivo contrato de opção.

No âmbito do Plano II, aprovamos, em 30 de maio de 2008, opções de compra de ações a determinados beneficiários, conforme termos e condições descritos abaixo. No âmbito do Plano II, nosso Conselho de Administração aprovou dois Programas de Opção de Compra de Ações de 2008, em reunião realizada em 29 de dezembro de 2008, o qual foi aditado em 06 de fevereiro de 2009, e em reunião realizada em 17 de dezembro de 2009.

Os termos específicos para cada plano, bem como a descrição das outorgas realizadas estão descritos a seguir.

#### Plano I

O Plano I é direcionado aos nossos administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob o seu controle ("Beneficiários Plano I", cujos termos e condições específicas são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração ou Comitê). Atualmente o Plano I só está vigente em relação às opções aprovadas em 30 de maio de 2008.

Nos termos do Plano I, que é administrado pelo nosso Conselho de Administração ou por opção deste, por um comitê composto por três membros, sendo necessariamente pelo menos um deles membro do Conselho de Administração, foram outorgadas aos seus Beneficiários opções de compra de ações, o qual acarreta uma potencial diluição correspondente a 0,45% do total do nosso capital social à época da outorga.

As opções para aquisição das nossas ações ordinárias são pessoais e intransferíveis, não podendo ser cedidas, transferidas ou de qualquer forma alienadas.

Na hipótese de operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão envolvendo a Companhia, o Conselho de Administração e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar (i) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia, (ii) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão, e/ou (iii) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano I, sendo que, no caso de demissão, sem justa causa, de um beneficiário no período de 24 meses após uma mudança no controle acionário da Companhia, os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se seu prazo de carência.

O Conselho de Administração é o responsável por determinar os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações nos termos do Plano I, o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições relativas a tais opções.

Nesse sentido, em 30 de maio de 2008, nosso Conselho de Administração aprovou a eleição de determinados beneficiários como Beneficiários do Plano I, os quais, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, poderão adquirir até 1.802.212 ações. Tendo em vista que esta foi a primeira outorga aprovada no âmbito dos Planos, o preço de exercício da opção foi baseado no valor de lançamento das ações no âmbito da realização da primeira oferta pública de ações ordinárias de emissão da Companhia, em 17 de abril de 2008, no valor de R\$17,00 por ação (R\$8,50 por ação, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009), corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, desde a data da outorga da opção até o efetivo pagamento. O preço de exercício será pago nos termos do Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato de Opção") a ser celebrado com os Beneficiários. O Prazo máximo para o exercício da opção será o último dia útil do 96º mês seguinte a data de outorga.

A opção poderá ser exercida pelo Beneficiário do Plano I da seguinte forma: (i) até 20% após o 25º mês contado da outorga da opção; (ii) até 50% após o 37º mês contado da outorga da opção; e (iii) 100% após o 49º mês contado da outorga da opção. Não há qualquer restrição à negociação das ações adquiridas pelos Beneficiários do Plano I em decorrência do exercício de suas opções.

No Plano I, na data deste Formulário de Referência, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, havia 1.802.212 opções de compra ou de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia por um preço de exercício de R\$8,50, das quais nenhuma era passível de exercício.

## Plano II

O Plano II é direcionado aos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob o seu controle indicados pelo nosso Conselho de Administração ou Comitê ("Beneficiários").

Nos termos do Plano II, que é administrado pelo nosso Conselho de Administração ou por opção deste, por um comitê composto por três membros, sendo necessariamente pelo menos um deles membro do Conselho de Administração, poderão ser outorgadas aos seus Beneficiários opções de compra de ações até o limite de 2,55% do total de ações do nosso capital social à época da outorga, sem considerar, neste total, o efeito da eventual diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

O preço de emissão ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria, das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários do Plano II em decorrência do exercício das opções será equivalente à média aritmética dos 20 pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção. O preço de exercício poderá ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê. Adicionalmente, o Comitê ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderão prever, quando da determinação do preço do exercício em cada programa, um ajuste de até 10%, para mais ou para menos. Em casos excepcionais e devidamente fundamentados, o Comitê ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderão definir ajustes em percentuais superiores.

Em 29 de dezembro de 2008, nosso Conselho de Administração aprovou Programa de Opção de Compra de Ações de 2008, o qual foi aditado em 06 de fevereiro de 2009 ("Programa 2008"). O Programa 2008 possui como Beneficiários os determinados diretores e empregados da Companhia, os quais, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, poderão adquirir até 8.800.000 ações ou 2,22% do nosso capital social à época da outorga, nas proporções individuais estabelecidas pelo Contrato de Opção. O preço de exercício da opção é de R\$10,72 por ação (R\$5,32 por ação, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009), equivalente à média aritmética dos 20 pregões imediatamente anteriores a 01 de novembro de 2008, corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, desde a data da outorga da opção até o efetivo pagamento. O preço de exercício será pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício da opção. No âmbito do Programa 2008, foram exercidas opções que resultaram em um aumento de capital da Companhia, em 16 de abril de 2010, no valor de R\$6.565.258,92, mediante a emissão de 1.164.056 novas ações ao preço de subscrição de R\$5,64.

Em 17 de dezembro de 2009, nosso Conselho de Administração aprovou Programa de Opção de Compra de Ações de 2009 ("Programa 2009"). O Programa 2009 possui como Beneficiários os determinados diretores e empregados da Companhia, os quais, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, poderão adquirir até 2.800.000 ações ou 0,58% do nosso capital social à época da outorga, nas proporções individuais estabelecidas pelo Contrato de Opção. O preço de exercício da opção é de R\$34,11 por ação (R\$17,06 por ação, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009), equivalente à média aritmética dos 20 pregões imediatamente anteriores a 17 de dezembro de 2009 e ajustado por 10% para menos. O preço de exercício será pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações resultantes do exercício da opção.

Em ambos os Programas a opção poderá ser exercida pelos Beneficiários da seguinte forma: (i) até 10% após 01 de novembro de 2008; (ii) até 20% após um ano da outorga; (iii) até 40% após dois anos da outorga; (iv) até 60% após três anos da outorga; (v) até 80% após quatro anos da outorga; e (vi) até 100% após cinco anos da outorga. Os lotes anuais poderão ser exercidos sempre: (i) em até 30 dias a contar do recebimento de gratificação, bônus ou participação nos lucros distribuída pela Companhia ao Beneficiário do Plano II ("Bônus") de cada ano; ou (ii) em até 30 dias a contar do encerramento do período de 180 dias contados a partir do pagamento do Bônus.

Exceto quanto ao 1º lote de ações do Programa 2008, cujo prazo de carência para exercício encerrou em 1º de novembro de 2008, os Beneficiários do Plano II deverão destinar pelo menos 50% do Bônus para subscrever ou adquirir ações decorrentes das opções de compra passíveis de serem adquiridas. Caso os Beneficiários tenham exercido opções com recursos próprios, a quantidade de ações adquiridas poderá ser deduzida da quantidade de ações necessárias para atingir o percentual mínimo de destinação do Bônus. Na hipótese em que o Beneficiário tenha adquirido ações da Companhia no mercado, com recursos próprios, a quantidade de ações adquiridas poderá ser deduzida da quantidade de ações necessárias para cumprir a obrigatoriedade de destinação do Bônus.

A totalidade das ações subscritas e/ou adquiridas pelos Beneficiários do Plano II ficará indisponível para alienação pelo período de um ano contado a partir do encerramento do período de exercício. A Companhia terá direito de preferência para a aquisição das ações que o Beneficiário do Plano II pretender vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar, inclusive em qualquer hipótese de término do contrato de trabalho entre o Beneficiário do Plano II e a Companhia.

Na hipótese de qualquer operação em que se configure a transferência de controle acionário da Companhia, ou na hipótese da Companhia deixar de ter suas ações admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, as opções emitidas no contexto do Plano II, a critério do Conselho de Administração (i) poderão ter seus prazos de carência antecipados por determinado prazo, para que possam ser imediatamente exercidas pelo Beneficiário, (ii) poderão ser transferidas para a companhia sucessora, (iii) poderão ser reembolsadas pela Companhia e o beneficiário receber o pagamento em dinheiro ou o equivalente em ações da quantia a que faria jus nos termos do Plano II, sendo que, a eventual demissão, sem justa causa, de um beneficiário detentor de opções dos Planos II em até dois anos a contar da operação na qual se configurou a mudança de controle da Companhia acarretará em antecipação do direito de exercício das opções por ele detidas.

No Plano II, na data deste Formulário de Referência, considerando-se os efeitos do desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral da Companhia de 30 de dezembro de 2009, havia (i) no âmbito do Programa 2008, considerando as opções já exercidas, 8.800.000 opções de compra ou de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia por um preço de exercício de R\$5,32, das quais 1.191.894 eram passíveis de exercício; e (ii) no âmbito do Programa 2009, 2.800.000 opções de compra ou de subscrição de ações, das quais nenhuma era passível de exercício.

De acordo com o Pronunciamento CPC 10 "Pagamentos Baseados em Ações", a Companhia contabiliza a despesa correspondente às ações dos Planos, entre a data de outorga da opção e a data na qual as opções podem ser exercidas, com base no valor justo das opções concedidas na data da outorga. Durante o período no qual o direito é adquirido após o atendimento das condições específicas, a Companhia reconheceu o valor de R\$5,2 milhões como despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Conforme o Pronunciamento CPC 10, as opções exercidas não geram qualquer efeito na Demonstração de Resultados da Companhia uma vez que a despesa é reconhecida durante o período de *vesting*.

#### 14.4. Sindicatos

Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Goiânia (SINDMETAL), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Araçatuba, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (FETIESC), Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre (SINDEC), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal, Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado do Rio Grande do Sul (SIVEVI), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo, Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Piauí (SEVPROPI), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Maranhão, Sindicato das Telefonistas Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de São Paulo (SINTETEL), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas Farmacêuticas de Osasco e Região, Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, Sindicato dos Técnicos de Segurança do Estado de São Paulo (SINTESP), Sindicato dos Motoristas de Osasco e Região (SIMTRATECOR), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Química Farmacêutica e Plástico de São Paulo, Embú, Tabão da Serra e Caieiras, Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes, Comércio de Produtos Farmacêuticos do estado do Ceará (SIMPROVENCE), Sindicato das Telefonistas – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de São Paulo (SINTETEL), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas Farmacêuticas de Osasco e Região, Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, Sindicato dos Técnicos de Segurança do Estado de São Paulo (SINTESP), Sindicato dos Motoristas Osasco e Região (SIMTRATECOR), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas Farmacêuticas e Plásticos de São Paulo, Embú, Tabão da Serra e Caieiras, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas Farmacêuticas de São Paulo, Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Ceará, Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores, Vendedores e Produtos Farmacêuticos dos Municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis e Magé (SINPROBAIXADA), Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul (SINPROVERGS), Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (SINPROVESP), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Amazonas (SINDVENDAS), Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Pará (SINPROFAR), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal (SEMPREVIAJAVEND), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Mato Grosso do Sul (SINDIVENDAS), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Paraná (SINVENPAR), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina (SINDIVESC), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Norte (SINPROVERN), Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado do Rio de Janeiro (SINPROVERJ), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado da Bahia (SEVEVIPRO), Sindicato dos

Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de São José do Rio Preto e Região (SINPROVERP), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Maranhão (SINPROVEMA), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado do Piauí (SEVVPROPI), Sindicato dos Empregados Propagandistas, Vendedores e Representantes Vendas de Produtos Farmacêuticos de Uberaba (SINPROFAR), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo (SEPROVES), Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Norte, Noroeste e Oeste do Paraná (SINPRONORP), Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Marília (SINPROMAR), Sindicato Propagandistas, Propagandistas-Vendedores, Vendedores de Produtos Farmacêuticos de São Gonçalo (SINPROVESG), Sindicato dos Representantes, Representantes-Vendedores, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores, Vendedores e Promotores de Vendas, Inspetores, Chefes e Gerentes da Indústria Farmacêutica do Estado do Mato Grosso (SINPROFARMA), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos dos Municípios de Cabo Frio, São Pedro D'Aldeia, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, Araruama e Saquarema (SINPROLAGOS), Sindicato Propagandistas, Propagandistas-Vendedores, Vendedores de Produtos Farmacêuticos dos Municípios Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo (SINDIPROSERRA), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Sergipe (SINDIVESE), Sindicato Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Campos dos Goytacazes (SINPROCAMPOS), Sindicato dos Empregados, Vendedores, Viajantes do Comércio, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Caruaru (SINPROCAPE), Sindicato dos Trabalhadores, Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Sul e Sudoeste da Bahia (SINDVEN), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo, Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, Sindicato dos Empregados, Vendedores, Viajantes com Propagandistas, Propagandistas, Vendedores, Vendedores Produtos Farmacêuticos do estado de Pernambuco (SINVEPRO), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais (PROPAGAVENDE), Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Alagoas (SINDEVAL), Sindicato dos Empregados, Vendedores e Viajantes, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado de Goiás (SINDVENDAS), Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de São Paulo (SINPRAFARMA), Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região (SECOR), Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista e Atacadista de Contagem (SINTRACC), Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado de Alagoas, Sindicato dos Empregados no Comércio de Pouso Alegre e Região (SINECOM), Sindicato dos Empregados no Comércio Franco da Rocha e Região (SECFR) e Sindicato dos Publicitários, Agenciadores de Propaganda e Trabalhadores em Empresas de Propaganda do Estado de São Paulo (SINAPROSP).

Nossos Diretores acreditam que mantemos um bom relacionamento com os sindicatos que representam nossos colaboradores.

#### *Normas Coletivas de Trabalho*

Temos acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos nossos operários de cada unidade industrial, cujos termos variam de fábrica para fábrica, mas que geralmente abordam assuntos como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso. Não houve qualquer tipo de paralisação ou prejuízo às nossas atividades em razão de greves.

### *Acordo Coletivo de Trabalho*

Em março de 2009, celebramos o Acordo Coletivo com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Afins de Araçatuba e Região, que é aplicável aos colaboradores do nosso complexo industrial localizado no município de Araçatuba, no Estado de São Paulo, que estabelece as regras sobre a implementação de um programa de participação nos lucros e resultados da Companhia.

Também em março de 2009 celebramos o Acordo Coletivo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que é aplicável aos colaboradores do nosso complexo industrial localizado no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, que convencionou a forma de participação nos lucros e resultados da Companhia.



## 15. CONTROLE

### 15.1 Identificação do acionista ou grupo de acionistas controladores

	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quantidade de ações detidas	Percentual detido	Acordo de Acionistas	Data da última alteração
Igarapava Participações S.A. ....	Brasileira	08.773.195/0001-14	149.296.510	27,59%	Sim	16.04.2010
Maiorem S.A. de C.V. ....	Mexicana	08.841.475/0001-12	93.371.780	17,26%	Sim	16.04.2010
Claudio Bergamo dos Santos .....	Brasileira	101.110.688-43	1.523.460	0,28%	Sim	16.04.2010
Nelson José de Mello.....	Brasileira	130.110.221-00	1.523.460	0,28%	Sim	16.04.2010
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves.....	Brasileira	077.009.701-49	34.641.026	6,40%	Sim	16.04.2010
Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves.....	Brasileira	660.415.031-34	350.000	0,06%	Sim	16.04.2010
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho.....	Brasileira	692.126.601-00	16	0,00%	Sim	16.04.2010
Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'Anna Braga.....	Brasileira	814.481.801-63	9.136	0,00%	Sim	16.04.2010

#### Igarapava Participações S.A.

	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações	% Capital Social
Monte Cristalina Ltda. ....	Brasileira	00.631.348/0001-87	280.944	57,34
João Alves Queiroz Filho.....	Brasileira	575.794.908-20	165.504	33,78
Maria Esmeralda Alves de Queiroz Bertuccelli.....	Brasileira	117.801.708-74	41.013	8,37
Outros.....	—	—	2.539	0,51
<b>Total .....</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>490.000</b>	<b>100,00</b>

#### Maiorem S.A. de C.V.

	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações	% Capital Social
Roberto Hernández Ramírez <sup>(1)</sup> .....	Mexicana	—	901.920	39,74
Alfredo Harp Helú <sup>(1)</sup> .....	Mexicana	—	541.152	23,85
José G. Aguilera Medrano <sup>(1)</sup> .....	Mexicana	—	541.152	23,85
Esteban Malpica Fomperosa <sup>(1)</sup> .....	Mexicana	060.627.497-95	270.609	11,92
Outros.....	—	—	14.463	0,64
<b>Total .....</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.269.296</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> A participação é detida por meio de *trusts*.

#### Monte Cristalina Ltda.

	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações	% Capital Social
João Alves Queiroz Filho.....	Brasileira	575.794.908-20	169.929.698	76,78
Cirillo Marcos Alves .....	Brasileira	055.609.938-91	51.390.564	23,22
<b>Total .....</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>221.320.262</b>	<b>100,00</b>

### 15.2. Lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1

Com exceção dos acionistas controladores apresentados no item “15.1” acima, não possuímos acionistas ou grupos de acionistas com participação igual ou superior a 5%.

### 15.3. Descrição do Capital Social Apurado na Última Assembleia Geral de Acionistas

#### Composição com base na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2010

Número de acionistas pessoas físicas.....	2.395
Número de acionistas pessoas jurídicas.....	211
Número de investidores institucionais .....	851
Número de ações em circulação, por classe espécie.....	260.114.060

### 15.4. Organograma dos Acionistas com mais de 5% do Capital Social

Nossos acionistas controladores diretos e indiretos, bem como nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificados nos itens “15.1” e “15.2” acima, razão pela qual não inserimos o organograma neste item.

### 15.5. Acordos de Acionistas

Em 23 de junho de 2010, nossos acionistas, Igarapava, Maiorem, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limíro Gonçalves, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho, e Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'anna Braga (esses quatro últimos, definidos em conjunto como "Família Gonçalves"), Nelson José de Mello e Claudio Bergamo dos Santos (doravante definidos, em conjunto, como "Partes", ou cada um deles, como "Parte") celebraram um acordo de acionistas ("Acordo de Acionistas"), o qual está arquivado em nossa sede social, nos termos e para os fins do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. O Acordo de Acionistas é o único em vigor com relação a ações da Companhia.

O Acordo de Acionistas prevê, entre outras disposições usuais a este tipo de documento, a regulamentação do exercício do direito de voto dos titulares das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, a eleição de membros para o nosso Conselho de Administração bem como a transferência das ações e o exercício do direito de preferência na transferência das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas.

Nos termos do Acordo de Acionistas, as ações vinculadas são todas as ações ordinárias e com direito a voto emitidas por nós e de propriedade das Partes na data do Acordo de Acionistas, bem como (i) ações adicionais emitidas por nós como resultado de desdobramento, distribuição ou bônus; (ii) direitos de subscrição relativos a essas ações; e (iii) valores mobiliários que assegurem direito a ou sejam conversíveis em ações da Companhia, todos considerados como "Ações do Bloco de Controle" para fins do Acordo de Acionistas. Nenhuma outra ação, exceto as incluídas na descrição acima, que seja adquirida pelas Partes diretamente na bolsa de valores ou de quaisquer terceiros, ou mediante o exercício do direito de preferência por qualquer Parte, direta ou indiretamente, ou em relação a quaisquer subscrições de novas emissões de ações, será considerada Ação do Bloco de Controle. Adicionalmente, qualquer Ação do Bloco de Controle transferida para terceiros por qualquer Parte, respeitadas as restrições dispostas no Acordo de Acionistas, deverá ser automaticamente excluída do Acordo de Acionistas.

As Partes devem votar sempre como um bloco, exercendo conjuntamente o nosso controle. As Partes terão o poder para decidir todas e quaisquer matérias atribuídas à competência da assembleia de acionistas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Estatuto Social ou pelo Acordo de Acionistas. Exceto nos casos especiais previstos na Lei das Sociedades por Ações, quaisquer resoluções em assembleias de acionistas serão aprovadas pela maioria dos votos dos presentes.

Assim, nos termos do Acordo de Acionistas, as Partes se obrigaram a: (a) emendar seus melhores esforços para comparecer a todas as nossas assembleias de acionistas; e (b) exercer seus direitos de acordo com as disposições contidas no Acordo de Acionistas de modo a: (i) maximizar o nosso valor a longo prazo, de acordo com os princípios estabelecidos no plano comercial e de negócios, e (ii) sempre buscar os mais altos níveis de eficiência, produtividade, competitividade e lucratividade.

As assembleias de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração sempre que conveniente ou necessário, ou ainda por requerimento de acionistas nas situações indicadas no art. 123 da Lei das Sociedades por Ações.

As Partes deverão realizar reuniões preliminares ("Reunião Preliminar de Acionistas"), a serem convocadas por qualquer um dos Acionistas, pelo Presidente ou vice do Conselho de Administração, com, no mínimo, quatro e, no máximo, seis dias de antecedência da data de realização de qualquer assembleia de acionistas e deverão decidir o voto a ser proferido por todas as Partes na respectiva assembleia. As decisões tomadas nessas reuniões exigirão o voto afirmativo das Partes que representem pelo menos 60% do total de Ações do Bloco de Controle, exceto nos casos de quorum qualificado exigido pelo Acordo de Acionistas.

Claudio e Nelson deverão sempre exercer seu direito de voto de maneira conjunta com Igarapava, não podendo os mesmos votar isoladamente. Igarapava (considerada conjuntamente com Claudio e Nelson) e Maiorem, bem como a Família Gonçalves, terão cada um o direito de indicar um representante para participar da Reunião Preliminar de Acionistas, o qual poderá ser substituído a qualquer momento por aquele que o indicou. Cada Acionista poderá ainda convidar dois observadores.

O Acordo de Acionistas prevê ainda a indicação de membros do Conselho de Administração, o qual será composto por no mínimo nove e no máximo onze membros, da seguinte maneira: (i) três membros designados pela Igarapava, sendo um deles o Presidente; (ii) dois membros designados pela Maiorem; (iii) dois membros designados pela Família Gonçalves; e (iv) dois membros restantes eleitos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado, devendo dois membros, no mínimo, serem Conselheiros Independentes. Os membros do Conselho terão mandatos de um ano, podendo ser reeleitos. Os Acionistas poderão ainda, designar um suplente para cada membro do Conselho.

Ademais, a Família Gonçalves obriga-se a não indicar como membro do Conselho de Administração qualquer indivíduo que participe da administração de quaisquer empresas nas quais tenha participação societária e atue em concorrência com as atividades da Companhia ("Negócios Remanescentes").

Caso, por qualquer razão, inclusive na hipótese de os acionistas minoritários exercerem seus direitos nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, as Partes não possam indicar o número de Conselheiros previsto, cada Parte terá direito de indicar, dentre os Conselheiros que serão indicados pelas Partes, excluídos os Conselheiros Independentes, conselheiros em número proporcional à sua participação no total de Ações do Bloco de Controle.

Pelo menos dois dias antes de qualquer reunião do conselho de administração, as Partes deverão realizar uma reunião preliminar ("Reunião Preliminar do Conselho de Administração") para decidir os votos a serem proferidos pelos Conselheiros por elas designados relativamente a cada uma das matérias submetidas à discussão na respectiva reunião do conselho de administração. As decisões tomadas na reunião preliminar exigirão o voto afirmativo das Partes que representem 60% do total das Ações do Bloco de Controle, exceto se exigido quorum qualificado.

A Família Gonçalves concorda que em caso de conflito de interesses em face aos da Companhia, em decorrência dos Negócios Remanescentes, a mesma irá abster-se de votar em qualquer Reunião Preliminar de Conselho de Administração.

Nos termos do Acordo de Acionistas, a Companhia terá uma Diretoria composta por no mínimo três e no máximo cinco Diretores, sendo que os Acionistas concordam que o Sr. Marcelo Filho deverá exercer a função não estatutária de Diretor Presidente da Divisão de Medicamentos, pelo prazo de dois anos contados da data de sua nomeação, ocorrida em 02 de março de 2010, e enquanto a Família Gonçalves detiver Ações que representem pelo menos 10% do total de Ações do Bloco de Controle. Todos os Diretores serão eleitos para um mandato de três anos, podendo ser reeleitos.

O Acordo de Acionistas prevê também regras sobre o direito de transferência, parcial ou total, das Ações do Bloco de Controle, tais como direito de preferência às demais Partes no caso de sua disposição. O direito de preferência deverá ser exercido na proporção das participações no número total de Ações do Bloco de Controle, excluídas as Ações do Bloco de Controle de titularidade do ofertante.

A oferta para o exercício do direito de preferência deverá ser feita por meio de notificação escrita, com cópia ao presidente do Conselho de Administração, na hipótese de: (i) a Parte ofertante receber uma oferta firme e de boa-fé de qualquer terceiro; ou (ii) a Parte ofertante pretender desvincular as ações ofertadas do bloco de controle e do Acordo de Acionistas. A transferência das ações ofertadas a qualquer terceiro que não seja parte do Acordo de Acionistas não resultará na transferência de quaisquer direitos previstos no Acordo de Acionistas nem permitirá a adesão de qualquer terceiro aos termos do Acordo de Acionistas.

A notificação da oferta mencionada acima deverá ser feita pelo valor de mercado, cabendo aos acionistas ofertados, no prazo de quinze dias, manifestarem-se por escrito acerca do interesse de exercerem seu direito de preferência. Caso as Partes não tenham interesse de exercer tal direito, o acionista ofertante terá 90 dias para concretizar a venda para terceiros.

Qualquer Parte que detiver 10% ou menos do número total de Ações do Bloco de Controle, será automaticamente excluída do Acordo de Acionistas. Cumpre ressaltar que em relação ao percentual mencionado, os indivíduos membros da Família Gonçalves serão considerados como um único bloco, bem como Igarapava, Claudio e Nelson.

O Acordo de Acionistas tem prazo de 10 anos e terá seu prazo de validade automaticamente prorrogado por períodos adicionais de 10 anos caso nenhuma das Partes notifique as outras Partes por escrito de sua decisão de não prorrogar o Acordo de Acionistas, notificação esta que deverá ser entregue com antecedência mínima de seis meses.

#### **15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia**

Em 1º de junho de 2007, a Erches, sociedade controlada pela Maiorem, ingressou na Companhia, mediante a subscrição de 46.332.562 ações ordinárias, pelo valor de R\$482,2 milhões. Posteriormente, a Erches foi incorporada pela Companhia, fazendo com que a Maiorem se tornasse nossa acionista direta, mediante a aquisição das ações remanescentes detidas pela Erches. Ainda em 04 de junho de 2007, aprovamos (i) um aumento de capital social no valor de R\$94,7 milhões, mediante a emissão de 528.727 ações, totalmente subscritas e integralizadas pela Maiorem; e (ii) o cancelamento de 175.397 ações. Após referidas deliberações e a cessão de duas ações aos dois membros do nosso Conselho de Administração que representam a Maiorem, esta passou a deter 46.685.890 ações, representativas de 38% do nosso capital social naquela época. Esta operação foi aprovada pelo CADE sem restrições em 10 de outubro de 2007 (Ato de Concentração n.º 08012.009082/2007-13).

Nesta mesma data, aprovamos um aumento de capital social no valor de R\$6,0 milhões, mediante a emissão de 576.485 ações, totalmente subscritas e integralizadas pela Igarapava. Após referida subscrição e posterior transferência de 761.729 ações para cada um dos Srs. Nelson José de Mello e Cláudio Bergamo dos Santos, em decorrência do resgate da totalidade das ações preferencias classe B de emissão da Igarapava, ocorrido em 20 de fevereiro de 2008, a Igarapava passou a deter 74.648.255 ações, representativas de 60,76% do nosso capital social naquela época.

Em 27 de junho de 2008, aprovamos o Protocolo de Justificação e de Incorporação de Ações do Farmasa, no qual nós e o Farmasa concordamos com os termos e condições para a incorporação de todas as ações de emissão do Farmasa por nós. Assim, nesta mesma data aprovamos um aumento de capital de aproximadamente R\$873,4 milhões, mediante a emissão de 39.720.140 ações, representando 20,0% do nosso capital social à época, entregues aos acionistas do Farmasa (Família Samaja, PEPC e GPCP4) na proporção de suas participações no capital social do Farmasa. Esses acionistas fizeram parte do nosso bloco de controle por meio de acordo de acionistas celebrado em 30 de julho de 2008. A saída da Família Samaja, PEPC e GPCP4 do nosso bloco de controle foi divulgada ao mercado por meio de Fato Relevante publicado em 9 de novembro de 2009.

Em 06 de dezembro de 2009, celebramos acordo de incorporação de ações com a Família Gonçalves para incorporação do negócio de produtos farmacêuticos, genéricos, similares, exportação, hospitalares, e correlatos de qualquer natureza detidos pelo Neo Química. Dada a relação de troca estabelecida na operação, a Família Gonçalves passou a deter 7,27% do nosso capital social e votante e o Neo Química tornou-se subsidiária integral da Hypernova, sendo posteriormente incorporada pela Companhia, conforme aprovado em 30 de dezembro de 2009 por nossos acionistas. A Família Gonçalves faz hoje parte do nosso grupo de controle por meio do acordo de acionistas descrito no item "15.5" acima.

#### **15.7. Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "15".

## **16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

### **16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização das Transações com Partes Relacionadas**

A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao conselho de administração aprovar quaisquer operações com partes relacionadas à Companhia.

Segundo o regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas Controladas e Coligadas, administradores, acionistas controladores, e, ainda, entre a Companhia e sociedades Controladas e Coligadas de seus administradores e dos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200 mil, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Adicionalmente, tais operações com partes relacionadas (i) não impactam atualmente ou impactarão futuramente os nossos resultados operacionais e situação financeira de forma negativa; e (ii) são celebradas em condições semelhantes às praticadas com terceiros.

Por fim, salientamos que: (i) os mútuos entre partes relacionadas observam a Variação da CDI, sendo que os saldos iniciais e os movimentos diários do mês são atualizados no final de cada mês; (ii) os aluguéis entre partes relacionadas possuem preços médios de R\$35,0 mil (TV Serra Dourada) e R\$164,0 mil (Fábrica Farmasa), sendo que a média mensal total de tais aluguéis é R\$199,0 mil; e (iii) os serviços de mídia prestados pela TV Serra Dourada e pela MY Agência de Propaganda Ltda. à Companhia são contratados em condições de preço e prazo semelhantes às praticadas com os demais clientes.

### **16.2. Informações sobre as transações com partes relacionadas que devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos últimos 3 exercícios sociais ou estejam em vigor**

Abaixo segue a descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia e garantidos por partes relacionadas:

*Contratos celebrados entre a Companhia e o Banco do Brasil S.A.*

Em 22 de abril de 2009, o Neo Química emitiu cédula de crédito industrial em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$21,8 milhões, com aval do Sr. Marcelo Henrique Limírio Gonçalves e da Sra. Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves. O pagamento do principal desta cédula deverá ser realizado em 78 prestações mensais, vencendo a primeira em 1º de dezembro de 2009 e a última em 1º de maio de 2016. Sobre o saldo devedor incide taxa de juros efetiva de 10,0% ao ano. Esta cédula é garantida por alienação fiduciária em garantia de bens no valor total de R\$31,1 milhões. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor desta cédula era de R\$15,5 milhões.

*Contratos celebrados entre a Companhia e o Banco Citibank S.A.*

Em decorrência da aquisição da DM, em 1º de junho de 2007, nós e a Monte Cristalina Ltda. celebramos com o Banco Citibank S.A. um Instrumento Particular de Reconhecimento de Obrigação e Outras Avenças ("IPRO"), em 13 de junho de 2007, de modo a garantir a dívida, por meio da prestação de fiança, no montante de R\$918 milhões e prazo de 5 anos, e fluxo anual de amortização como segue: (i) 02/06/2008 R\$124.300.000,00; (ii) 01/06/2009 R\$127.125.000,00; (iii) 01/06/2010 R\$175.950.000,00; (iv) 01/06/2011 R\$226.775.000,00; e (v) 01/06/2012 R\$263.850.000,00. Referida obrigação foi dividida entre um sindicato de bancos composto pelo Coordenador Líder (R\$218.000.000,00), Banco ABN AMRO Real S.A. (R\$150.000.000,00), Banco HSBC Bank Brasil S.A.- Banco Múltiplo (R\$50.000.000,00), Banco Safra S.A. (R\$100.000.000,00), Banco Bradesco S.A. (R\$200.000.000,00) e Banco Votorantim S.A. (R\$200.000.000,00) ("Credores"), tendo o Coordenador Líder permanecido fiador de R\$218,0 milhões, em 31 de dezembro de 2007. A remuneração do Banco Citibank S.A. nesta operação é trimestral e varia entre 2,125% ao ano a 0,875% ao ano, calculada com base no valor em aberto da carta de fiança, a ser determinada de acordo com o índice dívida financeira líquida/EBITDA.

O IPRO estabelece diversas obrigações para nós, dentre as quais se destacam de maneira resumida: (i) não onerar, transmitir, vender e/ou transferir quaisquer de seus ativos e/ou recebíveis, bem como prestar garantias a terceiros e/ou empresas do seu grupo econômico; (ii) não realizar ou participar de reorganizações societárias; (iii) não alterar a natureza e/ou controle societário; (iv) não alterar materialmente o objeto social atual; (v) não efetuar pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, contratual ou estatutariamente prevista, acima do mínimo obrigatório, conforme estabelecido por lei ou pelo estatuto social em vigor na data de celebração do contrato ou que venha a ser adotado na hipótese de abertura de seu capital, de acordo com as regras de Novo Mercado na BM&FBOVESPA.

Em garantia às obrigações assumidas nos termos do IPRO, entregamos uma nota promissória no valor garantido, já substituída por outras de valor menor, mas totalizando o mesmo montante, em virtude da sindicalização da fiança. Ademais, nós e a DM celebramos Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Sobre Contas Vinculadas e Outras Avenças com o Coordenador Líder, também em 13 de junho de 2007, como garantia do IPRO. Por meio deste contrato e até a liquidação da totalidade das obrigações previstas no IPRO, cedemos fiduciariamente aos Credores, proporcionalmente à participação de cada Credor na sindicalização da fiança pelo IPRO, os direitos decorrentes e/ou disponíveis nas contas vinculadas de suas respectivas titularidades, nas quais deverá haver um fluxo mensal mínimo não inferior a R\$50,0 milhões mensais, além de manter disponível, com antecedência de 30 dias corridos de cada vencimento, 110% do valor de cada prestação devida ao vendedor das quotas da DM. Os Credores poderão considerar o vencimento antecipado da dívida, dentre outras hipóteses, no caso de (i) vencimento antecipado de qualquer de nossas obrigações em valor superior a R\$40 milhões; (ii) não substituímos ou reforçarmos as garantias oferecidas em cumprimento às obrigações assumidas no IPRO que eventualmente tenham seu valor e/ou eficácia diminuídos; e (iii) mudança, direta e indireta no nosso controle acionário.

O pagamento adicional em razão de eventual variação cambial superior à taxa de câmbio de R\$1,9812, a favor do vendedor não é garantido pela fiança bancária mencionada acima, e tem garantia de pagamento de nossa acionista controladora indireta, a Monte Cristalina, por meio de obrigação por ela assumida no contrato celebrado com o vendedor.

#### *Contratos celebrados entre a Companhia e o BNDES*

Em 09 de outubro de 2008, o Neo Química celebrou com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 08.2.0637-1, no valor de R\$52,5 milhões, dividido em dois subcréditos (A: R\$48,488 milhões; e B: R\$4,048 milhões), destinado à expansão da sua unidade produtiva localizada em Anápolis/GO (subcrédito A) e ao desenvolvimento de cinco novos medicamentos genéricos (subcrédito B). O crédito será disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado, não podendo exceder 12 meses no caso do subcrédito A, e 27 meses em relação ao subcrédito B. A dívida decorrente do subcrédito A será amortizada em 72 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 1,5% ao ano acima da TJLP, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2010. A dívida do subcrédito B será amortizada em 87 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 4,5% ao ano, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2011. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$50,0 milhões.

A dívida foi garantida mediante fiança prestada por Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves, e MCLG Empreendimentos e Participações Ltda. O contrato de financiamento ainda prevê cláusula de vencimento antecipado, que faculta ao BNDES declarar vencido o contrato nas seguintes hipóteses: (i) nos termos dos artigos 39 e 40 das "Disposições aplicáveis aos contratos do BNDES"; (ii) redução do quadro pessoal da Companhia; (iii) existência de sentença condenatória em face da Companhia, já transitada em julgado, em razão da prática de discriminação de raça ou gênero, ou de emprego de mão de obra infantil ou escrava; e (iv) inclusão pela Companhia de dispositivo que possa torná-la incapaz de honrar com as suas obrigações financeiras.

Em 17 de abril de 2006, o Neo Química celebrou com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 06.2.0058-1, no valor de R\$43,3 milhões, dividido em três subcréditos (A: R\$28,0 milhões; B: R\$13,7 milhões; e C: R\$1,5 milhões), destinado à adequação das exigências da ANVISA e para a construção de novas instalações (subcrédito A), ao apoio de atividades de desenvolvimento de novos genéricos (subcrédito B), e à construção do Centro de Desenvolvimento Infantil em Anápolis/GO (subcrédito C). O crédito será disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado. A dívida decorrente do subcrédito A será amortizada em 54 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 3% ao ano acima da TJLP, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 2008, enquanto que a dívida do subcrédito B será amortizada em 54 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 6,0% ao ano acima da TJLP, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 2008, e por fim, a dívida do subcrédito C será amortizada em 45 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 1,7% ao ano acima da TJLP, vencendo-se a primeira em 15 de setembro de 2007. Em 31 de março de 2010, o saldo devedor deste contrato era de R\$19,1 milhões.

A dívida foi garantida mediante fiança prestada por Marcelo Henrique Limírio Gonçalves e Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves. Adicionalmente, a fim de assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do Contrato, a Companhia cede e transfere ao BNDES, em primeira hipoteca, todos os imóveis descritos em Contrato de sua propriedade, que compõem a sua unidade industrial situada em Anápolis/GO. Esta cédula é garantida por (i) terrenos avaliados em R\$59,0 mil; (ii) benfeitorias e edificações avaliadas em R\$28,1 milhões; e (iii) máquinas e equipamentos no valor de R\$29,6 milhões, totalizando aproximadamente R\$58,8 milhões.

O contrato de financiamento ainda prevê cláusula de vencimento antecipado, que faculta ao BNDES declarar vencido o contrato nas seguintes hipóteses: (i) nos termos dos artigos 39 e 40 das "Disposições aplicáveis aos contratos do BNDES"; (ii) redução do quadro pessoal da Companhia; e (iii) inclusão de dispositivo que exija quorum especial para deliberação de matérias que limitem o controle da Companhia por seus controladores, ou que importem em restrições de crescimento, acesso a novos mercados, ou ainda, à capacidade de pagamento das obrigações contraídas pela Companhia.

Além disso, nos três últimos exercícios sociais, realizamos operações com partes relacionadas, as quais consideramos que foram realizadas em condições usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações, representadas principalmente por: (i) despesas de publicidade para divulgação de nossos produtos nos montantes de R\$1,7 milhão e R\$3,0 milhões, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2009, respectivamente, e despesas de aluguéis para as nossas atividades administrativas em Goiânia no montante de R\$0,4 milhão nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2009, ambas com a TV Serra Dourada, que é uma das nossas coligadas; e (ii) despesas de aluguéis no montante de R\$0,9 milhão e R\$2,0 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2009, respectivamente, com a Farmib Administradora de Bens Ltda., que foi uma das nossas coligadas.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do grupo estão demonstradas abaixo:

<b>Período de três meses encerrado em 31 de março de 2010</b>					
	<b>Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.</b>	<b>My- Agência Propaganda Ltda.</b>	<b>Maiorem S.A de C. V.</b>	<b>TV Serra Dourada Ltda.</b>	<b>Total</b>
	(em milhares de R\$)				
Saldos					
Realizável a curto prazo .....	740	11	—	—	751
Clientes.....	740	11	—	—	751
Realizável a longo prazo.....	—	—	—	—	—
Mútuos .....	—	—	—	—	—
Passivo circulante .....	(44.757)	—	—	—	(44.757)
Fornecedores .....	(44.757)	—	—	—	(44.757)
Exigível a longo prazo .....	1.615	159	—	—	1.774
Mútuos .....	1.615	159	—	—	1.774
Transações.....	(217.925)	—	—	—	(217.925)
Vendas de					
mercadorias/produtos .....	36	—	—	—	36
Compras de					
mercadorias/produtos .....	(217.961)	—	—	—	(217.961)
Despesas/receitas Diversas .....	—	(445)	(240)	(1.607)	(2.292)
Publicidade.....	—	(450)	—	(1.502)	(1.952)
Aluguéis.....	—	5	(240)	(105)	(340)
Juros sobre Mútuo .....	(25)	(1)	—	—	(26)
Despesas financeiras .....	(25)	(2)	—	—	(27)
Receitas financeiras .....	—	1	—	—	1



**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009**

	<b>Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.</b>	<b>My- Agência Propaganda Ltda.</b>	<b>Maiorem S.A de C. V.</b>	<b>TV Serra Dourada Ltda.</b>	<b>Farmib Administradora de Bens Ltda.</b>	<b>Total</b>
	(em milhares de R\$)					
Saldos						
Realizável a curto prazo .....	-	-	-	-	-	-
Clientes.....	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo.....	-	287	-	-	-	287
Mútuos .....	-	287	-	-	-	287
Passivo circulante .....	45.898	600	-	-	-	46.498
Fornecedores .....	45.898	600	-	-	-	46.498
Exigível a longo prazo .....	346	-	-	-	-	346
Mútuos .....	346	-	-	-	-	346
Transações .....	(464.411)	(600)	-	-	-	(465.011)
Vendas de						
mercadorias/produtos.....	3.356	-	-	-	-	3.356
Compras de						
mercadorias/produtos.....	(467.767)	(600)	-	-	-	(468.367)
Despesas Diversas .....	-	(515)	-	(3.459)	(1.973)	(5.947)
Publicidade.....	-	(515)	-	(3.039)	-	(3.554)
Aluguéis.....	-	-	-	(420)	(1.973)	(2.393)
Juros sobre Mútuo .....	(1.128)	1	5	-	-	(1.122)
Despesas financeiras .....	(1.548)	(1)	-	-	-	(1.549)
Receitas financeiras .....	420	2	5	-	-	427
Receitas Diversas .....	-	-	-	-	-	-
Venda de Ativo Permanente .....	-	-	-	-	-	-

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2008**

	<b>Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.</b>	<b>Aprov Comércio de Cosméticos e Ltda.</b>	<b>Ceil Comércio e distribuidora Cosméticos Ltda.</b>	<b>Éh Cosméticos S.A.</b>	<b>Maiorem S.A de C. V.</b>	<b>Laboratório Americano de Fármaco terapia S.A.</b>	<b>Barrenne Industria Farmacêutica Ltda.</b>	<b>Farmib Administradora de Bens Ltda.</b>	<b>TV Serra Dourada Ltda.</b>	<b>Monte Cristalina Ltda.</b>	<b>Total</b>
	(em milhares de R\$)										
Saldos											
Realizável a curto prazo....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clientes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo ...	-	-	-	-	51	-	-	-	-	-	51
Mútuos.....	-	-	-	-	51	-	-	-	-	-	51
Passivo circulante.....	-	-	-	-	-	(2.035)	(191)	-	-	-	(2.226)
Mútuos.....	-	-	-	-	-	(2.035)	(191)	-	-	-	(2.226)
Exigível a longo prazo.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações .....	-	-	-	(1.427)	-	(46.208)	-	-	-	-	(47.635)
Vendas de											
mercadorias/produtos...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compras de											
mercadorias/produtos...	-	-	-	(1.427)	-	(46.208)	-	-	-	-	(47.635)
Despesas Diversas .....	-	-	-	-	-	-	-	(854)	(2.128)	-	(2.982)
Publicidade.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.738)	-	(1.738)
Aluguéis .....	-	-	-	-	-	-	-	(854)	(390)	-	(1.244)
Juros sobre Mútuo .....	346	89	58	68	6	-	-	-	-	-	567
Despesas financeiras .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras.....	346	89	58	68	6	-	-	-	-	-	567
Receitas Diversas .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	134	134
Venda de Ativo											
Permanente .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	134	134

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007		
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	(R\$ mil)	
<b>Receitas por vendas .....</b>	–	<b>130</b>
Sul Química Ltda. ....	–	130
<b>Contas a receber sociedades ligadas.....</b>	<b>196</b>	<b>4</b>
Distribuidora Clean Ltda.....	–	3
APROV Comércio de Cosméticos Ltda. ....	–	–
NIASI Comércio de Cosméticos Ltda. ....	–	–
Maiorem S.A. de C.V.....	45	–
Éh Cosméticos S.A.....	–	–
CEIL Comércio e Distribuidora Ltda.....	–	–
Outros .....	151	1
<b>Compras .....</b>	–	<b>(2.458)</b>
Sul Química Ltda. ....	–	(2.149)
Fluss Indústria e Comércio Ltda.....	–	(309)
Éh Cosméticos S.A. ....	–	–
Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – FARMASA ....	–	–
<b>Contas a pagar sociedades ligadas .....</b>	–	<b>(122)</b>
Quimivale Industrial Ltda. ....	–	(122)
Sul Química Ltda. ....	–	–
Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – FARMASA ....	–	–
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.....	–	–
<b>Aluguéis e despesas relacionadas .....</b>	–	<b>(6.985)</b>
Quimivale Industrial Ltda. ....	–	(6.985)
Farmib Administradora de bens Ltda.....	–	–
TV Serra Dourada Ltda. ....	–	–
<b>Publicidade.....</b>	–	–
TV Serra Dourada Ltda. ....	–	–
<b>Venda de Ativo Permanente.....</b>	–	–
Monte Cristalina Ltda. ....	–	–

### 16.3. Identificação das medidas para tratar de conflito de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. Ao Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, é submetida a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia vigente. Assim, todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. As nossas operações e negócios com nossas partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Adicionalmente, nos termos do nosso Acordo de Acionistas, a Família Gonçalves (antigos controladores do Neo Química) concordou que, em caso de conflito de interesses em face aos da Companhia, em decorrência de assuntos que envolvam interesses de empresas nas quais tenha participação societária e atue em concorrência com as atividades da Companhia, irá abster-se de votar em qualquer Reunião Preliminar do Conselho de Administração.

Por fim, a Companhia confirma que as transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado (*arm's length basis*), conforme detalhamento apresentado no item 16.1 deste Formulário de Referência.

## 17. CAPITAL SOCIAL

### 17.1. Composição do Capital Social

A Companhia possui apenas ações ordinárias. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, não podemos emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias enquanto nossas ações estiverem listadas no Novo Mercado.

Capital emitido	Capital subscrito	Capital integralizado	Capital autorizado <sup>(*)</sup>	Títulos conversíveis em ações	Condições para conversão
541.061.447	R\$3.168.194.793,69	R\$3.168.194.793,69	R\$4.500.000.000,00	–	–

(\*) O capital autorizado foi autorizado em decorrência da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de março de 2010.

### 17.2. Aumento de Capital

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de maio de 2007, nossos acionistas aprovaram o aumento de nosso capital social no valor de R\$14,0 milhões, mediante a emissão, naquela data, de 19.841.310 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por subscrição privada, tendo em vista que, naquela data, a Companhia não era companhia aberta, pela Monte Cristalina, e integralizadas em dinheiro, ao preço de emissão de R\$0,705599 por ação, sendo o valor de emissão determinado com base no valor do patrimônio líquido da ação, nos termos do Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. Tal subscrição representou um aumento do capital social da Companhia de 25,11%, tendo passado para R\$69,8 milhões, representado por 75.595.233 ações ordinárias.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2007, nossos acionistas aprovaram o aumento do capital social, mediante a emissão, naquela data, de 46.332.562 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por subscrição privada e integralizadas pela Maiorem, em dinheiro, ao preço de emissão de R\$10,407907 por ação, sendo o valor de emissão determinado com base no valor do patrimônio líquido da ação, nos termos do Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, no valor total de R\$482,2 milhões, dos quais R\$241,1 milhões foram destinados para conta de capital social e R\$241,1 milhões foram destinados para reserva de capital a título de ágio. O valor do aumento representou 345,66% do capital social. Dessa forma, nosso capital social passou para R\$310,9 milhões, representado por 121.927.795 ações ordinárias.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de junho de 2007, às 10:00 horas, cujas deliberações foram retificadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de setembro de 2007, nossos acionistas aprovaram a incorporação da Erches, com o consequente aumento de nosso capital no valor de R\$93,7 milhões, mediante a emissão, em 4 de junho de 2007, de 528.727 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por subscrição privada, pela Maiorem, e integralizadas em dinheiro, ao preço de emissão de R\$179,10 por ação, sendo o valor de emissão determinado com base no valor contábil da Erches, e sendo o valor do aumento 30,46% acima do capital social anterior a este aumento. Em decorrência da incorporação da Erches, nossas ações, antes detidas pela Erches, passaram a ser detidas pela Maiorem. Dessa forma, nosso capital social passou para R\$404,6 milhões representado por 122.281.125 ações ordinárias.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de junho de 2007, às 11:00 horas, cujas deliberações foram retificadas pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 18 e 24 de setembro de 2007, nossos acionistas aprovaram o aumento de nosso capital no valor de R\$6,0 milhões, mediante a emissão, em 4 de junho de 2007, de 576.485 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por subscrição privada, pela Igarapava, e integralizadas em dinheiro, ao preço de emissão de R\$10,407907 por ação, sendo o valor de emissão determinado com base no valor do patrimônio líquido da ação, nos termos do Artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, e sendo o valor do aumento equivalente a 1,48% do capital social anterior a este aumento. Dessa forma, nosso capital social passou para R\$410,7 milhões representado por 122.857.610 ações ordinárias.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2008, nossos conselheiros aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$304,3 milhões, mediante a emissão de 35.801.080 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em dinheiro no âmbito da distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia registrada na CVM em 17 de abril de 2008, ao preço de emissão de R\$17,00, sendo o valor de emissão determinado pelo procedimento de *bookbuilding* da oferta, e sendo o valor do aumento 74,1% acima do capital social anterior a este aumento. Dessa forma, nosso capital social passou para R\$715,0 milhões representado por 158.658.690 ações ordinárias.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de maio de 2008, nossos conselheiros aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$3,8 milhões, mediante a emissão de 221.867 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em dinheiro, em razão do exercício do lote suplementar de ações no âmbito da distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia registrada na CVM em 17 de abril de 2008, ao preço de emissão de R\$17,00, sendo o valor de emissão determinado pelo procedimento de *bookbuilding* da oferta, e sendo o valor do aumento 0,53% acima do capital social anterior a este aumento. Dessa forma, nosso capital social passou para R\$718,7 milhões representado por 159.102.424 ações ordinárias.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de junho de 2008, nossos acionistas aprovaram o aumento de nosso capital social no valor de R\$873,4 milhões, mediante a emissão, naquela data, de 39.720.140 ações ordinárias, por subscrição privada e integralizadas pelos acionistas do Farmasa em decorrência da incorporação de suas ações pela Companhia, à relação de troca de uma ação do Farmasa para cada 0,428 ações da Companhia, sendo o valor de emissão determinado pelo patrimônio líquido contábil do Farmasa e sua avaliação econômica, e sendo o valor do aumento equivalente a 121,53% do capital social anterior a este aumento. Dessa forma, nosso capital social passou para R\$1,6 bilhão representado por 198.600.697 ações ordinárias.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2009, nossos acionistas aprovaram o aumento de nosso capital social no valor de R\$47,7 milhões, mediante a emissão, naquela data, de 4.758.370 ações ordinárias, por subscrição privada e integralizadas pelos acionistas da Cosmed nas proporções então detidas por eles no capital social da Cosmed, em decorrência da incorporação de ações da Cosmed pela Companhia, à relação de troca de uma ação da Cosmed para cada 0,0531 ação da Companhia, ao preço de emissão de R\$10,0343861532 por ação, sendo o valor de emissão determinado pelo patrimônio líquido contábil da Cosmed e sua avaliação econômica, e sendo o valor do aumento equivalente a 3,1% do capital social anterior a este aumento. Dessa forma, nosso capital social passou para R\$1,6 bilhão representado por 198.600.697 ações ordinárias.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de julho de 2009, nossos conselheiros aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$230,0 milhões, mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em dinheiro no âmbito da distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia registrada na CVM em 15 de julho de 2009, ao preço de emissão de R\$23,00, sendo o valor de emissão determinado pelo procedimento de *bookbuilding* da oferta, e sendo o valor do aumento 14,4% acima do capital social anterior a este aumento. Dessa forma, nosso capital social passou de R\$1,6 bilhão para R\$1,8 bilhão representado por 218.600.697 ações ordinárias.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de julho de 2009, nossos conselheiros aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$51,8 milhões, mediante a emissão de 4.500.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em dinheiro, em razão do exercício do lote suplementar de ações no âmbito da distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia registrada na CVM em 15 de julho de 2009, ao preço de emissão de R\$23,00, sendo o valor de emissão determinado pelo procedimento de *bookbuilding* da oferta, e sendo o valor do aumento 2,83% acima do capital social anterior a este aumento. Dessa forma, nosso capital social passou de R\$1,8 bilhão para R\$1,9 bilhão, representado por 223.100.697 ações ordinárias.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2009, nossos acionistas aprovaram o aumento de nosso capital social no valor de R\$681,6 milhões, mediante a emissão, naquela data, de 17.500.000 novas ações, conforme relação de troca constante do Protocolo e Justificação de Incorporação da Hypernova Medicamentos Participações S.A. pela Companhia. O aumento de capital foi realizado mediante subscrição particular da Família Gonçalves, ao preço de emissão de R\$38,95 por ação, sendo o valor de emissão determinado pela cotação das ações da Companhia em Bolsa de Valores, nos termos do Artigo 170, §1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações. As ações foram integralizadas no ato pela Família Gonçalves, através da contribuição, ao capital social da Hypermarchas, da totalidade das ações de sua titularidade de emissão da Hypernova. Dessa forma, nosso capital social passou de R\$1,9 bilhão para R\$2,6 bilhões, um aumento de 36,4% acima do capital social anterior, representado por 240.600.697 ações ordinárias.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2010, nossos conselheiros aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$538,7 milhões, mediante a emissão de 52.176.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em dinheiro no âmbito da distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia registrada na CVM em 1º de abril de 2010, ao preço de emissão de R\$21,00, sendo o valor de emissão determinado pelo procedimento de *bookbuilding* da oferta, e sendo o valor do aumento 21,08% acima do capital social anterior a este aumento. Dessa forma, nosso capital social passou de R\$2,6 bilhão para R\$3,1 bilhão representado por 533.377.394 ações ordinárias.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de abril de 2010, nossos conselheiros aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$67,3 milhões, mediante a emissão de 6.520.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em dinheiro, em razão do exercício do lote suplementar de ações no âmbito da distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia registrada na CVM em 1º de abril de 2010, ao preço de emissão de R\$21,00, sendo o valor de emissão determinado pelo procedimento de *bookbuilding* da oferta, e sendo o valor do aumento 2,18% acima do capital social anterior a este aumento. Dessa forma, nosso capital social passou de R\$3,1 bilhão para R\$3,16 bilhão, representado por 539.897.394 ações ordinárias.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2010, nossos conselheiros aprovaram o aumento de nosso capital social no valor de R\$6,6 milhões, mediante a emissão, naquela data, de 1.164.056 novas ações, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Programa 2008. O aumento de capital foi realizado mediante subscrição particular, ao preço de emissão de R\$5,64 por ação, conforme definido pelo Programa 2008. Dessa forma, nosso capital social passou de R\$3.161.629.534,77 para R\$3.168.194.793,69, um aumento de 0,2% acima do capital social anterior, representado por 541.061.447 ações ordinárias.

Adicionalmente, não realizamos quaisquer desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos, bem como não possuímos investimentos ou desinvestimentos de capital em andamento.

### 17.3. Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações

As tabelas abaixo se referem aos 3 últimos exercícios sociais.

*Desdobramento de ações:*

Data da deliberação	Quantidade de ações antes da aprovação	Quantidade de ações depois da aprovação
30.12.2009	240.600.697	481.201.394

*Grupamento ou Bonificações:*

Até a presente data, não houve qualquer grupamento ou bonificação de ações da Companhia.

### 17.4. Reduções do Capital Social

Data da deliberação	Data da redução	Valor da redução	Ações canceladas	Valor restituído por ação	Forma de restituição	Percentual sobre o capital social anterior	Razão para redução
30.06.2009	30.06.2009	R\$47.747.322,04	4.758.370	R\$10,03	N.A.	3,0%	Cisão parcial da Companhia

### 17.5. Outras Informações Relevantes

#### Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, adotamos as seguintes:

- capital social da Companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);

- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração;
- resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem;
- a assembleia geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto Social; (b) eleição ou destituição, a qualquer tempo, de conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade; e
- escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes.

## **Novo Mercado**

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.



Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais também estaremos sujeitos.

Nossas ações ordinárias são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

### **Autorização para Negociação no Novo Mercado**

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto às cláusulas mínimas exigidas pela BM&FBOVESPA. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia. Existe, ainda, uma vedação à emissão de partes beneficiárias (ou manutenção em circulação) pelas companhias listadas no Novo Mercado.

O conselho de administração de companhias autorizadas que terão suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20% devem ser Conselheiros Independentes.

Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

### **Outras Características do Novo Mercado**

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacamos: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de em qualquer distribuição pública de ações a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), BACEN e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, em decorrência da Resolução CMN 3.456/2007, que estabeleceu novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos à negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela BM&FBOVESPA podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da referida Resolução, um investimento importante e atraente para as entidades fechadas de previdência privada que são grandes investidores do mercado de capitais brasileiro. Este fato poderá impulsionar o desenvolvimento do Novo Mercado, beneficiando as companhias cujos valores mobiliários são ali negociados, inclusive a nossa.

Nossos acionistas gozam de todos os direitos e garantias previstos no Regulamento do Novo Mercado, conforme contemplados por nosso Estatuto Social.

## **18. VALORES MOBILIÁRIOS**

### **18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação**

#### ***a. Direito a Dividendos***

Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e a distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não-consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

#### ***Dividendo Obrigatório***

A Lei das Sociedades por Ações permite que o Estatuto Social de cada companhia especifique o percentual mínimo disponível do valor a ser distribuído aos acionistas como dividendos, também conhecido como dividendo obrigatório, que pode também ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

O dividendo obrigatório é baseado na porcentagem do lucro líquido ajustado, não inferior a 25%, em vez de um valor monetário fixo por ação. De acordo com nosso Estatuto Social, no mínimo 25% do saldo de lucro líquido do exercício social anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual.

A Lei das Sociedades por Ações, no entanto, permite que suspendamos a distribuição obrigatória de dividendos de qualquer exercício social caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral de Acionistas que tal distribuição seria inviável dada a nossa condição financeira à época. Tal suspensão está sujeita à revisão do Conselho Fiscal, se instalado, e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No caso de uma sociedade de capital aberto, o Conselho de Administração deve registrar uma justificativa para tal suspensão na CVM dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral de Acionistas. Os dividendos não distribuídos por causa da suspensão devem ser destinados a uma reserva especial. Se não absorvido pelos prejuízos subsequentes, esse montante deverá ser pago na forma de dividendos assim que a condição financeira da empresa permitir.

#### ***Distribuição de Dividendos***

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, devemos realizar uma Assembleia Geral Ordinária até 30 de abril de cada ano, na qual, entre outras matérias, os acionistas devem decidir sobre a distribuição de nossos dividendos anuais.

Adicionalmente, dividendos intermediários podem ser declarados pelo Conselho de Administração. Quaisquer pagamentos de dividendos intermediários deverão ser computados no valor a ser pago como dividendo mínimo obrigatório aos nossos acionistas. Qualquer titular do registro de ações no momento da declaração dos dividendos tem direito a receber tais dividendos. Os dividendos sobre ações mantidas por depositários são pagos ao depositário para distribuição aos acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos devem geralmente ser pagos ao titular dentro de 60 dias depois de o dividendo ter sido declarado, exceto se os acionistas optarem por uma outra data de pagamento, o que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do término do exercício social no qual tal dividendo foi declarado. Dividendos atribuídos a acionistas e não reclamados não renderão juros nem serão passíveis de correção monetária e prescreverão por decurso de prazo em favor da Companhia, após decorrido três anos a partir da data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

Os acionistas têm prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre o capital próprio) referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados reverterá em nosso favor.

### ***Juros sobre Capital Próprio***

De acordo com a legislação tributária brasileira em vigor, a partir de 1º de janeiro de 1996, as companhias estão autorizadas a distribuir juros sobre o capital próprio ao invés de dividendos e tratar tais pagamentos como despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e, a partir de 1997, também para fins de contribuição social. O pagamento desses juros pode ser feito a critério do Conselho de Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral de Acionistas. Tais juros estão limitados à variação diária da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) pro rata, não podendo exceder o maior de: (i) 50% de nosso lucro líquido (após a dedução de provisões para contribuição social incidente sobre o lucro líquido, mas sem levar em conta a provisão para imposto de renda e juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento for efetuado; e (ii) 50% de nossos lucros acumulados e reservas de lucro no início do exercício fiscal em relação ao qual o pagamento for efetuado.

O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas um valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do IRRF, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo obrigatório.

Para fins contábeis, embora deva ser refletido na demonstração do resultado para ser passível de dedução, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido das demonstrações financeiras estatutárias e deduzido do patrimônio líquido de forma semelhante ao dividendo. A porcentagem de 15% (ou 25% se o acionista for residente em um paraíso fiscal) do imposto de renda retido na fonte é devido pelos acionistas mediante o recebimento dos juros, mas o imposto é normalmente pago pelas companhias em nome dos acionistas, mediante a distribuição de juros.

### ***Política de Dividendos***

Nosso Conselho de Administração recomendará à Assembleia Geral de Acionistas que distribua, em cada exercício, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor mínimo equivalente a 25% do nosso lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, as práticas contábeis brasileiras e as regras da CVM, preferencialmente mediante duas distribuições por exercício.

Não obstante a distribuição de dividendos acima referida, poderemos distribuir dividendos ou juros sobre o capital em montante inferior a 25% do nosso lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista de nossa situação financeira e/ou perspectivas futuras, condições macroeconômicas, mudanças regulatórias, estratégia de crescimento, limitações contratuais e demais fatores considerados relevantes por nosso Conselho de Administração e nossos acionistas.

Conforme mencionado acima, a declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares de nossas Ações, não se computando os votos em branco, e irá depender de diversos fatores. Dentre estes fatores estão nossos resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras e outros fatores que nosso Conselho de Administração e acionistas julguem relevantes. Dentro do contexto de nosso planejamento tributário, no futuro será benéfico o pagamento de juros sobre o capital próprio.

Não houve distribuição de dividendos relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

***b. Direito a Voto***

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto em qualquer Assembleia Geral de acionistas da Companhia.

***c. Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação***

A Companhia não possui ações que possam ser convertidas em outras classes ou espécies.

***d. Direitos de reembolso de capital***

*Direito de Retirada*

Qualquer um de nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) nossa cisão (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) redução do nosso dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudança do nosso objeto social; (iv) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (v) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo); (vi) incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e (vii) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a nossa cisão somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar: (i) a mudança do nosso objeto social, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social; (ii) a redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; ou (iii) a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra: (i) a nossa fusão ou incorporação em outra companhia; ou (ii) a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de retirada caso as Ações tenham as seguintes características: (a) liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM; e (b) dispersão no mercado, de forma que os nossos Acionistas Controladores, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade das nossas Ações.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, os acionistas em assembleia têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação de nosso Conselho de Administração no prazo de até dez dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso de exercício do direito de retirada, os nossos acionistas terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no nosso último balanço aprovado pela Assembleia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor patrimonial de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia geral.

#### *Resgate*

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, representando, no mínimo, 50% das nossas ações. O resgate deve ser feito por sorteio, e poderá ser pago com os nossos lucros, as reservas de lucro ou reservas de capital.

#### ***e. Direito a participação em oferta pública por alienação de controle***

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a alienação do controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas nos mesmos termos e condições concedidas ao controlador alienante, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação de nosso controle.

A oferta pública é exigida, ainda:

- (i) Quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia;
- (ii) Quando, sendo o controlador uma sociedade, o controle de tal sociedade controladora for transferido, sendo que, neste caso o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor; e
- (iii) Quando aquele que já detiver ações da Companhia adquirir poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações. Neste caso, o acionista adquirente estará obrigado a efetivar oferta pública de aquisição de ações pelos mesmos termos e condições oferecidos ao acionista alienante e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa, nos 6 meses anteriores à data da alienação do controle. O valor do ressarcimento é a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações nesse período, devidamente atualizado.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que o acionista controlador alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações representativas do seu controle, enquanto o acionista adquirente e aqueles que vierem a deter tal controle não subscreverem o Termo de Anuência dos controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

O comprador, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro dos seis meses subsequentes, o percentual mínimo de 25% de ações em circulação no mercado.

***f. Restrições à circulação***

Não há qualquer restrição à circulação das ações de emissão da Companhia.

***g. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários***

- (i) De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:
- (ii) Direito a participar da distribuição dos lucros;
- (iii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- (iv) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- (v) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;
- (vi) Direito de votar nas assembleias gerais; e
- (vii) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

***h. outras características***

Não existem outras características relevantes.

***i. emissores estrangeiros***

Não aplicável.

**18.2. Descrição, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

Nos termos do nosso Estatuto Social, aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico das ações, apurado em laudo de avaliação, observadas, em ambos os casos, as condições previstas na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado; (ii) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos seis meses anteriores à data da alienação do controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado até a data do pagamento pelo IGP-M/FGV; e (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do Controle.

Não obstante, caso seja deliberada a nossa saída do Novo Mercado, seja para que as ações passem a ser registradas para negociação fora do Novo Mercado ou seja por operação de reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o(s) acionista(s) que detiver(em) o poder de controle da Companhia deverá(ão) efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico das ações, apurado em laudo de avaliação, observadas, em ambos os casos, as condições previstas na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Na hipótese de haver Controle Difuso: sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; e (ii) sempre que for aprovada, em Assembleia Geral, a saída do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Artigo 47 deste Estatuto Social, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembleia Geral.

Adicionalmente, na hipótese de haver Controle Difuso e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de qualquer obrigação constante do Regulamento do Novo Mercado: caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração da Companhia, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em Assembleia Geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de aquisição deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Por fim, a partir da data em que o controle da Companhia passe a ser qualificado como difuso, qualquer acionista adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em ações em circulação igual ou superior a 5% do capital social da Companhia, e que deseje realizar uma nova aquisição de ações em circulação, estará obrigado a (i) realizar cada nova aquisição na BM&FBOVESPA, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão; (ii) previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e ao Diretor do pregão da BM&FBOVESPA, por meio da sociedade corretora a ser utilizada para adquirir as ações, a quantidade de ações em circulação que pretende adquirir, com antecedência mínima de três dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações, de tal modo que o diretor de pregão da BM&FBOVESPA possa previamente convocar um leilão de compra a ser realizado em pregão da BM&FBOVESPA do qual possam participar terceiros interferentes e/ou eventualmente a própria Companhia, observados sempre os termos da legislação vigente, em especial a regulamentação da CVM e os regulamentos da BM&FBOVESPA aplicáveis. Na hipótese do acionista adquirente não cumprir com tais obrigações, o Conselho de Administração da Companhia convocará assembleia geral extraordinária, na qual o acionista adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do acionista adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações acima referidas.



### 18.3. Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

### 18.4. A tabela abaixo contém as informações de volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais

As ações de nossa emissão começaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA em 18 de abril de 2008, sob o código "HYPE3". A tabela abaixo indica as cotações mínima, média e máxima das ações de nossa emissão na BM&FBOVESPA para os períodos indicados:

	Valor por ação ordinária (em R\$) <sup>(5)</sup>		
	Máximo <sup>(2)</sup>	Médio <sup>(3)</sup>	Mínimo <sup>(4)</sup>
<b>2008</b>			
Primeiro Trimestre <sup>(1)</sup> .....	—	—	—
Segundo Trimestre .....	12,48	9,58	7,50
Terceiro Trimestre .....	10,08	8,30	6,25
Quarto Trimestre .....	7,24	6,08	4,55
<b>2009</b>			
Primeiro Trimestre .....	8,55	6,52	4,96
Segundo Trimestre .....	13,00	10,09	8,14
Terceiro Trimestre .....	17,80	14,44	11,44
Quarto Trimestre .....	21,00	18,10	15,95
<b>2010</b>			
Primeiro Trimestre .....	23,95	21,77	20,48

(1) Início da negociação das Ações em 18 de abril de 2008.

(2) Preço Máximo: Preço máximo da ação em suas transações diárias.

(3) Preço Médio: Média do preço de fechamento da ação.

(4) Preço Mínimo: Preço mínimo da ação em suas transações diárias.

(5) Em 30 de dezembro de 2009, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, na proporção de uma para duas ações. Para fins de comparabilidade, os valores por ação ordinária de períodos anteriores a 30 de dezembro de 2009, foram recalculados para considerar o desdobramento.

Fonte: Bloomberg e factset.

### 18.5. Descrição de outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações

Na data deste Formulário de Referência, os valores mobiliários emitidos pela Companhia, excetuando-se ações, são: (i) debêntures simples não conversíveis em ações da 1ª Emissão da Companhia; (ii) notas promissórias comerciais da 1ª Emissão da Companhia; e (iii) debêntures simples não conversíveis em ações da 2ª Emissão da Companhia.

#### *Debêntures Simples da 1ª Emissão*

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2009 foi aprovada a 1ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia, não conversíveis em ações, do tipo escritural e da forma nominativa, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública. A emissão foi realizada em 8 de janeiro de 2010, tendo sido emitidas 200 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante de R\$200,0 milhões.

As debêntures têm vencimento em três anos contados da data de emissão e são remuneradas a uma taxa equivalente a 113,72% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”). O valor nominal unitário das debêntures será integralmente amortizado na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, vencendo-se a primeira parcela em 8 de julho de 2010 e a última em 8 de janeiro de 2013.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado total das debêntures pelo valor de curva do papel, ou seja, o valor a ser pago aos debenturistas será equivalente ao valor nominal unitário não amortizado das debêntures, acrescido da remuneração devida entre a última data de pagamento e a data do resgate. Não há previsão de prêmio.

Nos termos do artigo 60, caput, da Lei das Sociedades por Ações, o valor total das emissões de debêntures não poderá ultrapassar o capital social da Companhia, que na época da aprovação da 1ª Emissão totalizava R\$1,8 bilhão.

As debêntures da 1ª Emissão somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, (“Instrução CVM 409”), observado o disposto nos incisos I e II, do artigo 4º da Instrução CVM 476.

Adicionalmente, as debêntures da 1ª Emissão não possuem restrições diretas em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de nova dívidas e à emissão de novos valores mobiliários. Entretanto, a dívida poderá ser vencida antecipadamente em caso de determinados eventos, tais como (i) não observância pela Companhia do índice financeiro de dívida líquida/EBTIDA, sendo que em 2010 tal índice deverá permanecer menor ou igual a 4,5, em 2011 menor ou igual a 4,0 e em 2012 menor ou igual a 3,5; (ii) pagamento pela Companhia de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias; (iii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou quaisquer das suas controladas em valor unitário ou agregado ultrapasse R\$50,0 milhões, (iv) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras em valor, individual ou agregado, superior a R\$50,0 milhões, (v) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50,0 milhões, (vi) incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em alteração do atual controle societário por acionistas controladores que detenham, individualmente ou em conjunto, no mínimo 10% do capital social da Companhia ou deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, (vii) mudança relevante no estado financeiro da Companhia, que comprovada e justificadamente afete negativamente sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras, e (viii) não observância do índice financeiro previsto da escritura.

O Agente fiduciário das debêntures da 1ª emissão é Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração compreenderá parcelas anuais de R\$12.000,00, reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Adicionalmente, quaisquer alterações dos direitos assegurados pelas debêntures da 1ª emissão da Companhia dependerão da aprovação dos debenturistas reunidos em assembleia geral.

### *Notas Promissórias da 1ª Emissão*

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de janeiro de 2010 foi aprovada a 1ª emissão para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de notas promissórias comerciais, sem garantia, em série única. Em 4 de fevereiro de 2010, foram emitidas 20 notas promissórias ao valor unitário de R\$10,0 milhões, totalizando o valor de emissão de R\$200,0 milhões as quais foram pagas integralmente com recursos da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia.

As notas promissórias originalmente, tinham prazo de vencimento de 210 dias, podendo ser resgatadas total ou parcialmente pela Companhia a qualquer tempo, após decorridos 120 dias contados da data de emissão pelo valor nominal unitário das notas promissórias, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até o efetivo resgate.

A remuneração das notas promissórias correspondeu a 113,70% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário.

As notas promissórias poderiam ser resgatadas total ou parcialmente pela Companhia a qualquer tempo, após decorridos 120 dias contados da sua data de emissão, mediante o pagamento do valor nominal unitário das notas promissórias, acrescido da remuneração, calculada de forma *pro rata temporis* desde a data de sua emissão até a data do efetivo resgate, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos das notas promissórias, em até cinco dias úteis contados (i) da data de declaração do vencimento antecipado automático das notas promissórias, ou (ii) da data de realização da assembleia de titulares de notas promissórias, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios devidos.

As notas promissórias somente poderiam ser negociadas no NOTA – Módulo de Notas Comerciais, administrado e operacionalizado pela CETIP, entre investidores qualificados, conforme definidos nos termos da Instrução CVM 476, e após decorridos 90 dias da respectiva subscrição e integralização.

Adicionalmente, as notas promissórias não possuíam restrições diretas em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de nova dívidas e à emissão de novos valores mobiliários. Entretanto, elas poderiam ser declaradas antecipadamente vencidas em caso de determinados eventos, tais como (i) não observância pela Companhia do índice financeiro de dívida líquida/EBTIDA, sendo que no trimestre de aquisição de qualquer participação tal índice deverá permanecer menor ou igual a 4,0, no trimestre subsequente ao da aquisição, menor ou igual a 4,0, e nos trimestres subsequentes tal índice deverá apresentar um recuo de 0,25 até a razão de 3,25. e, também observância do índice EBTIDA/despesas de juros, o qual deverá ser maior ou igual a 2,0 no encerramento do exercício social de cada ano; (ii) pagamento pela Companhia de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias; (iii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou quaisquer das suas controladas em valor unitário ou agregado ultrapasse R\$50,0 milhões; (iv) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras em valor, individual ou agregado, superior a R\$50,0 milhões; (v) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50,0 milhões; (vi) incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que resulte na não prevalência da Igarapava e da Maiorem como as principais acionistas do atual bloco de controle da Companhia, ou incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em perda do atual controle societário, direto ou indireto, da Igarapava ou da Maiorem; e (vii) mudança relevante no estado financeiro da Companhia, que comprovada e justificadamente afete negativamente sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

Adicionalmente, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas no Contrato de Distribuição, desde que não expressamente previsto de outro modo no referido Contrato de Distribuição, dependeria da aprovação de titulares das notas promissórias que representassem, no mínimo, 80% das notas promissórias em circulação.

As notas promissórias foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, realizada nos termos da Instrução CVM 476, com dispensa automática de registro perante a CVM ("Oferta Restrita"), e do Contrato de Coordenação de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme, de Notas Promissórias Comerciais da 1ª Emissão da Hypermarcas S.A., celebrado em 03 de fevereiro de 2010, entre a Companhia e as instituições contratadas para coordenar e intermediar a Oferta Restrita ("Contrato de Distribuição"). No ato da subscrição e integralização destas notas promissórias, o titular declarou estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que estas notas promissórias estão sujeitas a restrições de negociação previstas nos termos da cártula da nota promissória, bem como na regulamentação aplicável.

#### *Programa de American Depositary Receipts Nível I*

Em 3 de fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de *American Depositary Receipts* Nível I, o qual foi aprovado pela CVM em 29 de março de 2010 e pela Securities and Exchange Commission em 29 de abril de 2010 ("Programa"). O Programa visa ampliar as formas de acesso de investidores, principalmente aqueles domiciliados no exterior, bem como ampliar a liquidez das nossas ações. Para este fim, a instituição custodiante será o Itaú Unibanco S.A. e a instituição depositária nos Estados Unidos será o JPMorgan Chase Bank, N.A. Cada *Depositary Receipt* corresponde a uma ação ordinária de emissão da Companhia e será negociado no mercado de balcão sob o código "HYPMY" e CUSIP n.º 44915J 10 0. Até a data deste Formulário de Referência, não foram emitidos quaisquer *Depositary Receipts*. A aprovação do Programa não implicou na emissão de novas ações, ou qualquer alteração no capital social da Companhia.

#### *Debêntures Simples da 2ª Emissão*

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2010 foi aprovada a 2ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia, não conversíveis em ações, do tipo escritural e da forma nominativa, da espécie quirografia, em série única, para distribuição pública. A emissão ocorreu em 4 de junho de 2010, sendo emitidas 200 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante de R\$200,0 milhões.

As debêntures têm vencimento em 32 meses contados da data de emissão, ou seja, em 4 de fevereiro de 2013, e são remuneradas a uma taxa equivalente a 113,70% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP. O valor nominal unitário das debêntures será integralmente amortizado na data de vencimento. A remuneração será paga, a partir da data de emissão, nas seguintes datas: (i) 04.09.2010; (ii) 04.12.2010; (iii) 04.03.2011; (iv) 04.06.2011; (v) 04.09.2011; (vi) 04.12.2011; (vii) 04.03.2012; (viii) 04.06.2012; (ix) 04.09.2012; (x) 04.12.2012; e (xi) 04.02.2013.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado das debêntures, total ou parcialmente, pelo valor nominal unitário, acrescido da remuneração devida entre a última data de pagamento e a data do resgate. Não há previsão de prêmio.

Nos termos do artigo 60, caput, da Lei das Sociedades por Ações, o valor total das emissões de debêntures não poderá ultrapassar o capital social da Companhia, que na época da aprovação da 2ª Emissão totalizava R\$3,2 bilhões.

As debêntures da 2ª Emissão somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado o disposto nos incisos I e II, do artigo 4º da Instrução CVM 476.

Adicionalmente, as debêntures da 2ª Emissão não possuem restrições diretas em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas e à emissão de novos valores mobiliários. Entretanto, a dívida poderá ser vencida antecipadamente em caso de determinados eventos, tais como (i) não observância pela Companhia do índice financeiro de dívida líquida/EBTIDA; (ii) pagamento pela Companhia de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias; (iii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou quaisquer das suas controladas em valor unitário ou agregado ultrapasse R\$50,0 milhões, (iv) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50,0 milhões, (v) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50,0 milhões, (vi) incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que resulte na não prevalência da Igarapava e da Maiorem como principais acionistas do atual bloco de controle da Companhia, (vii) mudança relevante no estado financeiro da Companhia, que comprovada e justificadamente afete negativamente sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras, e (viii) não observância do índice financeiro previsto da escritura.

O Agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão é Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, cuja remuneração compreenderá parcelas anuais de R\$12.000,00, reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Adicionalmente, quaisquer alterações dos direitos assegurados pelas debêntures da 2ª emissão da Companhia dependerão da aprovação dos debenturistas reunidos em assembleia geral.

#### **18.6. Mercados brasileiros nos quais nossos valores mobiliários são admitidos à negociação**

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA, sob o código "HYPE3".

As Debêntures da 1ª Emissão são e as Debêntures da 2ª Emissão serão negociadas no mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.

A Nota Promissória da 1ª Emissão é negociada no mercado secundário no Módulo NOTA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

#### **18.7. Classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

#### **18.8. Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia**

### *1ª Distribuição Pública de ações*

Em maio de 2008 encerramos oferta pública inicial primária de 36.022.947 ações ordinárias de nossa emissão, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, sendo 35.801.080 ações ordinárias inicialmente ofertadas e 221.867 ações ordinárias decorrentes do exercício do lote de ações suplementares. O preço de venda por ação foi fixado após a finalização do procedimento de *bookbuilding* em R\$17,00, totalizando R\$612,4 milhões.

A distribuição pública compreendeu (i) a distribuição pública de ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos coordenadores daquela oferta, com a participação de determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e corretoras consorciadas e, simultaneamente, (ii) esforços de colocação das ações nos Estados Unidos, realizados por determinados agentes de colocação internacional e determinadas instituições por eles contratadas, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, editada ao amparo do *Securities Act* de 1933 ("Regra 144A" e "*Securities Act*", respectivamente), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e investidores nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), que investiram no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.689"), e na Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325"), e na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"). Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

Tal oferta foi registrada na CVM sob o n.º CVM/SRE/REM/2008/003, em 17 de abril de 2008.

As ações ordinárias de emissão da Companhia começaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA em 18 de abril de 2008.

### *2ª Distribuição Pública de ações*

Em julho de 2009 encerramos oferta pública primária e secundária de 34.500.000 ações ordinárias de nossa emissão, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, sendo 30.000.000 ações ordinárias inicialmente ofertadas (sendo 20.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia e 10.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores) e 4.500.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores, decorrentes do exercício do lote de ações suplementares. O preço de venda por ação foi fixado após a finalização do procedimento de *bookbuilding* em R\$23,00, totalizando R\$793,5 milhões.

A distribuição pública compreendeu (i) a distribuição pública de ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos coordenadores daquela oferta, com a participação de determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e corretoras consorciadas e, simultaneamente, (ii) esforços de colocação das ações nos Estados Unidos, realizados por determinados agentes de colocação internacional e determinadas instituições por eles contratadas, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, editada ao amparo do *Securities Act* de 1933 ("Regra 144A" e "*Securities Act*", respectivamente), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e investidores nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável.

Tal oferta foi registrada na CVM sob o n.º CVM/SRE/REM/003 (Oferta Primária) e n.º CVM/SRE/SEC/006 (Oferta Secundária), em 15 de julho de 2009.

#### *Distribuição Pública das Debêntures da 1ª Emissão*

Em janeiro de 2010 realizamos a distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures da 1ª Emissão, sob regime de garantia firme de subscrição, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A.

Foram emitidas 200 debêntures, ao valor global de R\$200,0 milhões e unitário de R\$1,0 milhão, as quais foram distribuídas exclusivamente junto a investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM 409.

Tal operação foi realizada ao amparo de condição de dispensa de registro na CVM, nos termos da Instrução CVM 476.

#### *Distribuição Pública da Nota Promissória da 1ª Emissão*

A Nota Promissória da 1ª Emissão foi distribuída por meio de oferta pública, com esforços restritos de colocação, realizada nos termos da Instrução CVM 476, nos termos do Contrato de Coordenação de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme, de Notas Promissórias Comerciais da 1ª Emissão da Hypermarchas S.A., celebrado em 03 de fevereiro de 2010, entre a Emissora e as instituições contratadas para coordenar e intermediar a Oferta Restrita.

Em 4 de fevereiro de 2010, foram emitidas 20 notas promissórias ao valor unitário de R\$10,0 milhões, totalizando o valor de emissão de R\$200,0 milhões.

Tal operação foi realizada ao amparo de condição de dispensa de registro na CVM, nos termos da Instrução CVM 476.

#### *3ª Distribuição Pública de ações*

Em abril de 2010 encerramos oferta pública inicial primária de 58.696.000 ações ordinárias de nossa emissão, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, sendo 52.176.000 ações ordinárias inicialmente ofertadas e 6.520.000 ações ordinárias decorrentes do exercício do lote de ações suplementares. O preço de venda por ação foi fixado após a finalização do procedimento de *bookbuilding* em R\$21,00, totalizando R\$1.232,6 milhões.

A distribuição pública compreendeu (i) a distribuição pública de ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos coordenadores daquela oferta, com a participação de determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e corretoras consorciadas e, simultaneamente, (ii) esforços de colocação das ações nos Estados Unidos, realizados por determinados agentes de colocação internacional e determinadas instituições por eles contratadas, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, editada ao amparo do *Securities Act* de 1933 ("Regra 144A" e "*Securities Act*", respectivamente), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e investidores nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), que investiram no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.689"), e na Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325"), e na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"). Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

Tal oferta foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/REM/2010/008, em 1º de abril de 2010.

#### *Distribuição Pública das Debêntures da 2ª Emissão*

Em 13 de maio de 2010 foi aprovada por nosso Conselho de Administração a distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures da 2ª Emissão, sob regime de garantia firme de subscrição, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A.

Foram emitidas, em 4 de junho de 2010, 200 debêntures, ao valor global de R\$200,0 milhões e unitário de R\$1,0 milhão, as quais serão distribuídas exclusivamente junto a investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM 409.

Tal operação foi realizada ao amparo de condição de dispensa de registro na CVM, nos termos da Instrução CVM 476.

#### **18.9. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas por nós relativas a ações de emissão de terceiro**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia realizado ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

#### **18.10. Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "18".



## **19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA**

### **19.1. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria**

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouraria para posterior alienação. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouraria não pode, dentre outras:

- (i) resultar na redução do nosso capital social;
- (ii) requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definidos na regulamentação aplicável), constantes do último balanço;
- (ii) criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não equitativas; e
- (iv) ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes aos nossos Acionistas Controladores; ou ocorrer, enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das nossas ações.

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10% da totalidade das ações de nossa emissão, excluídas as ações de titularidade dos nossos acionistas controladores e incluídas as ações detidas por nossas subsidiárias e coligadas.

Qualquer compra de ações de nossa emissão pela Companhia deve ser realizada em bolsa, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço igual ou inferior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta.

#### ***Aprovação de Recompra***

Nosso Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 17 de dezembro de 2009, a aquisição de até 6.700.000 ações de nossa emissão, representativas de até 6,7% das ações em circulação, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria, canceladas e/ou posteriormente alienadas, podendo ainda, serem utilizadas para atender a eventual exercício de opções no âmbito dos nossos Planos de Opção de Compra de Ações.

A aquisição das ações se dará por meio de débito das contas de reserva de capital disponíveis em nosso balanço levantado em 31 de dezembro de 2008, até o montante das reservas disponíveis nesse balanço, no valor de R\$521,2 milhões.

A operação de recompra deverá ser realizada em até 365 dias contados de sua aprovação, na BM&FBOVESPA, a preços de mercado, com a intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Fator Corretora S.A. e Banco BTG Pactual S.A.

Na data deste Formulário de Referência, a operação de recompra aprovada não havia ainda sido realizada pela Companhia.

### **19.2. Movimentação de valores mobiliários mantidos em tesouraria**

Não possuímos ações em tesouraria.

**19.3. Valores mobiliários mantidos em tesouraria**

Na data do presente Formulário de Referência, bem como nos três últimos exercícios sociais, não possuíamos ações em tesouraria.

**19.4. Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "19".

## **20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

### **20.1. Política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutário**

Em 29 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os Acionistas Controladores, nossos administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a nós a quantidade e espécie de valores mobiliários de nossa emissão e de nossas Controladas e Coligadas, incluindo derivativos, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações durante os 12 meses precedentes.

As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de 5 dias após a realização de cada negócio. Quando se tratar de pessoa física, as informações deverão incluir os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge, companheiro ou dependente incluído em sua declaração de imposto de renda e de sociedade controlada direta ou indiretamente por quaisquer dessas pessoas. Deveremos enviar essas informações à CVM e à BM&FBOVESPA no prazo de 10 dias após o término do mês em que tais movimentações ocorreram.

Além disso, as regras do Novo Mercado obrigam os nossos acionistas controladores a divulgar as informações acima à BM&FBOVESPA, incluindo informação relativa a derivativos.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5,0% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar a Companhia as seguintes informações: (i) nome e qualificação do comunicante; (ii) objetivo da participação e quantidade visada, incluindo, se for o caso, declaração de que a transação não objetiva alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da companhia; (iii) número de ações, bônus de subscrição, e de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, detidos anteriormente à aquisição, direta ou indiretamente; (iv) número de debêntures conversíveis em ações, detidas anteriormente à aquisição, direta ou indiretamente, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e (v) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia. A Companhia deverá enviar essas informações à CVM e à BM&FBOVESPA e atualizar o Formulário de Referência da Companhia.

### **20.2. Outras Informações relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "20".

## **21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

### **21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva**

Exceto pela política de divulgação abaixo descrita, não há.

### **21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

Em 29 de março de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia.

De acordo com a legislação do mercado de valores mobiliários, devemos informar à CVM e à BM&FBOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos nossos negócios. A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionistas controladores, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de 1 (um) ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos acionistas controladores ou nossos administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

### **21.3. Administradores Responsáveis pela Política de Divulgação de Informações**

Diretor de Relações com Investidores.

### **21.4. Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "21".

## **22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS**

### **22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios**

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em seus negócios.

### **22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios**

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

### **22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não há.

### **22.4. Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "22".

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Ata da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de junho de 2010 que deliberou sobre a Oferta
-

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



JUCESP



JUCESP PROTOCOLO  
0.520.072/10-8

HYPERMARCAS S.A.  
Companhia Aberta



NIRE 35.300.353.251  
CNPJ nº. 02.932.074/0001-91

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2010**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 10 dias do mês de junho de 2010, às 9h00, na sede social da Hypermarcas S.A. ("Companhia") situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.217, casa 07, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011.

**CONVOCAÇÃO:** Foram convocados todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia.

**PRESENCAS:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, por conferência telefônica.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. João Alves de Queiroz Filho, que convidou a Sra. Juliana Aguinaga Damião para secretariá-lo.

**ORDEM DO DIA:** Exame, discussão e votação de proposta de emissão, para distribuição pública, de 500.000 (quinhentas mil) debêntures da 3ª (terceira) emissão da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que serão objeto de distribuição pública, sob regime misto de garantia firme e melhores esforços, nos termos da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

**DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas a matéria constante da Ordem do Dia, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da alínea "I" do artigo 23, do Estatuto Social da Companhia, a aprovação da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para distribuição pública, sob regime misto de garantia firme e melhores esforços, nos termos da Instrução CVM 400 ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), a qual terá as seguintes características e condições:

JUL 2010

- (a) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), observado que tal montante pode ser aumentado em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e/ou da emissão de Debêntures do Lote Suplementar (conforme abaixo definido);
- (b) **Séries:** a Emissão será realizada em até 3 (três) séries, observado o disposto na alínea "c" abaixo (sendo as Debêntures da 1ª série designadas simplesmente "Debêntures da 1ª Série", as Debêntures da 2ª série designadas simplesmente "Debêntures da 2ª Série" e Debêntures da 3ª série designadas simplesmente "Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série e com as Debêntures da 2ª Série, referidas como "Debêntures");
- (c) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das séries será decidida pela Diretoria da Companhia, nos termos da autorização constante da alínea "x" abaixo, em comum acordo com as instituições intermediárias da Oferta ("Coordenadores"), após a conclusão do procedimento de *bookbuilding* a ser realizado pelos Coordenadores para coleta de intenções de investimento nas Debêntures, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). Em razão da demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding* (a) a Diretoria da Companhia poderá, a seu critério, com a concordância dos Coordenadores, optar por não emitir as Debêntures, emitir as Debêntures em série única, em 2 (duas) séries ou em 3 (três) séries; (b) a quantidade de Debêntures objeto da Oferta poderá ser aumentada, a critério da Companhia, de comum acordo com os Coordenadores, em até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente oferecida, por meio da emissão de debêntures adicionais na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"); e (c) a quantidade de Debêntures objeto da Oferta poderá ser aumentada, a critério dos Coordenadores, de comum acordo com a Companhia, em até 15% (quinze por cento) em relação à quantidade originalmente oferecida, por meio da emissão de debêntures do lote suplementar na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures do Lote Suplementar"). As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas;
- (d) **Data de Emissão das Debêntures:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de julho de 2010 ("Data de Emissão");

1

- (e) **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** o valor nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário");
- (f) **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:** não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série nem do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série. As Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização da 3ª Série") a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo o produto da atualização das Debêntures da 3ª Série incorporado ao seu Valor Nominal Unitário automaticamente ("Valor Nominal Unitário Atualizado");
- (g) **Forma, Tipo e Conversibilidade:** as Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures. As Debêntures não serão conversíveis em ações;
- (h) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária;
- (i) **Destinação dos Recursos:** os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados integralmente para o pagamento de dívidas e obrigações de responsabilidade da Companhia;
- (j) **Prazo e Data de Vencimento:** ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas abaixo, o vencimento das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao término do prazo de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014 ("Data de Vencimento da 1ª Série"); o vencimento das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015 ("Data de Vencimento da 2ª Série"); e o vencimento das Debêntures da 3ª Série ocorrerá ao término do prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2016 ("Data de Vencimento da 3ª Série");
- (k) **Amortização Programada:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série na Data de Emissão será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série e na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, respectivamente. As Debêntures da 3ª Série serão amortizadas em 2 (duas) parcelas, nas seguintes datas: (a) a primeira parcela será devida em 15 de julho de 2015, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série; e (b) a segunda parcela será devida na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série,

JUCEP

correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série;

- (l) **Registro para Colocação:** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) no DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e no Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA;
- (m) **Forma e Preço de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, corrigido *pro-rata-temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, pela Remuneração correspondente à respectiva série apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, observado o disposto na alínea "p" abaixo. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição;
- (n) **Resgate Antecipado Facultativo:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente as Debêntures da 1ª Série a qualquer tempo a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, integral ou parcialmente, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos jornais indicados nos documentos da Oferta, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ("Comunicação de Resgate das Debêntures da 1ª Série"). O valor de resgate devido pela Companhia será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série, encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado e de um prêmio correspondente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) sobre o valor do saldo devedor não amortizado das Debêntures da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* ao prazo remanescente das Debêntures da 1ª Série ("Resgate Antecipado"). As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série não poderão ser resgatadas antecipadamente;
- (o) **Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, atualizado ou não, conforme o caso, acrescido da Remuneração da 1ª Série, da Remuneração da 2ª Série ou da Remuneração da 3ª Série, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da

cento da Remuneração da 1ª  
Série da 3ª Série, conforme o c

JUCEP

- (q) **Datas de Pagamento da Remuneração:** A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga semestralmente, nos dias 15 de julho e 15 de dezembro de cada ano, observado o período de capitalização aplicável às Debêntures da 1ª Série ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo a primeira data de pagamento da Remuneração da 1ª Série em 15 de dezembro de 2010 e a última na Data de Vencimento da 1ª Série. A Remuneração da 2ª Série será paga semestralmente, nos dias 15 de julho e 15 de dezembro de cada ano, observado o período de capitalização aplicável às Debêntures da 2ª Série ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo a primeira data de pagamento da Remuneração da 2ª Série em 15 de dezembro de 2010 e a última na Data de Vencimento da 2ª Série. A Remuneração da 3ª Série será paga anualmente, no dia 15 de julho de cada ano, observado o período de capitalização aplicável às Debêntures da 3ª Série ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo a primeira data de pagamento da Remuneração da 3ª Série em 15 de julho de 2011 e a última na Data de Vencimento da 3ª Série;
- (r) **Repactuação:** não haverá repactuação das Debêntures;
- (s) **Limite da Emissão:** a Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (t) **Vencimento Antecipado:** as obrigações da Companhia constantes da escritura de emissão das Debêntures ("Escritura") e demais documentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente exigíveis nas seguintes hipóteses:
- (i) pedido por parte da Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Companhia ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
  - (ii) pedido ou decretação de insolvência civil de acionistas controladores da Companhia que detenham, individualmente ou em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social da Companhia;
  - (iii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência, pedido de falência da Companhia, e/ou de quaisquer das suas controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Companhia e controladas, não elidido no prazo legal;

9

JUCEP

ANEXO

- (iv) não pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, remuneração e demais encargos pactuados nas Debêntures, observado o prazo de cura a ser estabelecido de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão;
- (v) não cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária, nos termos desta Escritura de Emissão, observado o prazo de cura a ser estabelecido de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão, sendo que este prazo não se aplica àquelas obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (vi) redução de capital social da Companhia que resulte em capital social inferior a percentual a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (vii) protestos de títulos contra a Companhia e/ou contra quaisquer das suas controladas, em valor a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão;
- (viii) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Companhia e/ou das suas controladas e/ou controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Companhia, em montante a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão, no mercado local ou internacional, salvo se a Companhia comprovar, no prazo a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Companhia;
- (ix) pagamento pela Companhia de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora

Q

III

relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão;

- (x) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, em valor a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão;
- (xi) cessação, pela Companhia, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada pela maioria simples dos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xii) transformação do tipo societário da Companhia para sociedade limitada;
- (xiii) se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que resulte na não prevalência da Igarapava Participações S.A. e da Maiorem S.A. de C.V., em conjunto, direta ou indiretamente, como as principais acionistas do bloco de controle da Companhia; ou se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em perda do atual controle societário, direto ou indireto, da Igarapava Participações S.A. ou da Maiorem S.A. de C.V.;
- (xiv) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Companhia, que comprovadamente (mediante a publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado pela Companhia, nos termos da Instrução CVM n.º 358, bem como na regulamentação aplicável) afete de forma relevante negativamente a capacidade da Companhia cumprir com suas obrigações financeiras;
- (xv) não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças que impeça o funcionamento de uma ou mais unidades industriais da Companhia e/ou de suas controladas ou a produção de um ou mais produtos pela Companhia e/ou suas controladas que, em qualquer caso, represente valor do faturamento consolidado da Companhia a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão, exceto se, dentro do prazo a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão, a Companhia comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Companhia e/ou de suas controladas, conforme o caso, até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

9



JUL 2010

23 06 10

- (xvi) mudança ou alteração no objeto social da Companhia que modifique as atividades atualmente por ela praticadas de forma relevante, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (xvii) não observância pela Companhia dos índices financeiros relativos à dívida financeira Líquida/EBITDA e cobertura de juros (EBITDA/ Despesa de Juros), por dois semestres consecutivos, a serem calculados sempre com base nas demonstrações contábeis de dezembro e junho da Companhia, iniciando-se com as informações contábeis de dezembro de 2010, e informados ao Agente Fiduciário, juntamente com o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, em até 15 (quinze) dias úteis após o prazo legal exigido pela CVM, na legislação em vigor, para divulgação das respectivas informações financeiras da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. Os índices financeiros serão determinados de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão;
- (xviii) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia durante a vigência das Debêntures e/ou no Contrato de Distribuição;
- (xix) alteração do Estatuto Social da Companhia, que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Companhia, durante a vigência das Debêntures desta Emissão, desde que haja uma retirada efetiva de acionistas que representem percentual do capital social da Companhia a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão;
- (xx) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo a ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Companhia; e
- (xxi) se a Companhia e/ou qualquer de suas controladas promover, em uma única operação ou em uma série de operações, a alienação, direta ou indireta, total ou parcial, de ativos operacionais que, individualmente ou em conjunto, resulte numa receita bruta de vendas consolidada da Companhia em valor a

JUL 20

2010

ser determinado de comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores nos documentos da Emissão ("Valor de Referência"). A apuração da receita bruta de vendas consolidada da Emissora para fins de comparação com o Valor de Referência será realizada trimestralmente, até o 45º (quadragésimo quinto) dia contado da data de encerramento de cada trimestre calendário, com base na receita bruta de vendas consolidada da Emissora relativa aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do referido trimestre, considerando-se as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou objeto de revisão especial pelos auditores independentes da Emissora, conforme o caso. A verificação do valor da redução da receita bruta de vendas em relação ao Valor de Referência será realizada a partir da data da alienação dos ativos até o 12º mês seguinte à referida data, findo o qual a respectiva alienação não mais será considerada como um potencial evento de vencimento antecipado.

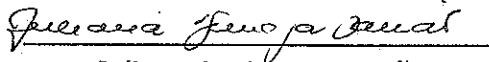
- (u) **Multa e Juros Moratórios:** ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento;
- (v) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP, conforme o caso, por meio do Banco Mandatário e Escriturador ou na sede da Companhia para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND;
- (x) **Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia:** fica a Diretoria da Companhia autorizada a:
  - (i) contratar os Coordenadores da Oferta para realizar a distribuição pública das Debêntures;
  - (ii) contratar os prestadores de serviços da Emissão, incluindo mas não se limitando ao banco mandatário, agente escriturador, agente fiduciário, assessores legais, agência classificadora de risco, entre outros;

Q

- (iii) com base na demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, decidir a quantidade de Debêntures a serem alocadas em cada série das Debêntures, em comum acordo com os Coordenadores, sem valores máximos ou mínimos para cada série;
- (iv) com base na demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, decidir, de comum acordo com os Coordenadores, por não emitir as Debêntures, emitir as Debêntures em série única, em 2 (duas) séries ou em 3 (três) séries;
- (v) com base na demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, decidir, de comum acordo com os Coordenadores, pela emissão das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures do Lote Suplementar;
- (vi) aprovar a Remuneração das Debêntures apurada em Procedimento de *Bookbuilding* observado o limite de Remuneração para cada série estabelecido pelo Conselho de Administração, conforme disposto na alínea "p" acima; e
- (vii) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião e lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Presidente: Sr. João Alves de Queiroz Filho; Secretária: Sra. Juliana Aguinaga Damião. Membros do Conselho de Administração: João Alves de Queiroz Filho, Luciana Cavalheiro Fleischner, Claudio Bergamo dos Santos, Esteban Malpica Fomperosa, Bernardo Malpica Hernandez, Jairo Eduardo Loureiro, Hélio Robles de Oliveira, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves e Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 10 de junho de 2010

  
Juliana Aguinaga Damião  
Secretária



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Estatuto Social
-

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ESTATUTO SOCIAL DA HYPERMARCAS S.A.**

CNPJ/MF nº. 02.932.074/0001-91

NIRE: 35.300.353.251

### **CAPÍTULO I**

#### **DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO**

**Artigo 1º:** A HYPERMARCAS S.A. é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis ("Companhia").

**Artigo 2º:** A Companhia tem a sede de sua administração e seu foro jurídico na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1.217, casa n.º 07, Vila Nova Conceição, 04543-090, podendo, mediante deliberação da Diretoria, abrir e/ou extinguir escritórios, agências, filiais, depósitos, estabelecimentos ou outras dependências em qualquer parte do território nacional ou do exterior.

**Parágrafo Único:** A Companhia possui as seguintes filiais:

Filial 001, localizada na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua Castorina Bitencourt Alves, 349, Quadra "C 20", Lote 01E, Bloco "C", 1º Andar, Ala "A", Bairro Jardim Goiás, CEP 74810-370, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0002-72;

Filial 002, localizada na Cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Avenida Fernando Cerqueira César Coimbra, nº. 1000, Prédio 28C, Alphaville, CEP 06465-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0003-53;

Filial 003, localizada na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida Afonso Pena, nº. 1.515, Quadra Área, Ala "B", Chácara Retiro, CEP 74665-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0004-34;

Filial 004, localizada na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida Afonso Pena, nº. 1.515, Quadra Área, Ala "C", Chácara Retiro, CEP 74665-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0005-15;

Filial 005, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Torres 3 e 4, 5º andar, Conjuntos 53 e 54, Vila Nova Conceição, CEP.: 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0006-04;

Filial 006, localizada na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua César Augusto D'alçóquio, nº. 4820, Salseiros, CEP 88311-500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0007-87;

Filial 007, localizada na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua Lineu Anterino Mariano, nº. 621, Sala "A", Distrito Industrial, CEP 38402-346, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0008-68;

Filial 008, localizada na Cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Francisco Villela, nº. 660, parte, lado direito 2, Jardim Umuarama, CEP 16013-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0009-49;

Filial 009, localizada na Cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Francisco Villela, nº. 660, parte, lado esquerdo, Jardim Umuarama, CEP 16013-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0010-82;

Filial 010, localizada na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida São Miguel, s/n, Quadra 05, Lote. 02 a 05, Sala 06 e 07, Vila Jardim São Judas Tadeu, CEP 74685-520, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0011-63;

Filial 011, localizada na Cidade Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida Afonso Pena, nº. 1515, Quadra Área, Chácara Retiro, CEP 74665-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0014-06;

Filial 012, localizada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua José Paris, nº. 339, Conjunto 12 e 13, Sarandi, CEP 91140-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0016-78;

Filial 013, localizada na Cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Francisco Villela, nº. 660, Sala 1, Jardim Umuarama, CEP 16013-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0017-59;

Filial 014, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alexandre Mackenzie, nº. 141, Box 14 - Ruas 21 a 40, Ala "C", Jaguaré, CEP 05322-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0018-30;

Filial 015, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Piracema, nº. 121, Galpão 1, Tamboré, CEP 06465-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0019-10;

Filial 016, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Ceci, nº. 1900, Parte 40, Bloco 3, Tamboré, CEP 06460-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0020-54;

Filial 017, localizada na Cidade de Maceió, Estado do Alagoas, na Rua João José Pereira Filho, nº. 1845, Galpão, Tabuleiro do Martins, CEP 57081-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0021-35;

Filial 018, localizada na Cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Rua Pedro Mari, nº. 80, Bloco 22, Pavimento 01, Parque Assunção, CEP 06754-909, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0022-16;

Filial 019, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nova York, nº. 245, Sala 09, Brooklin, CEP 04560-908, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0023-05;

Filial 020, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Frei Caneca, nº. 1382, Conj. Escritório Térreo, Consolação, CEP 01307-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0024-88;

Filial 021, localizada na Cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na Avenida dos Alecrins, nº. 401, Distrito Industrial, CEP 37550-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0025-69;

Filial 022, localizada na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Calçada Antares, nº. 264, Sala 25, 2º andar, Alphaville, CEP 06541-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0027-20;

Filial 023, localizada na Cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhaguera, Km 37,5, Lado Direito, Blocos 06 e 07, Jordanésia, CEP 07760-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0028-01;

Filial 024, localizada na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Rua Tom Jobim, nº. 600, Galpão 2, Md 4 e 5, Cidade Industrial, CEP 32210-190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.932.074/0029-92;

Filial 025, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de São Francisco, nº. 373, Sala 508/509, Vila Isabel, CEP 20541-371, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 026, localizada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Santos Dumont, nº. 1789, Sala 303, Edifício Potenza Aldeota, CEP 60150-160, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;



Filial 027, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Comendador Araújo, nº. 510, Conjuntos 902/904, Centro, CEP 80420-000, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 028, localizada em Brasília, Distrito Federal, Lote 01, Área Especial Saia Velha, 1º Pavimento, Sala 06, Ala 1, Região Administrativa de Santa Maria, CEP 72549-550, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 029, localizada em Brasília, Distrito Federal, Lote 01, Área Especial Saia Velha, 1º Pavimento, Sala 06, Ala 2, Região Administrativa de Santa Maria, CEP 72549-550, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 030, localizada na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Avenida Orlanda Bérgamo, nº 800, Galpão 22, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 031, localizada na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Avenida Orlanda Bérgamo, nº 800-A, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 032, localizada na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Avenida Orlanda Bérgamo, nº 800, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 033, localizada na Cidade de São Roque, Estado de São Paulo, na Rua Piracicaba, nº 137, Bairro do Marmeleiro, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 034, localizada na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VPR-1, Quadra 2-A, Módulo 4, Distrito Agroindustrial de Anápolis, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 035, localizada na Cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Osasco, 949 – Parque Empresarial Anhanguera, Galpões “C” do Condomínio G8 Business PARK, Rodovia Anhanguera, Km 33, CEP 07750-000, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 036, localizada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Dom Luis, nº 1.200, Pátio D. Luis, Sala 1703, Varjota, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 037, localizada na Cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na Rua Dr. Milton Ladeira, nº 1.205, Bairro Milho Branco, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção;

Filial 038, localizada na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na Via Principal, Quadra 12, Lotes 01 à 05, Distrito Agroindustrial de Anápolis, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção; e

Filial 039, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, Edifício Atrium VI, Conjunto 141, Vila Olímpia, e inscrição no CNPJ/MF em fase de obtenção.

**Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto:

- (a) o comércio, a indústria, a importação e a exportação de produtos de limpeza (saneantes e domissanitários) e higiene doméstica, bem como a representação por conta própria e de terceiros nos mercados;
- (b) a prestação de serviços de industrialização no ramo de bens de consumo;

- (c) a exploração da indústria e do comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, a saber: (i) laticínios, cereais, frutas e outros de origem animal ou vegetal, incluindo sucos concentrados, sucos naturais e artificiais, massas, biscoitos e doces; (ii) produtos e alimentos dietéticos, englobando a fabricação de açúcares e adoçantes de síntese, adoçantes dietéticos, de complementos dietéticos e de açúcar estévia; (iii) ração para animais; (iv) açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba; (v) alimentos para crianças; (vi) alimentos especiais enriquecidos, complementos alimentares e outros alimentos conservados; e (vii) fabricação, retificação, homogeneização e mistura de aguardente de cana de açúcar, de outras aguardentes e bebidas destiladas, refrigerantes, refrescos, xaropes e pós para refrescos.
- (d) a produção, a industrialização e a comercialização dos equipamentos, embalagens e insumos para os produtos mencionados na alínea "c" acima, seus derivados e conexos, e para sementes, fertilizantes, produtos químicos e produtos agropecuários;
- (e) o aluguel e a importação de máquinas e equipamentos;
- (f) a locação de mão-de-obra;
- (g) a fabricação, o transporte, o armazenamento, a distribuição, a importação e a comercialização de produtos de higiene pessoal, toucador, cosméticos e perfumes;
- (h) a fabricação, o transporte, o armazenamento, a distribuição, a importação e a comercialização de medicamentos, de produtos para saúde (correlatos) e de produtos farmacêuticos alopáticos, fitoterápicos e homeopáticos para uso humano, importação de insumos e matérias primas para sua fabricação, pesquisas tecnológicas e científicas para seu desenvolvimento, representação comercial e marketing de medicamentos alopáticos e fitoterápicos;
- (i) a fabricação, o comércio por atacado, a importação e a exportação de: (i) bebidas e substâncias para preparar bebidas, (ii) ervas para infusão, (iii) artigos para fumantes, (iv) lubrificantes, (v) matérias tintoriais, (vi) metais brutos ou não, inclusive preciosos, (vii) máquinas, ferramentas, equipamentos e aparelhos mecânicos e eletro-eletrônicos, (viii) instrumentos musicais, veículos e suas partes, (ix) artigos de mobiliário e utensílios domésticos, (x) couro, (xi) plásticos, (xii) materiais para construção, materiais para escritório, (xiii) fios, tecidos, tapeçarias, armarinhos, (xiv) brinquedos, (xv) roupas, (xvi) plantas e (xvii) artigos de "camping";
- (j) publicações, serviços de publicidade, propaganda, eventos, administração de bens, serviços, negócios, construções e representação por conta de terceiros;

- (k) o comércio, a indústria, a importação e a exportação de produtos desinfetantes para controle de insetos e roedores, produtos químicos, inseticidas, defensivos para uso agrícola, aparelhos, instrumentos e engenhos de uso doméstico;
- (l) a prestação de serviços de assistência técnica, limpeza, conservação e imunização de móveis e imóveis, tratamento e beneficiamento de materiais em geral;
- (m) a confecção, comercialização, importação e exportação de calças plásticas, fraldas de algodão e congêneres, fraldas descartáveis, absorventes higiênicos, absorventes hospitalares, hastes flexíveis com algodão nas extremidades e algodão para higiene facial e corporal;
- (n) a fabricação e comércio de medicamentos para uso veterinário;
- (o) a calibração e aferição de equipamentos eletrônicos para terceiros;
- (p) o comércio de instrumental e materiais médico-cirúrgico-hospitalares;
- (q) atividades de envasamento e empacotamento (industrialização) por conta de terceiros, podendo inclusive re-embalar sais e insumos farmacêuticos e comercializá-los;
- (r) o comércio, a industrialização, a importação e a exportação de artefatos de látex;
- (s) o armazenamento, distribuição, transporte, importação e exportação dos produtos fabricados e comercializados, descritos nos itens (a) a (r) acima; e
- (t) a participação no capital de outras empresas, como acionista ou quotista, e a participação em investimentos que tenham por objeto as atividades listadas nos itens (a) a (s), acima.

**Artigo 4º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **Do Capital e das Ações**

**Artigo 5º:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.555.552.247,57 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e sete Reais e cinquenta e sete centavos), dividido em 481.201.394 (quatrocentas e oitenta e uma milhões, duzentas e uma mil, trezentas e noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro:** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de Reais),

independentemente de reforma deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo:** O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior.

**Parágrafo Terceiro:** Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle, sem direito de preferência para os acionistas.

**Artigo 6º:** A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o Artigo 171, Parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

**Artigo 7º:** As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

**Parágrafo Único:** Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

**Artigo 8º:** O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

**Artigo 9º:** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito o acionista remisso em mora, de acordo com os Artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGP-M"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), ou seu substituto, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis* e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

**Artigo 10:** É vedado à Companhia emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

### **CAPÍTULO III**

#### Da Assembléia Geral

**Artigo 11:** A Assembléia Geral, convocada na forma da lei, tem competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção dos que, por disposição legal ou por força do presente Estatuto Social, forem reservados à competência dos órgãos de administração.

**Parágrafo Único:** É vedada a delegação aos órgãos de administração do poder de deliberar sobre qualquer assunto que não lhes for expressamente confiado neste Estatuto Social ou na lei.

**Artigo 12:** Os acionistas se reunirão ordinariamente em Assembléia Geral nos quatro primeiros meses do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.

**Artigo 13:** As assembleias gerais deverão ser convocadas com um mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação, e ser instaladas em conformidade com a lei, devendo ser presididas pelo presidente do Conselho de Administração, ao qual caberá designar o secretário.

**Parágrafo Primeiro:** Na hipótese de a Assembléia Geral tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas, o prazo de convocação será de até 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo:** Assuntos não incluídos expressamente na ordem do dia constante dos editais de convocação somente poderão ser votados caso haja presença da totalidade dos acionistas.

**Artigo 14:** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as assembleias gerais deverão se instalar, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

**Artigo 15:** Ressalvadas as disposições previstas em lei e neste Estatuto Social, todas as decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

**Artigo 16:** A Assembléia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, e a ela competirá:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos;

- (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e
- (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal.

**Artigo 17:** Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, dependerá da aprovação da Assembléia Geral a prática dos seguintes atos:

- (a) qualquer aumento no capital social da Companhia (exceto por capitalização de reservas, ou dentro do limite do capital autorizado, ou conforme exigido por lei), desdobramento ou grupamento de ações, resgate de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de quaisquer valores mobiliários da Companhia, sejam ou não conversíveis em ações, incluindo, mas não se limitando à criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, opções de compra ou ainda bônus ou opção de subscrição de ações, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Artigo 23, alínea "k" deste Estatuto Social;
- (b) a definição da remuneração de todos e quaisquer membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (c) a alteração do Estatuto Social;
- (d) atribuição de bonificações em ações;
- (e) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle;
- (f) a redução do número de membros do Conselho de Administração ou a redução das atribuições do Conselho de Administração;
- (g) a fusão, cisão, incorporação, reorganização com ou da Companhia com outra, conversão em novo tipo societário ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia;
- (h) a autorização para os administradores da Companhia requererem falência voluntária ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- (i) a liquidação ou dissolução da Companhia;
- (j) a celebração de qualquer cessão em benefício de quaisquer credores da Companhia em situação de insolvência;

- (k) saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA (“Novo Mercado”);
- (l) qualquer alteração do objeto social da Companhia;
- (m) qualquer alteração da política de dividendos da Companhia;
- (n) escolha de empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração; e
- (o) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO IV**

### Da Administração

#### **Seção I**

#### **Do Conselho de Administração**

**Artigo 18:** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as disposições legais aplicáveis e com este Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro:** A posse dos membros do Conselho de Administração estará condicionada à assinatura do termo respectivo, lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração, e ao Termo de Anuência dos Membros do Conselho de Administração a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo:** A fixação da remuneração dos administradores é de competência da Assembléia Geral, de forma individual ou global. Nesse último caso, cabe ao Conselho de Administração a alocação da remuneração entre os conselheiros e diretores. A Assembléia poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes e o disposto neste Estatuto Social.

**Parágrafo Terceiro:** Os administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

**Artigo 19:** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 9 (nove) Conselheiros e, no máximo, 11 (onze) Conselheiros, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, sendo um Conselheiro Presidente, um Vice-presidente, e os demais sem designação específica, todos acionistas, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselheiro deverá ter reputação ilibada e, salvo dispensa da Assembléia Geral, não poderá ser eleito Conselheiro aquele que: (i) atuar como administrador,

conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado, funcionário ou prestador de serviços em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O Conselheiro não poderá exercer o direito de voto caso se configure, supervenientemente à eleição, qualquer um dos fatores de impedimento.

**Parágrafo Segundo:** O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia.

**Parágrafo Terceiro:** Na composição do Conselho de Administração, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, de acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

**Parágrafo Quarto:** Para fins deste Estatuto, considera-se "Conselheiro Independente" o membro do Conselho que: (i) não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (ii) não for Controlador (conforme definido no Artigo 43, Parágrafo 2º, alínea "b" deste Estatuto Social), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não for ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a companhia ou entidade relacionada ao Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Controlador ou de companhia controlada pela Companhia; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não for funcionário ou administrador de companhia ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É considerado também Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, Parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembléia geral que o elege.

**Parágrafo Quinto:** O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que houver renúncia ou vacância nesses cargos. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente quando este estiver ausente ou impedido temporariamente.

**Parágrafo Sexto:** Ao Presidente caberá voto de qualidade no caso de empate na votação.



**Parágrafo Sétimo:** Os Conselheiros permanecerão nos seus cargos e exercício de suas funções até a investidura dos seus substitutos, exceto se de outra forma deliberado pela Assembléia Geral.

**Artigo 20:** Caberá à Assembléia Geral eleger, substituir ou destituir o Conselheiro Presidente, o qual será responsável por convocar as reuniões do Conselho de Administração.

**Artigo 21:** O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada 3 (três) meses, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente, através de carta registrada, entrega pessoal, correio eletrônico ou fac-símile enviado aos demais conselheiros com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência das reuniões.

**Parágrafo Primeiro:** Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Artigo, serão consideradas regularmente convocadas as reuniões em que todos os Conselheiros em exercício estiverem presentes.

**Parágrafo Segundo:** Todas as resoluções ou deliberações serão lavradas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro:** As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer através de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo consideradas válidas e eficazes desde que suas atas sejam posteriormente firmadas por todos os presentes.

**Parágrafo Quarto:** O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de, no mínimo, 6 (seis) membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião.

**Artigo 22:** Em caso de vacância do cargo de Conselheiro, caberá ao Presidente do Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembléia Geral. Para os fins deste Estatuto Social, considerar-se-á ocorrida a vacância em caso de morte, incapacidade permanente, renúncia, destituição ou ausência injustificada por mais de três reuniões consecutivas.

**Artigo 23:** Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições previstas neste Estatuto Social:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) aprovar o planejamento anual da Companhia, estabelecendo objetivos, metas e planos de negócio para cada área de atuação da Companhia;
- (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, bem como fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

- (d) aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria, o qual deverá dispor sobre a estrutura administrativa e funcional;
- (e) deliberar sobre a emissão de ações da Companhia, bem como redução ou exclusão do direito de preferência, nos termos do Artigo 6º deste Estatuto Social;
- (f) convocar a Assembléia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembléia Geral Extraordinária, bem como determinar as situações em que deverá haver aumento do prazo de convocação, nos termos do Artigo 13, Parágrafo Primeiro deste Estatuto Social;
- (g) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício social e examinar os balancetes mensais;
- (h) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia, bem como deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, na forma prevista neste Estatuto Social e na lei;
- (i) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia;
- (j) escolher, fiscalizar e destituir os auditores independentes e demais assessores da Companhia;
- (k) sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (l) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;
- (m) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral;
- (n) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria e, neste último caso, deliberar acerca da eventual alienação;
- (p) aprovar qualquer aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor, considerado de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de Reais);

- (q) aprovar a outorga de garantias de obrigações que não sejam de sociedades controladas pela Companhia, cujo valor seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais);
- (r) aprovar emissão de notas promissórias para distribuição pública, estabelecendo seus termos e condições em que a emissão será realizada;
- (s) outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores ou empregados da Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, observado o plano aprovado pela Assembléia Geral;
- (t) deliberar sobre qualquer transação ou transações sucessivas no período de 1 (um) ano cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) entre a Companhia e (i) seus Acionistas Controladores, (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia, ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições comutativas de mercado. Fica assegurado a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso;
- (u) aprovar quaisquer operações com partes relacionadas à Companhia;
- (v) determinar a distribuição entre Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração dos administradores, quando fixada de forma global pela Assembléia Geral;
- (w) deliberar, ad referendum da Assembléia Geral, sobre proposta de participação nos lucros para os administradores da Companhia;
- (x) aprovar qualquer operação de natureza financeira que resulte em endividamento da Companhia, perante instituição financeira ou semelhante, em montante igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de Reais); e
- (y) aprovar quaisquer decisões relativas à aquisição, disposição, oneração e renúncia de itens de propriedade industrial da Companhia, inclusive nomes de domínio, marcas e patentes, salvo decisões relativas à sua simples exploração, que caberão à Diretoria.

**Parágrafo Primeiro:** A Companhia e os administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

**Parágrafo Segundo:** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados.

**Parágrafo Terceiro:** Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho de Administração que não sejam membros em sua composição mais recente, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 5 (cinco) dias de antecedência em relação à data da Assembléia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

## **Seção II**

### **Da Diretoria**

**Artigo 24:** A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo: (i) 1 (um) Diretor Superintendente (CEO); (ii) 1 (um) Diretor Presidente (Presidente); (iii) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores; (iv) 1 (um) Diretor de Operações; e (v) 1 (um) Diretor Administrativo e Financeiro (CFO), todos acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro:** A posse dos Diretores estará condicionada à assinatura do termo respectivo, lavrado no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, e ao Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo:** Os Diretores poderão cumular mais de uma das funções indicadas no *caput*.

**Parágrafo Terceiro:** Os Diretores permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos novos membros.

**Artigo 25:** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, observar-se-á o seguinte: (a) quando do Diretor Superintendente (CEO) ou do Diretor Presidente (Presidente), será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo; e (b) nos demais casos caberá aos Diretores Superintendente (CEO) e Presidente (Presidente), em conjunto, indicar, havendo ausência ou impedimento eventual de qualquer diretor, um diretor substituto que cumulará as atribuições de seu cargo com as do diretor substituído, devendo ser realizada, dentro de trinta dias no máximo, reunião do Conselho de Administração para eleição do substituto, que completará o mandato do diretor substituído.

**Parágrafo Único:** A ausência ou impedimento de qualquer diretor por período contínuo superior a trinta dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no *caput* deste Artigo 25.

**Artigo 26:** A Diretoria, ressalvadas as hipóteses do Artigo 28, sempre mediante a assinatura de dois Diretores no mínimo, terá os poderes gerais de administração e gerência da Companhia, podendo praticar todos os atos necessários ao exercício normal das atividades sociais e que não sejam privativos da Assembléia Geral, bem como representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele.

**Parágrafo Primeiro:** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e a reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos seus membros.

**Parágrafo Segundo:** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

**Parágrafo Terceiro:** As deliberações da Diretoria em reunião, validamente instalada, serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

**Artigo 27:** A Diretoria tem as atribuições e os poderes que lhe forem conferidos por lei e pelo presente Estatuto Social, observadas as deliberações tomadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração para assegurar o regular funcionamento da Companhia, competindo-lhe, especialmente:

- (a) deliberar sobre a condução dos negócios, conforme orientação fixada pelo Conselho de Administração, organizando planos gerais do desenvolvimento da Companhia;
- (b) solucionar as dúvidas e divergências suscitadas no exercício das competências de seus membros e conceder-lhes licenças;
- (c) autorizar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, dependências, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior;
- (d) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado, da Companhia e suas controladas;
- (e) apresentar anualmente ao Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (f) observar e fazer cumprir este Estatuto Social, bem como fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração;

- (g) representar a Companhia perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas de serviços públicos e quaisquer outros órgãos do Poder Público;
- (h) aprovar qualquer aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor, considerado de forma individual ou agregada, seja inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de Reais);
- (i) aprovar a outorga de garantias de obrigações que não sejam de sociedades controladas pela Companhia, cujo valor seja inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais); e
- (j) aprovar qualquer operação de natureza financeira que resulte em endividamento da Companhia, perante instituição financeira ou semelhante, em montante inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de Reais).

**Artigo 28:** A Companhia será representada e somente se obrigará mediante a assinatura de quaisquer 2 (dois) diretores, exceto com relação às matérias referidas nas alíneas (h), (i) e (j) do Artigo 27 deste Estatuto Social, para as quais a representação se dará obrigatoriamente mediante a assinatura do Diretor Superintendente (CEO) em conjunto com o Diretor Presidente (Presidente) ou com o Diretor Administrativo e Financeiro (CFO).

**Parágrafo Primeiro:** Observado o disposto neste artigo e nos parágrafos abaixo, a Companhia poderá ser representada por um procurador em conjunto com qualquer dos diretores, incluindo os atos elencados no Artigo 27.

**Parágrafo Segundo:** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nos casos de atos que não criem obrigações para a Companhia e na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

**Parágrafo Terceiro:** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão assinados sempre pelo Diretor Superintendente (CEO) em conjunto com qualquer outro diretor, exceto os instrumentos de mandato com poderes para a prática dos seguintes atos (i) atos que não criem obrigações para a Companhia; (ii) atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza; e (iii) representação em juízo que poderão ser assinados por qualquer dois diretores. Os instrumentos de mandato terão prazo de validade determinado, não superior a 1 (um) ano, com exceção dos mandatos para representação em juízo, que poderão ser por prazo indeterminado, e deverão especificar os poderes outorgados, nos limites estabelecidos neste Estatuto Social.

**Artigo 29:** O Relatório da Administração deve mencionar as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela Companhia.

**Artigo 30:** Compete ao primeiro Diretor Superintendente (CEO), incluindo-se, mas não limitadas às seguintes atribuições:

- (a) coordenar as ações dos demais Diretores, traçando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia;
- (b) revisar o orçamento, plano de investimentos e plano de negócios da Companhia;
- (c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;
- (d) planejar, executar e administrar as atividades de recursos humanos da Companhia;
- (e) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional, financeira e de marketing da Companhia; e
- (f) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 31:** Compete ao Diretor Presidente (Presidente), incluindo-se, mas não limitadas às seguintes atribuições:

- (a) coordenar as ações dos demais Diretores, traçando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia;
- (b) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades comerciais e de marketing da Companhia;
- (c) planejar, executar e administrar as atividades comerciais da Companhia;
- (d) planejar, executar e administrar as atividades de marketing da Companhia; e
- (e) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 32:** Compete ao Diretor de Relação com os Investidores, incluindo-se, mas não limitadas às seguintes atribuições:

- (a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação;
- (b) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;
- (c) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembléia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;
- (d) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e
- (e) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Superintendente (CEO).

**Artigo 33:** Compete ao Diretor de Operações, incluindo-se, mas não limitadas às seguintes atribuições:

- (a) planejar, executar e administrar as atividades de compras e suprimentos da Companhia;
- (b) planejar, executar e administrar as atividades de logística e distribuição da Companhia;
- (c) coordenar a implementação, estruturar, negociar e acompanhar o desenvolvimento dos empreendimentos e projetos nos quais a Companhia participe, direta ou indiretamente;
- (d) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Superintendente (CEO).

**Artigo 34:** Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro (CFO), incluindo-se, mas não limitadas às seguintes atribuições:

- (a) planejar, executar e administrar as atividades de tecnologia da informação da Companhia;
- (b) coordenar procedimentos de controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;
- (c) otimizar e gerir as informações e os resultados econômicos-financeiros da Companhia;



- (d) promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico financeiro da Companhia, inclusive auxiliando o Diretor Superintendente (CEO) na elaboração do plano anual de negócios e orçamento anual da Companhia;
- (e) preparar as demonstrações financeiras da Companhia;
- (f) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais;
- (g) definir as políticas de planejamento tributário da Companhia;
- (h) planejar, executar e administrar as atividades financeiras da Companhia;
- (i) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Companhia e com as partes envolvidas;
- (j) gerir os serviços de tesouraria, incluindo elaboração dos fluxos de caixa da Companhia;
- (k) coordenar escritórios e instalações onde se desenvolvam atividades técnico-operacionais;
- (l) responsabilizar-se pelo departamento jurídico da Companhia, inclusive gerenciando os escritórios terceirizados contratados; e
- (m) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos determinadas pelo Diretor Superintendente (CEO).

**Artigo 35:** Compete aos Diretores assistir e auxiliar os Diretores Superintendente (CEO) e Presidente (Presidente) na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração e por este Estatuto Social.

**Artigo 36:** Os membros da Diretoria ficam dispensados da prestação de caução.

## **CAPÍTULO V**

### Do Conselho Fiscal

**Artigo 37:** O Conselho Fiscal da Companhia será composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes nas condições e com as atribuições previstas em lei.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo:** Sem prejuízo das competências disciplinadas em lei, compete ao Conselho Fiscal:

- (a) fiscalizar a contratação e a prestação dos serviços de auditoria independente, se houver;
- (b) supervisionar o relacionamento da Companhia com os auditores independentes, se houver;
- (c) reunir-se periodicamente com os auditores independentes da Companhia, se houver, sem a presença da Diretoria, para discussão e análise dos procedimentos e práticas contábeis, bem como das demonstrações financeiras da Companhia;
- (d) propor à Assembléia Geral alterações nos procedimentos e práticas contábeis da Companhia ou nas demonstrações financeiras, para que reflitam adequadamente a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, se for o caso;
- (e) elaborar pareceres sobre práticas, procedimentos e/ou demonstrações financeiras da Companhia, a pedido de outros órgãos;
- (f) solicitar reunião individual com Diretor ou auditores independentes, se houver, sempre que julgar necessário;
- (g) revisar o documento de recomendações dos auditores independentes, se houver, e submetê-lo à apreciação da Assembléia Geral, emitindo parecer sobre o mesmo; e
- (h) certificar que as transações com partes relacionadas estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras e tenham sido feitas por escrito e em condições de mercado.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados**

**Artigo 38:** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Trimestralmente e ao fim de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, observadas as disposições legais vigentes.

**Artigo 39:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro; dos lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos

administradores, se assim for determinado pela Assembléia Geral, nos termos do Artigo 18, Parágrafo 2º deste Estatuto Social. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Artigo 41;
- (e) no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Artigo 41, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (f) uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada à constituição da Reserva de Expansão, observado o disposto no Artigo 40, Parágrafo Único deste Estatuto Social e no Artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único:** A Reserva de Expansão tem as seguintes características:

- (a) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados, bem como assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais;
- (b) serão destinados a essa Reserva, em cada exercício, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado à Reserva de Lucros a Realizar prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) na medida em que os lucros destinados à Reserva de Expansão forem realizados, os valores correspondentes à realização serão revertidos e colocados à disposição da Assembléia Geral que, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: (i) para

capitalização; (ii) para distribuição de dividendos; (iii) para as reservas de lucros previstas no Artigo 40, alíneas "b" ou "c", se for o caso, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes; e

- (d) o limite máximo da Reserva de Expansão será o valor total dos lucros não realizados da Companhia, observado ainda o limite do saldo das reservas de lucros previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 40:** Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- (a) importância destinada à constituição da reserva legal;
- (b) importância destinada à formação da reserva para contingências (Artigo 40, alínea "b"), e reversão da mesma reserva formada em exercícios sociais anteriores; e
- (c) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios sociais anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Primeiro:** A Assembléia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores e nem 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, nos casos, forma e limites legais. Caberá ao Conselho de Administração, observado o limite disposto pela Assembléia Geral, a fixação dos critérios para a atribuição da participação nos lucros aos administradores.

**Parágrafo Segundo:** O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembléia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembléia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.

**Artigo 41:** O Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 41 deste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 41 deste Estatuto Social.

**Parágrafo Segundo:** O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembléia Geral que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros forem pagos ou creditados, sempre como antecipação do dividendo obrigatório.

**Artigo 42:** Os dividendos não reclamados prescrevem no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterem em favor da Companhia.

## **CAPÍTULO VII**

### **Da Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado**

**Artigo 43:** A alienação do controle acionário da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do Controle.

**Parágrafo Primeiro:** A oferta pública referida neste Artigo também será exigida:

- (a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações ou que dêem direito à sua subscrição que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; e
- (b) em caso de alienação do controle de sociedade(s) que detenha(m) o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

**Parágrafo Segundo:** Para fins deste Capítulo, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

- (a) **"Acionista Adquirente"** significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Acionistas;

- (b) "**Acionista Controlador**" tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento de Listagem do Novo Mercado;
- (c) "**Ações em Circulação**" tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento de Listagem do Novo Mercado;
- (d) "**Controle**" (bem como seus termos correlatos, "Poder de Controle", "Controlador", "sob Controle comum" ou "Controlada") significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum ("grupo de controle") que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembléias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.
- (e) "**Controle Difuso**" - significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social. Significa, ainda, o Poder de Controle quando exercido por acionistas que, em conjunto, sejam detentores de percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social e que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social, desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos, não estejam sob controle comum e nem atuem representando um interesse comum.
- (f) "**Grupo de Acionistas**" - significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum; ou (d) que atuem representando interesse comum. Incluem-se, sem limitação, nos exemplos de pessoa representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades: (x) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou

por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (y) tenham em comum a maioria de seus administradores.

- (g) “**Valor Econômico**” tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

**Artigo 44:** Aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (a) efetivar a oferta pública referida no Artigo anterior;
- (b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado até a data do pagamento pelo IGP-M/FGV; e
- (c) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subseqüentes à aquisição do Controle.

**Artigo 45:** A Companhia não registrará:

- (a) quaisquer transferências de propriedade de suas ações para o comprador(es) do Poder de Controle ou para aqueles que vierem a deter o Poder de Controle enquanto este(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude Regulamento de Listagem do Novo Mercado; e
- (b) Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores referidos na alínea “a” acima.

**Artigo 46:** Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 48 deste Estatuto Social.

**Artigo 47:** A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser aprovada em Assembléia Geral.

**Parágrafo Único:** Caso seja deliberada a saída do Novo Mercado, seja para que as ações passem a ser registradas para negociação fora do Novo Mercado ou seja por operação de reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o(s) acionista(s) que detiver(em) o Poder de Controle da Companhia

deverá(ão) efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 48 deste Estatuto Social, observadas, em ambos os casos, as condições previstas na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

**Artigo 48:** O laudo de avaliação mencionado nos Artigos 47 e 48 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Artigo 8º, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Artigo 8º, Parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembléia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na assembléia geral que deliberar sobre o assunto que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Os custos de elaboração do laudo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

**Artigo 49:** Caso haja Controle Difuso:

- (i) sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública;
- (ii) sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Artigo 47 deste Estatuto Social, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

**Artigo 50:** Na hipótese de haver Controle Difuso e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 02 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembléia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.



**Parágrafo Primeiro:** Caso a referida Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* deste Artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por acionista da Companhia.

**Parágrafo Segundo:** O novo Conselho de Administração eleito na Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* e no Parágrafo 1º deste Artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim, o que for menor.

**Artigo 51:** Na hipótese de haver Controle Difuso e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de qualquer obrigação constante do Regulamento do Novo Mercado:

- (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e
- (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração da Companhia, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em Assembléia Geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de aquisição deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

**Artigo 52:** É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

**Artigo 53:** A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

**Parágrafo Único:** Não obstante o previsto nos Artigos 52 e 53 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas em referidos Artigos.

**Artigo 54:** A partir da data em que o Controle da Companhia passe a ser qualificado como Controle Difuso, qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação

em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que deseje realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a (i) realizar cada nova aquisição na BM&FBOVESPA, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão; (ii) previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e ao Diretor do pregão da BM&FBOVESPA, por meio da sociedade corretora a ser utilizada para adquirir as ações, a quantidade de Ações em Circulação que pretende adquirir, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações, de tal modo que o diretor de pregão da BM&FBOVESPA possa previamente convocar um leilão de compra a ser realizado em pregão da BM&FBOVESPA do qual possam participar terceiros interferentes e/ou eventualmente a própria Companhia, observados sempre os termos da legislação vigente, em especial a regulamentação da CVM e os regulamentos da BM&FBOVESPA aplicáveis.

**Parágrafo Único:** Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

**Artigo 55:** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Da Liquidação da Companhia**

**Artigo 56:** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação, elegendo o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar durante o período de liquidação.

## **CAPÍTULO IX**

### **Do Juízo Arbitral**

**Artigo 57:** A Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, podendo as partes, nos termos deste mesmo

Regulamento, escolher em comum acordo outra câmara ou centro de arbitragem para resolver seus litígios.

## **CAPÍTULO X**

### **Das Disposições Finais**

**Artigo 58:** A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembléias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas.

**Artigo 59:** As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações serão realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em outro jornal de grande circulação.

\*\*\*\*\*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Escritura de Emissão e Aditamentos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

10059

05 07 10

ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA  
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, EM REGIME  
MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA  
HYPERMARCAS S.A.

ENTRE

**HYPERMARCAS S.A.**  
*como Emissora,*

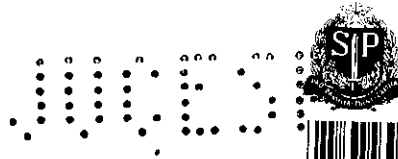
E

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
LTDA.**

*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da  
presente emissão*

\_\_\_\_\_  
Datado de

23 de junho de 2.010  
\_\_\_\_\_



ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA HYPERMARCAS S.A.

HYPERMARCAS S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Juscelino Kubitschek, 1.217, casa n.º 07, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.932.074/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, de outro lado,

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da Emissora ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA I DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.2. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 10 de junho de 2010 ("RCA"), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.3. Esta Escritura será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme abaixo definido.

#### CLAUSULA II DOS REQUISITOS

A 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nominativas, escriturais, em até três séries, em regime misto de garantia firme e melhores esforços, ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública nos



termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 400”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

## **2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA**

2.1.1. A ata da RCA foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº. 214.543/10-9, em sessão de 23 de junho de 2010 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal Valor Econômico, edição nacional.

## **2.2. Registro da Escritura**

2.2.1. A presente Escritura e seus aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, em até 05 (cinco) dias da data de sua respectiva celebração.

## **2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

2.3.1. A Emissão deverá ser registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.385”) e da Lei das Sociedades por Ações, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM 400, a Instrução CVM 471, de 8 de agosto de 2008 (“Instrução CVM 471”) e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”).

## **2.4. Procedimento Simplificado de Registro**

2.4.1. O registro da Oferta será requerido por meio do procedimento simplificado de registro instituído pela Instrução CVM 471, sendo a Oferta previamente submetida à análise da ANBIMA -- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) para a elaboração do parecer técnico e, posteriormente, da CVM, por meio do convênio firmado entre CVM e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (antiga denominação da ANBIMA), pelo qual a CVM reconheceu, para efeitos da Instrução CVM 471, que a ANBIMA possui estrutura adequada e capacidade técnica para realizar análises prévias e elaborar relatórios técnicos relativos a pedidos de registros de ofertas públicas de distribuição, por meio de procedimento simplificado.

## 2.5. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e no SND - Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) no DDA - Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e no Sistema BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA.

## 2.6. Objeto Social da Emissora

2.6.1. A Emissora tem por objeto (a) o comércio, a indústria, a importação e a exportação de produtos de limpeza (saneantes e domissanitários) e higiene doméstica, bem como a representação por conta própria e de terceiros nos mercados; (b) a prestação de serviços de industrialização no ramo de bens de consumo; (c) a exploração da indústria e do comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, a saber: (i) laticínios, cereais, frutas e outros de origem animal ou vegetal, incluindo sucos concentrados, sucos naturais e artificiais, massas, biscoitos e doces; (ii) produtos e alimentos dietéticos, englobando a fabricação de açúcares e adoçantes de síntese, adoçantes dietéticos, de complementos dietéticos e de açúcar estévia; (iii) ração para animais; (iv) açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba; (v) alimentos para crianças; (vi) alimentos especiais enriquecidos, complementos alimentares e outros alimentos conservados; e (vii) fabricação, retificação, homogeneização e mistura de aguardente de cana de açúcar, de outras aguardentes e bebidas destiladas, refrigerantes, refrescos, xaropes e pós para refrescos; (d) a produção, a industrialização e a comercialização dos equipamentos, embalagens e insumos para os produtos mencionados na alínea “c” acima, seus derivados e conexos, e para sementes, fertilizantes, produtos químicos e produtos agropecuários; (e) o aluguel e a importação de máquinas e equipamentos; (f) a locação de mão-de-obra; (g) a fabricação, o transporte, o armazenamento, a distribuição, a importação e a comercialização de produtos de higiene pessoal, toucador, cosméticos e perfumes; (h) a fabricação, o transporte, o armazenamento, a distribuição, a importação e a comercialização de medicamentos, de produtos para saúde (correlatos) e de produtos farmacêuticos alopáticos, fitoterápicos e homeopáticos para uso humano, importação de insumos e matérias primas para sua fabricação, pesquisas tecnológicas e científicas para seu desenvolvimento, representação comercial e marketing de medicamentos alopáticos e fitoterápicos; (i) a fabricação, o comércio por atacado, a importação e a exportação de: (i) bebidas e substâncias para preparar bebidas, (ii) ervas para infusão, (iii) artigos para fumantes, (iv) lubrificantes, (v) matérias tintoriais, (vi) metais brutos ou não, inclusive preciosos, (vii) máquinas, ferramentas, equipamentos e

aparelhos mecânicos e eletro-eletrônicos; (viii) instrumentos musicais, veículos e suas partes, (ix) artigos de mobiliário e utensílios domésticos, (x) couro, (xi) plásticos, (xii) materiais para construção, materiais para escritório, (xiii) fios, tecidos, tapeçarias, armarinhos, (xiv) brinquedos, (xv) roupas, (xvi) plantas e (xvii) artigos de "camping"; (j) publicações, serviços de publicidade, propaganda, eventos, administração de bens, serviços, negócios, construções e representação por conta de terceiros; (k) o comércio, a indústria, a importação e a exportação de produtos desinfetantes para controle de insetos e roedores, produtos químicos, inseticidas, defensivos para uso agrícola, aparelhos, instrumentos e engenhos de uso doméstico; (l) a prestação de serviços de assistência técnica, limpeza, conservação e imunização de móveis e imóveis, tratamento e beneficiamento de materiais em geral; (m) a confecção, comercialização, importação e exportação de calças plásticas, fraldas de algodão e congêneres, fraldas descartáveis, absorventes higiênicos, absorventes hospitalares, hastes flexíveis com algodão nas extremidades e algodão para higiene facial e corporal; (n) a fabricação e comércio de medicamentos para uso veterinário; (o) a calibração e aferição de equipamentos eletrônicos para terceiros; (p) o comércio de instrumental e materiais médico-cirúrgico-hospitalares; (q) atividades de envasamento e empacotamento (industrialização) por conta de terceiros, podendo inclusive re-embalar sais e insumos farmacêuticos e comercializá-los; (r) o comércio, a industrialização, a importação e a exportação de artefatos de látex; (s) o armazenamento, distribuição, transporte, importação e exportação dos produtos fabricados e comercializados, descritos nos itens (a) a (r) acima; e (t) a participação no capital de outras empresas, como acionista ou quotista, bem como a participação em investimentos que tenham por objeto as atividades listadas nos itens (a) a (s), acima.

### CLÁUSULA III DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS SÉRIES

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

#### **3.1. Número da Emissão e Valor Total**

3.1.1. A presente Escritura representa a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.1.2. O valor total da Emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 3.8 abaixo, observado que tal montante poderá ser aumentado em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e/ou da emissão de Debêntures do Lote Suplementar, conforme abaixo definidas.

JUCEP

### 3.2. Valor Nominal Unitário

05 07 10

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

### 3.3. Quantidade de Debêntures, Número de Séries, Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar

3.3.1. Serão emitidas até 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar eventualmente emitidas.

3.3.2. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado em cada série será definido de comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores (conforme abaixo definidos) de acordo com a demanda pelas Debêntures conforme apurada por meio da coleta de intenção de investimentos realizada nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”). Qualquer uma das três séries poderá não ser emitida, neste caso ficando a totalidade das Debêntures emitidas alocadas na(s) série(s) emitidas, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*.

3.3.3. A quantidade de Debêntures emitidas poderá ser aumentada, a critério da Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, em até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada, por meio da emissão de debêntures adicionais na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400 (“Debêntures Adicionais”). As Debêntures Adicionais terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da presente Escritura.

3.3.5. Exclusivamente com a finalidade de atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, a quantidade de Debêntures emitidas poderá ser aumentada, a critério dos Coordenadores, de comum acordo com a Emissora, em até 15% (quinze por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada, por meio da emissão de debêntures do lote suplementar na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 (“Debêntures do Lote Suplementar”). As Debêntures do Lote Suplementar terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da presente Escritura.

3.3.6. A Emissora obriga-se, neste ato, a tomar todas as medidas necessárias para a emissão das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures do Lote Suplementar, caso a emissão de referidas Debêntures seja definida ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.

JUL 2019

05 07 10

### **3.4. Forma e comprovação de titularidade**

3.4.1. As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures.

3.4.2. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador, conforme abaixo definido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido pela BM&FBOVESPA extrato de custódia em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

### **3.5. Conversibilidade**

3.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações.

### **3.6. Espécie**

3.6.1. As Debêntures são da espécie quirografária e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os titulares das Debêntures ("Debenturistas") em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

### **3.7. Limite de Emissão**

3.7.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o capital social da Emissora é de R\$ 3.168.194.793,69 (três bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos), o saldo devedor atualizado da 1ª emissão de debêntures da Companhia é de R\$209.010.436,01 (duzentos e nove milhões, dez mil, quatrocentos e trinta e seis reais e um centavo), o saldo devedor atualizado da 2ª emissão de debêntures da Companhia é de R\$201.115.936,33 (duzentos e um milhões, cento e quinze mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos) e o valor total desta 3ª Emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

JUL 15

05 07 10

### 3.8. Data de Emissão

3.8.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2010 (“Data de Emissão”).

### 3.9. Local de Pagamento

3.9.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP, conforme o caso, por meio do Banco Mandatário e Escriturador ou na sede da Emissora para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

### 3.10. Imunidade dos Debenturistas

3.10.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### 3.11. Prorrogação dos Prazos

3.11.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### 3.12. Encargos Moratórios

3.12.1. Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da remuneração das Debêntures

(conforme definido nas Cláusulas 4.4., 5.4. e 6.4. desta Escritura), desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

### 3.13. Mora do Debenturista

3.13.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.12. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

### 3.14. Publicidade

3.14.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

### 3.15. Destinação dos Recursos

3.15. Os recursos a serem captados na distribuição das Debêntures, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados ao pagamento de dívidas e obrigações de responsabilidade da Emissora, conforme descrito no Prospecto.

### 3.16. Repactuação

3.16.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

### 3.17. Banco Mandatário e Escriturador

3.17.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Banco Escriturador").

### 3.18. Subscrição e Integralização

3.18.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, e acrescido *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, da atualização, se houver, e pela remuneração aplicável a cada série das Debêntures conforme definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

*R*  
*de R's*

JACOBO

As à vista, na data de  
edimentos da GETIP ou

tribuição pública, sob o re

Banco Bradesco BBI S.A.  
do Banco Citibank S.A.

ia firme prestada de fo  
ne os termos e condiç

Coordenação, Colocação  
em Ações, em até três  
Firma e Melhores Esf

grado na presente data e



garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures;

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

##### 4.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na 1ª (primeira) série ("Debêntures da 1ª Série") será definido de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores, após a verificação da demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, nos termos apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

##### 4.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de Resgate Antecipado previstos nesta Escritura.

##### 4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ("Amortização da 1ª Série").

##### 4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série

###### 4.4.1. Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

###### 4.4.2. Remuneração das Debêntures da 1ª Série

4.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, conforme definição abaixo:

4.4.2.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, capitalizada a uma sobretaxa máxima equivalente a 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias

úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 1ª Série (conforme abaixo definido), até o seu efetivo pagamento, conforme definido no item 4.4.2.3 abaixo ("Remuneração da 1ª Série").

4.4.2.3. Define-se "Período de Capitalização da 1ª Série" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 1ª Série, ou na data do efetivo pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização da 1ª Série, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração da 1ª Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização da 1ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 1ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J - Valor dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.*

*VNe - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.*

*Fator Juros - fator de juros composto pelo Fator DI e Fator Spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

*Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

JUL 29  
05 07 10

onde:

$k$  – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até  $n_{DI}$ .

$n_{DI}$  - Número total de fatores da Taxa DI, consideradas na apuração do "FatorDI" em cada Período de Capitalização, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro.

$TDI_k$  – Fator da Taxa DI de ordem  $k$ , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  - Taxa DI de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread – sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

spread – acréscimo sobre a Taxa DI, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casa decimais.

$n$  - número de dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização da 1ª Série, e a data de cálculo, sendo " $n$ " um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.



4.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, ~~será aplicada para apuração de~~ TDI<sub>k</sub> em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.4.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será aplicada para apuração de TDI<sub>k</sub>, automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários com lastro em títulos federais, apurados no Sistema de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"). Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas da 1ª Série ("AGD 1ª Série"), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para apuração da Remuneração da 1ª Série, o qual deverá refletir a metodologia utilizada em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 1ª Série"). A AGD 1ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, as fórmulas da Cláusula 4.4.2.5 e para a apuração de TDI<sub>k</sub> será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

4.4.2.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD 1ª Série, a referida AGD 1ª Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série.

4.4.2.9 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da AGD 1ª Série, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da AGD 1ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de

Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. As Debêntures da 1ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 1ª Série das Debêntures da 1ª Série a serem adquiridas serão utilizadas as fórmulas da Cláusula 4.4.2.5 e para a apuração de  $TDI_k$  será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada; ou

(ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série pela Emissora (a) todos os Debenturistas da 1ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração da 1ª Série será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 1ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas da 1ª Série e apresentada à Emissora na referida AGD 1ª Série. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.4.2.10. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será objeto de aditamento da Escritura.

4.4.2.11. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 1ª Série
15 de dezembro de 2010
15 de julho de 2011
15 de dezembro de 2011
15 de julho de 2012
15 de dezembro de 2012
15 de julho de 2013
15 de dezembro de 2013
15 de julho de 2014

#### 4.5. Resgate Antecipado

4.5.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente as Debêntures da 1ª Série a qualquer tempo a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, integral ou parcialmente, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 3.14.1 desta Escritura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (“Comunicação de Resgate das Debêntures da 1ª Série”). O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série e eventuais demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado (“Resgate Antecipado”).

4.5.2. Na Comunicação de Resgate das Debêntures da 1ª Série deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado, (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial, e (iii) o valor do Resgate Antecipado, o qual será correspondente ao (a) saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido (b) da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (c) do Prêmio de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) a ser calculado de acordo com o item 4.5.3 abaixo.

4.5.3. A Emissora pagará um prêmio de Resgate Antecipado para as Debêntures da 1ª Série correspondente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) sobre o valor do saldo devedor não amortizado das Debêntures da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* ao prazo remanescente das Debêntures da 1ª Série (“Prêmio de Resgate Antecipado”), calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$P = (1,0120^{\frac{d}{D}} - 1) \times (VNe + J)$$

onde,

**P** = prêmio de resgate antecipado da 1ª Série, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

**d** = quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado da 1ª Série e a Data de Vencimento da 1ª Série;

**D** = quantidade de dias úteis entre o 12º mês contado da Data de Emissão da 1ª Série e a Data de Vencimento da 1ª Série;

**VNe** = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

JUL 2015

08 07 10

J = valor da Remuneração da 1ª Série devida na data do Resgate Antecipado da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento.

4.5.4. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures da 1ª Série, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

## CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

### 5.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na 2ª (segunda) série ("Debêntures da 2ª Série") será definido de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores, após a verificação da demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, nos termos apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

### 5.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura.

### 5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento da 2ª Série ("Amortização da 2ª Série").

### 5.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 2ª Série

#### 5.4.1. Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não será atualizado.

#### 5.4.2. Remuneração da 2ª Série

5.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, conforme definição abaixo:

5.4.2.2. As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada da Taxa DI, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, capitalizada a uma sobretaxa máxima equivalente a 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, até o seu efetivo pagamento, conforme definido no item 5.4.2.3 abaixo (“Remuneração da 2ª Série”).

5.4.2.3. Define-se “Período de Capitalização da 2ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 2ª Série, ou na data do efetivo pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização da 2ª Série, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração da 2ª Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

5.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 2ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

5.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J* - Valor dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

*VNe* - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*Fator Juros* – fator de juros composto pelo *Fator DI* e *Fator Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

*Fator DI* - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com



JUL 07 10

arrendamento, apurado da seguinte forma:

JUL 07 10

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

$k$  -- Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até  $n_{DI}$ .

$n_{DI}$  - Número total de fatores da Taxas DI consideradas na apuração do "FatorDI" em cada Período de Capitalização, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro.

$TDI_k$  - Fator da Taxa DI de ordem  $k$ , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  - Taxa DI de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread - sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da segunda forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

spread - acréscimo sobre a Taxa DI, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casa decimais.

$n$  - número de dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização da 2ª Série, a data de cálculo, sendo " $n$ " um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

UNESP

08 03 10

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produto "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

5.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será, aplicada para apuração de  $TDI_k$  em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 2ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

5.4.2.7. Durante o Período de Ausência de Taxa DI ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será aplicada para apuração de  $TDI_k$ , automaticamente no lugar da Taxa DI, a Taxa Selic. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas da 2ª Série ("AGD 2ª Série"), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para apuração da Remuneração da 2ª Série, o qual deverá refletir a metodologia utilizada em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 2ª Série"). A AGD 2ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, as fórmulas da Cláusula 5.4.2.5 e para a apuração de  $TDI_k$  será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

5.4.2.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD 2ª Série, a referida AGD 2ª Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

5.4.2.9 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas da 2ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da AGD 2ª Série, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da AGD 2ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 2ª Série devida até a data

da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. As Debêntures da 2ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 2ª Série das Debêntures da 2ª Série a serem adquiridas serão utilizadas as fórmulas da Cláusula 5.4.2.5 e para a apuração de TDI<sub>k</sub> será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.; ou

(ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pela Emissora (a) todos os Debenturistas da 2ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração da 2ª Série será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas da 2ª Série e apresentada à Emissora na referida AGD 2ª Série. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

5.4.2.10. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será objeto de aditamento da Escritura.

5.4.2.12. O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito semestralmente, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 2ª Série
15 de dezembro de 2010
15 de julho de 2011
15 de dezembro de 2011
15 de julho de 2012
15 de dezembro de 2012
15 de julho de 2013
15 de dezembro de 2013

JUL 10

15 de julho de 2014

15 de dezembro de 2014

15 de julho de 2015

15 07 10

**5.5. Resgate Antecipado Facultativo**

5.5.1. Não será permitido o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 2ª Série.

**CLÁUSULA VI****CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 3ª SÉRIE****6.1. Quantidade**

6.1.1. O número de Debêntures a ser alocado na 3ª (terceira) série ("Debêntures da 3ª Série") será definido de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores, após a verificação da demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding*.

**6.2. Prazo e Data de Vencimento**

6.2.1. O prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série será de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2016 ("Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura.

**6.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário**

6.3.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme abaixo definido) das Debêntures da 3ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização da 3ª Série"):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série a ser Amortizado
15 de julho de 2015	50,0%
15 de julho de 2016	50,0%

**6.4. Atualização e Remuneração da 3ª Série**

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 3ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização da 3ª Série (conforme definida no item 6.4.1. abaixo) e pela

JUL 2010

06 07 10

Remuneração da 3ª Série (conforme definido no item 6.6 do Anexo).

#### 6.4.1. Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série

As Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização da 3ª Série") a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série"), sendo o produto da Atualização da 3ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

$VNa$  = valor nominal unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento ;

$VNe$  = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento ;

$C$  = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma :

Onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{du}} \right]$$

$n$  = número total de índices considerados na Atualização Monetária da 3ª Série, sendo  $n$  um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 3ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

$Dup$  = número de dias úteis entre a data de aniversário imediatamente anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

*[Handwritten signature]*

*Dut* = número de dias úteis contidos entre a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso, se até a data de aniversário,  $NI_k$  não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a  $NI_k$  na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

$NI_{kp}$  : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

*Projeção* : variação percentual projetada pela ANDIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da 3ª Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

Observações:

i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

ii. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento das Debêntures da 3ª Série e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;

iii. Considera-se como mês de atualização das Debêntures da 3ª Série, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários das Debêntures da 3ª Série consecutivas;

iv. O fator resultante da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dut}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem

JUL 19

05 07 10

*arredondamento;*

*v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;*

*vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.*

6.4.1.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, o Número-Índice Projetado do IPCA, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

6.4.1.1.1 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série ("AGD 3ª Série"), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para apuração da Remuneração da 3ª Série, a qual deverá refletir a metodologia utilizada em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 3ª Série"). A AGD 3ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, as fórmulas da Cláusula 6.4.1.

6.4.1.1.2 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da 3ª Série, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA divulgado, voltará a ser utilizado para o cálculo da atualização das Debêntures da 3ª Série a partir da data de aniversário correspondente.

6.4.1.1.3 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 3ª Série entre a Emissora e Debenturistas da 3ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da AGD 3ª Série, qual a alternativa escolhida:

(i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 3ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da AGD 3ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da 3ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. As Debêntures da 3ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da atualização das Debêntures da 3ª Série a serem adquiridas será utilizada para o cálculo do fator “C” a última variação do IPCA apurada; ou

(ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 3ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 3ª Série pela Emissora (a) todos os Debenturistas da 3ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração da 3ª Série será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 3ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas da 3ª Série e apresentada à Emissora na referida AGD 3ª Série.

## 6.5. Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 3ª Série

6.5.1. A Atualização das Debêntures da 3ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, e na proporção do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme definido na tabela do item 6.3 acima, exclusivamente: (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 3ª Série, conforme tabela constante do item 6.3. acima; e/ou (ii) na ocorrência de alguma das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 8, abaixo.

## 6.6. Remuneração da 3ª Série

6.6.1. As Debêntures da 3ª Série farão jus à uma remuneração (“Remuneração da 3ª Série”) correspondente à taxa fixa equivalente a, no máximo, 190 bps (cento e noventa *basis points*), acrescida exponencialmente à taxa anual indicativa divulgada pela ANBIMA 2 (dois) dias úteis antes da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, para as Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2015, 2 (dois) dias úteis antes da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal atualizado das



Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 3ª Série será definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

**6.6.2.** Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, ou na data do efetivo pagamento de Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, e termina na data de pagamento de Remuneração da 3ª Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série.

**6.6.3.** O cálculo da Remuneração da 3ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

$J$  = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

$Vna$  = valor nominal unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros$  = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

$Taxa$  = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*;

$DP$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data de apuração;

0059

09 07 10

6.6.4. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será objeto de aditamento da Escritura.

#### 6.7. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série

O pagamento da Remuneração da 3ª Série será feito anualmente e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 3ª Série
15 de julho de 2011
15 de julho de 2012
15 de julho de 2013
15 de julho de 2014
15 de julho de 2015
15 de julho de 2016

#### 6.8. Resgate Antecipado

As Debêntures da 3ª Série não poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora.

### CLÁUSULA VII DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

#### 7.1. Aquisição Facultativa

7.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, por preço não superior ao respectivo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido, conforme a(s) série(s) das Debêntures a serem adquiridas, (i) da Remuneração da 1ª Série, e/ou (ii) da Remuneração da 2ª Série e/ou da (iii) da Atualização e Remuneração da 3ª Série. Os valores de atualização e remuneração serão calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento imediatamente anterior das respectivas atualização e remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

JUL 2017

08 07 11

7.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ~~ser canceladas~~ a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

7.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação, observadas as características de sua respectiva série.

### CLÁUSULA VIII VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

- (a) pedido por parte da Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (b) pedido ou decretação de insolvência civil de acionistas controladores da Emissora que detenham, individualmente ou em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social da Emissora;
- (c) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência, pedido de falência da Emissora, e/ou de quaisquer das suas controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora e controladas, não elidido no prazo legal;
- (d) não pagamento, pela Emissora, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a data em tal pagamento tornar-se exigível, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, remuneração e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (e) não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanada em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente

Fiduciário à Emissora, sendo que este prazo não se aplica àquelas obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

- (f) redução de capital social da Emissora que resulte em capital social inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social existente na Data de Emissão, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (g) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra quaisquer das suas controladas, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis de sua ocorrência;
- (h) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Emissora e/ou das suas controladas e/ou controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no mercado local ou internacional, salvo se a Emissora comprovar, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente seguintes à data de sua ocorrência, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Emissora;
- (i) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão;
- (j) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento;
- (k) cessão, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada pela maioria simples dos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (l) transformação do tipo societário da Emissora para sociedade limitada;

*Handwritten signatures and initials.*

- (m) se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que resulte na não prevalência da Igarapava Participações S.A. e da Maiorem S.A. de C.V., em conjunto, direta ou indiretamente, como as principais acionistas do bloco de controle da Emissora; ou se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em perda do atual controle societário, direto ou indireto, da Igarapava Participações S.A. ou da Maiorem S.A. de C.V.;
- (n) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora, que comprovadamente (mediante a publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado pela Emissora, nos termos da Instrução CVM n.º 358, bem como na regulamentação aplicável), afete de forma relevante negativamente a capacidade da Emissora cumprir com suas obrigações financeiras;
- (o) não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e licenças, que impeça o funcionamento de uma ou mais unidades industriais da Emissora e/ou de suas controladas ou a produção de um ou mais produtos pela Emissora e/ou suas controladas que, em qualquer caso, representem valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do faturamento consolidado da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou de suas controladas, conforme o caso, até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (p) mudança ou alteração no objeto social da Emissora que modifique as atividades atualmente por ela praticadas de forma relevante, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (q) não observância pela Emissora de qualquer dos seguintes índices financeiros, por dois semestres consecutivos, a serem calculados sempre com base nas demonstrações contábeis consolidadas de dezembro e junho da Emissora, iniciando-se com as informações contábeis de dezembro de 2010 e informados ao Agente Fiduciário, juntamente com o relatório da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, em até 15 (quinze) dias úteis após o prazo legal exigido pela CVM, na legislação em vigor, para divulgação das respectivas informações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

1) Dívida Financeira Líquida / EBITDA: Igual ou inferior a 3,75x, sendo que será considerado o maior EBITDA entre (i) o EBITDA acumulado dos últimos 12 (doze) meses; e (ii) o EBITDA do último trimestre multiplicado por 4,0.

2) Cobertura de Juros (EBITDA / Despesa de Juros Líquidos): igual ou superior a 2.0x considerando os últimos 12 (doze) meses.

Onde:

"Dívida Financeira Total": significa o somatório de (a) todas as obrigações da Emissora e/ou de suas subsidiárias por fundos tomados em empréstimo ou recebidos a título de adiantamento ou depósito; (b) todas as obrigações da Emissora e/ou de suas subsidiárias evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas ou inflação), ou instrumentos similares; (c) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Emissora e de suas subsidiárias; (d) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora e/ou de suas subsidiárias na qualidade de garantidora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais, excetuadas as cartas de crédito e/ou cartas de garantia exclusivamente relativas às importações da Emissora e/ou de suas subsidiárias; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora e/ou de suas subsidiárias em relação a aceites bancários; (f) todas as dívidas de terceiros garantidas (ou em relação às quais o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) por qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Emissora e/ou de suas subsidiárias, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; e (g) toda dívida ou obrigação da Emissora ou suas subsidiárias decorrente de aquisição de empresas, ativo imobilizado e marcas.

"Dívida Financeira Líquida": significa Dívida Financeira Total menos (i) caixa; (ii) investimentos de curto prazo; (iii) fundos de renda fixa com liquidez diária de instituições financeiras de primeira linha; e (iv) títulos de emissão do governo federal e/ou de instituições financeiras de primeira linha, desde que com liquidez diária ou liquidez diária após período de carência de no máximo 90 (noventa) dias da data do investimento;

"EBITDA": significa o somatório (a) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e as despesas financeiras); (b) todos os montantes de depreciação e amortização; (c) todo crédito tributário relativo a benefícios fiscais, incluindo, mas não se limitando a, fomentar, exemplificativamente; e (d) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "Custo de Operação", tudo

determinado em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil.

"Despesa de Juros Líquidos": significa as despesas da Emissora e das suas subsidiárias, relacionadas ao total de juros a pagar incidentes sobre o montante da dívida em determinado período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos na medida em que tais financiamentos constituam Dívida Financeira Total diminuída das receitas da Emissora e das suas subsidiárias em qualquer período, relacionadas ao total de juros recebidos provenientes de suas aplicações financeiras.

- (r) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora durante a vigência das Debêntures e/ou no Contrato de Distribuição;
- (s) alteração do Estatuto Social da Emissora, que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, durante a vigência das Debêntures desta Emissão, desde que haja uma retirada efetiva de acionistas que representem, individual ou conjuntamente, 15% (quinze por cento) ou mais do capital social da Emissora;
- (t) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da respectiva notificação e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora; e
- (u) se a Emissora e/ou qualquer de suas controladas promover, em uma única operação ou em uma série de operações, a alienação, direta ou indireta, total ou parcial, de ativos operacionais que, individualmente ou em conjunto, resulte em uma receita bruta de vendas consolidada da Emissora em valor inferior a R\$ 2.370.002 mil (equivalente a 80% (oitenta por cento) da receita bruta de vendas consolidada da Emissora apurada nos últimos 12 (doze) meses findos em 31 de março de 2010) ("Valor de Referência"). A apuração da receita bruta de vendas consolidada da Emissora para fins de comparação com o Valor de Referência será realizada trimestralmente, até o 45º (quadragésimo quinto) dia contado da data de encerramento de cada trimestre calendário, com base na receita bruta de vendas consolidada da Emissora relativa aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do referido trimestre, considerando-se as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou objeto de revisão especial pelos auditores independentes da Emissora, conforme o caso. A verificação do valor da redução da receita bruta de vendas em relação ao Valor de Referência será realizada a partir da data da alienação dos ativos até o 12º mês seguinte à referida data, findo o qual a

respectiva alienação não mais será considerada como um potencial evento de vencimento antecipado.

- 8.2. Os valores mencionados nas alíneas acima não serão reajustados ou corrigidos.
- 8.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “l”, “q”, “r” e “s” acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos respectivos titulares, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas “c”, “k”, “m”, “n”, “o”, “p” “t” e “u” acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral a que se refere este item deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.
- 8.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas referida acima não seja convocada pelo Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis ali previsto, tal assembleia poderá ser convocada pela Emissora, ou por Debenturistas representando no mínimo 10% das Debêntures em Circulação.
- 8.5. Na assembleia mencionada no item 8.3 acima, que será instalada de acordo com o quorum previsto na Cláusula XI “Assembleia Geral de Debenturistas” abaixo, os titulares de Debêntures em Circulação, em assembleia conjunta, poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas “e”, “k”, “m”, “n”, “o”, “p” “t” e “u”.
- 8.6. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 8.3. acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 8.5. acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 8.1. acima.
- 8.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, atualizado ou não, conforme o caso, das respectivas Debêntures em Circulação, acrescido da respectiva Remuneração aplicável a cada série das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, em até 5 (cinco) dias úteis contados (i)



da data de declaração do vencimento antecipado automático das Debêntures, ou (ii) da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o parágrafo acima, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios devidos.

8.7.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP, a BM&FBOVESPA e o Banco Mandatário sobre o pagamento de que trata o item 8.7. acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

8.8. Em qualquer caso, a decretação do vencimento antecipado das Debêntures de uma das séries ocasionará o vencimento antecipado das Debêntures integrantes das outras séries.

### CLÁUSULA IX DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

9.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura e nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral relevante que implique em condenação da Emissora à obrigação cujo cumprimento implique em dispêndio igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos e procedimentos judiciais, administrativos e arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (d) notificar o Agente Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, bem como qualquer ato que implique no vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 8 acima.

JUL 30

05 07 10

9.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário:

(i) dentro de 5 (cinco) dias úteis da respectiva solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas, e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(ii) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o prazo legal exigido pela CVM para divulgação das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices financeiros previstos no item 8.1.(q) desta Escritura de Emissão;

(iii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, caso não estejam disponíveis na CVM;

(iv) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos, fatos relevantes, atas de Conselho de Administração e Assembléias Gerais da Emissora, em até 01 (um) dia útil após as respectivas publicações, caso não estejam disponíveis no site da CVM;

(v) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva valores iguais ou superiores à R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em 2 (dois) dias úteis após o seu recebimento;

(ix) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;

(vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;

JUL 59

e

05 07 10

(vii) confirmar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura.

- (b) convocar as AGD 1ª Série, AGD 2ª Série, AGD 3ª Série ou AGD, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, pela CETIP ou pela BM&FBovespa;
- (d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (e) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (f) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (g) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para:
  - (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado;
  - (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios, ainda que a classificação de risco das Debêntures não tenha sido alterada em relação ao relatório anterior; e
  - (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;
- (h) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

- (i) possuir as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (j) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;
- (k) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenha acesso irrestrito, em data previamente acordada com a Emissora, a qual não poderá exceder a 5 (cinco) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras, caso não estejam disponíveis no site da CVM;
- (l) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (m) notificar o Agente Fiduciário, a BM&FBOVESPA e a CETIP, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento;
- (n) informar no prazo de até 2 (dois) dias úteis, à BM&FBOVESPA e à CETIP sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete de forma relevante, diretamente ou indiretamente, as informações prestadas nos Prospectos e/ou relacionadas às Debêntures;
- (o) praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exeqüibilidade dessas obrigações;

- (p) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nela estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (q) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (r) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures: (i) banco mandatário e escriturador; (ii) agente fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);
- (s) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura; e
- (t) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na cláusula 3.15. acima.
- (u) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD; e
- (v) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e à CETIP, no mesmo dia das AGD da 1ª Série, AGD da 2ª Série, AGD 3ª Série ou da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata das assembléias.

9.2.1 A Emissora se obriga, em nome de todas suas subsidiárias integrais, existentes na presente data ou que venham a ser criadas, e até que o saldo devedor das Debêntures seja integralmente pago, observar as obrigações estabelecidas nos itens (f), (q) e (s) acima. Em relação às sociedades controladas, a Emissora se obriga a utilizar seu direito de voto, até que o saldo devedor das Debêntures seja integralmente pago, para assegurar o cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens (f), (q) e (s) acima.

JUL 99

CLÁUSULA X  
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 10.2 10.3

**10.1. Nomeação**

A Emissora constitui e nomeia a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.

10.1.1. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”).

**10.2. Substituição**

10.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 10.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.2.7. abaixo.

10.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

10.2.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

10.2.8. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

10.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir da assinatura do aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

10.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

### 10.3. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGD da 1ª Série, AGD da 2ª Série e/ou AGD da 3ª Série, conforme o caso, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) verificar o cumprimento pela Emissora, até 01 (um) dia útil após a data de publicação da primeira convocação de AGD, o disposto na cláusula 9.2. (u) acima;
- (l) comparecer às AGD da 1ª Série, AGD da 2ª Série ou AGD da 3ª Série, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) notificar a Emissora em até 2 (dois) dias a ocorrência de alguma hipótese de vencimento antecipado automático, nos termos do item 8.3 acima;
- (n) verificar o cumprimento pela Emissora, no dia útil seguinte à realização de qualquer AGD, o disposto na cláusula 9.2. (v);
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;



10059

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

10059

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na cláusula 8.1 (q) acima;

(viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(p) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário;

(iii) na CVM;

(iv) no BM&FBovespa e na CETIP; e

(v) na instituição líder da colocação das Debêntures;

(q) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “p” acima;

- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Escriurador, à CETIP e à BM&FBovespa;
- (s) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas;
- (t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (u) verificar o cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 8.1 (q) acima, apurados pela Emissora e revisados por auditor independente;
- (v) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(i) à CVM;

(ii) ao BM&FBovespa; e

(iii) à CETIP.

#### 10.4. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer ações, judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses os Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições previstas nesta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.4.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” da mesma Cláusula.

## 10.5. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

10.5.1. Parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a primeira devida no 5º dia útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais a cada 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela;

10.5.2 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Companhia e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada.

10.5.3 As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura da escritura de emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*.

10.5.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%.

10.5.5 As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.5.6 Em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo

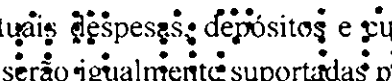
Agente Fiduciário à Emissora de “Relatório de Horas”. As atividades a que se refere este item estão relacionadas (i) à assessoria aos debenturistas, em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou debenturistas e/ou Assembléias Gerais de Debenturistas; e (iii) à implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos debenturistas.

10.5.7 A remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.

10.5.7.1. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis, comprovadas;
- (c) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.5.7.2 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto



10.5.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

### 11.1. Convocação

11.1.2. A AGD de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da respectiva série em Circulação, ou pela CVM.

11.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

s apos a

11.1.6.

Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, será considerada regular a AGD de uma série de Debêntures a que comparecerem os titulares das Debêntures da respectiva série.

11.1.7.

Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

## 11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. A AGD de cada uma das séries se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva série, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas da respectiva série.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures da respectiva série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.

11.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

## 11.3. Mesa Diretora

11.3.1. A presidência da AGD de cada série caberá ao Debenturista da respectiva série eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures da respectiva série presentes à AGD ou àquele que for designado pela CVM.

11.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

JUE 30

05 07 10

#### 11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações da AGD de cada uma das séries, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em leis ou na presente Escritura.

11.4.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

11.4.3. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas, em primeira ou segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série e 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série, observado que alterações na Remuneração, nos condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas hipóteses de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quórum previsto na Cláusula 10.4.1 acima, deverão contar com a aprovação, em primeira ou segunda convocação, de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série e 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série.

11.4.4. Nenhuma alteração nas condições das Debêntures será realizada sem a prévia concordância da Emissora e o correspondente aditamento desta Escritura.

### CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

#### 12.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) verificou o limite de emissão previsto no *caput* do artigo 60 da Lei das S.A;
- (k) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

## 12.2. Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



III

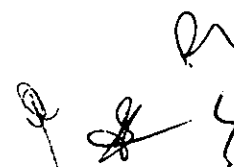
III

- (b) a celebração desta Escritura, o cumprimento das suas obrigações previstas nesta Escritura, bem como a colocação das Debêntures, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, e o Formulário de Referência da Emissora, datados de 21 de junho de 2010 ("Formulário de Referência") conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, nas respectivas datas de cada documento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (e) as declarações, informações e fatos contidos nos Prospectos e no Formulário de Referência em relação à Emissora e às controladas da Emissora são verdadeiras nas datas em que foram fornecidas e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (f) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos e no Formulário de Referência em relação à Emissora e/ou à qualquer controlada da Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis nas datas em que foram fornecidas;
- (g) não há fatos relativos à Emissora e/ou à qualquer controlada da Emissora, nas respectivas datas dos Prospectos e do Formulário de Referência, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos e no Formulário de Referência seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (h) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou

Handwritten signature and initials.

tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, e não qualquer controlada da Emissora;

- (i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos e no Formulário de Referência, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (k) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (l) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (m) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios, conforme descrito nos Prospectos e no Formulário de Referência;
- (n) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro da Emissão na CVM, (ii) o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BovespaFix, (iii) o registro da ata de RCA, desta Escritura e seus aditamentos na JUCESP, todos os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação da Oferta;



- (p) as demonstrações financeiras da Emissora auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009 e as informações financeiras da Emissora objeto de revisão especial relativas aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2010 apresentam de maneira adequada a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora nas aludidas datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a divulgação das informações financeiras de 31 de março de 2010, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora que não esteja descrito nos Prospectos e/ou no Formulário de Referência;
- (q) a Emissora está em cumprimento das leis e regulamentos ambientais a ela aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (r) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- (s) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (t) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (u) a Emissora e suas controladas prepararam e entregaram todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por quaisquer de suas controladas, ou, ainda, impostas a elas ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e

conduzidos com diligência e em relação aos quais ~~existem reservas ou outras~~ provisões apropriadas, exceto conforme descrito nos Prospectos, e ~~exceto~~ os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante;

- (v) exceto conforme descrito nos Prospectos e no Formulário de Referência, a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, os quais estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, exceto: (i) conforme descrito nos Prospectos e no Formulário de Referência, e/ou (ii) quando, individualmente ou em conjunto, não possam resultar em impacto adverso relevante na situação financeira da Emissora;
- (w) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (x) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (y) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.

### CLÁUSULA XIII COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

- (a) Para a Emissora:

**HYPERMARCAS S.A.**

Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.217, casa n.º 07

São Paulo – SP

At.: Martim Prado Mattos / Breno Toledo Pires de Oliveira

Telefone: (11) 3627- 4211

JUL 09

Fac-símile: (11) 3627-4371

Correio Eletrônico: [ri@hypermarcas.com.br](mailto:ri@hypermarcas.com.br) / [breno.oliveira@hypermarcas.com.br](mailto:breno.oliveira@hypermarcas.com.br)

(b) Para o Agente Fiduciário:

**Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar

Rio de Janeiro - RJ

At.: Srs. Carlos Alberto Bacha e Rinaldo Rabello Ferreira

Tel.: (21) 2507-1949

Fax: (21) 2507-1773

E-mail: [bacha@pavarini.com.br](mailto:bacha@pavarini.com.br) / [rinaldo@pavarini.com.br](mailto:rinaldo@pavarini.com.br)

(c) Para o Banco Mandatário e Banco Escriturador:

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco - SP

Tel.: (11) 3684-3749 / (11) 3684-7911

Fax.: (11) 3684-2714

At.: José Donizetti de Oliveira / João Batista de Souza

E-mail: [4010.donizetti@bradesco.com.br](mailto:4010.donizetti@bradesco.com.br) / [4010jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010jbsouza@bradesco.com.br)

(d) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Libero Badaró, n.º 425, 24º andar, São Paulo, SP

Site: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

(e) Para a BM&FBOVESPA:

**BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS**

Praça Antonio Prado, n.º 48, São Paulo, SP

Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP

Site: [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

13.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

13.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 12.2. acima serão arcados pela parte inadimplente.

JUL 2019

05 07 10

#### CLÁUSULA XIV CUSTOS DE REGISTRO

14.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados à esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### CLÁUSULA XV DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

15.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

15.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

15.4. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

15.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

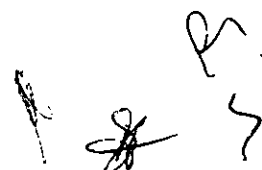
15.6. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JUL 23 2010

09 07 10

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.


São Paulo, 23 de junho de 2010  
(assinaturas na próxima página)

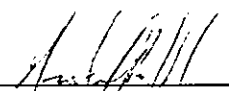


JUL 59

Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão Pública de Debentures Simples,  
Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da  
Hypermarcas S.A.

HYPERMARCAS S.A.

  
Nome: CARLOS ROBERTO SCORSI  
Cargo: DIR. DE OPERAÇÕES

  
Nome: MARTIN MATTOS PRADO  
Cargo: DIR. ADMINISTRATIVO FINANCEIRO



Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da Hypermarchas S.A.

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



Nome: ROSILÉA MAYER FLORENTINO

Cargo: PROCURADORA



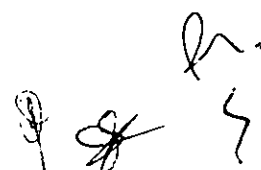
Nome:

Carlos Alberto

Cargo:

CPF 606.744.587-1

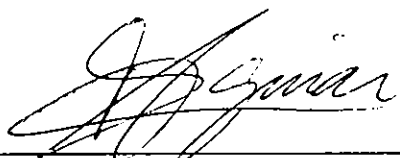
Procurador



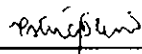
JUCESP

Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da Hypermarcas S.A.

Testemunhas



Nome: **DANILLO TEVES DE AGUIAR**  
CPF: **297 339 498 84**



Nome: **PATRICIA SALEM**  
CPF: **334.434.413-04**



JUCESP



JUCESP PROTOCOLO  
0.564.766/10-0



07 07 10

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA HYPERMARCAS S.A.

ENTRE

**HYPERMARCAS S.A.**  
*como Emissora,*

E

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente emissão*

Datado de

29 de junho de 2.010

**PRIMEIRO ADITAMENTO: À ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA HYPERMARCAS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

**HYPERMARCAS S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Juscelino Kubitschek, 1.217, casa n.º 07, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.932.074/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

E, de outro lado,

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Agente Fiduciário”); e

**CONSIDERANDO QUE**, em 23 de junho de 2010, a Emissora e o Agente Fiduciário, celebraram a “Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Hypermarcas S.A.” (“Escritura”), a qual protocolada para registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 25 de junho de 2010; e

**CONSIDERANDO QUE**, conforme previamente acordado, as Partes desejam retificar determinadas Cláusulas da Escritura;

as Partes vêm, por este aditamento (“Aditamento”) aditar a “Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Hypermarcas S.A.” (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.
2. Alterar o item 4.4.2.11 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.4.2.11. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o*

saldo do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável, conforme tabela abaixo:

<b>Pagamento da Remuneração da 1ª Série</b>
15 de janeiro de 2011
15 de julho de 2011
15 de janeiro de 2012
15 de julho de 2012
15 de janeiro de 2013
15 de julho de 2013
15 de janeiro de 2014
15 de julho de 2014

”

3. Incluir na Cláusula 4.5 da Escritura, os itens 4.5.5 e 4.5.6, com a seguinte redação:

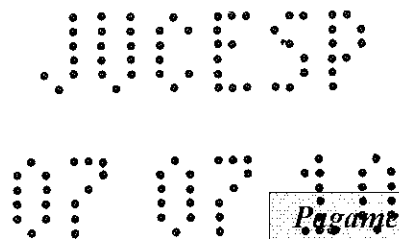
(...)

“4.5.5. No caso de realização de Resgate Antecipado parcial, nos termos do item 4.5.1. acima, este deverá ser realizado (i) para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.5.6. Caso ocorra o Resgate Antecipado total das Debêntures, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.”

4. Alterar o item 5.4.2.12 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“5.4.2.12. O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito semestralmente, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável, conforme tabela abaixo.



<i>Pagamento da Remuneração da 2ª Série</i>
<i>15 de janeiro de 2011</i>
<i>15 de julho de 2011</i>
<i>15 de janeiro de 2012</i>
<i>15 de julho de 2012</i>
<i>15 de janeiro de 2013</i>
<i>15 de julho de 2013</i>
<i>15 de janeiro de 2014</i>
<i>15 de julho de 2014</i>
<i>15 de janeiro de 2015</i>
<i>15 de julho de 2015</i>

”

5. Alterar o item 6.6.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“6.6.1. As Debêntures da 3ª Série farão jus à uma remuneração (“Remuneração da 3ª Série”) correspondente à taxa fixa equivalente a, no máximo, 190 bps (cento e noventa basis points), acrescida exponencialmente à taxa anual indicativa divulgada pela ANBIMA 2 (dois) dias úteis antes da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, para as Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2015, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal atualizado das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 3ª Série será definida em Procedimento de Bookbuilding.”*

6. Todos os demais termos e condições da Escritura, não alterados expressamente por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

7. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, onde foi protocolada e será registrada a Escritura, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

8. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por

JUCESP

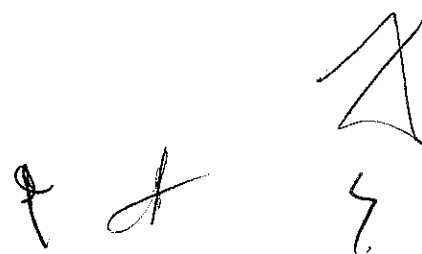
mais privilegiado que seja.

07 07 10

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 29 de junho de 2010

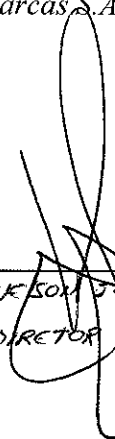
(assinaturas na próxima página)



JUCESP

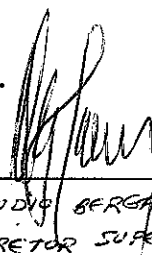
07 07 10

*Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da Hypermarcas S.A.*



Nome: NELSON JOSÉ DE NELLO  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

HYPERMARCAS S.A.




Nome: CLAUDIO BERGANO DOS SANTOS  
Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE

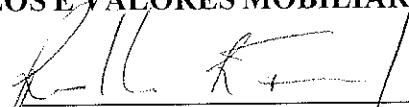


JUL 99

~~Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da Hypermarcas S.A.~~

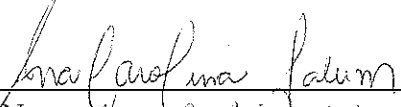
**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

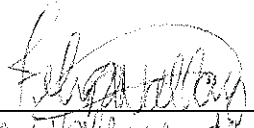
  
\_\_\_\_\_  
Nome: Carlos Roberto Braga  
Cargo: Presidência

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Ronaldo Cabelli Ferreira  
Cargo: Presidência

Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da Hypermarchas S.A.

TESTEMUNHAS

  
 Nome: Ana Carolina Salum  
 CPF: 315.084.369-51

  
 Nome: Felipe Thollacy de Oliveira  
 CPF: 390.879.028-08



JUCESP

---

SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES,  
EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA 3ª EMISSÃO DA HYPE-  
MARCAS S.A.

ENTRE

**HYPERMARCAS S.A.,**  
*como Emissora,*

E

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
*Representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente  
Emissão*

Datado de 21 de julho de 2010.

---

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

**SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA 3ª EMISSÃO DA HYPERMARCAS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

**HYPERMARCAS S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Juscelino Kubitschek, 1.217, casa n.º 07, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.932.074/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, de outro lado,

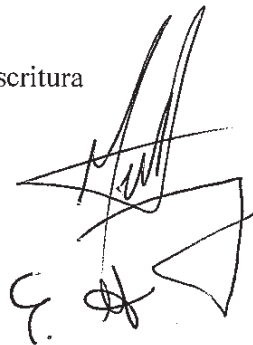
**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

**CONSIDERANDO QUE**, em 23 de junho de 2010, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram a "Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Hypermarcas S.A." ("Escritura"), a qual foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o n.º ED000552-6/000, em sessão de 05 de julho de 2010;

**CONSIDERANDO QUE**, em 29 de junho de 2010, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Hypermarcas S.A." ("Primeiro Aditamento") e, em conjunto com a Escritura, "Escritura Aditada", a qual foi devidamente arquivada na JUCESP sob o n.º ED000552-6/001, em sessão de 07 de julho de 2010; e

**CONSIDERANDO QUE**, conforme previsto na Escritura, após realização de processo de coleta de intenções de investimento (procedimento de *bookbuilding*), foi fixado o valor da emissão, o número de debêntures a ser emitido em cada série e suas respectivas remunerações;

as Partes vêm, na melhor forma de direito, firmar o presente "Segundo Aditamento à Escritura

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be a stylized 'A' or 'H' followed by some initials.

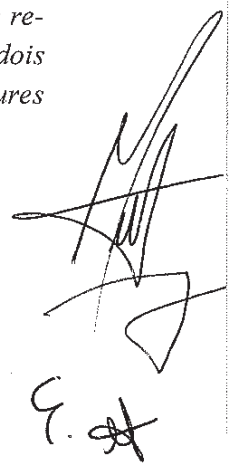
Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Hypermarcas S.A.” (“Segundo Aditamento”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Segundo Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura Aditada.
2. O presente Segundo Aditamento é celebrado de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 10 de junho de 2010 e registrada na JUCESP sob o n.º 214.543/10-9 em sessão de 23 de junho de 2010 (“RCA”), na qual a Diretoria da Emissora foi autorizada a fixar as taxas finais de remuneração das Debêntures, bem como da alocação das Debêntures entre as Séries e o valor total da Emissão, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
3. O presente Segundo Aditamento tem por objetivo refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, fixando (i) a taxa de remuneração das Debêntures; (ii) a alocação das Debêntures entre as Séries; e (iii) o valor total da Emissão, em razão do exercício parcial das opções de lote adicional e integral da opção de lote suplementar.
4. Pelo presente Segundo Aditamento, resolvem as Partes, em decorrência das considerações acima expostas, alterar o item 1.3. da Cláusula I da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“1.3. Esta Escritura foi objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding, conforme abaixo definido.”*

5. Pelo presente Segundo Aditamento, resolvem as Partes, em decorrência das considerações acima expostas, alterar os atuais itens 3.1.2., 3.3.1., 3.3.2., 3.3.3., 3.3.5., 3.7.1. e 3.11.1. da Cláusula III da Escritura, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“3.1.2. O valor total da Emissão é de R\$651.042.000,00 (seiscentos e cinquenta e um milhões quarenta e dois mil reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 3.8 abaixo, onde a oferta base corresponde a R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), acrescido de R\$151.042.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, quarenta e dois mil reais) em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e da emissão de Debêntures do Lote Suplementar, conforme abaixo definidas.”*

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be followed by the initials 'C. A.'.

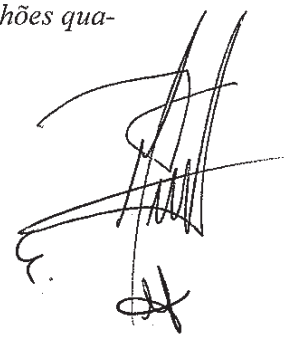
"3.3.1. Serão emitidas 651.042 (seiscentas e cinquenta e uma mil quarenta e duas) Debêntures, sendo 201.026 (duzentas e uma mil vinte e seis) Debêntures emitidas na 1ª Série, 335.601 (trezentas e trinta e cinco mil seiscentas e uma) Debêntures emitidas na 2ª Série e 114.415 (cento e catorze mil quatrocentas e quinze) Debêntures emitidas na 3ª Série, já consideradas as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar."

"3.3.2. A Emissão será realizada em três séries, conforme definido por meio da coleta de intenção de investimentos realizada nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding")."

"3.3.3. A Emissora, com a prévia concordância dos Coordenadores, optou por aumentar a quantidade de Debêntures originalmente ofertadas em 15,21% (quinze inteiros e vinte e um centésimos por cento) ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). As Debêntures Adicionais terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da presente Escritura."

"3.3.5. Os Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, exclusivamente com a finalidade de atender a excesso de demanda constatado pelos Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding, optaram por distribuir um lote suplementar de Debêntures de 15,00% (quinze por cento) da quantidade originalmente ofertada ("Debêntures do Lote Suplementar"), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Lote Suplementar"). As Debêntures do Lote Suplementar terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da presente Escritura."

"3.7.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o capital social da Emissora é de R\$ 3.168.194.793,69 (três bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos), o saldo devedor atualizado da 1ª emissão de debêntures da Companhia é de R\$200.785.886,98 (duzentos milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos), o saldo devedor atualizado da 2ª emissão de debêntures da Companhia é de R\$202.787.319,93 (duzentos e dois milhões, setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e dezenove reais e noventa e três centavos) e o valor total desta 3ª Emissão é de R\$651.042.000,00 (seiscentos e cinquenta e um milhões quarenta e dois mil reais)."



*“3.11.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, em todos os casos observado a legislação bancária aplicável.”*

6. Resolvem as partes, ainda, alterar os itens 4.1., 4.4.2.2. e 4.4.2.10. da Cláusula IV da Escritura, que passam a vigorar com a seguinte redação:

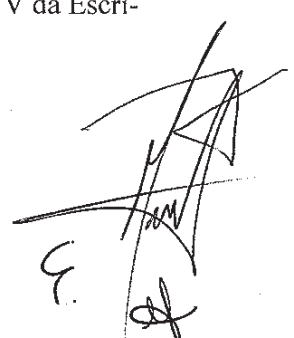
***“4.1. Quantidade***

*O número de Debêntures alocado na 1ª (primeira) série (“Debêntures da 1ª Série”) foi definido de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores, após a verificação da demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, nos termos apurados no Procedimento de Bookbuilding.”*

*“4.4.2.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, capitalizada a uma sobretaxa equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definida em Procedimento de Bookbuilding, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 1ª Série (conforme abaixo definido), até o seu efetivo pagamento, conforme definido no item 4.4.2.3 abaixo (“Remuneração da 1ª Série”).”*

*“4.4.2.10. O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi objeto de aditamento da Escritura.”*

7. Resolvem as partes, ainda, alterar os itens 5.1., 5.4.2.2. e 5.4.2.10. da Cláusula V da Escritura, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be a stylized 'F' followed by a large, bold 'A' with a horizontal line through it. Below the 'A' are the initials 'J.M.' and 'R.'.

### **“5.1. Quantidade**

*O número de Debêntures alocado na 2ª (segunda) série (“Debêntures da 2ª Série”) foi definido de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores, após a verificação da demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, nos termos apurados no Procedimento de Bookbuilding.”*

*“5.4.2.2. As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada da Taxa DI, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, capitalizada a uma sobretaxa equivalente a 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definida em Procedimento de Bookbuilding, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, até o seu efetivo pagamento, conforme definido no item 5.4.2.3 abaixo (“Remuneração da 2ª Série”).”*

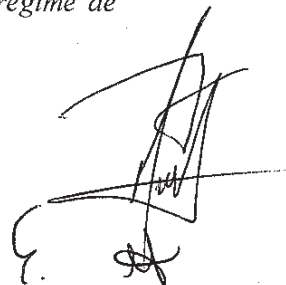
*“5.4.2.10. O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi objeto de aditamento da Escritura.”*

8. Resolvem as partes, ainda, alterar os itens 6.1., 6.6.1. e 6.6.4. da Cláusula VI da Escritura, que passam a vigorar com a seguinte redação:

### **“6.1. Quantidade**

*6.1.1. O número de Debêntures alocado na 3ª (terceira) série (“Debêntures da 3ª Série”) foi definido de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores, após a verificação da demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de Bookbuilding.”*

*“6.6.1. As Debêntures da 3ª Série farão jus à uma remuneração (“Remuneração da 3ª Série”) correspondente à taxa fixa equivalente a 8,43% (oito inteiros e quarenta e três centésimos por cento), incidente sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal atualizado das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculados em regime de*





*capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 3ª Série foi definida em Procedimento de Bookbuilding.”*

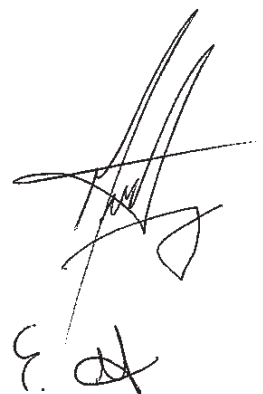
*“6.6.4. O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi objeto de aditamento da Escritura.”*

9. Todos os demais termos e condições da Escritura, não alterados expressamente por este Segundo Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.
10. O presente Segundo Aditamento será registrado na JUCESP, onde foram arquivados a Escritura e o Primeiro Aditamento, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
11. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

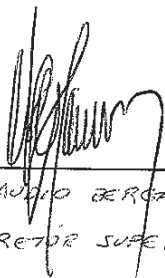
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 21 de julho de 2010

(assinaturas na próxima página)

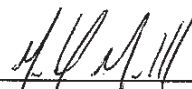
Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

*Página de Assinatura do Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da Hypermarcas S.A.*



**HYPERMARCAS S.A.**


Nome: CLAUDIO BERGANO DOS SANTOS  
Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE (CEO)




Nome: MARTIN PRADO CATTO  
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (CFO)

*Página de Assinatura do Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da Hypermarcas S.A.*


**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

  
Nome: RINALDO RABELLO FERREIRA  
Cargo: CIC-509.941.827-91

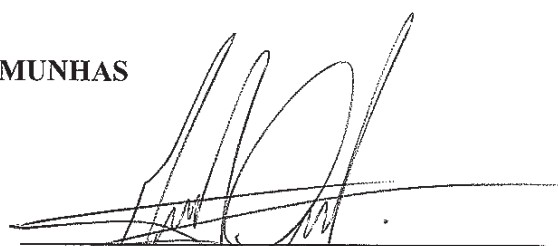
  
Nome: Carlos Alberto Bacha  
Cargo: CPF 806.744.587-53  
Procurador

*Página de Assinatura do Segundo Aditamento à Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da Hypermarcas S.A.*

**TESTEMUNHAS**



Nome: Maubme C. Kondo  
CPF: 230.025.258-98



Nome: MARCO ANTONIO A. DAVID  
CPF: 227.592.878-23

- Declaração da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
-

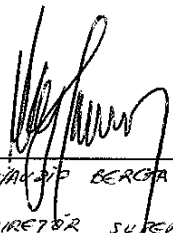
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

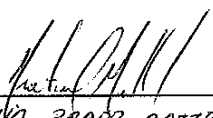
**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400**

**HYPERMARCAS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Juscelino Kubitschek, 1.217, casa n.º 07, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.932.074/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), vem, no âmbito do pedido de registro da distribuição pública de 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, a serem emitidas em até 3 (três) séries, da 3ª emissão ("Debêntures" e "Oferta", respectivamente), nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400"), declarar que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (ii) as informações prestadas pela Emissora relativas às Debêntures e às demais informações fornecidas ao mercado no formulário de referência e nos prospectos preliminar e definitivo da Oferta ("Formulário de Referência", "Prospecto Preliminar" e "Prospecto Definitivo", definitivamente), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Formulário de Referência, o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iv) o Formulário de Referência, o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo conterão, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (v) o Formulário de Referência, o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo serão elaborados de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 18 de junho de 2010

**HYPERMARCAS S.A.**

  
Nome: CLAUDIO BERGAMINI DOS SANTOS  
Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE (CEO)

  
Nome: DARVIN PRADO MATTOS  
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (CAE)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**BANCO BRADESCO BBI S.A.**, ("Coordenador Líder") instituição financeira estabelecida na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição líder responsável por coordenar e proceder à distribuição pública de até 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em até três séries, com regime misto de garantia firme e melhores esforços para distribuição pública, da 3ª Emissão da **Hypermarcas S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário" e "Debêntures", respectivamente), perfazendo, na Data de Emissão, qual seja 15 de julho de 2010, o valor total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Emissão" ou "Oferta"), vem, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), em especial em atendimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (a) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica na companhia iniciada em 9 de junho, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (c) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Norma de Procedimento de Auditoria nº 12;
- (d) foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;
- (e) além dos documentos a que se refere o item (d) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (f) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (g) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio do seu assessor legal.



O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços da Companhia ("Prospecto Preliminar") e que venham a integrar o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços da Companhia ("Prospecto Definitivo"), são ou serão suficientes, conforme o caso, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 21 de junho de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **João Carlos Zani**  
Cargo: **Diretor**

**BANCO BRADESCO BBI S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **Renato Ejnisman**  
Cargo: **Diretor**

- Súmula de Rating

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Fitch Atribui Rating 'A+ (bra)' para Hypermarcas**

Rio de Janeiro / Ratings Chicago, 23 de Junho 2010 - A Fitch atribuiu, hoje, o Rating Nacional de Longo Prazo 'A+ (bra)' à Hypermarcas SA (Hypermarcas) e à sua terceira emissão de debêntures, no montante de BRL500 milhões, com vencimento final em 2016. A Perspectiva para o rating corporativo é estável.

Os ratings da Hypermarcas refletem sua posição de liderança no competitivo setor de consumo brasileiro e a força e a diversificação de seus negócios e marcas, sustentados por um balanceado, forte e pouco volátil fluxo de caixa. O rating incorpora ainda a expansão agressiva da empresa via aquisição, que tem sido em sua maioria financiada com um mix de dívida e capital próprio. A companhia tem conseguido preservar uma alavancagem administrável após diversas aquisições através da emissão de ações, bem como gerir os desafios da integração dos ativos adquiridos. A Hypermarcas possui um longo e bem-sucedido histórico de marketing de suas marcas, as quais devem se beneficiar de um esperado cenário positivo para a economia brasileira. O histórico de alavancagem é moderadamente elevado, porém, é esperado que decline gradualmente, à medida que os resultados das recentes aquisições sejam incorporadas ao resultado companhia e proporcionem incrementos no fluxo de caixa.

A Hypermarcas possui um dos maiores e mais diversificado portfólios de marcas de consumo no Brasil, com atuação nos segmentos de medicamentos, beleza e higiene pessoal, alimentos, higiene e limpeza. Este portfólio balanceado limita a exposição da companhia ao desempenho de um negócio específico, permitindo uma maior previsibilidade de seu fluxo de caixa. A estratégia de negócios da Hypermarcas baseia-se na captura de sinergias pela integração das operações recentemente adquiridas, numa plataforma única de custos no tocante a industrialização, distribuição e propaganda e marketing, importantes variáveis na composição de custos. O reposicionamento das marcas e os novos lançamentos têm mostrado resultados, com fortes vendas no conceito mesmas marcas. Atualmente, os segmentos de medicamentos e beleza e higiene pessoal representam cerca de 82% das receitas líquidas, com participação de 48% e 34%, respectivamente. Aproximadamente 75% das vendas totais da Hypermarcas são de marcas líderes, com primeira ou segunda posição no mercado.

O expressivo crescimento das operações da Hypermarcas nos últimos anos reflete o seu perfil agressivo de expansão via aquisições. Desde sua criação, em 2001, a Hypermarcas realizou 31 aquisições, que totalizaram cerca de BRL5,6 bilhões em investimentos. O maior período de expansão ocorreu a partir de 2007, com a aquisição de 16 empresas que totalizaram BRL5,4 bilhões de investimentos e receitas líquidas incrementais de BRL2,3 bilhões. Em termos de crescimento orgânico, a companhia também tem mostrado eficiência em aumentar as vendas do seu portfólio de produtos, sustentado, principalmente, por inovações e fortes ações de marketing. Em 2009, as vendas no conceito mesmas marcas cresceram 21% e 25% no primeiro trimestre de 2010.

A Hypermarcas elevou, com sucesso, sua geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, para BRL579 milhões no período de doze meses findo em março de 2010, a partir de BRL48,3 milhões em 2006, através das aquisições estratégicas. Pelo cálculo da Fitch, o EBITDA pro-forma, incorporando 12 meses de operações das aquisições anunciadas, seria próximo a BRL650 milhões. Os ganhos de escala obtidos, que incluem menores despesas administrativas, sinergias operacionais e maior poder de barganha com fornecedores proporcionaram melhoria de rentabilidade. A margem de EBITDA da Hypermarcas saiu de 13% em 2006 para 25% no período de doze meses findo em março de 2010. Estas margens se comparam positivamente com margens de companhias do setor de consumo no país e no mundo. A Hypermarcas reportou fluxo de caixa livre de BRL168 milhões no período de doze

---

RIO DE JANEIRO

Praça XV de Novembro, 20 – sala 401 B, Centro – 20010-010 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel.: (5521) 4503-2600 – Fax: (5521) 4503-2601

SÃO PAULO

Rua Bela Cintra 904, 4º andar – 01415-000 – São Paulo – SP – Brasil – Tel.: (5511) 4504-2600 – Fax: (5511) 4504-2601

meses findo em março de 2010, e BRL163 milhões em 2009 e BRL73 milhões em 2008, em linha com outras empresas de consumo, que têm como característica gerar robustos fluxos de caixa livre, dados os relativos baixos investimentos em manutenção.

A Hypermarcas utilizou um mix de geração de caixa própria, dívida (“seller finance”) e recursos originados com a venda de ações (BRL2,4 bilhões) para financiar o expressivo crescimento de suas operações. A companhia abriu capital em abril de 2008 (BRL578 milhões) e realizou duas novas emissões de ações em julho de 2009 (BRL540 milhões) e abril de 2010 (BRL1,2 bilhão).

A Hypermarcas apresenta um histórico de alavancagem moderadamente alto resultante das aquisições. Em 31 de março de 2010, a companhia apresentava um índice de alavancagem líquida (dívida líquida/Ebitda), de 3,2 vezes, frente a uma média de 3,8 vezes entre 2006 e 2009. Considerando o EBITDA pro-forma calculado pela Fitch de BRL650 milhões e o recurso de BRL1,2 bilhão da venda de ações em abril de 2010, a alavancagem líquida da Hypermarcas declinará para abaixo de 1,0 vez. A Fitch considera que a companhia continuará a buscar novas aquisições e que a forte posição de caixa resultante da última venda de ações será reduzida e a alavancagem líquida será, em média, maior. Especificamente, a Fitch espera que a companhia mantenha uma posição de caixa mínimo compatível com os vencimentos nos próximos 12 meses e que mantenha uma alavancagem líquida abaixo de 2,5 vezes no médio prazo, considerando o EBITDA pro-forma. Um perfil de dívida mais favorável também é esperado, sustentado pela atual emissão pública de debêntures no valor de BRL500 milhões.

Em 31 de março de 2010, a dívida total da Hypermarcas era de BRL2,4 bilhões. As principais dívidas são: obrigações com antigos acionistas (Seller Financing) (57%); operações de capital de giro (15%) e debêntures e notas promissórias que conjuntamente representam 16% do endividamento.

#### Fatores de Evolução do Rating

Rebaixamentos dos ratings seriam provavelmente impulsionados por grandes aquisições financiadas por dívida, que afastassem a estrutura de capital da companhia dos patamares históricos e/ou deterioração da sua reputação de suas marcas e de sua posição de liderança de mercado. Os ratings poderão ser beneficiados por uma geração de caixa acima da esperada, o que poderá se refletir num processo sustentável de redução de alavancagem e impactar positivamente a qualidade de crédito da companhia

A principal metodologia utilizada para a atribuição deste rating foi “Corporate Rating Methodology”, de 24 de novembro de 2009, disponível em [www.fitchratings.com](http://www.fitchratings.com) e [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

Contatos: Debora Jalles ou Ricardo Carvalho, 55-21-4503-2600, Rio de Janeiro.

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, 55-21-4503-2623, Rio de Janeiro

#### **Nota aos Editores:**

Ratings Nacionais refletem uma medida relativa da qualidade de crédito de entidades em países cujos ratings soberanos em moeda estrangeira e local estejam abaixo de 'AAA'. Os Ratings Nacionais não são comparáveis internacionalmente, já que o melhor risco relativo dentro de um país é avaliado como 'AAA' e outros créditos são avaliados somente em relação a este. Tais ratings são sinalizados pela adição de um identificador para o país em questão, como 'AAA (bra)' para Ratings Nacionais no Brasil.



TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR AS LIMITAÇÕES E OS TERMOS DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). ADICIONALMENTE, AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://www.fitchratings.com), ASSIM COMO A LISTA DE RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS, O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH; A POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E CONFLITOS DE INTERESSE; A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL), COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. tiveram todo o cuidado na preparação deste documento. Nossas informações foram obtidas de fontes que consideramos fidedignas, mas sua exatidão e seu grau de integralidade não estão garantidos. A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. não se responsabilizam por quaisquer perdas ou prejuízos que possam advir de informações equivocadas. Nenhuma das informações deste relatório pode ser copiada ou reproduzida, arquivada ou divulgada, no todo ou em partes, em qualquer formato, por qualquer razão, ou por qualquer pessoa, sem a autorização por escrito da Fitch Ratings Brasil Ltda. Nossos relatórios e ratings constituem opiniões e não recomendações de compra ou venda. Reprodução Proibida.

Data de Publicação: 23 de junho de 2010

## Comunicado à Imprensa

# Standard & Poor's atribui ratings 'brA+' na Escala Nacional Brasil à Hypermarcas S.A. e à sua futura emissão de debêntures de R\$ 500 milhões

Analistas: Debora Confortini, São Paulo, (55) 11-3039-9752, [debora\\_confortini@standardandpoors.com](mailto:debora_confortini@standardandpoors.com); Flávia Bedran, São Paulo, (55) 11-3039-9758, [flavia\\_bedran@standardandpoors.com](mailto:flavia_bedran@standardandpoors.com)

## Resumo

- Os ratings da Hypermarcas S.A. refletem sua forte e historicamente estável margem operacional, associada a uma adequada liquidez e um histórico de integração de aquisições bem sucedida.
- Atribuímos os ratings 'brA+' na Escala Nacional Brasil à Hypermarcas e à sua futura emissão de debêntures no valor de R\$ 500 milhões. A perspectiva do rating de crédito corporativo é estável.
- Esperamos que a empresa mantenha uma estratégia de crescimento por meio de aquisições, mas sustentando métricas de crédito estáveis frente a um cenário de crescimento favorável.

## Ações de Rating

Em 23 de junho de 2010, a Standard & Poor's Ratings Services atribuiu os ratings 'brA+' na Escala Nacional Brasil à **Hypermarcas S.A.** ("Hypermarcas") e à sua futura emissão de debêntures. A perspectiva do rating de crédito corporativo é estável.

## Fundamentos

Os ratings da Hypermarcas, empresa do mercado de bens de consumo que atua nos segmentos de medicamento, beleza e higiene pessoal, limpeza e alimentos, refletem a adequada liquidez, caracterizada por uma confortável reserva de caixa; a sua rentabilidade favorável e historicamente estável quando comparada com seus competidores globais; os resultados positivos nas aquisições passadas; a diversificação em diferentes categorias de produtos e canais de distribuição; as economias de escala e escopo e sua eficiente logística. Por outro lado, esses pontos positivos são parcialmente compensados por sua agressiva estratégia de crescimento e os riscos de execução de seu plano de reposicionamento das marcas adquiridas; pelo seu endividamento relativamente elevado (incluindo obrigações por aquisições) com alguma concentração no curto prazo; e pela sua estratégia de investimentos relevantes em marketing para reposicionar e sustentar seu portfólio de marcas.

A Hypermarcas tem sido bem sucedida em sua estratégia de crescimento baseada em aquisições e reposicionamento de marcas e diversificação de portfólio de produtos. Além de ganhos de sinergia entre as diferentes marcas adquiridas, a empresa também tem se beneficiado do ambiente macroeconômico favorável, que tem favorecido particularmente os consumidores de seu mercado-alvo. Ainda assim, a estratégia de crescimento por aquisições expõe a Hypermarcas aos riscos de integração de ativos, reestruturação das operações, bem como despesas elevadas em marketing, com o objetivo de reposicionar e sustentar seu portfólio de marcas. Por outro lado, tal estratégia tem sido bem sucedida, o que se reflete no crescente poder de barganha da empresa com fornecedores de matéria-prima, ganhos de escala em função do aumento de suas operações e benefícios da diversificação de sua carteira de produtos em diferentes categorias e canais de venda, com particular ênfase no segmento de medicamentos. A margem EBITDA da empresa tem se mantido acima de 23%.

A Hypermarcas apresenta endividamento relativamente elevado, que na sua maior parte se refere a títulos a pagar relacionados a aquisições, que somam cerca de R\$ 1,4 bilhão, levando a uma dívida total ajustada sobre EBITDA de 4,2x e a um índice de geração interna de caixa sobre dívida

total de 22,8% em março de 2010. Embora a empresa deva fortalecer sua geração de caixa no médio prazo com a completa incorporação dos resultados de marcas recentemente adquiridas, para o que também deve contribuir a captura de sinergias e a maior eficiência operacional, projetamos em nosso cenário base que a empresa deva manter seu nível atual de alavancagem em função da estratégia de aquisições, sustentando um índice de dívida total ajustada sobre EBITDA de 4,0x no final de 2010, com gradual redução nos anos seguintes.

## Liquidez

A Hypermarcas reportou caixa de R\$ 641 milhões em 31 de março de 2010, que foi incrementado com a entrada de capital da nova oferta de ações realizada em abril de 2010, de R\$ 1,2 bilhão para a empresa. A sua posição de caixa somada à geração de caixa operacional positiva de R\$ 203 milhões nos últimos 12 meses findos em março de 2010 é adequada para atender seus vencimentos de dívida de curto prazo de R\$ 828,9 milhões, dos quais R\$ 462 milhões referem-se ao pagamento de aquisições anteriores e o restante a dívidas bancárias. A emissão de debêntures também vai contribuir para alongar o perfil de endividamento da empresa, que tem a maior parte dos vencimentos concentrada em 2010 e 2011. A dívida total ajustada da empresa foi de R\$ 2,4 bilhões no primeiro trimestre de 2010. Esperamos que a geração de caixa operacional da Hypermarcas se mantenha positiva e gradualmente crescente nos próximos anos, o que vai contribuir para limitar o aumento do seu endividamento considerando sua estratégia de crescimento agressiva principalmente baseada em aquisições.

## Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo reflete nossa expectativa de que a Hypermarcas manterá uma política financeira consistente com os níveis atuais de alavancagem, apesar de manter uma estratégia de crescimento com base em aquisições. Os ratings poderão ser elevados se a Hypermarcas reduzir sua alavancagem e melhorar sua geração de caixa a um patamar superior ao projetado, considerando uma dívida total ajustada sobre EBITDA consistentemente menor que 3,0x. Os ratings poderão ser rebaixados se a empresa demonstrar uma deterioração de sua liquidez e mudanças severas na rentabilidade, como decorrência de maior pressão de custo e de uma maior competição no mercado, apresentando uma dívida total ajustada sobre EBITDA constantemente acima de 5,0x e redução nas suas reservas de caixa.

## Artigos Relacionados

- “Criteria Methodology: Business Risk/Financial Risk Matrix Expanded,” 27 de maio de 2009.
- “2008 Corporate Criteria: Analytical Methodology,” 15 de abril de 2008.
- “Key Credit Factors: Business And Financial Risks In The Branded Consumer Products Industry,” 10 de setembro de 2008.

### LISTA DE RATINGS

Ratings Atribuídos	
<i>Rating de Crédito Corporativo</i>	
Escala Nacional Brasil	brA+/Estável/–
<i>Rating de Emissão</i>	
Futura emissão de debêntures, no valor de R\$ 500 milhões.	brA+

Copyright© 2010 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar

qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

**The McGraw-Hill Companies**

#### **4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e respectivos pareceres dos Auditores Independentes
- Informações Trimestrais (ITR) referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2009 e 2010, e respectivo relatório de revisão especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e respectivos pareceres dos Auditores Independentes
-

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Hypermarcas S.A. e  
Hypermarcas S.A. e  
empresas controladas**

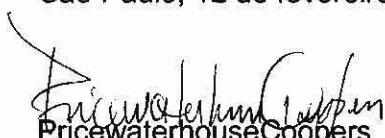
**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2009 e de 2008  
e parecer dos auditores independentes**

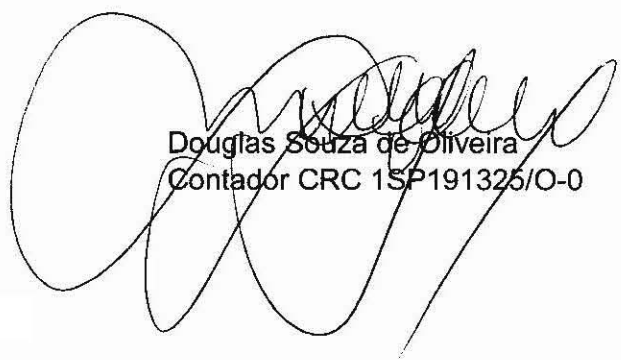
## **Parecer dos auditores independentes**

Aos Administradores e Acionistas  
Hypermarcas S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Hypermarcas S.A ("Companhia") e os balanços patrimoniais consolidados da Hypermarcas S.A e empresas controladas ("consolidado") em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia, bem como as demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hypermarcas S.A. e da Hypermarcas S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações da Companhia referentes aos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações, os fluxos de caixa consolidados e os valores adicionados consolidados nas operações desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2010

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Douglas Souza de Oliveira  
Contador CRC 1SP191325/O-0

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008		2009	2008	2009	2008
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	499.137	149.705	499.279	149.759	Fornecedores (Nota 14)	131.843	98.553	120.477	86.462
Contas a receber (Nota 6)	723.567	484.233	724.630	492.196	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	394.228	244.154	401.521	248.840
Estoques (Nota 7)	236.554	195.604	319.492	210.130	Salários e encargos sociais	37.211	25.542	46.158	27.476
Adiantamentos diversos	14.172	22.339	20.132	18.191	Imposto de renda e contribuição social (Nota 16 (c))	3.887	2.265	4.931	2.265
Impostos a recuperar (Nota 8)	197.808	74.571	206.499	82.584	Impostos a recolher (Nota 18)	13.345	25.348	73.769	27.302
Créditos tributários (Nota 16 (a))	18.588	79.236	27.916	84.047	Dividendos propostos (Nota 23(e))	27.685	27.685	27.685	27.685
Outros créditos	5.844	642	5.844	642	Contas a pagar (Nota 19)	124.339	131.786	129.879	136.794
Despesas antecipadas (Nota 9)	37.155	7.680	37.472	8.149	Títulos a pagar (Nota 20)	492.308	114.944	492.308	114.944
	<u>1.732.825</u>	<u>1.014.010</u>	<u>1.841.264</u>	<u>1.045.698</u>		<u>1.224.846</u>	<u>642.592</u>	<u>1.296.728</u>	<u>644.083</u>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo					Sociedades ligadas (Nota 17)	346			
Sociedades ligadas (Nota 17)	287	51		51	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	379.870	194.642	398.049	195.520
Créditos tributários (Nota 16 (a))	276.494	215.843	279.378	215.843	Imposto de renda e contribuição social (Nota 16 (c))	157.236	5.689	157.236	5.689
Impostos a recuperar (Nota 8)	772	1.327	1.280	1.327	Títulos a pagar (Nota 20)	928.642	756.976	928.642	756.976
Depósitos judiciais e outros	10.683	8.129	12.503	8.561	Outras contas a pagar (Nota 21)	29.563	16.397	29.563	16.546
Despesas antecipadas (Nota 9)	5.445	5.585	5.445	5.585	Provisão para contingências (Nota 24)	25.284	11.941	39.957	30.047
Investimentos temporários	16.187	7.729	16.187	7.729		<u>1.520.941</u>	<u>985.645</u>	<u>1.553.447</u>	<u>1.004.778</u>
	<u>309.868</u>	<u>238.664</u>	<u>314.793</u>	<u>239.096</u>					
<b>Investimentos</b>					<b>Patrimônio líquido (Nota 23)</b>				
Em controladas (Nota 10 (a))	132.646	68.284			Capital social	2.555.552	1.592.177	2.555.552	1.592.177
Outros investimentos	287	296	287	296	Reservas de capital	792.877	521.158	792.877	521.158
Imobilizado (Nota 11)	222.870	132.189	295.539	138.371	Reservas de lucros	88.881		88.881	
Intangível (Nota 12)	3.784.051	2.090.349	3.835.052	2.140.955	Prejuízos acumulados		(196.807)		(196.807)
Diferido (Nota 13)	550	973	550	973					
	<u>4.140.404</u>	<u>2.292.091</u>	<u>4.131.428</u>	<u>2.280.595</u>		<u>3.437.310</u>	<u>1.916.528</u>	<u>3.437.310</u>	<u>1.916.528</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>6.183.097</u>	<u>3.544.765</u>	<u>6.287.485</u>	<u>3.565.389</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>6.183.097</u>	<u>3.544.765</u>	<u>6.287.485</u>	<u>3.565.389</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Demonstrações do resultado

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Receita bruta de vendas</b>				
Mercado interno	2.613.672	1.587.439	2.613.838	1.769.783
Mercado externo	17.244	9.377	17.713	11.152
Deduções de vendas	(560.154)	(370.511)	(606.279)	(447.941)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>2.070.762</b>	<b>1.226.305</b>	<b>2.025.272</b>	<b>1.332.994</b>
Custo dos produtos vendidos	(920.705)	(482.064)	(842.938)	(534.938)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.150.057</b>	<b>744.241</b>	<b>1.182.334</b>	<b>798.056</b>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>				
Despesas com vendas e marketing (Nota 22 (a))	(658.500)	(409.222)	(663.701)	(437.355)
Despesas administrativas, gerais e tributárias (Nota 22 (b))	(120.761)	(63.192)	(128.071)	(72.521)
Outras despesas operacionais, líquidas	81.617	(8.422)	73.969	(7.423)
<b>Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>452.413</b>	<b>263.405</b>	<b>464.531</b>	<b>280.757</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>				
Participações em sociedades controladas (Nota 10 (b))	16.878	7.286		
Amortizações de (ágios) deságios, líquido		(330.847)		(332.692)
	<b>16.878</b>	<b>(323.561)</b>		<b>(332.692)</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Despesas financeiras (Nota 22 (c))	(37.523)	(311.005)	(35.596)	(318.460)
Receitas financeiras (Nota 22 (d))	50.551	46.986	50.180	48.306
	<b>13.028</b>	<b>(264.019)</b>	<b>14.584</b>	<b>(270.154)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>482.319</b>	<b>(324.175)</b>	<b>479.115</b>	<b>(322.089)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Corrente (Nota 16)	76.190	18.321	71.992	15.091
Diferido (Nota 16)	(245.136)	97.978	(237.734)	99.122
	<b>(168.946)</b>	<b>116.299</b>	<b>(165.742)</b>	<b>114.213</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>313.373</b>	<b>(207.876)</b>	<b>313.373</b>	<b>(207.876)</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social no final do exercício</b>	<b>0,6512</b>	<b>(1,0467)</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital	Reservas de capital		Reservas de lucros			Total
		Ágio na emissão de ações	Opção de compra de ações	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>							
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 23 (c))	410.650	240.200		2.024	38.455	(29.410)	691.329 (29.410)
Saldo de abertura ajustado	410.650	240.200					661.919
Distribuição pública primária de ações ordinárias	308.081	304.309 (23.351)		2.024	38.455	(29.410)	612.390 (23.351)
Custos incorridos delib. CVM 556/08							873.446
Integralização de capital - incorporação de ações (Nota 12)	873.446					(207.876)	(207.876)
Prejuízo do exercício				(2.024)	(38.455)	40.479	
Absorção de prejuízos com reservas de lucros							
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>	1.592.177	521.158				(196.807)	1.916.528
Distribuição pública primária de ações ordinárias	281.750	281.750 (15.271)					563.500 (15.271)
Custos incorridos delib. CVM 556/08							681.625
Integralização de capital - incorporação de ações (Nota 12)	681.625		5.240		83.053	313.373 (83.053)	5.240 313.373
Opção de compra de ações (Nota 23 (b))						(5.828)	
Lucro do exercício				5.828		(27.685)	(27.685)
Constituição de reserva de lucros							
Constituição de reserva legal (Nota 23 (d))							
Dividendos propostos							
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	2.555.552	787.637	5.240	5.828	83.053		3.437.310

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

## Demonstrações do fluxo de caixa

financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	482.319	(324.175)	479.115	(322.089)
<b>Ajustes</b>				
Depreciação e amortização	32.015	29.950	38.506	32.426
Amortização de ágios		330.847		332.692
Resultado na venda de ativos permanentes	(438)	(82)	(517)	(260)
Equivalência patrimonial	(16.878)	(7.286)		
(Ganhos) Perdas cambiais	(113.590)	248.019	(114.675)	251.621
Despesas de juros	100.562	16.000	100.091	18.533
Despesas de stock options	5.240		5.240	
<b>Resultado ajustado</b>	<b>489.230</b>	<b>293.273</b>	<b>507.760</b>	<b>312.923</b>
Redução (aumento) nas contas de ativos				
Contas a receber de clientes	(126.311)	(167.731)	(119.411)	(187.450)
Estoques	(44.632)	(26.087)	(31.986)	(23.634)
Impostos a recuperar	(117.010)	(34.390)	(117.852)	(42.688)
Depósitos judiciais e outros	(517)	(159)	(812)	(587)
Demais contas a receber	(19.251)	4.650	(28.671)	6.980
Aumento (redução) nas contas de passivos				
Fornecedores	27.680	6.656	3.713	39.101
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.758)	(217)	(12.912)	(2.556)
Impostos a recolher	(20.912)	(9.904)	37.558	(10.224)
Salários e encargos sociais	(1)	3.566	1.987	3.383
Contas a pagar	(6.756)	20.756	(7.397)	9.682
Juros pagos	(2.155)	(2.436)	668	(3.696)
Outras contas a pagar	(35.560)	(9.216)	(39.141)	(14.589)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>134.047</b>	<b>78.761</b>	<b>193.504</b>	<b>86.645</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de empresas controladas menos caixas líquidos na aquisição	(369.330)	(447.207)	(369.330)	(387.429)
Compra de ativo imobilizado	(20.445)	(10.020)	(29.980)	(13.171)
Gastos com diferido		(334)		(334)
Compra de intangíveis	(14.579)	(11.025)	(14.810)	(11.100)
Recebimento pela venda de equipamentos	1.154	686	1.448	1.086
Juros recebidos de aplicações	46.352	45.401	46.352	46.214
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(356.848)</b>	<b>(422.499)</b>	<b>(366.320)</b>	<b>(364.734)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Recebimento pela emissão de ações	540.362	577.010	540.362	577.010
Integralização de capital				50
Recebimento por empréstimos tomados	433.819	186.704	339.778	119.833
Pagamento de empréstimos e mútuos	(378.291)	(365.306)	(331.578)	(361.310)
Juros recebidos				
Juros pagos por empréstimos	(23.657)	(4.185)	(26.226)	(7.065)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>572.233</b>	<b>394.223</b>	<b>522.336</b>	<b>328.518</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>349.432</b>	<b>50.485</b>	<b>349.520</b>	<b>50.429</b>
<b>Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>				
No início do período	149.705	99.220	149.759	99.330
No fim do período	499.137	149.705	499.279	149.759
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>349.432</b>	<b>50.485</b>	<b>349.520</b>	<b>50.429</b>
<b>Transações que não afetam o caixa</b>				
Aquisição de ativo imobilizado por meio de arrendamento mercantil	2.269		2.415	
Aquisição de marcas e direitos de uso	16.250	71.810	16.250	71.810
Aquisição de empresas	764.662	103.060	764.662	103.060
Aquisição de empresas com emissão de ações / troca de ações	681.625	873.446	681.625	873.446
	<b>1.464.806</b>	<b>1.048.316</b>	<b>1.464.952</b>	<b>1.048.316</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

## Demonstrações do valor adicionado

financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Demonstração do valor adicionado do exercício</b>				
Receita				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.630.916	1.596.817	2.631.551	1.780.936
Outras receitas	95.199	544	99.473	1.180
Provisão para devedores duvidosos	(15.938)	(6.224)	(15.939)	(6.443)
	<u>2.710.177</u>	<u>1.591.137</u>	<u>2.715.085</u>	<u>1.775.673</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custo dos materiais, das mercadorias e dos serviços vendidos	(920.672)	(490.642)	(832.181)	(536.200)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(898.945)	(499.566)	(933.612)	(585.461)
	<u>(1.819.617)</u>	<u>(990.208)</u>	<u>(1.765.793)</u>	<u>(1.121.661)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>890.560</u>	<u>600.929</u>	<u>949.292</u>	<u>654.012</u>
<b>Depreciação amortização</b>	<u>(32.014)</u>	<u>(360.798)</u>	<u>(38.508)</u>	<u>(365.118)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>858.546</u>	<u>240.131</u>	<u>910.784</u>	<u>288.894</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado da equivalência patrimonial	16.878	7.286		
Receitas financeiras	50.551	46.986	52.156	48.306
	<u>67.429</u>	<u>54.272</u>	<u>52.156</u>	<u>48.306</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>925.975</u>	<u>294.403</u>	<u>962.940</u>	<u>337.200</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<u>925.975</u>	<u>294.403</u>	<u>962.940</u>	<u>337.200</u>
Pessoal e encargos	188.599	113.160	241.987	138.053
Remuneração direta	152.874	91.412	184.586	111.926
Benefícios	35.725	21.748	57.401	26.127
Impostos, taxas e contribuições	372.988	68.958	350.245	74.730
Federais	189.386	(5.180)	207.853	(2.231)
Estaduais	181.403	72.570	138.625	75.096
Municipais	2.199	1.568	3.767	1.865
Financiadores	51.015	320.161	57.335	332.293
Juros	35.188	311.005	35.018	318.459
Aluguéis	15.827	9.156	22.317	13.834
Lucros retidos/(prejuízo do exercício)	313.373	(207.876)	313.373	(207.876)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

#### 1 Contexto operacional

A Hypermarcas é uma companhia brasileira de bens de consumo de massa e atua em quatro principais linhas de negócio, com um amplo portfólio de marcas tradicionais: (i) higiene e limpeza; (ii) alimentos; (iii) beleza e higiene pessoal; e (iv) medicamentos isentos e com prescrição médica. Dentre as inúmeras marcas de nosso portfólio, destacam-se: Assolan, Mat Inset, Etti, Salsaretti, Finn, Zero Cal, Monange, Paixão, Cenoura & Bronze, Avanço, Rastro, Três Marchand, Éh!, Apracur, Atroveran, Benegrip, Biotônico Fontoura, Doril, Engov, Epocler, Estomazil, Gelol, Lactopurga, Melhoral, Merthiolate, Rinosoro, Lisador, Tamarine, Lucretin, Bozzano, NY.Looks, Personna, Risqué, Biocolor, Biorene, Pom Pom, Bigfral, Olla e Neo Química Genéricos.

A produção de mercadorias relacionadas aos segmentos farmacêutico, beleza e higiene pessoal são substancialmente realizadas na controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.

Os parques fabris e centros de distribuição estão localizados em Barueri – SP, Araçatuba – SP, Taboão da Serra – SP, Cajamar – SP, São Roque – SP, Guarulhos – SP, Goiânia – GO, Anápolis – GO, Itajaí – SC, Porto Alegre – RS, Contagem – MG, São Paulo – SP e Maceió – AL.

#### Estrutura societária

Em 16 de abril de 2008, foi deferido, pela CVM, o registro de companhia aberta da Hypermarcas S.A. no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA para negociação de ações ordinárias de sua emissão.

Em 23 de julho de 2009 foi efetuada nova distribuição pública primária de ações.

Os recursos obtidos com a oferta estão sendo utilizados principalmente na aquisição de novas empresas, ativos e marcas, e no lançamento de novos produtos.

Desde o início de suas operações, a Companhia realizou diversas transações societárias alinhadas com sua estratégia de ampliação e investimento em um portfólio de marcas e produtos.

As aquisições representam foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas à obtenção de sinergias na estrutura de vendas, distribuição, operacional e administrativa, bem como no aproveitamento do potencial de expansão não explorado de marcas adormecidas. As seguintes principais transações societárias e/ou aquisições de marcas e direitos de uso foram efetuadas, realizadas com terceiros, e cujos detalhes estão resumidos na Nota 12.

- 2007 – Aquisições estratégicas nos negócios de: (i) alimentos, cosméticos e medicamentos, principalmente representados pela DM Indústria Farmacêutica Ltda., Finn Administradora de Marcas Ltda. e Éh Cosméticos S.A. (50%), e (ii) de inseticidas e desodorizadores sanitários, com a aquisição da Sul Química Ltda. Nesse mesmo ano, essas empresas foram incorporadas na Companhia, assim como a Etti Produtos Alimentícios Ltda., a Quimivale Industrial Ltda. e a Distribuidora Clean Ltda., empresas adquiridas até 2006.



# **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

## **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação**

---

- 2008 – As principais aquisições nesse ano foram o Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – Farmasa, do segmento de medicamentos, a Niasi Indústria e Comércio Ltda. (atual Cosmed) e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda., do ramo de produtos de beleza e a Ceil Comércio e Distribuidora Ltda., negócio de higiene pessoal e cosméticos. Excetuando-se a Niasi, as demais empresas foram incorporadas pela Companhia em 2008.
- 2009 – A Companhia, através de processos de cisão parcial e incorporação, decidiu concentrar em sua controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., as operações fabris de medicamentos, beleza e higiene pessoal (Nota 4 (r)). No segundo semestre foram adquiridas as empresas Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda, Indústria Nacional de Artefatos de Látex Ltda. (Inal) e Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2010. Nessa mesma reunião foram também aprovados: (i) os estudos técnicos de viabilidade de que tratam os artigos 4o. e 6o. da Instrução CVM no. 371/02 (registro de créditos tributários diferidos) e (ii) análise da recuperação do valor dos ágios como previsto na Instrução CVM no. 319/99 e no CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM no. 527/07.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Na elaboração de demonstrações financeiras foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas referentes a provisões para perdas com créditos, obsolescência de estoques, à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, contingências passivas, determinação de provisão para imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

## **3 Alteração na Lei das Sociedades por Ações**

Com a promulgação das Leis no. 11.638/2007 e 11.941/2009, foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei no. 6.404/76 sobre matéria contábil, com vigência a partir das demonstrações financeiras de 2008 e aplicáveis a todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto e sociedades de grande porte.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Leis, foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação**

---

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei no. 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da 11.941/2009 aplicáveis à Companhia e sua controlada, adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009, foram as seguintes:

- a) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- b) Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme regulamentação do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.
- c) Criação de novo subgrupo de contas, denominado "Intangível", que inclui o ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial.
- d) Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido (teste de "impairment"), conforme regulamentado pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.
- e) Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, seguindo os critérios regulamentados pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente.
- f) Reserva de reavaliação de ativos. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a lei entrar em vigor, sendo no caso 31 de dezembro de 2008.
- g) Requerimentos de que instrumentos financeiros sejam classificados pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses contratos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, custos de transição atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- h) Custos incorridos na emissão de ações. Os custos incorridos na captação de recursos quando da emissão de ações, tais como, comissões pagas a instituições financeiras, honorários de consultores, auditores independentes, etc., passaram a ser registrados diretamente na conta de Reserva de Capital, a qual registrou os prêmios recebidos nas emissões de novas ações.
- i) Revogação e restrição de lançamentos nas contas "Ativo Diferido", onde os saldos existentes foram substancialmente reclassificados para o "Ativo Intangível".
- j) Eliminação das contas de Receitas e Despesas não operacionais na demonstração do resultado, sendo os referidos saldos reclassificados para Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais.

# **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

## **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

- k) Plano de opções de ações. A despesa referente ao Plano de opções de ações, quando houver, deve ser reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício, a qual é representada pelos benefícios dessas opções outorgadas a administradores e empregados.

#### **4 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

##### **(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

##### **(b) Instrumentos financeiros**

###### **(i) Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

##### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

##### **Valor justo**

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

#### (ii) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre seus títulos a pagar. Esses derivativos não são utilizados para fins especulativos e são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados também ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 27 (i).

#### (c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

#### (d) Estoques

Os estoques de matérias-primas e embalagens são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

#### (e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação**

---

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 16).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros, trazidos a valor presente (Nota 16 (b)). Essas projeções, são baseadas em estudos técnicos elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos tributários relacionados a ágios apurados de acordo com as Instruções CVM 319 e 349, isto é, líquidos da provisão para realização tributária, estão apresentados pelos seus valores de realização. Os referidos ágios estão fundamentados em expectativa de rentabilidade futura.

**(f) Investimentos em controladas**

**(i) Custo e/ou valor patrimonial**

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo os ajustes reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia.

**(ii) Ágio**

O ágio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio é registrado no grupo de intangível.

Os ágios apurados pela controladora nas aquisições de empresas incorporadas estão fundamentados em rentabilidade futura. Até 31 de dezembro de 2008, os ágios eram amortizados, e a partir desta data, os saldos são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável – “Impairment”.

Os ágios das empresas incorporadas foram transferidos para Intangível, assim como o ágio da empresa consolidada.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece perdas adicionais, em virtude de obrigações ou pagamentos em nome dessas sociedades.

**(g) Conversão em moeda estrangeira**

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **(h) Imobilizado**

Terrenos, edificações máquinas e instalações compreendem principalmente fábricas e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

#### **(i) Intangível**

##### **Pesquisa e desenvolvimento**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos.

##### **Programas de computador (softwares)**

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos relacionados a implantação de sistemas, principalmente, serviços de consultoria, são reconhecidos como ativo e são amortizados usando-se o método linear.

##### **Ágio**

Os ágios das empresas incorporadas e também os ágios das empresas consolidadas são classificados no intangível.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

#### (j) **Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

#### (k) **Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na Nota 11.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

#### (l) **Diferido** - formado principalmente por despesas pré-operacionais e de reorganização; é amortizado no período de até dez anos.

#### (m) **Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e Instrução CVM 489 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros, o Empréstimo Fomentar e o Parcelamento PAEX são contabilizados aos seus valores presentes conforme Deliberação CVM 564/08.

# **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

## **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

#### **(n) Plano de outorga de opções de compra de ações**

O valor justo das ações outorgadas pela Companhia a colaboradores e executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Nas datas dos balanços, é revisada a estimativa quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece-se, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido, o efeito decorrente da revisão dessa estimativa inicial.

#### **(o) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

#### **(p) Apuração do resultado e reconhecimento de receita**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador.

#### **(q) Resultado por ação**

Calculado considerando-se o número total de ações existente na data de encerramento dos exercícios, excluídas as ações mantidas em tesouraria, quando existirem.

#### **(r) Demonstrações financeiras consolidadas e critérios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Assim sendo, são eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas de ativos e passivos, e as receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas controladas. Os lucros não realizados entre as empresas são eliminados.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2008 abrangem as demonstrações financeiras da controladora Hypermarcas S.A. e da controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (atual denominação da Niasi). Na controladora, as demonstrações de resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado abrangem também as operações do mês de dezembro de 2008 das controladas incorporadas em 29 de dezembro de 2008: ÉH Cosméticos S.A., Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – FARMASA, CEIL Comércio e Distribuidora Ltda., e APROV Comércio de Cosméticos Ltda.



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2009 abrangem as demonstrações financeiras da controladora Hypermarcas S.A. e das controladas Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (atual denominação da Niasi) e My Agência de Propaganda Ltda. (apenas 2009).

Contempla também as operações concomitantes de cisão parcial da Hypermarcas, incorporação pela Cosmed do acervo cindido e aumento de capital na Hypermarcas mediante incorporação de ações da Cosmed, de modo que a participação acionária, o número de ações e o Capital Social da Hypermarcas permaneceram os mesmos de antes dos referidos atos. As variações nos saldos das contas, entre a data do laudo e a data da efetiva da incorporação, foram tratadas como mútuo.

Na controladora, as demonstrações de resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado abrangem também as operações dos meses de novembro e dezembro de 2009 das controladas incorporadas em 31 de dezembro de 2009: Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda., Indústria Nacional de Artefatos de Látex Ltda. (Inal), Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A. e Hypernova Medicamentos Participações S.A.

Os referidos atos societários de incorporação foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2009 e 30 de dezembro de 2009.

A seguir, demonstramos os principais saldos dos balanços patrimoniais das empresas cindida, cindenda e incorporadas:

Cisão e incorporação em junho de 2009:

			30/06/2009
	Saldo antes da	Parcela	Saldo após
	Cisão	cindida	Cisão
Hypermarcas S.A.			
Balanco patrimonial:			
Ativo			
Circulante	1.075.475	(81.752)	993.723
Não circulante	2.591.203	(62.862)	2.528.341
Total do ativo	3.666.678	(144.614)	3.522.064
Passivo			
Circulante	754.104	(45.698)	708.406
Não circulante	725.259	(51.169)	674.090
Patrimônio líquido	2.187.315	(47.747)	2.139.568
Total do passivo e patrimônio líquido	3.666.678	(144.614)	3.522.064

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

	30/06/2009		
	Saldo antes da Incorporação	Parcela incorporada	Saldo após Incorporação
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.			
Balanço patrimonial:			
Ativo			
Circulante	23.478	81.752	105.230
Não circulante	48.372	34.900	83.272
Total do Ativo	71.850	116.652	188.502
Passivo			
Circulante	29.885	45.698	75.583
Não circulante	15.690	23.207	38.897
Patrimônio líquido	26.275	47.747	74.022
Total do passivo e patrimônio líquido	71.850	116.652	188.502

Incorporações efetuadas pela Hypermarcas S.A. em dezembro de 2009:

	Pom Pom	Inal	Hypernova	Neo Química
Balanço patrimonial:				
Ativo				
Circulante	63.518	35.149		199.517
Não circulante	7.495	6.523	1.368.926	158.155
Total do Ativo	71.013	41.672	1.368.926	357.672
Passivo				
Circulante	33.884	25.654	225.685	70.544
Não circulante	64.828		225.685	81.940
Patrimônio líquido	(27.699)	16.018	917.556	205.188
Total do passivo e patrimônio líquido	71.013	41.672	1.368.926	357.672

### Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1o. de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

#### (a) Pronunciamentos

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

- . CPC 15 - Combinação de negócios
- . CPC 16 - Estoques
- . CPC 18 - Investimentos em coligadas
- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 21 - Demonstração intermediária
- . CPC 22 - Informação por segmento
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 - Eventos subsequentes
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- . CPC 36 - Demonstrações consolidadas
- . CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- . CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- . CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- . CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação

#### (b) Interpretações

- . ICPC 04 - Alcance do CPC10 - Pagamento baseado em ações
- . ICPC 05 - CPC 10 - Pagamento baseado em ações
- . ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- . ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- . ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28
- . ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e bancos	11.520	6.713	11.662	6.767
Aplicações financeiras:				
Debêntures – Operações compromissadas	299.832	4.844	299.832	4.844
Fundo de renda fixa		34.465		34.465
CDB	172.355	102.845	172.355	102.845
Outras	15.430	838	15.430	838
	487.617	142.992	487.617	142.992
	499.137	149.705	499.279	149.759

As operações compromissadas têm rendimento entre 99% e 104% da variação do CDI (com média ponderada de 102,6%). Os CDBs têm rendimento entre 100% e 105,0% da variação do CDI (com média ponderada de 101,9%).

#### 6 Contas a receber

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Cientes no país	769.997	509.401	771.060	517.374
Cientes no exterior	2.023	116	2.023	116
	<u>772.020</u>	<u>509.517</u>	<u>773.083</u>	<u>517.490</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.453)	(25.284)	(48.453)	(25.294)
	<u>723.567</u>	<u>484.233</u>	<u>724.630</u>	<u>492.196</u>

## 7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Produto acabado e revenda	148.271	115.772	180.401	122.994
Produto semi-acabado	30.351	22.675	34.929	26.851
Matéria-prima	54.070	63.185	106.039	66.652
Manutenção e suprimentos	14.674	14.460	20.450	14.479
Provisão para realização de estoque	(10.812)	(20.488)	(22.327)	(20.846)
	<u>236.554</u>	<u>195.604</u>	<u>319.492</u>	<u>210.130</u>

## 8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
IRPJ a recuperar	1.646	178	1.985	517
CSLL a recuperar	1.462	549	1.588	675
Impostos federais (Pis/Cofins/IPI/outros)	74.169	29.932	82.033	30.147
ICMS (saldo credor e substituição tributária)	121.303	45.239	122.173	52.572
	<u>198.580</u>	<u>75.898</u>	<u>207.779</u>	<u>83.911</u>
Circulante	<u>197.808</u>	<u>74.571</u>	<u>206.499</u>	<u>82.584</u>
Não circulante	<u>772</u>	<u>1.327</u>	<u>1.280</u>	<u>1.327</u>

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### 9 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Comissão carta fiança (i)	5.585	7.896	5.585	7.896
Despesas com publicidade e propaganda (ii)	29.949	3.611	29.949	3.611
Outros	7.066	1.758	7.383	2.227
	42.600	13.265	42.917	13.734
Circulante	37.155	7.680	37.472	8.149
Não circulante	5.445	5.585	5.445	5.585

- (i) Refere-se a comissão do coordenador líder na obtenção da carta de fiança para garantir a dívida junto ao ex-quotista da DM Indústria Farmacêutica Ltda., conforme mencionado na Nota 20. O prazo original da carta de fiança é de 5 anos e o valor pago vem sendo amortizado linearmente.
- (ii) O saldo é composto principalmente por publicidade que será veiculada durante os jogos de futebol do campeonato brasileiro, campeonatos regionais e copa do mundo.

#### 10 Investimentos em controladas

##### (a) Movimentação dos investimentos

	Cosmed		My		Total
	Custo	Ágio	Custo	Ágio	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	17.727	50.557			68.284
Aquisição	47.747		10		47.757
Equivalência patrimonial	16.705		173		16.878
Outros		(273)			(273)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	82.179	50.284	183		132.646

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### (b) Equivalência patrimonial

	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009	Participação %	Resultado acumulado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro 2009	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009	Resultado acumulado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2008	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2008
Éh Cosméticos S.A.(i)		100%			(2.758)	
Laboratório Americano de Farmocoterapia S.A – Farmasa (i)		100%			(7.623)	
Ceíl Comércio e Distribuidora Ltda. (i)		100%			10.143	
Aprov Comércio de Cosméticos Ltda. (i)		100%			8.523	
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (ii)	82.179	100%	16.705	82.179	(999)	17.727
My Agência de Propaganda Ltda.	183	99,9%	173	183		
			16.878	82.362	7.286	17.727

( i ) Empresas incorporadas em 2008.

( ii ) A Hypermarcas é detentora de 100% das 117.894.037 ações da Cosmed.

Os detalhes sobre o histórico de aquisição de empresas e constituição dos respectivos ágios estão demonstrados na Nota 12.

## 11 Imobilizado

### Controladora

		Edificações	Máquinas e equipamentos	Ferramentas	Provisão					
		Terrenos	benfeitorias e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	evasilhames e outros	Total em operação	Obras em andamento	para Imobilizado perdas	total
Saldos em 31 de dezembro de 2008		2.170	21.645	85.665	401	4.106	4.635	118.622	16.468	(2.901)
Adições por Incorporação		190	53.631	57.995	545	4.201	654	117.216	31.627	148.843
Adições Cisão COSMED			853	8.822	124	914	4.873	15.586	7.128	22.714
30.06.2009		(130)	(3.506)	(42.353)	(319)	(2.214)	(2.410)	(50.932)	(12.511)	(63.443)
Alienação				(288)	(59)	(342)	(2)	(691)	35	(656)
Transferência			4.570	(188)	(40)		139	4.481	(4.487)	(6)
Depreciação/amortização			(1.677)	(13.115)	(111)	(628)	(1.240)	(16.771)		(16.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2009		2.230	75.516	96.538	541	6.037	6.649	187.511	38.260	(2.901)
Custo total		2.230	93.853	226.479	2.405	11.469	13.603	350.039	38.260	388.299
Depreciação acumulada			(18.337)	(129.941)	(1.864)	(5.432)	(6.954)	(162.528)	(2.901)	(165.429)
Valor residual		2.230	75.516	96.538	541	6.037	6.649	187.511	38.260	(2.901)
Taxas anuais médias de depreciação - %		4	13,43	20	10	20				

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### Consolidado

	Terreno	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas e materiais e outros	Total em operação	Obras em andamento	Provisão para perdas	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.170	21.645	89.578	401	4.560	5.654	124.008	17.264	(2.901)	138.371
Adições por Incorporação	189	53.631	57.995	545	4.202	654	117.216	31.627		148.843
Adições		853	12.941	124	1.005	6.346	21.269	11.130		32.399
Alienação			(435)	(81)	(386)	(2)	(904)	35		(869)
Transferência		4.570	(187)	(40)		139	4.482	(4.488)		(6)
Depreciação/amortização		(1.944)	(18.191)	(161)	(904)	(1.999)	(23.199)			(23.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.359	78.755	141.701	788	8.477	10.792	242.872	55.568	(2.901)	295.539
Custo total	2.359	98.935	333.100	3.914	18.169	23.542	480.019	55.568		535.587
Depreciação acumulada		(20.180)	(191.399)	(3.126)	(9.692)	(12.750)	(237.147)		(2.901)	(240.048)
Valor residual	2.359	78.755	141.701	788	8.477	10.792	242.872	55.568	(2.901)	295.539
Taxas anuais médias de depreciação - %		4	14,58	20	10	20				

## 12 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ágio em empresa não incorporada				
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.			50.284	50.557
Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas				
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.	1.155.206		1.155.206	
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029	743.029	743.029	743.029
Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. - Farmasa	666.808	666.808	666.808	666.808
Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda.	318.093		318.093	
Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.	280.147	281.905	280.147	281.905
Inal – Indústria Nacional do Látex S.A.	184.271		184.271	
Ceil Comércio e Distribuidora Ltda.	148.886	146.899	148.886	146.899
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	33.955	33.955	33.955	33.955
Sul Química Ltda.	32.491	32.491	32.491	32.491
Etti Produtos Alimentícios Ltda.	18.319	18.319	18.319	18.319
Finn Administradora de Marcas Ltda.	17.857	17.857	17.857	17.857
Êh Cosméticos S.A.	15.963	15.963	15.963	15.963
Quimivale Industrial Ltda e Distribuidora Clean Ltda.	10.231	10.231	10.231	10.231
Castro Verde Participações Ltda.	(129)	(129)	(129)	(129)
	3.625.127	1.967.328	3.675.411	2.017.885
Direitos de uso	58.033	44.075	58.427	44.085
Marcas e patentes	71.826	68.343	72.129	68.343
Implantação de sistemas	8.793	10.124	8.813	10.163
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	20.272	479	20.272	479
	3.784.051	2.090.349	3.835.052	2.140.955

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação**

---

- . Cosmed e Aprov - Em outubro de 2008, foram adquiridas as empresas Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (atual denominação da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda.) e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda., pelo valor total de R\$ 366.000, reduzido a R\$ 328.400 após ajustes contratuais. A Aprov foi incorporada em dezembro de 2008.
- . Pom Pom - Em novembro de 2009, foi adquirida a Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. pelo montante de R\$ 300 milhões, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 328 milhões. A empresa foi incorporada em dezembro de 2009.
- . INAL - Em dezembro de 2009, foi adquirida a Indústria Nacional de Artefatos de Látex (Inal) pelo montante de R\$ 212.619, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 201.483. A empresa foi incorporada em dezembro de 2009.
- . Neo Química – Em 1o. de dezembro a companhia adquiriu a totalidade das ações da Hypernova. Esta empresa foi utilizada como “veículo” na aquisição do Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A., conforme acordo de incorporação de ações de 6 de dezembro de 2009, visando a incorporação de todas as ações representativas do capital social da Neo Química ao patrimônio da Hypermarcas. O valor total da operação foi de R\$ 1.368.926, sendo que uma parcela deste valor foi representada por 35.000.000 ações ordinárias, após desdobramento, emitidas pela Hypermarcas, em favor dos antigos acionistas da Neo Química, correspondentes a 7,3% do capital e que resultou num aumento do capital social R\$ 681.625. A referida transação resultou em um ágio de R\$ 1.163.738. A Hypernova e a Neo Química foram incorporadas a Hypermarcas em 2009.
- . DM - Em junho de 2007, a DM Indústria Farmacêutica Ltda. foi adquirida pelo montante de R\$ 1.191.689 resultando em ágio por aproximadamente o mesmo montante. Na mesma data, houve um aumento de capital no montante de R\$ 112.166, mediante a subscrição e integralização de novas quotas. A empresa foi incorporada em outubro de 2007.
- . Farmasa - Em 1o. de junho de 2008, a Companhia e o Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.– FARMASA, firmaram Acordo de Incorporação de Ações, visando à incorporação de todas as ações representativas do capital social do FARMASA ao patrimônio líquido da Hypermarcas, tendo como contrapartida a subscrição, para acionistas do FARMASA, de novas ações da Hypermarcas. Em decorrência desta incorporação, o capital social subscrito e integralizado da Hypermarcas foi aumentado em R\$ 873.446, com a emissão de 39.720.140 ações ordinárias, representativas de 20% do seu capital social. O Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações estabeleceu que a incorporação das ações gerou efeitos a partir de 1o. de julho de 2008, data da efetivação da operação. A referida transação resultou em ágio de R\$ 732.254. A empresa foi incorporada em dezembro de 2008.
- . Ceil - Em 28 de julho de 2008, a Ceil Comércio e Distribuidora Ltda. foi adquirida pelo montante de R\$ 173.388, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 160.357. A empresa foi incorporada em dezembro de 2008.



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

- Sul Química - Em março de 2007 a Companhia adquiriu 90% de participação acionária na empresa Sul Química Ltda., no montante de R\$ 50.566, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 42.345. Em setembro de 2007, a companhia adquiriu os 10% de participação restantes, pelo montante de R\$ 8.900, resultando em ágio complementar de aproximadamente R\$ 7.700. A empresa foi incorporada em outubro de 2007.
- Etti - Em março de 2006, a Companhia adquiriu o controle da Etti Produtos Alimentícios Ltda., pelo valor de R\$ 71.400, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 40.035. A empresa foi incorporada em janeiro de 2007.
- Finn - Em março de 2007, foi adquirida 100% da Finn Administradora de Marcas Ltda. no montante de R\$ 27.477. A empresa foi incorporada em outubro de 2007.
- Éh Cosméticos - Em março de 2007, adquiriu 50% do controle acionário da Éh Cosméticos S.A. no montante de R\$ 12.800. Em janeiro de 2008, a Companhia adquiriu os 50% restantes, pelo montante de R\$ 13.510, resultando em ágio complementar de aproximadamente R\$ 12.150. A empresa foi incorporada em dezembro de 2008.
- Quimivale e Clean - Em fevereiro de 2005, a Companhia adquiriu o controle da Quimivale e Distribuidora Clean (através do controle de sua holding Baule Participações S.A., posteriormente incorporada na Hypermarcas), pelo montante de aproximadamente R\$ 34.700. As empresas foram incorporadas em novembro de 2007.

Os ágios se baseiam em rentabilidade futura e estão suportados por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital de Giro (WACC na sigla em inglês).

### Movimentação dos saldos

#### Controladora

	Direitos de uso	Marcas e patentes	Implantação de sistemas	Pesquisa e desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	44.075	68.343	10.124	479	1.967.328	2.090.349
Adições por Incorporação	3.174	164	123	16.992		20.453
Adições	23.135	3.622	969	3.102	1.657.799	1.688.627
Cisão COSMED 30.06.09	(200)	(303)				(503)
Alienação	(61)					(61)
Transferência	134		(127)			7
Amortização	(12.224)		(2.296)	(301)		(14.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	58.033	71.826	8.793	20.272	3.625.127	3.784.051
Custo total	87.957	71.846	18.159	22.819	3.625.127	3.825.908
Amortização acumulada	(29.924)	(20)	(9.366)	(2.547)		(41.857)
Valor residual	58.033	71.826	8.793	20.272	3.625.127	3.784.051
Taxas anuais de amortização - %	20		20	20		

#### Consolidado

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

	Direitos de uso	Marcas e patentes	Implantação de sistemas	Pesquisa e desenvolvimento de produtos e outros	Ágios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	44.085	68.343	10.163	479	2.017.885	2.140.955
Aquisição por incorporação	3.174	164	123	16.992		20.453
Aquisição	23.363	3.622	970	3.102	1.657.526	1.688.583
Alienação	(61)					(61)
Transferência	124		(118)			6
Amortização	(12.258)		(2.325)	(301)		(14.884)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	58.427	72.129	8.813	20.272	3.675.411	3.835.052
Custo total	89.882	72.149	18.373	22.819	3.675.411	3.878.634
Amortização acumulada	(31.455)	(20)	(9.560)	(2.547)		(43.582)
Valor residual	58.427	72.129	8.813	20.272	3.675.411	3.835.052
Taxas anuais de amortização - %	20		20	20		

## 13 Diferido – Despesas pré-operacionais

### Controladora e consolidado

	Despesas pré-operacionais
Saldos em 31 de dezembro de 2008	973
Amortização	(423)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	550
Custo total	4.094
Amortização acumulada	(3.544)
Valor residual	550
Taxas anuais de amortização- %	20%

Conforme permitido pela Lei 11.941/2009 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível, permanecerá no ativo diferido sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### 14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fornecedores no país	124.153	90.343	112.330	78.208
Fornecedores no exterior	7.690	8.210	8.147	8.254
	<u>131.843</u>	<u>98.553</u>	<u>120.477</u>	<u>86.462</u>

#### 15 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Taxa de juros - 2009 - %		2009	2008	2009	2008
Conta Garantida			14.049		14.049
Financiamento Centro-Oeste - FCO	8,5% a.a	37.744	15.013	37.744	15.013
Capital de giro	CDI + de 1,1% a 2,8% a.a.	276.616	76.688	276.616	80.570
Capital de giro	TR + de 9,91% a 9,93% a.a.	37.083		37.083	
Capital de giro	Pré-Fixada 11,25% a.a.	45.495		45.495	
Capital de giro	TJLP + 6,5% a.a.	25.439		25.439	
Comissão carta de fiança		3.361	8.044	3.361	8.044
Financiamento em moeda estrangeira curto prazo	US\$ + de 3,7% a 7,1% a.a.	91.596	115.410	91.596	115.410
Financiamento em moeda estrangeira longo prazo	US\$ + 3,7% a 7,1% a.a.	81.196	116.645	81.196	116.645
Leasing	CDI + de 4,8% a 12,7% a.a.	2.002	321	2.896	771
FINAME e outros	TJLP + 3% e 4,5% a.a.	3.110	3.383	6.492	4.615
FINIMP	US\$ + 4,5% a.a.		18.735	2.539	18.735
FINEP	TJLP		10.218	8.112	10.218
Banco Itaú S.A. "Fixed rate notes"			9.506		9.506
BNDES – PROFARMA	Pré-fixada de 4,5% a 6% a.a. e TJLP + de 1,5% a 3% a.a	123.072	50.747	133.617	50.747
Banco Regional de Brasília – BRB – PRÓ-DF	2,4265% a.a	37	37	37	37
Hedge		<u>47.347</u>		<u>47.347</u>	
		<u>774.098</u>	<u>438.796</u>	<u>799.570</u>	<u>444.360</u>
Circulante		<u>394.228</u>	<u>244.154</u>	<u>401.521</u>	<u>248.840</u>
Não circulante		<u>379.870</u>	<u>194.642</u>	<u>398.049</u>	<u>195.520</u>

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

(a) Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
2010		129.698		130.014
2011	267.174	21.200	272.723	21.508
2012	43.435	15.140	48.138	15.390
2013	25.600	12.783	29.659	12.789
2014	20.631	8.480	22.575	8.480
2015	18.687	7.341	20.612	7.339
2016	4.028		4.028	
2017	164		164	
2018	151		150	
	<u>379.870</u>	<u>194.642</u>	<u>398.049</u>	<u>195.520</u>

(b) Garantia dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Duplicatas a receber - clientes				
Caucionadas	90.380	25.539	90.380	27.405
Carta de Fiança	49.982	170.052	68.584	170.052
Aval de acionista e ex-acionista	145.478	449.384	145.478	449.384
Imobilizado (valor líquido)				
Penhorado	139.177	32.334	139.177	32.753
Aplicações Financeiras (Contra Garantia de Fianças Bancárias)	95.180		95.180	
	<u>520.196</u>	<u>677.309</u>	<u>538.798</u>	<u>679.594</u>

## 16 Imposto de renda e contribuição social

### Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, baseado em estudo de realização considerando a geração de resultados tributáveis, a partir de 2010.

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Crédito tributário:</b>				
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	126.811	95.030	131.716	95.030
Diferenças temporárias, substancialmente ágios amortizados	72.059	78.956	79.366	83.767
	<u>198.870</u>	<u>173.986</u>	<u>211.082</u>	<u>178.797</u>
Ágio de empresas incorporadas conforme CVM 319/99:				
Erches Participações Ltda.	45.770	64.710	45.770	64.710
Setiba Participações S.A.	50.442	56.383	50.442	56.383
	<u>96.212</u>	<u>121.093</u>	<u>96.212</u>	<u>121.093</u>
	<u>295.082</u>	<u>295.079</u>	<u>307.294</u>	<u>299.890</u>
Ativo circulante	<u>18.588</u>	<u>79.236</u>	<u>27.916</u>	<u>84.047</u>
Ativo não circulante	<u>276.494</u>	<u>215.843</u>	<u>279.378</u>	<u>215.843</u>

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

O crédito tributário sobre o ágio de empresas incorporadas corresponde ao imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a diferença entre o valor contábil do ágio e sua base fiscal:

- Erches - Em 2 de junho de 2007, a Erches Participações Ltda., empresa pertencente a acionista estrangeiro, adquiriu 38% do controle acionário da Hypermarcas, por meio da integralização de R\$ 480.400. A referida aquisição resultou em um ágio de R\$ 278.518, o qual foi registrado líquido da provisão para realização de crédito tributário de R\$ 183.822, resultando em ágio líquido de R\$ 94.696, registrado no Realizável a longo prazo. A empresa foi incorporada em junho de 2007.
- Setiba - Em 31 de março de 2008, a então controladora do Farmasa, Setiba Participações S.A. foi cindida e a parcela do investimento no Farmasa, foi incorporada na mesma data por sua controlada Farmasa. Sobre o valor do ágio, que desceu da controladora para a controlada operacional, foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor total do ágio e o benefício fiscal de sua amortização.

#### (b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora	Consolidado
	2009	2009
2010	18.588	27.916
2011	22.231	22.231
2012	19.945	19.945
2013	41.842	41.842
2014	65.887	65.887
2015 a 2019	126.589	129.473
	295.082	307.294

A estimativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias ocorrerá até o final de 2019, de acordo com estudos realizados pela Administração, haja vista a projeção de resultados positivos futuros decorrentes das reestruturações societárias que vêm ocorrendo, mencionada na Nota 1, que consideram: (i) grande volume de marcas bem posicionadas no mercado; (ii) atuação diversificada em quatro segmentos de mercado; e (iii) fluxos de caixa positivos e crescentes.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### (c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2009		31/12/2008	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	482.319 (16.878)	479.115	(324.175) (7.286)	(322.089)
<b>Base de apuração</b>	465.441	479.115	(331.461)	(322.089)
Alíquota imposto de renda e contribuição social (%)	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social – alíquota nominal</b>	(157.472)	(162.089)	111.120	109.510
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras	5.269	5.612	(9.172)	(10.554)
Resultado de variação cambial - diferido	47.947	47.947	(84.111)	(84.085)
(Adições)/ Exclusões – permanentes	5.740	4.042	14.428	14.164
Crédito tributário lançado diretamente em reservas de capital – IN CVM 556/08 e CPC 08/2008	7.867	7.867	12.029	12.029
Amortização de ágio fiscal	188.426	188.426	(36.197)	(36.197)
Ajuste a valor presente	(20.206)	(20.206)	10.224	10.224
Devol. incentivos fiscais IR/CS	(1.381)	(1.381)		
Compensação de prejuízos fiscais		1.774		
<b>IR/CS no resultado - corrente</b>	76.190	71.992	18.321	15.091
Baixa de IR e CS por compensação		(1.774)		
Crédito tributário constituído de períodos anteriores	(201)	6.478		
Realização IR e CS sobre diferenças temporárias	(57.241)	(54.744)	93.230	94.374
IR e CS sobre ágio (CPC 32)	(155.271)	(155.271)		
Realização de obrigações fiscais diferidas	2.856	2.856	35.716	35.716
Crédito tributário lançado diretamente em reservas de capital – IN. CVM 556/08 e CPC 08/2008	(7.867)	(7.867)	(12.029)	(12.029)
Realização sobre o ágio in. CVM 319/99	(25.054)	(25.054)	(18.939)	(18.939)
Baixa de IR e CS por cisão	(2.358)	(2.358)		
<b>IR/CS no resultado - diferido</b>	(245.136)	(237.734)	97.978	99.122
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	(168.946)	(165.742)	116.299	114.213

A Companhia se utilizou da prerrogativa prevista na MP 2.158-35/2001, de diferir o imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado líquido da variação cambial dos direitos e obrigações.

A controladora utiliza a sistemática do lucro real e calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

#### **(d) Regime Tributário de Transição**

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, repetindo-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

#### **(e) Obrigações fiscais diferidas**

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 157.236, decorrente, principalmente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais mas deixou de ser amortizado a partir de 1o. de janeiro de 2009 nos registros contábeis, resultando numa base fiscal menor que o valor contábil do ágio.

Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

## **17 Transações entre partes relacionadas**

### **Transações e saldos**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do grupo estão demonstradas abaixo:

# **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

## **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

**Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação**

						2009
	<b>Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.</b>	<b>My- Agência Propaganda Ltda.</b>	<b>Maiorem S.A de C. V.</b>	<b>TV Serra Dourada Ltda.</b>	<b>Farmib Administrado ra de Bens Ltda.</b>	<b>Total</b>
Saldos						
Realizável a curto prazo						
Clientes						
Realizável a longo prazo		<b>287</b>				<b>287</b>
Mútuos		287				287
Passivo circulante	<b>45.898</b>	<b>600</b>				<b>46.498</b>
Fornecedores	45.898	600				46.498
Exigível a longo prazo	<b>346</b>					<b>346</b>
Mútuos	346					346
Transações	<b>(464.411)</b>	<b>(600)</b>				<b>(465.011)</b>
Vendas de						
mercadorias/produtos	3.356					3.356
Compras de						
mercadorias/produtos	(467.767)	(600)				(468.367)
Despesas Diversas		<b>(515)</b>		<b>(3.459)</b>	<b>(1.973)</b>	<b>(5.947)</b>
Publicidade		(515)		(3.039)		(3.554)
Aluguéis				(420)	(1.973)	(2.393)
Juros sobre Mútuo	<b>(1.128)</b>	<b>1</b>	<b>5</b>			<b>(1.122)</b>
Despesas financeiras	(1.548)	(1)				(1.549)
Receitas financeiras	420	2	5			427
Receitas Diversas						
Venda de Ativo						
Permanente						



# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

	2008									
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicament os S.A.	Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.	Ceil de Comércio e distribuido ra Ltda.	Éh Cosmético os S.A.	Maiorem S.A de C. V.	Laboratório Americano de Farmacoter apia S.A.	Barrenne de Industria Farmacêu tica Ltda.	Farmib Administ radora de Bens Ltda.	TV Serra Dourada Ltda.	Monte Cristalin a S.A
	Total									
Saldos										
Realizável a curto prazo										
Clientes										
Realizável a longo prazo					51					51
Mútuos					51					51
Passivo circulante						(2.035)	(191)			(2.226)
Mútuos						(2.035)	(191)			(2.226)
Exigível a longo prazo										
Fornecedores										
Transações				(1.427)		(46.208)				(47.635)
Vendas de mercadorias/produtos										
Compras de mercadorias/produtos				(1.427)		(46.208)				(47.635)
Despesas Diversas								(854)	(2.128)	(2.982)
Publicidade									(1.738)	(1.738)
Aluguéis								(854)	(390)	(1.244)
Juros sobre Mútuo	346	89	58	68	6					567
Despesas financeiras										
Receitas financeiras	346	89	58	68	6					567
Receitas Diversas										134
Venda de Ativo										134
Permanente										134

### (b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, a qual inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê Executivo e o chefe da auditoria interna totalizaram R\$ 27.634 (2008 – R\$ 14.372). Este montante inclui a despesa pró-rata referente ao valor justo das opções outorgadas pela Sociedade aos executivos, conforme planos de outorga de opções de ações no valor de R\$ 4.946 (vide Nota 23 (b)).

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### 18 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
ICMS a recolher	3.892	11.339	56.604	12.545
IPI a recolher	3.461	2.066	5.789	2.158
PIS a recolher	78	1.594	979	1.594
COFINS a recolher	1.000	7.423	5.328	7.423
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) (i)	3.269	1.698	3.269	1.698
Outros impostos a recolher	1.645	1.228	1.800	1.884
	<u>13.345</u>	<u>25.348</u>	<u>73.769</u>	<u>27.302</u>

(i) Líquido do ajuste a valor presente de R\$ 537 em 31 de dezembro de 2009.

#### 19 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Frete a pagar	18.955	10.291	19.049	10.291
Serviços prestados	14.570	10.342	16.967	10.342
Acordos, verbas comerciais e outros (i)	41.043	73.455	41.043	73.455
Publicidade	25.924	12.675	25.924	12.675
Adiantamento de clientes	525		525	
Comissões para representantes comerciais	835	647	835	647
Aluguéis	1.362	490	1.839	490
Outros	<u>21.125</u>	<u>23.886</u>	<u>23.697</u>	<u>28.894</u>
	<u>124.339</u>	<u>131.786</u>	<u>129.879</u>	<u>136.794</u>

- (i) Os acordos, verbas comerciais e outros incluem valores e provisões relacionados com vendas que de uma maneira geral são devidos aos clientes e têm como contrapartida as próprias vendas a esses clientes. As verbas e acordos comerciais, quando negociados junto aos canais de vendas, visam principalmente exposição adicional e divulgação dos produtos junto aos consumidores, e no caso do canal indireto, trata-se de incentivos comerciais e/ou fidelização desses clientes.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### 20 Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda. (i)	558.005	789.942	558.005	789.942
(-) Ajuste a valor presente	(49.838)	(110.466)	(49.838)	(110.466)
	508.167	679.476	508.167	679.476
Aquisição Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A. (ii)	451.147		451.147	
(-) Ajuste a valor presente	(13.159)		(13.159)	
	437.988		437.988	
Aquisição Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. (ii)	181.363		181.363	
(-) Ajuste a valor presente	(10.083)		(10.083)	
	171.280		171.280	
Aquisição Ind. Nacional de Artefatos de Látex S.A. (iv)	133.714		133.714	
(-) Ajuste a valor presente	(16.769)		(16.769)	
	116.945		116.945	
Aquisição de marcas NY Looks (iii)	48.099	60.938	48.099	60.938
(-) Ajuste a valor presente	(4.472)	(9.087)	(4.472)	(9.087)
	43.627	51.851	43.627	51.851
Aquisição de Marcas Hydrogem (ii)	12.723		12.723	
(-) Ajuste a valor presente	(103)		(103)	
	12.620		12.620	
Aquisição Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.	55.426	50.445	55.426	50.445
Aquisição Niasi Indústria de Cosméticos Ltda.	49.985	45.493	49.985	45.493
Aquisição da Sul Química Ltda. (ii)	13.463	12.274	13.463	12.274
Aquisição da FINN Administradora de Marcas Ltda. (ii)	1.726	7.852	1.726	7.852
Aquisição de Marcas New Look	1.250		1.250	
Aquisição da ÉH Cosméticos S.A.(ii)	955	1.448	955	1.448
Aquisição da Quimivale Industrial Ltda. e Distribuidora Clean Ltda.	378	385	378	385
Aquisição CEIL Comércio e Distribuidora Ltda.	116	101	116	101
Aquisição Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.		13.651		13.651
Aquisição de Direito de Uso	7.024	8.944	7.024	8.944
	130.323	140.593	130.323	140.593
	1.420.950	871.920	1.420.950	871.920
Passivo circulante	492.308	114.944	492.308	114.944
Passivo não circulante	928.642	756.976	928.642	756.976

- (i) A dívida está garantida por Carta de Fiança (Nota 9), contratada com banco de primeira linha, a qual é reduzida anualmente, conforme cronograma de amortizações. O contrato prevê cláusula de ajuste do pagamento das parcelas de acordo com a variação cambial do dólar dos Estados Unidos.
- (ii) Atualização de acordo com taxas do mercado financeiro, basicamente CDI.
- (iii) O contrato de Aquisição das marcas (NY Looks, Bia Blanc, Radical, Aroma & Cor, Day, Dois! Earth, Um!, Três!, Ski, Sun, e Eco) com a Brasil Global Ltda. prevê uma

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

retenção do preço de R\$ 12 milhões para garantir eventuais contingências da vendedora. Tal valor é investido sob orientação do credor, e em 31 de dezembro de 2009 encontra-se aplicado em ações, registrado no realizável a longo prazo, e, conseqüentemente, tanto o investimento quanto a respectiva parcela da dívida encontram-se valorizados a valor de mercado das ações. O saldo remanescente da dívida é atualizado de acordo com a variação cambial. A dívida está garantida por Carta de Fiança.

- (iv) O contrato prevê cláusula de ajustes do pagamento das parcelas de acordo com a variação cambial do dólar dos Estados Unidos.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2009
2011	464.268
2012	262.885
2013	141.001
2014	60.488
	<u>928.642</u>

## 21 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Empréstimo Fomentar (i)	3.510	11.337	3.510	11.337
(-) Ajuste a valor presente	(2.972)	(9.641)	(2.972)	(9.641)
	<u>538</u>	<u>1.696</u>	<u>538</u>	<u>1.696</u>
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) (ii)	31.220	22.501	31.220	22.501
(-) Ajuste a valor presente	(2.595)	(7.090)	(2.595)	(7.090)
	<u>28.625</u>	<u>15.411</u>	<u>28.625</u>	<u>15.411</u>
INSS parcelamento	684	637	684	786
Outros	4.164	645	4.164	645
	<u>4.848</u>	<u>1.282</u>	<u>4.848</u>	<u>1.431</u>
	<u>34.011</u>	<u>18.389</u>	<u>34.011</u>	<u>18.538</u>
Passivo circulante:				
- Incluso em salários e encargos sociais (INSS)	316	294	316	294
- Incluso em impostos a recolher (Refis) (ii)	4.132	1.698	4.132	1.698
	<u>4.448</u>	<u>1.992</u>	<u>4.448</u>	<u>1.992</u>
Passivo não circulante	<u>29.563</u>	<u>16.397</u>	<u>29.563</u>	<u>16.546</u>

- (i) O empréstimo Fomentar está relacionado ao incentivo fiscal de ICMS, onde 70% do ICMS apurado mensalmente é financiado pelo Estado de Goiás, com prazo de pagamento de 20 anos, com juros de 2,4% ao ano, exigíveis mensalmente. Periodicamente, o Estado realiza leilão desses créditos, com deságio de até 89%, onde a devedora (Hypermarcas) tem também o direito de aquisição.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### (ii) Programas de Recuperação Fiscal (REFIS)

As empresas incorporadas Quimivale Industrial Ltda., Distribuidora Clean Ltda e Pom Pom solicitaram a desistência de parcelamentos anteriores.

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei no. 470/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

O ganho correspondente à redução das multas de mora e de ofício, anteriormente contabilizadas no passivo, no valor de R\$ 21.079 mil, foi registrado na conta "Outras receitas. Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso há dois meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

## 22 Composição das contas de resultado

### (a) Despesas com vendas e marketing

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Salários, encargos sociais e outros	(78.644)	(40.919)	(80.052)	(45.947)
Frete	(73.658)	(36.605)	(73.301)	(42.156)
Gastos com propaganda, publicidade e relacionados	(209.596)	(178.897)	(209.081)	(180.912)
Acordos, verbas comerciais e outros	(140.271)	(82.378)	(140.282)	(88.957)
Promoções, brindes e amostras	(17.263)	(5.619)	(17.264)	(5.635)
Visitação médica (i)	(26.000)	(5.010)	(26.000)	(13.854)
Serviços prestados	(20.192)	(10.059)	(23.336)	(11.767)
Viagens e estadas	(5.233)	(3.245)	(5.237)	(4.131)
Locação de veículos	(2.103)	(2.150)	(2.398)	(3.805)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.894)	(6.224)	(15.894)	(6.443)
Depreciações e amortizações	(12.658)	(6.594)	(12.891)	(6.717)
Outras despesas	(56.988)	(31.522)	(57.965)	(27.031)
	<u>(658.500)</u>	<u>(409.222)</u>	<u>(663.701)</u>	<u>(437.355)</u>

(i) substancialmente salários e encargos sociais.

### (b) Despesas administrativas, gerais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Salários, encargos sociais e outras	(54.999)	(26.857)	(58.361)	(31.011)
Viagens e estadas	(2.345)	(1.472)	(2.377)	(1.781)
Aluguéis e condomínios	(1.577)	(708)	(1.589)	(1.025)
Doações e contribuições	(509)	(654)	(509)	(676)
Serviços prestados	(30.130)	(15.815)	(32.335)	(18.515)
Contribuições e impostos	(1.271)	(349)	(1.392)	(778)
Depreciações e amortizações	(5.568)	(5.135)	(6.146)	(5.687)
Outras despesas	(24.362)	(12.202)	(25.362)	(13.048)
	<u>(120.761)</u>	<u>(63.192)</u>	<u>(128.071)</u>	<u>(72.521)</u>

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### (c) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Juros sobre empréstimos				
Compror		(142)		(142)
Capital de giro	(18.512)	(3.590)	(19.272)	(4.346)
	(18.512)	(3.732)	(19.272)	(4.488)
Juros sobre financiamentos				
Em moeda local				
Cédula de Crédito Bancária		(2.063)		(2.063)
Financiamento Centro-Oeste – FCO	(1.055)	(1.229)	(1.055)	(1.229)
Financiamento FINEP	(647)	(53)	(915)	(322)
Financiamento BNDES	(4.342)	(373)	(4.735)	(2.188)
FINAME – Financiamento de máquinas e equipamentos	(442)	(321)	(583)	(423)
	(6.486)	(4.039)	(7.288)	(6.225)
Juros sobre empréstimos em moeda estrangeira	(16.775)	(13.677)	(16.857)	(13.971)
Juros sobre títulos a pagar e outros	(19.647)	(8.760)	(16.822)	(7.462)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(9.452)	(12.248)	(9.452)	(12.248)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(8.974)	(5.714)	(9.313)	(7.629)
Variação cambial de empréstimos	(10.568)	(65.772)	(9.851)	(69.358)
Variação cambial de títulos a pagar	122.253	(182.843)	122.253	(182.843)
Variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	1.905	596	2.273	580
	58.742	(288.418)	62.231	(292.931)
Ajuste a valor presente	(71.267)	(14.816)	(71.267)	(14.816)
	(37.523)	(311.005)	(35.596)	(318.460)

#### (d) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Juros ativos	2.750	1.178	2.325	1.546
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	47.801	45.808	47.855	46.760
	50.551	46.986	50.180	48.306

## 23 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2009, totalmente integralizado é de R\$ 2.555.552, (2008 – R\$ 1.592.177) representado por 481.201.394 ações ordinárias (2008 – 198.600.697 ações ordinárias).

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação**

---

Em dezembro de 2009, o capital social foi aumentado em R\$ 681.625 mediante troca de ações na incorporação da Hypernova (aquisição Neo Química).

Conforme disposição do Estatuto Social e deliberação do conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 30 de junho de 2009, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 3.000.000.

Em julho de 2009, o capital social foi aumentado em R\$ 281.750 decorrentes de nova distribuição pública primária de ações ordinárias pela companhia, gerando um ágio na subscrição de ações no montante de R\$ 281.750 destinados à reserva de capital.

Em 2008, o capital social foi aumentado em R\$ 1.181.527, sendo, (i) em abril, R\$ 308.081 decorrentes da distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, e no exterior, gerando um ágio na subscrição de ações no montante de R\$ 304.309, e, (ii) em julho, R\$ 873.446, decorrentes da incorporação de todas as ações representativas do capital social do Farmasa ao patrimônio líquido da Hypermarcas S.A., com a emissão de 39.720.140 ações ordinárias (Nota 12).

#### **(b) Plano de opção de compra de ações - "stock options"**

Em AGE de 24 de março de 2008 da Hypermarcas S.A., foi aprovado plano de opções de compra de ações ("Plano I") com o objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações de sua emissão.

Em Reunião do Conselho de Administração de 30 de maio de 2008, posteriormente retificado pela Reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2008, foram autorizadas 1.802.212 opções referentes ao exercício de 2008 ("Programa 2008") a serem concedidas aos colaboradores mediante "Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações". Referidos instrumentos de outorga foram formalizados pela Companhia e os colaboradores participantes do Plano I – Programa 2008 em 2 de fevereiro de 2009.

As principais características do Plano I – Programa 2008 são:

- . Preço de exercício de R\$8,50
- . Prazo de carência de 3 anos para 50% das opções outorgadas e 4 anos para os 50% restantes

Em AGE de 29 de dezembro de 2008, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações ("Plano II") aos colaboradores da Hypermarcas S.A. com o objetivo de "atrair e reter executivos da Companhia".

Em Reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2008, posteriormente aditada por Reunião do Conselho de Administração de 6 de fevereiro de 2009, foram outorgadas 8.800.000 opções referentes ao exercício de 2008 ("Programa 2008") a serem concedidas aos executivos da Companhia mediante a "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações".

As principais características do Plano II – Programa 2008 são:

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

- Preço de exercício de R\$ 5,36
- Prazo de carência de 1 ano para até 10% das opções outorgadas, 2 anos para até 20%, 3 anos para até 40%, 4 anos para até 60%, 5 anos para até 80% e 6 anos para até 100%
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual dos executivos participantes do plano para compra de ações da Hypermarcas.

Em Reunião do Conselho de Administração de 17 de dezembro de 2009, foram outorgadas 2.800.000 opções referentes ao exercício de 2009 ("Programa 2009") concedidas aos executivos da Companhia mediante a formalização do "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações" em 17 de dezembro de 2009.

As principais características do Plano II – Programa 2009 são:

- Preço de exercício de R\$17,06
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual dos executivos participantes do plano para compra de ações da Hypermarcas.

#### Total de opções outorgadas

Plano	Programa	Carência	Preço Exercício	Outorgadas	Exercidas	Contratos em aberto em 31/12/2009	Valor justo na data da outorga	Custo estimado
Plano I	2008	01/06/11	8,50	901.106	0	901.106	0,33	287,4
Plano I	2008	01/06/12	8,50	901.106	0	901.106	0,73	627,9
Plano II	2008	01/11/08	5,36	880.000	0	880.000	0,04	35,2
Plano II	2008	01/11/09	5,36	880.000	0	880.000	0,64	559,5
Plano II	2008	01/11/10	5,36	1.760.000	0	1.760.000	1,19	2.043,6
Plano II	2008	01/11/11	5,36	1.760.000	0	1.760.000	1,71	2.878,4
Plano II	2008	01/11/12	5,36	1.760.000	0	1.760.000	2,20	3.655,4
Plano II	2008	01/11/13	5,36	1.760.000	0	1.760.000	2,68	4.374,8
Plano II	2009	17/12/10	17,06	560.000	0	560.000	4,13	2.278,6
Plano II	2009	17/12/11	17,06	560.000	0	560.000	5,55	3.015,9
Plano II	2009	17/12/12	17,06	560.000	0	560.000	6,95	3.714,7
Plano II	2009	17/12/13	17,06	560.000	0	560.000	8,31	4.372,5
Plano II	2009	17/12/14	17,06	560.000	0	560.000	9,62	4.984,7
<b>Total</b>				<u>13.402.212</u>	0	<u>13.402.212</u>		<u>32.828,6</u>

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2009 é de 2,79%.

#### Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

- As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.
- Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.
- Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções europeias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

#### (c) Ajustes de exercícios anteriores

Em 31 de dezembro de 2008, representam os ajustes que são de competência de exercícios anteriores, principalmente os relacionados à opção por elaborar balanço patrimonial de transição em 1o. de janeiro de 2008 para atendimento à Lei no. 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, como descrito na Nota 3, apresentados líquidos dos efeitos tributários. Os ajustes tiveram como contrapartida as seguintes contas do balanço:

Intangível - Amortização de ágio	17.599
Títulos a pagar	(40.752)
Outras contas a pagar	<u>(6.257)</u>
Patrimônio líquido	<u>(29.410)</u>

#### (d) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### (e) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

	2009
Lucro líquido do exercício	116.568
Constituição de reservas Legal	(5.828)
Base de cálculo dos dividendos	110.739
Dividendos propostos	27.685
	27.685
Porcentagem sobre base de cálculo dos dividendos propostos	25%

## 24 Contingências Passivas

### (a) Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos prévios e/ou judiciais relacionados às contingências:

Controladora	31/12/2009				31/12/2008			
	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial	Prognóstico de perda possível	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial	Prognóstico de perda possível
Trabalhistas	682	682		4.185	232	261	29	2.295
Cíveis	50	88	38	1.155	36	81	45	415
Fiscais e Tributárias	94	94		2.562	180	180		533
Administrativas/outras	42	225	183	282				135
	868	1.089	221	8.184	448	522	74	3.378
Provisão – Empresas adquiridas		24.195	24.195			11.419	11.419	
	868	25.284	24.416	8.184	448	11.941	11.493	3.378

Consolidado	31/12/2009				31/12/2008			
	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial	Prognóstico de perda possível	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial	Prognóstico de perda possível
Trabalhistas	682	682		4.363	232	261	29	2.295
Cíveis	50	88	38	1.155	36	81	45	415
Fiscais e Tributárias	94	94		2.562	180	180		533
Administrativas/outras	42	225	183	302				135
	868	1.089	221	8.382	448	522	74	3.378
Provisão - Empresas adquiridas		38.868	38.868			29.525	29.525	
	868	39.957	39.089	8.382	448	30.047	29.599	3.378

- (i) A Companhia possui o valor estimado de R\$ 2.668 em depósito judicial excedente (R\$ 4.246 – 2008) aos prognósticos de perda provável, sendo que R\$ 2.083 excedente a título de depósito judicial trabalhista e R\$ 585 excedente a título de depósito judicial tributário.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação**

---

(ii) A Companhia possui, ainda, o valor estimado de R\$ 1.028 em depósito judicial efetuados por exigência legal e/ou já estavam registrados nas empresas adquiridas e estão vinculados em parte a processo de responsabilidade dos sócios vendedores.

#### **(b) Contingências possíveis**

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que pela atual avaliação de probabilidade de êxito, estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

O valor destes processos está estimado em R\$ 8.382, sendo R\$ 4.363 referentes a processos trabalhistas, R\$ 1.155 referente a processos cíveis, R\$ 2.562 referente a processos tributários e R\$ 302 referente a processos administrativos e outros.

A Companhia está em litígio judicial com concorrentes, onde se discute a utilização de marca, não possuindo cunho financeiro.

#### **A) Trabalhista**

A Companhia e suas Controladas estão envolvidas em aproximadamente 730 processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia e/ou sua Controlada e/ou dos sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas pela Companhia, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou sua Controlada está estimada em R\$ 4.363. Nestes processos discutem-se horas extras e reflexos, desconsideração do banco de horas, diferenças salariais e reflexos, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade e reflexos, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas 123 decorrem da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), incorporado pela Companhia, e apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 2.503, nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e conseqüente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

#### **B) Tributário**

A Companhia figura como autuada em processo administrativo tributário federal (IPI, PIS e COFINS) cuja perda possível é estimada em R\$ 448. Trata-se de três autos de infração, desmembrados em dois processos administrativos, nos quais o fisco questiona comprovação da efetiva exportação de vendas realizadas a empresas comerciais exportadoras. Já foram identificadas falhas nas autuações e comprovadas as exportações na maioria das vendas questionadas.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação**

---

O antigo Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa) requereu perante a Receita Federal ressarcimento de créditos de IPI para compensação com débitos de PIS e COFINS. Entretanto, apenas parte do ressarcimento pretendido foi reconhecido administrativamente, de tal modo que a Companhia, por ter assumido este débito, permanece devedora no valor atualizado de R\$ 1.898 a título de PIS e COFINS. A decisão ainda está pendente de análise na esfera administrativa.

#### **(c) Contingências de empresas adquiridas**

A Companhia optou por não constituir provisão para as contingências cujo prognóstico é de perda possível e de perda provável e que são de responsabilidade dos sócios vendedores, em função de que o pagamento remanescente aos vendedores, representado pelas parcelas vincendas registradas em títulos a pagar, contempla, inclusive, contingências reembolsáveis. Na eventualidade de se materializar alguma perda de responsabilidade dos sócios vendedores a companhia possui mecanismos contratuais de ressarcimento perante os sócios vendedores responsáveis por estas contingências.

A seguir, as principais informações dos processos que estão sob acompanhamento da Companhia, mas sob responsabilidade dos antigos gestores:

- (i) DM Indústria Farmacêutica Ltda. – as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 26.194, dos quais R\$ 18.803 são de perda possível e R\$ 7.391 são de perda provável. Há uma provisão de R\$ 1.000 que a Companhia optou por manter registrada.
- (ii) Ceil Comércio e Distribuidora Ltda. – as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 34.778, dos quais R\$ 32.412 são de perda possível e R\$ 2.365 são de perda provável. Há uma provisão de R\$ 809 que a Companhia optou por manter registrada.
- (iii) Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. - FARMASA – as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 10.205, dos quais R\$ 2.398 são de perda possível e R\$ 7.807 são de perda provável. Há um excesso de provisão no valor de R\$ 2.375 que a Companhia optou por manter registrada.

Adicionalmente, em 17 de agosto de 2006 o Farmasa adquiriu o Laboratório Barrenne, firmando com os sócios vendedores desta empresa Contrato de Cessão e Transferência de Quotas. Conforme contrato, os sócios vendedores do Barrenne, solidariamente, concordam em indenizar o Farmasa e isentá-lo de responsabilidade por toda e qualquer reivindicação, responsabilidade ou obrigação, bem como por quaisquer eventuais passivos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, do Barrenne, cujo fato gerador tenha ocorrido antes e até a data da aquisição do Barrenne pelo Farmasa.

Como garantia do cumprimento das obrigações de indenização ao Farmasa, quanto aos passivos acima mencionados, foram retidos das parcelas de pagamento do preço de aquisição do Barrenne, devidas aos ex-cotistas, valores suficientes para caucionar o cumprimento dessas obrigações pelos ex-cotistas daquela empresa, conforme Contratos de Retenção firmados.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

- (iv) Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. (antiga denominação de Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A) – as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 8.329, dos quais R\$ 1.266 são de perda possível e R\$ 7.062 são de perda provável. Há uma provisão de 14.673 que a Companhia optou por manter registrada.
- (v) Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. - as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 7.199, dos quais R\$ 2.417 são de perda possível e R\$ 4.782 são de perda provável. Há uma provisão de 10.421 que a Companhia optou por manter registrada.
- (vi) Laboratório Neo Química Com. e Ind. Ltda. - as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 482, dos quais R\$ 70 são de perda possível e R\$ 412 são de perda provável. Há uma provisão de 1.612 que a Companhia optou por manter registrada.
- (vii) Industrial Nacional de Artefatos de Látex Ltda. - as contingências cujos prognósticos são de perda possível totalizam R\$ 11. Há uma provisão de R\$ 744 que a Companhia optou por manter registrada.
- (viii) Reclamatórias Trabalhistas de ex-empregados transferidos para o Negócio Etti após sua aquisição pela Companhia, sob a égide da Lei no. 11.101/2005, sem sucessão trabalhista, conforme entendimento evidenciado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, sendo que os prognósticos de perda possível e provável, pertinentes ao período anterior à aquisição, e de responsabilidade dos ex-acionistas, totalizam R\$ 1.757, sendo R\$ 1.294 de perda possível e R\$ 462 de perda provável.
- (ix) Total de 27 Reclamatórias Trabalhistas decorrentes da aquisição de marcas pela Companhia no valor total de R\$ 3.308, ajuizadas por representantes comerciais, nas quais se discute, principalmente, a existência de vínculo empregatício e conseqüente pagamento de verbas trabalhistas. As perdas possíveis, caso materializadas, deverão ser descontadas do preço de venda a ser pago pela Companhia nas datas contratualmente estipuladas.

## 25 Ajuste a valor presente

Foram aplicados o ajuste a valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-12/08 e CVM 564/08, para os seguintes principais passivos:

- (a) Títulos a pagar de longo prazo - Decorrentes de aquisição de empresas e/ou ativos, atualizados pela variação cambial, sem juros. Para o cálculo do ajuste inicial utilizou-se a taxa média de captação de recursos da data de aquisição. As contrapartidas dos ajustes iniciais são contabilizadas como reduções dos custos dos ativos-ágios, sendo:

#### Empresas

DM	7,25%
Neo Química	2,00%
NY Looks	7,73%
Inal	5,00%
Hydrogen	2,00%
Pom Pom	2,00%

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

- (b) Parcelamentos – O cálculo do ajuste a valor presente foi efetuado por parcela, considerando a taxa de captação de empréstimo no período de contratação do financiamento (taxa 2%).
- (c) Empréstimo Fomentar – A dívida de longo prazo, remunerado ao juro anual de 2,4%, é descontado a valor presente utilizando a taxa do CDI mensal mais taxa de Spread de captação. A contrapartida dos ajustes originais são contabilizados na rubrica ICMS sobre vendas/deduções de vendas, uma vez que o valor financiado refere-se a ICMS a pagar.

31/12/2009			
	Parcelamentos de impostos federais	Fomentar	Títulos a pagar
a) Constituição:			
Despesas de ICMS		12.493	
			12.493
b) Reversão do ajuste a valor presente – despesa financeira	(5.786)	520	(66.001)
			(71.267)

31/12/2008			
	Parcelamentos de impostos federais	Fomentar	Títulos a pagar
a) Constituição:			
Despesas de ICMS		14.569	
			14.569
b) Reversão do ajuste a valor Presente – despesa financeira	(1.042)	(1.087)	(12.687)
			(14.816)

## 26 Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	Cosmed	Goiânia	Itajai	Araçatuba	Neo Química	Pom Pom	Plantas Inal
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	92.000	60.000	25.500	60.000	163.413	45.000	42.000
Valor máximo de indenização	92.000	60.000	25.500	60.000	163.413	45.000	42.000
Vendaval / fumaça	45.000	15.000	15.000	15.000	8.171	140	800
Danos elétricos	3.000	1.000	1.000	1.000	8.171	100	300

## 27 Instrumentos financeiros

### (a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e títulos a pagar em função de aquisições financiadas de controladas (Nota 20). Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *forwards* e *swap*, ambos sem fins especulativos.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**(c) Investimentos**

Consistem, principalmente, em investimentos em controlada de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

**(d) Empréstimos e financiamentos, Títulos a pagar e Outras contas a pagar**

Esses instrumentos financeiros são registrados com base nos respectivos indexadores e nos juros contratuais de cada operação (método do custo amortizado), conforme Notas 15, 20 e 21. Em função do uso desse método, considerações sobre o valor justo não são aplicáveis.

**(e) Política de gestão de riscos financeiros**

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um comitê de gerenciamento de risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

**(f) Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

#### (g) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

#### (h) Risco de mercado

##### Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2009, possuímos um *swap* de taxas de juros com valor nominal de R\$ 31.762 mil, no qual estamos ativos em taxa pré fixada e passivos em taxa pós fixada mais um *spread*.

##### Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	2009		2008	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Ativo				
Contas a receber	708	1.234	50	116
Passivo				
Fornecedores	3.429	5.971	3.532	8.254
Empréstimos e financiamentos	100.721	175.376	111.380	260.296
Títulos a pagar	361.879	630.103	348.864	815.296
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(188.229)	(327.744)	(109.457)	(259.922)
Exposição líquida	278.508	484.940	354.369	824.040



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

### Notas Explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

---

Nas Notas 15 e 20 estão evidenciados os vencimentos das transações e compromissos futuros acima relacionados, indicando os respectivos prazos para os impactos financeiros dos possíveis riscos cambiais.

#### (i) Derivativos

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, dos quais destacamos contratos de termos de moeda, *swaps* dólar x CDI e *swaps* PRÉ x CDI.

As referidas operações foram realizadas para proteger as oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar, não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados (vide análise de sensibilidade abaixo).

Conforme definição do Conselho de Administração, a Companhia tem como diretriz a proteção das exposições a moeda estrangeira de no mínimo os próximos 12 meses, sempre em bancos de primeira linha com forte atuação no mercado cambial e com taxas competitivas. Também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos (por exemplo, taxa de juros).

Em 31 de dezembro de 2009, as operações de instrumentos derivativos cambiais contratadas pela Companhia totalizam US\$ 188.229 mil (dez/2008 - US\$ 109.457 mil), e os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 92.634 mil (dez/2008 ganhos de R\$ 23.928 mil). Em 31 de dezembro de 2009, as operações de instrumentos derivativos de taxas de juros contratadas pela Companhia totalizam R\$ 26.107 mil (dez/2008 - R\$ 0 mil), e os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 23 mil (dez/2008 perdas de R\$ 0 mil).

Os ajustes a valor justo estão registrados nas rubricas correspondentes de cada operação, ou seja, Empréstimos e financiamentos (Nota 15) e Títulos a pagar (Nota 20). Em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nocional)		Valor Justo		Valores a receber/ a pagar		Ganhos/ perdas realizad os		Ganhos/pe rdas não realizados	
		dez/09	dez/08	dez/09	dez/08	dez/09	dez/08	dez/09	dez/08	dez/09	dez/08
(em R\$ milhares)											
<b>Moeda Estrangeira</b>											
Contratos a termo	HSBC, Votorantim, UBS Pactual, Citibank e Deutsche Bank	313.324	202.754	231.735	213.201	(81.589)	10.446	(27.978)	0	(81.589)	10.446
Posição comprada		313.324	202.754	231.735	213.201	(81.589)	10.446	(27.978)	0	(81.589)	10.446
Posição vendida		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contratos de Swap	Itaú BBA, Bradesco e Safra	107.054	33.309	96.009	46.791	(11.045)	13.482	(1.892)	0	(11.045)	13.482
Posição comprada		107.054	33.309	96.009	46.791	(11.045)	13.482	(1.892)	0	(11.045)	13.482
Posição vendida		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Taxa de Juros</b>											
Contratos de Swap	BTG Pactual	31.763	0	26.107	0	(23)	0	0	0	(23)	0
Posição Ativa - Pré		31.763		26.107		0				0	
Posição Passiva -											
Pós		(31.763)	0	(26.131)	0	(23)	0	0	0	(23)	0
Total		452.141	236.063	353.851	259.992	(92.657)	23.928	(29.870)	0	(92.657)	23.928

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

Os contratos acima relacionados têm datas de vencimento em:

Vencimento		Valor de referência (nocional)		
Moeda Estrangeira	dez/09	Taxa	dez/08	Taxa
01/06/09			108.037	1,901
30/07/09	0	2,390	10.755	2,390
03/09/09	0	2,431	93.550	2,431
08/09/09	0	2,461	23.722	2,461
20/01/10	28.358	2,499		
17/02/10	72.006	2,453		
08/03/10	28.984	2,419		
26/04/10	3.330	2,372		
01/06/10	184.420	2,411		
07/12/09	0	1,872		
07/06/10	461	1,919		
03/09/10	505	1,951		
02/12/10	509	1,984		
02/03/11	580	2,028		
31/05/11	551	2,071		
24/08/11	84.032	2,260		
29/08/11	16.642	2,119		
<b>Total</b>	<b>420.378</b>	<b>2,376</b>	<b>236.064</b>	<b>2,157</b>

Taxa de juros	dez/09	Tx Passiva CDI+	dez/08	Tx Passiva CDI+
16/11/10	1.473	1,25%		
15/12/10	1.434	1,25%		
17/01/11	1.457	1,25%		
15/02/11	1.412	1,25%		
15/03/11	1.393	1,25%		
15/04/11	1.404	1,25%		
16/05/11	1.392	1,25%		
15/06/11	1.373	1,25%		
15/07/11	1.362	1,25%		
15/08/11	1.356	1,25%		
15/09/11	1.344	1,25%		
17/10/11	1.337	1,25%		
16/11/11	1.315	1,25%		
15/12/11	1.299	1,25%		
16/01/12	1.300	1,25%		
15/02/12	1.281	1,25%		
15/03/12	1.266	1,25%		
16/04/12	1.263	1,25%		
15/05/12	1.243	1,25%		
15/06/12	1.236	1,25%		
16/07/12	1.224	1,25%		
15/08/12	1.210	1,25%		
17/09/12	1.202	1,25%		
15/10/12	1.187	1,25%		
<b>Total</b>	<b>31.763</b>	<b>1,25%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

### Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

- Contratos a termo de moeda estrangeira - são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar norte-americano para cada data base, conforme informado pela BM&F.
- Swaps – são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&F.

# Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

## Notas Explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

#### Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 3,9% de oscilação levando em consideração 3 desvios-padrão da oscilação do dólar norte-americano durante os três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar norte-americano, respectivamente (cenários II e III).

Risco (em R\$ milhares)	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Apreciação	Depreciação	25% de oscilação Apreciação	Depreciação	50% de oscilação Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	1,674	1,809	1,306	2,177	0,871	2,612
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Hedge	(105.317)	(79.950)	(174.570)	(10.697)	(256.506)	71.238
Contratos a termo	(90.557)	(72.621)	(139.523)	(23.655)	(197.457)	34.278
Swap	(14.760)	(7.329)	(35.047)	12.958	(59.049)	36.960
<b>Objeto do hedge</b>	<b>53.010</b>	<b>29.158</b>	<b>118.124</b>	<b>(35.956)</b>	<b>195.164</b>	<b>(112.996)</b>
Empréstimos e						
Financiamentos e Títulos a						
Pagar sujeitos a variação						
cambial de curto prazo	53.010	29.158	118.124	(35.956)	195.164	(112.996)
<b>Efeito líquido</b>	<b>(52.307)</b>	<b>(50.792)</b>	<b>(56.446)</b>	<b>(46.653)</b>	<b>(61.342)</b>	<b>(41.757)</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>62.461</b>	<b>24.001</b>	<b>118.124</b>	<b>(35.956)</b>	<b>195.164</b>	<b>(112.996)</b>
Outros Empréstimos e						
Financiamentos e Títulos a						
Pagar sujeitos a variação						
cambial	62.461	24.001	118.124	(35.956)	195.164	(112.996)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar norte-americano, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

## 28 Eventos subsequentes

- a) Aquisição de novo negócio:
  - (i) Em fevereiro de 2010, está prevista a conclusão pela Hypermarcas S.A. da aquisição das quotas de uma SPE contendo todos os ativos, incluindo direitos de propriedade intelectual, necessários para a condução do negócio de preservativos masculinos comercializados sob a marca Jontex por US\$ 101 milhões, conforme contrato assinado em 7 de outubro de 2009.
- b) Primeira Emissão de Debêntures

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

### **Notas Explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação**

---

- (i) Emissão de debêntures - Em 08 de janeiro de 2010 a Hypermarcas efetuou a primeira Emissão Pública de debêntures no valor de R\$ 200.000 em uma única série, com vencimento em três anos. A remuneração das debêntures foi aprovada pelo Conselho de Administração da Hypermarcas nas seguintes condições: (a) Valor Nominal Unitário das debêntures não será atualizado; (b) Contemplará juros remuneratórios, equivalentes a 113,72% da variação acumulada das taxas médias diárias das DI “over extra grupo” - Depósitos interfinanceiros de um dia, calculados e divulgados pela CETIP, base 252 dias úteis, expresso na forma percentual ao ano (a “taxa DI”) - incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, totalizando o montante de R\$ 200.000.
- c) ADRs – Em reunião do Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2010 deliberou e aprovou o American Depositary Receipt Nível I (“Programa de ADRs Nível I”) visando ampliar as formas de acesso de investidores, principalmente aqueles domiciliados no exterior, bem como ampliar a liquidez das ações. A instituição custodiante será o Itaú Unibanco S.A. e a instituição depositária o JP Morgan Chase Bank, N.A.  
A Companhia esclarece que o Programa de ADRs Nível I não representa emissão de novas ações.
- d) Primeira Emissão de Notas Promissórias Comerciais: em 4 de fevereiro de 2010 a Hypermarcas efetuou a primeira Emissão Pública de notas promissórias no valor de R\$ 200.000, em uma única série, com vencimento de 210 dias. A remuneração das notas promissórias foi aprovada pelo Conselho de Administração da Hypermarcas nas seguintes condições: (a) Valor Nominal Unitário das notas promissórias não será atualizada; (b) Contemplará juros remuneratórios, equivalentes a 113,70% da variação acumulada das taxas médias diárias das DI “over extra grupo” - Depósitos interfinanceiros de um dia, calculados e divulgados pela CETIP, base 252 dias úteis, expresso na forma percentual ao ano (a “taxa DI”) - incidentes sobre o valor nominal unitário das notas promissórias comerciais, totalizando o montante de R\$ 200.000.

\* \* \*

## Relatório da Administração

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Hypermarcas S.A. (“Companhia” ou “Hypermarcas”) submete à apreciação dos Senhores o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

### Mensagem do Presidente

O ano de 2009 começou com muitas incertezas em função da crise financeira internacional. Mesmo assim, a Hypermarcas continuou acreditando na força de seus negócios, mantendo seu plano estratégico de investimentos. Como consequência, atingiu excelentes resultados no exercício, tanto em crescimento como em rentabilidade. A Companhia atingiu no ano um faturamento bruto de R\$2,6 bilhões, com crescimento de 48% em relação a 2008, um EBITDA de R\$511,7 milhões, representando 25,3% da Receita Líquida e um Lucro Líquido Caixa de R\$444,4 milhões, ou 21,9% da Receita Líquida.

Estes resultados foram conquistados através de uma estratégia de crescimento baseada em aquisições sinérgicas e esforços orgânicos, aliados a uma plataforma operacional eficiente e de baixo custo.

Em 2009, a empresa concluiu com sucesso uma nova oferta de ações, captando cerca de R\$540 milhões de novos recursos. Esta captação permitiu um aumento da liquidez da ação e da base de acionistas da Hypermarcas. Com estes recursos, a empresa cumpriu com os compromissos definidos durante a oferta, investindo R\$2 bilhões (“enterprise value”) em cinco aquisições, nos mercados-alvo de Medicamentos e Beleza e Higiene Pessoal. Estas aquisições foram em linha com sua estratégia de ingressar em novos mercados com elevado potencial de crescimento e lucratividade:

- 14/Outubro/2009: Hydrogen, que permitiu a entrada no segmento infantil e juvenil de higiene pessoal;
- 27/Novembro/2009: Pom Pom, que permitiu a entrada no mercado de descartáveis de fraldas geriátricas (com a marca líder BigFral) e infantis (com a marca Pom Pom);
- 1/Dezembro/2009: Inal e Jontex, permitiram a entrada no mercado de preservativos, com as marcas #1 Jontex e #2 Olla;
- 7/Dezembro/2009: Neo Química, que permitiu a entrada no mercado de genéricos, com a marca líder no mercado de similares Neo Química (genéricos sem marca), com extenso *pipeline* de lançamentos e moderno parque industrial.

Tais aquisições auxiliaram a Hypermarcas a conquistar a posição de 3ª maior empresa nacional em Medicamentos, com o mais completo mix de negócios do mercado, e a maior e mais completa empresa nacional de Higiene e Beleza do mercado de auto-serviço, consolidando sua posição de liderança em bens de saúde e consumo. Atualmente, tais divisões correspondem a mais de 80% do faturamento da Companhia.



No contexto do crescimento orgânico, a empresa manteve seus investimentos massivos em marketing na casa de 20% do faturamento líquido, investindo mais de R\$390 milhões no exercício. A empresa investiu em mais de 30 campanhas publicitárias, expandiu seus investimentos de “trade marketing” aumentando sua exposição nos PDVs (pontos de venda), desenvolveu diversas iniciativas de extensões de linha e realizou lançamentos de novos produtos. Estas iniciativas permitiram um crescimento de “same brand sales” de 21% no exercício, mesmo em um ano de crise.

A plataforma operacional da Hypermarcas fortaleceu-se ainda mais em 2009 com a abertura de um novo centro de distribuição em Cajamar, melhoria do nível de serviços aos seus clientes, e aprimoramento da distribuição dos seus produtos. Adicionalmente, na área industrial, foram implementadas diversas melhorias de produtividade e dada continuidade ao seu plano de verticalização, com produção interna de embalagens. No campo organizacional foram contratados diversos novos talentos como parte do fortalecimento da estrutura da Companhia.

Com foco em marcas fortes, distribuição nacional capilarizada e eficiência operacional, a Hypermarcas continua implementando ações que se refletem em sua performance superior, confirmando seu comprometimento em entregar resultados excepcionais a seus acionistas.

## Cenário Macroeconômico

No ano de 2009, a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise. Os indicadores macroeconômicos melhoraram e, apesar da esperada desaceleração do crescimento do PIB para o ano de 2009, o relatório Focus do Banco Central do Brasil, divulgado em 8 de janeiro de 2010, indicou somente uma ligeira queda do PIB (0,3% de variação) em 2009, já prevendo crescimento substancial de 5,2% para 2010.

Adicionalmente, fundamentos macroeconômicos sólidos e a maior estabilidade econômica permitiram ao Banco Central do Brasil voltar à trajetória de redução das taxas de juros, de maneira que a taxa SELIC atingiu seu nível mais baixo na história, equivalente a 8,75%, desde o final de julho de 2009. De forma semelhante, o Real apresentou apreciação com relação ao Dólar de 34,2% ao longo do ano de 2009. A inflação se manteve dentro da meta estipulada pelo governo, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) encerrou o ano em menos 1,7% e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2009 a 4,3%, ficando 0,2 pontos percentuais abaixo da meta para o ano, que era de 4,5%. De acordo com o IBGE, a renda disponível bruta aumentou 2,7%, ou R\$21 bilhões, passando de R\$763 bilhões em 30 de setembro de 2008 para R\$784 bilhões em 30 de setembro de 2009, sendo mais um fator de contribuição para manutenção do crescimento nos níveis de consumo.

As reservas internacionais, segundo o Banco Central do Brasil, têm se mantido em patamares acima de US\$200 bilhões (US\$239 bilhões em 31 de dezembro de 2009), esboçando aumento considerável comparativamente ao final de 2008.



## Resultado Operacional

O resultado operacional de 2009 reflete a estratégia de crescimento da Hypermarcas, uma combinação de crescimento orgânico de seus negócios e aquisições de empresas e marcas.

A Receita Bruta no ano de 2009 foi de R\$2.631,6 milhões, sendo R\$2.024,6 milhões referentes aos negócios pertencentes à Hypermarcas anteriormente e o restante às aquisições realizadas no período.

O Lucro Bruto em 2009 cresceu 48% em relação a 2008, e atingiu R\$1.182,3 milhões, o que representou uma margem de 58,4% da Receita Líquida, uma contração de 1,5 ponto percentual em relação à 2008.

O EBITDA foi de R\$511,7 milhões em 2009, 59% superior ao EBITDA em 2008 e atingiu uma margem em relação à Receita Líquida de 25,3%, 1,2 ponto percentual superior à margem observada em 2008.

Já o Lucro Líquido Caixa em 2009 foi de R\$444,4 milhões, o que representou crescimento de 56% em relação à 2008 com margem de 21,9% da Receita Líquida, 0,6 ponto percentual superior à lucratividade de 2008.

## Portfólio

A Hypermarcas consolidou um portfólio excepcional de marcas e produtos com grande reconhecimento em todo o país nos segmentos de Alimentos, Higiene e Limpeza, Beleza e Higiene Pessoal e Medicamentos.

Este portfólio está presente em inúmeros segmentos do mercado, com participações tanto de liderança como também de potencial de crescimento, com baixa concentração de clientes, não dependência de uma cadeia de matéria-prima, demanda uniforme ao longo dos diversos meses do ano. Esta combinação minimiza os riscos de exposição da Companhia para eventuais oscilações e permite um “Hedge Estratégico”, o que por sua vez permite um fluxo de caixa estável, sólido, crescente e de baixa volatilidade.





## Parque Industrial

Atualmente, a companhia opera nove complexos industriais no Brasil localizados em: Goiânia (GO), Itajaí (SC), Araçatuba (SP), Barueri (SP), São Paulo (SP), Taboão da Serra (SP), São Roque (SP), Guarulhos (SP) e Anápolis (GO). Todas essas unidades recebem investimentos constantes e possuem capacidade de produção suficiente para um novo ciclo de crescimento.

## Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2009, o nosso quadro de empregados era composto por 6.672 colaboradores nas áreas operacional e administrativa, dos quais 4.053 colaboradores são da área operacional e 2.619 são da área administrativa.

A tabela abaixo indica o número de funcionários nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, de acordo com as funções administrativas e operacionais:

Funcionários	2005	2006	2007	2008	2009
Administrativo	210	588	789	1.556	2.619
Operacional	615	973	1.847	2.413	4.053
<b>Total de colaboradores</b>	<b>825</b>	<b>1.561</b>	<b>2.636</b>	<b>3.969</b>	<b>6.672</b>

## Política de Responsabilidade Social

Nossa Política de Responsabilidade Social compreende o desenvolvimento do perfil de empresa cidadã, por meio de ações sociais que estimulam o respeito, a ética, a solidariedade, o crescimento pessoal, o equilíbrio e a preservação do meio ambiente.

Neste contexto, adotamos, entre outras medidas socialmente responsáveis, o desenvolvimento e treinamento de funcionários, o apoio à cultura, a inclusão social e a preservação do meio ambiente.

## Proteção ao Meio Ambiente

Consideramos o respeito à natureza um fator essencial para a evolução da vida e fundamental para o crescimento da empresa. Para isso, a organização está implementando o Programa de Gestão Ambiental, que inclui a educação ambiental e a preservação com o meio ambiente.

A empresa entende que o cuidado com o meio ambiente é um processo educativo que começa com conceitos básicos de preservação e conscientização e, portanto promove palestras e eventos objetivando despertar o respeito ao meio ambiente.



Temas como coleta seletiva, reciclagem, preservação de recursos naturais e notícias do meio ambiente são apresentados aos colaboradores contribuindo para a conscientização de que o respeito ao meio ambiente é responsabilidade de todos.

Atualmente a empresa trabalha com a coleta seletiva dos resíduos, reciclagem e incineração de resíduos perigosos.

### Câmara de Arbitragem

De acordo com o estatuto social da Companhia as disputas e controvérsias decorrentes ou relacionadas a este estatuto social, ao Regulamento do Novo Mercado, às disposições da Lei 6.404/76, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, aos Regulamentos da BOVESPA e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BOVESPA.

### Relacionamento com Auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos à Hypermarcas S.A.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2010.

**HYPERMARCAS S.A.**



**Hypermarcas S.A. e  
Hypermarcas S.A. e  
empresa controlada**  
Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2008 e 2007  
e parecer dos auditores independentes

## **Parecer dos auditores independentes**

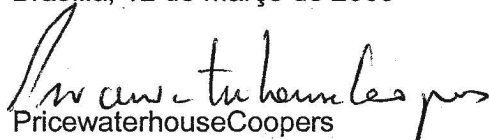
Aos Administradores e Acionistas  
Hypermarcas S.A.

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Hypermarcas S.A ("Companhia") e o balanço patrimonial consolidado da Hypermarcas S.A e sua controlada em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da empresa, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hypermarcas S.A. e da Hypermarcas S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações da Companhia referentes ao exercício findo nessa data, bem como o resultado consolidado das operações, os fluxos consolidados de caixa e os valores consolidados adicionados nas operações desse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Hypermarcas S.A.

- 4 Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial da Hypermarcas S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Hypermarcas S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2007, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 29 de janeiro de 2008. Conforme mencionado na Nota 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1o. de janeiro de 2008. Essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

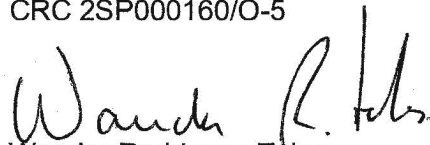
Brasília, 12 de março de 2009



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5



Wander Rodrigues Téles

Contador CRC 1DF005919/O-3 "S" SP



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Receita bruta de vendas</b>				
Mercado interno	1.587.439	764.485	1.769.783	1.095.273
Mercado externo	9.377	7.131	11.152	7.131
Deduções de vendas	<u>(370.511)</u>	<u>(188.740)</u>	<u>(447.941)</u>	<u>(264.962)</u>
<b>Receita líquida de vendas</b>	1.226.305	582.876	1.332.994	837.442
Custo dos produtos vendidos	<u>(482.064)</u>	<u>(274.616)</u>	<u>(534.938)</u>	<u>(357.945)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>744.241</u>	<u>308.260</u>	<u>798.056</u>	<u>479.497</u>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>				
Despesas com vendas e marketing (Nota 22 (a))	(409.222)	(193.194)	(437.355)	(270.708)
Despesas administrativas, gerais e tributárias (Nota 22 (b))	(63.192)	(35.814)	(72.521)	(48.207)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(8.422)</u>	<u>(1.272)</u>	<u>(7.423)</u>	<u>(1.567)</u>
<b>Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<u>263.405</u>	<u>77.980</u>	<u>280.757</u>	<u>159.015</u>
<b>Resultado de participações societárias</b>				
Participações em sociedades controladas (Nota 10 (b))	7.286	10.278		
Amortizações de (ágios) deságios, líquido	<u>(330.847)</u>	<u>(94.288)</u>	<u>(332.692)</u>	<u>(163.218)</u>
	<u>(323.561)</u>	<u>(84.010)</u>	<u>(332.692)</u>	<u>(163.218)</u>
<b>Resultado financeiro</b>				
Despesas financeiras (Nota 22 (c))	(311.005)	69.316	(318.460)	68.285
Receitas financeiras (Nota 22 (d))	<u>46.986</u>	<u>8.227</u>	<u>48.306</u>	<u>10.210</u>
	<u>(264.019)</u>	<u>77.543</u>	<u>(270.154)</u>	<u>78.495</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>(324.175)</u>	<u>71.513</u>	<u>(322.089)</u>	<u>74.292</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente (Nota 16)			(4.807)	(3.896)
Diferidos (Nota 16)	<u>116.299</u>	<u>(12.680)</u>	<u>119.020</u>	<u>(12.680)</u>
	<u>116.299</u>	<u>(12.680)</u>	<u>114.213</u>	<u>(16.576)</u>
Lucro (prejuízo) antes da participação minoritária	<u>(207.876)</u>	<u>58.833</u>	<u>(207.876)</u>	<u>57.716</u>
Participação minoritária nos resultados de controlada				1.117
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<u>(207.876)</u>	<u>58.833</u>	<u>(207.876)</u>	<u>58.833</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social no final do exercício</b>	<u>(1,0467)</u>	<u>0,4789</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Reserva de capital		Reservas de lucros			
	Capital	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>						
Integralizações de capital	55.754				(18.354)	37.400
Lucro líquido do exercício	354.896	240.200			58.833	595.096
Destinações do lucro líquido do exercício			2.024	38.455	(40.479)	58.833
<b>Em 31 de Dezembro de 2007</b>						
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 23 (c))	410.650	240.200	2.024	38.455	(29.410)	691.329 (29.410)
Saldo de abertura ajustado						
Distribuição pública primária de ações ordinárias	410.650	240.200	2.024	38.455	(29.410)	661.919
(-) custos incorridos – Deliberação CVM 556/08	308.081	304.309 (23.351)				612.390 (23.351)
Integralização de capital- incorporação de ações Farmasa - (Nota 12)	873.446					873.446
Prejuízo do exercício					(207.876)	(207.876)
Absorção de prejuízos com reservas de lucros			(2.024)	(38.455)	40.479	
<b>Em 31 de Dezembro de 2008</b>						
	1.592.177	521.158			(196.807)	1.916.528

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<b>2008</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(324.175)	(322.089)
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	29.950	32.426
Amortização de ágios	330.847	332.692
Resultado na venda de ativos permanentes	(82)	(260)
Equivalência patrimonial	(7.286)	
Perdas cambiais	248.019	251.621
Despesas de juros	16.000	18.533
<b>Resultado ajustado</b>	<b>293.273</b>	<b>312.923</b>
Redução (aumento) nas contas de ativos		
Contas a receber de clientes	(167.731)	(187.450)
Estoques	(26.087)	(23.634)
Impostos a recuperar	(34.390)	(42.688)
Depósitos judiciais	(159)	(587)
Demais contas a receber	4.650	6.980
Aumento (redução) nas contas de passivos		
Fornecedores	6.656	39.101
Imposto de renda e contribuição social pagos	(217)	(2.556)
Impostos a recolher	(9.904)	(10.224)
Salários e encargos sociais	3.566	3.383
Contas a pagar	20.756	9.682
Juros pagos	(3.819)	(5.079)
Outras contas a pagar	(9.216)	(14.589)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>77.378</b>	<b>85.262</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de empresas controladas menos caixas líquidos na aquisição	(550.267)	(490.490)
Compra de ativo imobilizado	(10.020)	(13.171)
Gastos com diferido	(334)	(334)
Compra de intangíveis	(75.777)	(75.853)
Recebimento pela venda de equipamentos	686	1.087
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(635.712)</b>	<b>(578.761)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimento pela emissão de ações	577.010	577.010
Integralização de capital		50
Recebimento por empréstimos tomados	354.516	287.646
Pagamento de empréstimos	(365.306)	(361.310)
Juros recebidos	47.398	47.362
Juros pagos por empréstimos	(4.799)	(6.830)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>608.819</b>	<b>543.928</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>50.485</b>	<b>50.429</b>
<b>Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>		
No início do período	99.220	99.330
No fim do período	149.705	149.759
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>50.485</b>	<b>50.429</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2008	
	Controladora	Consolidado
<b>Receitas</b>		
Vendas brutas de produtos e serviços	1.596.817	1.780.936
Outras receitas	544	1.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.224)	(6.443)
	<u>1.591.137</u>	<u>1.775.673</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(490.642)	(536.200)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(499.566)	(585.461)
	<u>(990.208)</u>	<u>(1.121.661)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>600.929</b>	<b>654.012</b>
Depreciação e amortização	(360.798)	(365.118)
	<u></u>	<u></u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>240.131</b>	<b>288.894</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	7.286	
Receitas financeiras	46.986	48.306
	<u>54.272</u>	<u>48.306</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>294.403</b>	<b>337.200</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>294.403</b>	<b>337.200</b>
Pessoal e encargos	113.160	138.053
Salários e encargos	91.412	111.926
Benefícios	21.748	26.127
Impostos, taxas e contribuições	68.958	74.730
Federais	(5.180)	(2.231)
Estaduais	72.570	75.096
Municipais	1.568	1.865
Financiadores	320.161	332.293
Juros	311.005	318.459
Aluguéis	9.156	13.834
Prejuízo do Exercício	(207.876)	(207.876)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<b>2007</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Origens dos recursos</b>		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	58.833	58.833
Participações em sociedades controladas	(10.278)	
Participação minoritária		(1.117)
Valor residual do ativo permanente baixado	548	1.021
Contingências	116	116
Depreciações	12.661	18.093
Amortizações de ágios/deságios líquidos	94.288	163.218
Outras amortizações	6.438	6.985
Créditos tributários	(23.426)	(23.426)
Impostos diferidos	36.106	36.106
Variações monetárias/cambiais de longo prazo	(95.131)	(95.620)
<b>Total dos recursos originários das operações</b>	<b>80.155</b>	<b>164.209</b>
De terceiros		
Integralização de capital e reserva	595.096	595.096
Aumento do exigível a longo prazo:		
Empréstimos e financiamentos	111.428	111.428
Títulos a pagar	719.381	719.381
Aumento/redução por incorporação de controladas	262.383	13.054
Redução do realizável a longo prazo	19.996	
<b>Total dos recursos originários de terceiros</b>	<b>1.708.284</b>	<b>1.438.959</b>
<b>Total dos recursos obtidos</b>	<b>1.788.439</b>	<b>1.603.168</b>
<b>Aplicações de recursos</b>		
Aumento do realizável a longo prazo	83.650	102.738
No ativo permanente		
Investimentos	1.434.358	1.300.926
Imobilizado	24.529	88.322
Diferido	8.560	11.084
Aumento por incorporação de controladas	93.661	
Redução do exigível a longo prazo	59.720	56.670
<b>Total dos recursos aplicados</b>	<b>1.704.478</b>	<b>1.559.740</b>
<b>Aumento no capital circulante</b>	<b>83.961</b>	<b>43.428</b>
<b>Variações no capital circulante</b>		
Ativo circulante	380.920	317.288
Passivo circulante	(296.959)	(273.860)
<b>Aumento no capital circulante</b>	<b>83.961</b>	<b>43.428</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **1 Contexto operacional**

A Hypermarcas é uma companhia brasileira de bens de consumo de massa, e atua em quatro principais linhas de negócio, com um amplo portfólio de marcas tradicionais: (i) higiene e limpeza; (ii) alimentos; (iii) beleza e higiene pessoal; e (iv) medicamentos isentos e com prescrição médica. Dentre as inúmeras marcas de nosso portfólio, destacam-se: Assolan, Mat Inset, Etti, Salsaretti, Finn, Zero Cal, Monange, Paixão, Cenoura & Bronze, Avanço, Rastro, Três Marchand, Éh!, Apracur, Atroveran, Benegrip, Biotônico Fontoura, Doril, Engov, Epocler, Estomazil, Gelol, Lactopurga, Melhoral, Merthiolate, Rinosoro, Lisador, Tamarine, Lucretin, Bozzano, NY.Looks, Personna e Niasi.

Os parques fabris e centros de distribuição estão localizados em São Paulo, Goiânia, Santa Catarina, Porto Alegre, Minas Gerais e Alagoas.

A produção de mercadorias relacionadas aos segmentos de beleza e higiene pessoal é parcialmente adquirida de terceiros.

A Companhia possui em sua unidade localizada em Goiás, um programa de incentivo fiscal-Fomentar, o qual financia parte do ICMS a pagar pelo prazo de 20 anos.

#### **Estrutura societária**

Em 16 de abril de 2008, foi deferido pela CVM, o registro de companhia aberta da Hypermarcas S.A. no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, BOVESPA para negociação de ações ordinárias de sua emissão.

Os recursos obtidos com a oferta estão sendo utilizados principalmente na aquisição de novas empresas, ativos e marcas, e no lançamento de novos produtos.

Desde o início de suas operações, a Companhia realizou diversas transações societárias alinhadas com sua estratégia de ampliação e investimento em um portfólio de marcas e produtos.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As aquisições representam foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas à obtenção de sinergias na estrutura de vendas, distribuição, operacional e administrativa, bem como no aproveitamento do potencial de expansão não explorado de marcas adormecidas. As seguintes principais transações societárias e/ou aquisições de marcas e direitos de uso foram efetuadas nos últimos dois anos, realizadas com terceiros, e cujos detalhes estão resumidos na Nota 12:

- . 2007 – Aquisições estratégicas nos negócios de: (i) alimentos, cosméticos e medicamentos, principalmente representados pela DM Indústria Farmacêutica Ltda., FINN Administradora de Marcas Ltda. e ÉH Cosméticos S.A. (50%), e (ii) de inseticidas e desodorizadores sanitários, com a aquisição da Sul Química Ltda. Nesse mesmo ano essas empresas foram incorporadas na Companhia, assim como a Etti Produtos Alimentícios Ltda., a Quimivale Industrial Ltda. e a Distribuidora Clean Ltda., empresas adquiridas até 2006.
- . 2008 – As principais aquisições nesse ano foram o Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – FARMASA, do segmento de medicamentos, a NIASI Indústria e Comércio Ltda. e APROV Comércio de Cosméticos Ltda., do ramo de produtos de beleza e a CEIL Comércio e Distribuidora Ltda., negócio de higiene pessoal e cosméticos. Excetuando-se a NIASI, as demais empresas foram incorporadas pela Companhia em 2008.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2009. Nessa mesma reunião foram também aprovados: (i) os estudos técnicos de viabilidade de que tratam os artigos 4º. e 6º. da Instrução CVM no. 371/02 (registro de créditos tributários diferidos) e (ii) análise da recuperação do valor dos ágios como previsto na Instrução CVM no. 319/99 e no CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM no. 527/07.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Visando uma melhor comparabilidade, o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi reclassificado para fins de comparação com o do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Essas reclassificações correspondem a saldos de ágios

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

reclassificados da rubrica “Investimento” para a rubrica do “Intangível” e saldos do “Diferido” para o “Intangível”.

Na elaboração de demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas referentes a provisões para perdas com créditos, obsolescência de estoques, à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, contingências passivas, determinação de provisão para imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### **3 Alteração na Lei das Sociedades por Ações**

Com a promulgação da Lei no. 11.638/07 e a edição da Medida Provisória no. 449/08, foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei no. 6.404/76 sobre matéria contábil, com vigência a partir das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto e sociedades de grande porte.

Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores e pela CVM em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei no. 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da Medida Provisória no. 449/08 aplicáveis à Companhia e sua controlada, e adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram as seguintes:

- a) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- b) Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme regulamentação do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.
- c) Criação de novo subgrupo de contas, denominado "Intangível", que inclui o ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial.
- d) Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido (teste de "impairment"), conforme regulamentado pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.
- e) Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, seguindo os critérios regulamentados pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente.
- f) Reserva de reavaliação de ativos. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a lei entrar em vigor, sendo no caso 31 de dezembro de 2008.
- g) Requerimentos de que instrumentos financeiros sejam classificados pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses contratos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, custos de transição atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- h) Custos incorridos na emissão de ações. Os custos incorridos na captação de recursos quando da emissão de ações, tais como, comissões pagas a instituições financeiras, honorários de consultores, auditores independentes, etc., passaram a ser registrados diretamente na conta de Reserva de Capital, a qual registrou os prêmios recebidos nas emissões de novas ações.
- i) Revogação e restrição de lançamentos nas contas "Ativo Diferido", onde os saldos existentes foram substancialmente reclassificados para o "Ativo Intangível".
- j) Eliminação das contas de Receitas e Despesas não operacionais na demonstração do resultado, sendo os referidos saldos reclassificados para Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- k) Plano de opções de ações. A despesa referente ao Plano de opções de ações, quando houver, deve ser reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício, a qual é representada pelos benefícios dessas opções outorgadas a administradores e empregados. A Companhia possui Planos de opções aprovados nas AGEs de 24 de março e 29 de dezembro de 2008, sendo que estas não foram outorgadas no exercício; conseqüentemente, não houve qualquer reconhecimento de despesa no exercício de 2008
- l) A Administração da Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de Janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei no. 11.638/07 e pela Medida Provisória no. 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07 e Medida Provisória no. 449/08, aprovado pela Deliberação CVM no. 565 de 17 de dezembro de 2008, todos os ajustes com impacto no resultado poderiam ser efetuados contra a conta de prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei no. 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras. O principal impacto no patrimônio líquido está associado a apuração do ajuste a valor presente conforme mencionado no item “e” e apresentado na Nota 23 (c).



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como antes mencionado, alguns saldos patrimoniais de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações financeiras de 2008. As reclassificações efetuadas não tiveram impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007, e estão assim apresentadas:

<b>Controladora</b>			
<b>31 de dezembro de 2007</b>			
	<b>Saldos</b>		<b>Valor</b>
	<b>Original</b>	<b>Reclassificado</b>	<b>reclassificado</b>
Ativo não circulante			
Créditos tributários	37.268	120.918	83.650
Ágio em empresas incorporadas	1.274.971		(1.274.971)
Imobilizado	156.712	110.425	(46.287)
Intangível		1.246.798	1.246.798
Diferido	10.263	1.073	(9.190)
<b>Consolidado</b>			
<b>31 de dezembro de 2007</b>			
	<b>Saldos</b>		<b>Valor</b>
	<b>Original</b>	<b>Reclassificado</b>	<b>reclassificado</b>
Ativo não circulante			
Créditos tributários	37.268	120.918	83.650
Investimentos em controladas	8.166		(8.166)
Ágio em empresas incorporadas	1.274.971		(1.274.971)
Imobilizado	157.300	110.761	(46.539)
Intangível		1.255.545	1.255.545
Diferido	10.592	1.073	(9.519)

As referidas reclassificações foram decorrentes principalmente da criação do Grupo Ativo Intangível.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **4 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

##### **(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

##### **(b) Instrumentos financeiros**

##### **(i) Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

#### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **Valor justo**

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

#### **(ii) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge***

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre seus títulos a pagar. Esses derivativos não são utilizados para fins especulativos e são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados também ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 26.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(c) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

#### **(d) Estoques**

Os estoques de matérias-primas e embalagens são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Fixa. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

#### **(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 16).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros, trazidos a valor presente (Nota 16 (b)). Essas projeções, são baseadas em estudos técnicos elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos tributários relacionados a ágios apurados de acordo com as Instruções CVM 319 e 349, isto é, líquidos da provisão para realização tributária, estão apresentados pelos seus valores de realização. Os referidos ágios estão fundamentados em expectativa de rentabilidade futura.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(f) Investimentos em controladas**

**(i) Custo e/ou valor patrimonial**

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

**(ii) Ágio**

O ágio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio é registrado no grupo de investimentos.

Os ágios apurados pela controladora nas aquisições de empresas incorporadas estão fundamentados em rentabilidade futura e vêm sendo amortizados em até 5,5 anos. O ágio apurado na época pelo Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – Farmasa em sua controlada Barrenne vem sendo amortizado em até 10 anos.

Os ágios das empresas incorporadas são transferidos para Intangível, assim como os ágios das empresas consolidadas.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece perdas adicionais, em virtude de obrigações ou pagamentos em nome dessas sociedades.

**(g) Conversão em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(h) Imobilizado**

Terrenos, edificações máquinas e instalações compreendem principalmente fábricas e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

#### **(i) Intangíveis**

##### **Pesquisa e desenvolvimento**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos.

##### **Programas de computador (softwares)**

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos relacionados a implantação de sistemas, principalmente, serviços de consultoria, são reconhecidos como ativo e são amortizados usando-se o método linear.

**Ágio** - inclui os ágios das empresas incorporadas e também os ágios das empresas consolidadas.

#### **(j) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

#### **(k) Diferido** - formado principalmente por despesas pré-operacionais e de reorganização; é amortizado no período de até dez anos.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(l) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON e Instrução CVM 489 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros, o Empréstimo Fomentar e o Parcelamento PAEX são contabilizados aos seus valores presentes conforme Deliberação CVM 564/08.

#### **(m) Empréstimos**

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

#### **(n) Apuração do resultado e reconhecimento de receita**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador.

#### **(o) Resultado por ação**

Calculado considerando-se o número total de ações existente na data de encerramento dos exercícios, excluídas as ações mantidas em tesouraria, quando existirem.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (p) Demonstrações financeiras consolidadas e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Assim sendo, são eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas de ativos e passivos, e as receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas controladas. Os lucros não realizados entre as empresas são eliminados.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 abrangem as demonstrações financeiras da controladora Hypermarcas S.A. e da controlada Niasi Industria e Comércio Ltda. (apenas 2008) e da ÉH Cosméticos S.A. (apenas 2007). Na controladora, as demonstrações de resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado abrangem também as operações do mês de dezembro de 2008 das controladas incorporadas em 29 de dezembro de 2008: ÉH Cosméticos S.A., Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – FARMASA, CEIL Comércio e Distribuidora Ltda., e APROV Comércio de Cosméticos Ltda.

A seguir, demonstramos os principais saldos dos balanços patrimoniais das empresas incorporadas:

	<b>ÉH Cosméticos</b>	<b>Farmasa</b>	<b>Ceil Comércio</b>	<b>Aprov Comércio</b>
Balanco patrimonial:				
Ativo				
Circulante	115	50.464	49.400	98.906
Não circulante		136.625	3.876	3.608
Investimento, Imobilizado e Intangível	824	65.968	1.030	1.817
Total do Ativo	<u>939</u>	<u>253.057</u>	<u>54.306</u>	<u>104.331</u>
Passivo				
Circulante	5	52.953	25.627	85.696
Não circulante	925	71.061	5.505	15.821
Patrimônio líquido	9	129.043	23.174	2.814
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>939</u>	<u>253.057</u>	<u>54.306</u>	<u>104.331</u>



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e bancos	6.713	26.174	6.767	26.212
Aplicações financeiras:				
Debêntures – Operações compromissadas	4.844	69.403	4.844	69.403
Fundo de renda variável		3.040		3.040
Fundo de renda fixa	34.465		34.465	
CDB	102.845		102.845	
Outras	838	603	838	675
	142.992	73.046	142.992	73.118
	149.705	99.220	149.759	99.330

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB têm rendimento entre 102,9% e 104,0% (com média ponderada de 103,6%) da variação do CDI e foram classificados no curto prazo com base na possibilidade de resgate e expectativa de utilização dos recursos pela Companhia.

Debêntures – operações compromissadas, referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

#### 6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Clientes no país	509.401	231.499	517.374	234.396
Clientes no exterior	116	148	116	148
	509.517	231.647	517.490	234.544
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.284)	(11.716)	(25.294)	(11.716)
	484.233	219.931	492.196	222.828

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Produto acabado	65.398	39.989	71.937	39.989
Produto semi-acabado	22.675	38.187	26.851	38.187
Matéria-prima	63.185	37.334	66.652	37.334
Manutenção e suprimentos	14.460	5.395	14.479	5.443
Mercadoria para revenda	50.374	1.559	51.057	2.307
Provisão para realização de estoque	(20.488)	(4.886)	(20.846)	(4.886)
	<u>195.604</u>	<u>117.578</u>	<u>210.130</u>	<u>118.374</u>

#### 8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
IRPJ a recuperar	178	962	517	962
CSLL a recuperar	549	350	675	350
Impostos federais (Pis/Cofins/IPI/outros)	29.932	2.741	30.147	2.826
ICMS (saldo credor e substituição tributária)	<u>45.239</u>	<u>2.737</u>	<u>52.572</u>	<u>2.737</u>
	<u>75.898</u>	<u>6.790</u>	<u>83.911</u>	<u>6.875</u>
Circulante	<u>74.571</u>	<u>6.002</u>	<u>82.584</u>	<u>6.087</u>
Não circulante	<u>1.327</u>	<u>788</u>	<u>1.327</u>	<u>788</u>

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 9 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Comissão carta fiança (i)	7.896	10.207	7.896	10.207
Despesas com publicidade e propaganda (ii)	3.611	16.930	3.611	16.930
Outros	1.758	598	2.227	598
	13.265	27.735	13.734	27.735
Circulante	7.680	19.838	8.149	19.838
Não circulante	5.585	7.897	5.585	7.897

- (i) Refere-se a comissão do coordenador líder na obtenção da carta de fiança para garantir a dívida junto ao ex-quotista da DM Indústria Farmacêutica Ltda., conforme mencionado na Nota 20. O prazo original da carta de fiança é de 5 anos e o valor pago vem sendo amortizado linearmente.
- (ii) O saldo é composto principalmente por custos de produção de comerciais e eventos cujos lançamentos de produtos ocorrerão em 2009.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

604

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Equivalência patrimonial

	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008	Participação %	Resultado acumulado de equivalência patrimonial 2008	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2008	Resultado acumulado de equivalência patrimonial 2007	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2007
DM Indústria Farmacêutica Ltda. (i)		99,99			2.627	
Quimivale Industrial Ltda. (i)		99,99			5.822	
Sul Química Ltda. (i)		100			3.948	
EH Cosméticos S.A.(ii)		100	(2.758)		(1.835)	9.525
Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – FARMASA (ii)		100	(7.623)			
CEIL Comércio e Distribuidora Ltda.(ii)		100	10.143			
Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. (iii)	17.727	100	(999)	17.727		
Aprov Comércio de Cosméticos Ltda. (ii)		100	8.523			
			7.286	17.727	10.562	9.525
Distribuidora Clean Ltda. (i)		99,99			(284)	
			7.286	17.727	10.278	9.525

(i) Empresas incorporadas em 2007

(ii) Empresas incorporadas em 2008

(iii) A Hypermarcas é detentora de 100% das 28.353.009 quotas da Niasi.

Os detalhes sobre o histórico de aquisição de empresas e constituição dos respectivos ágios estão demonstrados na Nota 12.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11

#### Imobilizado

#### Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas vasilhames e outros	Total em operação	Obras em andamento	Provisão para perdas	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2007 (reclassificado)										
Adições	2.040	19.401	78.688	468	2.486	7.465	110.548	2.778	(2.901)	110.425
Adições por incorporação		523	6.630	189	394	813	8.549	1.471		10.020
Alienação	130	2.925	15.953	302	1.962		21.272	12.336		33.608
Transferência para longo prazo			(34)	(373)	(89)		(496)			(496)
Transferência			(1.341)	(13)		(334)	(1.688)	(117)		(1.688)
Depreciação/amortização		(1.204)	(14.231)	(172)	(647)	(3.309)	(19.563)			(19.563)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.170	21.645	85.665	401	4.106	4.635	118.622	16.468	(2.901)	132.189
Custo total	2.170	32.139	194.566	2.362	8.900	13.055	253.192	16.468		269.660
Depreciação acumulada		(10.494)	(108.901)	(1.961)	(4.794)	(8.420)	(134.570)		(2.901)	(137.471)
Valor residual	2.170	21.645	85.665	401	4.106	4.635	118.622	16.468	(2.901)	132.189
Taxas anuais médias de depreciação - %		5,70%	15,94%	20%	10%	20%				

#### Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas vasilhames e outros	Total em operação	Obras em andamento	Provisão para perdas	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2007 (reclassificado)										
Adições	2.040	19.401	79.007	468	2.489	7.464	110.869	2.793	(2.901)	110.761
Aquisição de empresas		523	7.409	190	407	813	9.342	3.829		13.171
Alienação	130	2.960	32.083	591	3.086	1.076	39.926	10.759		50.685
Baixa de reavaliação			(39)	(619)	(93)		(751)			(751)
Transferência para longo prazo			(11.532)	(13)	(548)	(334)	(12.080)			(12.080)
Transferência			(1.341)	(16)			(1.688)	(117)		(1,688)
Depreciação/amortização		(1.239)	(16,025)	(216)	(781)	(3,365)	(21,626)			(21,626)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.170	21.645	89.578	401	4.560	5.654	124.008	17.264	(2.901)	138.371

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas vasilhames e outros	Total em operação	Obras em andamento	Provisão para perdas	Imobilizado total
Custo total	2.170	32.139	206.663	2.362	10.285	15.834	269.453	17.264		286.717
Depreciação acumulada		(10.494)	(117.085)	(1.961)	(5.725)	(10.180)	(145.445)		(2.901)	(148.346)
Valor residual	2.170	21.645	89.578	401	4.560	5.654	124.008	17.264	(2.901)	138.371
Taxas anuais médias de depreciação - %		5,86%	17,36%	20%	10%	20%				

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 12 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Ágio em empresa não incorporada NIASI Comércio de Cosméticos Ltda.			50.557	
Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas				
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029	1.081.436	743.029	1.081.436
Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. - FARMASA	666.808		666.808	
APROV Comércio de Cosméticos Ltda.	281.905		281.905	
CEIL Comércio e Distribuidora Ltda.	146.899		146.899	
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	33.955		33.955	
Sul Química Ltda.	32.491	42.500	32.491	42.500
Etti Produtos Alimentícios Ltda.	18.319	26.406	18.319	26.406
FINN Administradora de Marcas Ltda.	17.857	23.351	17.857	23.351
ÉH Cosméticos S.A.	15.963		15.963	8.166
Quimivale Industrial Ltda e Distribuidora Clean Ltda.	10.231	17.885	10.231	17.885
Castro Verde Participações Ltda.	(129)	(257)	(129)	(257)
	<u>1.967.328</u>	<u>1.191.321</u>	<u>2.017.885</u>	<u>1.199.487</u>
Direitos de uso				
	<u>44.075</u>	<u>19.196</u>	<u>44.085</u>	<u>19.212</u>
Marcas e patentes				
	<u>68.343</u>	<u>27.108</u>	<u>68.343</u>	<u>27.344</u>
Implantação de sistemas				
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	<u>10.124</u>	<u>8.723</u>	<u>10.163</u>	<u>9.052</u>
	<u>479</u>	<u>450</u>	<u>479</u>	<u>450</u>
	<u>2.090.349</u>	<u>1.246.798</u>	<u>2.140.955</u>	<u>1.255.545</u>



## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NIASI e APROV - Em outubro de 2008, foram adquiridas as empresas Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda., pelo valor total de R\$ 366 milhões. A Aprov foi incorporada em dezembro de 2008.

DM - Em junho de 2007, a DM Indústria Farmacêutica Ltda. foi adquirida pelo montante de R\$ 1.191.689 resultando em ágio por aproximadamente o mesmo montante. Na mesma data, houve um aumento de capital no montante de R\$ 112.166, mediante a subscrição e integralização de novas quotas. A empresa foi incorporada em outubro de 2007.

FARMASA - Em 1o. de junho de 2008, a Companhia e o Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. -, firmaram Acordo de Incorporação de Ações, visando à incorporação de todas as ações representativas do capital social do FARMASA ao patrimônio líquido da Hypermarcas, nos termos do artigo 252 da Lei no. 6.404/76, tendo como contrapartida a subscrição, para acionistas do FARMASA, de novas ações da Hypermarcas. Em decorrência desta incorporação, o capital social subscrito e integralizado da Hypermarcas foi aumentado em R\$ 873.446, com a emissão de 39.720.140 ações ordinárias, representativas de 20% do seu capital social. O Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações, estabeleceu que a incorporação das ações gerou efeitos a partir de 01 de julho de 2008, data da efetivação da operação. A referida transação resultou em ágio de R\$ 732.254. A empresa foi incorporada em dezembro de 2008. O ágio vem sendo amortizado em 5 anos.

CEIL - Em 28 de julho de 2008, a CEIL Comércio e Distribuidora Ltda. foi adquirida pelo montante de R\$ 173.388, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 160.357. (A empresas foi incorporada em dezembro de 2008.

SUL QUÍMICA - Em março de 2007 a Companhia adquiriu 90% de participação acionária na empresa Sul Química Ltda. , no montante de R\$ 50.566. Em setembro de 2007, a companhia adquiriu os 10% de participação restantes, pelo montante de R\$ 8.900, resultando em ágio complementar de aproximadamente R\$ 7.700. A empresa foi incorporada em outubro de 2007.

ETTI - Em março de 2006, a Companhia adquiriu o controle da Etti Produtos Alimentícios Ltda., pelo valor de R\$ 71.400. A empresa foi incorporada em janeiro de 2007.

FINN - Em março de 2007 foi adquirida 100% da FINN Administradora de Marcas Ltda. no montante de R\$ 27.477. A empresa foi incorporada em outubro de 2007.

ÊH COSMÉTICOS - Em março de 2007 adquiriu 50% do controle acionário da ÊH Cosméticos S.A. no montante de R\$ 12.800. Em janeiro de 2008, a Companhia adquiriu os 50% restantes, pelo montante de R\$ 13.510, resultando em ágio complementar de aproximadamente R\$ 12.150. A empresa foi incorporada em dezembro de 2007.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

QUIMIVALE - Em fevereiro de 2005, a Companhia adquiriu o controle da Quimivale e Distribuidora Clean (através do controle de sua holding Baule Participações S.A., posteriormente incorporada na Hypermarcas), pelo montante de aproximadamente R\$ 34.700. O valor da transação contemplou uma reserva para garantia a ser utilizada para fazer frente a contingências de autos de infração. As empresas foram incorporadas em novembro de 2007.

Os ágios estão suportados por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital de Giro (WACC na sigla em inglês).

### Movimentação dos saldos

#### Controladora

	Direitos de uso	Marcas e patentes	Implantação de sistemas	Pesquisa e desenvolvimento de produtos	Ágios adquiridos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007 (reclassificado)	19.196	27.108	8.723	450	1.191.321	1.246.798
Ajustes a valor presente (i)					(148.337)	(148.337)
Adições	30.526	40.620	4.474	159	1.252.530	1.328.309
Adições por incorporação	725	615	368			1.708
Alienação	(107)					(107)
Transferência	117					117
Amortização	(6.382)		(3.441)	(130)	(328.186)	(338.139)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	44.075	68.343	10.124	479	1.967.328	2.090.349
Custo total	111.203	68.343	16.814	721	2.464.303	2.661.384
Amortização acumulada	(67.128)		(6.690)	(242)	(496.975)	(571.035)
Valor residual	44.075	68.343	10.124	479	1.967.328	2.090.349
Taxas anuais de amortização - %			20%	20%		

(i) a contrapartida foi substancialmente registrada em títulos a pagar como demonstrado na Nota 20.

# **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## **Consolidado**

	Direitos de uso	Marcas e patentes	Implantação de sistemas	Pesquisa e desenvolvimento de produtos e outros	Ágios adquiridos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007 (reclassificado)	19.212	27.344	9.052	450	1.199.487	1.255.545
Ajustes de exercícios anteriores					(148.337)	(148.337)
Adições	30.526	40.695	4.474	159	1.299.427	1.375.281
Aquisição de empresas	1.036	380	192			1.608
Alienação	(109)	(76)				(185)
Transferência	101					101
Amortização	(6.681)		(3.555)	(130)	(332.692)	(343.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	44.085	68.343	10.163	479	2.017.885	2.140.955
Custo total	111.209	68.343	17.018	721	2.517.153	2.714.444
Amortização acumulada	(67.124)		(6.855)	(242)	(499.268)	(573.489)
Valor residual	44.085	68.343	10.163	479	2.017.885	2.140.955
Taxas anuais de amortização - %			20%	20%		

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 13 Diferido – Despesas pré-operacionais

##### Controladora e consolidado

	<b>Despesas pré-operacionais</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2007 (reclassificado)	1.073
Aquisição	334
Amortização	(434)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	973
Custo total	4.518
Amortização acumulada	(3.545)
Valor residual	973
Taxas anuais de amortização- %	20%

Conforme permitido pela Medida Provisória 449/08, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível, permanecerá no ativo diferido sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

#### 14 Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Fornecedores no país	90.343	24.863	78.208	25.398
Fornecedores no exterior	8.210	5.419	8.254	5.419
	98.553	30.282	86.462	30.817

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 15 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros - 2008 - %	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Conta Garantida	CDI + 4,6%	14.049	20.143	14.049	21.095
Compror	CDI + 0,20% a.m.		20.028		20.028
Financiamento Centro-Oeste - FCO	10% a.a.	15.013	15.607	15.013	15.607
Capital de giro	CDI + 3,7% a.a.	76.688	10.045	80.570	10.045
Comissão carta de fiança	0,875% a 2,125% a.a.	8.044	3.862	8.044	3.862
Financiamento em moeda local	125% e 103,5% CDI		28.646		28.646
Financiamento em moeda estrangeira curto prazo	VC + 7,13% a 7,17% a.a.	115.410	23.159	115.410	23.159
Financiamento em moeda estrangeira longo prazo	VC + 7,08% / 7,13%/7,17%/6,85% a.a.	116.645	150.647	116.645	150.647
Leasing	CDI + 3% a.a.	321		771	
FINAME e outros	TJLP, 13,95%a.a. e 10%a.a.	3.383	3.923	4.615	3.923
FINIMP	VC + taxa Libor 2,90% a 6,38% a.a.	18.735	14.891	18.735	14.891
FINEP	TJLP + 1,56% a.a	10.218		10.218	
Banco Itaú S.A. "Fixed rate notes"	4,55% + VC	9.506		9.506	
BNDES – PROFARMA	TJLP + 2,476% a.a	50.747		50.747	
Banco Regional de Brasília – BRB – PRÓ-DF	2,4265% a.a.	37		37	
Crédito Rural	6,75% a.a.		4.478		4.478
		<u>438.796</u>	<u>295.429</u>	<u>444.360</u>	<u>296.381</u>
Circulante		<u>244.154</u>	<u>128.650</u>	<u>248.840</u>	<u>129.602</u>
Não circulante		<u>194.642</u>	<u>166.779</u>	<u>195.520</u>	<u>166.779</u>

(a) Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
2009		87.234		87.234
2010	129.698	72.399	130.014	72.399
2011	21.200	3.459	21.508	3.459
2012	15.140	2.767	15.390	2.767
2013	12.783	920	12.789	920
2014	8.480		8.480	
2015	7.341		7.339	
	<u>194.642</u>	<u>166.779</u>	<u>195.520</u>	<u>166.779</u>

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Garantia dos financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Duplicatas a receber - clientes				
Caucionadas	25.539	10.710	27.405	10.710
Carta de Fiança	170.052		170.052	
Aval da Monte Cristalina S.A. – empresa ligada	449.384	265.856	449.384	265.856
Imobilizado (valor líquido)				
Penhorado	32.334	28.412	32.753	28.412
	<u>677.309</u>	<u>304.978</u>	<u>679.594</u>	<u>304.978</u>

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 16 Imposto de renda e contribuição social

##### (a) Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, baseado em estudo de realização feito pela administração considerando a geração de resultados tributáveis, a partir de 2009.

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
<b>Crédito tributário:</b>				
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	95.030	27.064	95.030	27.064
Diferenças temporárias, substancialmente ágios amortizados	78.956	10.204	83.767	10.204
	173.986	37.268	178.797	37.268
Ágio de empresas incorporadas conforme CVM 319/99:				
Erches Participações Ltda.	64.710	83.650	64.710	83.650
Setiba Participações S.A.	56.383		56.383	
	121.093	83.650	121.093	83.650
	295.079	120.918	299.890	120.918
Ativo circulante	79.236		84.047	
Ativo não circulante	215.843	120.918	215.843	120.918

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O crédito tributário sobre o ágio de empresas incorporadas corresponde ao imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a diferença entre o valor contábil do ágio e sua base fiscal:

- Erches - Em 02 de junho de 2007, a Erches Participações Ltda., empresa pertencente a acionista estrangeiro, adquiriu 38% do controle acionário da Hypermarcas, por meio da integralização de R\$ 480.400. A referida aquisição resultou em um ágio de R\$ 278.518, o qual foi registrado líquido da provisão para realização de crédito tributário de R\$ 183.822, resultando em ágio líquido de R\$ 94.696, registrado no Realizável a longo prazo. A empresa foi incorporada em junho de 2007.

- Setiba - Em 31 de março de 2008, a então controladora do Farmasa, Setiba Participações S.A. foi cindida com a parcela do investimento no Farmasa, tendo sido incorporada na mesma data por sua controlada Farmasa. Sobre o valor do ágio existente foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor total do ágio e o benefício fiscal de sua amortização.

#### (b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Valor líquido dos créditos	
	2008	2007
2008		
2009	73.696	
2010	56.784	24.295
2011	56.784	29.208
2012	23.332	44.426
2013	40.315	22.989
2014 a 2017	44.168	
	295.079	120.918

A estimativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias ocorrerá até o final de 2017, de acordo com estudos realizados pela Administração, haja vista a projeção de resultados positivos futuros decorrentes das reestruturações societárias que vêm ocorrendo, mencionada na Nota 1, que consideram: (i) grande volume de marcas bem posicionadas no mercado; (ii) atuação diversificada em quatro segmentos de mercado; e (iii) fluxos de caixa positivos e crescentes.



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2008		31/12/2007	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(324.175) (7.286)	(322.089)	71.513 (10.278)	74.292
<b>Base de apuração</b>	(331.461)	(322.089)	61.235	74.292
Alíquota imposto de renda e contribuição social (%)	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social – alíquota nominal</b>	112.697	109.510	(20.819)	(25.259)
(Adições) / Exclusões – diferenças temporárias	(129.480)	(126.029)	29.764	29.764
Amortização de ágio	(36.197)	(36.197)	(2.734)	(2.734)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras	(9.172)	(5.747)	(3.608)	(3.608)
Resultado de variação cambial - diferido	(84.111)	(84.085)	36.106	36.106
(Adições)/ Exclusões – permanentes	26.457	26.193	8.139	8.139
Parcela de IR e CS não sujeita ao Lucro Real RTT	10.224	10.224		544
Imposto de renda e contribuição social corrente		(4.807)		(3.896)
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	19.898	19.898	17.084	17.084
IR e CS sobre diferenças temporárias	93.230	94.374	6.342	6.342
Constituição do período	113.128	114.272	23.426	23.426
Realização (reversão) de obrigações fiscais diferidas	35.716	35.716	(36.106)	(36.106)
Realização sobre ágio – IN. CVM 319/99	(18.939)	(18.939)		
Crédito tributário lançado diretamente em reservas de capital – IN. CVM 556/08 e CPC 08/2008	(12.029)	(12.029)		
Outros	(1.577)			
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>116.299</b>	<b>119.020</b>	<b>(12.680)</b>	<b>(12.680)</b>

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Regime Tributário de Transição

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, as companhias poderão optar pelo Regime Tributário de Transição - RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A opção por este regime se dará quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração que, neste momento, indicam a opção pelo RTT.

#### (c) Obrigações fiscais diferidas

	31/12/2008			31/12/2007		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Variação cambial						
Ajustes Lei 11.638/07	4.183	1.506	5.689	26.549	9.557	36.106
(ajustes a valor presente)						
	4.183	1.506	5.689	26.549	9.557	36.106
Curto prazo				4.806	1.730	6.536
Longo prazo	4.183	1.506	5.689	21.743	7.827	29.570

A Companhia se utilizou da prerrogativa prevista na MP 2.158-35/2001, de diferir o imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado líquido da variação cambial dos direitos e obrigações.

A controladora utiliza a sistemática do lucro real e calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 17 Transações entre partes relacionadas

##### (i) Transações e saldos

As transações entre partes relacionadas são realizadas em prazos e encargos acordados entre as partes envolvidas.

	31/12/2008		31/12/2007	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
<b>Receitas por vendas</b>				<b>130</b>
Sul Química Ltda.				130
<b>Contas a receber sociedades ligadas</b>	<b>51</b>	<b>567</b>	<b>196</b>	<b>4</b>
Distribuidora Clean Ltda.				3
APROV Comércio de Cosméticos Ltda.		89		
NIASI Comércio de Cosméticos Ltda.		346		
Maiorem S.A. de C.V.	51	6	45	
Éh Cosméticos S.A.		68		
CEIL Comércio e Distribuidora Ltda.		58		
Outros			151	1
<b>Compras</b>		<b>(47.635)</b>		<b>(2.458)</b>
Sul Química Ltda.				(2.149)
Fluss Indústria e Comércio Ltda.				(309)
Éh Cosméticos S.A.		(1.427)		
Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. - FARMASA		(46.208)		
<b>Contas a pagar sociedades ligadas</b>		<b>(2.226)</b>		<b>(122)</b>
Quimivale Industrial Ltda.				(122)
Sul Química Ltda.				
Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. - FARMASA		(2.035)		
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda .		(191)		
<b>Aluguéis e despesas relacionadas</b>		<b>(1.244)</b>		<b>(6.985)</b>
Quimivale Industrial Ltda.				(6.985)
Farmib Administradora de bens Ltda.		(854)		
TV Serra Dourada Ltda.		(390)		
<b>Publicidade</b>		<b>(1.738)</b>		
TV Serra Dourada Ltda.		(1.738)		
<b>Venda de Ativo Permanente</b>		<b>134</b>		
Monte Cristalina S.A.		134		

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (ii) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, a qual inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê Executivo e o chefe da auditoria interna, totalizou R\$ 14.372 (2007 – R\$ 1.873).

#### 18 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
ICMS a recolher	11.339	9.773	12.545	9.830
IPI a recolher	2.066	2.891	2.158	2.891
PIS a recolher	1.594	2.005	1.594	2.005
COFINS a recolher	7.423	9.397	7.423	9.397
Parcelamento de tributos federais – PAEX (Nota 21) (i)	1.698	2.530	1.698	2.530
Outros impostos a recolher	1.228	219	1.884	314
	<u>25.348</u>	<u>26.815</u>	<u>27.302</u>	<u>26.967</u>

(i) Líquido do ajuste a valor presente de R\$ 1.029 em 31 de dezembro de 2008.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 19 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Fretes a pagar	10.291	4.947	10.291	4.947
Serviços prestados	10.342	3.388	10.342	3.475
Acordos, verbas comerciais e outros – clientes (i)	73.455	13.119	73.455	13.119
Publicidade	12.675	29.387	12.675	29.387
Adiantamento de clientes		921		921
Comissões para representantes	647	688	647	688
Aluguéis	490	660	490	691
Campanhas comerciais		663		743
Outros	23.886	5.970	28.894	6.100
	<u>131.786</u>	<u>59.743</u>	<u>136.794</u>	<u>60.071</u>

- (i) Os acordos, verbas comerciais e outros - clientes incluem valores e provisões relacionados com vendas, que de uma maneira geral são devidos aos clientes e têm como contrapartida as próprias vendas a esses clientes. As verbas e acordos comerciais, quando negociados junto aos canais de vendas, visam principalmente exposição adicional e divulgação dos produtos junto aos consumidores, e no caso do canal indireto, trata-se de incentivos comerciais e/ou fidelização desses clientes.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20 Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda. (i)	789.942	758.403	789.942	758.403
(-) Ajuste a valor presente (Nota 3 (e))	(110.466)		(110.466)	
	679.476	758.403	679.476	758.403
Aquisição de marcas (iii)	60.938		60.938	
(-) Ajuste a valor presente (Nota 3 (e))	(9.087)		(9.087)	
	51.851		51.851	
Aquisição Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.	50.445		50.445	
Aquisição Niasi Indústria de Cosméticos Ltda.	45.493		45.493	
Aquisição da Sul Química Ltda. (ii)	12.274	11.172	12.274	11.172
Aquisição da FINN Administradora de Marcas Ltda. (ii)	7.852	12.576	7.852	12.576
Aquisição da ÉH Cosméticos S.A.(ii)	1.448		1.448	
Aquisição da Quimivale Industrial Ltda. e Distribuidora Clean Ltda.	385	346	385	346
Aquisição CEIL Comércio e Distribuidora Ltda.	101		101	
Aquisição Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	13.651		13.651	
Aquisição de Direito de Uso	8.944		8.944	
	140.593	24.094	140.593	24.094
	871.920	782.497	871.920	782.497
Passivo circulante	114.944	135.312	114.944	135.312
Passivo não circulante	756.976	647.185	756.976	647.185

(i) A dívida está garantida por Carta de Fiança (Nota 9), contratada com banco de primeira linha, a qual é reduzida anualmente, conforme cronograma de amortizações. O contrato prevê cláusula de ajuste do pagamento das parcelas de acordo com a variação cambial do dólar dos Estados Unidos.

(ii) Atualização de acordo com taxas do mercado financeiro, basicamente CDI.

(iii) O contrato de Aquisição das marcas (NY. Looks, Bia Blanc, Radical, Aroma & Cor, Day, Dois! Earth, Um!, Três!, Ski, Sun, e Eco) com a Brasil Global Ltda. prevê uma retenção do preço de R\$ 12 milhões para garantir eventuais contingências da vendedora. Tal valor é investido sob orientação do credor, e em 31 de dezembro de 2008 encontra-se aplicado em ações, registrado no realizável a longo prazo, e, conseqüentemente, tanto o investimento quanto a respectiva parcela da dívida encontram-se valorizados a valor de mercado das ações. O saldo remanescente da dívida é atualizado de acordo com a variação cambial. A dívida está garantida por Carta de Fiança.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2008</u>
2010	179.832
2011	241.860
2012	263.330
2013	<u>71.954</u>
	<u>756.976</u>

#### 21 Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Empréstimo Fomentar (i)	11.337	8.899	11.337	8.899
(-) Ajuste a valor presente	<u>(9.641)</u>		<u>(9.641)</u>	
	<u>1.696</u>	<u>8.899</u>	<u>1.696</u>	<u>8.899</u>
Parcelamento de tributos federais-PAEX (ii)	22.501	24.481	22.501	24.481
(-) Ajuste a valor presente	<u>(7.090)</u>		<u>(7.090)</u>	
	<u>15.411</u>	<u>24.481</u>	<u>15.411</u>	<u>24.481</u>
INSS parcelamento	637	845	786	845
Outros parcelamentos	<u>645</u>		<u>645</u>	
	<u>1.282</u>	<u>845</u>	<u>1.431</u>	<u>845</u>
	<u>18.389</u>	<u>34.225</u>	<u>18.538</u>	<u>34.225</u>
Passivo circulante:				
- Incluso em salários e encargos sociais (INSS)	294	267	294	267
- Incluso em impostos a recolher (PAEX)	<u>1.698</u>	<u>2.530</u>	<u>1.698</u>	<u>2.530</u>
	<u>1.992</u>	<u>2.797</u>	<u>1.992</u>	<u>2.797</u>
Passivo não circulante	<u>16.397</u>	<u>31.428</u>	<u>16.546</u>	<u>31.428</u>

- (i) O empréstimo Fomentar está relacionado ao incentivo fiscal de ICMS, onde 70% do ICMS apurado mensalmente é financiado pelo Estado de Goiás, com prazo de pagamento de 20 anos, com juros de 2,4% ao ano, exigíveis mensalmente. Periodicamente, o Estado realiza leilão desses créditos, com deságio de até 89%, onde a devedora (Hypermarcas) tem também o direito de aquisição.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) As empresas incorporadas Quimivale Industrial Ltda. e Distribuidora Clean Ltda. eram partes envolvidas em impugnações de Autos de Infração de impostos federais. Em setembro de 2006 as empresas aderiram ao Parcelamento Excepcional – PAEX (MP 303/06). O prazo do parcelamento é de 130 meses, corrigidos pela TJLP.

## 22 Composição das contas de resultado

### (a) Despesas com vendas e marketing

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Salários, encargos sociais e outros	(43.957)	(27.730)	(56.023)	(31.973)
Fretes	(36.605)	(26.738)	(42.156)	(33.701)
Gastos com propaganda, publicidade e relacionados	(178.897)	(69.799)	(180.912)	(124.321)
Acordos, verbas comerciais e outros	(83.669)	(45.035)	(90.248)	(48.147)
Comissões de vendas	(1.996)	(1.324)	(2.184)	(2.253)
Serviços prestados	(10.063)	(3.012)	(11.829)	(6.799)
Viagens e estadas	(3.859)	(1.913)	(4.761)	(3.249)
Locação de veículos	(2.156)	(2.102)	(3.811)	(2.102)
Rescisões de representantes	(416)	(47)	(418)	(178)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.224)	(1.096)	(6.443)	(1.096)
Despesas com depreciações e amortizações	(6.594)	(6.138)	(6.717)	(6.239)
Outras despesas	(34.786)	(8.260)	(31.853)	(10.650)
	<u>(409.222)</u>	<u>(193.194)</u>	<u>(437.355)</u>	<u>(270.708)</u>

### (b) Despesas administrativas, gerais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Salários, encargos sociais e outras	(26.857)	(11.313)	(31.011)	(14.651)
Viagens e estadas	(1.472)	(429)	(1.781)	(493)
Aluguéis e condomínios	(708)	(799)	(1.025)	(906)
Doações e contribuições	(654)	(56)	(676)	(56)
Serviços prestados	(15.815)	(10.067)	(18.515)	(13.676)
CPMF	(49)	(4.115)	(49)	(5.250)
Contribuições e impostos	(349)	(1.027)	(778)	(1.811)
Encargos de amortização	(4.239)	(559)	(4.335)	(1.087)
Outras despesas	(13.049)	(7.449)	(14.351)	(10.277)
	<u>(63.192)</u>	<u>(35.814)</u>	<u>(72.521)</u>	<u>(48.207)</u>



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Despesas financeiras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Juros sobre empréstimos				
Compror	(142)		(142)	
Conta garantida	(3.590)	(2.369)	(4.346)	(2.369)
	<u>(3.732)</u>	<u>(2.369)</u>	<u>(4.488)</u>	<u>(2.369)</u>
Juros sobre financiamentos				
Em moeda local				
Cédula de Crédito Bancária	(2.063)	(5.494)	(2.063)	(5.494)
Financiamento Centro-Oeste – FCO	(1.229)	(1.160)	(1.229)	(1.160)
Financiamento FINEP	(53)		(322)	
Financiamento BNDES	(373)		(2.188)	
FINAME – Financiamento de máquinas e equipamentos	(321)	(210)	(423)	(210)
	<u>(4.039)</u>	<u>(6.864)</u>	<u>(6.225)</u>	<u>(6.864)</u>
Juros sobre empréstimos em moeda estrangeira	(13.677)	(12.327)	(13.971)	(12.797)
Juros sobre títulos a pagar e outros	(8.760)	(3.138)	(7.462)	(3.073)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(12.248)	(11.711)	(12.248)	(11.711)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(5.714)	(2.302)	(7.629)	(4.223)
Variação cambial de empréstimos	(65.772)	34.529	(69.358)	35.824
Variação cambial de títulos a pagar	(182.843)	72.710	(182.843)	72.710
Variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	596	788	580	788
	<u>(288.418)</u>	<u>78.549</u>	<u>(292.931)</u>	<u>77.518</u>
Ajuste a valor presente	(14.816)		(14.816)	
	<u>(311.005)</u>	<u>69.316</u>	<u>(318.460)</u>	<u>68.285</u>

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Juros ativos	1.178	1.073	1.546	1.164
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	45.808	7.154	46.760	9.046
	<u>46.986</u>	<u>8.227</u>	<u>48.306</u>	<u>10.210</u>

#### 23 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2008, totalmente integralizado é de R\$ 1.592.177, representado por 198.600.697 ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme disposto no seu estatuto social.

Em 2008, o capital social foi aumentado em R\$ 1.181.527, sendo, (i) em abril, R\$ 308.081 decorrentes da distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, e no exterior, gerando um ágio na subscrição de ações no montante de R\$ 304.309, e, (ii) em julho, R\$ 873.446, decorrentes da incorporação de todas as ações representativas do capital social do FARMASA ao patrimônio líquido da Hypermarcas S.A., com a emissão de 39.720.140 ações ordinárias (Nota 12 (a)).

No exercício de 2007, foram subscritas 67.103.687 novas ações no montante de R\$ 354.896, sendo 46.157.165 ações subscritas com ágio no valor de R\$ 240.200 destinados à reserva de capital, a título de ágio na subscrição de ações.

##### (b) Destinação dos resultados e Reservas de lucros

A destinação do resultado do exercício apurado em 31 de dezembro de 2007 para a referida reserva, foi aprovada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 1o. de fevereiro de 2008.

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências; (iii) importância destinada a investimentos com base em orçamento de capital previamente aprovado pelos órgãos da Administração.

Aos administradores poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social.

A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada “Reserva de Expansão” que terá por fim proteger a integridade do patrimônio social da Companhia e financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder o valor total dos lucros não realizados da Companhia.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembléia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2008, os saldos remanescentes das reservas de lucros nessa data, incluindo a reserva legal e de retenção de lucros, nos montantes de R\$ 2.024 e R\$ 38.455, respectivamente, foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei no. 6.404/76.

#### (c) Ajustes de exercícios anteriores

Representam os ajustes que são de competência de exercícios anteriores, principalmente os relacionados à opção por elaborar balanço patrimonial de transição em 1o. de janeiro de 2008 para atendimento à Lei no. 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, como descrito na Nota 3, apresentados líquidos dos efeitos tributários. Os ajustes tiveram como contrapartida as seguintes contas do balanço:

Intangível - Amortização de ágio	17.599
Títulos a pagar	(40.752)
Outras contas a pagar	<u>(6.257)</u>
Patrimônio líquido	<u>(29.410)</u>

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Plano de opção de compra de ações - "stock options"

Conforme aprovado pelas Assembléias Gerais Extraordinárias de 24 de março e 29 de dezembro de 2008, a Companhia possui Planos de Opções de Ações, com o objetivo de integrar executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazos, sendo que as mesmas não foram ainda outorgadas.

## 24 Contingências Passivas

#### (a) Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos prévio e/ou judicial relacionados às contingências:

##### Controladora

	2008			2007		
	Depósito Judicial	Prognóstico de perda provável	Prognóstico de perda possível (ii)	Depósito Judicial	Prognóstico de perda provável	Prognóstico de perda possível
Trabalhistas	1.930	1.148	6.286	67	111	
Cíveis	36	301	848	1	5	
Fiscais e tributárias	2.296	8.218	12.634	540		
Tributárias - Empresas adquiridas		2.201			2.201	
Administrativas/ outras		73				
	<u>4.262</u>	<u>11.941</u>	<u>19.768</u>	<u>608</u>	<u>2.317</u>	

##### Consolidado

	2008			2007		
	Depósito Judicial	Prognóstico de perda provável	Prognóstico de perda possível (ii)	Depósito Judicial	Prognóstico de perda provável	Prognóstico de perda possível
Trabalhistas	2.362	1.148	6.322	67	111	6.716
Cíveis	36	301	852	1	5	273
Fiscais e tributárias	2.296	26.324 (i)	13.889	540		
Tributárias - Empresas adquiridas		2.201			2.201	
Administrativas/ outras		73				50
	<u>4.694</u>	<u>30.047</u>	<u>21.063</u>	<u>608</u>	<u>2.317</u>	<u>7.039</u>

(i) Substancialmente decorrente da consolidação da Niasi

(ii) A Companhia e sua controlada estão envolvidas, em processos trabalhistas, cíveis e tributários que pela atual avaliação de probabilidade de êxito, estabelecida com base na

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

#### (b) Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2007	2.317	2.317
Adições	731	731
Adições por incorporações/aquisições de empresas	9.217	27.769
Baixas	<u>(324)</u>	<u>(770)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>11.941</u>	<u>30.047</u>

#### (c) Contingências de empresas adquiridas

A Companhia optou por não constituir provisão para as contingências cujo prognóstico é de perda provável e que são de responsabilidade dos ex-cotistas, tendo em vista que na eventualidade dessas perdas se confirmarem, os valores envolvidos, bem como toda e qualquer contingência da incorporada estão garantidos pela retenção de saldo a pagar aos ex-cotistas e/ou carta de fiança bancária.

A seguir, as principais informações dos processos que estão sob acompanhamento da Companhia, mas sob responsabilidade dos ex-cotistas:

DM Indústria Farmacêutica Ltda. – as contingências totalizam R\$ 22.843 (2007 – R\$ 18.534), dos quais R\$ 10.661 (2007 – R\$ 11.495) com prognóstico de perdas prováveis e há R\$ 534 (2007 – R\$ 615) em depósitos judiciais.

Ceíl Comércio e Distribuidora Ltda. – as contingências totalizam R\$ 9.387, dos quais R\$ 1.281 com prognóstico de perdas prováveis e há R\$ 540 em depósitos judiciais.

Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. - FARMASA – as contingências totalizam R\$ 5.759, com prognóstico de perdas prováveis e há R\$ 2.083 em depósitos judiciais.

Adicionalmente, em 17 de agosto de 2006 o Farmasa adquiriu o laboratório Barrenne, firmando com os ex-cotistas daquela empresa Contrato de Cessão e Transferência de Quotas. Conforme contrato, os ex-cotistas do Barrenne, solidariamente, concordam em

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

indenizar o Farmasa e isentá-lo de responsabilidade por toda e qualquer reivindicação, responsabilidade ou obrigação, bem como por quaisquer eventuais passivos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, do Barrenne, cujo fato gerador tenha ocorrido antes e até a data da aquisição do Barrenne pelo Farmasa.

Como garantia do cumprimento das obrigações de indenização ao Farmasa, quanto aos passivos acima mencionados, foram retidos das parcelas de pagamento do preço de aquisição do Barrenne, devidas aos ex-cotistas, valores suficientes para caucionar o cumprimento dessas obrigações pelos ex-cotistas daquela empresa, conforme Contratos de Retenção firmados.

Aprov Comércio de Cosméticos Ltda. – as contingências totalizam R\$ 14 e têm prognóstico de perdas como possível.

Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. – as contingências totalizam R\$ 1.343, dos quais R\$ 48 com prognóstico de perdas prováveis e há R\$ 234 em depósitos judiciais.

## 25 Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2008, podem ser assim demonstradas:

	Niasi	Goiânia	Itajaí	Araçatuba	Barueri	Farmasa	Plantas Barrenne
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	50.000	43.000	25.000	24.000	62.000	70.000	1.059
Valor máximo de indenização	62.000	16.300	10.320	24.000	62.000	70.000	1.059
Vendaval/ fumaça	12.000	16.000	8.000	13.000	12.000	12.200	
Danos elétricos	2.000	1.400	750	1.300	2.000	2.040	10

A administração entende que os valores segurados da indenização são suficientes para fazer frente a eventuais sinistros.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **26 Instrumentos financeiros**

##### **(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e títulos a pagar em função de aquisições financiadas de controladas (Nota 20). Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de “forwards” e “swap”, ambos sem fins especulativos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

##### **(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

##### **(c) Investimentos**

Consistem, principalmente, em investimentos em controlada de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

##### **(d) Empréstimos, Financiamentos, Títulos a pagar e Outras contas a pagar**

Esses instrumentos financeiros são registrados com base nos respectivos indexadores e nos juros contratuais de cada operação (método do custo amortizado), conforme Notas 15, 20 e 21. Em função do uso desse método, considerações sobre o valor justo não são aplicáveis.

##### **(e) Política de gestão de riscos financeiros**

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um comitê de gerenciamento de risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

#### **(f) Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

#### **(g) Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

#### **(h) Risco de mercado**

##### **Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.



## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	<b>2008</b>		<b>2007</b>	
	<b>US\$ mil</b>	<b>Reais</b>	<b>US\$ mil</b>	<b>Reais</b>
Ativo				
Contas a receber	50	116	84	148
Passivo				
Fornecedores	3.532	8.254	3.059	5.419
Empréstimos e financiamentos	111.380	260.296	106.530	188.697
Títulos a pagar	348.864	815.296	382.500	677.522
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	<u>(109.457)</u>	<u>(259.922)</u>	<u>(53.000)</u>	<u>(104.540)</u>
Exposição líquida	<u>354.369</u>	<u>824.040</u>	<u>439.173</u>	<u>767.246</u>

Nas Notas 15 e 20 estão evidenciados os vencimentos das transações e compromissos futuros acima relacionados, indicando os respectivos prazos para os impactos financeiros dos possíveis riscos cambiais

#### (i) Derivativos

Em 2008 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos representados por contratos a termo de moeda estrangeira (non-deliverable forwards sem margem de garantia, negociados em mercado de balcão) e contratos de troca de rentabilidade (swap de cupom cambial sem margem de garantia, também negociados em mercado de balcão).

As referidas operações foram realizadas para proteger as oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar, não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão relacionadas restando resíduos não relevantes para as operações (vide análise de sensibilidade abaixo).

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Conforme definição do Conselho de Administração, a Companhia tem como diretriz a proteção das exposições a moeda estrangeira dos próximos 12 meses, sempre em bancos de primeira linha com forte atuação no mercado cambial e com taxas competitivas.

Em 31 de dezembro de 2008, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizam US\$ 109.457 mil (2007 - US\$ 53.000 mil), e os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R\$ 23.928 mil (2007 perdas de R\$ 8.478 mil). Os ajustes a valor justo estão registrados nas rubricas correspondentes de cada operação, ou seja, Empréstimos e Financiamentos (Nota 15) e Títulos a Pagar (Nota 20). O resultado financeiro realizado das operações de instrumentos derivativos no exercício representou um ganho líquido no montante de R\$ 13.705 mil (2007 – perdas de R\$ 7.958 mil).

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Valores a receber/a pagar	
		2008	2007	2008	2007	2008	2007
<b>Moeda Estrangeira</b>							
<b>Contratos a termo</b>							
Posição comprada	HSBC, Votorantim, UBS	202.755	104.540	213.201	96.062	10.446	(8.478)
Posição vendida	Pactual e Citibank	202.755	104.540	213.201	96.062	10.446	(8.478)
		0	0	0	0	0	0
<b>Contratos de swap</b>							
Posição comprada	HSBC e Votorantim	33.309	0	46.791	0	13.482	0
Posição vendida		33.309	0	46.791	0	13.482	0
		0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>236.064</b>	<b>104.540</b>	<b>259.992</b>	<b>96.062</b>	<b>23.928</b>	<b>(8.478)</b>

Os contratos acima relacionados têm datas de vencimento em:

Vencimento	Valor de Referência (nacional)	
	2008	2007
02/06/08		104.540
01/06/09	108.037	
30/07/09	10.755	
03/09/09	93.550	
08/09/09	23.722	
	<b>236.064</b>	<b>104.540</b>

## **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos**

- . Contratos a termo de moeda estrangeira - são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar norte-americano para cada data base, conforme divulgado pela BM&F.
- . *Swaps* – são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme divulgado pela BM&F.

#### **Análise de sensibilidade**

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 7% de oscilação levando em consideração 1,2 desvios-padrão da oscilação do dólar norte-americano durante os três últimos meses do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar norte-americano, respectivamente (cenários II e III).

## Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresa controlada

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	7% de oscilação		25% de oscilação		50% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar – em R\$	2,200	2,500	1,753	2,921	1,169	3,506
<b>Moeda Estrangeira</b>						
<b>Hedge</b>	<b>12.409</b>	<b>46.292</b>	<b>(38.105)</b>	<b>93.868</b>	<b>(104.091)</b>	<b>159.855</b>
Contratos a termo	1.670	29.546	(39.889)	68.688	(94.177)	122.977
Swap	10.739	16.746	1.784	25.180	(9.914)	36.878
<b>Objeto do hedge</b>	<b>(18.744)</b>	<b>(51.479)</b>	<b>30.058</b>	<b>(97.443)</b>	<b>93.808</b>	<b>(161.194)</b>
Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos a variação cambial de curto prazo	(18.744)	(51.479)	30.058	(97.443)	93.808	(161.194)
<b>Efeito líquido</b>	<b>(6.335)</b>	<b>(5.187)</b>	<b>(8.047)</b>	<b>(3.575)</b>	<b>(10.283)</b>	<b>(1.339)</b>
<b>Outros passivos</b>						
Outros Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos a variação cambial	(94.981)	(233.055)	110.863	(426.933)	379.761	(695.831)
	(94.981)	(233.055)	110.863	(426.933)	379.761	(695.831)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar norte-americano, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

\* \* \*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Informações Trimestrais (ITR) referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2009 e 2010, e respectivo relatório de revisão especial dos Auditores Independentes
-

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2010

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM <b>02143-1</b>	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL <b>HYPERMARCAS S.A.</b>	3 - CNPJ <b>02.932.074/0001-91</b>
4 - NIRE <b>35300353251</b>		

## 01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Juscelino Kubitschek, nº 1217, casa				2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olimpia	
3 - CEP 04543-090		4 - MUNICÍPIO São Paulo			5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3627-4200	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 11	12 - FAX 3627-4200	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL www.hypermarcas.com.br					

## 01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Martim Prado Mattos					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. Juscelino Kubitschek, nº 1217, casa				Vila Olimpia	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO			6 - UF
04543-090		São Paulo			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
11	3627-4200	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
11	3627-4200	-	-		
16 - E-MAIL					
ri@hypermarcas.com.br					

## 01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	1	01/01/2010	31/03/2010	3	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00287-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Douglas Souza de Oliveira					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 118.968.468-31		

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2010

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2009
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	481.201	481.201	198.601
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	481.201	481.201	198.601
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

## 01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1190 - Comércio (Atacado e Varejo)
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Produção e Venda de Bens de Consumo
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

## 01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

## 01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	23/04/2008	714.959	304.309	Subscrição Pública	35.801	17,0000000000
02	16/05/2008	718.731	3.772	Subscrição Pública	222	17,0000000000
03	01/07/2008	1.592.177	873.446	Incorporação por Ações	39.720	21,9900000000
04	30/06/2009	1.544.430	(47.747)	Cisão Parcial	4.759	10,034,0000000000
05	30/06/2009	1.592.177	47.747	Incorporação de Ações	4.759	10,034,0000000000
06	14/07/2009	1.822.177	230.000	Subscrição Pública	20.000	23,0000000000
07	21/07/2009	1.873.927	51.750	Subscrição Pública	4.500	23,0000000000
08	30/12/2009	2.555.552	681.625	Incorporação por Ações	17.500	38,9500000000
09	31/03/2010	3.094.306	538.754	Subscrição Pública	52.176	21,0000000000
10	05/04/2010	3.161.629	67.323	Subscrição Pública	6.520	21,0000000000
11	16/04/2010	3.168.195	6.565	Opção de compras de ações	1.164	5,6400000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
27/05/2010	

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

## ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2010

Legislação Societária

## EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

## Reapresentação Espontânea

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	6.568.922	6.173.764
1.01	Ativo Circulante	1.912.708	1.727.878
1.01.01	Disponibilidades	607.337	499.137
1.01.02	Créditos	632.398	723.567
1.01.02.01	Clientes	632.398	723.567
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	251.872	236.554
1.01.04	Outros	421.101	268.620
1.01.04.01	Adiantamentos Diversos	16.701	14.172
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	265.668	197.808
1.01.04.03	Despesas antecipadas	80.123	32.208
1.01.04.04	Outros Créditos	7.290	5.844
1.01.04.05	Créditos Tributários	51.319	18.588
1.02	Ativo Não Circulante	4.656.214	4.445.886
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	306.342	305.482
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	287
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	287
1.02.01.03	Outros	306.342	305.195
1.02.01.03.01	Créditos Tributários	276.495	276.494
1.02.01.03.02	Impostos a Recuperar	716	772
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais e outros	11.805	10.683
1.02.01.03.04	Despesas Antecipadas	1.431	1.059
1.02.01.03.05	Investimentos Temporários	15.895	16.187
1.02.02	Ativo Permanente	4.349.872	4.140.404
1.02.02.01	Investimentos	345.445	132.933
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	115.948	82.362
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	229.210	50.284
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	287	287
1.02.02.02	Imobilizado	222.930	222.870
1.02.02.03	Intangível	3.781.039	3.784.051
1.02.02.04	Diferido	458	550

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

## ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2010

Legislação Societária

## EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

## Reapresentação Espontânea

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	6.568.922	6.173.764
2.01	Passivo Circulante	1.136.077	1.219.899
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	354.221	391.592
2.01.02	Debêntures	3.924	0
2.01.03	Fornecedores	136.685	131.843
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	22.181	17.232
2.01.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	3.887
2.01.04.02	Impostos a Recolher	22.181	13.345
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	27.685
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	619.066	651.547
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	39.475	37.211
2.01.08.02	Contas a Pagar	117.364	124.339
2.01.08.03	Títulos a Pagar	462.227	489.997
2.01.08.04	Outras Contas a Pagar	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.902.899	1.516.555
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.902.899	1.516.555
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	467.585	378.758
2.02.01.02	Debêntures	199.470	0
2.02.01.03	Provisões	25.948	25.284
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências	25.948	25.284
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.774	346
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	1.208.122	1.112.167
2.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	225.311	157.236
2.02.01.06.02	Títulos a Pagar	953.820	925.368
2.02.01.06.03	Outras Contas a Pagar	28.991	29.563
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.529.946	3.437.310
2.05.01	Capital Social Realizado	2.555.552	2.555.552
2.05.02	Reservas de Capital	795.762	792.877
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	116.566	88.881
2.05.04.01	Legal	5.828	5.828
2.05.04.02	Estatutária	44.327	83.053
2.05.04.02.01	Lucros a disposição da AGO	0	83.053
2.05.04.02.02	Reserva de Lucros para Expansão	44.327	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

**02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	27.685	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	38.726	0
2.05.04.07.01	Reserva de Incentivos Fiscais	38.726	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.066	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	817.633	817.633	489.231	489.231
3.02	Deduções da Receita Bruta	(139.320)	(139.320)	(104.766)	(104.766)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	678.313	678.313	384.465	384.465
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(310.878)	(310.878)	(161.267)	(161.267)
3.05	Resultado Bruto	367.435	367.435	223.198	223.198
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(270.025)	(270.025)	(159.895)	(159.895)
3.06.01	Com Vendas	(192.121)	(192.121)	(108.553)	(108.553)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(47.542)	(47.542)	(20.888)	(20.888)
3.06.03	Financeiras	(59.087)	(59.087)	(27.977)	(27.977)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	13.919	13.919	6.287	6.287
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(73.006)	(73.006)	(34.264)	(34.264)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	25.424	25.424	320	320
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(2.954)	(2.954)	(189)	(189)
3.06.05.01	Amortizacoes de Agios/Desagios Líquidos	0	0	0	0
3.06.05.02	Outras Despesas	(2.954)	(2.954)	(189)	(189)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	6.255	6.255	(2.608)	(2.608)
3.07	Resultado Operacional	97.410	97.410	63.303	63.303
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	97.410	97.410	63.303	63.303
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	56.443	56.443	34.536	34.536
3.11	IR Diferido	(91.787)	(91.787)	(21.531)	(21.531)
3.11.01	IRPJ e CSLL Diferido	(91.787)	(91.787)	(21.531)	(21.531)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	62.066	62.066	76.308	76.308
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	481.201	481.201	198.601	198.601
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,12898	0,12898	0,38423	0,38423
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	120.665	120.665	104.395	104.395
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	163.853	163.853	102.347	102.347
4.01.01.01	Resultado antes tributação/participações	97.410	97.410	63.303	63.303
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	10.865	10.865	8.477	8.477
4.01.01.03	Amortização de Ágios	0	0	0	0
4.01.01.04	Resultado de Venda de Ativos Permanentes	(139)	(139)	(18)	(18)
4.01.01.05	Equivalência Patrimonial	(6.255)	(6.255)	2.608	2.608
4.01.01.06	Ganhos/perdas cambiais	16.027	16.027	(806)	(806)
4.01.01.07	Despesas de Juros	43.060	43.060	28.783	28.783
4.01.01.08	Despesas com Stock Option	2.885	2.885	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(43.188)	(43.188)	2.048	2.048
4.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	91.169	91.169	58.160	58.160
4.01.02.02	(Aumento) Redução nos Estoques	(15.318)	(15.318)	391	391
4.01.02.03	(Aumento) Redução Impostos a Recuperar	(67.804)	(67.804)	17.920	17.920
4.01.02.04	(Aumento) Redução Depósitos Judiciais	(1.122)	(1.122)	(357)	(357)
4.01.02.05	(Aumento) Redução Demais Contas Receber	(52.262)	(52.262)	(295)	(295)
4.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	4.842	4.842	(43.188)	(43.188)
4.01.02.07	Aumento (Redução) IRPJ e CSLL Pagos	(3.887)	(3.887)	(2.265)	(2.265)
4.01.02.08	Aumento (Redução) Impostos a Recolher	8.843	8.843	(2.115)	(2.115)
4.01.02.09	Aumento(Redução)Salário Encargos Social	2.288	2.288	(794)	(794)
4.01.02.10	Aumento (Redução) Contas a Pagar	(6.975)	(6.975)	(24.430)	(24.430)
4.01.02.11	Aumento (Redução) Juros Pagos	(3.528)	(3.528)	(446)	(446)
4.01.02.12	Aumento (Redução) Outras Contas a Pagar	566	566	(533)	(533)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(201.142)	(201.142)	2.119	2.119
4.02.01	Aquisição Empresas Contr.Menos Caixa Liq	(206.256)	(206.256)	0	0
4.02.02	Compra de Ativo Imobilizado	(5.986)	(5.986)	(2.777)	(2.777)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 31/03/2009 a 31/03/2009
4.02.03	Gastos com Diferido	0	0	0	0
4.02.04	Compra de Intangíveis	(1.880)	(1.880)	(439)	(439)
4.02.05	Recebimento pela Venda de Equipamentos	183	183	251	251
4.02.06	Juros recebidos	12.797	12.797	5.084	5.084
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	188.677	188.677	(620)	(620)
4.03.01	Recebimento pela Emissão de Ações	0	0	0	0
4.03.02	Recebimento por Empréstimos Tomados	402.246	402.246	112.921	112.921
4.03.03	Pagamento de Empréstimos e Mútuos	(217.569)	(217.569)	(104.653)	(104.653)
4.03.04	Juros Pagos por Empréstimos	4.000	4.000	(8.888)	(8.888)
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	108.200	108.200	105.894	105.894
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	499.137	499.137	149.705	149.705
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	607.337	607.337	255.599	255.599

a 31/03/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.555.552	792.877	0	88.881	0	0	3.437.310
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.555.552	792.877	0	88.881	0	0	3.437.310
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	62.066	0	62.066
5.05	Destinações	0	0	0	27.685	0	0	27.685
5.05.01	Dividendos	0	0	0	27.685	0	0	27.685
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Lucros a Disposição da AGO	0	0	0	(83.053)	0	0	0
5.05.03.02	Constit. Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	0	38.726	0	0	0
5.05.03.03	Constit. de Reserva Estatutária	0	0	0	44.327	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	2.885	0	0	0	0	2.885
5.09.01	Opção de Compra de Ações	0	2.885	0	0	0	0	2.885
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.555.552	795.762	0	116.566	62.066	0	3.529.946

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.555.552	792.877	0	88.881	0	0	3.437.310
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.555.552	792.877	0	88.881	0	0	3.437.310
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	62.066	0	62.066
5.05	Destinações	0	0	0	27.685	0	0	27.685
5.05.01	Dividendos	0	0	0	27.685	0	0	27.685
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Lucros a Disposição da AGO	0	0	0	(83.053)	0	0	0
5.05.03.02	Constit. Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	0	38.726	0	0	0
5.05.03.03	Constit. de Reserva Estatutária	0	0	0	44.327	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	2.885	0	0	0	0	2.885
5.09.01	Opção de Compra de Ações	0	2.885	0	0	0	0	2.885
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.555.552	795.762	0	116.566	62.066	0	3.529.946

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

## ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2010

Legislação Societária

## EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

## Reapresentação Espontânea

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	6.671.661	6.278.152
1.01	Ativo Circulante	2.050.758	1.836.317
1.01.01	Disponibilidades	641.922	499.279
1.01.02	Créditos	633.260	724.630
1.01.02.01	Clientes	633.260	724.630
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	328.971	319.492
1.01.04	Outros	446.605	292.916
1.01.04.01	Adiantamentos Diversos	26.975	20.132
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	271.613	206.499
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	81.198	32.525
1.01.04.04	Outros Creditos	7.290	5.844
1.01.04.05	Creditos Tributarios	59.529	27.916
1.02	Ativo Não Circulante	4.620.903	4.441.835
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	312.480	310.407
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	312.480	310.407
1.02.01.03.01	Creditos Tributarios	279.925	279.378
1.02.01.03.02	Impostos a Recuperar	1.218	1.280
1.02.01.03.03	Depositos Judiciais e outros	14.011	12.503
1.02.01.03.04	Despesas Antecipadas	1.431	1.059
1.02.01.03.05	Investimentos Temporarios	15.895	16.187
1.02.02	Ativo Permanente	4.308.423	4.131.428
1.02.02.01	Investimentos	287	287
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	287	287
1.02.02.01.06	Investimentos Temporarios	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	296.732	295.539
1.02.02.03	Intangível	4.010.946	3.835.052
1.02.02.04	Diferido	458	550

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

## ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2010

Legislação Societária

## EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

## Reapresentação Espontânea

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	6.671.661	6.278.152
2.01	Passivo Circulante	1.210.127	1.291.781
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	362.723	398.885
2.01.02	Debêntures	3.924	0
2.01.03	Fornecedores	141.120	120.477
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	65.329	78.700
2.01.04.01	Imposto de Renda e Contribuicao Social	2.831	4.931
2.01.04.02	Impostos a recolher	62.498	73.769
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	27.685
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	637.031	666.034
2.01.08.01	Salarios e Encargos Sociais	49.590	46.158
2.01.08.02	Contas a Pagar	125.214	129.879
2.01.08.03	Titulos a Pagar	462.227	489.997
2.01.08.04	Outras Contas a Pagar	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.931.588	1.549.061
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.931.588	1.549.061
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	483.351	396.937
2.02.01.02	Debêntures	199.470	0
2.02.01.03	Provisões	40.645	39.957
2.02.01.03.01	Provisao para Contigencias	40.645	39.957
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	1.208.122	1.112.167
2.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuicao Social	225.311	157.236
2.02.01.06.02	Titulos a Pagar	953.820	925.368
2.02.01.06.03	Outras Contas a Pagar	28.991	29.563
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.529.946	3.437.310
2.05.01	Capital Social Realizado	2.555.552	2.555.552
2.05.02	Reservas de Capital	795.762	792.877
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	116.566	88.881
2.05.04.01	Legal	5.828	5.828
2.05.04.02	Estatutária	44.327	83.053
2.05.04.02.01	Lucros a disposição da AGO	0	83.053
2.05.04.02.02	Reserva de Lucros para Expansão	44.327	0

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

**08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	27.685	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	38.726	0
2.05.04.07.01	Reserva de Incentivos Fiscais	38.726	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.066	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	820.489	820.489	489.538	489.538
3.02	Deduções da Receita Bruta	(163.706)	(163.706)	(104.807)	(104.807)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	656.783	656.783	384.731	384.731
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(274.253)	(274.253)	(163.761)	(163.761)
3.05	Resultado Bruto	382.530	382.530	220.970	220.970
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(281.716)	(281.716)	(157.571)	(157.571)
3.06.01	Com Vendas	(193.887)	(193.887)	(108.625)	(108.625)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(50.378)	(50.378)	(21.711)	(21.711)
3.06.03	Financeiras	(59.925)	(59.925)	(27.448)	(27.448)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	13.992	13.992	6.289	6.289
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(73.917)	(73.917)	(33.737)	(33.737)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	25.681	25.681	402	402
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(3.207)	(3.207)	(189)	(189)
3.06.05.01	Amortizacoes de Agios/Desagios Líquidos	0	0	0	0
3.06.05.02	Outras Despesas	(3.207)	(3.207)	(189)	(189)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	100.814	100.814	63.399	63.399
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	100.814	100.814	63.399	63.399
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	53.612	53.612	34.536	34.536
3.11	IR Diferido	(92.360)	(92.360)	(21.627)	(21.627)
3.11.01	IRPJ e CSLL Diferido	(92.360)	(92.360)	(21.627)	(21.627)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02143-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL HYPERMARCAS S.A.	3 - CNPJ 02.932.074/0001-91
---------------------------	--	--------------------------------

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	62.066	62.066	76.308	76.308
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	481.201	481.201	198.601	198.601
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,12898	0,12898	0,38423	0,38423
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	136.217	136.217	126.047	126.047
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.414	177.414	99.594	99.594
4.01.01.01	Lucro/prejuízo líquido do exercício	100.814	100.814	63.399	63.399
4.01.01.02	Depreciação e amortização	13.934	13.934	8.766	8.766
4.01.01.03	Amortização de ágio	0	0	0	0
4.01.01.04	Resultado de venda de ativos permanentes	(143)	(143)	(18)	(18)
4.01.01.05	Equivalência patrimonial	0	0	0	0
4.01.01.06	Ganho/perdas cambiais	16.295	16.295	(747)	(747)
4.01.01.07	Despesas de juros	43.629	43.629	28.194	28.194
4.01.01.08	Despesas com Stock Option	2.885	2.885	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(41.197)	(41.197)	26.453	26.453
4.01.02.01	(Aumento) redução em contas a receber	91.370	91.370	65.773	65.773
4.01.02.02	(Aumento) redução nos estoques	(8.739)	(8.739)	3.635	3.635
4.01.02.03	(Aumento) redução impostos a recuperar	(64.976)	(64.976)	18.175	18.175
4.01.02.04	(Aumento) redução depósitos judiciais	(1.508)	(1.508)	(179)	(179)
4.01.02.05	(Aumento) redução demais contas receber	(57.334)	(57.334)	(6.698)	(6.698)
4.01.02.06	Aumento (redução) em fornecedores	20.643	20.643	(25.725)	(25.725)
4.01.02.07	Aumento (redução) IRPJ e CSLL pagos	(4.931)	(4.931)	(2.265)	(2.265)
4.01.02.08	Aumento (redução) impostos a recolher	(11.264)	(11.264)	420	420
4.01.02.09	Aumento(redução)Salários encargos social	3.457	3.457	(836)	(836)
4.01.02.10	Aumento (redução) Contas a pagar	(4.668)	(4.668)	(24.746)	(24.746)
4.01.02.11	Aumento (redução) juros pagos	(3.837)	(3.837)	(574)	(574)
4.01.02.12	Aumento (redução) outras contas a pagar	590	590	(527)	(527)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(178.742)	(178.742)	1.703	1.703
4.02.01	Aquisição empresas contr. menos caixa liq	(181.256)	(181.256)	0	0
4.02.02	Compra de ativo imobilizado	(8.785)	(8.785)	(3.194)	(3.194)

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Representação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## 10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 31/03/2009 a 31/03/2009
4.02.03	Gastos com diferido	0	0	0	0
4.02.04	Compra de intangíveis	(1.884)	(1.884)	(439)	(439)
4.02.05	Recebimento pela venda de equipamentos	325	325	251	251
4.02.06	Juros recebidos	12.858	12.858	5.085	5.085
4.03	Caixa Líquido Atividades Financeiro	185.168	185.168	(21.906)	(21.906)
4.03.01	Recebimento pela emissão de ações	0	0	0	0
4.03.02	Recebimento por empréstimos tomados	400.556	400.556	53.757	53.757
4.03.03	Pagamento de empréstimos e mútuos	(219.436)	(219.436)	(66.745)	(66.745)
4.03.04	Juros pagos por empréstimos	4.048	4.048	(8.918)	(8.918)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	142.643	142.643	105.844	105.844
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	499.279	499.279	149.759	149.759
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	641.922	641.922	255.603	255.603

a 31/03/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.555.552	792.877	0	88.881	0	0	3.437.310
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.555.552	792.877	0	88.881	0	0	3.437.310
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	62.066	0	62.066
5.05	Destinações	0	0	0	27.685	0	0	27.685
5.05.01	Dividendos	0	0	0	27.685	0	0	27.685
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Lucros à Disposição da AGO	0	0	0	(83.053)	0	0	0
5.05.03.02	Constit. Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	0	38.726	0	0	0
5.05.03.03	Constit. de Reserva Estatutária	0	0	0	44.327	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	2.885	0	0	0	0	2.885
5.09.01	Opção de compra de ações	0	2.885	0	0	0	0	2.885
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.555.552	795.762	0	116.566	62.066	0	3.529.946

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.555.552	792.877	0	0	88.881	0	3.437.310
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.555.552	792.877	0	0	88.881	0	3.437.310
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	62.066	0	62.066
5.05	Destinações	0	0	0	0	27.685	0	27.685
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	27.685	0	27.685
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Lucros à Disposição da AGO	0	0	0	0	(83.053)	0	0
5.05.03.02	Constit. Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	0	0	38.726	0	0
5.05.03.03	Constit. de Reserva Estatutária	0	0	0	0	44.327	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	2.885	0	0	0	0	2.885
5.09.01	Opção de Compra de ações	0	2.885	0	0	0	0	2.885
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.555.552	795.762	0	0	116.566	62.066	3.529.946

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 1. Contexto operacional

A Hypermarcas é uma companhia brasileira de bens de consumo de massa e atua em quatro principais linhas de negócio, com um amplo portfólio de marcas tradicionais: (i) higiene e limpeza; (ii) alimentos; (iii) beleza e higiene pessoal; e (iv) medicamentos isentos e com prescrição médica. Dentre as inúmeras marcas de nosso portfólio, destacam-se: Assolan, Mat Inset, Etti, Salsaretti, Finn, Zero Cal, Monange, Paixão, Cenoura & Bronze, Avanço, Rastro, Três Marchand, Éh!, Apracur, Atroveran, Benegrip, Biotônico Fontoura, Doril, Engov, Epocler, Estomazil, Gelol, Lactopurga, Melhoral, Merthiolate, Rinosoro, Lisador, Tamarine, Lucretin, Bozzano, NY.Looks, Personna, Risqué, Biocolor, Biorene, Pom Pom, Bigfral, Olla, Neo Química Genéricos e Jontex.

A produção de mercadorias relacionadas aos segmentos farmacêutico, beleza e higiene pessoal são substancialmente realizadas na controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.

Os parques fabris e centros de distribuição estão localizados em Barueri – SP, Araçatuba – SP, Taboão da Serra – SP, Cajamar – SP, São Roque – SP, Guarulhos – SP, Goiânia – GO, Anápolis – GO, Itajaí – SC, Porto Alegre – RS, Contagem – MG, São Paulo – SP, Maceió – AL e Juiz de Fora – MG.

### Estrutura societária

Em 16 de abril de 2008, foi deferido, pela CVM, o registro de companhia aberta da Hypermarcas S.A. no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA para negociação de ações ordinárias de sua emissão.

Em julho de 2009 e abril de 2010 foram efetuadas distribuições pública primária de ações.

Os recursos obtidos com as ofertas tem como finalidade principal a aquisição de novas empresas, ativos e marcas, e lançamento de novos produtos.

Desde o início de suas operações, a Companhia realizou diversas transações societárias alinhadas com sua estratégia de ampliação e investimento em um portfólio de marcas e produtos.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As aquisições representam foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas a obtenção de sinergias na estrutura de vendas, distribuição, operacional e administrativa, bem como no aproveitamento do potencial de expansão não explorado de marcas adormecidas. As seguintes principais transações societárias e/ou aquisições de marcas e direitos de uso foram efetuadas, realizadas com terceiros, e cujos detalhes estão resumidos na Nota 12.

- . 2007 – Aquisições estratégicas nos negócios de: (i) alimentos, cosméticos e medicamentos, principalmente representados pela DM Indústria Farmacêutica Ltda., Finn Administradora de Marcas Ltda. e Éh Cosméticos S.A. (50%), e (ii) de inseticidas e desodorizadores sanitários, com a aquisição da Sul Química Ltda. Nesse mesmo ano, essas empresas foram incorporadas na Companhia, assim como a Etti Produtos Alimentícios Ltda., a Quimivale Industrial Ltda. e a Distribuidora Clean Ltda., empresas adquiridas até 2006.
- . 2008 – As principais aquisições nesse ano foram o Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – Farmasa, do segmento de medicamentos, a Niasi Indústria e Comércio Ltda. (atual Cosmed) e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda., do ramo de produtos de beleza e a Ceil Comércio e Distribuidora Ltda., negócio de higiene pessoal e cosméticos. Excetuando-se a Niasi, as demais empresas foram incorporadas pela Companhia em 2008.
- . 2009 – A Companhia, através de processos de cisão parcial e incorporação, decidiu concentrar em sua controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., as operações fabris de medicamentos, beleza e higiene pessoal. No segundo semestre foram adquiridas as empresas Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda, Indústria Nacional de Artefatos de Látex Ltda. (Inal) e Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.
- . 2010 – Em março de 2010 foi adquirida a empresa Versoix Participações Ltda. (Jontex) do segmento de preservativos.

## 2. Apresentação das informações financeiras

As informações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Na elaboração dessas informações financeiras foi necessário utilizar estimativas para

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras incluem, portanto, várias estimativas referentes a provisões para perdas com créditos, obsolescência de estoques, à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, contingências passivas, determinação de provisão para imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### 3. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1o. de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no primeiro trimestre de 2010, conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09.

#### (a) Pronunciamentos

- . CPC 15 - Combinação de negócios
- . CPC 16 - Estoques
- . CPC 18 - Investimentos em coligadas
- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 21 - Demonstração intermediária
- . CPC 22 - Informação por segmento
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 - Eventos subsequentes
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- . CPC 36 - Demonstrações consolidadas
- . CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- . CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- . CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- . CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação
- . CPC 43 – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 e 40



02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### **(b) Interpretações**

- . ICPC 04 - Alcance do CPC10 - Pagamento baseado em ações
- . ICPC 05 - CPC 10 - Pagamento baseado em ações
- . ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- . ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- . ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28
- . ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares.

#### **(c) Estimativa dos efeitos**

Frente à complexidade dos assuntos e da necessidade de alteração dos processos e sistemas de controles, bem como do desenvolvimento de estudos mais detalhados permitindo assim, uma adequada apuração dos efeitos decorrentes dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com vigência para 2010, não foi praticável concluir, até a presente data, a quantificação, avaliação e divulgação adequada dos possíveis impactos desses efeitos no resultado e no patrimônio líquido.

### **4. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

#### **(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **(b) Instrumentos financeiros**

##### **(i) Classificação e mensuração**

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

**Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

**Valor justo**

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

---

02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
---------	------------------	--------------------

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

**(ii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge**

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre seus títulos a pagar. Esses derivativos não são utilizados para fins especulativos e são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados também ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 28 (i).

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**(c) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

**(d) Estoques**

Os estoques de matérias-primas e embalagens são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

**(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 16).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros, trazidos a valor presente (Nota 16 (b)). Essas projeções, são baseadas em estudos técnicos elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos tributários relacionados a ágios apurados de acordo com as Instruções CVM 319 e 349, isto é, líquidos da provisão para realização tributária, estão apresentados pelos seus valores de realização. Os referidos ágios estão fundamentados em expectativa de rentabilidade futura.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**(f) Investimentos em controladas**

**(i) Custo e/ou valor patrimonial**

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo os ajustes reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece perdas adicionais, em virtude de obrigações ou pagamentos em nome dessas sociedades.

**(ii) Ágio**

O ágio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio é registrado no grupo de intangível.

Os ágios apurados pela controladora nas aquisições de empresas incorporadas estão fundamentados em rentabilidade futura. Até 31 de dezembro de 2008, os ágios eram amortizados, e a partir desta data, os saldos são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável – “Impairment”.

Os ágios cujas as empresas adquiridas já foram incorporadas são registrados no intangível. Os ágios resultante de empresas não incorporadas são registrados no investimento da controladora, e reclassificados para o intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

**(g) Conversão em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/03/2010

---

02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
---------	------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**(h) Imobilizado**

Terrenos, edificações máquinas e instalações compreendem principalmente fábricas e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

**(i) Intangível**

**Pesquisa e desenvolvimento**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos.

**Programas de computador (softwares)**

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos relacionados a implantação de sistemas, principalmente, serviços de consultoria, são reconhecidos como ativo e são amortizados usando-se o método linear.

**(j) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**(k) Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na Nota 11.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos destes arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

**(l) Diferido** - formado principalmente por despesas pré-operacionais e de reorganização; é amortizado no período de até dez anos.

**(m) Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e Instrução CVM 489 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros, o Empréstimo Fomentar e o Programa de Recuperação Fiscal (Novo REFIS) são contabilizados aos seus valores presentes conforme Deliberação CVM 564/08.

**(n) Plano de outorga de opções de compra de ações**



02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor justo das ações outorgadas pela Companhia a colaboradores e executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Nas datas dos balanços, é revisada a estimativa quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece-se, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido, o efeito decorrente da revisão dessa estimativa inicial.

**(o) Empréstimos e financiamentos, notas promissórias e debêntures**

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

**(p) Apuração do resultado e reconhecimento de receita**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As vendas de produtos são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador.

**(q) Resultado por ação**

Calculado considerando-se o número total de ações existente na data de encerramento dos exercícios, excluídas as ações mantidas em tesouraria, quando existirem.

**(r) Informações financeiras consolidadas e critérios de consolidação**

As informações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Assim sendo, são eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas de ativos e passivos, e as receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas controladas. Os lucros não realizados entre as empresas são eliminados.

As informações financeiras consolidadas em 31 de março de 2009 abrangem as informações financeiras da controladora Hypermarchas S.A. e da controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (atual denominação da Niasi).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/03/2010

---

02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
---------	------------------	--------------------

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

As informações financeiras consolidadas em 31 de março de 2010 abrangem as informações financeiras da controladora Hypermarchas S.A. e das controladas Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (atual denominação da Niasi), My Agência de Propaganda Ltda. e Versoix Participações Ltda.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Caixa e bancos	9.857	11.520	10.037	11.662
Aplicações financeiras:				
Debêntures – Operações compromissadas	367.880	299.832	402.285	299.832
CDB	213.813	172.355	213.813	172.355
Outras	15.787	15.430	15.787	15.430
	<u>597.480</u>	<u>487.617</u>	<u>631.885</u>	<u>487.617</u>
	<u>607.337</u>	<u>499.137</u>	<u>641.922</u>	<u>499.279</u>

As operações compromissadas têm rendimento entre 100% e 104% da variação do CDI (com média ponderada de 101,9%). Os CDBs têm rendimento entre 100% e 105% da variação do CDI (com média ponderada de 101,6%).

**6. Contas a receber**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Clientes no país	649.933	769.997	650.795	771.060
Clientes no exterior	3.123	2.023	3.123	2.023
	<u>653.056</u>	<u>772.020</u>	<u>653.918</u>	<u>773.083</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.658)	(48.453)	(20.658)	(48.453)
	<u>632.398</u>	<u>723.567</u>	<u>633.260</u>	<u>724.630</u>

A diminuição no saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa deve-se ao reconhecimento de baixa definitiva de clientes.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**7. Estoques**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Produto acabado e revenda	165.625	148.271	182.763	180.401
Produto semi-acabado	20.258	30.351	26.670	34.929
Matéria-prima	66.410	54.070	124.100	106.039
Manutenção e suprimentos	10.219	14.674	17.592	20.450
Provisão para realização de estoque	(10.640)	(10.812)	(22.154)	(22.327)
	<u>251.872</u>	<u>236.554</u>	<u>328.971</u>	<u>319.492</u>

**8. Impostos a recuperar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
IRPJ a recuperar	1.646	1.646	2.002	1.985
CSLL a recuperar	1.462	1.462	1.594	1.588
Impostos federais (Pis/Cofins/IPI/outros)	104.451	74.169	110.277	82.033
ICMS (saldo credor e substituição tributária)	<u>158.825</u>	<u>121.303</u>	<u>158.958</u>	<u>122.173</u>
	<u>266.384</u>	<u>198.580</u>	<u>272.831</u>	<u>207.779</u>
Circulante	<u>265.668</u>	<u>197.808</u>	<u>271.613</u>	<u>206.499</u>
Não circulante	<u>716</u>	<u>772</u>	<u>1.218</u>	<u>1.280</u>

**9. Despesas antecipadas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Despesas com publicidade e propaganda (i)	76.341	29.949	76.341	29.949
Outros	<u>5.213</u>	<u>3.318</u>	<u>6.288</u>	<u>3.635</u>
	<u>81.554</u>	<u>33.267</u>	<u>82.629</u>	<u>33.584</u>
Circulante	<u>80.123</u>	<u>32.208</u>	<u>81.198</u>	<u>32.525</u>
Não circulante	<u>1.431</u>	<u>1.059</u>	<u>1.431</u>	<u>1.059</u>

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) O saldo é composto principalmente por publicidade que será veiculada durante os jogos de futebol do campeonato brasileiro, campeonatos regionais e copa do mundo.

10. Investimentos em controladas

(a) Movimentação dos investimentos

	Cosmed		My		Total
	Custo	Ágio	Custo	Ágio	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	17.727	50.557			68.284
Aquisição	47.747		10		47.757
Equivalência patrimonial	16.705		173		16.878
Outros		(273)			(273)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	82.179	50.284	183		132.646

	Cosmed		My		Versoix		Total
	Custo	Ágio	Custo	Ágio	Custo	Ágio	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	82.179	50.284	183				132.646
Integralização/Aquisição	25.000				2.331	178.926	206.257
Equivalência patrimonial	6.164		144		(53)		6.255
Saldos em 31 de março de 2010	113.343	50.284	327		2.278	178.926	345.158

(b) Equivalência patrimonial

	Patrimônio líquido em 31 de março de 2010	Lucros/Prejuízo em 31 de Março de 2010	Participação %	Resultado acumulado de equivalência patrimonial em 31 de março 2010	Saldo do investimento o em 31 de março de 2010	Resultado acumulado de equivalência patrimonial em 31 de março de 2009	Saldo do investimento o em 31 de dezembro de 2009
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (i)	113.343	6.164	100%	6.164	113.343	(2.608)	82.179
My Agência de Propaganda Ltda. (ii)	327	144	99,99%	144	327		183

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Versoix  
Participações  
Ltda. (iii)

2.278	(53)	99,99%	(53)	2.278		
			6.255	115.948	(2.608)	82.362

- (i) A Hypermarchas é detentora de 142.894.037 ações ordinárias da sua controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.
- (ii) A Hypermarchas é detentora de 9.999 quotas da sua controlada My Agência de Propaganda Ltda. do total de 10.000 quotas.
- (iii) A Hypermarchas é detentora de 2.405.201 quotas da sua controlada Versoix Participações Ltda. do total de 2.405.442 quotas.

11. Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas vasilhames e outros	Total em operação	Obras em andamento	Provisão para perdas	Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.170	21.645	85.665	401	4.106	4.635	118.622	16.468	(2.901)	132.189
Adições por Incorporação	190	53.631	57.995	545	4.201	654	117.216	31.627		148.843
Adições		853	8.822	124	914	4.873	15.586	7.128		22.714
Cisão COSMED 30.06.2009	(130)	(3.506)	(42.353)	(319)	(2.214)	(2.410)	(50.932)	(12.511)		(63.443)
Alienação			(288)	(59)	(342)	(2)	(691)	35		(656)
Transferência		4.570	(188)	(40)		139	4.481	(4.487)		(6)
Depreciação/amortização		(1.677)	(13.115)	(111)	(628)	(1.240)	(16.771)			(16.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.230	75.516	96.538	541	6.037	6.649	187.511	38.260	(2.901)	222.870
Custo total										
Depreciação acumulada	2.230	93.853	226.479	2.405	11.469	13.603	350.039	38.260		388.299
		(18.337)	(129.941)	(1.864)	(5.432)	(6.954)	(162.528)		(2.901)	(165.429)
Valor residual	2.230	75.516	96.538	541	6.037	6.649	187.511	38.260	(2.901)	222.870
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.230	75.516	96.538	541	6.037	6.649	187.511	38.260	(2.901)	222.870
Adições	1.300	126	1.401		562	245	3.634	2.350		5.984
Alienação			(32)		(11)		(43)			(43)
Transferência		1.205	5.190		800	45	7.240	(7.263)		(23)
Depreciação/amortização		(974)	(4.114)	(40)	(276)	(454)	(5.858)			(5.858)
Saldos em 31 de março de 2010	3.530	75.873	98.983	501	7.112	6.485	192.484	33.347	(2.901)	222.930
Custo total	3.530	95.184	232.956	2.405	12.804	13.892	360.771	33.347		394.118
Depreciação acumulada		(19.311)	(133.973)	(1.904)	(5.692)	(7.407)	(168.287)		(2.901)	(171.188)
Valor residual	3.530	75.873	98.983	501	7.112	6.485	192.484	33.347	(2.901)	222.930
Taxas anuais médias de depreciação - %		4	10	20	10	20				

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas vasilhames e outros	Total em operação	Obras em andamento	Provisão para perdas	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.170	21.645	89.578	401	4.560	5.654	124.008	17.264	(2.901)	138.371
Adições por Incorporação	189	53.631	57.995	545	4.202	654	117.216	31.627		148.843
Adições		853	12.941	124	1.005	6.346	21.269	11.130		32.399
Alienação			(435)	(81)	(386)	(2)	(904)	35		(869)
Transferência		4.570	(187)	(40)		139	4.482	(4.488)		(6)
Depreciação/amortização		(1.944)	(18.191)	(161)	(904)	(1.999)	(23.199)			(23.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.359	78.755	141.701	788	8.477	10.792	242.872	55.568	(2.901)	295.539
Custo total	2.359	98.935	333.100	3.914	18.169	23.542	480.019	55.568		535.587
Depreciação acumulada		(20.180)	(191.399)	(3.126)	(9.692)	(12.750)	(237.147)		(2.901)	(240.048)
Valor residual	2.359	78.755	141.701	788	8.477	10.792	242.872	55.568	(2.901)	295.539
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.359	78.755	141.701	788	8.477	10.792	242.872	55.568	(2.901)	295.539
Adições	1.300	177	3.738		602	1.299	7.116	3.186		10.302
Alienação			(163)		(19)		(182)			(182)
Transferência		1.205	5.189		814	44	7.252	(7.276)		(24)
Depreciação/amortização		(1.129)	(6.483)	(64)	(389)	(838)	(8.903)			(8.903)
Saldos em 31 de março de 2010	3.659	79.008	143.982	724	9.485	11.297	248.155	51.478	(2.901)	296.732
Custo total	3.659	100.317	341.680	3.914	19.539	24.885	493.994	51.478		545.472
Depreciação acumulada		(21.309)	(197.698)	(3.190)	(10.054)	(13.588)	(245.839)		(2.901)	(248.740)
Valor residual	3.659	79.008	143.982	724	9.485	11.297	248.155	51.478	(2.901)	296.732
Taxas anuais médias de depreciação - %		4	4,44	20	10	20				

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Intangível

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>Ágio em empresa não incorporada</b>				
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.			50.284	50.284
Versox Participações Ltda.			178.926	
<b>Ágios e deságios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas</b>				
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria Ltda.	1.155.206	1.155.206	1.155.206	1.155.206
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029	743.029	743.029	743.029
Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. - Farmasa	666.808	666.808	666.808	666.808
Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda.	318.093	318.093	318.093	318.093
Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.	280.147	280.147	280.147	280.147
Inal – Indústria Nacional do Látex S/A	184.271	184.271	184.271	184.271
Ceil Comércio e Distribuidora Ltda.	148.886	148.886	148.886	148.886
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	33.955	33.955	33.955	33.955
Sul Química Ltda.	32.491	32.491	32.491	32.491
Etti Produtos Alimentícios Ltda.	18.319	18.319	18.319	18.319
Finn Administradora de Marcas Ltda.	17.857	17.857	17.857	17.857
Éh Cosméticos S.A.	15.963	15.963	15.963	15.963
Quimivale Industrial Ltda. e Distribuidora Clean Ltda.	10.231	10.231	10.231	10.231
Castro Verde Participações Ltda.	(129)	(129)	(129)	(129)
	<u>3.625.127</u>	<u>3.625.127</u>	<u>3.854.337</u>	<u>3.675.411</u>
Direitos de uso	<u>54.569</u>	<u>58.033</u>	<u>54.948</u>	<u>58.427</u>
Marcas e patentes	<u>71.825</u>	<u>71.826</u>	<u>72.128</u>	<u>72.129</u>
Implantação de sistemas	8.338	8.793	8.353	8.813
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	<u>21.180</u>	<u>20.272</u>	<u>21.180</u>	<u>20.272</u>
	<u>3.781.039</u>	<u>3.784.051</u>	<u>4.010.946</u>	<u>3.835.052</u>



02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Cosmed e Aprov - Em outubro de 2008, foram adquiridas as empresas Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (atual denominação da Niasi Indústria de Cosméticos Ltda.) e Aprov Comércio de Cosméticos Ltda., pelo valor total de R\$ 366.000, reduzido a R\$ 328.400 após ajustes contratuais. A Aprov foi incorporada em dezembro de 2008.
- Versoix (Jontex) - Em março de 2010, foi adquirida a empresa Versoix Participações Ltda. (Jontex), pelo montante de R\$ 181.256 milhões, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 178.926 milhões.
- Pom Pom - Em novembro de 2009, foi adquirida a Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. pelo montante de R\$ 300 milhões, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 328 milhões. A empresa foi incorporada em dezembro de 2009.
- INAL - Em dezembro de 2009, foi adquirida a Indústria Nacional de Artefatos de Látex (Inal) pelo montante de R\$ 212.619, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 201.483. A empresa foi incorporada em dezembro de 2009.
- Neo Química – Em 1º. de dezembro de 2009 a companhia adquiriu a totalidade das ações da Hypernova, a qual era controladora do Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A., conforme acordo de incorporação de ações de 6 de dezembro de 2009, visando a incorporação de todas as ações representativas do capital social da Neo Química ao patrimônio da Hypermarcas. O valor total da operação foi de R\$ 1.368.926, sendo que uma parcela deste valor foi representada por 35.000.000 ações ordinárias, após desdobramento, emitidas pela Hypermarcas, em favor dos antigos acionistas da Neo Química, que resultou num aumento do capital social R\$ 681.625. A referida transação resultou em um ágio de R\$ 1.163.738. A Hypernova e a Neo Química foram incorporadas a Hypermarcas em 2009.
- DM - Em junho de 2007, a DM Indústria Farmacêutica Ltda. foi adquirida pelo montante de R\$ 1.191.689 resultando em ágio por aproximadamente o mesmo montante. Na mesma data, houve um aumento de capital no montante de R\$ 112.166, mediante a subscrição e integralização de novas quotas. A empresa foi incorporada em outubro de 2007.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Farmasa - Em 1o. de junho de 2008, a Companhia e o Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.– FARMASA, firmaram Acordo de Incorporação de Ações, visando à incorporação de todas as ações representativas do capital social do FARMASA ao patrimônio líquido da Hypermarcas, tendo como contrapartida a subscrição, para acionistas do FARMASA, de novas ações da Hypermarcas. Em decorrência desta incorporação, o capital social subscrito e integralizado da Hypermarcas foi aumentado em R\$ 873.446, com a emissão de 39.720.140 ações ordinárias, representativas de 20% do seu capital social. O Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações estabeleceu que a incorporação das ações gerou efeitos a partir de 1o. de julho de 2008, data da efetivação da operação. A referida transação resultou em ágio de R\$ 732.254. A empresa foi incorporada em dezembro de 2008.
- Ceil - Em 28 de julho de 2008, a Ceil Comércio e Distribuidora Ltda. foi adquirida pelo montante de R\$ 173.388, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 160.357. A empresa foi incorporada em dezembro de 2008.
- Sul Química - Em março de 2007 a Companhia adquiriu 90% de participação acionária na empresa Sul Química Ltda., no montante de R\$ 50.566, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 42.345. Em setembro de 2007, a companhia adquiriu os 10% de participação restantes, pelo montante de R\$ 8.900, resultando em ágio complementar de aproximadamente R\$ 7.700. A empresa foi incorporada em outubro de 2007.
- Etti - Em março de 2006, a Companhia adquiriu o controle da Etti Produtos Alimentícios Ltda., pelo valor de R\$ 71.400, resultando em ágio de aproximadamente R\$ 40.035. A empresa foi incorporada em janeiro de 2007.
- Finn - Em março de 2007, foi adquirida 100% da Finn Administradora de Marcas Ltda. no montante de R\$ 27.477. A empresa foi incorporada em outubro de 2007.
- Éh Cosméticos - Em março de 2007, adquiriu 50% do controle acionário da Éh Cosméticos S.A. no montante de R\$ 12.800. Em janeiro de 2008, a Companhia adquiriu os 50% restantes, pelo montante de R\$ 13.510, resultando em ágio complementar de aproximadamente R\$ 12.150. A empresa foi incorporada em dezembro de 2008.
- Quimivale e Clean - Em fevereiro de 2005, a Companhia adquiriu o controle da Quimivale e Distribuidora Clean (através do controle de sua holding Baule Participações S.A., posteriormente incorporada na Hypermarcas), pelo montante de aproximadamente R\$ 34.700. As empresas foram incorporadas em novembro de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
DATA-BASE - 31/03/2010

---

02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
---------	------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Os ágios se baseiam em rentabilidade futura e estão suportados por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital de Giro (WACC na sigla em inglês).

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**Movimentação dos saldos**

**Controladora**

	Direitos de uso	Marcas e patentes	Implantação de sistemas	Pesquisa e desenvolvimento de produtos	Ágios adquiridos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	44.075	68.343	10.124	479	1.967.328	2.090.349
Custo total	111.203	68.343	16.814	721	2.464.303	2.661.384
Amortização acumulada	(67.128)		(6.690)	(242)	(496.975)	(571.035)
Valor residual	44.075	68.343	10.124	479	1.967.328	2.090.349
Saldos em 31 de dezembro de 2008	44.075	68.343	10.124	479	1.967.328	2.090.349
Adições por Incorporação	3.174	164	123	16.992		20.453
Adições	23.135	3.622	969	3.102	1.657.799	1.688.627
Cisão COSMED 30.06.09	(200)	(303)				(503)
Alienação	(61)					(61)
Transferência	134		(127)			7
Amortização	(12.224)		(2.296)	(301)		(14.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	58.033	71.826	8.793	20.272	3.625.127	3.784.051
Custo total	87.957	71.846	18.159	22.819	3.625.127	3.825.908
Amortização acumulada	(29.924)	(20)	(9.366)	(2.547)		(41.857)
Valor residual	58.033	71.826	8.793	20.272	3.625.127	3.784.051
Saldos em 31 de dezembro de 2009	58.033	71.826	8.793	20.272	3.625.127	3.784.051
Adições	530		117	1.232		1.879
Transferência	69			(45)		24
Amortização	(4.063)	(1)	(572)	(279)		(4.915)
Saldos em 31 de março de 2010	54.569	71.825	8.338	21.180	3.625.127	3.781.039
Custo total	88.556	71.846	18.276	24.006	3.625.127	3.827.811
Amortização acumulada	(33.987)	(21)	(9.938)	(2.826)		(46.772)
Valor residual	54.569	71.825	8.338	21.180	3.625.127	3.781.039
Taxas anuais de amortização - %	20		20	20		

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**Consolidado**

	Direitos de uso	Marcas e patentes	Implantação de sistemas	Pesquisa e desenvolvimento de produtos e outros	Ágios adquiridos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	44.085	68.343	10.163	479	2.017.885	2.140.955
Custo total	111.209	68.343	17.018	721	2.517.153	2.714.444
Amortização acumulada	(67.124)		(6.855)	(242)	(499.268)	(573.489)
Valor residual	44.085	68.343	10.163	479	2.017.885	2.140.955
Saldos em 31 de dezembro de 2008	44.085	68.343	10.163	479	2.017.885	2.140.955
Aquisição por incorporação	3.174	164	123	16.992		20.453
Aquisição	23.363	3.622	970	3.102	1.657.526	1.688.583
Alienação	(61)					(61)
Transferência	124		(118)			6
Amortização	(12.258)		(2.325)	(301)		(14.884)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	58.427	72.129	8.813	20.272	3.675.411	3.835.052
Custo total	89.882	72.149	18.373	22.819	3.675.411	3.878.634
Amortização acumulada	(31.455)	(20)	(9.560)	(2.547)		(43.582)
Valor residual	58.427	72.129	8.813	20.272	3.675.411	3.835.052
Saldos em 31 de dezembro de 2009	58.427	72.129	8.813	20.272	3.675.411	3.835.052
Aquisição	534		117	1.232	178.926	180.809
Transferência	70		(1)	(45)		24
Amortização	(4.083)	(1)	(576)	(279)		(4.939)
Saldos em 31 de março de 2010	54.948	72.128	8.353	21.180	3.854.337	4.010.946
Custo total	90.486	72.149	18.489	24.006	3.854.337	4.059.467
Amortização acumulada	(35.538)	(21)	(10.136)	(2.826)		(48.521)
Valor residual	54.948	72.128	8.353	21.180	3.854.337	4.010.946
Taxas anuais de amortização - %	20		20	20		

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**13. Diferido – Despesas pré-operacionais**

**Controladora e consolidado**

	Despesas pré-operacionais
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2008</b>	973
Amortização	<u>(423)</u>
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2009</b>	<u>550</u>
Custo total	4.094
Amortização acumulada	<u>(3.544)</u>
Valor residual	<u>550</u>
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2009</b>	550
Amortização	<u>(92)</u>
<b>SalDOS em 31 de março de 2010</b>	<u>458</u>
Custo total	4.094
Amortização acumulada	<u>(3.636)</u>
Valor residual	<u>458</u>
Taxas anuais de amortização- %	20%

Conforme permitido pela Lei 11.941/2009 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de março de 2010, que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível, permanecerá no ativo diferido sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

**14. Fornecedores**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Fornecedores no país	130.004	124.153	129.997	112.330

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Fornecedores no exterior	6.681	7.690	11.123	8.147
	<u>136.685</u>	<u>131.843</u>	<u>141.120</u>	<u>120.477</u>

15. Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Taxa de juros - 2010 - %		31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Moeda estrangeira					
Financiamento curto prazo	US\$ + 3,7% a 5,3% a.a.	1.914	91.596	1.914	91.596
Financiamento longo prazo	US\$ + 3,7% a 5,3% a.a.	84.397	81.196	84.397	81.196
Financiamento curto prazo	lenc(¥) + 5,8225% a.a.	22.287		22.287	
Hedge		6.591	47.347	6.591	47.347
Finimp	US\$ + 4,5% a.a.			2.709	2.539
Moeda Nacional					
Capital de Giro	CDI + 1,6% a.a.	338.413	380.885	338.413	380.885
BNDES (i)	Pré-fixada de 4,65% a 6% a.a.+ TJLP	121.936	123.072	132.514	133.617
Debêntures não conversíveis em ações (ii)	113,72% da CDI	203.394		203.394	
Notas promissórias (iii)	113,70% da CDI	202.562		202.562	
Financiamento Centro-Oeste - FCO	8,5% a.a.	35.800	37.744	35.800	37.744
Finep	TJLP			7.698	8.112
Carta Fiança		3.236	3.361	3.236	3.361
Finame	TJLP + e 4,5% + a.a.	2.823	3.110	5.279	6.492
Leasing	CDI + 4,8% a.a.	1.811	2.002	2.638	2.896
Banco Regional de Brasília – BRB – PRÓ-DF	2,4265% a.a				
		36	37	36	37
		1.025.200	770.350	1.049.468	795.822
Circulante		358.145	391.592	366.647	398.885
Não circulante		667.055	378.758	682.821	396.937

(i) Contratos com cláusulas restritivas sobre alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária as quais se ocorrerem devem ser previamente autorizado pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos, sem anuência dos bancos, os saldos em aberto terão vencimento imediato.

(ii) Em 08 de janeiro de 2010 foi efetuada a primeira Emissão Pública de duzentas debêntures não conversíveis em ações com valor nominal na data de emissão de R\$ 1.000 em uma única série. A remuneração das debêntures contemplará juros equivalentes a 113,72 % da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia “over extra grupo”

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP. Os juros serão calculados pro rata temporis desde a data de emissão até a data do vencimento, que se estende até 08 de janeiro de 2013. Está registrado no circulante o valor de R\$ 3.924 e não circulante R\$ 199.470.

- (iii) Em 4 de fevereiro de 2010 foi efetuada a primeira Emissão Pública de vinte notas promissórias com valor nominal na data de emissão de R\$ 10.000, em uma única série com juros remuneratórios equivalentes a 113,70 % do CDI ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. O prazo de vencimento é de 210 dias, findando em 02 de setembro de 2010. Está registrado no circulante o valor de R\$ 202.562.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
2011	137.937	266.391	141.652	271.961
2012	90.642	43.309	95.097	48.003
2013	355.918	25.525	359.829	29.576
2014 em diante	82.558	43.533	86.243	47.397
	<b>667.055</b>	<b>378.758</b>	<b>682.821</b>	<b>396.937</b>

(a) **Garantia dos empréstimos e financiamentos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Duplicatas a receber - clientes				
Caucionadas	84.434	90.380	84.434	90.380
Carta de Fiança	49.983	49.982	68.259	68.584
Aval de acionista e ex-acionista	63.072	145.478	63.072	145.478
Imobilizado (valor líquido)				
Penhorado	119.012	139.177	119.012	139.177
Aplicações Financeiras (Conta Garantia de Fianças Bancárias)	97.210	95.180	97.210	95.180
	<b>413.711</b>	<b>520.197</b>	<b>431.987</b>	<b>538.799</b>

16. **Imposto de renda e contribuição social**



02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**(a) Composição dos tributos diferidos ativos**

Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, baseado em estudo de realização considerando a geração de resultados tributáveis a partir de 2010.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
<b>Crédito tributário:</b>				
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	183.254	126.811	186.970	131.716
Diferenças temporárias, substancialmente ágios amortizados	54.611	72.059	62.535	79.366
	<u>237.865</u>	<u>198.870</u>	<u>249.505</u>	<u>211.082</u>
<b>Ágio de empresas incorporadas conforme CVM 319/99:</b>				
Erches Participações Ltda.	41.035	45.770	41.035	45.770
Setiba Participações S.A.	48.914	50.442	48.914	50.442
	<u>89.949</u>	<u>96.212</u>	<u>89.949</u>	<u>96.212</u>
	<u>327.814</u>	<u>295.082</u>	<u>339.454</u>	<u>307.294</u>
Ativo circulante	<u>51.319</u>	<u>18.588</u>	<u>59.529</u>	<u>27.916</u>
Ativo não circulante	<u>276.495</u>	<u>276.494</u>	<u>279.925</u>	<u>279.378</u>

O crédito tributário sobre o ágio de empresas incorporadas corresponde ao imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a diferença entre o valor contábil do ágio e sua base fiscal:

- Erches - Em 2 de junho de 2007, a Erches Participações Ltda., empresa pertencente a acionista estrangeiro, adquiriu 38% do controle acionário da Hypermarchas, por meio da integralização de R\$ 480.400. A referida aquisição resultou em um ágio de R\$ 278.518, o qual foi registrado líquido da provisão para realização de crédito tributário de R\$ 183.822, resultando em ágio líquido de R\$ 94.696, registrado no Realizável a longo prazo. A empresa foi incorporada em junho de 2007.
- Setiba - Em 31 de março de 2008, a então controladora do Farmasa, Setiba Participações S.A. foi cindida e a parcela do investimento no Farmasa, foi incorporada na mesma data por sua controlada Farmasa. Sobre o valor do ágio, foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor total do ágio e o benefício fiscal de sua amortização.

**(b) Período estimado de realização**

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores dos ativos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora	Consolidado
	31/03/2010	31/03/2010
2010	51.319	59.529
2011	22.231	22.231
2012	19.945	19.945
2013	41.842	41.842
2014	65.887	65.887
2015 a 2019	126.590	130.020
	<u>327.814</u>	<u>339.454</u>

A estimativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias ocorrerá até o final de 2019, de acordo com estudos realizados pela Administração, haja vista a projeção de resultados positivos futuros decorrentes das reestruturações societárias que vêm ocorrendo, mencionada na Nota 1, que consideram: (i) grande volume de marcas bem posicionadas no mercado; (ii) atuação diversificada em quatro segmentos de mercado; e (iii) fluxos de caixa positivos e crescentes.

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/03/2010		31/03/2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	97.410	100.814	63.303	63.399
Resultado de equivalência patrimonial	(6.255)		(2.608)	
<b>Base de apuração</b>	91.155	100.814	60.695	63.399
Alíquota imposto de renda e contribuição social (%)	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social – alíquota nominal</b>	(30.993)	(34.283)	(20.637)	(21.556)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras	16.989	16.373	10.367	10.367
Resultado de variação cambial - diferido	12.677	12.677	2.223	2.223
(Adições)/ Exclusões – permanentes	(2.408)	(2.521)	(587)	332
Amortização de ágio fiscal	61.852	61.852	47.188	47.188
Ajuste a valor presente	(1.674)	(1.674)	(4.018)	(4.018)
Compensação de prejuízos fiscais		1.188		
<b>IR/CS no resultado - corrente</b>	<u>56.443</u>	<u>53.612</u>	<u>34.536</u>	<u>34.536</u>

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Realização IR e CS sobre diferenças temporárias	(29.385)	(29.958)	(14.570)	(14.666)
IR e CS sobre ágio (CPC 32)	(53.563)	(53.563)		
Realização de obrigações fiscais diferidas	(2.575)	(2.575)	(697)	(697)
Realização sobre o ágio in. CVM 319/99	(6.264)	(6.264)	(6.264)	(6.264)
<b>IR/CS no resultado - diferido</b>	<b>(91.787)</b>	<b>(92.360)</b>	<b>(21.531)</b>	<b>(21.627)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(35.344)</b>	<b>(38.748)</b>	<b>13.005</b>	<b>12.909</b>

A Companhia se utilizou da prerrogativa prevista na MP 2.158-35/2001, de diferir o imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado líquido da variação cambial dos direitos e obrigações.

A controladora e suas controladas utilizam a sistemática do lucro real e calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

**(d) Regime Tributário de Transição**

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia e sua controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. optaram pela adoção do RTT em 2008. Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

**(e) Obrigações fiscais diferidas**

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 225.311 decorrente, principalmente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais mas deixou de ser amortizado a partir de 1o. de janeiro de 2009 nos registros contábeis, resultando numa base fiscal menor que o valor contábil do ágio.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

## 17. Transações entre partes relacionadas

### (a) Transações e saldos

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazo usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI e o prazo de vencimento é de um ano.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do grupo estão demonstradas abaixo:

(a) O aluguel da TV Serra Dourada Ltda. é corrigido pelo IGPM – FGV e o prazo de vencimento em 2013.

(b) O aluguel da Neo Marcas Indústria Farmacêutica e Alimentos e Participações Ltda. não tem previsão de correção e o prazo de vencimento em 2011.

	31/3/2010					31/3/2009				
	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	TV Serra Dourada Ltda.	Neo Marcas Ind. Farm. E Alim. e Participações Ltda	Total	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	My - Agência Propaganda Ltda.	Maiores S.A de C. V.	TV Serra Dourada Ltda.	Famib Administradora de Bens Ltda.
Saldos										
Realizável a curto prazo	740	11			751					
Clientes	740	11			751					
Realizável a longo prazo								53		53
Mútuos								53		53
Passivo circulante	(44.757)				(44.757)					
Fornecedores	(44.757)				(44.757)					
Exigível a longo prazo	1.615	159			1.774	20.777				20.777
Mútuos	1.615	159			1.774	20.777				20.777
Transações	(217.925)				(217.925)	(24.497)				(24.497)
Vendas de mercadorias/ produtos	36				36					
Compras de mercadorias/produtos	(217.961)				(217.961)	(24.497)				(24.497)
Despesas/receitas Diversas		(445)	(1.607)	(240)	(2.292)				(719)	(482)
										(1.201)

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Publicidade	(450)	(1.502)	(1.952)	(614)	(614)
Aluguéis	5	(105)	(240)	(105)	(587)
Juros s/ Mútuo	(25)	(1)	(26)	2	(784)
Despesas financeiras	(25)	(2)	(27)	(786)	(786)
Receitas financeiras		1	1	2	2

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, a qual inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê Executivo e o chefe da auditoria interna. A remuneração está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2010	31/03/2009
Salários, gratificação e encargos	13.037	8.526
Honorários da Diretoria	111	100
Plano de opções de ações	2.638	
	15.786	8.626

18. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
ICMS a recolher	10.135	3.892	40.553	56.604
IPI a recolher	1.842	3.461	3.517	5.789
PIS a recolher	895	78	2.301	979
COFINS a recolher	4.343	1.000	11.033	5.328
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) (i)	3.268	3.269	3.268	3.269
Outros impostos a recolher	1.698	1.645	1.826	1.800
	22.181	13.345	62.498	73.769

(i) Líquido do ajuste a valor presente de R\$ 532 em 31 de março de 2010. Vide Nota 21 (ii)

19. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Fretes a pagar	13.392	18.955	13.508	19.049
Serviços prestados	10.539	14.570	14.358	16.967
Acordos, verbas comerciais e outros (i)	27.011	41.043	27.011	41.043
Publicidade	41.119	25.924	41.119	25.924
Adiantamento de clientes	638	525	638	525
Comissões para representantes	678	835	678	835
Aluguéis	535	1.362	988	1.839
Outros	23.452	21.125	26.914	23.697

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
DATA-BASE - 31/03/2010

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

117.364	124.339	125.214	129.879
---------	---------	---------	---------

- (i) Os acordos, verbas comerciais e outros incluem valores e provisões relacionados com vendas que de uma maneira geral são devidos aos clientes e têm como contrapartida as próprias vendas a esses clientes. As verbas e acordos comerciais, quando negociados junto aos canais de vendas, visam principalmente exposição adicional e divulgação dos produtos junto aos consumidores, e no caso do canal indireto, trata-se de incentivos comerciais e/ou fidelização desses clientes.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda. (i)	533.433	552.420	533.433	552.420
(-) Ajuste a valor presente	(42.707)	(49.838)	(42.707)	(49.838)
	490.726	502.582	490.726	502.582
Aquisição Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A. (ii)	460.264	451.147	460.264	451.147
(-) Ajuste a valor presente	(11.237)	(13.159)	(11.237)	(13.159)
	449.027	437.988	449.027	437.988
Aquisição Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. (ii)	185.028	181.363	185.028	181.363
(-) Ajuste a valor presente	(9.432)	(10.083)	(9.432)	(10.083)
	175.596	171.280	175.596	171.280
Aquisição Ind. Nacional de Artefatos de Látex S.A. (iv)	132.079	133.714	132.079	133.714
(-) Ajuste a valor presente	(15.762)	(16.769)	(15.762)	(16.769)
	116.317	116.945	116.317	116.945
Aquisição de marcas NY Looks (iii)	48.535	48.099	48.535	48.099
(-) Ajuste a valor presente	(4.055)	(4.472)	(4.055)	(4.472)
	44.480	43.627	44.480	43.627
Aquisição de Marcas Hydrogen (ii)	9.086	12.723	9.086	12.723
(-) Ajuste a valor presente	(52)	(103)	(52)	(103)
	9.034	12.620	9.034	12.620
Aquisição Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.	56.546	55.426	56.546	55.426
Aquisição Niasi Indústria de Cosméticos Ltda.	50.995	49.985	50.995	49.985
Aquisição da Sul Química Ltda. (ii)	13.729	13.463	13.729	13.463
Aquisição da FINN Administradora de Marcas Ltda. (ii)		1.726		1.726
Aquisição de Marcas New Look		1.250		1.250
Aquisição da ÉH Cosméticos S.A.(ii)	974	955	974	955
Aquisição Versoix Participações Ltda. (iv)	890		890	
Aquisição da Quimivale Industrial Ltda. e Distribuidora Clean Ltda.	389	378	389	378
Aquisição CEIL Comércio e Distribuidora Ltda.	116	116	116	116
Aquisição de Direito de Uso	7.228	7.024	7.228	7.024
	130.867	130.323	130.867	130.323
	1.416.047	1.415.365	1.416.047	1.415.365
Passivo circulante	462.227	489.997	462.227	489.997
Passivo não circulante	953.820	925.368	953.820	925.368

(i) A dívida está garantida por Carta de Fiança, contratada com banco de primeira linha, a qual é reduzida anualmente, conforme cronograma de amortizações. O contrato prevê cláusula de ajuste do pagamento das parcelas de acordo com a variação cambial do dólar dos Estados Unidos.

(ii) Atualização de acordo com taxas do mercado financeiro, basicamente CDI.

(iii) O contrato de Aquisição das marcas (NY Looks, Bia Blanc, Radical, Aroma & Cor, Day, Dois! Earth, Um!, Três!, Ski, Sun, e Eco) com a Brasil Global Ltda. prevê uma retenção do preço de R\$ 12 milhões para garantir eventuais contingências da vendedora. Tal valor é investido sob orientação do credor, e em 31 de março de 2010 encontra-se aplicado em ações, registrado no realizável a longo prazo, e, consequentemente, tanto o investimento quanto a respectiva parcela da dívida encontram-se valorizados a valor de mercado das ações.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo remanescente da dívida é atualizado de acordo com a variação cambial. A dívida está garantida por Carta de Fiança.

- (iv) O contrato prevê cláusula de ajustes do pagamento das parcelas de acordo com a variação cambial do dólar dos Estados Unidos.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/03/2010
2011	480.263
2012	267.270
2013	144.859
2014	61.428
	<u>953.820</u>

21. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Empréstimo Fomentar (i)	11.821	3.510	11.821	3.510
(-) Ajuste a valor presente	(10.602)	(2.972)	(10.602)	(2.972)
	<u>1.219</u>	<u>538</u>	<u>1.219</u>	<u>538</u>
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) (ii)	30.899	31.220	30.899	31.220
(-) Ajuste a valor presente	(2.506)	(2.595)	(2.506)	(2.595)
	<u>28.393</u>	<u>28.625</u>	<u>28.393</u>	<u>28.625</u>
INSS parcelamento	607	684	607	684
Outros	2.332	4.164	2.332	4.164
	<u>2.939</u>	<u>4.848</u>	<u>2.939</u>	<u>4.848</u>
	<u>32.551</u>	<u>34.011</u>	<u>32.551</u>	<u>34.011</u>
Passivo circulante:				
- Incluso em salários e encargos sociais (INSS)	292	316	292	316
- Incluso em impostos a recolher (Refis) (ii)	3.268	4.132	3.268	4.132
	<u>3.560</u>	<u>4.448</u>	<u>3.560</u>	<u>4.448</u>
Passivo não circulante	<u>28.991</u>	<u>29.563</u>	<u>28.991</u>	<u>29.563</u>

- (i) O empréstimo Fomentar está relacionado ao incentivo fiscal de ICMS, onde 70% do ICMS apurado mensalmente é financiado pelo Estado de Goiás, com prazo de pagamento de 20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/03/2010

---

02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
---------	------------------	--------------------

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

anos, com juros de 2,4% ao ano, exigíveis mensalmente. Periodicamente o Estado realiza leilão desses créditos, com deságio de até 89%, onde a devedora (Hypermarcas) tem também o direito de aquisição.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) **Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)**

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

(a) **Abrangência dos débitos parcelados:**

	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo 31/03/2010</u>
Saldo de parcelamentos anteriores REFIS, PAES, PAEX	4.001	2.917	3.696	6.887	17.501
Outros	4.616	303	2.024	6.455	13.398
	<u>8.617</u>	<u>3.220</u>	<u>5.720</u>	<u>13.342</u>	<u>30.899</u>

(b) O cálculo do ajuste a valor presente foi efetuado por parcela, considerando a taxa de captação de empréstimo no período de contratação do financiamento (taxa 2%).

(c) Os valores deverão ser consolidados pela Fazenda Pública até 30 de junho de 2010, de acordo com a portaria conjunta Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil nº 03/2010 quando serão fixados os prazos para os pagamentos dos débitos.

**22. Composição das contas de resultado**

(a) **Despesas com vendas e marketing**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2009</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2009</u>
Salários, encargos sociais e outros	(29.637)	(16.066)	(30.281)	(16.085)
Frete	(22.217)	(10.924)	(22.329)	(10.934)
Gastos com propaganda, publicidade e relacionados	(45.226)	(28.902)	(44.840)	(28.902)
Acordos, verbas comerciais e outros	(46.993)	(18.750)	(46.995)	(18.767)
Promoções, brindes e amostras	(1.748)	(5.010)	(1.748)	(5.010)
Visitação médica (i)	(6.681)	(6.078)	(6.681)	(6.078)
Serviços prestados	(7.701)	(5.447)	(8.384)	(5.465)
Viagens e estadas	(2.141)	(1.671)	(2.142)	(1.671)
Locação de veículos	(1.068)	(688)	(1.148)	(688)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(482)	(2.721)	(482)	(2.721)
Depreciações e amortizações	(4.190)	(2.840)	(4.314)	(2.840)
Outras despesas	<u>(24.037)</u>	<u>(9.456)</u>	<u>(24.543)</u>	<u>(9.464)</u>

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(192.121) (108.553) (193.887) (108.625)

(i) substancialmente salários e encargos sociais.

**(b) Despesas administrativas, gerais e tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Salários, encargos sociais e outras	(24.444)	(9.422)	(25.694)	(9.894)
Viagens e estadas	(1.164)	(470)	(1.185)	(476)
Aluguéis e condomínios	(652)	(241)	(663)	(241)
Doações e contribuições	(919)	(230)	(919)	(230)
Serviços prestados	(12.934)	(6.441)	(13.971)	(6.576)
Contribuições e impostos	(27)	(89)	(28)	(148)
Depreciações e amortizações	(2.291)	(1.355)	(2.607)	(1.355)
Outras despesas	(5.111)	(2.640)	(5.311)	(2.791)
	(47.542)	(20.888)	(50.378)	(21.711)

**(c) Despesas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Juros sobre empréstimos				
Capital de Giro	(10.579)	(3.693)	(10.579)	(3.788)
	(10.579)	(3.693)	(10.579)	(3.788)
Juros sobre financiamentos				
Em moeda local				
Financiamento Centro-Oeste – FCO	(217)	(293)	(217)	(293)
Financiamento FINEP		(503)	(214)	(503)
Financiamento BNDES	(1.276)	(954)	(1.502)	(954)
FINAME – Financiamento de máquinas e equipamentos	(70)	(75)	(124)	(108)
	(1.563)	(1.825)	(2.057)	(1.858)
Juros sobre empréstimos em moeda estrangeira	(2.302)	(4.394)	(2.414)	(4.394)
Juros sobre títulos a pagar e outros	(17.911)	(4.860)	(17.992)	(4.131)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(2.040)	(3.344)	(2.040)	(3.344)
Debêntures	(4.222)		(4.222)	
Notas Promissórias	(2.779)		(2.779)	
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(4.341)	(2.780)	(4.297)	(2.795)
Variação cambial de empréstimos	(599)	(2.318)	(657)	(2.318)
Variação cambial de títulos a pagar	(14.886)	3.133	(14.886)	3.133
Variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	(542)	(9)	(752)	(68)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
DATA-BASE - 31/03/2010

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>(49.622)</u>	<u>(14.572)</u>	<u>(50.039)</u>	<u>(13.917)</u>
Ajuste a valor presente	<u>(11.242)</u>	<u>(14.174)</u>	<u>(11.242)</u>	<u>(14.174)</u>
	<u>(73.006)</u>	<u>(34.264)</u>	<u>(73.917)</u>	<u>(33.737)</u>

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**(d) Receitas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Juros ativos	717	1.047	714	1.047
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	13.202	5.240	13.278	5.242
	13.919	6.287	13.992	6.289

**23. Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

Conforme disposição do Estatuto Social e deliberação do conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 11 de março de 2010, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 4.500.000.

O capital social em 31 de março de 2010, totalmente integralizado é de R\$ 2.555.552, representado por 481.201.394 ações ordinárias.

Em dezembro de 2009, o capital social foi aumentado em R\$ 681.625 mediante troca de ações na incorporação da Hypernova (aquisição Neo Química).

Em julho de 2009, o capital social foi aumentado em R\$ 281.750 decorrentes de nova distribuição pública primária de ações ordinárias pela companhia, gerando um ágio na subscrição de ações no montante de R\$ 281.750 destinados à reserva de capital.

**(b) Plano de opção de compra de ações - "stock options"**

Em AGE de 24 de março de 2008 da Hypermarchas S.A. foi aprovado plano de opções de compra de ações ("Plano I") com o objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações de sua emissão.

Em Reunião do Conselho de Administração de 30 de maio de 2008, posteriormente retificado pela Reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2008, foram outorgadas 1.802.212 opções referentes ao exercício de 2008 ("Programa 2008") a serem concedidas aos colaboradores mediante "Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações". Referidos instrumentos foram formalizados pela Companhia e os colaboradores participantes do Plano I – Programa 2008 a partir de 2 de fevereiro de 2009.

As principais características do Plano I – Programa 2008 são:

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- . Preço de exercício de R\$8,50
- . Prazo de carência de 3 anos para 50% das opções outorgadas e 4 anos para os 50% restantes

Em AGE de 29 de dezembro de 2008, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações ("Plano II") aos colaboradores da Hypermarcas S.A. com o objetivo de "atrair e reter executivos da Companhia".

Em Reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2008, posteriormente aditada por Reunião do Conselho de Administração de 6 de fevereiro de 2009, foram outorgadas 8.800.000 opções referentes ao exercício de 2008 ("Programa 2008") a serem concedidas aos executivos da Companhia mediante a "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações".

As principais características do Plano II – Programa 2008 são:

- . Preço de exercício de R\$ 5,36
- . Prazo de carência de 1 ano para até 10% das opções outorgadas, 2 anos para até 20%, 3 anos para até 40%, 4 anos para até 60%, 5 anos para até 80% e 6 anos para até 100%
- . Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual dos executivos participantes do plano para compra de ações da Hypermarcas.

Em Reunião do Conselho de Administração de 17 de dezembro de 2009, foram outorgadas 2.800.000 opções referentes ao exercício de 2009 ("Programa 2009") a serem concedidas aos executivos da Companhia mediante a "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações".

As principais características do Plano II – Programa 2009 são:

- . Preço de exercício de R\$ 17,06
- . Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- . Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual dos executivos participantes do plano para compra de ações da Hypermarcas.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**Total de opções outorgadas**

Plano	Programa	Carência	Preço Exercício	Outorgadas	Exercidas	Contratos em aberto em 31/03/2010	Valor justo na data da outorga	Custo estimado (em milhares de Reais)
Plano I	2008	01/06/11	8,50	901.106	0	901.106	0,33	287,4
Plano I	2008	01/06/12	8,50	901.106	0	901.106	0,73	627,9
Plano II	2008	01/11/08	5,36	880.000	0	880.000	0,04	35,2
Plano II	2008	01/11/09	5,36	880.000	0	880.000	0,64	559,5
Plano II	2008	01/11/10	5,36	1.760.000	0	1.760.000	1,19	2.043,6
Plano II	2008	01/11/11	5,36	1.760.000	0	1.760.000	1,71	2.878,4
Plano II	2008	01/11/12	5,36	1.760.000	0	1.760.000	2,20	3.655,4
Plano II	2008	01/11/13	5,36	1.760.000	0	1.760.000	2,68	4.374,8
Plano II	2009	17/12/10	17,06	560.000	0	560.000	4,13	2.278,6
Plano II	2009	17/12/11	17,06	560.000	0	560.000	5,55	3.015,9
Plano II	2009	17/12/12	17,06	560.000	0	560.000	6,95	3.714,7
Plano II	2009	17/12/13	17,06	560.000	0	560.000	8,31	4.372,5
Plano II	2009	17/12/14	17,06	560.000	0	560.000	9,62	4.984,7
<b>Total</b>				<b>13.402.212</b>	<b>0</b>	<b>13.402.212</b>		<b>32.828,6</b>

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de março de 2010 é de 2,79%

**Modelo de precificação das opções**

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.
- Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções européias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

**(c) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Foi constituído o valor de R\$ 5.828.

**(d) Reserva para incentivos fiscais**

Foi constituído em 26 de março de 2010, conforme AGO o valor de R\$ 38.726 de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

**(e) Reserva de lucros a realizar**

Foi constituído em 26 de março de 2010, conforme AGO o valor de R\$ 27.685 de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassa a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

**(f) Reserva de lucros para expansão**

Foi constituído em 26 de março de 2010, conforme AGO o valor de R\$ 44.327 de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 39 parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

**(g) Dividendos propostos**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
ITR - Informações Trimestrais		
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		Legislação Societária
		DATA-BASE - 31/03/2010
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

---

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 27.685 foram revertidos para a conta de Reserva de Lucros a Realizar , conforme AGO de 26 de março de 2010, nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

## 24. Contingências Passivas

### (a) Provisões para contingências

Em 31 de março de 2010 a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos prévios e/ou judiciais relacionados às contingências:

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora	31/3/2010				31/12/2009			
	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial	Prognóstico de perda possível	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial	Prognóstico de perda possível
Trabalhistas	649	649		6.804	682	682		4.022
Cíveis	39	39		1.347	50	88	38	1.155
Fiscais e Tributárias	652	652		2.565	94	94		2.562
Administrativas / outras	42	257	215	489	42	225	183	282
	1.382	1.597	215	11.205	868	1.089	221	8.021
Provisão - Empresas adquiridas		24.351	24.351			24.195	24.195	
	1.382	25.948	24.566	11.205	868	25.284	24.416	8.021

Consolidado	31/3/2010				31/12/2009			
	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial	Prognóstico de perda possível	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingência Líquido de Depósito Judicial	Prognóstico de perda possível
Trabalhistas	649	649		7.353	682	682		4.363
Cíveis	39	39		1.394	50	88	38	1.155
Fiscais e Tributárias	676	676		2.565	94	94		2.562
Administrativas / outras	42	257	215	509	42	225	183	302
	1.406	1.621	215	11.821	868	1.089	221	8.382
Provisão - Empresas adquiridas		39.024	39.024			38.868	38.868	
	1.406	40.645	39.239	11.821	868	39.957	39.089	8.382

(i) A Companhia e suas controladas possuem o valor estimado de R\$ 2.419 em depósito judicial excedente aos prognósticos de perda provável, sendo que R\$ 1.447 excedente a título de depósito judicial trabalhista e R\$ 954 excedente a título de depósito judicial tributário e R\$ 18 a título de depósito judicial cível.

(ii) A Companhia possui o valor estimado de R\$ 1.576 em depósito judicial vinculado às contingências decorrentes da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A (Farmasa) para o qual foi constituído um excesso de provisão.

(iii) A Companhia possui, ainda, o valor estimado de R\$ 935 em depósito judicial efetuados por exigência legal e/ou já estavam registrados nas empresas adquiridas e estão vinculados em parte a processo de responsabilidade dos sócios vendedores.

**(b) Contingências possíveis**

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que pela atual avaliação de probabilidade de êxito, estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor destes processos está estimado em R\$ 11.821, sendo R\$ 7.353 referentes a processos trabalhistas, R\$ 1.394 referente a processos cíveis, R\$ 2.565 referente a processos tributários e R\$ 509 referente a processos administrativos e outros.

A Companhia está em litígio judicial com concorrentes, onde se discute a utilização de marca, não possuindo cunho financeiro.

**i. Trabalhista**

A Companhia e suas Controladas estão envolvidas em aproximadamente 775 (setecentos e setenta e cinco) processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia e/ou suas Controladas e/ou dos sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas pela Companhia, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas Controladas está estimada em R\$ 7.353.

Nestes processos discutem-se horas extras e reflexos, desconsideração do banco de horas, diferenças salariais e reflexos, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade e reflexos, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas 117 (cento e dezessete) decorrem da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), incorporado pela Companhia, e apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 3.870, nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e conseqüente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

**ii. Tributário**

A Companhia figura como atuada em processo administrativo tributário federal (IPI, PIS e COFINS) cuja perda possível é estimada em R\$ 404. Trata-se de três autos de infração, desmembrados em dois processos administrativos, nos quais o fisco questiona comprovação da efetiva exportação de vendas realizadas a empresas comerciais exportadoras. Já foram identificadas falhas nas autuações e comprovadas as exportações na maioria das vendas questionadas.

O antigo Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa) requereu perante a Receita Federal ressarcimento de créditos de IPI para compensação com débitos de PIS e COFINS. Entretanto, apenas parte do ressarcimento pretendido foi reconhecido administrativamente, de tal modo que a Companhia, por ter assumido este débito, permanece devedora no valor atualizado de R\$ 1.942 a título de PIS e COFINS. A decisão ainda está pendente de análise na esfera administrativa.

**iii. Contingências de empresas adquiridas**

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia optou por não constituir provisão para as contingências cujo prognóstico é de perda possível e de perda provável e que são de responsabilidade dos sócios vendedores. Na eventualidade de se materializar alguma perda de responsabilidade dos sócios vendedores a companhia possui mecanismos contratuais de ressarcimento perante os sócios vendedores responsáveis por estas contingências.

A seguir, as principais informações dos processos que estão sob acompanhamento da Companhia, mas sob responsabilidade dos antigos gestores:

- a. DM Indústria Farmacêutica Ltda. – as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 27.440, dos quais R\$ 18.884 são de perda possível e R\$ 8.556 são de perda provável. Há uma provisão de R\$ 1.000 que a Companhia optou por manter registrada.
- b. Ceil Comércio e Distribuidora Ltda. – as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 36.516, dos quais R\$ 38.754 são de perda possível e R\$ 2.238 são de perda provável. Há uma provisão de R\$ 809 que a Companhia optou por manter registrada.
- c. Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. - FARMASA – as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 15.165, dos quais R\$ 7.743 são de perda possível e R\$ 7.422 são de perda provável. Há um excesso de provisão no valor de R\$ 2.563 que a Companhia optou por manter registrado.

Adicionalmente, em 17 de agosto de 2006 o Farmasa adquiriu o Laboratório Barrenne, firmando com os sócios vendedores desta empresa Contrato de Cessão e Transferência de Quotas. Conforme contrato, os sócios vendedores do Barrenne, solidariamente, concordam em indenizar o Farmasa e isentá-lo de responsabilidade por toda e qualquer reivindicação, responsabilidade ou obrigação, bem como por quaisquer eventuais passivos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, do Barrenne, cujo fato gerador tenha ocorrido antes e até a data da aquisição do Barrenne pelo Farmasa.

Como garantia do cumprimento das obrigações de indenização ao Farmasa, quanto aos passivos acima mencionados, foram retidos das parcelas de pagamento do preço de aquisição do Barrenne, devidas aos ex-cotistas, valores suficientes para caucionar o cumprimento dessas obrigações pelos ex-cotistas daquela empresa, conforme Contratos de Retenção firmados.

- d. Niasi Indústria de Cosméticos Ltda. (antiga denominação de Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A) – as

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 16.734, dos quais R\$ 4.776 são de perda possível e R\$ 11.958 são de perda provável. Há uma provisão de 14.673 que a Companhia optou por manter registrada.

- e. Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. - as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 7.038, dos quais R\$ 2.047 são de perda possível e R\$ 4.991 são de perda provável. Há uma provisão de 10.421 que a Companhia optou por manter registrada.
- f. Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A. - as contingências cujos prognósticos são de perda possível e provável totalizam R\$ 1.641, dos quais R\$ 1.187 são de perda possível e R\$ 454 são de perda provável. Há uma provisão de 1.769 que a Companhia optou por manter registrada.
- g. Industrial Nacional de Artefatos de Látex Ltda. - as contingências cujos prognósticos são de perda provável totalizam R\$ 11. Há uma provisão de R\$ 744 que a Companhia optou por manter registrada.
- h. Reclamatórias Trabalhistas de ex-empregados transferidos para o Negócio Etti após sua aquisição pela Companhia, sob a égide da Lei n.º 11.101/2005, sem sucessão trabalhista, conforme entendimento evidenciado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, sendo que os prognósticos de perda possível e provável, pertinentes ao período anterior à aquisição, e de responsabilidade dos ex-acionistas, totalizam R\$ 1.831, sendo R\$ 1.310 de perda possível e R\$ 521 de perda provável.
- i. Total de 38 (trinta e oito) Reclamatórias Trabalhistas decorrentes da aquisição de marcas pela Companhia cujo valor em discussão é estimado em R\$ 3.822, ajuizadas por representantes comerciais, nas quais se discute, principalmente, a existência de vínculo empregatício e conseqüente pagamento de verbas trabalhistas. As perdas possíveis, caso materializadas, deverão ser descontadas do preço de venda a ser pago pela Companhia nas datas contratualmente estipuladas.

**25. Ajuste a valor presente**

Foram aplicados o ajuste a valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-12/08 e CVM 564/08, para os seguintes principais passivos:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
ITR - Informações Trimestrais		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/03/2010
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS		

- (a) Títulos a pagar de longo prazo - Decorrentes de aquisição de empresas e/ou ativos, atualizados pela variação cambial, sem juros. Para o cálculo do ajuste inicial utilizou-se a taxa média de captação de recursos da data de aquisição. As contrapartidas dos ajustes iniciais são contabilizadas como reduções dos custos dos ativos-ágios, sendo:

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**Empresas**

DM	7,25%
Neo Química	2,00%
NY Looks	7,73%
Inal	5,00%
Hydrogen	2,00%
Pom Pom	2,00%

(b) Parcelamentos – O cálculo do ajuste a valor presente foi efetuado por parcela, considerando a taxa de captação de empréstimo no período de contratação do financiamento (taxa 2%).

(c) Empréstimo Fomentar – A dívida de longo prazo, remunerado ao juros anual de 2,4%, é descontado a valor presente utilizando estimativa de deságio nos leilões(89%). A contrapartida dos ajustes originais são contabilizados na rubrica ICMS sobre vendas/deduções de vendas, uma vez que o valor financiado refere-se a ICMS a pagar.

31/03/2010			
	Parcelamentos de impostos federais	Fomentar	Títulos a pagar
			Total
a) Constituição: Despesas de ICMS		6.224	6.224
b) Reversão do ajuste a valor presente – despesa financeira	(96)	25	(11.171)
			(11.242)

31/03/2009			
	Parcelamento s de impostos federais	Fomentar	Títulos a pagar
			Total
a) Constituição: Despesas de ICMS		2.267	2.267
b) Reversão do ajuste a valor Presente – despesa financeira	(197)	(20)	(13.957)
			(14.174)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
ITR - Informações Trimestrais		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/03/2010
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS		



02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 26. Arrendamentos mercantis operacionais

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de aluguéis, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Até um ano	23.835	23.990
Mais de um ano até cinco anos	52.233	55.389
Mais de cinco anos	26.835	27.829
	<u>102.903</u>	<u>107.208</u>

## 27. Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	<b>Cosmed</b>	<b>Goiânia</b>	<b>Itajaí</b>	<b>Araçatuba</b>	<b>Neo Química</b>	<b>Pom Pom</b>	<b>Inal</b>	<b>Centros de Distribuição</b>
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	92.000	60.000	25.500	60.000	118.369	45.000	42.000	242.161
Valor máximo de indenização	92.000	60.000	25.500	60.000	118.369	45.000	42.000	242.161
Vendaval / fumaça	45.000	15.000	15.000	15.000	5.918	140	800	17.410
Danos elétricos	3.000	1.000	1.000	1.000	5.918	100	300	3.397

## 28. Instrumentos financeiros

### (a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e títulos a pagar em função de aquisições financiadas de controladas (Nota 20). Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *forwards* e *swap*, ambos sem fins especulativos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**(c) Investimentos**

Consistem, principalmente, em investimentos em controlada de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

**(d) Empréstimos e financiamentos, Títulos a pagar e Outras contas a pagar**

Esses instrumentos financeiros são registrados com base nos respectivos indexadores e nos juros contratuais de cada operação (método do custo amortizado), conforme Notas 15, 20 e 21. Em função do uso desse método, considerações sobre o valor justo não são aplicáveis.

**(e) Política de gestão de riscos financeiros**

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um comitê de gerenciamento de risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**(f) Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

**(g) Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

**(h) Risco de mercado**

**Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de março de 2010, possuímos um *swap* de taxas de juros com valor nominal de R\$ 31.762 mil, no qual estamos ativos em taxa pré fixada e passivos em taxa pós fixada mais um *spread*.

**Risco com taxa de câmbio**

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	mar/10		dez/09	
	US\$ mil	Reais	US\$ mil	Reais
Ativo				
Contas a receber	1.754	3.123	709	1.234
Passivo				
Fornecedores	6.245	11.123	3.429	5.971
Empréstimos e financiamentos	61.393	109.341	100.721	179.376
Títulos a pagar	361.879	644.506	361.879	630.103
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(152.681)	(271.924)	(188.229)	(327.744)
Exposição líquida	278.590	496.169	278.509	488.940

Nas Notas 15 e 20 estão evidenciados os vencimentos das transações e compromissos futuros acima relacionados, indicando os respectivos prazos para os impactos financeiros dos possíveis riscos cambiais.

(i) Derivativos

Durante o trimestre encerrado em 31 de março de 2010 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos: novos termos de moeda (Dólar x Real) e swaps cambiais (Dólar x Real e lene x Real). Possuímos outras posições de instrumentos derivativos em aberto.

As referidas operações foram realizadas para proteger as oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar, não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão (vide análise de sensibilidade abaixo).

Conforme definição do Conselho de Administração, a Companhia tem como diretriz a proteção das exposições a moeda estrangeira de no mínimo os próximos 12 meses, sempre em bancos de primeira linha com forte atuação no mercado cambial e com taxas competitivas. Também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos (por exemplo, taxa de juros).

Em 31 de março de 2010, as operações de instrumentos derivativos cambiais contratadas pela Companhia totalizam US\$ 152.681 mil (31/12/2009 - US\$ 188.229 mil), e os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 21.802 mil

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(31/12/2009 perdas de R\$ 92.634 mil). Em 31 de março de 2010, as operações de instrumentos derivativos de taxas de juros contratadas pela Companhia totalizam R\$ 26.879 mil (31/12/2009 - R\$ 26.107 mil), e os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R\$ 221 mil (31/12/2009 perdas de R\$ 23 mil).

Os ajustes a valor justo estão registrados nas rubricas correspondentes de cada operação, ou seja, Empréstimos e Financiamentos (Nota 15) e Títulos a Pagar (Nota 20). Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Tipo  (em R\$ milhares)	Contrapartes	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Valores a receber/a pagar		Ganhos/perdas realizados		Ganhos/perdas não realizados	
		31/mar	31/dez	31/mar	31/dez	31/mar	31/dez	31/mar	31/dez	31/mar	31/dez
<b>Moeda Estrangeira</b>											
<b>Contratos a termo</b>		<b>161.602</b>	<b>313.324</b>	<b>146.500</b>	<b>231.735</b>	<b>(15.102)</b>	<b>(81.589)</b>	<b>(63.500)</b>	<b>0</b>	<b>(15.616)</b>	<b>(81.589)</b>
Posição comprada	HSBC, BTG Pactual e Deutsche Bank	161.602	313.324	146.500	231.735	(15.102)	(81.589)	(63.500)	0	(15.616)	(81.589)
Posição vendida		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Contratos de Swap</b>		<b>132.124</b>	<b>107.054</b>	<b>125.424</b>	<b>96.009</b>	<b>(6.700)</b>	<b>(11.045)</b>	<b>(5.902)</b>	<b>(39)</b>	<b>(3.876)</b>	<b>(11.045)</b>
Posição comprada	Itaú BBA, Bradesco, Safra e BB	132.124	107.054	125.424	96.009	(6.700)	(11.045)	(5.902)	(39)	(3.876)	(11.045)
Posição vendida		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Taxa de Juros</b>											
<b>Contratos de Swap</b>		<b>31.763</b>	<b>31.763</b>	<b>26.879</b>	<b>26.107</b>	<b>221</b>	<b>(23)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>221</b>	<b>(23)</b>
Posição Ativa - Pré	BTG Pactual	31.763	31.763	26.879	26.107						
Posição Passiva - Pós		(31.763)	(31.763)	(26.659)	(26.131)	221	(23)	0	0	221	(23)
<b>Total</b>		<b>325.489</b>	<b>452.141</b>	<b>298.803</b>	<b>353.851</b>	<b>(21.581)</b>	<b>(92.657)</b>	<b>(69.402)</b>	<b>(39)</b>	<b>(19.271)</b>	<b>(92.657)</b>

Os contratos acima relacionados têm datas de vencimento em:

Vencimento	Valor de Referência (nacional)			
	Moeda Estrangeira - USD	31/mar	Taxa	31/dez
				Taxa
	20/01/10	0	0,000	28.358
	17/02/10	0	0,000	72.006
	08/03/10	0	0,000	28.984
	26/04/10	3.330	2,372	3.330
	01/06/10	153.358	2,005	184.420
	07/06/10	461	1,919	461
	30/07/10	8.244	1,803	0
	03/09/10	505	1,951	505
	02/12/10	509	1,984	509
	02/03/11	580	2,028	580
	31/05/11	551	2,071	551
	24/08/11	21.008	2,260	84.032
	29/08/11	16.642	2,119	16.642
	07/02/12	63.020	2,146	

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

<b>Total USD</b>	<b>268.208</b>	<b>2,058</b>	<b>420.378</b>	<b>2,376</b>
<b>Moeda Estrangeira - JPY</b>				
20/01/10	25.518	0,02244	0	0,000
<b>Total JPY</b>	<b>25.518</b>	<b>0,02244</b>	<b>0</b>	<b>0,000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>293.726</b>		<b>420.378</b>	

<b>Vencimento</b>	<b>Valor de Referência (nacional)</b>			
<b>Taxa de Juros</b>	<b>31/mar</b>	<b>Tx Passiva CDI+</b>	<b>31/dez</b>	<b>Tx Passiva CDI+</b>
16/11/2010	1.473	1,25%	1.473	1,25%
15/12/2010	1.434	1,25%	1.434	1,25%
17/1/2011	1.457	1,25%	1.457	1,25%
15/2/2011	1.412	1,25%	1.412	1,25%
15/3/2011	1.393	1,25%	1.393	1,25%
15/4/2011	1.404	1,25%	1.404	1,25%
16/5/2011	1.392	1,25%	1.392	1,25%
15/6/2011	1.373	1,25%	1.373	1,25%
15/7/2011	1.362	1,25%	1.362	1,25%
15/8/2011	1.356	1,25%	1.356	1,25%
15/9/2011	1.344	1,25%	1.344	1,25%
17/10/2011	1.337	1,25%	1.337	1,25%
16/11/2011	1.315	1,25%	1.315	1,25%
15/12/2011	1.299	1,25%	1.299	1,25%
16/1/2012	1.300	1,25%	1.300	1,25%
15/2/2012	1.281	1,25%	1.281	1,25%
15/3/2012	1.266	1,25%	1.266	1,25%
16/4/2012	1.263	1,25%	1.263	1,25%
15/5/2012	1.243	1,25%	1.243	1,25%
15/6/2012	1.236	1,25%	1.236	1,25%
16/7/2012	1.224	1,25%	1.224	1,25%
15/8/2012	1.211	1,25%	1.210	1,25%
17/9/2012	1.202	1,25%	1.202	1,25%
15/10/2012	1.187	1,25%	1.187	1,25%
<b>Total</b>	<b>31.763</b>	<b>1,25%</b>	<b>31.763</b>	<b>1,25%</b>

**Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos**

- Contratos a termo de moeda estrangeira - são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar norte-americano para cada data base, conforme informado pela BM&F.
- Swaps – são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&F.

**Análise de sensibilidade**

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 3,9% de oscilação levando em consideração 3 desvios-padrão da oscilação do dólar norte-americano durante os três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar norte-americano, respectivamente (cenários II e III).

Risco (em R\$ milhares)	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	25% de oscilação		50% de oscilação			
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	1,657	1,905	1,336	2,226	0,891	2,672
Cotação do iene	0,01719	0,02093	0,01430	0,02383	0,00953	0,02859
<b>Moeda Estrangeira</b>						
<b>Hedge</b>	<b>-41.392</b>	<b>-2.213</b>	<b>-89.783</b>	<b>46.179</b>	<b>-157.764</b>	<b>114.160</b>
Contratos a termo	-25.284	-4.921	-51.727	21.523	-88.352	58.148
Swap	-16.108	2.708	-38.056	24.656	-69.412	56.012
<b>Objeto do hedge</b>	<b>39.308</b>	<b>2.808</b>	<b>84.491</b>	<b>-42.375</b>	<b>147.924</b>	<b>-105.808</b>
Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos a variação cambial de curto prazo	39.308	2.808	84.491	-42.375	147.924	-105.808
<b>Efeito líquido</b>	<b>-2.084</b>	<b>595</b>	<b>-5.292</b>	<b>3.804</b>	<b>-9.840</b>	<b>8.352</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>67.575</b>	<b>-1.941</b>	<b>157.846</b>	<b>-92.211</b>	<b>282.875</b>	<b>-217.240</b>
Outros Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos a variação cambial	67.575	-1.941	157.846	-92.211	282.875	-217.240

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar norte-americano, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

## 29. Eventos subsequentes

- a) Aquisição de novos negócios:

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) Conforme fato relevante divulgado em 16 de abril de 2010, a Hypermarchas S.A. adquiriu por R\$ 52.161 a totalidade das quotas representativas do capital social de Luper Indústria Farmacêutica Ltda. O negócio consiste na fabricação e distribuição de medicamentos comercializados sob as marcas Gastrol, Virilon, Dramavit, Blumel e Senareti, entre outras.
  - (ii) Conforme fato relevante divulgado em 04 de maio de 2010, a Hypermarchas S.A. adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Sapeka – Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis Ltda. e suas subsidiárias por R\$ 225.000. Em razão da incorporação de ações serão emitidas, pela Companhia, 6.784.922 ações que serão subscritas pelos atuais acionistas da Sapeka. As ações emitidas pela Companhia em razão da incorporação de ações ficarão restritas à venda (Locked-up), por período de até cinco anos conforme contrato de venda e compra de ações, incorporação de ações e outras avenças. O negócio consiste na fabricação e comercialização de fraldas descartáveis, principalmente sob as marcas Sapeka, Flutty, Maturidade, Única e Leve.
  - (iii) Até maio de 2010, está prevista a conclusão pela Hypermarchas S.A. da aquisição total das quotas representativas do capital social da Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda. pelo valor estimado de R\$ 79.000, conforme Memorando de Entendimentos vinculativo. O negócio consiste na fabricação e distribuição de escovas dentais, fios e fitas dentais e anti-sépticos bucais, entre outros, que são comercializados sob a marca Sanifill entre outras.
  - (iv) Até maio de 2010, está prevista a conclusão pela Hypermarchas S.A. da aquisição de até 100% do capital social da York S.A. Indústria e Comércio pelo valor estimado R\$ 100.000, conforme Memorando de Entendimentos vinculativo. O negócio consiste na fabricação e distribuição de hastes flexíveis, curativos, absorventes e algodões, entre outros, que são comercializados sob as marcas York, Palinetes e Silhouette entre outras.
- b) (i) Em abril de 2010 foi concluída a distribuição primária de 58.696.000 ações ordinárias emitidas pela companhia ao preço de subscrição de R\$ 21,00 (vinte um reais) por ação, o que totalizou R\$ 1.232.616. Deste total o valor de R\$ 606.078 foi destinado a aumento de capital social e o restante, no valor de R\$ 626.538, destinado a reserva de capital.

Os recursos obtidos na oferta serão utilizados para a aquisição de novas empresas, ativos e marcas.



---

02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
---------	------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(ii) O capital social integralizado da Companhia, que era de R\$ 2.555.552 representado por 481.201.394 ações ordinárias foi aumentado em abril de 2010 para R\$ 3.168.195 representado por 541.061.447 ações ordinárias. Sendo R\$ 606.078 advindos dos recursos obtidos na distribuição primária de 58.696.000 ações ordinárias e R\$ 6.565 advindos dos recursos obtidos na emissão de 1.164.056 ações outorgadas pela companhia no âmbito do Programa de Opção de Compra de Ações 2008.

\* \* \*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/03/2010

---

02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
---------	------------------	--------------------

---

---

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

---

Ver Comentário de Desempenho Consolidado

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Hypermarcas anuncia um crescimento de vendas no 1T10 de 68%, EBITDA de R\$178,8 milhões e Lucro Líquido Caixa de R\$132,4 milhões

São Paulo, 10 de maio de 2010 – A Hypermarcas S.A. (BM&FBovespa: HYPE3; Reuters: HYPE3.SA; Bloomberg: HYPE3 BZ) anuncia hoje seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2010. Todas as informações operacionais e financeiras a seguir foram elaboradas com base em números consolidados e de acordo com a Legislação Societária Brasileira.

### Destaques do trimestre

- **Receita Bruta de R\$820,5 milhões**, 68% superior ao 1T09
- **Receita Líquida de R\$656,8 milhões**, 71% superior ao 1T09
- **EBITDA<sup>(1)</sup> de R\$178,8 milhões**, representando margem de 27,2% da Receita Líquida
- **Lucro Líquido Caixa<sup>(2)</sup> (Cash Earnings) de R\$132,4 milhões**, ou 20,2% da Receita Líquida

(R\$ milhões)	2009	4T09	1T09	1T10	Δ
Receita Bruta	2.631,6	945,3	489,5	820,5	67,6%
Receita Líquida	2.025,3	719,4	384,7	656,8	70,7%
Lucro Bruto	1.182,3	407,2	221,0	382,5	73,1%
<b>Margem Lucro Bruto</b>	<b>58,4%</b>	<b>56,6%</b>	<b>57,4%</b>	<b>58,2%</b>	<b>0,8 p.p.</b>
EBITDA <sup>(1)</sup>	511,7	159,3	102,1	178,8	75,1%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>25,3%</b>	<b>22,1%</b>	<b>26,5%</b>	<b>27,2%</b>	<b>0,7 p.p.</b>
Lucro Líquido Caixa <sup>(2)</sup>	444,4	140,2	79,3	132,4	67,0%
<b>Margem Lucro Líquido Caixa</b>	<b>21,9%</b>	<b>19,5%</b>	<b>20,6%</b>	<b>20,2%</b>	<b>-0,5 p.p.</b>
Lucro Líquido	313,4	101,0	76,3	62,1	-18,7%
<b>Lucro Líquido Caixa por Ação<sup>(3)</sup></b>	<b>1,02</b>	<b>0,29</b>	<b>0,20</b>	<b>0,28</b>	<b>0,08</b>
Dívida Líquida <sup>(4)</sup>	1.711,9	1.711,9	1.073,0	1.823,6	
Disponibilidades	499,3	499,3	255,6	641,9	

**Os resultados do 1T10 não incorporam Sapeka, Luper, Sanifill ou York.**

**Os resultados do 4T09 incorporam os resultados referentes aos 2 últimos meses do ano para as companhias adquiridas Neo Química, Pom Pom, Olla e Hydrogen.**

(1) EBITDA antes das despesas não reincidentes de R\$4,1 milhões. Vide tabela de Reconciliação do EBITDA na página 6.

(2) Lucro Líquido Caixa = Lucro Líquido do exercício (62,1 milhões) + despesas não reincidentes (R\$4,1 milhões) + resultados de variação cambial (R\$16,3 milhões) + Imposto de renda e contribuição social não-caixa (R\$38,7 milhões) + Reversão da Realização do AVP (R\$11,2 milhões).

(3) Já ajustado para o desdobramento de ações e antes da emissão da oferta pública de ações encerrada em 9 de abril.

(4) Vide seção de Endividamento Líquido na página 8.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Contexto Operacional

A Receita Líquida no 1T10 totalizou R\$656,8 milhões, tendo crescido 71% em relação ao mesmo período de 2009. O EBITDA foi de R\$178,8 milhões, representando um crescimento de 75% e rentabilidade de 27,2%. O Lucro Líquido Caixa foi de R\$132,4 milhões, resultando em crescimento de 67% vs 1T09.

O crescimento orgânico ("same brand sales") foi de 25%, 8% superior aos 17% verificados no 1T09. Este crescimento tem se fortalecido nos últimos trimestres em função de:

- (i) Aceleração do crescimento dos setores em que a Hypermarcas atua, contando com a participação de novos segmentos com grande potencial a partir das aquisições estratégicas realizadas em 2008;
- (ii) Mercado de varejo aquecido, contribuindo para maior aceitação de diversos lançamentos realizados pela Hypermarcas ao final de 2009, principalmente nos segmentos de Beleza e Higiene Pessoal e de Alimentos; e
- (iii) Antecipação de formação de estoques pelos clientes referentes à Unidade de Negócios Farma em função de expectativa de aumento de preços a partir de 31 de março de 2010, conforme autorização da Anvisa expressa em 8 de março de 2010 de reajuste em até 4,83% dos preços dos medicamentos comercializados.

Para o ano de 2010, o *pipeline* de lançamentos é bastante extenso, havendo inovações em várias linhas de negócios. Já no 1T10, os lançamentos realizados ao longo de 2009, sendo os principais deles a linha capilar Monange e toda a renovação da linha masculina Bozzano, incluindo lâmina, aparelho, espuma e gel de barbear, além da loção pós barba, estão sendo muito bem recebidos pelo mercado, sendo responsáveis em parte pelo crescimento orgânico.

Em 4 de março, a Hypermarcas concluiu a aquisição da Jontex, líder no mercado de preservativos masculinos. Adicionalmente, seguindo a estratégia de aceleração de crescimento da Companhia, foram anunciadas quatro novas aquisições que vêm a complementar seu portfólio de produtos descartáveis e medicamentos:

- Luper: empresa tradicional no mercado de OTC, proprietária das marcas Gastrol, Virilon, Dramavit, Blumel e Senareti, entre outras;
- Sapeka: empresa líder no mercado de fraldas infantis do Nordeste;
- Sanifill: tradicional empresa no mercado de higiene bucal; e
- York: tradicional empresa no mercado de hastiflexíveis, curativos, algodões e outros produtos infantis.

Com isto, a empresa realizou nos últimos 2 trimestres um total de nove aquisições nos mercados estratégicos de saúde, beleza e higiene pessoal, que fortaleceram ainda mais seu posicionamento no mercado e que possibilitarão captura de múltiplas sinergias em várias áreas ao longo dos próximos 2 a 3 anos.

02143-1

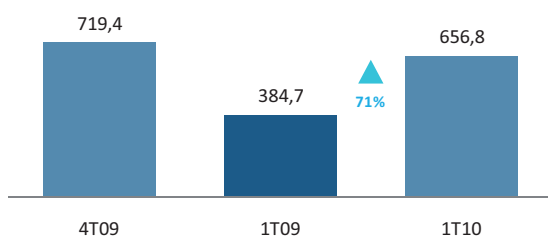
HYPERMARCAS S.A.

02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

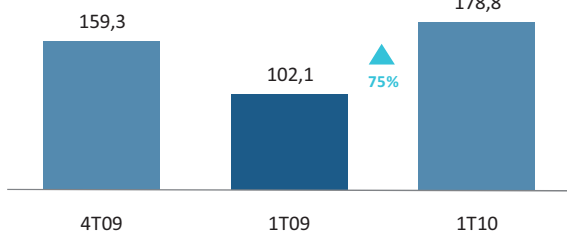
## Destaques do Resultado

Receita Líquida (R\$ mm)



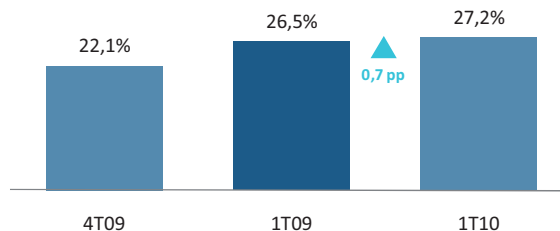
A Receita Líquida no 1T10 foi de R\$656,8 milhões. Isto representa um **crescimento de 71%** sobre o mesmo período em 2009, sendo 25% provenientes da base de negócios existentes na companhia pré-aquisições ("same brand sales" ou crescimento orgânico) e 46% das aquisições realizadas em 2009.

EBITDA (R\$ mm)



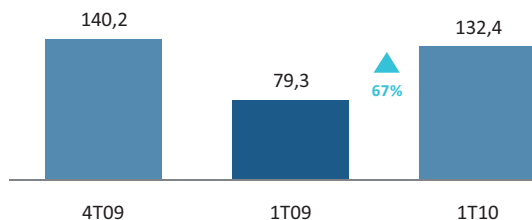
O EBITDA <sup>(1)</sup> foi de R\$178,8 milhões no 1T10, **75% superior** ao EBITDA <sup>(1)</sup> do 1T09, com margem de 27,2%.

Margem de EBITDA (%)

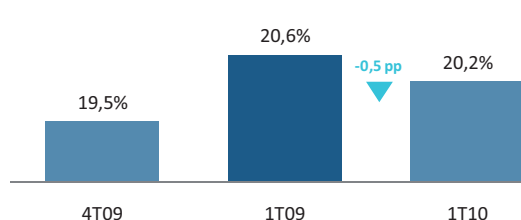


O Lucro Líquido Caixa foi de R\$132,4 milhões no 1T10, **67% superior** ao valor observado no 1T09, representando **lucratividade de 20,2%** em relação à Receita Líquida.

Lucro Líquido Caixa (R\$ mm)



Margem de Lucro Líquido Caixa (%)



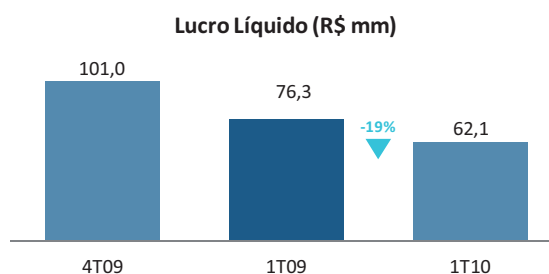
02143-1

HYPERMARCAS S.A.

02.932.074/0001-91

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O Lucro Líquido no 1T10 foi de R\$62,1 milhões, R\$14,2 milhões ou 19% abaixo do valor observado no 1T09, em decorrência da alteração nas normas contábeis (Pronunciamento Técnico CPC32) que passaram a exigir a partir do 3T09 o reconhecimento de IR e CSLL não-caixa no valor de R\$38,7 milhões, e de variação cambial e realização de AVP no valor de R\$27,5 milhões.



## Indicadores Financeiros

Segue abaixo um resumo da Demonstração de Resultados da Hypermarchas neste trimestre:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ milhões)	4T09	% RL	1T09	% RL	1T10	% RL
Receita Bruta	945,3	131,4%	489,5	127,2%	820,5	124,9%
Receita Líquida	719,4	100,0%	384,7	100,0%	656,8	100,0%
Lucro Bruto	407,2	56,6%	221,0	57,4%	382,5	58,2%
Despesas com Marketing	(147,0)	-20,4%	(58,8)	-15,3%	(100,3)	-15,3%
Despesas com Vendas	(91,3)	-12,7%	(49,9)	-13,0%	(93,6)	-14,3%
Desp. Administrativas, Gerais e Tributárias	(54,6)	-7,6%	(21,7)	-5,6%	(50,4)	-7,7%
Outras Receitas e Desp. Operacionais, Líquidas	31,4	4,4%	0,2	0,1%	22,5	3,4%
EBIT	145,7	20,2%	90,8	23,6%	160,7	24,5%
Despesas Financeiras	(35,0)	-4,9%	(33,7)	-8,8%	(73,9)	-11,3%
Receitas Financeiras	19,1	2,6%	6,3	1,6%	14,0	2,1%
Imposto de Renda e CSLL	(28,7)	-4,0%	12,9	3,4%	(38,7)	-5,9%
Lucro Líquido	101,0	14,0%	76,3	19,8%	62,1	9,5%
EBITDA <sup>(1)</sup>	159,3	22,1%	102,1	26,5%	178,8	27,2%
Lucro Líquido Caixa	140,2	19,5%	79,3	20,6%	132,4	20,2%
Lucro Líquido Caixa por Ação	0,29		0,20		0,28	

Os principais custos envolvidos nas atividades da Hypermarchas são relativos à matéria-prima, embalagem e industrialização. As despesas mais relevantes, como parte da estratégia da Companhia em investir em suas marcas, são relacionadas a despesas com marketing.

## Receita Líquida

Conforme tabela abaixo, a Receita Líquida do 1T10 foi de R\$656,8 milhões, 71% superior ao valor verificado no 1T09. Deste total, R\$481,0 milhões foram referentes aos negócios pertencentes à

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Hypermarcas pré-aquisições de 2009 <sup>(5)</sup>, o que representou um crescimento de 25% ("same brand sales"), e o restante referente ao componente inorgânico das aquisições realizadas em 2009.

R\$ Milhões	4T09		1T09		1T10		Δ
Hypermarcas SBS <sup>(5)</sup>	614,3	85,4%	384,7	100,0%	481,0	73,2%	25,0%
Neo Química <sup>(6)</sup>	62,7	8,7%	-	0,0%	105,2	16,0%	-
Pom Pom + Hydrogen <sup>(6)</sup>	33,8	4,7%	-	0,0%	50,6	7,7%	-
Inal + Jontex <sup>(6)</sup>	8,6	1,2%	-	0,0%	20,0	3,0%	-
Total	719,4	100,0%	384,7	100,0%	656,8	100,0%	70,7%

<sup>(5)</sup> "SBS" ou "same brand sales" se refere ao componente orgânico do faturamento da Companhia, seu portfólio de marcas original. Para efeito de "SBS" é considerada a receita das marcas da Hypermarcas antes das aquisições de 2009.

<sup>(6)</sup> Aquisições do ano de 2009: Neo Química, Pom Pom, Inal, Hydrogen e Jontex.

Da Receita Líquida total do 1T10, 34% referiram-se a produtos da Divisão de Beleza e Higiene Pessoal, 48% foram da Divisão Farma, 8% da Divisão de Higiene e Limpeza e 9% da Divisão de Alimentos, enquanto no 1T09, 32% da Receita foi proveniente da Beleza e Higiene, 41% de Divisão Farma, 15% de Higiene e Limpeza e 12% de Alimentos, conforme tabela abaixo:

R\$ Milhões	4T09		1T09		1T10		Δ
Beleza e Higiene Pessoal	280,6	39,0%	122,8	31,9%	225,9	34,4%	83,9%
Farma	248,8	34,6%	157,8	41,0%	318,4	48,5%	101,8%
Higiene e Limpeza	99,8	13,9%	57,1	14,8%	54,9	8,4%	-3,9%
Alimentos	90,1	12,5%	46,6	12,1%	57,6	8,8%	23,7%
Total	719,4	100,0%	384,7	100,0%	656,8	100,0%	70,7%

No 1T10, da Receita Líquida de R\$225,9 milhões de Beleza e Higiene Pessoal, R\$70,6 milhões referiram-se a aquisições realizadas em 2009 e o restante de marcas do portfólio original da Hypermarcas, o que representou um crescimento de 26% ("SBS"). Em Farma, da Receita Líquida de R\$318,4 milhões, R\$105,2 milhões originaram-se de marcas do Neo Química e o restante de marcas referentes aos negócios anteriores da Hypermarcas, o que representou um crescimento de 35% ("SBS"). Já os crescimentos observados em Higiene e Limpeza e Alimentos não foram impactados por aquisições.

## Lucro Bruto

O Lucro Bruto da Hypermarcas no 1T10 foi de R\$382,5 milhões, representando uma margem de 58,2% em relação à Receita Líquida, 81 bps superior ao apresentado no 1T09.

## Despesas de Marketing

As Despesas com Marketing totalizaram R\$100,3 milhões no 1T10, ou 15,3% da Receita Líquida, em linha com o percentual verificado no 1T09. Deste montante, R\$44,8 milhões, ou 6,8% da

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Líquida, foram gastos com propagandas e promoções ao consumidor, e o restante com Acordos, verbas e promoções para o ponto de venda e Visitação Médica, conforme tabela abaixo:

DESPESAS DE MARKETING (R\$ milhões)	4T09	% RL	1T09	% RL	1T10	% RL
Despesas de Marketing	(147,0)	-20,4%	(58,8)	-15,3%	(100,3)	-15,3%
Propaganda e promoção ao consumidor	(75,4)	-10,5%	(28,9)	-7,5%	(44,8)	-6,8%
Visitação Médica	(5,7)	-0,8%	(6,1)	-1,6%	(6,7)	-1,0%
Acordos, verbas e promoções para o ponto de venda	(65,9)	-9,2%	(23,8)	-6,2%	(48,7)	-7,4%

## Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no 1T10 totalizaram R\$93,6 milhões ou 14,3% da Receita Líquida, 129 bps acima do 1T09. O detalhamento destas despesas pode ser verificado abaixo:

DESPESAS COM VENDAS (R\$ milhões)	4T09	% RL	1T09	% RL	1T10	% RL
Despesas com Vendas	(91,3)	-12,7%	(49,9)	-13,0%	(93,6)	-14,3%
Despesas Comerciais	(65,1)	-9,1%	(36,2)	-9,4%	(70,8)	-10,8%
Frete	(24,8)	-3,5%	(10,9)	-2,8%	(22,3)	-3,4%
PDD	(1,4)	-0,2%	(2,7)	-0,7%	(0,5)	-0,1%

No 1T10, ainda não foram capturadas as sinergias das empresas adquiridas ao final de 2009 na sua totalidade, resultando nos 129 bps acima do mesmo período do ano anterior.

## Despesas Administrativas, Gerais e Tributárias

As Despesas Administrativas, Gerais e Tributárias foram de R\$50,4 milhões no 1T10, ou 7,7% da Receita Líquida e R\$21,7 milhões no 1T09 ou 5,6% da Receita Líquida, conforme apresentado na tabela abaixo. É importante ressaltar que no 1T10 incidiu uma despesa não-caixa com plano de opções de ações de aproximadamente R\$2,9 milhões, ou 0,4% da Receita Líquida e despesas com reestruturação no montante de R\$4,1 milhões, ou 0,6% da Receita Líquida, resultando em valor líquido de 6,6% da Receita Líquida.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ milhões)	4T09	% RL	1T09	% RL	1T10	% RL
Desp. Administrativas, Gerais e Tributárias	(54,6)	-7,6%	(21,7)	-5,6%	(50,4)	-7,7%

Quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, tais despesas foram 96 bps acima do 1T09 devido ao fortalecimento do corpo executivo da Companhia ao longo do ano de 2009 e sinergias ainda não capturadas de empresas adquiridas ao final de 2009.



02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

### Resultado Operacional

O EBITDA <sup>(1)</sup> no 1T10 foi de R\$178,8 milhões, representando uma margem de 27,2% com relação ao Faturamento Líquido, conforme reconciliação abaixo:

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA (R\$ milhões)	4T09	% RL	1T09	% RL	1T10	% RL
Lucro Bruto	407,2	56,6%	221,0	57,4%	382,5	58,2%
Despesas com Vendas	(91,3)	-12,7%	(49,9)	-13,0%	(93,6)	-14,3%
Despesas com Marketing	(147,0)	-20,4%	(58,8)	-15,3%	(100,3)	-15,3%
Desp. Administrativas, Gerais e Tributárias	(54,6)	-7,6%	(21,7)	-5,6%	(50,4)	-7,7%
Outras Receitas e Desp. Operacionais, Líquidas	31,4	4,4%	0,2	0,1%	22,5	3,4%
EBIT	145,7	20,2%	90,8	23,6%	160,7	24,5%
(+) Depreciações	7,4	1,0%	5,3	1,4%	8,7	1,3%
(+) Outras Amortizações	5,0	0,7%	3,5	0,9%	5,3	0,8%
(+) Despesas com reestruturações	1,2	0,2%	2,5	0,7%	4,1	0,6%
EBITDA <sup>(1)</sup>	159,3	22,1%	102,1	26,5%	178,8	27,2%

As despesas não reincidentes do trimestre são sobretudo aquelas relacionadas a custos de reestruturações societárias em virtude das últimas aquisições.

### Despesas e Receitas Financeiras

As Despesas com Juros, líquidas no 1T10 totalizaram R\$32,4 milhões, um aumento de R\$18,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função de maior nível de endividamento decorrente das aquisições realizadas ao final do ano de 2009. As despesas não-caixa com Realização do Ajuste a Valor Presente, relacionadas à movimentação no período dos saldos de Títulos a Pagar totalizaram R\$11,2 milhões e as despesas com variação cambial foram de R\$16,3 milhões, conforme reconciliação abaixo:

DESPESAS E RECEITAS FINANC. (R\$ milhões)	4T09	% RL	1T09	% RL	1T10	% RL
Despesas com Juros, líquidas	(6,7)	-0,9%	(14,0)	-3,6%	(32,4)	-4,9%
Variação Cambial	6,9	1,0%	0,7	0,2%	(16,3)	-2,5%
Realização do Ajuste a Valor Presente	(16,2)	-2,3%	(14,2)	-3,7%	(11,2)	-1,7%

### Lucro Líquido

O Lucro Líquido foi de R\$62,1 milhões no 1T10, R\$14,2 milhões abaixo do valor verificado no mesmo período do ano anterior. Este resultado representa uma lucratividade em relação à Receita Líquida de 9,5%. Excluindo-se as despesas que não afetam o caixa, o Lucro Líquido Caixa no 1T10 foi de R\$132,4 milhões, 67% acima do Lucro Líquido Caixa no 1T09, e o correspondente a 20,2% da Receita Líquida, conforme tabela a seguir:

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RECONCILIAÇÃO DO L. LÍQUIDO CAIXA (R\$ milhões)	4T09	% RL	1T09	% RL	1T10	% RL
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	101,0	14,0%	76,3	19,8%	62,1	9,5%
(+) Amortizações de Ágios	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
(+) Despesas com reestruturações	1,2	0,2%	2,5	0,7%	4,1	0,6%
(-) Resultados de variação cambial	(6,9)	-1,0%	(0,7)	-0,2%	16,3	2,5%
(-) Imposto de renda e contribuição social não-caixa	28,7	4,0%	(12,9)	-3,4%	38,7	5,9%
(+) Realização do AVP	16,2	2,3%	14,2	3,7%	11,2	1,7%
Lucro Líquido Caixa	140,2	19,5%	79,3	20,6%	132,4	20,2%
Lucro Líquido Caixa por ação	0,29		0,20		0,28	

Importante ressaltar que em 17 de julho de 2009 passou a vigorar o Pronunciamento Técnico CPC 32, que exige o reconhecimento de passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias. Desta forma, passou-se a contabilizar, a partir do 3T09 de forma acumulada para o ano, o Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota de 34% dos valores de amortização de ágios. Este montante, no entanto, é lançado como uma obrigação fiscal diferida no passivo não circulante e, portanto, não terá qualquer impacto no caixa da Companhia.

## Fluxo de Caixa

O Aumento Líquido do Caixa no 1T10 correspondeu a R\$142,6 milhões. Deste montante, a Companhia gerou um fluxo de caixa operacional de R\$136,2 milhões e investiu R\$8,8 milhões em CAPEX e R\$170,0 milhões em aquisições, os quais foram financiados por novas captações financeiras líquidas de R\$185,2 milhões, conforme reconciliação abaixo:

FLUXO DE CAIXA (R\$ milhões)	4T09	1T09	1T10
Disponibilidades no Início do período	874,5	149,8	499,3
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(151,5)	126,0	136,2
EBITDA	163,3	99,6	177,6
Variação no Circulante Líquido	(314,8)	26,4	(41,3)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(378,7)	1,7	(178,7)
CAPEX	(15,8)	(3,2)	(8,8)
Aquisições e Outros	(362,8)	4,9	(170,0)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	154,9	(21,9)	185,2
Emissão de Ações	(7,9)	0,0	0,0
Financiamentos (Empréstimos e Títulos a Pagar)	162,8	(21,9)	185,2
Aumento Líquido do Caixa	(375,2)	105,8	142,6
Disponibilidades no Encerramento do período	499,3	255,6	641,9

## Endividamento Líquido

O Endividamento Líquido da Hypermarchas em março de 2010 era de R\$1.823,6 milhões, dos quais R\$641,9 milhões eram Disponibilidades, R\$1.049,5 milhões eram Empréstimos e financiamentos

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

bancários (incluindo Notas Promissórias e Debêntures) e R\$1.416,0 milhões eram Títulos a pagar referentes a parcelamentos de aquisições, conforme a seguir:

PERFIL DA DÍVIDA (R\$ milhões)	Saldo no 4T09	Saldo no 1T10	Cronograma de Pagamento				
			2010	2011	2012	2013	2014 e Outros
Empréstimos e financiamentos	795,8	1.049,5	366,6	141,7	95,1	359,8	86,2
Títulos a pagar	1.415,4	1.416,0	462,2	480,3	267,3	144,9	61,4
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>2.211,2</b>	<b>2.465,5</b>	<b>828,9</b>	<b>621,9</b>	<b>362,4</b>	<b>504,7</b>	<b>147,7</b>
Disponibilidades	499,3	641,9	499,3				
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>1.711,9</b>	<b>1.823,6</b>	<b>329,6</b>				
% do Endiv. Bruto sujeito a Câmbio <sup>(7)</sup>		21%	3%	26%	74%	7%	20%
% do Endiv. Bruto não sujeito a juros		26%	21%	33%	57%	7%	18%
<b>Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA LTM <sup>(8)</sup>)</b>	<b>3,3 x</b>	<b>3,1 x</b>					

(7) Incluindo hedges.

(8) "EBITDA LTM" equivale ao EBITDA dos últimos 12 meses.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
DATA-BASE - 31/03/2010

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Agenda de RI

### Teleconferência 1T10

#### Português

Data: 11/05/2010  
Horário: 11h30 (Brasília)  
Telefone: +55 (11) 4003-9004  
Replay: +55 (11) 4003-9004  
Senha: Hypermecas

#### Inglês

Data: 11/05/2010  
Horário: 13h00 (Brasília)  
Telefone: +1 (973) 935-8893  
Replay: +1 (706) 645-9291  
Senha: 71747442

### Contato de RI

#### Martim Prado Mattos

Diretor de RI

#### Patrícia Salem

Gerente de RI

#### Guy Houly

Estagiário de RI

Telefone: +55 (11) 3627-4251

[ri@hypermecas.com.br](mailto:ri@hypermecas.com.br)

[www.hypermecas.com.br/ri](http://www.hypermecas.com.br/ri)

Data	Evento	Local
13/mai	Goldman Sachs Consumer Products Symposium	Nova Iorque
12/mai e 14/mai	Non-deal roadshow nos EUA (a ser confirmado)	Nova Iorque
15/jun a 16/jun	Deutsche Bank Global Consumer and Food Retail Conference	Paris
17/jun a 18/jun	Non-deal roadshow na Europa (a ser confirmado)	Londres
23/jun a 25/jun	Citi Brazil Equity Conference 2010	São Paulo
19/jul a 23/jul	Non-deal roadshow na Ásia (a ser confirmado)	Ásia
03/ago a 05/ago	Credit Suisse 2010 Mid Summer LatAm Conference	Nova Iorque
26/jul a 09/ago	Período de Silêncio	
09/ago	Divulgação de Resultados 2T10	

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Eventos Subseqüentes

Os eventos subseqüentes relevantes estão detalhados a seguir:

- Aquisição de novos negócios

(i) Conforme fato relevante divulgado em 16 de Abril de 2010, a Hypermarcas S.A. adquiriu por R\$52,1 milhões a Luper Indústria Farmacêutica Ltda., que atua na fabricação e distribuição de medicamentos comercializados sob as marcas Gastrol, Virilon, Dramavit, Blumel e Senareti, entre outras.

(ii) Conforme fato relevante divulgado em 04 de maio de 2010, a Hypermarcas S.A. adquiriu a Sapeka, que fabrica e comercializa fraldas descartáveis, principalmente sob as marcas Sapeka, Flutty, Maturidade, Única e Leve, por R\$ 225 milhões. Em razão da incorporação de ações serão emitidas, pela Companhia, 6.784.922 ações que serão subscritas pelos atuais acionistas da Sapeka e que ficarão restritas à venda (*locked-up*), por período de até cinco anos.

(iii) Até maio de 2010, está prevista a conclusão da aquisição da Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda pelo valor estimado de R\$ 79 milhões, a qual fabrica e distribui escovas dentais, fios e fitas dentais e anti-sépticos bucais, entre outros, que são comercializados sob a marca Sanifill entre outras.

(iv) Até maio de 2010, está prevista a conclusão da aquisição da York S.A. Indústria e Comércio pelo valor estimado de R\$ 100 milhões, cujo negócio consiste na fabricação e distribuição de hastes flexíveis, curativos, absorventes e algodões, entre outros, que são comercializados sob as marcas York, Palinetes e Silhouette, entre outras.

- Oferta Pública de Ações

Em abril de 2010 foi concluída a distribuição primária de 58.696.000 ações ordinárias emitidas pela companhia ao preço de subscrição de R\$ 21,00 por ação, o que totalizou R\$ 1.232,6 milhões. Deste total, o valor de R\$606,1 milhões foi destinado a aumento de capital social e o restante, no valor de R\$626,5 milhões, destinado a reserva de capital.

Os recursos obtidos na oferta serão utilizados para a aquisição de novas empresas, ativos e marcas.

- Aumento do Capital Social

O capital social integralizado da Companhia, que era de R\$2.555,6 milhões representado por 481.201.394 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2009, passou a, em abril de 2010, R\$ 3.168,2 milhões representado por 541.061.447 ações ordinárias. Sendo R\$606,1 milhões advindos dos recursos obtidos na distribuição primária de 58.696.000 ações ordinárias e R\$6,6 milhões advindos dos recursos obtidos na emissão de 1.164.056 ações outorgadas pela companhia no âmbito do Programa de Opção de Compra de Ações 2008.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Disclaimer

Considerações futuras, se contidas nesse documento, referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros e às perspectivas de crescimento da Companhia. Estas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Companhia em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o seu plano de negócios. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Companhia e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**Demonstração de Resultado do Exercício (R\$ milhares)**

	Consolidado		Consolidado	
	2009	4T09	1T09	1T10
<b>Receita bruta de vendas</b>				
Mercado interno	2.613.838	937.844	486.016	813.801
Mercado externo	17.713	7.457	3.522	6.688
Deduções de vendas	-606.279	-225.866	-104.807	-163.706
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>2.025.272</b>	<b>719.435</b>	<b>384.731</b>	<b>656.783</b>
Custo dos produtos vendidos	-842.938	-312.238	-163.761	-274.253
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.182.334</b>	<b>407.197</b>	<b>220.970</b>	<b>382.530</b>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>				
Despesas com vendas e marketing	-663.701	-238.314	-108.625	-193.887
Despesas administrativas, gerais e tributárias	-128.071	-54.614	-21.711	-50.378
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	73.969	31.398	213	22.474
<b>Lucro Operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>464.531</b>	<b>145.667</b>	<b>90.847</b>	<b>160.739</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>14.584</b>	<b>-15.968</b>	<b>-27.448</b>	<b>-59.925</b>
Despesas financeiras	-35.596	-35.022	-33.737	-73.917
Receitas Financeiras	50.180	19.054	6.289	13.992
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>479.115</b>	<b>129.699</b>	<b>63.399</b>	<b>100.814</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>-165.742</b>	<b>-28.737</b>	<b>12.909</b>	<b>-38.748</b>
Corrente	71.992	39.278	34.536	53.612
Diferidos	-237.734	-68.015	-21.627	-92.360
<b>Lucro antes da participação minoritária</b>	<b>313.373</b>	<b>100.962</b>	<b>76.308</b>	<b>62.066</b>
Participação minoritária nos resultados de controladas	-	-	-	-
<b>Lucro líquido</b>	<b>313.373</b>	<b>100.962</b>	<b>76.308</b>	<b>62.066</b>
<b>Lucro líquido por ação – R\$</b>	<b>0,74</b>	<b>0,21</b>	<b>0,19</b>	<b>0,13</b>

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Balanço Patrimonial (R\$ milhares)

Ativo	Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>	<b>2.050.758</b>	<b>1.836.317</b>
Disponibilidades	641.922	499.279
Contas a receber	633.260	724.630
Estoques	328.971	319.492
Adiantamentos diversos	26.975	20.132
Impostos a recuperar	271.613	206.499
Créditos tributários	59.529	27.916
Outros créditos	7.290	5.844
Despesas antecipadas	81.198	32.525
<b>Não circulante</b>	<b>4.620.903</b>	<b>4.441.835</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>312.480</b>	<b>310.407</b>
Sociedades ligadas	-	-
Créditos tributários	279.925	279.378
Impostos a recuperar	1.218	1.280
Depósitos judiciais e outros	14.011	12.503
Despesas antecipadas	1.431	1.059
Investimentos Temporários	15.895	16.187
<b>Investimentos</b>	<b>4.308.423</b>	<b>4.131.428</b>
Outros investimentos	287	287
Imobilizado	296.732	295.539
Intangível	4.010.946	3.835.052
Diferido	458	550
<b>Total do ativo</b>	<b>6.671.661</b>	<b>6.278.152</b>
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009
<b>Circulante</b>	<b>1.210.127</b>	<b>1.291.781</b>
Fornecedores	141.120	120.477
Empréstimos e financiamentos	366.647	398.885
Salários e encargos sociais	49.590	46.158
Imposto de renda e contribuição social	2.831	4.931
Impostos a recolher	62.498	73.769
Dividendos Propostos	-	27.685
Contas a pagar	125.214	129.879
Títulos a pagar	462.227	489.997
<b>Não circulante</b>	<b>5.461.534</b>	<b>4.986.371</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>1.931.588</b>	<b>1.549.061</b>
Empréstimos e financiamentos	682.821	396.937
Imposto de renda e contribuição social	225.311	157.236
Títulos a pagar	953.820	925.368
Outras contas a pagar	28.991	29.563
Provisão para contingências	40.645	39.957
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>3.529.946</b>	<b>3.437.310</b>
Capital social	2.555.552	2.555.552
Reserva de capital	795.762	792.877
Reserva de Lucros	116.566	88.881
Lucros/Prejuízos acumulados	62.066	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>6.671.661</b>	<b>6.278.152</b>



02143-1

HYPERMARCAS S.A.

02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**Demonstração do Fluxo de Caixa (R\$ milhares)**

	Consolidado		Consolidado	
	2009	4T09	1T09	1T10
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	479.115	129.699	63.399	100.814
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e Outras Amortizações	38.506	12.386	8.766	13.934
Amortização de ágios	-	-	-	-
Resultado na venda de ativos permanentes	-517	-493	-18	-143
Perdas cambiais	-114.675	-6.893	-747	16.295
Receitas financeiras, líquido	100.091	22.861	28.194	43.629
Despesa com Plano de Opção	5.240	5.240	-	2.884
<b>Resultados ajustados</b>	<b>507.760</b>	<b>162.800</b>	<b>99.594</b>	<b>177.413</b>
<b>Redução (aumento) nas contas de ativos</b>	<b>-298.732</b>	<b>-249.066</b>	<b>80.706</b>	<b>-41.187</b>
Contas a receber de clientes	-119.411	-153.748	65.773	91.370
Estoques	-31.986	-13.967	3.635	-8.739
Impostos a recuperar	-117.852	-73.854	18.175	-64.976
Depósitos judiciais	-812	-811	-179	-1.508
Demais contas a receber	-28.671	-6.686	-6.698	-57.334
<b>Aumento (redução) nas contas de passivos</b>	<b>-15.524</b>	<b>-65.230</b>	<b>-54.253</b>	<b>-9</b>
Fornecedores	3.713	-51.062	-25.725	20.643
Imposto de renda e contribuição social pagos	-12.912	-2.780	-2.265	-4.931
Impostos a recolher	37.558	24.809	420	-11.264
Salários e encargos sociais	1.987	-8.594	-836	3.457
Contas a pagar	-7.397	7.329	-24.746	-4.668
Juros pagos	668	760	-574	-3.836
Outras contas a pagar	-39.141	-35.692	-527	590
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>193.504</b>	<b>-151.496</b>	<b>126.047</b>	<b>136.217</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de empresas controladas menos caixas líquidos na aquisição	-369.330	-369.330	-	-181.256
Compra de ativo imobilizado	-29.980	-15.806	-3.194	-8.785
Gastos com diferido	-	-	-	-
Compra de Intangíveis	-14.810	-11.876	-439	-1.884
Recebimento pela venda de equipamentos	1.448	1.024	251	325
Juros recebidos de aplicações	46.352	17.338	5.085	12.858
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>-366.320</b>	<b>-378.650</b>	<b>1.703</b>	<b>-178.742</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Recebimento pela emissão de ações	540.362	-7.867	-	-
Integralização de capital	-	-	-	-
Recebimento por empréstimos tomados	339.778	234.557	53.757	400.556
Pagamento de empréstimos	-331.578	-58.731	-66.745	-219.436
Juros recebidos	-	-	-	-
Juros pagos por empréstimos	-26.226	-13.061	-8.918	4.048
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>522.336</b>	<b>154.898</b>	<b>-21.906</b>	<b>185.168</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>349.520</b>	<b>-375.248</b>	<b>105.844</b>	<b>142.643</b>
<b>Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>				
No início do período	149.759	874.527	149.759	499.279
No fim do período	499.279	499.279	255.603	641.922
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>349.520</b>	<b>-375.248</b>	<b>105.844</b>	<b>142.643</b>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
DATA-BASE - 31/03/2010

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Outros Dados Operacionais

### Receita Bruta

R\$ Milhões	4T09		1T09		1T10		Δ
Hypermarcas SBS <sup>(5)</sup>	818,2	86,6%	489,5	100,0%	607,8	74,1%	24,2%
Neo Química <sup>(6)</sup>	72,9	7,7%	-	0,0%	121,4	14,8%	-
Pom Pom + Hydrogen <sup>(6)</sup>	45,2	4,8%	-	0,0%	69,0	8,4%	-
Inal + Jontex <sup>(6)</sup>	9,0	1,0%	-	0,0%	22,4	2,7%	-
<b>Total</b>	<b>945,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>489,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>820,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>67,6%</b>

R\$ Milhões	4T09		1T09		1T10		Δ
Beleza e Higiene Pessoal	388,4	41,1%	137,5	28,1%	305,1	37,2%	121,9%
Farma	295,7	31,3%	219,0	44,7%	364,9	44,5%	66,6%
Higiene e Limpeza	136,0	14,4%	72,8	14,9%	73,0	8,9%	0,3%
Alimentos	125,1	13,2%	59,6	12,2%	77,5	9,4%	30,1%
<b>Total</b>	<b>945,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>489,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>820,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>67,6%</b>

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR	(Mi)		
01	COSMED IND. DE COSM. E MED. S/A	61.082.426/0001-26	FECHADA CONTROLADA	100,00	100,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		142.894			117.894
02	VERSOIX PARTICIPAÇÕES LTDA	11.218.372/0001-05	FECHADA CONTROLADA	99,99	99,99
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		2.405			0
03	MY AGÊNCIA PROPAGANDA LTDA	03.532.177/0001-27	FECHADA CONTROLADA	99,99	99,99
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9			10

02143-1

HYPERMARCAS S.A.

02.932.074/0001-91

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

## POSIÇÃO ACIONÁRIA

### POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: Hypermarcas S.A.

					Posição em 31/03/2010 (Em Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Igarapava Participações S.A.	142.776.510	29,7	-	-	142.776.510	29,7
Maiorem S.A. de C.V	93.371.780	19,4	-	-	93.371.780	19,4
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves	34.641.026	7,2	-	-	34.641.026	7,2
Cleonice Barbosa Limírio Gonçalves	350.000	0,1	-	-	350.000	0,1
Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho	16	0,0	-	-	16	0,0
Luana Barbosa Limírio Gonçalves de Sant'Anna Braga	9.136	0,0			9.136	0,0
			-	-		
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	210.052.926	43,7	-	-	210.052.926	43,7
<b>Total</b>	<b>481.201.394</b>	<b>100,0</b>	-	-	<b>481.201.394</b>	<b>100,0</b>

### DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Denominação: Igarapava Participações S.A.

					Posição em 31/03/2010 (Em Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Monte Cristalina Ltda	280.944	63,8	-	-	280.944	57,3
João Alves de Queiroz Filho	115.504	26,2	50.000	100,0	165.504	33,8
Maria Esmeralda Alves de Q. Bertucelli	41.013	9,3	-	-	41.013	8,4
					-	-
					-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	2.539	0,6	-	-	2.539	0,5
<b>Total</b>	<b>440.000</b>	<b>100,0</b>	<b>50.000</b>	<b>100,0</b>	<b>490.000</b>	<b>100,0</b>

02143-1

HYPERMARCAS S.A.

02.932.074/0001-91

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: Monte Cristalina Ltda						
				Posição em 31/03/2010 (Em Ações)		
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Alves de Queiroz Filho	169.929.698	76,8	-	-	169.929.698	76,8
Cirillo Marcos Alves	51.390.564	23,2	-	-	51.390.564	23,2
					-	-
					-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>221.320.262</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>221.320.262</b>	<b>100,0</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: Maiorem S.A. de C.V						
				Posição em 31/03/2010 (Em Ações)		
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Roberto Hernández Ramírez	901.920	39,7	-	-	901.920	39,7
Alfredo Harp Helú	541.152	23,8	-	-	541.152	23,8
José G. Aguilera Medrano	541.152	23,8	-	-	541.152	23,8
Esteban Malpica Fomperosa	270.609	11,9			270.609	11,9
Outros	14.463	0,6			14.463	0,6
					-	-
					-	-
					-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.269.296</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.269.296</b>	<b>100,0</b>

02143-1 HYPERMARCAS S.A. 02.932.074/0001-91

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/03/2010						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Controlador</b>	<b>271.148.468</b>	<b>56,3</b>		<b>0,0</b>	<b>271.148.468</b>	<b>56,3</b>
<b>Administradores</b>	<b>3.049.430</b>	<b>0,6</b>		<b>0,0</b>	<b>3.049.430</b>	<b>0,6</b>
Conselho de Administração	1.523.472	0,3		0,0	1.523.472	0,3
Diretoria	1.525.958	0,3		0,0	1.525.958	0,3
<b>Conselho Fiscal <sup>1</sup></b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>		<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>
<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>		<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>207.003.496</b>	<b>43,0</b>		<b>0,0</b>	<b>207.003.496</b>	<b>43,0</b>
<b>Total</b>	<b>481.201.394</b>	<b>100,0</b>		<b>0,0</b>	<b>481.201.394</b>	<b>100,0</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>207.003.496</b>	<b>43,0</b>		<b>0,0</b>	<b>207.003.496</b>	<b>43,0</b>

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/03/2009						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Controlador</b>	<b>161.054.286</b>	<b>81,1</b>		<b>0,0</b>	<b>161.054.286</b>	<b>81,1</b>
<b>Administradores</b>	<b>1.525.164</b>	<b>0,8</b>		<b>0,0</b>	<b>1.525.164</b>	<b>0,8</b>
Conselho de Administração	761.835	0,4		0,0	761.835	0,4
Diretoria	763.329	0,4		0,0	763.329	0,4
	-	<b>0,0</b>			<b>-</b>	<b>0,0</b>
<b>Conselho Fiscal <sup>1</sup></b>				<b>0,0</b>		
<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>		<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>36.021.247</b>	<b>18,1</b>		<b>0,0</b>	<b>36.021.247</b>	<b>18,1</b>
<b>Total</b>	<b>198.600.697</b>	<b>100,0</b>		<b>0,0</b>	<b>198.600.697</b>	<b>100,0</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>36.021.247</b>	<b>18,1</b>		<b>0,0</b>	<b>36.021.247</b>	<b>18,1</b>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
DATA-BASE - 31/03/2010

---

02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
---------	------------------	--------------------

---

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

---

### **CÂMARA DE ARBITRAGEM**

De acordo com o estatuto social da Companhia as disputas e controvérsias decorrentes ou relacionadas a este estatuto social, ao Regulamento do Novo Mercado, às disposições da Lei 6.404/76, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, aos Regulamentos da BM&FBOVESPA e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
DATA-BASE - 31/03/2010

---

02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
---------	------------------	--------------------

---

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

---

# **Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas**

**Informações Trimestrais - ITR  
em 31 de março de 2010 e  
Relatório dos auditores independentes  
sobre a revisão limitada**



## **Relatório dos auditores independentes sobre a revisão limitada**

Aos Acionistas e Conselho de Administração  
Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR (individuais e consolidadas) da Hypermarcas S.A. (“Companhia”) e empresas controladas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.


Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Hypermarcas S.A. e Hypermarcas S.A. e empresas controladas

Conforme mencionado na Nota 3, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais -ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. De acordo com o requerido pela referida Deliberação, a Companhia divulgou esse fato na Nota 3 às Informações Trimestrais, bem como a descrição das principais alterações que poderão impactar suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado.

São Paulo, 7 de maio de 2010

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Douglas Souza de Oliveira  
Contador CRC 1SP191325/O-0

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COSMED IND. DE COSM. E MED. S/A

## 22.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	220.853	220.853	24.804	24.804
3.02	Deduções da Receita Bruta	(97.765)	(97.765)	(11.589)	(11.589)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	123.088	123.088	13.215	13.215
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(106.414)	(106.414)	(15.443)	(15.443)
3.05	Resultado Bruto	16.674	16.674	(2.228)	(2.228)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(5.591)	(5.591)	(284)	(284)
3.06.01	Com Vendas	(2.152)	(2.152)	(72)	(72)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(2.604)	(2.604)	(823)	(823)
3.06.03	Financeiras	(839)	(839)	529	529
3.06.03.01	Receitas Financeiras	96	96	788	788
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(935)	(935)	(259)	(259)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	257	257	82	82
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(253)	(253)	0	0
3.06.05.01	Amortização de Ágio/Deságios Líquidos	0	0	0	0
3.06.05.02	Outras Despesas	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	11.083	11.083	(2.512)	(2.512)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	11.083	11.083	(2.512)	(2.512)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(2.766)	(2.766)	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
COSMED IND. DE COSM. E MED. S/A

22.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.11	IR Diferido	(1.110)	(1.110)	(96)	(96)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	7.207	7.207	(2.608)	(2.608)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	142.894	142.894	117.894	117.894
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,05044	0,05044		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,02212)	(0,02212)

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

## CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
VERSOIX PARTICIPAÇÕES LTDA

## 22.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/03/2010 a 31/12/2010	4 - 01/01/2010 a 31/12/2010	5 - 01/03/2009 a 31/12/2009	6 - 01/01/2009 a 31/12/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(53)	(53)	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(53)	(53)	0	0
3.06.03	Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(53)	(53)	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(53)	(53)	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
VERSOIX PARTICIPAÇÕES LTDA

22.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/03/2010 a 31/12/2010	4 - 01/01/2010 a 31/12/2010	5 - 01/03/2009 a 31/12/2009	6 - 01/01/2009 a 31/12/2009
3.12.01	Participações		0	0	0
3.12.02	Contribuições		0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(53)	(53)	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	2.405	2.405	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)			0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(0,02204)	(0,02204)		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO	
1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
02143-1	HYPERMARCAS S.A.
	3 - CNPJ
	02.932.074/0001-91

CONTROLADA/COLIGADA	
DENOMINAÇÃO SOCIAL	
MY AGÊNCIA PROPAGANDA LTDA	

22.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)						
1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/03/2010 a 31/12/2010	4 - 01/01/2010 a 31/12/2010	5 - 01/03/2009 a 31/12/2009	6 - 01/01/2009 a 31/12/2009	
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	450	450	450	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(64)	(64)	(64)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	386	386	386	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	386	386	386	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(178)	(178)	(178)	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(179)	(179)	(179)	0	0
3.06.03	Financeiras	1	1	1	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	4	4	4	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(3)	(3)	(3)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	208	208	208	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	208	208	208	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(65)	(65)	(65)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
MY AGÊNCIA PROPAGANDA LTDA

22.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/03/2010 a 31/12/2010	4 - 01/01/2010 a 31/12/2010	5 - 01/03/2009 a 31/12/2009	6 - 01/01/2009 a 31/12/2009
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	143	143	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	9	9	10	10
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	15,88889	15,88889	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
ITR - Informações Trimestrais		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/03/2010
02143-1	HYPERMARCAS S.A.	02.932.074/0001-91
23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS		

Reapresentação em virtude de alteração da Posição Acionária.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02143-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL HYPERMARCAS S.A.	3 - CNPJ 02.932.074/0001-91
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	12
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	18
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	20
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	21
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	22
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	82
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	83
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	99
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	100
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	104
		COSMED IND. DE COSM. E MED. S/A	
22	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA	107
		VERSOIX PARTICIPAÇÕES LTDA	
22	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA	109
		MY AGÊNCIA PROPAGANDA LTDA	
22	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA	111
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	113